



**COMO PASSAR**

**WANDER GARCIA**

UM DOS MAIORES ESPECIALISTAS EM EXAME DE ORDEM DO PAÍS

**OAB**

**1ª FASE**

**5.000** QUESTÕES  
COMENTADAS

**CAPÍTULOS ON-LINE**

**ANA PAULA GARCIA**

ORGANIZADORA E  
COORDENADORA

 EDITORA  
**FOCO**

# SUMÁRIO

<b>2. DIREITO CONSTITUCIONAL</b>	<b>1</b>
1. PODER CONSTITUINTE .....	1
2. TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....	2
3. HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS .....	4
4. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE .....	6
5. DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS .....	8
6. DIREITOS SOCIAIS.....	14
7. NACIONALIDADE.....	14
8. DIREITOS POLÍTICOS.....	15
9. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO.....	16
10. PODER LEGISLATIVO .....	20
11. PODER EXECUTIVO.....	25
12. PODER JUDICIÁRIO.....	27
13. CONSELHOS NACIONAIS DE JUSTIÇA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....	31
14. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	31
15. DEFESA DO ESTADO .....	32
16. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA .....	32
17. ORDEM SOCIAL .....	33
<b>4. DIREITO EMPRESARIAL</b>	<b>35</b>
1. TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL .....	35
2. SOCIEDADES.....	41
3. TÍTULOS DE CRÉDITO .....	51
4. FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	56
5. CONTRATOS EMPRESARIAIS .....	61
6. PROPRIEDADE INDUSTRIAL.....	63
7. DEFESA DA ORDEM ECONÔMICA.....	64
<b>5. DIREITO DO CONSUMIDOR</b>	<b>67</b>
1. CONCEITO DE CONSUMIDOR. RELAÇÃO DE CONSUMO.....	67
2. PRINCÍPIOS E DIREITOS BÁSICOS .....	68
3. RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR.....	69

4. PRÁTICAS COMERCIAIS.....	70
5. PROTEÇÃO CONTRATUAL .....	70
6. DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO .....	72
7. RESPONSABILIDADE CRIMINAL .....	73
<b>6. DIREITO CIVIL .....</b>	<b>75</b>
1. LINDB – LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO .....	75
2. GERAL.....	75
3. OBRIGAÇÕES.....	81
4. CONTRATOS.....	82
5. RESPONSABILIDADE CIVIL .....	85
6. COISAS .....	86
7. FAMÍLIA.....	88
8. SUCESSÕES.....	89
<b>7. PROCESSO CIVIL COMENTADAS À LUZ DO NOVO CPC .....</b>	<b>91</b>
<b>8. DIREITO ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>109</b>
1. PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS .....	109
2. PODERES ADMINISTRATIVOS.....	112
3. ATO ADMINISTRATIVO .....	113
4. ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	118
5. SERVIDORES PÚBLICOS .....	121
6. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	128
7. INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE E NO DOMÍNIO ECONÔMICO.....	130
8. BENS PÚBLICOS.....	133
9. RESPONSABILIDADE DO ESTADO.....	135
10. LICITAÇÕES E CONTRATOS .....	138
11. SERVIÇO PÚBLICO, CONCESSÃO E PPP .....	145
12. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO .....	147
13. PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	148
<b>9. DIREITO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>151</b>
1. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA.....	151
2. PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS.....	153
3. IMUNIDADES .....	157
4. DEFINIÇÃO DE TRIBUTOS E ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS .....	158
5. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA – FONTES .....	161
6. VIGÊNCIA, APLICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO .....	162

7. FATO GERADOR E OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	165
8. LANÇAMENTO E CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....	166
9. SUJEIÇÃO PASSIVA, RESPONSABILIDADE, CAPACIDADE E DOMICÍLIO .....	168
10. SUSPENSÃO, EXTINÇÃO E EXCLUSÃO DO CRÉDITO .....	173
11. REPARTIÇÃO DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS E FINANÇAS.....	177
12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES EM ESPÉCIE.....	179
13. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO .....	185
14. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, FISCALIZAÇÃO E PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.....	185
15. DÍVIDA ATIVA, INSCRIÇÃO, CERTIDÕES .....	188
16. AÇÕES TRIBUTÁRIAS .....	189
17. SIMPLES NACIONAL – MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.....	191
18. DIREITO FINANCEIRO .....	191

#### 10. DIREITO DO TRABALHO

193

1. CONTRATO DE TRABALHO.....	193
2. SUJEITOS DA RELAÇÃO DE TRABALHO – MODALIDADES ESPECIAIS DE TRABALHADORES.....	195
3. REMUNERAÇÃO E SALÁRIO.....	196
4. JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO DO TRABALHO .....	196
5. ALTERAÇÃO, SUSPENSÃO E INTERRUPÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO – FÉRIAS .....	197
6. TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	198
7. ESTABILIDADE .....	200
8. NORMAS DE PROTEÇÃO DO TRABALHO – TRABALHO DO MENOR – TRABALHO DA MULHER .....	202
9. DIREITO COLETIVO DO TRABALHO .....	203
10. TEMAS COMBINADOS.....	203

#### 11. DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

205

1. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO .....	205
2. ATOS, TERMOS E PRAZOS PROCESSUAIS .....	206
3. PARTES E PROCURADORES.....	208
4. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA E RESPOSTAS DA RECLAMADA.....	208
5. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO.....	209
6. RECURSOS .....	210
7. EXECUÇÃO.....	214
8. AÇÕES ESPECIAIS .....	214
9. TEMAS COMBINADOS.....	215

<b>12. DIREITO AMBIENTAL</b>	<b>217</b>
1. INTRODUÇÃO E PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL .....	217
2. DIREITO AMBIENTAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL .....	218
3. MEIO AMBIENTE CULTURAL.....	218
4. COMPETÊNCIA EM MATÉRIA AMBIENTAL.....	219
5. SISNAMA E PNMA .....	219
6. INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DO MEIO AMBIENTE .....	220
7. LICENCIAMENTO AMBIENTAL E EIA/RIMA .....	220
8. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO .....	221
9. PROTEÇÃO DA FLORA. CÓDIGO FLORESTAL. MATA ATLÂNTICA .....	222
10. RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL.....	222
11. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA AMBIENTAL.....	223
12. RESPONSABILIDADE PENAL AMBIENTAL.....	224
13. ESTATUTO DA CIDADE.....	225
14. AGRÁRIO .....	226
<b>13. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE</b>	<b>227</b>
1. DIREITOS FUNDAMENTAIS. DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA.....	227
2. ATO INFRACIONAL – DIREITO MATERIAL .....	228
3. ATO INFRACIONAL – DIREITO PROCESSUAL .....	230
4. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E CRIMES .....	232
<b>14. DIREITO PENAL</b>	<b>235</b>
1. CONCEITO, FONTES E PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL.....	235
2. APLICAÇÃO DA LEI NO TEMPO .....	235
3. APLICAÇÃO DA LEI NO ESPAÇO .....	236
4. CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES .....	237
5. FATO TÍPICO E TIPO PENAL.....	237
6. CRIMES DOLOSOS, CULPOSOS E PRETERDOLOSOS .....	238
7. ERRO DE TIPO, DE PROIBIÇÃO E DEMAIS ERROS .....	239
8. TENTATIVA, CONSUMAÇÃO, DESISTÊNCIA, ARREPENDIMENTO E CRIME IMPOSSÍVEL .....	239
9. ANTIJURIDICIDADE E CAUSAS EXCLUDENTES .....	241
10. CONCURSO DE PESSOAS .....	242
11. CULPABILIDADE E CAUSAS EXCLUDENTES .....	243
12. PENA E MEDIDA DE SEGURANÇA .....	244
13. CONCURSO DE CRIMES.....	245
14. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE – PRESCRIÇÃO .....	246
15. CRIMES CONTRA A PESSOA .....	247

16. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO .....	248
17. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL.....	250
18. CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA .....	250
19. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	250
20. CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS.....	252
21. CRIMES RELATIVOS A DROGAS.....	252
22. LEI MARIA DA PENHA.....	253
23. CRIMES DE TRÂNSITO.....	253
24. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA .....	254
25. CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE .....	254
26. CRIMES HEDIONDOS .....	255
27. OUTROS CRIMES DA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE .....	256

<b>15. DIREITO PROCESSUAL PENAL</b>	<b>257</b>
-------------------------------------	------------

1. FONTES, PRINCÍPIOS GERAIS E INTERPRETAÇÃO .....	257
2. INQUÉRITO POLICIAL E OUTRAS FORMAS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL .....	258
3. AÇÃO PENAL, SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO E AÇÃO CIVIL .....	260
4. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA; CONEXÃO E CONTINÊNCIA.....	262
5. QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES.....	262
6. PROVA.....	263
7. PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES E LIBERDADE PROVISÓRIA .....	265
8. SUJEITOS PROCESSUAIS, CITAÇÃO, INTIMAÇÃO E PRAZOS .....	268
9. PROCESSO E PROCEDIMENTO; SENTENÇA, PRECLUSÃO E COISA JULGADA.....	269
10. PROCESSO DOS CRIMES DE COMPETÊNCIA DO JÚRI.....	270
11. NULIDADES .....	271
12. RECURSOS .....	271
13. <i>HABEAS CORPUS</i> , MANDADO DE SEGURANÇA E REVISÃO CRIMINAL.....	273
14. EXECUÇÃO PENAL.....	274
15. LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE E TEMAS COMBINADOS .....	276

## 2. DIREITO CONSTITUCIONAL

Bruna Vieira e Teresa Melo<sup>1,2</sup>

### 1. PODER CONSTITUINTE

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) O poder constituinte reformador manifestado por meio de emendas

- (A) permite que a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada seja objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, desde que por iniciativa da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.
- (B) tem por características ser inicial, ilimitado, autônomo e incondicionado.
- (C) pode ser iniciado por meio das mesas das assembleias legislativas.
- (D) exige, no âmbito federal, que a proposta seja discutida e votada em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

**A:** incorreta. A proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa (art. 60, § 5º, da CF). O poder constituinte derivado reformador, que é o poder de fazer emendas constitucionais, possui certos limites, dentre os quais, os denominados limites formais ou procedimentais. Essa impossibilidade de reapresentação de proposta de emenda rejeitada ou prejudicada, na mesma sessão legislativa, é um exemplo de limite formal; **B:** incorreta. As características mencionadas são atribuídas ao poder constituinte originário. O derivado reformador, ao contrário, não é inicial, pois deriva do originário e a ele é subordinado, não detém autonomia, possui limites e é condicionado; **C:** incorreta. O art. 60, III, da CF exige que a proposta de emenda seja feita por mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros; **D:** correta. É o que se extrai do art. 60, § 2º, da CF.

„Gabarito „D.“

(FGV – 2008) Acerca do poder constituinte instituído, é correto afirmar que, a partir da vigente Constituição da República, ele poderá ser exercido no âmbito:

- (A) da União, exclusivamente.
- (B) da União, dos Estados e do Distrito Federal, exclusivamente.
- (C) da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (D) dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, exclusivamente.
- (E) dos Municípios, exclusivamente.

Ao contrário do Poder Constituinte Originário (que é inicial, autônomo, ilimitado e incondicionado), o Poder Constituinte Derivado é

secundário, subordinado, limitado, e exercido pelos representantes do povo. Daí resulta a conclusão de que o poder constituinte derivado encontra limites nas regras previstas pelo constituinte originário. Poder constituinte instituído (ou constituído, ou secundário) é sinônimo de Poder Constituinte Derivado. Como defendido em doutrina, o poder constituinte derivado pode ser exercido através da reforma da Constituição Federal ou da Constituição Estadual (poder constituinte derivado reformador), pela revisão da Constituição Federal (poder constituinte derivado revisor, art. 3º do ADCT) ou por intermédio da elaboração das constituições estaduais e da lei orgânica do Distrito Federal (poder constituinte derivado decorrente). Apesar de o tema ser controvertido em doutrina, a banca considerou que os Municípios também exercem o poder constituinte derivado decorrente quando na elaboração de suas leis orgânicas.

„Gabarito „C.“

(FGV – 2008) O Poder Constituinte Originário tem por características ser:

- (A) incondicionado e irrestrito.
- (B) permanente e limitado.
- (C) primário e condicionado.
- (D) autônomo e restrito.
- (E) ilimitado e transitório.

O Poder Constituinte Originário (PCO) é inicial porque inaugura uma nova ordem jurídica; ilimitado porque não se submete aos limites impostos pela ordem jurídica anterior; autônomo porque exercido livremente por seu titular (o povo) e incondicionado por não se submeter a nenhuma forma preestabelecida para sua manifestação.

„Gabarito „A.“

(FGV – 2008) A respeito do poder constituinte derivado, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O procedimento que deve ser adotado para a reforma do texto constitucional está necessariamente previsto na própria Constituição.
- (B) A aprovação de uma emenda constitucional depende dos votos favoráveis de 3/5 dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, obtidos em dois turnos de votação em cada uma delas.
- (C) As chamadas cláusulas pétreas da Constituição estabelecem limitações materiais ao poder constituinte derivado.
- (D) É vedada a aprovação de emenda constitucional que altere o regime constitucional da previdência social, tal como instituído no art. 201 e seguintes da Constituição de 1988.
- (E) Norma aprovada pelo poder constituinte derivado está sujeita ao controle judicial de constitucionalidade.

**A:** correta. O procedimento vem previsto na Constituição Federal e constitui um limite implícito ao poder de reforma da Constituição, justamente porque o Poder Constituinte Derivado não pode se sobrepor à vontade do Poder Constituinte Originário; **B:** correta, conforme dispõe o art. 60, § 2º, da CF; **C:** correta. Art. 60, § 4º, da CF; **D:** incorreta,

1. Os comentários das questões do Exame Unificado 2010.1 foram feitos pela própria organizadora da prova.

2. **Bruna Vieira** comentou as questões dos Exames Unificados 2014.3, 2015.1, 2015.2, 2015.3, 2016.1 e 2016.2. **Bruna Vieira** e **Teresa Melo** comentaram as demais questões.

devido ser assinalada. O regime constitucional da Previdência Social não constitui cláusula pétrea, tendo sido objeto de várias reformas ao longo dos anos (EC 20/1998; EC 41/2003; EC 47/2005); **E**: correta. É pacífico o entendimento de que cabe controle de norma constitucional oriunda de emenda à Constituição (já que constitui manifestação do Poder Constituinte Derivado). Só não podem ser objeto de controle de constitucionalidade as normas constitucionais *originárias*, porque é fruto do Poder Constituinte Originário.

Gabário "D"

## 2. TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Acerca da história constitucional do Brasil, assinale a opção correta.

- (A) A Constituição de 1824 introduziu no país a organização federativa.
- (B) A Constituição de 1891 introduziu no país o voto secreto e universal, inclusive o voto das mulheres.
- (C) Inspirando-se na organização dos Estados Unidos da América, a Constituição de 1934 introduziu no Brasil o sistema presidencialista de governo.
- (D) A ordem constitucional instaurada pela Constituição de 1946 foi rompida pelo golpe militar de 1964.

**A**: incorreta. A Constituição Imperial de 1824 foi marcada pela presença do Poder Moderador; a organização federativa foi introduzida pela Constituição de 1891; **B**: incorreta. A Constituição Republicana de 1891, por sua vez, consagra o chamado *controle difuso* de constitucionalidade, presente na atual Carta; a constituição de 1891 apenas introduziu no País o voto universal, o qual significava o fim do voto censitário; já os votos secretos e das mulheres foram introduzidos pela Constituição de 1934; **C**: incorreta. Não foi a Constituição de 1934 que instituiu o sistema presidencialista e sim a de 1891. A Constituição de 1934 não só manteve o sistema de controle difuso, introduzido pela Carta anterior, como também implementou a ação interventiva; **D**: correta. Jango cai no dia 1º de abril de 1964. O poder, a partir de então, passa a ser dominado pelo Comando Militar Revolucionário. Começam as perseguições e prisões políticas. É o regime dos Atos Institucionais; o sistema de governo presidencialista foi adotado no Brasil desde a promulgação da Constituição de 1891.

Gabário "D"

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) De acordo com a dogmática constitucional contemporânea, as normas definidoras de direitos fundamentais têm hierarquia maior que os dispositivos que definem a organização do Estado, exceto quando as primeiras tiverem o caráter de normas programáticas. A afirmação acima é equivocada porque:

- (A) a dogmática constitucional contemporânea não admite a distinção hierárquica entre normas constitucionais.
- (B) a única diferença hierárquica admitida pela dogmática constitucional é a existente entre regras e princípios constitucionais, sendo que os princípios têm *status* hierárquico superior ao das regras.
- (C) somente as normas definidoras de direitos individuais têm hierarquia superior aos demais dispositivos constitucionais.
- (D) as normas definidoras de direitos fundamentais são sempre normas programáticas.

**A**: correta. De fato, as normas constitucionais se encontram no mesmo patamar; **B** e **C**: incorretas. Conforme mencionado, todas as normas

contidas na Constituição (formal), inclusive as cláusulas pétreas, encontram-se no mesmo nível hierárquico. Não há, pois, que se falar em hierarquia entre normas constitucionais. As duas alternativas trazem assuntos relacionados a uma hierarquia que não existe tecnicamente; **D**: incorreta. As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata (art. 5º, § 1º, da CF). Normas programáticas são as que trazem programas a serem executados pelo Poder Público como, por exemplo, o art. 196 (direito à saúde), o art. 205 (direito à educação), dentre outros.

Gabário "A"

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) No texto da Constituição da República, encontra-se explicitamente o princípio

- (A) da proporcionalidade, no tocante à ponderação de valores constitucionais.
- (B) do duplo grau de jurisdição, no que concerne ao processo civil.
- (C) da eficiência, com relação à administração pública.
- (D) de proteção à boa-fé, no tocante às relações jurídicas contratuais.

Dentre os princípios, apenas o da eficiência é que encontra-se expressamente previsto na Constituição Federal (art. 37, *caput*). Vale lembrar que tal princípio foi inserido no texto constitucional pela EC 19/1998.

Gabário "C"

(FGV – 2009) Entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, constantes da Constituição Federal de 1988, não se inclui:

- (A) promover o bem de todos.
- (B) erradicar a marginalização.
- (C) reduzir as desigualdades sociais.
- (D) priorizar o desenvolvimento das regiões rurais.
- (E) construir uma sociedade livre, justa e solidária.

A questão encontra respaldo no art. 3º da CF que enumera os *objetivos* fundamentais da República Federativa do Brasil, quais sejam: construir uma sociedade livre justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, promover o bem de todos, sem preconceitos de raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. A prioridade no desenvolvimento das regiões rurais *não* é considerada objetivo fundamental.

Gabário "D"

(FGV – 2008) Assinale a opção que reúne todos os fundamentos da República Federativa do Brasil, tal como previstos no art. 1º da Constituição de 1988.

- (A) a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- (B) a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; a autodeterminação dos povos.
- (C) a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; a concessão de asilo político.
- (D) a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; a solução pacífica dos conflitos.
- (E) a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político.

A questão encontra respaldo no art. 1º da CF que enumera os *fundamentos* da República Federativa do Brasil, quais sejam: a soberania, a



cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

Gabarito "E"

(FGV – 2008) Relativamente aos princípios fundamentais, assinale a alternativa incorreta:

- (A) A República Federativa do Brasil é formada pela união dissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.
- (B) A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito
- (C) Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- (D) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- (E) Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição.

**A:** incorreta, devendo ser assinalada. O art. 1º da CF dispõe que a República Federativa do Brasil é formada pela união *indissolúvel* dos Estados e Municípios e do Distrito Federal; **B:** correta. É o que determina o art. 1º da CF; **C:** correta (art. 3º, I, da CF). **D:** correta (art. 2º da CF); **E:** correta (art. 1º, parágrafo único, da CF).

Gabarito "A"

(FGV – 2008) O Brasil é uma república, a indicar o governo como:

- (A) sistema.
- (B) forma.
- (C) regime
- (D) paradigma.
- (E) modelo.

São formas de Estado: Unitário e Federal; formas de Governo: República ou Monarquia; Sistemas de Governo: Presidencialista ou Parlamentarista; Regimes políticos: Aristocracia, Oligarquia ou Democracia. Outros falam simplesmente em Democracia ou Ditadura. O Brasil é um Estado Federal, Republicano, Presidencialista e Democrático (art. 1º da CF).

Gabarito "B"

(FGV – 2008) A Constituição da República, em seu art. 1º, determina que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, tem como fundamento(s):

- (A) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- (B) a garantia do desenvolvimento nacional.
- (C) a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais.
- (D) a prevalência dos direitos humanos.
- (E) a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo ou qualquer outra forma de discriminação.

**A:** correta. Art. 1º, IV, da CF; **B, C e E:** incorretas. Constituem *objetivos* da República Federativa do Brasil (art. 3º, II, III e IV, da CF); **D:** incorreta. É princípio que rege as relações internacionais do Brasil (art. 4º, II, da CF).

Gabarito "A"

(FGV – 2008) É consequência da rigidez constitucional:

- (A) o princípio do Estado Democrático de Direito.
- (B) o princípio da Supremacia da Constituição.
- (C) a inalterabilidade do texto constitucional.
- (D) o controle concentrado da constituição.
- (E) a presença, em seu texto, de normas fundamentais.

São rígidas as constituições em que o mecanismo de alteração das normas constitucionais é mais difícil que o previsto para a modificação de normas infraconstitucionais. A Constituição Federal de 1988 é rígida, pois estabelece em seu texto um procedimento mais qualificado para aprovação de emendas constitucionais que o de alteração das leis em geral (art. 60 da CF). A rigidez, portanto, tem como consequência a supremacia da Constituição sobre as demais normas jurídicas, pois nenhuma lei ou ato normativo pode contrariar o disposto na Constituição Federal. Se não existisse um procedimento mais difícil para a alteração das normas constitucionais, qualquer norma infraconstitucional posterior à Constituição e com ela incompatível iria revogar o comando da Constituição Federal.

Gabarito "B"

(FGV – 2008) Mutação constitucional é:

- (A) o mesmo que reforma da constituição.
- (B) o mesmo que emenda da constituição.
- (C) o processo não formal de mudança de constituição flexível.
- (D) o processo não formal de mudança de constituição rígida.
- (E) o processo formal de alteração do texto constitucional.

A alteração da Constituição pode ocorrer pela via formal (emendas à Constituição) ou pela via informal (mutação constitucional). A mutação permite que o sentido e o alcance da norma constitucional sejam alterados sem que haja qualquer modificação no texto do dispositivo da Constituição. É feita pelos órgãos estatais ou pelos costumes sociais.

Gabarito "D"

(FGV – 2008) Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) São características do princípio republicano: eleições periódicas para Chefe de Estado e Chefe de Governo, cidadania, soberania, diversas esferas de distribuição de poder, observância dos direitos fundamentais implícitos e explícitos, observância dos princípios sensíveis.
- (B) O princípio da indissolubilidade do vínculo federativo no Estado Federal Brasileiro tem como finalidades básicas a unidade nacional e a necessidade descentralizadora.
- (C) O princípio republicano impede que prevaleça a prerrogativa de foro, perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, mesmo que a prática delituosa tenha ocorrido durante o período de atividade funcional, se sobrevier a cessação da investidura do indiciado, denunciado ou réu, no cargo, função ou mandato, cuja titularidade se qualifica como o único fator de legitimidade constitucional apto a fazer instaurar a competência penal originária do STF.
- (D) Como corolário do princípio federativo, a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios, no Brasil, são autônomos e possuidores da tríplice capacidade de auto-organização e normatização própria, autogoverno e autoadministração.

- (E) A garantia constitucional de imunidade recíproca entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios é corolário do princípio federativo.

**A:** incorreta, devendo ser assinalada. O princípio republicano não tem por característica diversas esferas de distribuição de poder, pois o Estado pode ser unitário, isto é, ter o poder centralizado. É o caso da República Portuguesa; **B:** correta. Art. 1º da CF; **C:** correta, conforme foi estabelecido pelo STF no julgamento do AgRg no Inq 1.376-4/MG, Pleno, j. 15.02.2007, rel. Min. Celso de Mello, *DJ* 16.03.2007 em razão do cancelamento da Súmula 394 do STF; **D:** correta. Os entes federativos são autônomos e, segundo a doutrina, a autonomia consiste na capacidade de auto-organização (cada um dos entes federativos pode elaborar sua própria Constituição), autogoverno (garantia assegurada ao povo de escolher seus próprios dirigentes e de, através deles, editar leis) e autoadministração (capacidade assegurada aos Estados de possuir administração própria, faculdade de dar execução às leis vigentes); **E:** correta. Sim, em razão da igualdade político-jurídica que os entes federados possuem na Federação brasileira.

Gabartio "A."

(FGV – 2007) A correspondência entre os valores e as aspirações de um povo e o texto constitucional confere a este último:

- (A) legalidade.  
(B) adequação.  
(C) legitimidade.  
(D) congruência temática.

De acordo com Norberto Bobbio, a noção específica de legitimidade consiste na presença de um grau de consenso capaz de assegurar a obediência (ao texto constitucional) sem a necessidade de uso da força.

Gabartio "C."

(FGV – 2007) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 deve ser classificada como:

- (A) material, quanto ao conteúdo; escrita, quanto à forma; histórica, quanto ao modo de elaboração; promulgada, quanto à origem; flexível, quanto à estabilidade.  
(B) formal, quanto ao conteúdo; escrita, quanto à forma; dogmática, quanto ao modo de elaboração; promulgada, quanto à origem; semiflexível, quanto à estabilidade.  
(C) formal, quanto ao conteúdo; escrita, quanto à forma; histórica, quanto ao modo de elaboração; outorgada, quanto à origem; rígida, quanto à estabilidade.  
(D) material, quanto ao conteúdo; escrita, quanto à forma; dogmática, quanto ao modo de elaboração; outorgada, quanto à origem; semiflexível, quanto à estabilidade, haja vista as inúmeras emendas constitucionais existentes.  
(E) formal, quanto ao conteúdo; escrita, quanto à forma; dogmática, quanto ao modo de elaboração; promulgada, quanto à origem; rígida, quanto à estabilidade.

A Constituição de 1988 pode ser assim classificada: a) quanto à origem: promulgada (não foi imposta, mas fruto do trabalho de uma Assembleia Nacional Constituinte); b) quanto à forma: escrita (normas reunidas em um único texto solene e codificado); c) quanto à extensão: analítica (trata de todos os temas que os representantes do povo entenderam importantes e, por isso, é extensa e detalhada); d) quanto ao modo de elaboração: dogmática – ou sistemática –, porque traduz os dogmas, planos e sistemas preconcebidos; e) quanto à estabilidade ou alterabili-

dade: rígida, já que prevê, para a alteração das normas constitucionais, um mecanismo mais difícil que aquele estabelecido para as normas não constitucionais (art. 60 da CF).

Gabartio "E."

### 3. HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Com relação à interpretação e à aplicação da Constituição, assinale a opção correta.

- (A) No sistema constitucional brasileiro, não se admite a declaração de inconstitucionalidade de lei sem redução de texto.  
(B) No sistema brasileiro, a existência de hierarquia entre normas da própria Constituição permite a declaração da inconstitucionalidade de uma norma da Constituição por violação a outra nela também prevista.  
(C) Na hipótese de o Estado não produzir os atos legislativos e administrativos necessários à efetivação de direitos constitucionais, é possível exigir a sua ação positiva com fundamento no princípio da supremacia da Constituição.  
(D) No sistema brasileiro, não se admite a declaração de inconstitucionalidade de proposta de emenda constitucional que tenha por objeto a abolição de normas e princípios nela previstos, qualquer que seja a matéria.

**A:** incorreta. Verificar-se-á a chamada *declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto* sempre que o STF conferir a uma norma um determinado sentido interpretativo que a faça adequar-se ao texto constitucional. Esse expediente só é possível diante das normas *plurivocas*; **B:** incorreta. Não há se falar em hierarquia entre normas da Constituição; **C:** correta. Art. 103, § 2º, da CF. Trata-se da chamada *inconstitucionalidade por omissão*, em que o exercício de determinado direito está condicionado à edição de uma lei ou à tomada de uma providência administrativa; **D:** incorreta. Art. 60, § 4º, da CF (são as chamadas *cláusulas pétreas*).

Gabartio "C."

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) O parágrafo único do art. 4º da Constituição da República estabelece que "A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações". Esse dispositivo constitui:

- (A) regra de eficácia limitada, uma vez que a sua aplicabilidade depende da edição de normas de caráter infraconstitucional.  
(B) princípio de eficácia contida, porque os comandos constitucionais somente se concretizam mediante a própria edição das normas infraconstitucionais a que se referem.  
(C) norma programática, que estabelece para o Estado o dever de enviar esforços para concretizar os seus preceitos.  
(D) dispositivo normativo autoaplicável, por força da regra constitucional que atribui eficácia imediata a todos os princípios constitucionais.

Segundo o modelo de classificação desenvolvido pelo Prof. José Afonso da Silva as normas constitucionais de eficácia limitada constituem um gênero do qual são espécies as normas de princípio institutivo ou

organizativos (que são as que trazem a estrutura de entidades públicas, órgãos, por exemplo, art. 25, § 3º, da CF) e as normas de princípios programáticos (que são as que estabelecem um programa a ser implementado por meio de legislação integrativa da vontade constituinte, por exemplo, art. 196 da CF – direito à saúde). A regra trazida no parágrafo único do art. 4º da CF trata-se, justamente, de norma constitucional de eficácia limitada programática. Os tratados internacionais relativos à criação e regulamentação do MERCOSUL são exemplos de esforços efetivados pelo Estado na busca da concretização da integração dos povos da América Latina.

“C.” Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2004.ES) A disposição constitucional que determina que “o Brasil propugnará pela formação de um tribunal internacional dos direitos humanos” é uma

- (A) norma de eficácia contida, pois até hoje permanece sem regulamentação.
- (B) norma de eficácia limitada, porque a criação do referido tribunal não depende apenas de decisão do legislador brasileiro.
- (C) norma programática.
- (D) quase-norma, pois inexistem sanções aplicáveis em razão do seu descumprimento.

**A:** incorreta. Não é considerada norma de eficácia contida e sim limitada de princípio programático, pois depende de regulamentação para a produção de seus efeitos; **B:** incorreta. A definição de eficácia limitada não tem a ver com o fato da criação do tribunal depender de fatores externos; **C:** correta. A disposição constitucional mencionada está prevista no art. 7º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e trata-se de norma que veicula *programas* a serem implementados pelo Estado, com o objetivo de realizar fins sociais. É denominada norma de eficácia limitada de princípio programático ou simplesmente norma programática; **D:** incorreta. O dispositivo é considerado uma norma, ainda que dependa de regulamentação para a produção de seus efeitos. A doutrina assegura que a norma de eficácia limitada possui, ao menos, dois efeitos: o inibidor e o revogador. O primeiro faz com que seja inibida a atividade legislativa de produzir um ato abstrato e genérico que colida com o dispositivo constitucional e o segundo torna inaplicável, ou “revoga”, aquelas normas que já existem, mas que afrontam a regra constitucional.

“C.” Gabarito

(FGV – 2008) A respeito do tema da interpretação constitucional, assinale a afirmativa correta.

- (A) Pelo princípio da unidade da Constituição, as normas constitucionais devem ser interpretadas em conjunto, para evitar possíveis contradições com outras normas da própria Constituição.
- (B) O princípio da concordância prática estabelece que a Constituição, para manter-se atualizada, deve ser interpretada no sentido de tornar sempre atuais os seus preceptivos, os quais devem acompanhar as condições reais dominantes numa determinada situação.
- (C) O princípio da força normativa da Constituição estabelece que os bens jurídicos, constitucionalmente protegidos, devem ser coordenados com vistas à resolução dos problemas concretos.
- (D) O princípio do critério da correção funcional estabelece que, se a Constituição propõe criar e manter a unidade política, os pontos de vista, incumbidos de interpretar as suas normas, diante dos problemas jurídico-constitucionais, devem promover a manutenção de tal unidade.

(E) O princípio da legalidade coincide com o da reserva legal, ambos expostos no art. 5º, XXXIX, da CRFB/1988.

**A:** correta, sendo certo que não há hierarquia formal entre normas constitucionais, mas hierarquia axiológica; **B:** incorreta. Pelo princípio da concordância prática ou harmonização, diante da inexistência de hierarquia entre os princípios constitucionais deve-se buscar a redução proporcional do alcance de cada um dos bens em conflito, de modo que seus núcleos não sejam atingidos, evitando o sacrifício total de um bem em benefício do outro; **C:** incorreta. A força normativa prioriza a interpretação constitucional que possibilita a atualidade normativa do texto, garantindo, ao mesmo tempo, sua eficácia e permanência; **D:** incorreta. O princípio da correção funcional prescreve que o intérprete deve fiel observância à repartição constitucional de competências e de funções entre os poderes estatais (separação de poderes); **E:** incorreta. O princípio da legalidade está expresso no art. 5º, II, da CF.

“A.” Gabarito

(FGV – 2008) O princípio da concordância prática, adotado no âmbito da hermenêutica constitucional, é avaliado:

- (A) *a posteriori*.
- (B) *ex nunc*.
- (C) *a priori*.
- (D) *ex tunc*.
- (E) *a fortiori*.

Diante de um conflito, os bens em jogo são previamente sopesados, a fim de estabelecer limites e condicionamentos recíprocos sem, contudo, sacrificar o núcleo de cada um deles.

“C.” Gabarito

(FGV – 2008) Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) As normas constitucionais definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- (B) As normas constitucionais podem ter eficácia plena, contida e limitada.
- (C) As normas constitucionais de eficácia plena são aquelas que desde a entrada em vigor da Constituição produzem, ou podem produzir, todos os efeitos essenciais, relativos aos interesses, comportamentos e situações, que o legislador constitucional, direta e normativamente, quis regular.
- (D) As normas constitucionais de eficácia contida são aquelas que apresentam aplicação indireta, mediata e reduzida, porque somente incidem totalmente sobre os interesses, após uma normatividade ulterior que lhes desenvolva a aplicabilidade.
- (E) As normas constitucionais programáticas são de aplicação diferida e não de aplicação ou execução imediata.

As normas constitucionais de *eficácia contida* (ou redutível ou restringível) correspondem àquelas que, muito embora tenham eficácia direta e aplicabilidade imediata quando da promulgação da Constituição Federal, podem vir a ser restringidas pelo legislador infraconstitucional no futuro. Vale dizer, ainda que autoaplicável, autoriza a posterior restrição pelo legislador. Normas constitucionais de *eficácia limitada* são as que possuem aplicabilidade indireta e eficácia mediata, pois dependem da intermediação do legislador infraconstitucional para que possam produzir seus efeitos jurídicos próprios. De acordo com a doutrina, as normas constitucionais de eficácia limitada podem ser: a) de princípio institutivo (ou organizativo) ou b) de princípio programático. Serão de princípio institutivo se contiverem regras de estruturação de institui-

ção, órgãos ou entidades, como a norma do art. 18, § 2º, da CF. As normas constitucionais de eficácia limitada e de princípio programático veiculam programas a serem implementados pelo Estado (arts. 196, 205 e 215, da CF). Ou seja, as normas programáticas estabelecem diretrizes a serem atingidas pelo Estado, bem como a direção que deve tomar o legislador ordinário na implementação das políticas de governo. Por fim, as normas constitucionais de eficácia plena são aquelas que desde a promulgação do texto constitucional estão aptas a produzirem seus efeitos jurídicos próprios, por terem eficácia direta e aplicabilidade imediata.

„D.“ Gabarito

## 4. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

### 4.1. Controle de constitucionalidade em geral

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Com relação ao STF e ao controle de constitucionalidade das leis, assinale a opção correta.

- (A) No sistema constitucional brasileiro, não cabe ao juiz a declaração de inconstitucionalidade de lei, que é da competência exclusiva dos tribunais.
- (B) Ao julgar apelação interposta com fundamento na inconstitucionalidade de lei, a turma do tribunal pode declarar a inconstitucionalidade desta e afastar a sua incidência no caso concreto.
- (C) O controle incidental é a prerrogativa do STF de declarar, em abstrato e com efeito *erga omnes*, a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.
- (D) O STF poderá, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública.

**A:** incorreta. Adotamos, quanto ao controle de constitucionalidade, o sistema jurisdicional misto, realizado na forma concentrada (pelo órgão de cúpula do Poder Judiciário) e na forma difusa (por qualquer juiz ou tribunal); **B:** incorreta. Embora um juiz sozinho possa declarar incidentalmente a inconstitucionalidade de uma norma, o Tribunal, quando for fazê-lo, deve observar a denominada *cláusula de reserva de plenário* (voto da maioria absoluta dos membros ou dos membros do respectivo órgão especial), prevista no art. 97 da CF e Súmula vinculante nº 10 do STF; **C:** incorreta. O controle incidental (*incidenter tantum*) corresponde ao controle difuso; **D:** correta (art. 103-A da CF).

„D.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Considere que uma associação de moradores, constituída há mais de cinco anos na cidade de Salvador – BA, ingressou com ação civil pública perante a justiça estadual baiana postulando a declaração de inconstitucionalidade de uma lei municipal, por ela violar direitos fundamentais previstos na Constituição da República. Nessa situação, o juiz da causa deve

- (A) indeferir a petição inicial, por ilegitimidade processual ativa, na medida em que a ação civil pública é um instrumento processual exclusivo do Ministério Público.
- (B) indeferir a petição inicial, pois o pedido é incompatível com a via processual escolhida.
- (C) indeferir a petição inicial, pois juízes estaduais não podem exercer controle de constitucionalidade.
- (D) declarar-se incompetente para o julgamento da causa, pois a incompatibilidade entre leis municipais e a

Constituição da República somente pode ser apreciada pela justiça federal.

Segundo entendimento do STF, a ação civil pública somente poderá ser utilizada como instrumento idôneo para questionar a constitucionalidade de lei ou ato do Poder Público quando a questão constitucional identificar-se como prejudicial, incidental. No caso acima, a controvérsia constitucional revela-se como objeto único da demanda.

„B.“ Gabarito

(FGV – 2008) A respeito do sistema de controle de constitucionalidade das leis previsto na Constituição de 1988, analise as afirmativas a seguir:

- I. O controle incidental de constitucionalidade das leis, no Brasil, é exercido exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de recurso extraordinário.
- II. Podem propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, dentre outros legitimados, Presidente da República, os Governadores de Estado ou do Distrito Federal, e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- III. A decisão do Supremo Tribunal Federal que declarar a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de lei em sede de controle concentrado tem efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal.
- IV. É pressuposto de admissibilidade da ação declaratória de constitucionalidade a existência de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação do dispositivo legal cuja constitucionalidade se discute.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**I:** incorreta. O Brasil adota o sistema misto de constitucionalidade, vale dizer, convivem em nosso país o controle abstrato (ou concentrado) e o controle difuso (ou concreto). Dessa forma, qualquer juiz ou tribunal (inclusive o STF), ao analisar um caso concreto, pode verificar a compatibilidade de lei ou ato normativo diante da Constituição Federal (controle difuso). Ao mesmo tempo, apenas ao STF cabe o controle concentrado (ou abstrato ou por via de ação) de lei ou ato normativo federal ou estadual diante da Constituição Federal (e aos TJs locais o controle concentrado em face da Constituição Estadual). Assim, o STF realiza as duas espécies de controle: o difuso, em exercício de competência recursal (art. 102, III, da CF), ao analisar um recurso extraordinário; e o concentrado, em competência originária, ao julgar ADIn, ADC e ADPF (art. 102, I, “a” e § 1º, da CF); **II:** correta. Art. 103, I, V e VII, da CF; **III:** correta. Art. 102, § 2º, da CF; **IV:** correta. Art. 14, III, da Lei 9.868/1999.

„D.“ Gabarito

(FGV – 2007) A ideia de não caber ao Judiciário anular uma lei quando puder preservá-la num dos sentidos que ela comporte, e que esteja em consonância com a Constituição, importa naquilo que se denomina:

- (A) controle de constitucionalidade com redução de texto.
- (B) interpretação conforme a Constituição.
- (C) controle concentrado da Constituição.
- (D) aplicabilidade imediata da norma.

Para Gilmar Mendes (*Jurisdição constitucional*. São Paulo: Saraiva, 1996. p. 196 e 197), a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto “refere-se, normalmente, a casos não mencionados no texto, que, por estar formulado de forma ampla ou geral, contém, em verdade, um complexo de normas”. A declaração de inconstitucionalidade é parcial porque atinge apenas uma (ou algumas) dessas normas, mantendo-se íntegro o texto, já que é possível declarar a inconstitucionalidade de certos entendimentos de um ato normativo sem, contudo, declarar inválido o próprio ato normativo, aplicando ao caso as técnicas da interpretação conforme a Constituição e da declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto. A *interpretação conforme a Constituição* é, ao mesmo tempo, princípio de interpretação e técnica de controle de constitucionalidade, tendo aplicação diante de normas jurídicas *plurissignificativas*. Vale dizer, a interpretação conforme a Constituição somente será possível quando a norma infraconstitucional apresentar vários significados ou puder ser interpretada de várias formas, umas compatíveis com as normas constitucionais e outras não, devendo-se excluir a interpretação contra o texto constitucional e optar pela interpretação que encontra guarida na Constituição Federal, ou seja, pela interpretação conforme a Constituição. Entretanto, não legitima o intérprete a atuar como legislador positivo.

Gabarito: B.

## 4.2. Controle difuso de constitucionalidade

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) Considere que um estudante de direito afirme que tenha sido publicado acórdão do STF em que o tribunal declarou incidentalmente a inconstitucionalidade de dispositivo de lei federal, em sede de controle concreto e difuso de constitucionalidade, por meio de um acórdão que tem eficácia *erga omnes* e efeitos *ex tunc*. Essa afirmação do estudante é incorreta porque

- (A) declarações de constitucionalidade em sede de controle difuso não têm eficácia *erga omnes*.
- (B) o STF não realiza controle difuso, mas controle concentrado de constitucionalidade.
- (C) as decisões em controle concreto têm efeitos *ex nunc*.
- (D) as decisões com efeitos *ex tunc* produzem efeito vinculante, e não eficácia *erga omnes*.

**A:** correta. Declarações de constitucionalidade em sede de controle difuso só vinculam as partes envolvidas no processo, ainda que este tenha tramitado no Supremo Tribunal Federal; **B:** incorreta. O Supremo Tribunal Federal, assim como qualquer juízo ou tribunal integrante do Poder Judiciário, realiza, sim, controle difuso de constitucionalidade; **C:** incorreta. As decisões em controle concreto têm efeitos *ex tunc* (retroativos); **D:** incorreta. As decisões em controle concreto produzem efeitos retroativos e *inter partes*. Seus efeitos, portanto, só vinculam as partes envolvidas no processo; não há, da mesma forma, se falar em eficácia *erga omnes* (oponível contra todos).

Gabarito: A.

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Considere que um juiz do trabalho prolatou sentença condenatória fundamentada no argumento de que determinada cláusula de um contrato de trabalho era inválida por ser incompatível com um dispositivo da Constituição da República. Nessa situação, o referido juiz

- (A) editou sentença inválida, por usurpar competência privativa do STF.
- (B) exerceu controle difuso de constitucionalidade.
- (C) exerceu controle de constitucionalidade por via de ação.

(D) prolatou sentença inconstitucional, pois a declaração de inconstitucionalidade de cláusulas de contratos trabalhistas é uma competência privativa do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Trata-se do controle exercido por qualquer juiz ou tribunal diante de um caso concreto. Chamado também de aberto, incidental ou controle por via de exceção.

„B. 0198460

(FGV – 2008) No controle *incidenter tantum* de constitucionalidade, os tribunais podem modular temporalmente os seus efeitos, observado o *quorum* de:

- (A) três quintos.
- (B) um terço.
- (C) dois terços.
- (D) dois quintos.
- (E) quatro quintos.

No controle por via incidental (ou difuso), a produção de efeitos ocorre entre as partes que participaram do processo principal (*inter partes*) e para elas têm efeitos temporais, em regra, *ex tunc*, podendo ser editada resolução do Senado Federal visando à suspensão dos efeitos contra todos (*erga omnes*), conforme previsão no art. 52, X, da CF. Nesse último caso, a produção de efeitos contra terceiros, a partir da edição da Resolução do Senado, tem eficácia *ex nunc*. Ocorre que o STF vem admitindo a aplicação ao controle difuso, por analogia, do disposto no art. 27 da Lei 9.868/1999, daí a necessidade do quórum de dois terços. Em resumo: em controle difuso, para as partes que participaram do processo, a eficácia temporal é, em regra, *ex tunc*, podendo ser aplicada a modulação de efeitos prevista no art. 27 da Lei 9.868/1999, por analogia, observando-se o quórum de dois terços. Para terceiros, se editada resolução pelo Senado Federal (art. 52, X, da CF), a eficácia temporal é *ex nunc*.

„C. 0198460

(FGV – 2008) A via de exceção para o controle de constitucionalidade é própria:

- (A) do controle difuso.
- (B) do controle concentrado.
- (C) do controle concentrado e difuso.
- (D) do controle feito pelo Magistrado, *ex officio*.
- (E) da ação popular.

O Brasil adota o sistema misto de constitucionalidade, vale dizer, convivem em nosso País o controle abstrato (ou concentrado, ou por via de ação direta) e o controle difuso (ou concreto, ou por via de exceção).

„A. 0198460

## 4.3. Ação direta de inconstitucionalidade

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) O Supremo Tribunal Federal não tem admitido o controle por meio de ação direta de inconstitucionalidade de

- (A) decreto autônomo.
- (B) emenda à Constituição.
- (C) tratado internacional incorporado à ordem jurídica brasileira.
- (D) norma constitucional originária.

As normas constitucionais originárias são sempre constitucionais, porquanto são produto do poder constituinte originário. Não há que se falar, pois, em controle de constitucionalidade de normas originárias.

Os conflitos porventura existentes deverão ser harmonizados por meio de mecanismos de interpretação.

Gabário "D."

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Considere que, no julgamento de uma ação direta de inconstitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) realizou procedimento hermenêutico de *interpretação conforme* e declarou a inconstitucionalidade parcial, sem redução do texto, de determinado artigo de lei complementar federal. Nessa situação, considerando que o referido acórdão nada dispõe acerca da extensão dos seus efeitos, a declaração de inconstitucionalidade

- (A) tem efeitos *ex nunc*, pois a atribuição de efeitos retroativos a um acórdão somente pode ser feita mediante determinação expressa, na própria decisão, da maioria absoluta dos membros do tribunal.
- (B) tem efeitos *inter partes*, por tratar-se de declaração de inconstitucionalidade parcial.
- (C) tem efeitos *erga omnes* e *ex tunc*.
- (D) somente terá efeito vinculante caso o Senado Federal suspenda a eficácia do dispositivo declarado inconstitucional.

**A:** incorreta. Conforme dispõe o art. 102, § 2º, da CF, em regra, no controle concentrado de constitucionalidade a decisão final produz efeitos *erga omnes* (eficácia contra todos) e *ex tunc* (efeitos retroativos). Existe, porém, o mecanismo da modulação dos efeitos que o Supremo se utiliza quando pretende alterar esses efeitos. Para tanto, deve, expressamente, mencionar quais efeitos a decisão produzirá. Por exemplo, pela modulação, o STF pode transformar os efeitos retroativos (*ex tunc*) em não retroativos (*ex nunc*). A alternativa A, equivocadamente, menciona que a regra é que os efeitos sejam não retroativos (*ex nunc*) e é justamente o contrário. Além disso, as técnicas de interpretação utilizadas pelo STF (interpretação conforme a Constituição Federal e declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto) não interferem nos efeitos, exceto se houver a modulação, mas isso pode ocorrer em qualquer caso; **B:** incorreta. Os efeitos são, em regra, *erga omnes* (contra todos). A declaração parcial de inconstitucionalidade tem a ver com a interpretação a ser dada a norma e não com as pessoas que serão atingidas pela decisão. **C:** correta. Segundo o art. 102, § 2º, da CF, a eficácia retroativa e contra todos é a regra em se tratando de declarações de inconstitucionalidade; **D:** incorreta. A decisão final em sede de ação direta de inconstitucionalidade já produz o efeito vinculante que é aquele que atinge os demais órgãos do Poder Judiciário e a Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

Gabário "C."

(OAB/Exame Unificado – 2008.2) Assinale a opção correta no que se refere ao controle concentrado da constitucionalidade.

- (A) A ação direta contra lei municipal poderá ser ajuizada no Supremo Tribunal Federal (STF).
- (B) A declaração de inconstitucionalidade sempre produzirá efeitos *ex nunc*.
- (C) A ação direta contra lei estadual somente será julgada no tribunal de justiça local.
- (D) Não há previsão constitucional para o julgamento de ação direta no âmbito dos tribunais regionais federais (TRFs).

**A:** incorreta. Lei municipal que viola a Constituição Federal não pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade no STF. O que poderá ocorrer é a situação de uma lei municipal ferindo a Constituição

Estadual. Nessa hipótese, é possível falar em ação direta, mas o órgão competente para analisá-la é o Tribunal de Justiça do Estado e não o STF (arts. 102, I, a, e 125, § 2º, da CF); **B:** incorreta. A declaração de inconstitucionalidade produz em regra efeitos *ex tunc* (retroativos); **C:** incorreta. A ação direta de inconstitucionalidade de lei estadual que fira a Constituição Federal será julgada pelo STF (art. 102, I, a, da CF); **D:** correta. A ação direta será julgada pelo STF (art. 102, I, a, da CF), quando se tratar de lei ou ato normativo federal ou estadual em face da Constituição Federal, e será julgada pelo TJ local (art. 125, § 2º, da CF), em se tratando de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual. No que concerne ao controle concentrado, de fato a Carta Magna não conferiu nenhuma competência aos TRFs.

Gabário "D."

#### 4.4. Arguição de descumprimento de preceito fundamental

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) Em uma arguição de descumprimento de preceito fundamental, o STF

- (A) julga um incidente processual que lhe foi submetido por um tribunal de segundo grau.
- (B) somente pode proceder ao controle de constitucionalidade de leis ou atos administrativos normativos.
- (C) pode avocar processos que tramitam em tribunais superiores e que envolvam o controle concreto de constitucionalidade de atos do poder público que atentem contra direitos fundamentais.
- (D) pode atribuir efeitos *ex nunc* a sua decisão.

O art. 11 da Lei 9.882/1999 trata da denominada modulação dos efeitos da decisão. Se valendo de tal mecanismo, o STF, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, pode, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos da decisão ou determinar que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado (transformando, assim, os efeitos que eram *ex tunc*, retroativos, em *ex nunc*, não retroativos).

Gabário "D."

### 5. DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

#### 5.1. Direitos e deveres em espécie

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) No que se refere aos direitos e garantias fundamentais consagrados na CF, é correto afirmar que

- (A) as penas de banimento restringem-se a caso de guerra declarada.
- (B) o preso tem direito à identificação dos responsáveis por seu interrogatório policial.
- (C) a prática da tortura é considerada crime imprescritível.
- (D) o brasileiro naturalizado não poderá ser extraditado após a naturalização, salvo em caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins ou de condenação por crime contra a segurança nacional.

**A:** incorreta. A pena de banimento é vedada no Brasil (art. 5º, XLVII, a e d, da CF). O texto constitucional excepcionou tão somente a vedação imposta à pena de morte; **B:** correta (art. 5º, LXIV, da CF); **C:** incorreta (art. 5º, XLIII, da CF e Lei 9.455/1997 – Crimes de Tortura). O crime de racismo é que é imprescritível (art. 5º, XLII, da CF); **D:** incorreta (art. 5º, LI, da CF).

Gabário "B."

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) Acerca dos direitos e garantias previstos na Constituição Federal, assinale a opção correta.

- (A) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e às suas liturgias.
- (B) Em nenhuma hipótese são previstas penas de morte, ou de caráter perpétuo, ou de trabalhos forçados, ou de banimento, ou cruéis.
- (C) São inafiançáveis os crimes de racismo, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os cometidos por grupos armados, civis e militares, contra a ordem constitucional e o estado democrático. Mas em relação aos crimes hediondos, fica o legislador autorizado a excluir ou não a inafiançabilidade.
- (D) São legitimados a impetrar o mandado de segurança coletivo os partidos políticos e as organizações ou entidades legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos um ano.

**A:** correta (art. 5º, VI, da CF). O Brasil é um Estado leigo ou laico, portanto não professa religião oficial. É ampla a liberdade de crença, sendo garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e às liturgias; **B:** incorreta. O art. 5º, XLVII, a, da CF trata do assunto e menciona que a vedação imposta à pena de morte, e somente a ela, é excepcionada em caso de guerra declarada; **C:** incorreta (art. 5º, XLII, XLIII e XLIV, da CF); **D:** incorreta (art. 5º, LXX, da CF).

“A.”  
Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) A respeito dos direitos e das garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- (A) No que se refere à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, a Constituição Federal assegurou a preferência pelo modelo de reparação em detrimento da prevenção ao dano.
- (B) Os direitos e garantias fundamentais, criados como direitos negativos, impedem o poder público, mas não a esfera privada, de violar o espaço mínimo de liberdades assegurado pela Constituição Federal.
- (C) De acordo com a doutrina majoritária, os direitos de segunda geração, ou direitos sociais, não constituem simples normas de natureza dirigente, sendo verdadeiros direitos subjetivos que impõem ao Estado um *facere*.
- (D) A casa é o asilo inviolável, nela não se pode penetrar, salvo na hipótese de flagrante delito ou para prestar socorro, durante o dia, ou por ordem judicial.

**A:** incorreta (art. 5º, IX e X, da CF); **B:** incorreta. A esfera privada, a exemplo do poder público, também deve se abster de violar as liberdades asseguradas pela Constituição Federal. É a denominada eficácia horizontal dos direitos fundamentais; **C:** correta. Os direitos sociais estão previstos no art. 6º da CF e compreendem a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. Vale lembrar que o direito à alimentação foi acrescentado ao rol dos direitos sociais pela EC 64/2010; **D:** incorreta. O art. 5º, XI, da CF trata da inviolabilidade domiciliar, excepcionando tal regra em determinadas situações, quais sejam: flagrante delito, desastre, prestação de socorro e ordem judicial. Dentre as exceções, apenas a última, ordem judicial, tem de ser feita durante o dia. Nas

demais hipóteses, por configurarem situações emergenciais, a Constituição Federal autoriza a entrada sem o consentimento do morador e em qualquer horário.

“C.”  
Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Acerca dos direitos e deveres individuais, assinale a opção correta.

- (A) A casa é asilo inviolável do indivíduo. Ninguém pode ingressar em residência alheia sem o consentimento do morador, salvo flagrante delito ou determinação judicial, independentemente do horário do dia ou da noite.
- (B) A sucessão de bens de estrangeiros situados no país será regulada sempre pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, independentemente da lei pessoal do *de cujus*.
- (C) Mediante o pagamento da respectiva taxa, fica assegurado a todos o direito à obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- (D) Uma das inovações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 45 é a garantia dada a todos, no âmbito judicial e administrativo, da duração razoável do processo e dos meios que assegurem a celeridade de sua tramitação.

**A:** incorreta. O art. 5º, XI, da CF trata da inviolabilidade domiciliar, excepcionando tal regra em determinadas situações, quais sejam: flagrante delito, desastre, prestação de socorro e ordem judicial. Dentre as exceções, apenas a última, *ordem judicial*, tem de ser feita *durante o dia*. Nas demais hipóteses, por configurarem situações emergenciais, a Constituição Federal autoriza a penetração sem o consentimento do morador e em qualquer horário; **B:** incorreta. O art. 5º, XXXI, da CF não determina que a sucessão de bens de estrangeiros situados no país será *sempre* regulada pela lei brasileira, será desse modo se a lei pessoal do *de cujus* não for mais favorável aos herdeiros; **C:** incorreta. O direito de petição e de certidão são gratuitos, conforme dispõe o art. 5º, XXXIV, “a” e “b”, da CF; **D:** correta. De fato, a EC 45/2004, conhecida como “reforma do Poder Judiciário”, visando combater o problema da morosidade processual, acrescentou, ao art. 5º da CF, o inciso LXXVIII que consagra o princípio da razoável duração do processo.

“D.”  
Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Ainda a propósito dos direitos e deveres individuais, assinale a opção correta.

- (A) A garantia de que nenhuma pena ultrapassará a pessoa do condenado impede que a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento dos bens em decorrência de ilícito penal sejam estendidas aos sucessores e contra eles executadas.
- (B) A prática do racismo constitui crime inafiançável, imprescritível, insuscetível de graça ou anistia, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.
- (C) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- (D) A vedação à identificação criminal do cidadão civilmente identificado tem caráter absoluto também em relação ao legislador, a quem a Constituição não conferiu qualquer ressalva.

**A:** incorreta. A obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens podem ser estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido (até as forças da herança). É o que se extrai do art. 5º, XLV, parte final, da CF; **B:** incorreta. A prática de racismo é considerada crime sujeito à pena de reclusão (art. 5º, XLII, da CF); **C:** correta. Art. 5º, § 3º, da CF; **D:** incorreta. Art. 5º, LVIII, da CF.

„C.“  
Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Com relação à prisão e à ação penal na Constituição, assinale a opção correta.

- (A) Em determinadas situações, poderá a lei vedar ao preso civil o direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
- (B) De acordo com a Constituição da República, ninguém será levado à prisão ou nela será mantido quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
- (C) Não se admite a prisão civil por dívida do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia.
- (D) É inadmissível ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal pelo Ministério Público.

**A:** incorreta. O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial e não há exceção a essa regra (art. 5º, LXIV, da CF); **B:** correta. É o que dispõe o art. 5º, LXVI, da CF; **C:** incorreta. O art. 5º, LXVII, da CF determina que, em regra, não há prisão civil por dívida, mas excepciona tal comando em duas hipóteses: devedor de alimentos e depositário infiel. Neste último caso não há mais possibilidade, pois o STF editou a Súmula vinculante 25 determinando que é ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito; **D:** incorreta. O art. 5º, LIX, da CF trata o assunto de forma contrária, admitindo a ação privada se o Ministério Público não propuser a ação penal pública dentro do prazo legal.

„B.“  
Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2004.ES) Acerca de direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- (A) Se dois motoristas multados por excesso de velocidade julgarem ilegal a aplicação da penalidade e decidirem impugná-la judicialmente, a ação cabível para anulá-la será o mandado de segurança coletivo.
- (B) A Constituição da República permite que delegados de polícia determinem a prisão de suspeitos para fins de averiguação, desde que estes permaneçam detidos em salas individuais.
- (C) Violaria a Constituição da República a aprovação de emenda constitucional que impusesse aos presos a obrigação de trabalharem quarenta horas semanais e determinasse que a renda obtida com esse trabalho seria revertida ao custeio do sistema penitenciário brasileiro.
- (D) O direito constitucional de inviolabilidade do domicílio aplica-se apenas a imóveis residenciais.

**A:** incorreta. Os motoristas não dispõem de legitimidade para tanto. O art. 5º, LXX, da CF determina que o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por: a) partido político com representação no Congresso Nacional; b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados; **B:**

incorreta (art. 5º, LXI, da CF). A *prisão para averiguação* não se coaduna com a vigente ordem constitucional; **C:** correta (art. 5º, XLVII, c, c/c o art. 60, § 4º, IV, ambos da CF; **D:** art. 5º, XI, da CF); **D:** incorreta. Em conformidade com a doutrina e a jurisprudência, o conceito de *casa* abrange, além dos imóveis residenciais, as oficinas, os escritórios, as empresas, o quarto de hotel etc.

„C.“  
Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2004.ES) Amélia é uma brasileira pobre e Marcos é um rico empresário brasileiro. Por força constitucional, ambos têm direito a obter de forma gratuita

- (A) o registro civil de nascimento.
- (B) o registro de óbito.
- (C) a assistência jurídica prestada pelo Estado.
- (D) a celebração de casamento civil.

**A:** incorreta. O art. 5º, LXXVI, a, da CF limita a gratuidade do registro civil tão somente para os reconhecidamente pobres; **B:** incorreta. O art. 5º, LXXVI, b, da CF determina que a gratuidade da certidão de óbito só é aplicável aos reconhecidamente pobres; **C:** incorreta. O art. 5º, LXXIV, da CF dispõe que a assistência jurídica gratuita vale somente àqueles que comprovarem insuficiência de recursos; **D:** correta. É o que determina o art. 226, § 1º, da CF.

„D.“  
Gabarito

(FGV – 2009) São assegurados o contraditório e a ampla defesa:

- (A) apenas aos litigantes em processos judiciais.
- (B) aos acusados em geral e aos litigantes, tanto em processos judiciais como em administrativos.
- (C) apenas aos acusados em processos criminais.
- (D) aos litigantes e acusados apenas em processos judiciais.
- (E) aos acusados em processos judiciais e administrativos, quando demonstrarem necessidade financeira.

Art. 5º, LV, da CF.

„B.“  
Gabarito

(FGV – 2009) Ao estabelecer que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário nenhuma lesão ou ameaça a direito”, o inciso XXXV, do artigo 5º, da Constituição Federal está:

- (A) conferindo aos juízes em geral o poder de controle concentrado de constitucionalidade.
- (B) conferindo a todos os membros do Judiciário o poder de derrogar uma lei que lese ou ameace um direito fundamental.
- (C) conferindo aos juízes e tribunais o controle difuso de constitucionalidade.
- (D) conferindo apenas aos tribunais o controle difuso de constitucionalidade.
- (E) conferindo tanto aos juízes de primeira instância, como aos tribunais, apenas o controle concentrado de constitucionalidade.

O art. 5º, XXXV, da CF, estabelece o princípio da inafastabilidade da jurisdição, o que equivale à atribuição, a qualquer membro do Poder Judiciário, de verificar a compatibilidade entre uma lei ou ato normativo e a Constituição Federal. Ou seja: essa noção coincide com o conceito de controle difuso de constitucionalidade.

„C.“  
Gabarito



(FGV – 2008) A respeito do catálogo de direitos fundamentais da Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas a seguir:

- I. É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- II. É garantido o direito de propriedade. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados casos previstos na própria Constituição.
- III. É vedada a cominação de pena de caráter perpétuo, salvo no caso de condenação por crimes considerados hediondos, na forma da lei.
- IV. Nenhum brasileiro será extraditado, exceto no caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e em crime de terrorismo, na forma da lei.
- V. Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise à anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus de sucumbência.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I, III e V estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I, IV e V estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I, II e V estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas I, II, IV e V estiverem corretas.

I: correta (art. 5º, XIV, da CF); II: correta (art. 5º, XXII e XXIV, da CF); III: incorreta. O art. 5º, XLVII, “b”, da CF, não estabelece exceções; IV: incorreta. Não reflete o disposto no art. 5º, LI, da CF; V: correta (art. 5º, LXXIII, da CF).

“D.” Gabarito

(FGV – 2008) A respeito do catálogo de direitos fundamentais da Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas a seguir:

- I. A todos é assegurado o direito de reunião, para fins pacíficos, em locais abertos ao público, independentemente de autorização e de aviso prévio à autoridade competente.
- II. A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação de autoridade judicial ou de Presidente de Comissão Parlamentar de Inquérito.
- III. Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- IV. A apreciação pelo Poder Judiciário de lesão ou ameaça a direito será assegurada na forma da lei, desde que observados os limites previstos em lei complementar.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (D) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

I: incorreta. Não reflete o disposto no art. 5º, XVI, da CF; II: incorreta. Não reflete o disposto no art. 5º, XI, da CF; III: correta. Art. 5º, XXXIII, da CF; IV: incorreta. Não reflete o disposto no art. 5º, XXXV, da CF.

“D.” Gabarito

(FGV – 2008) A Constituição da República, em seu art. 5º, dispõe acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos. Entre esses direitos, firma o texto constitucional o princípio do acesso ao Poder Judiciário, segundo o qual não se pode excluir da apreciação judicial qualquer lesão ou ameaça de direito. Acerca desse princípio, é correto afirmar que:

- (A) pode ser condicionado ao prévio esgotamento da instância administrativa.
- (B) assegura o direito de pleitear prestação jurisdicional sempre que algum direito for lesado ou ameaçado.
- (C) pode ser limitado por lei.
- (D) pode estar condicionado à impetração de recurso, com efeito suspensivo, na via administrativa.
- (E) está condicionado, no próprio texto constitucional, ao pagamento de taxas judiciárias.

O princípio da inafastabilidade da jurisdição, insculpido no art. 5º, XXXV, da CF, é norma de eficácia plena e aplicabilidade imediata. Somente a própria Constituição pode estabelecer exceções ou condicionamentos ao seu exercício (como o fez no art. 217, § 1º, da CF).

“B.” Gabarito

(FGV – 2008 - adaptada) A respeito dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Constituição Federal/1988 assegura o direito à vida, admitindo, no entanto, a pena de morte em caso de guerra declarada pelo Presidente da República, devidamente autorizado pelo Senado Federal.
- (B) Somente o cidadão tem legitimidade para a proposição da ação popular, podendo o autor ficar sujeito ao pagamento das custas judiciais.
- (C) Nos casos de desapropriação em que o bem de produção urbano não cumpre a sua função social, a indenização poderá ser em dinheiro ou em títulos da dívida pública.
- (D) As associações só poderão ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.

A: incorreta. Não reflete o disposto no art. 5º, XLVII, “a”, da CF, que não prevê autorização pelo Senado Federal; B: correta. Art. 5º, LXXIII, da CF; C: incorreta. Não reflete o disposto no art. 5º, XXIV, da CF. O pagamento em títulos da dívida agrária está previsto para a hipótese do art. 184 da CF (imóvel rural); D: incorreta. O art. 5º, XIX, da CF, só exige trânsito em julgado para a dissolução compulsória da associação. A suspensão de atividades, apesar de só poder ser determinada por decisão judicial, pode ocorrer antes do trânsito em julgado.

“B.” Gabarito

(FGV – 2008) A Constituição de 1988 prevê, em caso de prisão em flagrante delito, que a autoridade policial, a quem for apresentado o preso, tomará, dentre outras, as seguintes providências:

- (A) informará ao preso, antes de tomar seu depoimento, o direito de permanecer calado, advertindo-o de que seu silêncio pode ser interpretado em seu prejuízo.
- (B) informará ao preso seus direitos, dentre os quais o de permanecer calado e o de ser assistido por advogado, e comunicará a prisão imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- (C) comunicará a prisão imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público, à defensoria pública e à Ordem dos Advogados do Brasil.
- (D) relaxará imediatamente a prisão, se for ilegal, ou decretará sua prisão cautelar, se presentes os requisitos legais.
- (E) conduzirá imediatamente o preso que não possuir advogado à presença do juiz competente, e este lhe designará advogado dativo para acompanhar o interrogatório policial.

Art. 5º, LXII e LXIII, da CF. O direito à não autoincriminação impede que o silêncio seja interpretado em prejuízo do réu. Além disso, a decretação de prisão e o relaxamento de prisões ilegais só podem ser determinados pela autoridade judiciária competente (art. 5º, LXI e LXV, da CF).

Gabário "B."

## 5.2. Remédios constitucionais

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Assinale a opção correta acerca de remédios constitucionais.

- (A) A ação popular é o remédio constitucional cabível para o cidadão atacar ato lesivo à moralidade, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- (B) O *habeas data* é o remédio constitucional apropriado sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (C) São gratuitas as ações de *habeas corpus*, *habeas data* e mandado de segurança, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- (D) O mandado de injunção será concedido para assegurar o conhecimento de informações, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, relativas à pessoa do impetrante.

**A:** correta (art. 5º, LXXIII, da CF) e Lei 4.717/1965 (Lei de Ação Popular); **B:** incorreta (art. 5º, LXXI, da CF – mandado de injunção). A falta de norma regulamentadora que inviabiliza o exercício de certos direitos é sanada pelo mandado de injunção (mecanismo de controle difuso de constitucionalidade) ou pela ação direta de inconstitucionalidade por omissão (mecanismo de controle concentrado de constitucionalidade); **C:** incorreta. O mandado de segurança não é uma ação gratuita (art. 5º, LXXVII, da CF); **D:** incorreta. A alternativa trata de situação em que é cabível a impetração de *habeas data* (art. 5º, LXXII, da CF).

Gabário "A."

(FGV – 2009) A respeito da ação constitucional de mandado de segurança, assinale a alternativa que não expressa a jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal.

- (A) Controvérsia sobre matéria de direito não impede concessão de mandado de segurança.

- (B) É constitucional a lei que fixa prazo de decadência para impetração de mandado de segurança.
- (C) Não cabe mandado de segurança enquanto não for apreciado pedido de reconsideração do ato feito em via administrativa.
- (D) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes.
- (E) A entidade de classe tem legitimação para o mandado de segurança ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.

**A:** correta. Súmula 625 do STF. As controvérsias sobre matéria de fato impedem a concessão de mandado de segurança, pois o direito protegido pelo *mandamus* deve ser comprovado de plano, não comportando dilação probatória; **B:** correta. Súmula 632 do STF; **C:** incorreta, devendo ser assinalada. As hipóteses de não cabimento de mandado de segurança estão previstas no art. 5º da Lei 12.016/2009. Súmula 430 do STF: "Pedido de reconsideração na via administrativa não interrompe o prazo para o mandado de segurança"; **D:** correta. Súmula 629 do STF; **E:** correta. Súmula 630 do STF.

Gabário "C."

(FGV – 2008) Conceder-se-á *habeas data*:

- (A) para assegurar a integridade moral do cidadão.
- (B) quando o responsável pela ilegalidade for autoridade pública.
- (C) para proteger o direito líquido e certo não amparado por *habeas corpus*.
- (D) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- (E) quando o responsável pela ilegalidade for agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições de Poder Público.

Todas alternativas encontram fundamento no art. 5º, LXXII, "a" e "b", da CF.

Gabário "D."

(FGV – 2007) No que tange à Tutela Constitucional dos Direitos e das Liberdades, é correto afirmar que:

- (A) não há a necessidade da negativa da via administrativa para justificar o ajuizamento do *habeas data*, pois o interesse de agir está sempre presente, por tratar-se de uma ação constitucional, de caráter civil, que tem por objeto a proteção do direito líquido e certo do impetrante em conhecer todas as informações e registros à sua pessoa e constantes de repartições públicas ou particulares acessíveis ao público, para eventual retificação de seus dados pessoais.
- (B) cabe *habeas corpus* contra qualquer decisão condenatória, seja condenação a pena de multa ou a pena privativa de liberdade. Cabe, ainda, contra decisão relativa a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada, dada a relevância desse instituto.
- (C) o pedido de reconsideração na via administrativa interrompe o prazo para o mandado de segurança.
- (D) controvérsia sobre matéria de direito não impede concessão de mandado de segurança.

(E) a impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor de associados depende da autorização destes.

**A:** incorreta. Não reflete o disposto na Súmula 2 do STJ: “Não cabe o *habeas data* (CF, Art. 5º, LXXII, letra a) se não houve recusa de informações por parte da autoridade administrativa”. Da mesma forma, o STF entende que a prova do anterior indeferimento administrativo do pedido de informação de dados pessoais, ou da omissão em atendê-lo, constitui requisito indispensável para que se concretize o interesse de agir no *habeas data*; **B:** incorreta. Não reflete o disposto na Súmula 693 do STF: “Não cabe *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada”; **C:** incorreta. Não reflete o disposto na Súmula 430 do STF: “Pedido de reconsideração na via administrativa não interrompe o prazo para o mandado de segurança”; **D:** correta, a teor da Súmula 625 do STF; **E:** incorreta. Não reflete o disposto na Súmula 629 do STF: “A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes”.

Gabárito “D”

### 5.3. Teoria geral dos direitos fundamentais

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) O descaso para com os problemas sociais, que veio a caracterizar o État-Gendarme, associado às pressões decorrentes da industrialização em marcha, o impacto do crescimento demográfico e o agravamento das disparidades no interior da sociedade, tudo isso gerou novas reivindicações, impondo ao Estado um papel ativo na realização da justiça social. O ideal absenteísta do Estado liberal não respondia, satisfatoriamente, às exigências do momento. Uma nova compreensão do relacionamento Estado/sociedade levou os poderes públicos a assumir o dever de operar para que a sociedade lograsse superar as suas angústias estruturais. Daí o progressivo estabelecimento pelos Estados de seguros sociais variados, importando intervenção intensa na vida econômica e a orientação das ações estatais por objetivos de justiça social.

Gilmar Ferreira Mendes et al. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 223 (com adaptações).

Esse texto caracteriza, em seu contexto histórico, a

- (A) primeira geração de direitos fundamentais.
- (B) segunda geração de direitos fundamentais.
- (C) terceira geração de direitos fundamentais.
- (D) quarta geração de direitos fundamentais.

**A:** incorreta. Os direitos fundamentais de primeira geração correspondem às liberdades públicas e aos direitos políticos; **B:** correta. Trata-se dos chamados direitos sociais ou direitos fundamentais de segunda geração. Estão relacionados no art. 6º da CF. Hodiernamente, as Constituições, com o fito de ver concretizada a igualdade real em situações sociais desiguais, estabelece normas de compensação, conferindo melhores condições aos mais necessitados; **C:** incorreta. Os de terceira geração são aqueles que decorrem de profundas alterações verificadas na população em geral, tais como desenvolvimento tecnológico e preocupação com o meio ambiente; **D:** incorreta. Por fim, os direitos de quarta geração são produto do avanço no campo da engenharia genética.

Gabárito “B”

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) Acerca da teoria geral dos direitos fundamentais, assinale a opção correta.

- (A) O dispositivo constitucional que assegura que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito é um direito e não uma garantia.
- (B) O direito ao progresso é um exemplo de direito fundamental de segunda geração ou dimensão.
- (C) Os direitos fundamentais são relativos e históricos, pois podem ser limitados por outros direitos fundamentais e surgem e desaparecem ao longo da história humana.
- (D) Quando previstos em tratados e convenções internacionais, os direitos fundamentais são equivalentes às emendas constitucionais.

**A:** incorreta. Direito é a vantagem conferida pela norma constitucional; já garantia, como é o caso, é o instrumento apto a assegurar o exercício desse direito; **B:** incorreta. Trata-se de direito de terceira geração; **C:** correta. Os direitos fundamentais têm como características, dentre outras, a *historicidade* e o caráter *relativo*, na medida em que nascem, modificam-se e desaparecem; **D:** incorreta. Art. 5º, § 3º, da CF.

Gabárito “C”

(FGV – 2009) A Constituição da República Federativa do Brasil apresenta um extenso catálogo de direitos e garantias fundamentais, tanto individuais como coletivos, sendo que tais normas definidoras de direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, por expressa previsão constitucional. O texto constitucional também é claro ao prever que direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte. Por ocasião da promulgação da Emenda Constitucional de nº 45, em 2004, a Constituição passou a contar com um § 3º, em seu artigo 5º, que apresenta a seguinte redação: “Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais”. Logo após a promulgação da Constituição, em 1988, o Brasil ratificou diversos tratados internacionais de direitos humanos, dentre os quais se destaca a Convenção Americana de Direitos Humanos, também chamada de Pacto de San José da Costa Rica (tratado que foi internalizado no ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto nº 678/1992), sendo certo que sua aprovação não observou o *quorum* qualificado atualmente previsto pelo art. 5º, § 3º, da Constituição (mesmo porque tal previsão legal sequer existia). Tendo como objeto a Convenção Americana de Direitos Humanos, segundo a recente orientação do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta sobre o *Status* Jurídico de suas disposições.

- (A) *Status* de Lei Ordinária.
- (B) *Status* de Lei Complementar.
- (C) *Status* de Lei Delegada.
- (D) *Status* de Norma Supralegal.
- (E) *Status* de Norma Constitucional.

Os tratados internacionais *sobre direitos humanos*, conforme expressa previsão do art. 5º, § 3º, da CF, *podem* ter tratamento diferenciado se

aprovados na forma prevista na Constituição, adquirindo o *status* de emenda constitucional. Assim, a depender da opção *discricionária* do Congresso Nacional, somente serão equivalentes às emendas constitucionais os tratados que observarem o procedimento do art. 5º, § 3º, da CF. Os demais tratados internacionais sobre direitos humanos, não aprovados na forma do art. 5º, § 3º, da CF terão *status supralegal*. O tema é de extrema importância e sofreu uma “virada jurisprudencial” no final de 2008. Até então, o STF entendia que os tratados internacionais, mesmo sobre direitos humanos tinham, em regra, força de *lei ordinária*. A partir do julgamento do RE 466.343-1/SP, Pleno, j. 03.12.2008, rel. Min. Cezar Peluso, *DJe* 05.06.2009, o Tribunal passou a reconhecer a *supralegalidade* dos tratados internacionais sobre direitos humanos. Ou seja: não equivalem às normas constitucionais, mas se encontram em patamar normativo superior ao das leis ordinárias. Dessa forma, pela orientação atual do STF, poderão conviver em nosso ordenamento três tipos de tratados internacionais, com diferentes forças normativas: a) os tratados internacionais *gerais*, com força de lei ordinária; b) os tratados internacionais *sobre direitos humanos* com *status* de emenda constitucional, pois aprovados na forma do art. 5º, § 3º, da CF, e c) os tratados internacionais *sobre direitos humanos* que não observaram o procedimento previsto no art. 5º, § 3º, da CF, que gozam de supralegalidade.

Gabário “D”

(FGV – 2005) Assinale a alternativa correta.

- (A) Na vigência da Constituição de 1988, toda lei que fixe limite de idade para ingresso em carreira de serviço público é inconstitucional.
- (B) O Ministério Público tem o poder de, em procedimento de ordem administrativa, determinar a dissolução compulsória de associação que esteja sendo usada para a prática de atos nocivos ao interesse público.
- (C) Pessoas jurídicas, inclusive de direito público, podem ser titulares de direitos fundamentais.
- (D) A Constituição Federal não tolera nenhum tratamento legislativo diferenciado entre homem e mulher, a não ser os que prevê taxativamente no seu texto.
- (E) Os direitos fundamentais, na ordem constitucional brasileira, não podem ter por sujeitos passivos pessoas físicas.

**A:** incorreta. Não reflete o teor da Súmula 683 do STF: “O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do art. 7º, XXX, da CF, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido”; **B:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 5º, XIX, da CF, que exige decisão judicial com trânsito em julgado para a dissolução de associações (notem que a suspensão de atividades também exige decisão judicial, mas não o trânsito em julgado); **C:** correta, pois de acordo com a doutrina majoritária, pessoas jurídicas também são titulares de direitos fundamentais, inclusive em face de particulares, como, *e.g.*, o direito à imagem; **D:** incorreta. A Constituição Federal tolera tratamento legislativo diferenciado em função do princípio da igualdade. Assim, a igualdade entre homens e mulheres não afasta a possibilidade de estabelecimento de direitos diferenciados para mulheres ou para homens, desde que a distinção obedeça ao princípio da razoabilidade. Por exemplo, não há qualquer inconstitucionalidade em a mulher possuir período de licença-maternidade maior que o da licença-paternidade, notadamente porque a diferenciação se dá em função da necessidade de amamentação da criança (critério razoável). O princípio da igualdade, ao mesmo tempo em que veda as desigualdades, muitas vezes impõe o tratamento desigual; **E:** incorreta. Os direitos fundamentais são oponíveis contra o Estado (eficácia vertical) e entre os próprios particulares (eficácia horizontal dos direitos fundamentais).

Gabário “C”

## 6. DIREITOS SOCIAIS

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Acerca dos direitos sociais na CF, assinale a opção correta.

- (A) O princípio da unicidade sindical, que veda a criação de mais de um sindicato representativo da mesma categoria profissional ou econômica na mesma base territorial, não é extensivo às federações e confederações sindicais.
- (B) Os direitos sociais elencados no art. 7º da CF são aplicáveis, em sua totalidade, aos servidores ocupantes de cargos públicos.
- (C) O aposentado tem direito a votar nas eleições dos sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais, mas não pode integrar a diretoria dessas entidades.
- (D) São assegurados ao trabalhador avulso os mesmos direitos do trabalhador com vínculo empregatício permanente.

**A:** incorreta. (art. 8º, II, da CF); **B:** incorreta. (art. 39, § 3º, da CF); **C:** incorreta. (art. 8º, VII, da CF); **D:** correta. (art. 7º, XXXIV, da CF).

Gabário “D”

(FGV – 2005) Assinale a alternativa que apresente corretamente direitos sociais.

- (A) Educação, saúde e previdência privada
- (B) Educação, assistência aos silvícolas e trabalho
- (C) Saúde, assistência aos desamparados e lazer
- (D) Trabalho, moradia e liberdade de expressão
- (E) Moradia, liberdade de expressão e proteção à infância

Todas alternativas encontram fundamento no o art. 6º, *caput*, da CF. Sobre o tema, importante informar ao aluno de que a EC 90/2015 inseriu o **direito ao transporte** no rol dos Direitos Sociais.

Gabário “C”

## 7. NACIONALIDADE

(FGV – 2007) A respeito do que reza a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e suas atualizações, assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição enumera algumas hipóteses de aquisição de nacionalidade originária, podendo o Congresso Nacional, por meio de Lei Complementar, prever, com base no princípio da dignidade da pessoa humana, outras hipóteses de nacionalidade originária.
- (B) Segundo a Constituição, são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil. A expressão “a serviço da República Federativa do Brasil” há de ser entendida não só como atividade diplomática afeta ao Poder Executivo, mas também como qualquer função associada às atividades da União e dos Estados Federados, excluindo-se, no entanto, os Municípios e suas autarquias e fundações públicas.
- (C) Segundo a Constituição, são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

- (D) Conforme a Constituição, são privativos de brasileiros natos os cargos de Presidente, Vice-Presidente da República; Presidente da Câmara dos Deputados; Presidente do Senado Federal; Presidente de Assembleia Legislativa; Ministros dos Tribunais Superiores; da carreira diplomática; de oficial das Forças Armadas e de Ministro do Estado e da Defesa.
- (E) Será declarada a perda da nacionalidade de brasileiro que adquirir outra nacionalidade, mesmo nos casos de reconhecimento de nacionalidade originária por lei estrangeira, pois nacionalidade é o vínculo político e pessoal que se estabelece entre o Estado e o indivíduo, e, ainda, porque a competência para legislar sobre nacionalidade brasileira é exclusiva do Estado brasileiro.

**A:** incorreta. As hipóteses de nacionalidade originária são apenas as previstas na Constituição (art. 12, I, da CF); **B:** incorreta. De acordo com Gilmar Mendes, Inocêncio Coelho e Paulo Gonet Branco (**Curso de Direito Constitucional**, 8ª Edição, Ed. Saraiva, pag. 666 e 667), “a expressão *a serviço do Brasil* há de ser entendida não só como a atividade diplomática afeta ao Poder Executivo, mas também como qualquer função associada às atividades da União, dos Estados ou dos Municípios ou de suas autarquias. Rezek observa que configura ‘a serviço do Brasil’, para os fins da norma constitucional, o serviço prestado à organização internacional de que a República faça parte, independentemente de o agente ter sido designado ou não pelos órgãos governamentais brasileiros”; **C:** correta. Art. 12, I, “c”, da CF; **D:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 12, § 3º, I a VII, da CF (muito cobrado nas provas da FGV!); **E:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 12, § 4º, II, “a”, da CF.

“C” Gabarito

## 8. DIREITOS POLÍTICOS

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Relativamente aos direitos políticos e aos partidos políticos, assinale a opção correta.

- (A) Os partidos políticos, como pessoas jurídicas de direito público, só adquirem personalidade jurídica após registrarem seus estatutos no Tribunal Regional Eleitoral do estado onde têm sede.
- (B) Para concorrerem a outros cargos, o presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos devem licenciar-se dos respectivos mandatos seis meses antes do pleito.
- (C) A norma que reconhece a facultatividade do voto aos maiores de 70 anos aplica-se às pessoas portadoras de deficiência que torne impossível ou demasiadamente oneroso o cumprimento das obrigações relativas ao alistamento e ao exercício do voto.
- (D) No sistema eleitoral brasileiro, são considerados votos válidos não apenas os votos conferidos à legenda partidária e aos candidatos, mas também os votos nulos e os em branco.

**A:** incorreta. Os partidos políticos são pessoas jurídicas de *direito privado*, cuja aquisição da personalidade jurídica está tão só condicionada ao registro de seus estatutos no Cartório de Registro de Títulos e Documentos; **B:** incorreta. Conforme o art. 14, § 6º, da CF eles devem, em verdade, *renunciar* aos cargos; **C:** correta. O Tribunal Superior Eleitoral entende que a regra constitucional que torna o voto facultativo ao maior de 70 anos tem por fundamento possíveis limitações advindas da idade e que inviabilizariam ou dificultariam a ida dessas pessoas às seções eleitorais. Partindo do pressuposto que a mesma situação ocorre em relação às pessoas portadoras de deficiência, o TSE editou a

Resolução 21.920/2004 eximindo de sanções o deficiente que não votar, em virtude de impossibilidade física ou demasiada onerosidade para chegar ao local das eleições; **D:** incorreta. O art. 77, § 2º, da CF dispõe que considera-se eleito o candidato que obtiver a maioria absoluta dos votos válidos, *não computados* os brancos e nulos.

“C” Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) É correto afirmar que, no sistema eleitoral brasileiro,

- (A) os governadores dos estados são escolhidos pelo sistema majoritário, por maioria absoluta dos votos.
- (B) os deputados federais são escolhidos pelo sistema majoritário, por maioria simples dos votos.
- (C) os senadores são escolhidos pelo sistema proporcional.
- (D) o Presidente da República é escolhido pelo sistema misto.

**A:** correta. De fato os governadores são escolhidos pelo sistema majoritário (art. 28 da CF); **B:** incorreta. O art. 45, *caput*, da CF determina a adoção do sistema proporcional; **C:** incorreta. Conforme dispõe o art. 46, *caput*, do CF o sistema adotado para a escolha dos senadores é o majoritário; **D:** incorreta. Segundo o art. 77, § 2º, da CF considera-se eleito o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos. É o denominado sistema majoritário e não misto, como mencionado na alternativa.

“A” Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) Considere que, nas eleições que serão realizadas em outubro de 2006, o atual governador de determinado estado da Federação concorra à reeleição e sua filha, que tem 35 anos de idade e é filiada ao mesmo partido do pai, pretenda concorrer, pela primeira vez, ao cargo de deputada federal. Nessa situação,

- (A) para concorrer regularmente à reeleição o governador precisaria ter renunciado ao seu cargo seis meses antes da data das eleições.
- (B) a filha do governador é inelegível para o cargo de deputada federal pelo referido estado, mas seria elegível para o cargo de Presidente da República.
- (C) se o governador e a sua filha se candidatassem por partidos diferentes, ambos poderiam concorrer regularmente no referido pleito eleitoral.
- (D) pai e filha podem candidatar-se regularmente aos referidos cargos, mas, se ambos forem efetivamente eleitos, a filha não poderá tomar posse como deputada federal, pois a Constituição da República veda a diplomação de deputados que sejam parentes de até segundo grau dos respectivos governadores.

**A:** incorreta. O governador não precisa renunciar ao cargo seis meses antes do pleito para concorrer à reeleição. Tal regra só se aplicaria se ele estivesse concorrendo a outro cargo, conforme §§ 5º e 6º do art. 14 da CF; **B:** correta. A *inelegibilidade reflexa* (que é a dos parentes dos políticos) é tida como relativa e não absoluta, *pois abrange apenas o território de jurisdição do titular do mandato*. Dessa maneira, a filha do governador não pode se candidatar ao cargo de deputada federal do estado em que o pai é governador, mas pode ser candidata ao cargo da Presidência da República (art. 14, § 7º, da CF); **C e D:** incorretas, pelo mesmo fundamento da alternativa anterior. Nesses casos há aplicação da regra contida no § 7º do art. 14 da CF que trata da inelegibilidade reflexa.

“B” Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) Por força do ordenamento constitucional, os eleitos pelo sistema proporcional incluem o(s)

- (A) deputados federais.
- (B) prefeitos de Municípios com menos de 200 mil eleitores.
- (C) senadores da República.
- (D) presidente do STF.

**A:** correta, conforme o art. 45, *caput*, da CF. **B, C e D:** incorretas, pois o Presidente da República, o Senador e os Prefeitos dos Municípios de até 200 mil eleitores são eleitos pelo sistema majoritário. A única diferença é que a eleição do Presidente obedece ao sistema majoritário de dois turnos e a dos Senadores e Prefeitos de Municípios com até 200 mil eleitores, ao sistema majoritário simples. Por ele, considera-se eleito, num único turno, o candidato que receber o maior número de votos, sendo irrelevante a diferença de votos existente entre os demais candidatos.

Gabário "A."

(FGV – 2008) A respeito dos direitos políticos regidos na Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

- (A) Lei complementar poderá estabelecer outros casos de inelegibilidade além dos previstos na Constituição.
- (B) Apenas os brasileiros natos são elegíveis, não podendo se candidatar a cargos eletivos os estrangeiros residentes no Brasil e os brasileiros naturalizados.
- (C) Os analfabetos podem se alistar como eleitores e se candidatar apenas a cargos eletivos no âmbito do Poder Legislativo.
- (D) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, apenas mediante plebiscito e referendo popular.
- (E) Serão admitidas candidaturas de brasileiros que não sejam filiados a partidos políticos, excepcionalmente, na forma de lei complementar.

**A:** correta. Art. 14, § 9º, da CF; **B:** incorreta. Apenas os cargos listados no art. 12, § 3º, da CF, são próprios de brasileiros natos. Os demais exigem nacionalidade brasileira (art. 14, § 3º, I, da CF), mas podem ser ocupados por brasileiros naturalizados; **C:** incorreta. Art. 14, § 1º, II, "a" e § 4º, da CF. Os analfabetos são inelegíveis, ou seja, não podem se candidatar (não têm capacidade eleitoral passiva), mas seu voto é facultativo (podem votar, possuem capacidade eleitoral ativa, desde que exerçam essa vontade); **D:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 14, I, II e III da CF; **E:** incorreta. A filiação partidária é condição de elegibilidade, ou seja, o direito brasileiro não permite "candidaturas avulsas" (art. 14, § 3º, V, da CF).

Gabário "A."

## 9. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

### 9.1. Organização político-administrativa. União, Estados, DF, Municípios e Territórios

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Nos termos da Constituição de 1988, o Estado federal brasileiro

- (A) é formado pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal (DF), todos autônomos, sendo apenas a União detentora do atributo da soberania.

(B) adota um sistema de repartição de competências que enumera os poderes da União, define indicativamente os dos municípios e atribui os poderes remanescentes para os estados.

(C) destina à União, como ente central, competências de caráter exclusivo e privativo, restando aos Estados, ao DF e aos Municípios apenas o exercício de competências legislativas em caráter remanescente e suplementar.

(D) não admite que os Municípios, mesmo de forma suplementar, possam legislar sobre as matérias que são objeto da legislação federal e estadual.

Os arts. 21 e 22 da Constituição cuidam, respectivamente, da *competência material exclusiva* e da *competência legislativa privativa* da União; já os arts. 23 e 24, também da Constituição, tratam da *competência comum* com outros entes e da *competência legislativa concorrente* com os Estados, respectivamente. Aos Estados, por força do que dispõe o art. 25, § 1º, da CF, são reservadas as competências remanescentes.

Gabário "B."

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Acerca do sistema federativo brasileiro, assinale a opção correta.

- (A) A instituição, pelos Estados, de regiões metropolitanas depende da edição de lei complementar federal.
- (B) A lei federal é hierarquicamente superior à lei estadual.
- (C) Compete ao Presidente da República decretar a intervenção federal.
- (D) É permitida a divisão do Distrito Federal em Municípios, desde que feita por lei distrital precedida de consulta prévia, mediante plebiscito, da população interessada.

**A:** incorreta. O art. 25, § 3º, da CF exige, dentre outros requisitos, lei complementar estadual (e não federal) para a instituição de regiões metropolitanas; **B:** incorreta. Ambas são leis ordinárias e não há hierarquia entre elas; **C:** correta. Conforme o art. 84, X, da CF cabe ao chefe do Executivo federal decretar a intervenção federal. Desse modo, se estivessemos tratando de intervenção estadual, seria competente para decretá-la o Governador do respectivo Estado; **D:** incorreta. O Distrito Federal não pode ser dividido em Municípios (art. 32 da CF).

Gabário "C."

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Acerca do sistema federativo brasileiro, julgue os itens que se seguem.

- I. Territórios podem ser criados por lei complementar, desde que haja consulta prévia às populações interessadas.
- II. Estados podem celebrar tratados internacionais sobre matérias de sua competência, desde que autorizados previamente pelo Congresso Nacional.
- III. Nenhum dos entes federais detém, singularmente, o atributo da soberania.
- IV. São bens da União os sítios arqueológicos e pré-históricos.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) III e IV.

**I:** incorreta. O art. 18, § 2º, da CF determina que a criação de território depende de lei complementar, mas *não* exige a consulta prévia às

populações interessadas; **II**: incorreta. Os Estados-membros *não* são sujeitos de direito internacional público (art. 49, I, e 84, VIII, ambos da CF; **III**: correta. O art. 1º, I, da CF aloca a soberania como fundamento da República Federativa do Brasil, que é formada pelos entes federais: União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios; **IV**: correta, conforme art. 20, X, da CF.

„D.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) O município de Aracaju editou lei que obriga todo estabelecimento bancário instalado em seu território a pagar multa de R\$ 120,00 ao consumidor, toda vez que ele esperar atendimento por mais de 30 minutos na fila do banco. Em relação à situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- (A) A lei é inconstitucional porque cabe à União legislar sobre instituições bancárias.
- (B) A parte da lei que dispõe sobre multa é inconstitucional porque somente lei federal ou o Banco Central podem fixar sanção pecuniária e aplicá-la a banco infrator.
- (C) A lei é inconstitucional porque cabe aos Estados legislar sobre as competências residuais da Constituição Federal de 1988.
- (D) A lei é constitucional, na medida em que cabe aos Municípios dispor sobre o tempo de atendimento nas agências localizadas em seu território.

Segundo o STF, a fixação do horário de funcionamento dos estabelecimentos bancários é matéria da competência da União (RE 130683-1/SP, 1ª T., j. 22.09.1992, rel. Min. Ilmar Galvão, DJ 09.10.1992). Diversamente, a lei que cuida do tempo de espera para o atendimento na instituição bancária, por tratar-se de assunto de *interesse local* (art. 30, I, da CF), é da competência municipal. Desse modo, a lei do município de Aracaju que dispõe sobre o tempo de atendimento nas agências localizadas em seu território é tida como constitucional.

„D.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) Acerca da organização da federação brasileira, assinale a opção correta.

- (A) No âmbito da competência comum, lei complementar da União fixará normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal (DF) e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.
- (B) A intervenção da União nos Estados ou no DF, na hipótese de inexecução de lei federal, dispensada a apreciação pelo Congresso Nacional ou pela assembleia legislativa, deverá ser determinada pelo STF, após representação do Procurador-Geral da República, sendo que o decreto de intervenção limitar-se-á a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade.
- (C) Para a criação de um Município, é necessária a edição de uma lei autorizativa estadual; de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos; e, por fim, o estudo de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei federal.
- (D) O rio Amazonas, que se estende pelos Estados do Amazonas e do Pará, não é um bem da União.

**A**: incorreta. O art. 23, parágrafo único, da CF *não* exige que seja lei complementar **“da União”**; **B**: correta. É o que se extrai dos arts. 34,

VI, e 36, III e § 3º, da CF; **C**: incorreta. O art. 18, § 4º, da CF determina que a primeiro ato a ser realizado é o estudo de viabilidade municipal; **D**: incorreta, conforme art. 20, III, da CF.

„B.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) Acerca da organização do Estado, na forma como prevista na Constituição Federal, assinale a opção correta.

- (A) A Federação é forma de Estado, ao passo que a República é forma de governo.
- (B) Viola um princípio sensível, constante da Constituição Federal, o fato de um Estado-membro proceder ao provimento de cargo efetivo no âmbito da administração pública centralizada sem realizar concurso público.
- (C) É cláusula pétrea a regra constitucional segundo a qual a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- (D) No âmbito da competência concorrente, a ausência de norma estadual possibilita ao município dispor sobre a matéria de forma supletiva. O advento de norma estadual suspende a execução da norma municipal com ela incompatível, de forma que, revogada a lei estadual superveniente, a norma municipal volta a vigor.

**A**: correta. Art. 1º, *caput*, da CF. Forma de Estado: *Estado unitário* e *Estado federal*. Adotou o Brasil o *princípio federativo*. Forma de governo: *Monarquia* e *República*. Esta última foi por nós adotada; **B**: incorreta. Art. 37, II, da CF; **C**: incorreta. Art. 60, § 5º, da CF; **D**: incorreta. Art. 24, §§ 1º a 3º, da CF.

„A.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) Considere que, para o Estado de Minas Gerais (MG) ter acesso ao mar, alguns parlamentares desse Estado advoguem a incorporação a MG do território do Espírito Santo (ES). Nessa situação, a referida incorporação

- (A) seria inconstitucional, por violação do princípio federativo.
- (B) somente poderia ser realizada por meio da edição de uma emenda à Constituição da República.
- (C) deveria ser realizada mediante lei complementar federal, que somente entraria em vigor caso fosse referendada pela maioria absoluta dos eleitores domiciliados tanto em MG quanto no ES.
- (D) dependeria da prévia aprovação tanto da população de MG quanto da população do ES.

O § 3º do art. 18 da CF traz as regras sobre a criação e a extinção dos Estados. Fala-se em incorporação (ou fusão), subdivisão (ou cisão) e desmembramento. Para todas as hipóteses há alguns requisitos comuns e cumulativos. São os seguintes: a) realização de um plebiscito: significa que a *população interessada deve*, necessariamente, *aprovar*, por meio de um plebiscito, a *formação* de um novo Estado. Somente após essa aprovação que o segundo requisito é verificado. Desse modo, fala-se que a realização do plebiscito é condição essencial à fase posterior; b) existência de um projeto de lei complementar; c) audiência nas Assembleias Legislativas e d) aprovação por parte do Congresso Nacional.

„D.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) A Constituição da República determina, em seu art. 22, inciso XI, que compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte. Se uma emenda à Constituição excluísse do texto constitucional o referido inciso XI, a competência para legislar acerca de trânsito

- (A) passaria à competência dos Estados.
- (B) passaria à competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- (C) permaneceria sendo uma competência privativa da União, dado que as normas que fixam as competências dos órgãos federativos não podem ser alteradas por emenda constitucional.
- (D) permaneceria na competência da União, por ser da União a competência legislativa residual.

Os Estados-membros possuem a chamada competência remanescente, pois a Constituição não definiu os assuntos a serem por eles legislados (art. 25, § 1º, da CF). Desse modo, os Estados legislam sobre aquilo que não lhes sejam vedados. Assim, se uma emenda constitucional excluir algo que é da competência privativa da União e não proibir que os Estados legislem sobre tal assunto, significa que eles exercerão a competência remanescente, podendo tratar do tema.

Gabário "A."

(FGV – 2009) Na esfera das competências legislativas concorrentes, estabelecidas pelo artigo 24 da Constituição Federal, analise as afirmativas a seguir:

- I. A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- II. Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
- III. A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende integralmente a eficácia da lei estadual.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

I: correta. Art. 24, § 2º, da CF; II: correta. Art. 24, § 3º, da CF; III: incorreta. Só no que lhe for contrário (art. 24, § 4º, da CF).

Gabário "D."

(FGV – 2008) Os territórios federais integram a União, e sua reintegração ao Estado de origem será regulada em lei:

- (A) complementar.
- (B) ordinária.
- (C) delegada.
- (D) complexa.
- (E) mista.

Todas as alternativas encontram fundamento no art. 18, § 2º, da CF.

Gabário "A."

(FGV – 2008) Sobre a repartição constitucional de competências dos entes federativos, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei.

(B) Compete privativamente à União legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.

(C) Compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre direito tributário, eleitoral, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.

(D) Compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre educação, cultura, ensino e desporto.

(E) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

A: correta. Art. 21, XI, da CF; B: correta. Art. 22, IV, da CF; C: incorreta, devendo ser assinalada. A competência legislativa eleitoral não é concorrente (art. 24, I, da CF), mas privativa da União (art. 22, I, da CF); D: correta. Art. 24, IX, da CF; E: correta. Art. 23, IX, da CF.

Gabário "C."

(FGV – 2008) A Federação dota seus membros de triplíce capacidade, a saber:

- (A) auto-organização, autonormatização e autogoverno.
- (B) autogoverno, autoadministração e autofinanciamento.
- (C) auto-organização, autogoverno e autoadministração.
- (D) auto-organização, autonormatização e automanutenção.
- (E) autoarrecadação, autogoverno e autogerenciamento.

Os entes federativos são autônomos e, segundo a doutrina, a autonomia consiste na capacidade de auto-organização (cada um dos entes federativos pode elaborar sua própria Constituição), autogoverno (garantia assegurada ao povo de escolher seus próprios dirigentes e de, através deles, editar leis) e autoadministração (capacidade assegurada aos Estados de possuir administração própria, faculdade de dar execução às leis vigentes).

Gabário "C."

(FGV – 2008) Estão em desacordo com o sistema de repartição de competências adotado pela Constituição Federal/1988:

- (A) poderes delegados para a União.
- (B) poderes remanescentes para os Estados.
- (C) poderes definidos indicativamente para os Municípios.
- (D) áreas comuns de atuações paralelas da União, Estado, Distrito Federal e Municípios.
- (E) setores concorrentes entre União e Estados.

Tomando por base a divisão de competências entre *administrativas, legislativas e tributárias*, pode-se dizer, em linhas gerais, que o sistema de repartição de competências adotado pela Constituição Federal de 1988 abrange: a) competências administrativas exclusivas da União (art. 21 da CF); b) competências administrativas comuns da União, Estados, Distrito Federal e Municípios (art. 23 da CF); c) competências legislativas privativas da União (art. 22 da CF); d) competências legislativas concorrentes da União, Estados, Distrito Federal (e, no que couber, dos Municípios) (art. 24 da CF); e) competências legislativas e administrativas remanescentes dos Estados (art. 25, § 1º, da CF); f) competência tributária expressa da União (art. 153 da CF); g) competência tributária residual da União (art. 154, I, da CF); h) competência tributária extraordinária da União (art. 154, II, da CF); i) competência tributária expressa dos Estados (art. 155 da CF); j) competências tri-



butárias expressas dos Municípios (art. 156 da CF) e k) competências privativas dos Municípios (art. 30, III a IX, da CF). Importante notar que as competências *administrativas* e *legislativas* residuais são conferidas aos Estados, mas a competência *tributária* residual é da União.

Gabarito "A."

(FGV – 2008) Na organização de distritos, o Município deve observar a legislação:

- (A) estadual.
- (B) local.
- (C) complementar.
- (D) nacional.
- (E) federal.

Todas as alternativas encontram fundamento no art. 30, IV, da CF.

Gabarito "A."

(FGV – 2008) É competência administrativa dos Municípios:

- (A) manter o serviço postal.
- (B) conceder anistia.
- (C) manter programa de educação pré-escolar, com colaboração das demais entidades da federação.
- (D) organizar e manter os serviços oficiais de estatística.
- (E) classificar, de forma indicativa, as diversões públicas.

**A, B, D e E:** incorretas. Competências da União (art. 21, X, XV, XVI e XVII, da CF); **C:** correta. O art. 30, VI, da CF, teve sua redação alterada pela EC 53/2006, que substituiu o termo "educação pré-escolar" por "educação infantil", que é da competência municipal.

Gabarito "C."

(FGV – 2008) Possuem competência múltipla em nosso sistema jurídico:

- (A) a União e os Estados.
- (B) a União e o Distrito Federal.
- (C) os Estados e os Municípios.
- (D) a União e os Municípios.
- (E) os Estados e o Distrito Federal.

Tomando por base a divisão de competências entre *administrativas*, *legislativas* e *tributárias*, pode-se dizer, em linhas gerais, que o sistema de repartição de competências adotado pela Constituição Federal de 1988 abrange: a) competências administrativas exclusivas da União (art. 21 da CF); b) competências administrativas comuns da União, Estados, Distrito Federal e Municípios (art. 23 da CF); c) competências legislativas privativas da União (art. 22 da CF); d) competências legislativas concorrentes da União, Estados, Distrito Federal (e, no que couber, dos Municípios) (art. 24 da CF); e) competências legislativas e administrativas remanescentes dos Estados (art. 25, § 1º, da CF); f) competência tributária expressa da União (art. 153 da CF); g) competência tributária residual da União (art. 154, I, da CF); h) competência tributária extraordinária da União (art. 154, II, da CF); i) competência tributária expressa dos Estados (art. 155 da CF); j) competências tributárias expressas dos Municípios (art. 156 da CF) e k) competências privativas dos Municípios (art. 30, III a IX, da CF). Importante notar que as competências *administrativas* e *legislativas* residuais são conferidas aos Estados, mas a competência *tributária* residual é da União.

Gabarito "B."

(FGV – 2008) No que tange à competência constitucional dos entes da Federação, é incorreto afirmar que:

- (A) é competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.

(B) é inconstitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.

(C) compete aos Estados e ao Distrito Federal legislar, concorrentemente com a União, sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico, urbanístico, limitando-se à competência da União, nesses casos, estabelecer normas gerais.

(D) a lei federal é hierarquicamente superior à lei estadual, somente não prevalecendo se houver norma constitucional estadual no mesmo sentido. Igualmente, a lei estadual é hierarquicamente superior à lei municipal, e só não prevalece se houver norma na Lei Orgânica municipal no mesmo sentido.

(E) mediante lei complementar, pode a União Federal autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias de sua competência privativa.

**A:** correta. Súmula 419 do STF; **B:** correta. Súmula vinculante 2 do STF; **C:** correta. art. 24, I e § 1º, da CF; **D:** incorreta, devendo ser assinalada. Não há que se falar em hierarquia entre as normas dos entes federativos, mas sim em respeito à repartição constitucional de competências. Dessa forma, se a Constituição estabelece que a matéria deve ser regulada pelo Município, uma lei federal que disponha sobre aquela matéria será inconstitucional, por ter invadido a competência municipal; **E:** correta. Art. 22, parágrafo único, da CF.

Gabarito "D."

(FGV – 2008) Assinale a alternativa que apresente corretamente o princípio básico para distribuição de competência pelas Unidades da Federação.

- (A) Princípio da isonomia.
- (B) Princípio da autonomia das unidades da federação.
- (C) Princípio da autogestão.
- (D) Princípio da reserva da lei.
- (E) Princípio da predominância do interesse.

**A:** incorreta. O princípio da igualdade e da isonomia informa as relações do Estado com seus súditos e dos particulares entre si, é princípio geral (art. 5º, *caput*, da CF); **B:** incorreta. O princípio da autonomia informa o pacto federativo (art. 18, *caput*, da CF); **C:** incorreta. Não se aplica à distribuição constitucional de competências; **D:** incorreta. Aplicável em âmbito penal (art. 5º, XXXIX, da CF) e, também, em âmbito administrativo (art. 37, II, da CF); **E:** correta. De acordo com a própria FGV, não há hierarquia entre os entes que compõem a Federação, mas pode-se falar em hierarquia de interesses, em que os mais amplos (da União) devem preferir aos mais restritos (dos Estados), noção que se ajusta ao princípio da predominância do interesse.

Gabarito "E."

## 9.2. Intervenção

(FGV – 2008) A respeito do regime constitucional de intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal, analise as afirmativas a seguir:

- I. Decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará interventor, será submetido à apreciação do Senado Federal, no prazo de vinte e quatro horas.
- II. Se a intervenção tiver sido decretada para prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial, fica dispensada a apreciação do decreto de intervenção pelo Poder Legislativo.

- III. Se a intervenção tiver sido decretada para repelir invasão estrangeira, poderá o Presidente da República deixar de submeter o decreto de intervenção ao Poder Legislativo, desde que invoque a ocorrência de grave risco iminente à preservação da integridade territorial e à soberania do Estado Brasileiro.
- IV. A União poderá intervir nos Estados e no Distrito Federal para assegurar a observância da aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.  
 (B) se apenas as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.  
 (C) se apenas as afirmativas II e IV estiverem corretas.  
 (D) se apenas as afirmativas I, II e III estiverem corretas.  
 (E) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.

I: incorreta. Não reflete o disposto no art. 36, § 1º, da CF; II: correta. Art. 36, § 3º, da CF; III: incorreta. A hipótese prevista no art. 34, II, da CF não dispensa a análise pelo Congresso Nacional, pois não se encontra listada no art. 36, § 3º, da CF; IV: correta. Art. 34, VII, "e", da CF.

Gabário "C"

## 10. PODER LEGISLATIVO

### 10.1. Organização e competências do Congresso Nacional

(FGV – 2008) O Congresso Nacional, mediante o Controle Externo, e o Sistema de Controle Interno de cada Poder, de acordo com a Constituição Federal:

- (A) exercerão a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.
- (B) exercerão o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- (C) aplicarão aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
- (D) avaliarão a comprovação da legalidade e dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- (E) fiscalizarão as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.

A: correta. Dispõe o art. 70 da CF que "a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da

administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, é exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder"; B, C, D e E: incorretas, pois tais atribuições dizem respeito apenas ao controle externo.

Gabário "A"

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) A disciplina constitucional sobre a organização dos Poderes Executivo e Legislativo

- (A) permite que o Presidente da República delegue aos ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao advogado-geral da União algumas atribuições que lhe são privativas.
- (B) estabelece que o Presidente da República, nas infrações comuns, só possa ser preso em flagrante delito de crime inafiançável.
- (C) admite que os deputados e senadores sejam proprietários ou controladores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, desde que não ocupem cargos de diretores ou nela exerçam função remunerada.
- (D) autoriza que o deputado ou senador se licencie do cargo para exercer a função de ministro de Estado, mas, não, a de secretário estadual.

A: correta, conforme art. 84, parágrafo único, da CF; B: incorreta. Durante a vigência do mandato, se o Presidente praticar um crime comum, enquanto não houver sentença condenatória ele não poderá ser levado à prisão (imunidade formal no tocante às prisões de natureza cautelar). Desse modo, o Presidente não poderá ter restrita sua liberdade por nenhuma das modalidades de prisão cautelar, ou seja, *não poderá ser preso em flagrante*, preventiva ou provisoriamente, mesmo que presentes os requisitos para a decretação de tais prisões (art. 86, § 3º, da CF); C: incorreta (art. 54, II, a, da CF); D: incorreta. (art. 56, I, da CF).

Gabário "A"

(OAB/Exame Unificado – 2004.ES) Um senador da República eleito pelo Estado do Espírito Santo

- (A) é parte legítima para, isoladamente, propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (STF).
- (B) tem mandato com duração correspondente a oito legislaturas.
- (C) não pode assumir, durante o período de seu mandato eletivo, cargo de presidente de empresa pública federal.
- (D) não pode ser processado, durante o curso do seu mandato, por crime comum ocorrido após sua diplomação.

A: incorreta. O art. 103, II, da CF determina que a Mesa do Senado Federal pode propor ação direta de inconstitucionalidade. Desse modo, um Senador individualmente *não* pode fazê-lo. Vale lembrar que o rol de legitimados é taxativo e indica que somente podem propor ações de controle concentrado no Supremo os seguintes: I – o Presidente da República, II – a Mesa do Senado Federal, III – a Mesa da Câmara dos Deputados, IV – a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal, V – o Governador de Estado ou do Distrito Federal, VI – o Procurador-Geral da República, VII – o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, VIII – partido político com representação no Congresso Nacional e IX – confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional; B: incorreta. O art. 46, § 1º, da CF determina que o mandato do Senador é de 8 (oito) anos. Uma legislatura corresponde ao período de 4 (quatro) anos. Assim,

o mandato do Senador equivaleria a duas legislaturas e não oito; **C**: correta (art. 54, II, b, da CF); **D**: incorreta. Os deputados podem sim ser processados, durante o curso de seus mandatos, mas o julgamento será efetivado pelo Supremo Tribunal Federal – foro por prerrogativa de função (art. 53, § 1º, da CF). Além disso, por crimes comuns ocorridos após a diplomação recebida a denúncia contra o Senador, o Supremo Tribunal Federal deve dar ciência à *Casa respectiva*, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, *poderá*, até a decisão final, *sustar o andamento* da ação.

„C.“  
Gabarito „C.“

(FGV – 2008) Assinale, dentre as matérias abaixo relacionadas, incluídas na competência legislativa do Congresso Nacional, aquelas em que não se exige a sanção do Presidente da República.

- (A) Organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios.
- (B) Tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- (C) Matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações.
- (D) Criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas.
- (E) Concessão de anistia.

Conforme o texto do art. 48 da CF, não estão sujeitas à sanção as matérias previstas nos arts. 49, 51 e 52 da CF, como é o caso do art. 49, I, da CF.

„B.“  
Gabarito „B.“

(FGV – 2008) A respeito da composição e competência legislativa do Senado Federal, analise as afirmativas a seguir:

- I. Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles. Presidirá a sessão de julgamento o Presidente do Supremo Tribunal Federal e a condenação à perda do cargo com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, somente será proferida por dois terços dos votos dessa casa legislativa.
- II. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário. Cada Estado e Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos. A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.
- III. Compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Magistrados, nos casos estabelecidos na Constituição, Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República, Governador de Território, Presidente e diretores do Banco Central, Procurador-Geral da República e titulares de outros cargos que a lei determinar.
- IV. Compete privativamente ao Senado Federal autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

I: correta. Art. 52, I e parágrafo único, da CF; II: correta. Art. 46, *caput* e §§ 1º e 2º, da CF; III: correta. Art. 52, III, “a” a “f”, da CF; IV: correta. Art. 52, V, da CF.

„E.“  
Gabarito „E.“

(FGV – 2008) Em matéria de competência constitucional, assinale a alternativa correta.

- (A) Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- (B) Cabe ao Congresso Nacional processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade.
- (C) Compete privativamente à Câmara dos Deputados eleger membros do Conselho da República.
- (D) Compete privativamente ao Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- (E) É da competência exclusiva do Congresso Nacional fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

A: incorreta. A primeira parte está correta (art. 48 da CF), mas a competência para a tomada de contas em questão é da privativa Câmara dos Deputados (art. 51, II, da CF); B: incorreta. Competência privativa do Senado Federal (art. 52, I, da CF); C: correta. Art. 51, V, da CF; D: incorreta. Competência privativa da Câmara dos Deputados (art. 51, I, da CF); E: incorreta. Competência privativa do Senado Federal (art. 52, VI, da CF).

„C.“  
Gabarito „C.“

(FGV – 2008) As seguintes matérias são da competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas.
- (B) proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.
- (C) proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural.
- (D) planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações.
- (E) preservar as florestas, a fauna e a flora.

A: incorreta. De fato, zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas é da competência *comum* da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 23, I, da CF). A questão quer que seja assinalada a alternativa que não traz uma matéria

de competência comum aos entes federados; **B**: incorreta. Novamente, o assunto é de competência *comum* (art. 23, V, da CF); **C**: incorreta. Essa proteção deve ser feita de forma *comum* por todos os entes federados (art. 23, III, da CF); **D**: correta. Planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações, é competência *exclusiva da União* (art. 21, XVIII, da CF); **E**: incorreta. Preservar as florestas, a fauna e a flora é competência *comum* (art. 23, VII, da CF).

„D.“ Gabarito

## 10.2. Prerrogativas e imunidades parlamentares

(FGV – 2009) As alternativas a seguir constituem prerrogativas dos Deputados Estaduais do Estado do Pará, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Não podem ser processados, civil ou penalmente, por opiniões, palavras e votos proferidos no exercício de seu mandato parlamentar.
- (B) Têm direito à prerrogativa de foro perante o Tribunal de Justiça desde a expedição do diploma.
- (C) Não são obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato.
- (D) Só poderão ser presos em caso de flagrante de crime inafiançável, podendo a Assembleia Legislativa, pelo voto da maioria de seus membros, revogar a prisão.
- (E) Desde a expedição do diploma serão suspensos todos os processos criminais em curso contra o deputado, bem como o prazo prescricional, enquanto durar o mandato.

O regime das imunidades material e formal dos deputados estaduais segue o modelo federal (art. 53 e seguintes da CF) que não prevê a automática suspensão dos processos criminais e do respectivo prazo prescricional, após a expedição do diploma.

„E.“ Gabarito

(FGV – 2008) A imunidade parlamentar material prevista no art. 53, *caput*, da Constituição Federal assegura:

- (A) que os Deputados e Senadores não sejam processados civil e criminalmente por opiniões, palavras e votos proferidos exclusivamente dentro do parlamento, desde que haja conexão entre a ofensa irrogada e o exercício do mandato.
- (B) que os Deputados e Senadores não sejam processados civil e criminalmente por opiniões, palavras e votos proferidos dentro ou fora do parlamento, desde que haja conexão entre a ofensa irrogada e o exercício do mandato.
- (C) que os Deputados e Senadores não sejam processados criminalmente por opiniões, palavras e votos proferidos dentro ou fora do parlamento, desde que haja conexão entre a ofensa irrogada e o exercício do mandato. A prerrogativa não impede que os parlamentares sejam civilmente processados pela vítima da ofensa.
- (D) que os Deputados e Senadores sejam processados criminalmente apenas pelos crimes de injúria e difamação. A prerrogativa não impede processo criminal por calúnia, mesmo que a ofensa tenha sido irrogada dentro do parlamento e esteja relacionada com o exercício do mandato.

- (E) que processos cíveis e criminais decorrentes de opiniões, palavras e votos proferidos pelos Deputados e Senadores dentro do parlamento fiquem automaticamente suspensos enquanto durar o mandato legislativo, ficando também suspenso o curso do prazo prescricional.

As imunidades parlamentares têm por objetivo principal a garantia ao livre exercício do cargo. Por isso, a imunidade material (por opiniões, palavras e votos), também chamada de inviolabilidade, só protege o parlamentar no exercício do mandato ou em razão dele. No âmbito penal, o parlamentar responde sem necessidade de prévia licença da Casa respectiva, mas há a possibilidade de sustação da ação na forma do art. 53, § 3º, da CF (imunidade parlamentar formal).

„B.“ Gabarito

(FGV – 2007) Com base na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e suas atualizações, assinale a alternativa correta.

- (A) Conforme mandamento constitucional, os vereadores se beneficiam de todas as imunidades formais.
- (B) Conforme a Constituição Federal, aos deputados estaduais se estende a imunidade material. Esta expressa a inviolabilidade civil e penal dos deputados por suas opiniões, palavras e votos, neutralizando a responsabilidade do parlamentar nessas esferas.
- (C) O suplente de deputado estadual possui as garantias constitucionais de imunidade parlamentar, bem como a ele se estende a prerrogativa de foro, pois ostenta a posição de substituto eventual do titular do mandato.
- (D) Conforme a Constituição Federal, aos deputados estaduais se estende a imunidade formal. Esta expressa a inviolabilidade civil e penal dos deputados por suas opiniões, palavras e votos, neutralizando a responsabilidade do parlamentar nessas esferas.
- (E) A Constituição Federal prevê imunidades materiais e formais aos deputados estaduais e aos vereadores. No que tange a estes, no entanto, a imunidade material é limitada territorialmente à circunscrição do Município.

**A**: incorreta. Art. 29, VIII, da CF: os vereadores só possuem imunidade material (por opiniões, palavras e votos); **B**: correta. O regime das imunidades material e formal dos deputados estaduais segue o modelo federal (art. 53 e seguintes da CF); **C**: incorreta. A imunidade parlamentar é uma garantia ao livre exercício do cargo, por isso só existe em razão deste; **D**: incorreta. Aos deputados estaduais se estende a imunidade formal, mas o conceito apresentado é de imunidade material (por opiniões, palavras e votos); **E**: incorreta. Os vereadores só possuem imunidade material, limitada à circunscrição do Município (art. 29, VIII, da CF).

„B.“ Gabarito

## 10.3. Comissões Parlamentares de Inquérito – CPI

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) É correto afirmar que as comissões parlamentares de inquérito criadas no âmbito da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em conjunto ou separadamente,

- (A) podem ter seus atos controlados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) quando envolverem ilegalidade ou ofensa a direito individual.
- (B) possuem competência para a decretação de prisões temporárias, preventivas ou em flagrante delito.

- (C) têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podendo adotar medidas como a quebra de sigilo bancário, fiscal e de dados, buscas e apreensões em domicílios e a condução coercitiva de indiciados e testemunhas.
- (D) podem decretar a indisponibilidade de bens dos investigados, visto que lhes é permitido adotar medidas cautelares próprias das autoridades judiciais.

**A:** correta (art. 58, § 3º, da CF c/c art. 5º, XXXV, da CF); **B:** incorreta. A CPI não pode determinar a prisão, exceto em flagrante, pois isso qualquer do povo pode fazê-lo. **C:** incorreta. Embora a CPI tenha poderes próprios das autoridades judiciais, há algumas situações resguardadas pela cláusula de reserva jurisdicional, ou seja, só podem ser determinadas por ordem judicial. Um exemplo é a busca domiciliar (art. 5º, XI, da CF). **D:** incorreta. A CPI não promove responsabilização e não tem o poder de decretar a indisponibilidade de bens dos investigados.

Gabartito "A"

(FGV – 2008) A respeito das comissões parlamentares de inquérito, assinale a afirmativa correta.

- (A) As comissões parlamentares de inquérito dispõem de competência constitucional para ordenar a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico das pessoas sob investigação do Poder Legislativo, mas devem fundamentar adequadamente a decisão de quebra.
- (B) As comissões parlamentares de inquérito podem decretar monitoramento telefônico, desde que presentes os requisitos da Lei 9.296/1996. A decisão será fundamentada, sob pena de nulidade, indicando também a forma de execução da diligência, que não poderá exceder o prazo de quinze dias, renovável por igual tempo, uma vez comprovada a indispensabilidade do meio de prova.
- (C) As comissões parlamentares de inquérito podem decretar a indisponibilidade de ativos financeiros das pessoas investigadas, por voto da maioria absoluta de seus membros.
- (D) O direito de não se autoincriminar não se aplica às comissões parlamentares de inquérito. Todas as pessoas convocadas devem prestar compromisso de dizer a verdade aos membros da comissão, antes do início do depoimento.
- (E) As decisões tomadas por maioria absoluta dos membros das comissões parlamentares de inquérito não estão sujeitas a controle judicial, em razão do princípio constitucional da independência dos poderes.

Art. 58, § 3º, da CF. O STF entende que as CPIs podem determinar a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico por terem poderes próprios de autoridades judiciais, desde que o ato seja adequadamente fundamentado e revele a necessidade objetiva da medida extraordinária. Entretanto, não lhes cabe decretar a indisponibilidade de bens "que não é medida de instrução – a cujo âmbito se restringem os poderes de autoridade judicial a elas conferidos no art. 58, § 3º – mas de provimento cautelar de eventual sentença futura, que só pode caber ao Juiz competente para proferi-la" (STF, MS 23.480-6/RJ, j. 04.05.2000, rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 15.09.2000). A garantia contra a não autoincriminação aplica-se a todo procedimento, seja judicial ou administrativo, inclusive no âmbito das CPIs. Por fim, ante o princípio da inafastabilidade do controle judicial (art. 5º, XXXV, da CF), os atos das CPIs estão sujeitos a controle jurisdicional.

Gabartito "A"

## 10.4. Processo legislativo

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Assinale a opção incorreta acerca do processo legislativo previsto na Constituição Federal.

- (A) Após a aprovação da proposta de emenda constitucional pelo Congresso Nacional, cabe ao Presidente da República sancioná-la ou vetá-la.
- (B) Leis complementares devem ser aprovadas por maioria absoluta.
- (C) A discussão e a votação dos projetos de lei de iniciativa dos tribunais superiores devem ter início na Câmara dos Deputados.
- (D) A sanção do projeto de lei não convalida o defeito de iniciativa.

**A:** incorreta, devendo ser assinalada. A emenda à Constituição não se submete a veto nem a sanção (art. 60, § 3º, da CF). Ela é promulgada pelas Mesas da Câmara e do Senado; **B:** correta. É o que se extrai do art. 69 da CF; **C:** correta. Os projetos de iniciativa extraparlamentar iniciam-se na Câmara de Deputados, por exemplo, os projetos iniciados pelos tribunais superiores (art. 64 da CF); **D:** correta. De fato, neste caso a lei será formalmente inconstitucional em razão do vício de iniciativa.

Gabartito "A"

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Com relação à disciplina constitucional das medidas provisórias, assinale a opção correta.

- (A) Medida provisória pode versar sobre matéria relativa a direito penal.
- (B) O STF não admite, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, o controle de constitucionalidade de medidas provisórias.
- (C) É de trinta dias o prazo máximo para a apreciação, pelas duas Casas do Congresso Nacional, de medida provisória.
- (D) As constituições estaduais podem prever a edição de medidas provisórias, cumpridas as regras básicas do processo legislativo no âmbito da União.

**A:** incorreta. É vedada a edição de medidas provisórias sobre algumas matérias, dentre as quais, o Direito Penal (art. 62, § 1º, I, "b", da CF); **B:** incorreta. As medidas provisórias também se submetem ao controle de constitucionalidade; **C:** incorreta. O prazo da medida provisória é de 60 (sessenta) dias, prorrogável uma vez por igual período (art. 62, §§ 3º e 7º, da CF); **D:** correta. Se valendo do princípio da simetria, as Constituições Estaduais podem prever a edição de medida provisória. Na Constituição Federal não há nenhuma vedação quanto à edição de medidas provisórias pelos Estados.

Gabartito "D"

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) O processo de elaboração de decreto legislativo assemelha-se ao da lei ordinária com relação à

- (A) iniciativa, podendo esta ser exercida pelo Presidente da República.
- (B) aprovação pelo *quorum* de maioria simples.
- (C) apresentação de veto pelo Presidente da República.
- (D) promulgação pelo Presidente da República.

O decreto legislativo (art. 59, VI, da CF) destina-se a regular as matérias contidas no art. 49 da Constituição. Seu processo de formação é idêntico

ao da *lei ordinária*. Entretanto, ao contrário desta, o *decreto legislativo* não se submete à sanção nem a veto.

„B.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Com relação ao processo legislativo, assinale a opção correta.

- (A) A CF veda terminantemente que a matéria constante de projeto de lei rejeitado possa ser objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa.
- (B) São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre a organização do Ministério Público da União, bem como as normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados.
- (C) O veto presidencial a projeto de lei deverá ser apreciado inicialmente na Câmara dos Deputados, sendo o projeto remetido ao Senado Federal na hipótese de o veto ser mantido pelos deputados, ou arquivado, se o veto for por estes rejeitado.
- (D) O Presidente da República somente poderá vetar integralmente um projeto de lei se considerá-lo inconstitucional.

**A:** incorreta. O art. 67 da CF autoriza a reapresentação, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das casas do Congresso Nacional; **B:** correta. É o que se extrai do art. 61, § 1º, II, “d”, da CF; **C:** incorreta. O veto é apreciado em sessão conjunta (art. 66, § 4º, da CF); **D:** incorreta. O veto pode ser total ou parcial e os motivos podem ser razões contrárias ao interesse público (veto político) ou razões de inconstitucionalidade (veto jurídico). É o que dispõe o art. 66, § 1º, da CF.

„B.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) Acerca do processo legislativo, assinale a opção correta.

- (A) Compete ao Presidente da República a iniciativa a projeto de lei que disponha sobre a organização do Ministério Público da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados, do DF e dos territórios.
- (B) A iniciativa popular aos projetos de lei está, conforme a Constituição, limitada ao âmbito federal.
- (C) As emendas, de iniciativa parlamentar, ao projeto de lei do orçamento anual devem indicar, além da compatibilidade com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a origem dos recursos necessários nas hipóteses de aumento das dotações para pessoal e seus encargos, serviço da dívida e transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e DF.
- (D) Considerando o Presidente da República que a utilização, pelo legislador, de uma expressão que torna o dispositivo legal inconstitucional, poderá vetar apenas a expressão inconstitucional, suprimindo-a do texto, e sancionar o restante.

**A:** correta. É o que se extrai do art. 61, § 1º, II, “d”, da CF; **B:** incorreta. A Constituição admite iniciativa popular de lei federal, estadual e municipal (art. 27, § 4º e art. 29, XIII, ambos da CF); **C:** incorreta (art. 33, “d”, da Lei 4.320/1964); **D:** incorreta. O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea. É o que dispõe o art. 66, § 2º, da CF.

„A.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) Quanto ao processo legislativo, assinale a opção correta.

- (A) No Senado Federal, para que um projeto de lei ordinária seja aprovado, é necessário que haja a maioria simples, presente a maioria absoluta de seus membros. Dessa forma, como o Senado Federal tem 81 senadores, referido projeto demandará, no mínimo, 41 votos para que seja aprovado.
- (B) Um projeto de lei que disponha sobre parcelamento tributário de dívidas do imposto sobre propriedade veicular (IPVA) não pode ser apresentado por parlamentar, por ser matéria de competência privativa do chefe do Poder Executivo.
- (C) Considere que o Congresso Nacional já tenha aprovado determinado projeto de lei, agora em fase de sanção ou veto, alterando o projeto inicial encaminhado pelo Presidente da República. Não satisfeito com a referida alteração, poderá o Presidente da República editar nova medida provisória (MP) sobre a matéria rejeitada.
- (D) A matéria veiculada em MP rejeitada pelo Congresso Nacional não poderá ser reapresentada na mesma sessão legislativa, cabendo a esse órgão disciplinar, por meio de decreto legislativo, as relações jurídicas decorrentes da edição da MP rejeitada.

**A:** incorreta. Art. 47 da CF (a maioria simples exigida é dos presentes); O referido projeto demandará, no mínimo, 41 presentes para que possa ser votado, isto é, a presença da maioria absoluta dos membros do Senado. Maioria absoluta é mais da metade dos membros da Casa Legislativa. É o quórum exigido, por exemplo, para a aprovação de lei complementar. Já a maioria simples é a maioria dos votos para aprovar determinada proposição, desde que esteja presente a maioria dos membros da Casa Legislativa. As abstenções não são consideradas para se verificar o resultado; **B:** incorreta. Não existe na lei, neste caso, a exigência de projeto de lei cabe privativamente ao chefe do Poder Executivo; **C:** incorreta. Art. 62, § 1º, IV, da CF; **D:** correta. Art. 62, §§ 10 e 11, da CF.

„D.“ Gabarito

(FGV – 2009) A respeito do regramento constitucional das medidas provisórias, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.
- (B) A edição de medida provisória para instituição de tributos só será admitida para atender despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.
- (C) Apenas excepcionalmente o Poder Judiciário poderá, no controle de constitucionalidade da medida provisória, examinar a adequação dos requisitos de relevância e urgência, por força da regra de separação de poderes.
- (D) A medida provisória não apreciada pelo Congresso Nacional podia, até a Emenda Constitucional 32/2001, ser reeditada dentro do seu prazo de eficácia de trinta dias, mantidos os efeitos de lei desde a primeira edição.
- (E) É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

**A:** correta. Art. 62, IV, da CF; **B:** incorreta, devendo ser assinalada. As medidas provisórias em matéria tributária não são vedadas, mas devem observar o disposto no art. 62, § 2º, da CF; **C:** correta. A verificação do cumprimento dos requisitos constitucionais de relevância e urgência é atribuição do Poder Legislativo (art. 62, § 5º, da CF). Por isso, em respeito ao princípio da separação de poderes, somente excepcionalmente podem ser sindicáveis pelo Poder Judiciário; **D:** correta, pois está de acordo com a antiga redação do art. 62 da CF e da jurisprudência consolidada à época; **E:** correta. Art. 62, § 10, da CF.

„B.“ „B.“ „B.“

(FGV – 2006) Não constitui cláusula pétrea:

- (A) a forma federativa do Estado.
- (B) a separação de poderes.
- (C) os direitos e garantias individuais.
- (D) o voto secreto.
- (E) o sistema político.

São cláusulas pétreas (ou limites materiais ao poder de reforma da Constituição) as matérias listadas no art. 60, § 4º, I a IV, da CF, que não se refere ao sistema político.

„E.“ „E.“ „E.“

### 10.5. Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária. Tribunais de Contas

(FGV – 2008) É correto afirmar que é competência do Tribunal de Contas da União:

- (A) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe apenas de forma indireta, nos termos do tratado constitutivo.
- (B) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
- (C) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em trinta dias a contar de seu recebimento.
- (D) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, exceto as das fundações.
- (E) as decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa não terão eficácia de título executivo.

Todas as alternativas encontram fundamento no art. 71, I a XI, da CF.

„B.“ „B.“ „B.“

(FGV – 2008) O sistema de controle interno das contas públicas ocorre no âmbito:

- (A) do Executivo Federal.
- (B) do Legislativo Federal.
- (C) do Judiciário Federal.
- (D) da atividade administrativa de cada um dos poderes.
- (E) da atividade administrativa nas três esferas da Federação.

Todas as alternativas encontram fundamento no art. 70, *caput*, parte final, da CF.

„D.“ „D.“ „D.“

(FGV – 2008) A natureza da atividade dos Tribunais de Contas é:

- (A) consultiva.
- (B) punitiva.
- (C) jurisdicional.
- (D) executiva.
- (E) técnica.

Todas as alternativas encontram fundamento no art. 71, I a XI, da CF.

„E.“ „E.“ „E.“

## 11. PODER EXECUTIVO

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) O *impeachment* do Presidente da República

- (A) pode ser iniciado por denúncia de qualquer cidadão.
- (B) só pode ser processado mediante autorização de 2/3 do Senado Federal.
- (C) é processado perante o Supremo Tribunal Federal, que só poderá proferir condenação mediante voto de 2/3 de seus membros.
- (D) pode resultar na perda do cargo e a inabilitação permanente para o exercício de função pública.

**A:** correta (art. 14 da Lei 1.079/1950 – Crimes de Responsabilidade)

**B:** incorreta. A *anuência* ou juízo de admissibilidade para o processo e julgamento do Presidente da República é feita pela *Câmara de Deputados*, por dois terços dos votos e não pelo Senado Federal (art. 86 da CF); **C:** incorreta. Pela prática de crime de responsabilidade, o Presidente está sujeito a julgamento perante o Senado Federal (art. 85 da CF); **D:** incorreta. O art. 52, parágrafo único, da CF menciona perda do cargo e inabilitação para o exercício de função pública, mas essa inabilitação não é permanente, se dá por *oito anos*, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

„A.“ „A.“ „A.“

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Assinale a opção correta acerca da disciplina constitucional do Poder Executivo.

- (A) O ministro do planejamento é membro nato do Conselho de Defesa Nacional.
- (B) Compete privativamente ao Presidente da República acreditar representantes diplomáticos estrangeiros, com a autorização prévia do Senado Federal.
- (C) O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do país.
- (D) Os ministros de Estado são escolhidos entre brasileiros natos maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.

**A:** correta (art. 91, VII, da CF); **B:** incorreta. O art. 84, VII, da CF não há necessidade de autorização prévia do Senado Federal; **C:** incorreta. A alternativa está incompleta, pois o art. 83 da CF determina que o Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentarem-se do País *por período superior a quinze dias*, sob pena de perda do cargo; **D:** incorreta. O art. 87 da CF trata do assunto e não exige a condição de nato para a ocupação de cargo de Ministros de Estado.

„A.“ „A.“ „A.“

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) Acerca da organização dos Poderes Legislativo e Executivo, assinale a opção correta.

- (A) Constitui crime de responsabilidade a ausência, sem justificativa adequada, de ministro de Estado ou

qualquer titular de órgão diretamente subordinado à presidência da República, quando houver convocação por parte da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ou de qualquer de suas comissões, para prestar informações sobre assunto determinado.

- (B) Na hipótese de vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, nos dois primeiros anos do mandato, o Congresso Nacional deverá proceder à eleição indireta, no prazo de 30 dias a contar da vacância do último cargo, para escolher o sucessor, que completará o mandato do antecessor.
- (C) O senador ou deputado federal que tenha cometido crime antes da diplomação somente terá o seu processo penal por crime comum suspenso pela respectiva casa por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros.
- (D) O deputado federal ou senador terá os seus direitos políticos perdidos ou suspensos somente quando decidido pela respectiva casa por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

**A:** correta (art. 50, *caput*, da CF e art. 13, item 3, da Lei 1.079/1950 – Crimes de Responsabilidade); **B:** incorreta. O art. 81, § 1º, da CF dispõe que nessa hipótese a eleição será *direta* e não indireta; **C:** incorreta. Essa imunidade relativa ao processo penal é aplicável apenas em relação aos crimes cometidos *após* a diplomação (art. 53, § 3º, da CF); **D:** incorreta. De acordo com o art. 55, § 2º, da CF, apenas nas hipóteses dos incisos I (infringir qualquer das proibições estabelecidas no art. 54), II (procedimento declarado incompatível com o decoro parlamentar) e VI (condenação criminal em sentença transitada em julgado), a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa. Além disso, é importante lembrar que o dispositivo mencionado foi alterado pela EC 76 de 2013 e atualmente o voto não é mais secreto.

Gabário "A"

(FGV – 2009) Assinale a alternativa que defina corretamente o poder regulamentar do chefe do Executivo, seja no âmbito federal, seja no estadual.

- (A) O poder regulamentar confere ao chefe do Executivo a atribuição para criar direitos e obrigações, dentro de sua respectiva esfera de competência.
- (B) O poder regulamentar confere ao chefe do Executivo a competência legislativa exclusiva para reparar inconstitucionalidades realizadas pelo legislador ordinário.
- (C) O poder regulamentar confere ao chefe do Executivo a competência para assegurar a fiel execução da Constituição.
- (D) O poder regulamentar é uma forma atípica de competência legislativa conferida ao chefe do Executivo para suprir omissões do Poder Legislativo.
- (E) O poder regulamentar confere ao chefe do Executivo a competência para assegurar a fiel execução das leis, não podendo inovar o mundo jurídico.

**A:** incorreta. O poder regulamentar não autoriza o Chefe do Executivo a criar direitos e obrigações, ou seja, sua atividade regulamentar não pode inovar o mundo jurídico, mas apenas conferir execução à lei,

sem transbordar de seus limites (art. 84, IV, da CF); **B:** incorreta, pois o poder regulamentar refere-se às leis em geral. Além disso, não há que se falar em utilização do poder regulamentar para corrigir inconstitucionalidades; **C:** incorreta, pois serve para fiel execução das leis (art. 84, IV, da CF); **D:** incorreta, pois é exercício de função legislativa atípica, mas não serve para suprir omissões do Poder Legislativo, uma vez que o poder regulamentar não pode criar direitos e obrigações, mas apenas explicitar, detalhar os direitos e obrigações já previstos em lei; **E:** correta, conforme dito anteriormente, na fundamentação da alternativa "A".

Gabário "E"

(FGV – 2008) A mobilização nacional pode ser decretada pelo Presidente da República em caso de:

- (A) relevante interesse.
- (B) ameaça institucional.
- (C) calamidades.
- (D) investimento público.
- (E) agressão estrangeira.

Art. 84, XIX, da CF.

Gabário "E"

(FGV – 2008) O Presidente e o Vice-Presidente da República, nos crimes de responsabilidade, serão julgados:

- (A) pelo Senado Federal.
- (B) pela Câmara dos Deputados.
- (C) pelo Congresso Nacional.
- (D) pelo Supremo Tribunal Federal.
- (E) pelo Conselho da República.

Conforme o art. 86 da CF, o Presidente e o Vice-Presidente da República, nos crimes de responsabilidade, desde que a Câmara dos Deputados autorize o julgamento por 2/3 dos seus membros, serão julgados pelo Senado Federal.

Gabário "A"

(FGV – 2008) O deputado e o senador perderão seus mandatos nas hipóteses a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) não comparecimento, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada.
- (B) adoção de conduta incompatível com o decoro parlamentar
- (C) perda ou suspensão de seus direitos políticos
- (D) ter contra si oferecida denúncia criminal, perante o Supremo Tribunal Federal, por crime inafiançável.
- (E) tornar-se proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público.

**A:** incorreta. Tal hipótese gera perda do mandato (art. 55, III, da CF); **B:** incorreta. O procedimento incompatível com o decoro parlamentar também gera perda do mandato (art. 55, II, da CF); **C:** incorreta. A perda ou suspensão dos direitos políticos é causa de perda do mandato (art. 55, IV, da CF); **D:** correta. Apenas se o deputado ou o senador tiver com ele sentença penal transitada em julgado é que haverá a perda do mandato. O mero oferecimento da denúncia não gera perda do mandato (art. 55, VI, da CF); **E:** incorreta. Os deputados e senadores não podem ser proprietários, controlar ou dirigir tais empresas, caso o façam, perderão os seus mandatos (art. 55, I e 54, II, "a", ambos da CF).

Gabário "D"



(FGV – 2008) Não perde o mandato o Senador:

- (A) que, após a expedição do diploma, aceitar emprego remunerado em sociedade de economia mista.
- (B) que perder os seus direitos políticos.
- (C) que permanecer em licença por período superior a 6 (seis) meses.
- (D) que sofrer condenação criminal em sentença definitiva e irreversível.
- (E) quando o decretar a Justiça Eleitoral.

**A:** incorreta. De acordo com o art. 54, I, “b”, os Senadores não poderão desde a expedição do diploma aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis “ad nutum”, com sociedade de economia mista. Sendo assim, como a atividade é proibida, caso aceitem podem perder o mandato; **B:** incorreta. Conforme o art. 55, IV, da CF, a perda ou suspensão dos direitos políticos gera perda do mandato; **C:** correta. Se o Deputado deixa de comparecer, pois está de licença médica, isso não gera perda do mandato (art. 56, II, primeira parte, da CF); **D:** incorreta. É o que determina o art. 55, VI, da CF; **E:** incorreta. Neste caso há perda, conforme dispõe o art. 55, V, da CF.

“C”, Gabarito

(FGV – 2008) O Senado Federal, durante as sessões legislativas ordinárias, reunir-se-á anualmente:

- (A) de 1º de fevereiro a 15 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.
- (B) de 2 de fevereiro a 15 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.
- (C) de 15 de fevereiro a 17 de julho e de 15 de agosto a 20 de dezembro.
- (D) de 1º de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 20 de dezembro.
- (E) de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.

De acordo com o art. 57, *caput*, da CF, o Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal) reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.

“E”, Gabarito

(FGV – 2008) Ao Primeiro-Secretário da Mesa do Senado Federal não cabe:

- (A) despachar a matéria do expediente que lhe for distribuída pelo Presidente.
- (B) promover a guarda das proposições em curso.
- (C) auxiliar o Presidente na apuração das eleições, anotando os nomes dos votados e organizando as listas respectivas.
- (D) expedir as carteiras de identidade dos Senadores.
- (E) assinar, depois do Presidente, as atas das sessões secretas.

**A:** incorreta. Cabe ao Primeiro-Secretário tal atribuição, conforme o art. 54, II, do Regimento Interno do Senado Federal; **B:** incorreta. Promover a guarda das proposições em curso também é atribuição do Primeiro-Secretário, de acordo com o art. 54, VII, do Regimento Interno do Senado Federal; **C:** correta. De fato, auxiliar o Presidente na apuração das eleições, anotando os nomes dos votados e organizando as listas respectivas, não é atribuição do Primeiro-Secretário e sim do Terceiro e Quarto-Secretários. É o que se extrai do art. 56, III, do Regimento estudado; **D:** incorreta. A expedição das carteiras de identidade dos

Senadores é atribuição do Primeiro-Secretário, conforme o art. 11 do Regimento em comento; **E:** incorreta. O art. 54, V, do Regimento analisado determina que, de fato, cabe ao Primeiro-Secretário assinar, depois do Presidente, as atas das sessões secretas.

“C”, Gabarito

(FGV – 2008) As comissões temporárias do Senado Federal:

- (A) serão internas, externas e parlamentares de inquérito.
- (B) são criadas, quando externas, por qualquer comissão do Senado.
- (C) podem ser internas, externas e mistas.
- (D) só podem ser criadas, quando externas, em dois turnos de votação.
- (E) classificam-se em internas, externas, orçamentárias e parlamentares de inquérito.

**A:** correta (art. 74, I, II e III, do Regimento Interno do Senado Federal); **B:** incorreta. De acordo com o art. 75 do Regimento citado, as comissões externas serão criadas *por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Senador ou comissão, ou por proposta do Presidente*; **C:** incorreta. O art. 74 do Regimento trata das espécies de comissões temporárias e não faz menção à comissão mista. São apenas internas, externas ou parlamentares de inquérito; **D:** incorreta. Não há esta exigência no Regimento; **E:** incorreta. Como já mencionado, as comissões temporárias podem ser internas, externas e parlamentares de inquérito (art. 74, I, II e III, do Regimento Interno do Senado Federal).

“A”, Gabarito

## 12. PODER JUDICIÁRIO

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Ao STF compete,

- I. julgar, originariamente, o mandado de segurança contra atos do Presidente da República, dos Ministros de Estado e do Procurador-Geral da República.
  - II. julgar os conflitos de competência entre tribunais de justiça estaduais.
  - III. julgar o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o DF ou o Território.
  - IV. julgar, em recurso ordinário, o crime político.
- Estão certos apenas os itens

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.

**I:** incorreta. Mandado de segurança contra atos de Ministros de Estado não é julgado pelo STF e sim pelo STJ (art. 102, I, “d”, e 105, I, “b”, ambos da CF); **II:** incorreta. Nesse caso, o conflito de competência é dirimido pelo STJ (art. 105, I, “d”, da CF); **III:** correta (art. 102, I, “e”, da CF); **IV:** correta (art. 102, II, “b”, da CF).

“D”, Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Na atual organização constitucional do Poder Judiciário, é admitido o deslocamento para o foro da Justiça Federal, por provocação do Procurador-Geral da República, das causas que versarem sobre

- (A) extradição de brasileiros naturalizados.
- (B) grave violação de direitos humanos assegurados em tratado internacional.
- (C) discriminação entre brasileiros natos e naturalizados.
- (D) sucessão de bens de estrangeiros situados no país.

De acordo com o art. 109, § 5º, da CF (parágrafo acrescentado pela EC 45/2004), quando houver grave violação de *direitos humanos*, o Procurador-Geral da República, visando assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de *deslocamento* de competência para a *Justiça Federal*.

Gabário "B."

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Sobre o Poder Judiciário e as funções essenciais à Justiça, na ordem constitucional brasileira, assinale a opção correta.

- (A) A advocacia pública, apesar de prestar consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo, é um órgão independente, e seus membros são possuidores das mesmas garantias do Ministério Público.
- (B) Os membros do Ministério Público, na sua totalidade, estão impedidos de exercer a advocacia, outra função pública ou atividade político-partidária.
- (C) Tal como as decisões judiciais, as decisões administrativas dos tribunais do Poder Judiciário devem ser motivadas e realizadas em sessão pública.
- (D) O magistrado somente perderá o cargo mediante sentença judicial transitada em julgado, garantia que se aplica, indistintamente, a todos os juízes e aos ministros do STF e demais tribunais superiores.

**A:** incorreta. Os integrantes da *advocacia pública* não possuem as mesmas garantias dadas aos membros do Ministério Público, por exemplo, os advogados públicos não adquirem vitaliciedade, mas sim *estabilidade*, após *três anos* de efetivo exercício no cargo, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias (art. 132, parágrafo único, da CF); **B:** incorreta. É possível que o membro do Ministério Público acumule seu cargo com uma função pública de *magistério* (art. 128, § 5º, II, "d", da CF); **C:** correta (art. 93, X, da CF); **D:** incorreta. A garantia *se aplica apenas aos magistrados que já adquiriram a vitaliciedade*. (art. 95, I, da CF).

Gabário "C."

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) Acerca da organização do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- (A) Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a Súmula vinculante aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá arguição de descumprimento a preceito fundamental ao STF, que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial impugnada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da Súmula, conforme o caso.
- (B) Compete ao STF a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.
- (C) A atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedadas férias coletivas, salvo para os tribunais.
- (D) Aos juízes é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

**A:** incorreta. Nesse caso cabe *reclamação ao STF* (art. 103-A, § 3º, da CF); **B:** incorreta. A competência para a *homologação de sentença estrangeira*, após a EC 45/2004, é do *STJ* e não mais do STF (art. 105, I, "j", da CF); **C:** incorreta. A regra da vedação das férias coletivas não é excepcionada em relação aos tribunais (art. 93, XII, da CF); **D:** correta (art. 95, parágrafo único, V, da CF).

Gabário "D."

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) Com relação ao Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- (A) Compete ao STF processar e julgar originariamente os mandados de segurança e *habeas corpus* impetrados contra o Conselho Nacional do Ministério Público.
- (B) Compete ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgar o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e os Estados ou o DF.
- (C) Os crimes cometidos contra o sistema financeiro, contra a ordem econômica-financeira e contra os consumidores são de competência da Justiça Federal.
- (D) Os conflitos entre servidores públicos temporários regidos pelo Direito Administrativo e a Administração Pública passaram a ser de competência da justiça trabalhista, por força do advento da Emenda Constitucional nº 45/2005, de acordo com o entendimento do STF.

**A:** correta (art. 102, I, "r", da CF); **B:** incorreta. Trata-se de competência do STF (art. 102, I, "e", da CF); **C:** incorreta. Os crimes contra os consumidores são julgados pela Justiça comum e não pela Justiça Federal (art. 109, VI, da CF); **D:** incorreta. O Plenário do Supremo Tribunal Federal firmou jurisprudência no sentido de que a relação de emprego entre o Poder Público e seus servidores é sempre de caráter jurídico-administrativo e, portanto, a competência para dirimir conflitos entre as duas partes será sempre da Justiça Comum, e não da Justiça do Trabalho.

Gabário "A."

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Acerca da competência dos juízes e tribunais, assinale a opção correta.

- (A) Aos juízes estaduais compete processar e julgar as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e município ou pessoa domiciliada ou residente no país.
- (B) Compete ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) processar e julgar, originariamente, os litígios entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal (DF) ou o Território.
- (C) Compete ao Supremo Tribunal Federal (STF) processar e julgar, originariamente, os conflitos de competência entre os juízes estaduais e os juízes do trabalho.
- (D) Na Justiça Estadual, no foro do domicílio do segurado ou beneficiário, serão processadas e julgadas as causas em que forem parte instituição de previdência social pública e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, competindo o julgamento do recurso ao Tribunal Regional Federal da área de jurisdição do juiz de primeiro grau.

**A:** incorreta. Tais situações são da competência da *Justiça Federal* (art. 109, II, da CF); **B:** incorreta. Cabe ao *STF* essa atribuição (art. 102, I, "e", da CF); **C:** incorreta. Esse conflito é dirimido pelo *STJ* e não pelo STF (art. 105, I, "d", da CF); **D:** correta (art. 109, § 3º, da CF).

Gabário "D."

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) A propósito dos recursos especial e extraordinário, assinale a opção correta.

- (A) É cabível recurso especial para o STJ contra decisão que julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
- (B) Admite-se recurso extraordinário contra decisão que, interpretando norma infraconstitucional, viola dispositivo da Constituição Federal.

- (C) É inadmissível recurso especial se o tribunal a *quo* analisou a questão restritamente à legislação local, deixando de examinar a legislação federal.
- (D) Compete ao STF e ao STJ, nos recursos extraordinário e especial, respectivamente, reconhecer a existência ou a inexistência de determinado fato, quando o tribunal a *quo* tiver firmado o contrário.

**A:** incorreta. Art. 105, III, “b”, da CF; **B:** incorreta. Art. 102, III, da CF; **C:** correta. Súmula 211 do STJ; **D:** incorreta. Não cabe em sede de recurso especial e extraordinário análise de fatos não analisados na instância ordinária.

Gabarito “C”

(OAB/Exame Unificado – 2004.ES) Assinale a opção correta acerca do Poder Judiciário.

- (A) Caso cometa crime de homicídio doloso durante o exercício do mandato, o Governador de um Estado federado deverá ser processado e julgado pelo Tribunal de Justiça do respectivo Estado.
- (B) Se o Governador do Estado do Espírito Santo editasse regulamento incompatível com a Constituição desse Estado, o Procurador-Geral de Justiça poderia impugnar esse ato perante o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) mediante ação de inconstitucionalidade.
- (C) A criação de um tribunal de alçada no Espírito Santo pode ser realizada mediante lei complementar de iniciativa do TJES.
- (D) O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) é o órgão do Poder Judiciário estadual competente para processar e julgar os secretários de governo por crimes de improbidade administrativa.

**A:** incorreta. Nesse caso a competência é do STJ (art. 105, I, “a”, da CF); **B:** correta (art. 125, § 2º, da CF); **C:** incorreta (art. 96, II, “c”, da CF); **D:** incorreta. O Tribunal de Contas é órgão auxiliar do Poder Legislativo e não do Poder Judiciário (art. 71 da CF).

Gabarito “B”

(FGV – 2009) A respeito do princípio da publicidade dos atos processuais e das decisões judiciais, assinale a alternativa correta.

- (A) O juiz não pode restringir a publicidade das audiências, tendo em vista que o acesso à informação se insere no estatuto constitucional da liberdade de expressão.
- (B) A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando o sigilo for imprescindível à segurança do Estado.
- (C) As decisões administrativas dos tribunais serão tomadas em sessões secretas, com o fim de preservar a autonomia do Poder Judiciário.
- (D) O juiz pode vetar o ingresso do público na sala de audiências a pedido das partes, ficando garantido apenas o acesso de jornalistas cadastrados, em razão do interesse público à informação.
- (E) A lei pode limitar a presença em audiências às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, nos casos em que a preservação do direito à intimidade do interessado não prejudique o interesse público à informação.

Art. 93, IX e X, da CF.

Gabarito “E”

(FGV – 2009) A respeito dos princípios constitucionais aplicáveis à carreira da magistratura, analise as afirmativas a seguir:

- I. Constitui requisito para a promoção por merecimento que o juiz figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento, votada pelo respectivo tribunal em escrutínio secreto.
- II. Na promoção por antiguidade, poderá ser recusada a promoção do juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços do órgão responsável pela votação, assegurada a ampla defesa.
- III. Constitui etapa obrigatória do processo de vitaliciamento a participação do juiz em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados.
- IV. Adquirida a vitaliciedade, o juiz só poderá perder o cargo pelo voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada a ampla defesa.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**I:** incorreta. Não constitui requisito, mas aquele que figurar três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento, será promovido (art. 93, II, “a”, da CF); **II:** correta. Art. 93, II, “d”, da CF; **III:** correta. Art. 93, IV, da CF; **IV:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 95, I, da CF.

Gabarito “B”

(FGV – 2008) A respeito do novo requisito de admissibilidade do recurso extraordinário pertinente à necessidade de demonstração da repercussão geral das questões constitucionais discutidas (art. 102, § 3º da Constituição Federal), assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Para efeito da repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa.
- (B) O relator poderá admitir, na análise da repercussão geral, a manifestação de terceiros, subscrita por procurador habilitado, nos termos do regimento interno do Supremo Tribunal Federal.
- (C) O *quorum* para inadmissão do recurso extraordinário por falta do requisito da repercussão geral é de dois terços dos membros do Supremo Tribunal Federal.
- (D) Quando houver multiplicidade de recursos extraordinários com fundamento em idêntica controvérsia, o tribunal de origem selecionará um ou mais recursos e os remeterá ao Supremo Tribunal Federal, sobrestando os demais até o pronunciamento definitivo da Corte. Negada a existência da repercussão geral os recursos extraordinários sobrestados serão considerados não admitidos.
- (E) Reconhecida pelo STF a repercussão geral e julgado o mérito do recurso considerado como *leading case*, os demais tribunais estão obrigados a dar idêntica solução aos recursos extraordinários fundados em idêntica

controvérsia. Em nenhuma hipótese, recursos extraordinários que versem sobre matéria já decidida pelo STF poderão ser encaminhados para aquela Corte. A recusa dos desembargadores de instâncias inferiores em aplicar a decisão do STF a casos idênticos pode configurar falta disciplinar, a ser apurada no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, por provocação do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

**A:** correta. Art. 1.035, § 1º, do NCPC; **B:** correta. Art. 1.035, § 4º, do NCPC; **C:** correta. Art. 102, § 3º, da CF; **D:** correta. Arts. 1.036, § 1º, e 1.039, parágrafo único, ambos do NCPC; **E:** incorreta, devendo ser assinalada, pois não reflete o disposto nos arts. 1.039 a 1.041 do NCPC.

Gabário "E"

**(FGV – 2008)** É competência do Supremo Tribunal Federal:

- (A) a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo.
- (B) processar e julgar originariamente os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado.
- (C) julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais de Justiça dos Estados.
- (D) processar e julgar originariamente o conflito positivo de competência entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Tribunal Superior Eleitoral.
- (E) julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juízes federais e pelos juízes estaduais no exercício da competência federal da área de sua jurisdição.

**A:** incorreta, pois a competência é dos juizados especiais (art. 98, I, da CF); **B:** incorreta, pois a competência é do STJ (art. 105, I, "b", da CF); **C:** incorreta, pois a competência é do STJ (art. 105, III, da CF); **D:** correta. Art. 102, I, "o", da CF; **E:** incorreta, pois a competência é dos TRFs (art. 108, II, da CF).

Gabário "D"

**(FGV – 2008)** Não é competência do Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente:

- (A) a homologação das sentenças estrangeiras e a concessão do *exequatur* às cartas rogatórias, que podem ser conferidas pelo regimento interno a seu Presidente.
- (B) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados.
- (C) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.
- (D) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.
- (E) a extradição solicitada por Estado estrangeiro.

As competências originárias do STF estão listadas no art. 102, I, "a" a "r", da CF. A homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cargas rogatórias deixou de ser competência do STF e hoje é da competência do STJ (art. 105, I, "i", da CF).

Gabário "A"

**(FGV – 2005)** Analise as proposições a seguir:

- I. Comporta recurso ordinário o *habeas data* decidido em única ou última instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.
- II. Quando, em última ou única instância, for declarada a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal, a parte interessada poderá recorrer extraordinariamente ao Excelso Supremo Tribunal Federal.
- III. Quando, em mandado de segurança originário, o Tribunal Estadual extingue o processo sem apreciação do mérito, o recurso cabível é o especial dirigido ao Superior Tribunal de Justiça.
- IV. A decisão proferida pelo Tribunal Estadual em sede de apelação interposta contra decisão monocrática que julgou mandado de segurança desafia recurso ordinário.

Assinale:

- (A) se somente as proposições I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as proposições I e IV estiverem corretas.
- (C) se somente as proposições II e III estiverem corretas.
- (D) se somente as proposições III e IV estiverem corretas.
- (E) se somente as proposições II, III e IV estiverem corretas.

**I:** correta. Art. 102, II, "a", da CF; **II:** correta. Art. 102, III, "b", da CF; **III:** incorreta. Cabe Recurso Ordinário para o STJ (art. 105, II, "b", da CF, em interpretação ampla do termo "quando denegatória a decisão"). Só cabe Recurso Especial quando a decisão do Mandado de Segurança originário concede a ordem, desde que presente(s) alguma(s) hipótese(s) do art. 105, III, da CF; **IV:** incorreta. Só cabe recurso ordinário se o Mandado de Segurança foi originariamente impetrado no Tribunal Estadual. Caso o *writ* tenha sido julgado pelo Tribunal em competência recursal (como no caso de Apelação em Mandado de Segurança), contra o acórdão do Tribunal local caberá Recurso Especial para o STJ, desde que presente(s) alguma(s) hipótese(s) do art. 105, III, da CF.

Gabário "A"

**(FGV – 2004)** Ao Superior Tribunal de Justiça cabe julgar, em recurso ordinário:

- (A) o crime político.
- (B) a extradição solicitada por Estado estrangeiro.
- (C) as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição.
- (D) as causas decididas em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal.
- (E) as causas em que forem partes o Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, de outro, Município, ou pessoa residente ou domiciliada no País.

Art. 105, II, "c", da CF.

Gabário "E"

### 13. CONSELHOS NACIONAIS DE JUSTIÇA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(FGV – 2008) A respeito da composição e atribuições do Conselho Nacional de Justiça, analise as afirmativas a seguir:

- I. É integrado exclusivamente por membros do Poder Judiciário e é presidido por um Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- II. Julga os recursos especiais interpostos das decisões definitivas proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça.
- III. Zela pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências.
- IV. Conhece das reclamações contra os membros do Poder Judiciário, podendo determinar a remoção, disponibilidade e aposentadoria de juízes, bem como a perda do cargo pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

I: incorreta. Não reflete o disposto no art. 103-B, I a XIII, da CF; II: incorreta. Em primeiro lugar, a competência para julgar recurso especial é do STJ (art. 105, III, da CF). Ademais, das decisões do STJ não cabe recurso especial; III: correta. Art. 103-B, § 4º, I, da CF; IV: incorreta. Não reflete o disposto no art. 103-B, § 4º, III, da CF.

Gabarito "A"

(FGV – 2008) Assinale a alternativa correta.

- (A) O Supremo Tribunal Federal não está submetido às deliberações do Conselho Nacional de Justiça, pois o regime político-disciplinar dos seus Ministros é regido por normas especiais.
- (B) Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa, financeira e normativa.
- (C) O Conselho Nacional de Justiça não integra o Poder Judiciário, cabendo-lhe, apenas, o controle da atuação administrativa e financeira desse Poder, bem como o controle do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
- (D) Aos juízes são asseguradas algumas garantias, que se destinam a efetivar a independência da atividade judicial. A garantia da inamovibilidade é excepcionada quando presente o interesse público, e o ato de remoção do magistrado deve fundar-se em decisão por voto de maioria simples do respectivo tribunal, com revisão obrigatória do Conselho Nacional de Justiça.
- (E) Conforme a Constituição Federal, são órgãos do Poder Judiciário: o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, os Tribunais e Juízes do Trabalho, os Tribunais e Juízes Eleitorais, os Tribunais e Juízes Militares, os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, sendo obrigatório o ingresso de seus membros por

meio de concurso público.

A: correta. Entendimento pacífico do STF; B: incorreta. O art. 99 da CF não se refere à autonomia normativa do Poder Judiciário; C: incorreta. O CNJ é órgão do Poder Judiciário (art. 92, I-A, da CF) e suas atribuições estão previstas no art. 103-B, § 4º, I a VII, da CF; D: incorreta. Não reflete o disposto no art. 95, II c/c art. 93, VIII, da CF; E: incorreta. São órgãos do Poder Judiciário aqueles listados no art. 92, I a VII, da CF, sendo certo que alguns tribunais admitem o chamado “quinto constitucional” (que no STJ é “terço constitucional”), cujas regras admitem o ingresso de membros do Ministério Público e da Advocacia na carreira da Magistratura.

Gabarito "A"

### 14. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) Acerca das funções essenciais à justiça, assinale a opção correta.

- (A) Integra o Ministério Público da União o Ministério Público do Tribunal de Contas da União (TCU).
- (B) Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público, sem prejuízo do controle exercido pelo Tribunal de Contas.
- (C) Os advogados da União representam a União, judicial e extrajudicialmente, inclusive no que se refere à execução da dívida ativa.
- (D) Às defensorias públicas é assegurada autonomia funcional e administrativa.

A: incorreta. O Tribunal de Contas da União é órgão auxiliar do Poder Legislativo e, conforme o art. 73 da CF, contém quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo território nacional; B: correta, conforme dispõe o art. 130-A, § 2º II, da CF; C: incorreta. A atribuição da execução da dívida ativa de natureza tributária cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (art. 131, § 3º, da CF); D: incorreta, pois a alternativa está incompleta (art. 134, § 2º, da CF).

Gabarito "B"

(FGV – 2009) As alternativas a seguir apresentam funções institucionais do Ministério Público, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Exercer o controle externo da atividade policial, podendo avocar a presidência de inquérito policial, quando verificado desvio de poder por parte da autoridade policial competente.
- (B) Promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição.
- (C) Expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva.
- (D) Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- (E) Defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

A alternativa “A” é a única que apresenta hipótese não contemplada no art. 129, I a IX, da CF.

Gabarito "A"

## 15. DEFESA DO ESTADO

(FGV – 2008) Incumbe à Polícia Civil, de acordo com as disposições constitucionais vigentes, a função de:

- (A) polícia administrativa.
- (B) polícia ostensiva.
- (C) polícia executiva.
- (D) polícia judiciária.
- (E) polícia repressiva.

Art. 144, § 4º, da CF.

„D“ Gabarito

(FGV – 2008) Não se constitui pressuposto formal do estado de defesa:

- (A) a especificação das áreas abrangidas pelo decreto do Presidente da República.
- (B) a prévia manifestação do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional.
- (C) a determinação, no decreto do Presidente da República, do tempo de sua duração, que não poderá ser superior a 30 (trinta) dias.
- (D) a existência de grave e iminente instabilidade institucional que ameace a ordem pública.
- (E) a indicação de medidas coercitivas, dentre as discriminadas na Constituição Federal.

A e E: incorretas (art. 136, § 1º, da CF); B: incorreta (art. 136, *caput*, da CF); C: incorreta (art. 136, §§ 1º e 2º, da CF); D: correta. É pressuposto material (art. 136, *caput*, da CF).

„D“ Gabarito

(FGV – 2008) Assinale a alternativa correta.

- (A) É inadmissível a requisição de hospitais municipais pela União, em situação de normalidade institucional, sem a decretação de estado de defesa ou estado de sítio.
- (B) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito. É possível a União, para manter a integridade nacional, intervir nos Estados-membros, no Distrito Federal e nos Municípios.
- (C) É possível Estado-membro intervir em Município de outro Estado-membro apenas se o território do Município em questão for limítrofe ao seu, e se esse Município formar com Municípios do Estado interventor o que se denomina “região metropolitana”.
- (D) Alguns direitos e garantias podem ser suspensos quando da decretação do estado de defesa, como o direito de petição, o direito de acesso ao Poder Judiciário, o direito ao sigilo das correspondências e o direito de reunião.
- (E) Para decretar o estado de defesa e o estado de sítio, o Presidente da República deve ouvir, com caráter vinculativo, os Conselhos da República, da Defesa Nacional e o Conselho Nacional de Justiça.

A: correta. Art. 136, § 1º, II e art. 139, VII, ambos da CF; B: incorreta. A União só pode intervir nos Estados, no Distrito Federal (art. 34,

*caput*, da CF) e nos Municípios localizados em Territórios Federais (art. 35, *caput*, da CF), desde que observados os requisitos impostos pela Constituição; C: incorreta. Os Estados só podem intervir em seus próprios Municípios (art. 35, *caput*, da CF); D: incorreta. O decreto que institui o estado de defesa só pode prever a restrição (não a suspensão) aos direitos expressos no art. 136, § 1º, I, “a” a “c”, da CF; E: incorreta. O Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional são órgãos meramente consultivos. Ademais, o Conselho Nacional de Justiça não é ouvido para a decretação do estado de defesa e do estado de sítio.

„A“ Gabarito

## 16. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Sobre a disciplina constitucional da ordem econômica e financeira, assinale a opção incorreta.

- (A) Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.
- (B) As taxas de juros reais não podem exceder o limite de 12% ao ano.
- (C) A defesa do meio ambiente é um dos princípios da ordem econômica.
- (D) A refinação do petróleo nacional ou estrangeiro constitui monopólio da União.

Antes da EC 40/2003, que alterou a redação do art. 192 da CF, o § 3º deste dispositivo – eliminado – limitava os juros a 12% ao ano. Atualmente esse percentual pode ser ultrapassado.

„B“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) A respeito da atuação do Estado no domínio econômico, assinale a opção correta.

- (A) O texto constitucional, haja vista exigências de interesse público, admite a existência de monopólio estatal, assim como de monopólio privado, para o desempenho exclusivo de certas atividades do domínio econômico.
- (B) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem exercer o tabelamento de preços quando a iniciativa privada se revela sem condições de mantê-los nas regulares condições de mercado.
- (C) A CF veda expressamente a exploração direta de atividades econômicas pelo poder público; assim, o Estado só intervém no domínio econômico de forma indireta, por meio das entidades paraestatais.
- (D) As empresas públicas que explorem atividade econômica possuem personalidade de direito privado e, ainda que sofram o influxo de algumas regras de direito público, sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas.

A: incorreta. A Constituição só admite o *monopólio estatal* e em situações peculiares (art. 173, § 4º, e art. 177 da CF); B: incorreta (art. 174 da CF); C: incorreta. O art. 173, *caput*, da CF dispõe que *ressalvados os casos previstos nesta Constituição*, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo. Assim, embora o Estado explore a atividade econômica de forma direta, apenas excepcionalmente, há casos possíveis. Errada, portanto, a alternativa; D: correta (art. 173, § 1º, II e III, da CF).

„D“ Gabarito

(FGV – 2008) Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Ofende o princípio da livre concorrência a lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.
- (B) Segundo jurisprudência dos Tribunais Superiores, as concessionárias de serviço de telefonia não possuem exclusividade para editar listas ou catálogos telefônicos, pois se o tivessem haveria violação ao princípio da livre concorrência.
- (C) A fixação de horário de funcionamento para o comércio dentro da área municipal pode ser feita por lei local, visando ao interesse do consumidor e evitando a dominação do mercado por oligopólio.
- (D) Entre os princípios gerais da atividade econômica está o da defesa do meio ambiente, *lato sensu*, ou seja, abrangendo a noção de meio ambiente natural, cultural, artificial e laboral.
- (E) Segundo Jurisprudência dos Tribunais Superiores, é inconstitucional lei que assegura gratuidade dos transportes públicos urbanos aos que têm mais de 65 anos, por ferir os princípios constitucionais da livre iniciativa e livre concorrência, princípios gerais da atividade econômica.

**A:** correta. Súmula 646 do STF; **B:** correta. STF, RE 158.676-1/MG, 1ª T., j. 14.08.2007, rel. para acórdão Min. Sepúlveda Pertence, DJe 05.10.2007; **C:** correta. Súmula 419 do STF; **D:** correta. Art. 170, VI, da CF; **E:** incorreta, devendo ser assinalada. O STF ratificou a constitucionalidade do benefício previsto no art. 39 da Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) ao julgar a ADIn 3.768-4/DF, Pleno, j. 19.09.2007, rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 26.10.2007.

Gabrielito "A."

## 17. ORDEM SOCIAL

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Assinale a opção correta a respeito do meio ambiente e dos índios, na ordem constitucional brasileira.

- (A) As pessoas jurídicas, tanto quanto as pessoas físicas, estão sujeitas às sanções penais e administrativas se praticarem atividades e condutas consideradas lesivas ao meio ambiente.
- (B) É competência privativa da União legislar sobre florestas, pesca, fauna, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
- (C) A defesa do meio ambiente impõe a necessidade de se exigir, para instalação de qualquer obra ou atividade que possa causar algum nível de degradação ambiental, a realização de estudo prévio de impacto ambiental.
- (D) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, mas elas são consideradas bens dos Estados-membros em que as comunidades indígenas estão radicadas.

**A:** correta. Art. 225, § 3º, da CF e Lei 9.605/1998, que define as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente; **B:** incorreta. Art. 22 c/c art. 23, VI e VII, ambos da CF; **C:** incorreta. Art. 225, § 1º, IV, da CF; **D:** incorreta. Art. 231, § 2º, da CF.

Gabrielito "A."

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Assinale a opção correta, no que toca à regulação constitucional do direito à educação.

- (A) Seria inconstitucional lei municipal que determinasse a obrigatoriedade de frequência em aulas de ensino religioso, no ensino fundamental, mesmo que essa lei garantisse a diversidade religiosa e o estímulo à tolerância com a diferença.
- (B) A educação pública integra a seguridade social, que é custeada mediante impostos estabelecidos especificamente para essa finalidade.
- (C) A instituição da cobrança de mensalidades em universidades públicas pode ser feita mediante lei ordinária, na medida em que a Constituição da República somente prevê gratuidade obrigatória para os níveis de ensino fundamental e médio.
- (D) Desde a promulgação da Constituição da República, em 1988, somente podem instituir universidades estaduais os Estados membros da federação em que o ensino médio for garantido a todas as pessoas em idade escolar.

**A:** correta. A lei seria tida como inconstitucional, pois o § 1º do art. 210 da CF dispõe que o ensino religioso é disciplina de *matrícula facultativa*; **B:** incorreta. A seguridade social é gênero do qual são espécies a saúde, a previdência e assistência social, conforme o art. 194 da CF. A *educação* está prevista em capítulo próprio (arts. 205 e seguintes da CF) e *não integra a seguridade social*; **C:** incorreta. O art. 206, IV, da CF menciona que um dos princípios relativos ao ensino é o da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. Nesse dispositivo não há limitação de gratuidade aos níveis de ensino fundamental e médio; **D:** incorreta. O art. 211, § 3º, da CF dispõe apenas que a prioridade deve ser dada ao ensino fundamental e médio, mas não condiciona à instituição de universidade estadual, à garantia de ensino médio a todas as pessoas em idade escolar.

Gabrielito "A."

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) Josias foi aposentado por invalidez, por ter contraído o vírus da AIDS, e não tem condições econômicas de custear o seu tratamento, já que os custos com medicação e as despesas de seu filho de 10 anos de idade ultrapassam o valor de seus proventos de aposentadoria. Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta à luz da ordem social e do entendimento do STF.

- (A) A competência para legislar sobre previdência social e sobre saúde é privativa da União. Dessa forma, caberá à União privativamente aumentar o valor do referido benefício ou custear as despesas do tratamento de Josias.
- (B) A competência para fornecer a medicação gratuita em favor de Josias é solidária entre o município em que Josias tem domicílio e o respectivo Estado-membro.
- (C) As ações de assistência social devem ser prestadas a Josias, independentemente de suas condições econômicas, pelo fato de ele ser pai de uma criança.
- (D) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, as quais exigem caráter contributivo.

**A:** incorreta. (art. 198, § 2º, da CF); **B:** correta (Lei 9.313/1996) – dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS; **C:** incorreta. O art. 203 da CF determina que a assistência social será prestada a quem dela *necessitar*, portanto, as condições econômicas serão observadas quando da concessão de benefício assistencial; **D:** incorreta (art. 194 da CF).

„B.“ Gabarito

(FGV – 2008) A Lei Maior determina competir ao Poder Público a organização, nos termos da lei, da seguridade social, com observância obrigatória de determinados objetivos, entre os quais, não se inclui:

- (A) universalidade da cobertura e do atendimento.
- (B) equidade na forma de participação no custeio.
- (C) diversidade da base de financiamento.
- (D) seletividade na prestação dos benefícios e serviços.
- (E) caráter centralizado da gestão administrativa.

Todas as alternativas encontram fundamento no art. 194, parágrafo único, I a VII, da CF.

„E.“ Gabarito

(FGV – 2008) Os recursos provenientes para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social não pode ter como fonte as contribuições sobre:

- (A) receita.
- (B) folha de salário.
- (C) faturamento.
- (D) concurso de prognóstico.
- (E) lucro.

Todas as alternativas encontram fundamento no art. 167, XI, da CF.

„B.“ Gabarito

(FGV – 2008) No que concerne ao dever do Estado de efetivar a educação, a Constituição Federal/1988 prevê expressamente a garantia de:

- (A) ensino fundamental facultativo e gratuito, inclusive para todos que não tiveram acesso na idade própria.
- (B) progressiva universalização do ensino médio gratuito.
- (C) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, obrigatoriamente na rede regular de ensino.
- (D) oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educador.
- (E) atendimento ao educando, na educação infantil, por meio de programas suplementares de transporte e alimentação.

**A:** incorreta. A educação básica é obrigatória e gratuita (nova redação do art. 208, I, da CF); **B:** correta. Art. 208, II, da CF; **C:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 208, III, da CF; **D:** incorreta. Não reflete o

disposto no art. 208, VI, da CF; **E:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 208, VII, da CF.

„B.“ Gabarito

(FGV – 2008) A Constituição Federal/1988 prevê que nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística, observados os seguintes preceitos constitucionais, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) a liberdade de pensamento.
- (B) o direito de resposta.
- (C) a inviolabilidade à intimidade.
- (D) a liberdade de ação profissional.
- (E) a liberdade religiosa.

**A:** incorreta (arts. 5º, IV, e 220, § 1º, ambos da CF); **B:** incorreta (art. 5º, V, e 220, § 1º, ambos da CF); **C:** incorreta (art. 5º, X, e 220, § 1º, ambos da CF); **D:** incorreta (art. 5º, XIII, e 220, § 1º, ambos da CF); **E:** correta. A liberdade religiosa não é considerada preceito constitucional relacionado à plena liberdade de informação jornalística.

„E.“ Gabarito

(FGV – 2005) Assinale a alternativa que complete corretamente a proposição a seguir:

Os serviços notariais e de registro, de acordo com o art. 236, caput, da Constituição Federal são exercidos em caráter \_\_\_\_\_.

- (A) permanente.
- (B) público.
- (C) precário.
- (D) privado.
- (E) público e privado.

Todas as alternativas encontram fundamento no art. 236 da CF: “Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público”.

„D.“ Gabarito

(FGV – 2005) É correto afirmar que o orçamento da seguridade social:

- (A) somente estima receita da previdência social federal.
- (B) somente estima receita e prevê a despesa da previdência social federal.
- (C) estima a receita e prevê a despesa em saúde, educação e assistência social.
- (D) é elaborado de forma idêntica ao orçamento fiscal.
- (E) está compreendido na lei orçamentária federal, junto com o orçamento fiscal e o orçamento de investimento das empresas da União.

Todas as alternativas encontram fundamento no art. 165, § 5º, I, II e III, da CF.

„E.“ Gabarito



## 4. DIREITO EMPRESARIAL

Henrique Subi e Robinson Barreirinhas<sup>1-2</sup>

### 1. TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL

#### 1.1. Empresa, empresário, caracterização e capacidade

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) Considerando o atual estágio do direito comercial (ou empresarial) brasileiro, assinale a opção correta.

- (A) O Código Civil de 2002, assim como o Código Comercial de 1850, adotou a teoria da empresa.
- (B) O Código Civil de 2002 não revogou a antiga legislação sobre sociedades por quotas de responsabilidade limitada.
- (C) O Código Civil de 2002 revogou totalmente o Código Comercial de 1850.
- (D) A Constituição da República estabelece a competência privativa da União para legislar sobre direito comercial (ou empresarial).

**A:** incorreta. O Código Comercial de 1850 adotava a teoria dos atos de comércio; **B:** incorreta, pois, ao legislar integralmente sobre o tema, o CC operou a revogação tácita do Decreto 3.078/1919, que regia as sociedades por quotas de responsabilidade limitada, por força do brocardo *lex posteriori derogat anteriori*; **C:** incorreta, pois foi revogada apenas a parte primeira do Código Comercial de 1850 (art. 2.045 do CC), permanecendo em vigor o restante; **D:** correta, conforme o art. 22, I, da CF.

Gabarito "D"

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Dispõe o art. 972 do Código Civil, que podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos. Assinale a opção correta, quanto à disciplina dos requisitos para o exercício da atividade empresarial.

- (A) O menor, com dezesseis anos completos, somente poderá exercer atividade empresarial após a emancipação, sendo imprescindível a homologação desta por sentença.
- (B) Os atos praticados por empresário falido impedido de exercer atividade empresarial terão plena validade em relação a terceiros de boa-fé.
- (C) A atividade econômica de exploração de recursos minerais pode ser levada a efeito por empresas nacionais ou estrangeiras, desde que haja prévia autorização ou concessão da União.
- (D) Ao servidor público federal é vedada a condição de acionista ou cotista de sociedade empresária.

1. Os comentários das questões do Exame Unificado 2010.1 foram feitos pela própria organizadora da prova.

2. **Henrique Romanini Subi** comentou as questões dos Exames Unificados 2014.3, 2015.1, 2015.2, 2015.3, 2016.1, 2016.2, 2016.3, 2017.1 e 2017.2. **Henrique Romanini Subi e Robinson Sakiyama Barreirinhas** comentaram as demais questões.

**A:** incorreta, pois a emancipação do menor com dezesseis anos completos, seja por concessão dos pais ou pelo estabelecimento empresarial que gere ao menor economia própria, independe de homologação judicial (art. 5.º, parágrafo único, I e V, do CC); **B:** correta, conforme o art. 973 do CC; **C:** incorreta, pois tal atividade econômica somente pode ser objeto de autorização ou concessão da União para brasileiros ou empresas nacionais (art. 176, § 1.º, da CF); **D:** incorreta, pois o candidato deve atentar para o fato do art. 117, X, da Lei 8.112/1990 proibir ao servidor público federal de participar de gerência ou administração de sociedade privada, e não de figurar como acionista ou cotista.

„B„, o Gabarito

(FGV – 2010) Segundo o art. 966 do Código Civil, é considerado empresário:

- (A) quem é sócio de sociedade empresária dotada de personalidade jurídica.
- (B) quem é titular do controle de sociedade empresária dotada de personalidade jurídica.
- (C) quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou serviços.
- (D) quem exerce profissão intelectual de natureza científica, literária ou artística.
- (E) quem assume a função de administrador em sociedade limitada ou sociedade anônima.

**A, B e E:** incorretas, pois a definição legal de empresário não se refere à condição de sócio, controlador ou administrador de sociedade, diferentemente do conceito comum. Empresário é aquele que exerce a atividade empresarial (pode ser empresário individual ou sociedade empresária); **C:** correta, pois reflete exatamente o disposto no art. 966, caput, do CC; **D:** incorreta, pois o profissional liberal não é considerado empresário – art. 966, parágrafo único, do CC.

„C„, o Gabarito

(FGV – 2008) De acordo com o Código Civil, assinale a assertiva correta.

- (A) Não é considerada empresário a pessoa física ou jurídica que inicia sua atividade sem a inscrição prévia perante o Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial.
- (B) O estabelecimento empresarial é representado pelo local em que o empresário exerce sua atividade.
- (C) O empresário rural, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, deverá, sempre, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.
- (D) O Código Comercial de 1850 foi parcialmente revogado pelo Código Civil, mantendo-se vigentes os dispositivos relativos ao comércio marítimo.
- (E) As obrigações contraídas por pessoa impedida legalmente de exercer atividade própria de empresário são nulas.

**A:** incorreta, pois a irregularidade (ausência de registro), embora implique inexistência de personalidade jurídica própria (no caso das sociedades – art. 985 do CC), não afasta a natureza empresarial. De fato, o empresário e a sociedade empresária qualificam-se por exercerem atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, nos termos do art. 966 do CC e art. 982 do mesmo Código. A sociedade empresária irregular (enquanto não inscritos os atos constitutivos) qualifica-se como sociedade em comum – art. 986 do CC; **B:** incorreta, pois o estabelecimento empresarial não se confunde com o local das atividades empresariais. Estabelecimento empresarial é todo complexo de bens organizado para o exercício da empresa (prédio, estoque, maquinário, marcas, patentes, nome, ponto etc. – art. 1.142 do CC), que pode ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos (art. 1.143 do CC), de modo que pode ser classificado como universalidade de fato (art. 90 do CC); **C:** incorreta, pois a inscrição do empresário rural no Registro Público de Empresas Mercantis é opcional, nos termos do art. 971 do CC; **D:** correta. Realmente, foi revogada apenas a parte primeira do Código Comercial de 1850 (art. 2.045 do CC), permanecendo em vigor o restante; **E:** incorreta, pois a pessoa responderá pelas obrigações contraídas – art. 973 do CC.

Gabarito "D"

(FGV – 2007) Assinale a afirmativa correta.

- (A) O empresário individual adquire personalidade jurídica com a inscrição de sua firma individual no Registro Público de Empresas Mercantis.
- (B) O empresário individual, por ser pessoa física, não tem legitimidade para requerer recuperação judicial.
- (C) O empresário casado pode, sem necessidade de vênua conjugal, independentemente do regime de bens, alienar bem imóvel que integre o patrimônio da empresa.
- (D) A responsabilidade do empresário individual é limitada ao capital social informado na declaração de firma individual.
- (E) O empresário individual pode adotar como nome empresarial firma ou razão social.

**A:** incorreta, pois o empresário individual é a própria pessoa física que exerce a atividade econômica descrita no art. 966 do CC. A inscrição no Registro Público marca o início da personalidade jurídica apenas nos casos das pessoas jurídicas de direito privado indicadas no art. 44 do CC (c.c. art. 45 do mesmo Código), como sociedades ou associações (não é o caso do empresário individual). De qualquer forma, o empresário não inscrito no Registro Público está em situação irregular (art. 967 do CC); **B:** incorreta, pois a falência e a recuperação judicial e extrajudicial aplicam-se ao empresário individual, assim como à sociedade empresária – art. 1.º da Lei 11.101/2005; **C:** correta, conforme o art. 978 do CC; **D:** incorreta, pois a responsabilidade do empresário individual é ilimitada (todos os seus bens respondem pelas obrigações que assumir); **E:** incorreta, já que o empresário individual deve utilizar firma constituída por seu próprio nome, completo ou abreviado, adicionando, se quiser, designação mais precisa da sua pessoa ou do gênero de atividade (por exemplo, João A. da Silva Materiais de Construção) – art. 1.156 do CC.

Gabarito "C"

## 1.2. Desconsideração da personalidade jurídica

(FGV – 2008) Em relação à teoria da desconsideração da personalidade jurídica, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Está positivada no art. 50 do Código Civil, que determina que, em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir a

requerimento da parte, ou pelo Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidas aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

- (B) As sociedades integrantes de grupos societários e sociedades controladas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código Civil.
- (C) As sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código Civil.
- (D) As sociedades coligadas só responderão por culpa.
- (E) A desconsideração da personalidade jurídica das sociedades também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.

**A:** correta, conforme o art. 50 do CC; **B:** incorreta, pois a responsabilidade, no caso, é subsidiária (não solidária) e, em princípio, em relação às obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor – CDC (não do Código Civil) – art. 28, § 2.º, do CDC; **C:** correta, de acordo com o gabarito oficial, porém entendemos que a assertiva é imprecisa, pois a responsabilidade solidária das consorciadas refere-se, em princípio, às obrigações decorrentes do CDC (não do CC) – art. 28, § 3.º, do CDC; **D:** correta, nos termos do art. 28, § 4.º, do CDC; **E:** correta, nos termos do art. 28, *caput*, *in fine*, do CDC.

Gabarito Oficial "B" / Gabarito Nosso "B" e "C"

(FGV – 2008) A teoria da desconsideração (*disregard of legal entity* ou *a lifting the corporate veil*), positivada no Código Civil, tem por objetivo precípuo afastar momentaneamente a personalidade jurídica da sociedade para atingir o patrimônio pessoal dos sócios. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) A desconsideração da personalidade jurídica não será aplicada quando houver falência ou estado de insolvência do devedor.
- (B) As sociedades integrantes dos grupos societários e as consorciadas são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações de consumo.
- (C) O juiz de ofício, a requerimento da parte interessada ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo, pode aplicar a teoria da desconsideração a fim de estender aos bens particulares dos sócios ou administradores da pessoa jurídica os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações.
- (D) As sociedades coligadas somente responderão por culpa pelas obrigações decorrentes de relações de consumo.
- (E) A teoria da desconsideração pode ser aplicada em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo inadimplemento obrigacional, desvio de finalidade ou confusão patrimonial.

**A:** incorreta, pois cabe desconsideração sempre que houver abuso da personalidade jurídica (art. 50 do CC). Haverá também desconsideração em favor do consumidor, inclusive nos casos de falência e insolvência, nos termos do art. 28, *caput*, *in fine*, do CDC; **B:** incorreta, pois a responsabilidade das consorciadas é solidária – art. 28, § 3.º, do CDC; **C:** incorreta, já que o juiz não pode desconsiderar a personalidade de ofício, devendo haver requerimento do interessado ou do Ministério Público – art. 50 do CC; **D:** correta, pois reflete o disposto no art. 28,

§ 4.º, do CDC; **E**: incorreta, pois o inadimplemento obrigacional, por si, não caracteriza o abuso da personalidade jurídica, nem, portanto, permite a desconsideração – art. 50 do CC.

Gabriel D.

(FGV – 2007) A respeito da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, analise as afirmativas a seguir:

- I. A *disregard doctrine* começou a vigor no Código de Defesa do Consumidor e estabelece a existência distinta da pessoa jurídica e seus sócios.
- II. A teoria da desconsideração da personalidade jurídica não pode ser invocada pelo credor de sociedades em comum.
- III. A desconsideração da personalidade jurídica pode ser aplicada de ofício pelo juiz, comprovado o desvio de finalidade praticado pelo administrador da sociedade.
- IV. A teoria da desconsideração não se confunde com a teoria do ato *ultra vires*.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**I**: incorreta, pois a desconsideração da personalidade jurídica (*disregard*), em sentido contrário ao descrito na assertiva, afasta a distinção patrimonial entre a pessoa jurídica e seus sócios; **II**: correta, pois a invocação da desconsideração é inócua, na hipótese. Os sócios respondem ilimitadamente na sociedade em comum, nos termos dos arts. 988 e 990 do CC; **III**: incorreta, pois a desconsideração depende de requerimento da parte ou do Ministério Público, nos termos do art. 50 do CC; **IV**: correta, já que a desconsideração cabe em caso de abuso da personalidade jurídica (art. 50 do CC), o que não se confunde com os atos do administrador (sua validade ou sua eficácia) que extrapolem os poderes concedidos pela sociedade (*ultra vires*).

Gabriel D.

### 1.3. Nome empresarial

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) Com relação ao nome empresarial, assinale a opção correta.

- (A) O nome empresarial não pode ser objeto de alienação.
- (B) As companhias podem adotar firma ou denominação social.
- (C) Em princípio, o nome empresarial, após ser registrado, goza de proteção em todo território nacional.
- (D) O empresário individual opera sob denominação.

**A**: correta, pois se trata de cópia literal do art. 1.164 do CC; **B**: incorreta, pois a sociedade anônima gira exclusivamente sob denominação (art. 1.160 do CC); **C**: incorreta, pois a proteção ao nome empresarial decorrente do registro na Junta Comercial limita-se ao território do respectivo estado (art. 1.166 do CC); **D**: incorreta, pois o empresário individual está obrigado a adotar firma baseada em seu nome civil (art. 1.156 do CC).

Gabriel A.

(FGV – 2010) Com relação ao nome empresarial, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) “Alves & Cia. C/A” refere-se a uma sociedade em comandita por ações que optou pela utilização de firma social, sendo Alves um sócio diretor ou gerente da sociedade.

- (B) “Rocco e Irmãos Ltda. EPP” refere-se a uma sociedade limitada que optou pela utilização de firma social e que gozado regime diferenciado e favorecido dispensado às empresas de pequeno porte, sendo Rocco (e alguns de seus irmãos, se não todos) sócio dessa sociedade.
- (C) “José da Silva Minerações S/A” refere-se a uma sociedade anônima que tem como objeto a atividade mineradora, sendo José da Silva uma pessoa que correu para o sucesso dessa empresa.
- (D) “José S. da Silva” refere-se a um empresário individual.
- (E) “Companhia Nacional de Armazinhos” refere-se a uma sociedade limitada que adota as normas da sociedade anônima como lei supletiva e que tem como objeto a atividade de armazinhos.

**A**: correta, conforme o art. 1.157 c.c. o art. 1.091 do CC; **B**: correta, conforme o art. 1.158 do CC e o art. 72 da LC 123/2006; **C**: correta, nos termos do art. 1.160 do CC; **D**: correta, conforme o art. 1.156 do CC; **E**: incorreta, devendo ser assinalada, pois o termo “Companhia” no início do nome empresarial refere-se à sociedade anônima, e não à limitada – art. 1.160 do CC.

Gabriel E.

(FGV – 2008) Em relação ao nome empresarial, assinale a alternativa correta.

- (A) A firma coletiva e a razão social são espécies de nome empresarial.
- (B) A sociedade limitada pode adotar como nome empresarial firma ou denominação, integradas pela expressão final “limitada” ou sua abreviatura, não se admitindo o nome de um ou mais sócios na firma.
- (C) A sociedade em conta de participação não pode ter firma ou denominação.
- (D) A denominação, diferente da firma individual ou coletiva, pode ser objeto de alienação.
- (E) A inscrição do empresário individual ou dos atos constitutivos ou respectivas averbações de sociedade empresária, no registro próprio, asseguram o uso exclusivo do nome em todo o território nacional.

**A**: incorreta, pois firma coletiva e razão social são expressões equivalentes; **B**: incorreta, já que é possível a adoção de nome de sócio, desde que seja pessoa física – art. 1.158, § 1.º, do CC; **C**: correta, pois a vedação é prevista no art. 1.162 do CC; **D**: incorreta, já que nenhum nome empresarial, seja firma ou denominação, pode ser alienado – art. 1.164 do CC; **E**: incorreta, pois o princípio da novidade refere-se apenas ao local do registro – art. 1.163 do CC.

Gabriel C.

(FGV – 2008) Em relação ao nome empresarial, assinale a afirmativa correta.

- (A) Recebe a proteção efetivada pelo Registro Público de Empresas Mercantis em todo o território nacional.
- (B) A sociedade limitada se forma sempre na modalidade de denominação.
- (C) É facultativo para o empresário individual e obrigatório para a sociedade empresária.
- (D) A sociedade em conta de participação não pode ter firma ou denominação.
- (E) A denominação das sociedades simples, por terem regime próprio, não é equiparada ao nome empresarial para efeitos de proteção da lei.

**A:** incorreta, pois a inscrição no registro próprio assegura o uso exclusivo do nome nos limites do respectivo Estado, em regra – art. 1.166 do CC; **B:** incorreta, pois a sociedade limitada pode adotar denominação ou firma coletiva (= razão social) – art. 1.158 do CC; **C:** incorreta, pois tanto o empresário individual quanto a sociedade empresária têm nome empresarial. No caso do empresário individual, trata-se de firma constituída por seu próprio nome, completo ou abreviado – art. 1.156 do CC; **D:** correta, conforme o art. 1.162 do CC; **E:** incorreta, pois as denominações das sociedades simples, associações e fundações são equiparadas ao nome empresarial, para efeitos da proteção da lei – art. 1.155, parágrafo único, do CC.

„D.“ Gabarito

#### 1.4. Inscrição, registros, escrituração e livros

(FGV – 2007) O livro mercantil obrigatório para o comerciante é:

- (A) Caixa
- (B) Diário
- (C) Razão
- (D) Copiador de cartas

Além dos demais livros exigidos em lei, o CC prevê a obrigatoriedade do Diário (art. 1.180 do CC).

„B.“ Gabarito

(FGV – 2007) Os livros comerciais são invioláveis, salvo para:

- (A) outros comerciantes em geral
- (B) terceiros interessados
- (C) agentes do Fisco
- (D) agentes policiais

As restrições ao acesso a livros empresariais (art. 1.191 do CC, entre outros) não têm eficácia contra a administração tributária – art. 1.193 do CC e art. 195 do CTN.

„C.“ Gabarito

(FGV – 2007) O direito de sigilo dos livros comerciais pode ser quebrado:

- (A) apenas em demanda judicial que envolva os interesses da União.
- (B) apenas quando a demanda judicial envolver, pelo menos, dois empresários.
- (C) quando houver requerimento de falência ou recuperação judicial.
- (D) se houver requerimento administrativo assinado pelo interessado.
- (E) apenas quando houver crime fiscal.

Em princípio, o juiz só poderá autorizar a exibição integral dos livros e papéis de escrituração quando necessária para resolver questões relativas à sucessão, comunhão ou sociedade, administração ou gestão à conta de outrem, ou em caso de falência (art. 1.191 do CC).

„C.“ Gabarito

#### 1.5. Estabelecimento

(OAB/Exame Unificado – 2008.3) No Brasil, o estabelecimento empresarial regulado pelo Código Civil é tratado como:

- (A) pessoa jurídica.
- (B) patrimônio de afetação ou separado.
- (C) sociedade não personificada.
- (D) universalidade.

Conforme ensina o art. 90 do CC, constitui universalidade de fato a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária. Exemplo clássico de universalidade de fato é o estabelecimento empresarial, visto que é tratado pelo CC como um “complexo de bens organizado para exercício da empresa”.

„D.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2008.3) Acerca do contrato de trespasse e negócios empresariais afins, assinale a opção correta.

- (A) O trespasse equipara-se à cisão parcial para todos os efeitos legais.
- (B) A cessão de todas as participações de uma sociedade, assim como ocorre com o trespasse, altera a titularidade nominal sobre o respectivo estabelecimento.
- (C) O trespasse equipara-se à incorporação de sociedades para todos os efeitos legais.
- (D) O trespasse pode ocorrer entre empresários individuais, assim como entre sociedades empresárias, ou entre estas e aqueles.

O trespasse é o contrato de compra e venda do estabelecimento empresarial e não se confunde com as operações societárias de cisão parcial (na qual a sociedade original divide-se, criando outra nova, porém subsistindo a original com o capital que lhe restou) ou incorporação (onde duas sociedades se unem, subsistindo apenas aquela que incorporou a outra, a qual é extinta), razão pela qual as alternativas A e C estão incorretas. A alternativa B também não se sustenta, porque a cessão de participações de uma sociedade não altera a titularidade nominal sobre o estabelecimento, que pode ser objeto unitário de direitos e negócios jurídicos (art. 1.143 do CC). Ademais, é totalmente verdadeiro, conforme exposto na alternativa D, que o contrato de trespasse pode ocorrer entre empresários individuais e sociedades empresárias e reciprocamente.

„D.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Paulo e Vinícius, únicos sócios da Ômega Comércio de Roupas Ltda., decidiram ceder integralmente suas cotas sociais e, também, alienar o estabelecimento empresarial da sociedade para Roberto e Ana. Ômega Comércio de Roupas Ltda. havia celebrado contrato de franquia com conhecida empresa fabricante de roupas e artigos esportivos. Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- (A) A eficácia da alienação do estabelecimento empresarial dependerá sempre do consentimento expresso de todos os credores.
- (B) O adquirente não responderá por qualquer débito anterior à transferência do estabelecimento empresarial.
- (C) O franqueador não poderá rescindir o contrato de franquia com a Ômega Comércio de Roupas Ltda. com base na transferência do estabelecimento.
- (D) Os alienantes do estabelecimento empresarial da Ômega Comércio de Roupas Ltda. não poderão fazer concorrência aos adquirentes nos cinco anos subsequentes à transferência, salvo se houver autorização expressa para tanto.

**A:** incorreta, porque a concordância dos credores é exigida apenas quando não restarem ao alienante bens suficientes para solver seu passivo (art. 1.145 do CC); **B:** incorreta, pois o adquirente é responsável pelo pagamento de todas as dívidas regularmente contabilizadas (art. 1.146 do CC); **C:** incorreta. O contrato de franquia tem caráter pessoal e, destarte, pode ser rescindido pelo terceiro contratante, nos termos

autorizados pelo art. 1.148 do CC; **D**: correta. Trata-se da cláusula de não restabelecimento (art. 1.147 do CC).

Gabarito "D".

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Quanto ao que prescreve o Código Civil a respeito do contrato de alienação de estabelecimento empresarial, assinale a opção correta.

- (A) O contrato que tenha por objeto a alienação do estabelecimento só produzirá efeitos perante terceiros depois de averbado na Junta Comercial.
- (B) O alienante do estabelecimento pode fazer concorrência ao adquirente, salvo cláusula expressa em sentido contrário.
- (C) O adquirente do estabelecimento responde por todo e qualquer débito anterior ao negócio.
- (D) Salvo autorização expressa de terceiros contratantes, o adquirente do estabelecimento não se sub-roga nos contratos anteriores ao negócio firmados pelo alienante.

**A**: correta, diante do determinado pelo art. 1.144 do CC; **B**: incorreta. A cláusula de não restabelecimento é implícita no contrato de trespasse, somente podendo o alienante fazer concorrência ao adquirente antes do prazo de cinco anos se tiver autorização contratual para tanto; **C**: incorreta, pois o adquirente responde apenas pelos débitos regularmente contabilizados (art. 1.146 do CC); **D**: incorreta. Dispõe o art. 1.148 que o adquirente se sub-roga nos contratos do alienante, salvo disposição em contrário.

Gabarito "A".

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) Carlos andava pelos corredores de um centro comercial quando observou uma grande loja de materiais esportivos, com um letreiro luminoso, acima da porta, no qual se lia X Esportes. Aproximou-se da vitrine e viu uma chuteira dourada com uma etiqueta bordada com o nome X Chute. Ao entrar na loja, reencontrou um antigo companheiro, que se identificou como gerente da X Esportes Ltda. Ele fez uma rápida pesquisa de preços e, ao se retirar, foi informado pelo velho amigo de que, para consultar os preços da loja, ele poderia acessar o sítio [www.xesportes.com.br](http://www.xesportes.com.br).

No texto acima, as expressões sublinhadas referem-se, respectivamente, a:

- (A) título de estabelecimento, marca, denominação social e nome de domínio.
- (B) nome empresarial, marca, título de estabelecimento e nome de domínio.
- (C) título de estabelecimento, patente, nome empresarial e nome de domínio.
- (D) nome empresarial, marca, denominação social e endereço de e-mail.

Título de estabelecimento é elemento identificador do ponto comercial, local onde a atividade empresarial é exercida (vulgarmente conhecido como "nome fantasia"). Marca é o sinal distintivo, visualmente perceptível, que identifica o produto ou serviço (art.122 da Lei 9.279/1996). Já denominação social é espécie de nome empresarial, expressão única que identifica o empresário ou a sociedade empresária em suas relações de fundo econômico. Nome de domínio é uma combinação única de letras ou nomes perceptíveis à linguagem humana, números ou travessões e códigos que encaminham informações entre usuários do sistema de internet, a qual identifica o estabelecimento virtual da empresa. Patente é o privilégio de exploração econômica exclusiva

conferido ao inventor de invenção ou modelo de utilidade. Por fim, endereço de e-mail é a combinação de letras, números e demais caracteres que, vinculados a determinado servidor, possibilita a troca de mensagens entre usuários da internet.

Gabarito "A".

(FGV – 2013) O complexo de bens organizados de forma racional para o exercício da empresa, entendida esta como a atividade economicamente organizada para a produção de bens e serviços, por empresário ou sociedade empresária, é denominado

- (A) estabelecimento.
- (B) patrimônio líquido.
- (C) ações.
- (D) sociedade em comum.
- (E) balanço patrimonial.

**A**: correta. O conceito está previsto no art. 1.142 do CC; **B**: incorreta. Patrimônio líquido é um conceito contábil, correspondente à diferença entre o ativo e o passivo; **C**: incorreta. Ações são valores mobiliários representativos do capital social de uma sociedade anônima; **D**: incorreta. Sociedade em comum é uma espécie de sociedade não personificada, de natureza irregular diante da ausência de registro de seus atos constitutivos; **E**: incorreta. Balanço patrimonial é uma demonstração contábil que apresenta a situação econômico-financeira da empresa em uma determinada data, evidenciando os valores componentes de seu ativo, passivo e patrimônio líquido.

Gabarito "A".

(FGV – 2011) XYZ Produtos Alimentícios Ltda. é uma sociedade empresária, regularmente inscrita no órgão competente desde 1999, cujo objeto constitui a exploração do ramo de alimentos. Com sólido nome no mercado, localizada em um ponto empresarial altamente valorizado no Estado do Rio de Janeiro, detentora de valiosa marca e linhas de crédito pré-aprovadas nos melhores bancos do Estado à sua disposição, os sócios decidem, por maioria absoluta, fazer a cessão do estabelecimento, aproveitando ótima proposta oferecida por um empresário que já atua no mesmo ramo.

Em relação ao estabelecimento, assinale a afirmativa correta.

- (A) A sociedade empresária XYZ Produtos Alimentícios Ltda. responde de forma subsidiária por eventuais débitos existentes anteriormente à cessão apontada.
- (B) Para ser considerada eficaz, a cessão é indispensável à expressa autorização dos credores existentes àquela época, ainda que a sociedade possua bens suficientes para solver o seu passivo.
- (C) O contrato de cessão produz efeitos em relação a terceiros desde a sua averbação à margem da inscrição da sociedade no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso, a cargo da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, independente de a publicação ocorrer na imprensa oficial.
- (D) A sociedade empresária XYZ Produtos Alimentícios Ltda. não pode fazer concorrência ao empresário adquirente, pelo prazo de 2 (dois) anos, salvo se obtida autorização expressa.
- (E) A cessão dos créditos referentes ao estabelecimento transferido produz efeitos em relação aos respectivos devedores, desde o momento da publicação da trans-

ferência, somente ficando exonerado se, de boa-fé, paga ao cedente.

A questão cobra do candidato os requisitos do trespasse, nome dado ao contrato de alienação ou cessão do estabelecimento empresarial. Mesmo após a alienação ou cessão do estabelecimento, o antigo proprietário continua solidariamente obrigado pelo prazo de 1 (um) ano, contados da data da avença, pelas dívidas vencidas (art. 1.146 do CC). A eficácia do trespasse depende da concordância dos credores existentes à época apenas se não restarem ao devedor bens suficientes para solver seu passivo (art. 1.145 do CC). A produção de efeitos perante terceiros é vinculada à averbação do contrato junto ao Registro Público de Empresas Mercantis e, cumulativamente, à publicação na Imprensa Oficial (art. 1.144 do CC). A cláusula de não restabelecimento, que proíbe o alienante ou cedente de fazer concorrência ao adquirente ou cessionário, é presumida no trespasse pelo prazo de 05 (cinco) anos, salvo disposição expressa diversa (art. 1.147 do CC). Ante todo o exposto, correta apenas a alternativa “E”, que protege o devedor de boa-fé que pague sua dívida junto ao alienante ou cedente, quando deveria, em rigor, pagar ao adquirente ou cessionário.

„E.“ Gabarito

(FGV – 2010) A respeito do trespasse do estabelecimento empresarial, analise-as afirmativas a seguir.

- I. O contrato de trespasse de estabelecimento empresarial produzirá efeitos quanto a terceiros só depois de averbado à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis e de publicado na imprensa oficial.
- II. Com relação aos créditos de natureza civil vencidos antes da celebração do contrato de trespasse, o vendedor do estabelecimento continuará por eles solidariamente obrigado, pelo prazo de um ano contado a partir da publicação do contrato de trespasse na imprensa oficial.
- III. Não se admite, mesmo por convenção expressa entre os contratantes, o imediato restabelecimento do vendedor do estabelecimento no mesmo ramo de atividades e na mesma zona geográfica.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

I: correta, em relação à alienação do estabelecimento empresarial (= trespasse), conforme o art. 1.144 do CC; II: correta, conforme dispõe o art. 1.146 do CC; III: incorreta, pois se houver convenção expressa entre as partes, o alienante poderá, excepcionalmente, fazer concorrência ao adquirente – art. 1.147 do CC.

„C.“ Gabarito

(FGV – 2010) Com relação ao estabelecimento empresarial, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) É o complexo de bens organizado para o exercício da empresa, por empresário ou por sociedade empresária.
- (B) Refere-se tão somente à sede física da sociedade empresária.
- (C) Desponta a noção de aviamento.
- (D) Inclui, também, bens incorpóreos, imateriais e intangíveis.
- (E) É integrado pela propriedade intelectual.

A: correta, pois reflete exatamente a definição dada pelo art. 1.142 do CC; B: incorreta, devendo ser assinalada, pois o estabelecimento abrange bens corpóreos (imóveis, equipamentos, estoques etc.) e incorpóreos (ponto comercial, marcas, patentes etc.); C: correta, de acordo com o gabarito oficial, mas há discussão doutrinária quanto à inclusão do aviamento no conceito de estabelecimento empresarial. O termo refere-se à aptidão da empresa para dar lucro (a mais-valia decorrente da exploração do estabelecimento empresarial); D e E: corretas, conforme comentário à alternativa B.

„B.“ Gabarito

(FGV – 2010) Pedro Henrique tem uma sorveteria na qual vende sorvetes artesanais da sua marca *Gelados*. O imóvel no qual está localizada a empresa, os *freezers* e as máquinas necessárias para a elaboração dos sorvetes são alugados. Os móveis e o estoque de matéria prima, no entanto, são de propriedade de Pedro Henrique. Ressalta-se que a marca é bastante conhecida na cidade e o seu estabelecimento já tem uma clientela fiel. Considerando os fatos expostos, assinale a alternativa correta.

- (A) Fazem parte do estabelecimento empresarial apenas os móveis e o estoque de matéria prima, pois somente estes bens são de propriedade de Pedro Henrique.
- (B) Fazem parte do estabelecimento empresarial todos os bens que estão organizados para o desenvolvimento da empresa, isto é, tanto o imóvel, quando os *freezers*, as máquinas, os móveis, o estoque e a marca *Gelados*.
- (C) Pedro Henrique não pode ser considerado empresário, pois não desenvolve a atividade empresarial por meio de uma sociedade empresária.
- (D) Se Pedro Henrique desejar alienar o estabelecimento, o trespasse somente poderá abranger os bens de propriedade de Pedro Henrique, não podendo versar sobre os contratos relacionados com os outros bens.
- (E) Se Pedro Henrique desejar alienar o estabelecimento, o preço do negócio deverá corresponder exatamente ao preço de mercado dos bens de sua propriedade, considerados isoladamente.

A: incorreta, pois o estabelecimento empresarial é composto também pelos bens imateriais, que são de Pedro Henrique, como os bens industriais (marca dos sorvetes, nome empresarial, título de estabelecimento etc.) e o ponto, além dos equipamentos utilizados para o exercício da empresa, ainda que alugados; B: correta. A assertiva, como visto no comentário à alternativa anterior, é verdadeira; C: incorreta, pois Pedro Henrique qualifica-se como empresário pela atividade que exerce, nos termos do art. 966 do CC, independentemente de compor sociedade. Trata-se de empresário individual; D: incorreta, pois, salvo disposição em contrário, a transferência importa a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para exploração do estabelecimento, se não tiverem caráter pessoal – art. 1.148 do CC; E: incorreta, até porque Pedro Henrique pode, em princípio, fixar o preço que quiser (superior ou inferior ao de mercado, inclusive) e da forma que quiser para a venda do estabelecimento. Quanto ao objeto contratual, ademais, o estabelecimento pode ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza – art. 1.143 do CC.

„B.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2008.3) A ação renovatória do aluguel empresarial deve ser:

- (A) ajuizada no penúltimo ano do prazo do contrato em vigor.
- (B) proposta no interregno de, no máximo, 6 meses, até 2 meses, no mínimo, anteriores à data da finalização do prazo do contrato em vigor.

- (C) ajuizada no segundo semestre do penúltimo ano do prazo do contrato em vigor.
- (D) proposta no interregno de um ano, no máximo, até 6 meses, no mínimo, anteriores à data da finalização do prazo do contrato em vigor.

Nos termos do art. 51, § 5.º, da Lei 8.245/1991, a ação renovatória de aluguel deverá ser proposta no interregno de um ano, no máximo, até seis meses, no mínimo, anteriores à data da finalização do contrato em vigor. Isto é, iniciado o último ano de vigência do contrato escrito de locação empresarial, tem o locatário prazo de seis meses para ajuizar a ação renovatória, sob pena de decadência.

Gabriel D.

(FGV – 2008) No que tange ao estabelecimento empresarial, é incorreto afirmar que:

- (A) o alienante do estabelecimento assume responsabilidade subsidiária com o adquirente, pelo prazo de um ano a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação e, quanto aos outros, da data do vencimento.
- (B) o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos posteriores ao trepasse, salvo autorização expressa.
- (C) o adquirente do estabelecimento é responsável pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados.
- (D) se entende por estabelecimento empresarial o conjunto de bens corpóreos e incorpóreos utilizados pelo empresário no exercício de sua empresa.
- (E) o estabelecimento pode ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza.

**A:** incorreta, devendo ser assinalada, pois o termo inicial para o prazo anual de responsabilidade do alienante segue regra diversa (a partir da publicação, no caso dos créditos vencidos, e a partir do vencimento, no caso dos vincendos) – art. 1.146 do CC; **B:** correta, conforme o art. 1.147 do CC; **C:** correta, nos termos do art. 1.146 do CC – sem prejuízo da responsabilidade solidária do alienante pelo prazo de um ano; **D:** correta, conforme o art. 1.142 do CC; **E:** correta, nos termos do art. 1.143 do CC.

Gabriel A.

## 2. SOCIEDADES

### 2.1. Sociedades simples e empresária e temas gerais

(OAB/Exame Unificado – 2008.3) A sociedade simples difere, essencialmente, da sociedade empresária porque:

- (A) aquela não exerce atividade própria de empresário sujeito a registro, ao contrário do que ocorre nesta.
- (B) aquela não exerce atividade econômica nem visa ao lucro, ao contrário desta.
- (C) naquela, a responsabilidade dos sócios é sempre subsidiária, enquanto nesta, é sempre limitada.
- (D) aquela deve constituir-se apenas sob as normas que lhe são próprias, enquanto esta pode constituir-se utilizando-se de diversos tipos.

O conceito de sociedade simples é extraído por exclusão, definindo-se primeiro o que é sociedade empresária: são sociedades empresárias

todas aquelas que exercem atividade própria de empresário sujeito a registro (art. 982 do CC). Não sendo empresária, será sociedade simples.

Gabriel A.

(OAB/Exame Unificado – 2008.2) Acerca do exercício da empresa em sociedade, assinale a opção correta.

- (A) A constituição de sociedade para a realização de apenas um negócio determinado é incompatível com a atividade empresarial, pois impede a habitualidade de seu exercício.
- (B) O conceito de sociedade implica o exercício de atividade econômica, embora nem toda sociedade que realize atividade econômica seja necessariamente considerada empresarial.
- (C) A qualificação de uma sociedade como empresarial só ocorre quando ela exerce atividade própria de empresário sujeito a registro.
- (D) A sociedade que precipuamente exercer atividade de empresário rural só poderá adotar tipo reservado às sociedades empresárias.

**A:** incorreta, pois a atividade a ser exercida pela sociedade pode se restringir à realização de um negócio determinado, conforme expressa autorização do art. 981, parágrafo único, do CC; **B:** correta, visto que celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir para o exercício de atividade econômica (art. 981 do CC), porém há sociedades que exploram atividade econômica que são expressamente excluídas do regime jurídico empresarial (art. 966, parágrafo único, do CC); **C:** incorreta, já que a sociedade por ações será sempre considerada empresária, independentemente de seu objeto (art. 982, parágrafo único, do CC); **D:** incorreta. A sociedade voltada à atividade rural pode ser tratada como sociedade simples ou empresária, a depender da exclusiva opção dos sócios, que a manifestarão requerendo o registro da sociedade no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 971 do CC).

Gabriel B.

(OAB/Exame Unificado – 2008.1) Armando e Arnaldo, advogados, resolveram celebrar contrato de sociedade para realizar, por prazo indeterminado, a fabricação regular de peças para automóveis. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- (A) O instrumento do contrato deverá ser inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em razão de os sócios serem advogados.
- (B) Sendo ambos os sócios advogados, a sociedade será necessariamente simples.
- (C) A sociedade só existirá se o instrumento do contrato for submetido a registro.
- (D) O instrumento do contrato deverá ser inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, por ser empresarial o objeto da atividade.

A definição de uma sociedade como simples ou empresária não leva em conta circunstâncias pessoais do sócio, mas sim o objeto social, ou seja, a atividade econômica exercida. No problema, a despeito dos sócios serem advogados, eles não estão constituindo uma sociedade para exercício de atividade intelectual (advocacia), mas sim uma sociedade voltada para a produção de bens, que é atividade empresária nos termos do art. 966 do CC. Assim, o registro dos atos constitutivos da sociedade deve dar-se no Registro Público de Empresas Mercantis.

Gabriel D.

(OAB/Exame Unificado – 2008.1) Independentemente de seu objeto social, considera-se sociedade simples a:

- (A) sociedade em nome coletivo.
- (B) sociedade em comandita simples.
- (C) sociedade limitada.
- (D) sociedade cooperativa.

A cooperativa é considerada sempre uma sociedade simples (art. 982, parágrafo único, do CC).

Gabário "D"

(OAB/Exame Unificado – 2008.1) De acordo com a legislação em vigor, em regra, o vencimento do prazo de duração da sociedade, sem oposição de sócio e sem que entre em liquidação, prorroga-a por tempo indeterminado.

Entretanto, não se sujeita a essa prorrogação automática a sociedade:

- (A) cooperativa.
- (B) em comandita por ações.
- (C) simples.
- (D) em nome coletivo.

Nos termos do art. 1.092 do CC, a prorrogação do prazo da sociedade em comandita por ações depende de consentimento dos diretores.

Gabário "B"

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Quanto aos prepostos, segundo o que preceitua o Código Civil, assinale a opção incorreta.

- (A) O preposto pode, mesmo sem autorização escrita, fazer-se substituir no desempenho da preposição.
- (B) Considera-se gerente o preposto permanente no exercício da empresa, na sede desta, ou em sucursal, filial ou agência.
- (C) O gerente, pelas obrigações resultantes do exercício da sua função, pode figurar em juízo em nome do preponente.
- (D) Se o preposto, encarregado pelo preponente, recebe sem protesto, salvo nos casos em que haja prazo para reclamação, papéis, bens ou valores, essa entrega é considerada perfeita.

A: incorreta, devendo ser assinalada, vez que a alternativa descreve exatamente o contrário do disposto no art. 1.169 do CC; B: correta, conforme art. 1.172 do CC; C: correta, nos exatos termos do art. 1.176 do CC; D: correta. Trata-se de transcrição literal do art. 1.171 do CC.

Gabário "A"

(FGV – 2008) Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A personalidade jurídica das sociedades se inicia com a sua constituição e início das atividades.
- (B) As sociedades em comum respondem perante terceiros pelas obrigações contraídas.
- (C) As sociedades simples podem adotar qualquer tipo societário específico das sociedades empresárias.
- (D) O direito brasileiro admite o pedido de recuperação judicial de pessoa natural, comprovada a condição de empresário.
- (E) O capital social de uma sociedade limitada pode ser formado por quotas de valores diferentes.

A: incorreta, devendo ser assinalada, pois a personalidade jurídica das sociedades se inicia com a inscrição de seu ato constitutivo no registro

próprio, na forma da lei – art. 985 do CC; B: correta, nos termos do art. 989 c.c. art. 987, *in fine*, do CC; C: correta, conforme o art. 983 do CC; D: correta, pois, de fato, o empresário individual sujeita-se à recuperação e à falência – art. 1.º da Lei 11.101/2005 (Lei de Falência e Recuperação de Empresas – LF); E: correta, nos termos do art. 1.055 do CC.

Gabário "A"

(FGV – 2008) Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Independentemente de seu objeto, consideram-se empresárias as sociedades anônimas, e simples as cooperativas.
- (B) As sociedades simples têm natureza de sociedades de pessoas.
- (C) As antigas sociedades civis, regidas pelo Código Civil de 1916, são as atuais sociedades simples.
- (D) A decretação da falência de sócio é causa ensejadora da resolução da sociedade que integra.
- (E) A teoria da desconconsideração da personalidade jurídica foi positivada pelo novo Código Civil, conforme entendimento doutrinário e jurisprudencial majoritários.

A: correta, conforme o art. 982, parágrafo único, do CC; B: correta, pois as características pessoais dos sócios são preponderantes para a sociedade simples; C: incorreta, devendo ser assinalada, pois as sociedades civis previstas do CC/1916 (arts. 16, I, e 1.363) não se confundem com as sociedades simples do atual Código, que não podem ter objeto empresarial. As antigas sociedades civis precisaram adaptar seus contratos sociais às disposições do novo CC (art. 2.031), adotando os tipos previstos para as sociedades simples ou para as empresárias (art. 983 do CC). No entanto, essa posição não é unânime (por exemplo, Arnaldo Rizzardo, *Direito de Empresa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009); D: correta, conforme o art. 1.030, parágrafo único, do CC; E: correta, pois a desconconsideração é prevista no art. 50 do CC.

Gabário "C"

(FGV – 2008) De acordo com o Código Civil, analise as seguintes afirmativas:

- I. Não se considera empresário quem exerce profissão de natureza intelectual, literária, científica ou artística, ainda que realizadas com o concurso de colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- II. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou serviços.
- III. O empresário casado, qualquer que seja o regime de bens, pode alienar ou gravar de ônus real os bens imóveis que integrem o patrimônio da empresa.
- IV. Na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II, III e IV estiverem corretas;
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

I: correta, conforme o art. 966, parágrafo único, do CC; II: correta, conforme o art. 966, *caput*, do CC; III: correta, conforme o art. 978 do CC; IV: correta, conforme o art. 991 do CC.

Gabário "E"



(FGV – 2007) As denominadas sociedades de fato, embora exercitem atividades comerciais, sem se terem organizado segundo a lei, arquivando seus atos constitutivos no registro de comércio, não podem:

- (A) ter domicílio certo
- (B) usar um nome social
- (C) sujeitar-se a pedido de falência
- (D) ser consideradas personalidade jurídica

As sociedades em comum (ou de fato) não têm, por definição, personalidade jurídica – art. 986 do CC.

„D.“ Gabarito

## 2.2. Sociedades em comum, em conta de participação, em nome coletivo e em comandita

(OAB/Exame Unificado – 2008.1) Com base nas disposições do Código Civil relativas à sociedade em conta de participação, é correto afirmar que:

- (A) somente sócios que sejam pessoas físicas podem constituí-la.
- (B) apenas os sócios ostensivos podem exercer a atividade constitutiva do objeto social.
- (C) o ato constitutivo da sociedade deve ser, obrigatoriamente, inscrito na Junta Comercial.
- (D) todos os sócios devem responder ilimitadamente pelas obrigações sociais devidas a terceiros.

**A:** incorreta, pois podem tomar parte da sociedade em conta de participação tanto pessoas físicas quanto pessoas jurídicas; **B:** correta, nos termos do disposto no art. 991 do CC; **C:** incorreta, pois a sociedade em conta de participação não detém personalidade jurídica e tem natureza secreta, não sendo determinado o registro de seus atos constitutivos. Ademais, ainda que o faça, tal diligência não lhe entregará personalidade jurídica (art. 993 do CC); **D:** incorreta. Apenas o sócio ostensivo tem responsabilidade ilimitada, considerando que somente ele se obriga perante terceiros (art. 991, parágrafo único, do CC).

„B.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Considerando que três primos, Mauro Vaz, Paulo Torres e Saulo Silva, constituam uma sociedade em nome coletivo para atuar no ramo de venda de livros, denominada Vaz, Torres & Cia., assinale a opção correta, com base nas normas que regem as sociedades em nome coletivo.

- (A) A responsabilidade dos sócios da Vaz, Torres & Cia. pelas obrigações sociais é limitada ao valor de suas quotas.
- (B) Os credores da Vaz, Torres & Cia. têm a faculdade de executar diretamente os bens dos sócios antes de procederem à execução dos bens sociais da sociedade.
- (C) Por expressa determinação legal, apenas Mauro, Paulo e Saulo podem ser administradores da Vaz, Torres & Cia., por serem seus sócios.
- (D) O nome empresarial Vaz, Torres & Cia. é exemplo de denominação social, próprio das sociedades em nome coletivo.

**A:** incorreta, diante da responsabilidade ilimitada de todos os sócios (art. 1.039 do CC); **B:** incorreta, pois responsabilidade ilimitada dos sócios não se confunde com benefício de ordem, que permanece íntegro na sociedade em nome coletivo; **C:** correta, por interpretação conjunta dos

arts. 1.042 e 1.157 do CC; **D:** incorreta, já que a sociedade em nome coletivo gira exclusivamente sob firma (art. 1.157 do CC).

„C.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) Acerca da sociedade em comum, assinale a opção correta.

- (A) Todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem aquele que contratou pela sociedade.
- (B) O regime da sociedade em comum aplica-se também às sociedades por ações em organização.
- (C) A sociedade em comum é uma espécie societária personificada.
- (D) Os bens e as dívidas da sociedade em comum constituem patrimônio especial, administrado e titularizado pelo sócio administrador.

**A:** correta. Trata-se de cópia literal do art. 990 do CC; **B:** incorreta, diante da expressa exclusão das sociedades por ações em organização pelo art. 986 do CC; **C:** incorreta, pois é espécie de sociedade não personificada; **D:** incorreta, pois o art. 988 do CC estabelece que os sócios são titulares em comum do patrimônio especial.

„A.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) Quanto ao regime de responsabilidade dos sócios por dívidas da sociedade, de acordo com o Código Civil, assinale a opção incorreta.

- (A) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- (B) Na sociedade em comum, todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem aquele que contratou pela sociedade.
- (C) Na sociedade em nome coletivo, todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.
- (D) Na sociedade em comandita simples, os sócios comanditários, pessoas físicas, são responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.

**A:** correta, diante do que dispõe o art. 1.052 do CC; **B:** correta, trata-se de cópia literal do art. 990 do CC; **C:** correta, nos termos do art. 1.039 do CC; **D:** incorreta, devendo ser assinalada. A descrição refere-se aos sócios comanditados (art. 1.045 do CC).

„D.“ Gabarito

(FGV – 2009) Assinale a alternativa cujo enunciado contenha *nome comercial* que está em conformidade com a legislação nacional.

- (A) João Pedro Liberati e Francisco Souza são sócios em uma sociedade em conta de participação cujo nome empresarial é *Liberati & Souza, Comércio de Carnes Ltda.*
- (B) Regina Nogueira e Patrícia Silveira são sócias em uma sociedade limitada cujo objeto social é o comércio de roupas e o nome empresarial é *Floricultura Nogueira & Silveira Ltda.*
- (C) *TBLG SPA*, sociedade estrangeira italiana, funciona no Brasil com a seguinte denominação: *TBLG SPA, Sociedade Estrangeira Italiana.*

- (D) João Pedro e Pedro João são sócios de uma sociedade limitada cuja denominação é *João & Pedro S.A.*  
 (E) Joana Treviso e Maria Veneto são acionistas da companhia cujo nome empresarial é *Malhas & Meias Bonitas S.A.*

**A:** incorreta, sendo o nome inválido, pois a sociedade em conta de participação não pode ter firma ou denominação – art. 1.162 do CC; **B:** incorreta, sendo o nome inadequado, pois indica atividade estranha ao objeto social, o que viola o princípio da veracidade – veja o art. 1.158,

§§ 1.º e 2.º do CC; **C:** incorreta, sendo o nome inadequado, pois não indica o tipo societário (S.A., Ltda. etc.) – ver o art. 1.134 do CC; **D:** incorreta, sendo o nome inadequado, pois deve apresentar a palavra “limitada” ou sua abreviação, para indicar o tipo societário adotado, nunca a abreviação das sociedades anônimas – art. 1.158 do CC; **E:** correta, sendo o nome adequado, pois “companhia” indica sociedade anônima, cuja abreviação deve constar da denominação social – art. 1.160 do CC.

Veja a tabela seguinte, para estudo e memorização das regras relativas aos nomes empresariais:

Nome empresarial	Uso	Exemplo
Firma individual	a) empresário individual – responsabilidade ilimitada	a) João da Silva Marcenaria
Firma coletiva, razão social	b) sociedade em nome coletivo – responsabilidade ilimitada c) sociedade em comandita simples d) sociedade limitada – não há responsabilidade ilimitada, desde que conste a palavra “limitada” ou “Ltda.” e) comandita por ações – diretor responde subsidiária e ilimitadamente	b) João da Silva e companhia; João da Silva e Pedro de Souza; João da Silva e irmãos c) João da Silva e companhia d) João da Silva Marcenaria Ltda. e) João da Silva Marcenaria Comandita por Ações
Denominação social	f) sociedade limitada – não há responsabilidade ilimitada, desde que conste a palavra “limitada” ou “Ltda.” g) sociedade anônima – responsabilidade limitada ao preço das ações h) comandita por ações – diretor responde subsidiária e ilimitadamente i) sociedade cooperativa – pode ser de responsabilidade limitada ou ilimitada	f) Marcenaria Modelo Ltda. g) Marcenaria Modelo Sociedade Anônima; Companhia Marcenaria Modelo; João da Silva Marcenaria S.A. h) Marcenaria Modelo Comandita por Ações i) Cooperativa Modelo de Marceneiros

Gabartio “E”

(FGV – 2009) Quanto ao *regime de responsabilidade societária* dos tipos societários existentes no Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) Na sociedade em conta de participação, todos os sócios respondem solidariamente pelo montante do capital.  
 (B) Nas sociedades por ações, a responsabilidade dos acionistas será limitada ao valor de emissão das ações subscritas, e todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.  
 (C) Nas sociedades limitadas, a responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.  
 (D) Nas sociedades em nome coletivo, todos os sócios têm responsabilidade limitada ao valor apartado a título de capital social.  
 (E) Nas sociedades simples puras, os sócios são solidariamente responsáveis pelo passivo da sociedade.

**A:** incorreta, pois somente o sócio ostensivo obriga-se perante terceiros – art. 991 do CC; **B:** incorreta, pois não há responsabilidade solidária pela integralização do capital (a exemplo do que ocorre com as limitadas – art. 1.052 do CC). A mora na integralização, no caso das sociedades anônimas, é solucionada na forma do art. 107 da LSA; **C:** correta, nos termos do art. 1.052 do CC; **D:** incorreta, pois a responsabilidade dos sócios é solidária e ilimitada em relação à sociedade em nome coletivo (respondem com seus bens pessoais, ilimitadamente) – art. 1.039 do CC; **E:** incorreta, pois é o contrato social que definirá se os sócios respondem, ou não, subsidiariamente pelas obrigações sociais – art. 997, VIII, do CC. Se os bens da sociedade não lhe cobrirem as dívidas,

respondem os sócios pelo saldo, na proporção em que participem das perdas sociais, salvo cláusula de responsabilidade solidária – 1.023 do CC.

Gabartio “C”

(FGV – 2009) Enquanto não inscritos os atos constitutivos da sociedade em comum, seus bens sociais responderão por atos:

- (A) de gestão praticados por qualquer dos sócios, salvo pacto expresso limitativo de poderes, que somente terá eficácia contra o terceiro que o conheça ou deva conhecer.  
 (B) de comércio praticados tão somente pelo sócio gerente, salvo disposição em contrário no contrato social, o qual nunca poderá ser eficaz perante o terceiro, mesmo que dele tenha ou possa ter conhecimento.  
 (C) de administração praticados pelos sócios cotistas, mesmo que exista disposição contrária no contrato social, a qual nenhuma eficácia terá contra o terceiro que dela possa ter conhecimento.  
 (D) de organização praticados pelos sócios participantes, salvo pacto limitativo de poderes, o qual terá eficácia contra o terceiro tão somente se este expressamente tiver declarado seu conhecimento.  
 (E) de gerência praticados pelo sócio ostensivo, independentemente de pacto expresso limitativo de poderes, mas que poderá ser eficaz contra o terceiro que dele tiver declarado seu conhecimento.

Nos termos dos arts. 986 e 989 do CC, enquanto não inscritos os atos constitutivos, existe sociedade em comum, cujos bens sociais

respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, salvo pacto expreso limitativo de poderes, que somente terá eficácia contra o terceiro que o conheça ou deva conhecer.

Gabarito "A"

(FGV – 2009) Em uma sociedade em nome coletivo, sem prejuízo da responsabilidade perante terceiro, os sócios podem limitar entre si a responsabilidade de cada um:

- (A) no ato constitutivo, ou por convenção posterior aprovada pela maioria dos sócios.
- (B) no ato constitutivo, ou por convenção posterior aprovada por dois terços dos sócios.
- (C) no ato constitutivo, ou por unânime convenção posterior.
- (D) somente se houver alteração no tipo de sociedade.
- (E) somente no ato constitutivo.

Nos termos do art. 1.039, parágrafo único, do CC, sem prejuízo da responsabilidade perante terceiros, os sócios da sociedade em nome coletivo podem limitar entre si a responsabilidade de cada um, no ato constitutivo ou por unânime convenção posterior.

Gabarito "C"

(FGV – 2008) Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) As sociedades em comandita simples são constituídas por duas categorias de sócios: os comanditários, obrigados somente pelo valor de suas quotas, e os comanditados, responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.
- (B) Nas sociedades em nome coletivo, os sócios somente podem ser pessoas naturais, com responsabilidade solidária e ilimitada pelas obrigações sociais.
- (C) Nas sociedades limitadas, a responsabilidade dos sócios é limitada e solidária ao valor das cotas, e todos respondem pela integralização do capital social.
- (D) As sociedades simples podem se constituir segundo um dos tipos regulados pelo Código Civil, inclusive adotarem a forma de sociedade anônima ou comandita por ações.
- (E) Tanto as sociedades simples quanto as sociedades empresárias exercem atividade econômica.

A: correta, nos termos do art. 1.045 do CC; B: correta, conforme o art. 1.039 do CC; C: incorreta, devendo ser assinalada, pois, nas sociedades limitadas, como indica o nome, a responsabilidade de cada sócio é restrita (não solidária) ao valor de suas quotas, embora todos respondam solidariamente pela integralização do capital social – art. 1.052 do CC; D: correta, nos termos do art. 983 do CC; E: correta, pois toda sociedade tem por finalidade o exercício de atividade econômica – art. 981 do CC.

Gabarito "C"

(FGV – 2008) A respeito do nome empresarial, assinale a alternativa correta.

- (A) A sociedade em comandita por ações pode adotar firma ou denominação, integradas pela expressão "comandita por ações".
- (B) A sociedade em conta de participação pode adotar firma ou denominação, integradas pela expressão "em conta de participação".
- (C) A razão social equivale à denominação.
- (D) A sociedade anônima pode adotar o nome de seu fundador em sua razão social.

(E) São espécies de nome empresarial: firma individual, firma coletiva, razão social e denominação.

A: correta, conforme o art. 1.161 do CC; B: incorreta, pois a sociedade em conta de participação não pode ter nome empresarial – art. 1.162 do CC; C: incorreta, pois razão social significa firma coletiva; D: incorreta, pois sociedade anônima tem sempre denominação social, nunca firma ou razão social, ainda que adote o nome do fundador – art. 1.160 do CC; E: incorreta, pois há apenas duas espécies de nome empresarial (firma e denominação) – art. 1.155 do CC. Perceba, entretanto, que a firma pode ser individual (do empresário individual) ou coletiva (= razão social).

Gabarito "A"

### 2.3. Dissolução e reestruturação das sociedades em geral

(FGV – 2005) Com base no Código Civil, analise as proposições a seguir:

- I. A dissolução da sociedade de prazo indeterminado se dará pela deliberação dos sócios, por maioria absoluta.
- II. A retirada, exclusão ou morte do sócio não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até 2 (dois) anos após averbada a resolução da sociedade.
- III. Pessoa jurídica também pode tomar parte na sociedade em nome coletivo.

Assinale:

- (A) se apenas a proposição I estiver correta.
- (B) se apenas a proposição II estiver correta.
- (C) se apenas as proposições I e II estiverem corretas.
- (D) se apenas as proposições I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as proposições estiverem corretas.

I: correta, conforme o art. 1.033, III, do CC; II: correta, conforme o art. 1.032 do CC; III: incorreta, pois somente pessoas naturais (pessoas físicas, não jurídicas) podem compor sociedade em nome coletivo – art. 1.039 do CC.

Gabarito "C"

### 2.4. Sociedade limitada E EIRELI

(OAB/Exame Unificado – 2008.3) Com relação às regras que disciplinam a situação do sócio-quotista da sociedade limitada, assinale a opção correta.

- (A) As quotas representam a necessária divisão do capital social em partes iguais, sendo as deliberações consideradas de acordo com o número de quotas de cada sócio.
- (B) As quotas podem ser integralizadas pelos sócios por valores representados em dinheiro, bens ou prestação de serviços, respondendo solidariamente todos os sócios pela exata estimação dessas contribuições.
- (C) As quotas são bens de livre disposição do sócio, que poderá vendê-las a outro sócio ou a terceiro, independentemente da anuência dos demais sócios.
- (D) A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem pela integralização do capital social.

A: incorreta, as quotas são parcelas representativas do capital social das sociedades contratuais e podem ter valores iguais ou desiguais,

conforme art. 1.055 do CC; **B**: incorreta, como a questão refere-se à sociedade limitada, devemos lembrar que neste tipo societário é vedada a contribuição de sócio que consista em prestação de serviços, o chamado “sócio de indústria” (art. 1.055, § 2.º, do CC). Se estivéssemos tratando da sociedade simples, em compensação, tal figura seria plenamente aceitável; **C**: incorreta. Realmente, as quotas integram o patrimônio do sócio, porém sua disposição não é absolutamente livre. Pretendendo ceder sua quota a terceiro que não participa do quadro social, tal decisão não poderá ter oposição de sócios que representem mais de um quarto do capital social, sob pena de não se concretizar (art. 1.057 do CC); **D**: correta, pois se trata da regra matriz da sociedade limitada. A responsabilidade dos sócios é solidária pela integralização do capital social e, ao mesmo tempo, limitada a esta integralização. Uma vez totalmente integralizado o capital social, nada mais poderá ser exigido do sócio por dívidas da sociedade (art. 1.052 do CC).

Gabário “D”

Texto para as três questões seguintes

Joaquim dos Santos e Torquato Araújo pretendem constituir uma sociedade limitada cujo objeto será atuar no mercado de varejo de roupas masculinas. Joaquim concorrerá com 80% do capital e, Torquato, com os restantes 20%. A parte de Joaquim será integralizada com a transferência de um estabelecimento que ele explora como empresário individual, no mesmo ramo de atividade da sociedade a se constituir.

(OAB/Exame Unificado – 2008.1) Caso o contrato da sociedade mencionada na situação hipotética venha a silenciar sobre o tema da alienação de quotas,

- (A) Joaquim poderá opor-se a eventual alienação a terceiros da participação de Torquato.
- (B) Torquato poderá opor-se a eventual alienação a terceiros da participação de Joaquim.
- (C) a sociedade, por disposição expressa do Código Civil, poderá adquirir suas próprias quotas.
- (D) as quotas dessa sociedade serão amplamente alienáveis a terceiros.

As alternativas A, B e D são resolvidas pela aplicação do art. 1.057 do CC: a alienação ou cessão de quotas a terceiros estranhos ao quadro social não pode receber a oposição de sócios que representem mais de um quarto do capital social (25%), logo não são amplamente alienáveis. Na hipótese dada, Joaquim possui 80% do capital e Torquato, 20%. Sendo assim, Joaquim pode opor-se a alienação de quotas a estranhos por Torquato, mas este não pode se opor à cessão ou alienação a estranhos por parte de Joaquim. Por fim, não há qualquer disposição expressa no Código Civil que determine que a sociedade poderá adquirir quotas sociais, o que torna incorreta a alternativa C.

Gabário “A”

(OAB/Exame Unificado – 2008.1) São legalmente viáveis para denominar a sociedade empresarial a ser constituída por Joaquim e Torquato os seguintes nomes:

- (A) Comércio de Roupas Santos, Araújo & Cia. Limitada; Santa Rita Comércio de Roupas Limitada.
- (B) Companhia das Roupas; Comércio de Roupas Santa Rita Ltda.
- (C) Araújo e Santos Limitada; Atacadista Santa Rita Limitada.
- (D) Varejão das Roupas Santa Rita Limitada; Santos & Araújo Ltda.

A sociedade limitada girará sob firma ou denominação. Se firma, deve ser baseada no nome civil de um, alguns ou todos os sócios e pode mencionar o ramo de atividade; se denominação, deve mencionar o ramo de atividade e seu núcleo poderá ser elemento-fantasia. Em qualquer caso, deve obrigatoriamente ser seguida da partícula “limitada” por extenso ou abreviada (Ltda.). Isso posto, vejamos. **A**: incorreta, pois o primeiro nome empresarial não é aceitável, porque os nomes civis de todos os sócios já estão mencionados no nome empresarial, de forma que a inclusão da partícula “& Cia.” (reservada para os casos em que alguns sócios não são mencionados no nome empresarial) não é correta; **B**: incorreta. Novamente, a primeira hipótese está errada, pois o termo “Companhia” no início do nome empresarial é característico da sociedade anônima. Ademais, falta a partícula “limitada”; **C**: incorreta, pois o segundo nome proposto não pode ser usado porque se trata de denominação que não menciona o ramo de atividade (“atacadista” não é ramo de atividade, mas sim forma de comercialização dos produtos); **D**: correta, pois ambos os nomes estão de acordo com as disposições legais, sendo o primeiro exemplo de denominação e o segundo, de firma.

Gabário “D”

(OAB/Exame Unificado – 2008.1) No que se refere ao capital da sociedade a ser constituída por Joaquim e Torquato, bem como a sua divisão em quotas, assinale a opção correta.

- (A) O contrato social poderá admitir que Torquato realize suas quotas com prestação de serviços.
- (B) Caso um dos sócios se torne remisso, ao outro caberá, apenas, cobrar em juízo o valor faltante para a integralização da participação inadimplida.
- (C) O capital poderá ser dividido em duas quotas de valores desiguais.
- (D) O capital da limitada não se orienta pelo princípio da intangibilidade.

**A**: incorreta, pois é vedada, na sociedade limitada, a contribuição de sócio que consista em prestação de serviços (art. 1.055, § 2.º, do CC); **B**: incorreta, pois o sócio remisso pode ainda ser excluído extrajudicialmente da sociedade ou ver reduzida sua quota ao montante já integralizado (art. 1.004, parágrafo único, do CC); **C**: correta, nos termos do art. 1.055 do CC; **D**: incorreta. O princípio da intangibilidade do capital social implica que este somente poderá ser reduzido nos casos expressamente consignados em lei, de natureza excepcional. Plenamente aplicável no nosso ordenamento, estando as hipóteses de redução do capital previstas no art. 1.082 do CC.

Gabário “C”

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Renato e Flávio eram sócios da pessoa jurídica X Comércio de Alimentos Ltda. Flávio era casado sob o regime de comunhão universal de bens e Renato era viúvo. Em julho de 2007, Renato faleceu em virtude de acidente automobilístico, deixando como único herdeiro seu filho de quatorze anos, o qual ficou sob a tutela de seu tio João. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- (A) O filho de Renato, representado por João, com a concordância do sócio remanescente, poderá continuar a empresa, sendo desnecessária autorização judicial se essa hipótese de sucessão estiver prevista no contrato social.
- (B) Os bens particulares, estranhos ao acervo da empresa, que o filho de Renato já possuía ao tempo da sucessão não responderão por dívidas da sociedade.
- (C) Se, durante a fase de liquidação, Flávio optar pela dissolução da sociedade, na alienação de bens imóveis

integrantes do patrimônio da empresa, será necessária a outorga de sua esposa.

- (D) Se João não puder exercer atividade de empresário, para que o filho de Renato possa continuar a empresa, deve-se nomear, com a aprovação judicial, um ou mais gerentes, ficando João isento da responsabilidade pelos atos do gerente nomeado.

**A:** incorreta, pois a autorização judicial para continuação da empresa por incapaz, devidamente representado ou assistido, sempre requer autorização judicial (art. 974, § 1.º, do CC); **B:** correta, pois representa a regra geral insculpida no art. 974, § 2.º, do CC. Importante frisar, apesar de não ter sido cobrado na questão, que tal situação deve constar expressamente do alvará judicial; **C:** incorreta, pois o empresário casado não depende de outorga uxória ou marital para alienar ou gravar de ônus real bens pertencentes ao patrimônio da pessoa jurídica, qualquer que seja o regime de bens (art. 978 do CC); **D:** incorreta, pois a nomeação do(s) gerente(s) não exime o representante ou assistente do incapaz da responsabilidade pelos atos praticados por aquele(s) (art. 975, § 2.º, do CC).

Gabartio "B"

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) É correto afirmar que a instituição do conselho fiscal de uma sociedade empresária limitada é:

- (A) facultativa, devendo o conselho ser composto por, no mínimo, 5 membros e respectivos suplentes, sócios, ou não, e residentes no país.  
(B) obrigatória, devendo ser o conselho composto por, no mínimo, 3 membros e respectivos suplentes, não sócios e residentes no país.  
(C) facultativa, devendo ser o conselho composto por, no mínimo, 3 membros e respectivos suplentes, sócios, ou não, e residentes no país.  
(D) obrigatória, devendo ser o conselho composto por, no mínimo, 5 membros e respectivos suplentes, não sócios e residentes no país.

Conforme dispõe o art. 1.066 do CC, a instituição do Conselho Fiscal na sociedade limitada é facultativa, deve ser composto por, no mínimo, 03 membros e respectivos suplentes, sócios ou não, porém residentes no país.

Gabartio "C"

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) Os irmãos João Silva e Carlos Silva constituíram sociedade limitada com Alberto Souza, sob a firma social Silva & Souza Comércio de Bebidas Limitada. Após algum tempo, Alberto resolveu alienar suas quotas a Carlos, e sair da sociedade. O contrato social é omissivo sobre essa hipótese. Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- (A) A cessão das quotas de Alberto opera efeitos perante terceiros desde o momento em que for aperfeiçoada, independentemente de averbação no respectivo órgão de registro.  
(B) Caso Alberto tivesse optado por ceder suas quotas a terceiro estranho à sociedade, de acordo com o Código Civil, poderia fazê-lo, desde que não houvesse oposição de titulares de mais de um quarto do capital social.  
(C) Após a alienação das quotas de Alberto, a sociedade poderá continuar suas atividades sob sua firma original.

- (D) De acordo com o Código Civil, Alberto só poderá ceder suas quotas a Carlos se João não se opuser.

**A:** incorreta, pois a averbação é requisito necessário para eficácia da alienação das quotas perante terceiros (art. 1.057, parágrafo único, do CC); **B:** correta, nos exatos termos do art. 1.057 do CC; **C:** incorreta, pois a saída de sócio cujo nome civil figure no nome empresarial implica necessariamente na alteração deste para excluir o sócio que se retirou (art. 1.165 do CC); **D:** incorreta. A oposição de sócio à cessão de quotas só é relevante se a mencionada cessão for feita a terceiros. Na omissão do contrato, a cessão de quotas entre sócios independe da anuência dos demais (art. 1.057 do CC).

Gabartio "B"

(FGV – 2008) Assinale a assertiva incorreta.

- (A) As sociedades limitadas podem ser simples ou empresárias, de acordo com o seu objeto social.  
(B) Admite-se a contribuição em serviços pelo sócio de sociedade limitada.  
(C) As sociedades limitadas podem ter quotas de valores desiguais.  
(D) As sociedades limitadas podem ser administradas por sócios ou não sócios.  
(E) Pratica ato *ultra vires* o administrador de sociedade limitada que viola o objeto social.

**A:** correta. A limitada tem natureza empresarial, caso tenha por objeto o exercício de atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, nos termos do art. 966 c.c. art. 982 do CC. Dito de outra forma, as sociedades empresárias e as simples podem adotar o tipo das limitadas, nos termos do art. 983 do CC; **B:** incorreta, devendo ser assinalada, pois não se admite a contribuição do sócio em serviços – art. 1.055, § 2.º, do CC; **C:** correta, conforme o art. 1.055, *caput*, do CC; **D:** correta, nos termos dos arts. 1.060 e 1.061 do CC; **E:** correta. Se a operação realizada pelo administrador for evidentemente estranha ao objeto social, não vincula a sociedade (teoria *ultra vires*) – art. 1.015, parágrafo único, III, do CC, quando aplicável às limitadas por força do art. 1.053 do mesmo Código.

Gabartio "B"

(FGV – 2008) Analise as assertivas a seguir:

- I. Qualquer sócio pode exercer o direito de retirada de uma sociedade por prazo indeterminado mediante notificação aos demais sócios com antecedência de trinta dias.
- II. A administração de uma sociedade limitada deve ser exercida por sócio nomeado no contrato social.
- III. A responsabilidade dos sócios de uma sociedade limitada deve ser fixada no contrato social, independentemente do valor de suas quotas.
- IV. Nas sociedades limitadas, o capital social pode ser dividido em quotas iguais ou desiguais e pode ser formado por bens corpóreos ou incorpóreos, bem como serviços.

Assinale:

- (A) se apenas as assertivas I, II e IV estiverem erradas.  
(B) se apenas as assertivas I, II e III estiverem erradas.  
(C) se apenas as assertivas II, III e IV estiverem erradas.  
(D) se apenas as assertivas I, III e IV estiverem erradas.  
(E) se todas as assertivas estiverem erradas.

**I:** incorreta, pois o prazo previsto no art. 1.029 do CC é de sessenta dias (não trinta); **II:** incorreta, pois o administrador também pode ser

nomeado por instrumento em separado – art. 1.012 do CC; **III**: incorreta, pois a responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas quotas, nos termos do art. 1.052 do CC; **IV**: incorreta, pois não se permite contribuição em prestação de serviços – art. 1.055, § 2.º, do CC.

Gabário "E."

(FGV – 2008) Assinale a alternativa correta.

- (A) Nas sociedades limitadas, as deliberações em assembleia são obrigatórias se o número de sócios for superior a dez.
- (B) A administração atribuída ao sócio no contrato social de sociedade limitada presume-se conjuntiva.
- (C) Os sócios de sociedade limitada respondem ilimitadamente pela integralização do capital social.
- (D) Nas sociedades limitadas, o Conselho Fiscal é órgão de existência obrigatória, mas de funcionamento permanente ou não.
- (E) É cláusula contratual essencial a nomeação dos administradores no contrato social.

**A**: correta, nos termos do art. 1.072, § 1.º, do CC; **B**: incorreta, pois, no silêncio do contrato, a administração da sociedade compete separadamente a cada um dos sócios – art. 1.013 do CC, aplicável às limitadas nos termos do art. 1.053 do mesmo Código; **C**: incorreta, pois a responsabilidade, no caso, restringe-se ao valor a ser integralizado. Assim, apesar de solidária, não é correto dizer que a responsabilidade é ilimitada – art. 1.052 do CC; **D**: incorreta, pois a instituição do Conselho Fiscal é facultativa para as limitadas – art. 1.066 do CC; **E**: incorreta, pois, no silêncio do contrato, a administração da sociedade compete separadamente a cada um dos sócios – art. 1.013 do CC.

Gabário "A."

## 2.5. Sociedade anônima

(OAB/Exame Unificado – 2008.3) As ações de uma companhia aberta não são passíveis de:

- (A) penhora.
- (B) hipoteca.
- (C) penhor.
- (D) usufruto.

Valores mobiliários, conceito no qual se incluem as ações, são considerados bens móveis. Portanto, não podem ser objeto de hipoteca (arts. 39 e 40 da Lei 6.404/1976, art. 655, VI, do CPC/1973 e art. 835, IX, do Novo CPC).

Gabário "B."

(OAB/Exame Unificado – 2008.3) Entre os órgãos da sociedade anônima, detém o maior poder político:

- (A) o conselho fiscal.
- (B) a assembleia geral.
- (C) a diretoria.
- (D) o conselho de administração.

Podemos definir "poder político" como o poder de tomar decisões atinentes aos rumos e objetivos da companhia, independentemente da anuência de outros órgãos. Neste sentido, sem dúvidas, o órgão que detém maior poder político dentro da sociedade anônima é a assembleia geral, considerando que a ela "tem poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto da companhia" (art. 121 da Lei 6.404/1976).

Gabário "B."

(OAB/Exame Unificado – 2008.3) O valor mobiliário que confere ao seu titular crédito eventual perante a companhia, consistente na participação nos lucros anuais, é:

- (A) a ação.
- (B) o bônus de subscrição.
- (C) o *commercial paper*.
- (D) a parte beneficiária.

Ação é parcela representativa do capital social da companhia. Bônus de subscrição garante ao seu titular preferência na aquisição de novas ações, quando vierem a ser emitidas. *Commercial paper* é valor mobiliário representativo de empréstimos de curto prazo. O conceito refere-se às partes beneficiárias (art. 46, § 1.º, da Lei 6.404/1976), cuja emissão, vale lembrar, está vedada para as companhias abertas.

Gabário "D."

(OAB/Exame Unificado – 2008.2) Com base na Lei 6.404/1976, que dispõe sobre as sociedades por ações, assinale a opção correta acerca das características jurídicas desse tipo de sociedade empresarial.

- (A) As ações, quanto à forma, podem ser classificadas em ordinárias e preferenciais.
- (B) Nessas sociedades, apenas acionistas poderão ser simultaneamente titulares de ações e debêntures.
- (C) Os bônus de subscrição conferem direito de crédito contra a companhia, podendo conter garantia real ou fluante.
- (D) As partes beneficiárias compõem o capital social desse tipo de sociedade, sendo permitida a participação nos lucros anuais.

**A**: incorreta, pois as ações podem ser classificadas, nos termos da LSA, em ordinárias, preferenciais e de fruição (art. 15); **B**: correta, por exclusão das demais. A redação da alternativa merece severas críticas, dado que traduz uma obviedade: "acionista" é o titular de ações, portanto somente ele, é verdade, pode ter ações e debêntures simultaneamente, pois nada impede que um acionista adquira debêntures. De outra banda, a pessoa que adquire debêntures, mas não possui ações, não é acionista, portanto, e obviamente, não detém ações e debêntures simultaneamente; **C**: incorreta. O conceito refere-se às debêntures (art. 52 da Lei 6.404/1976). Bônus de subscrição garante ao seu titular preferência na aquisição de novas ações, quando vierem a ser emitidas; **D**: incorreta, pois ação é parcela representativa do capital social da companhia. Partes beneficiárias garantem crédito eventual perante a companhia, consistente na participação de lucros anuais (art. 46, § 1.º, da Lei 6.404/1976).

Gabário "B."

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) As sociedades anônimas:

- (A) podem ser simples ou empresárias, conforme o objeto social.
- (B) estão proibidas por lei de receberem nome de pessoa física em sua denominação.
- (C) são sociedades de capitais, sendo irrelevantes as características pessoais de seus acionistas.
- (D) devem ser constituídas por, no mínimo, sete acionistas.

**A**: incorreta, pois a sociedade anônima é sempre empresária, independentemente de seu objeto (art. 982, parágrafo único, do CC); **B**: incorreta. É possível, excepcionalmente, que a denominação da sociedade por ações tenha por núcleo o nome civil de fundador da empresa, ou de acionista ou qualquer outra pessoa que tenha concorrido para o êxito da companhia (art. 3.º, § 1.º, da LSA); **C**: correta. De fato, a sociedade anônima é reconhecidamente uma sociedade de capitais, sendo relevante a aglutinação de capitais e não de seus sócios como

pessoas; **D**: incorreta, pois no momento da constituição da companhia, é necessária a subscrição de todo o capital social por ao menos duas pessoas (art. 80, I, da Lei 6.404/1976).

Gabarito "C."

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) A constituição de sociedade anônima depende de subscrição de:

- (A) todas as ações em que se divide o capital social fixado no estatuto.
- (B) 50%, no mínimo, das ações em que se divide o capital social fixado no estatuto.
- (C) 25%, no mínimo, das ações em que se divide o capital social fixado no estatuto.
- (D) 10%, no mínimo, das ações em que se divide o capital social fixado no estatuto.

A primeira etapa da constituição da companhia exige a subscrição de todo o capital social por ao menos duas pessoas, conforme o art. 80, I, da Lei 6.404/1976.

Gabarito "A."

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) Relativamente às companhias, assinale a opção que não apresenta direito essencial do acionista.

- (A) Participação nos lucros da sociedade
- (B) Participação no acervo da companhia em caso de liquidação
- (C) Direito de voto
- (D) Direito de retirada

O direito de voto não pode ser considerado um direito essencial do acionista, uma vez que ele não está contido no plexo de poderes do acionista detentor de ações preferenciais (art. 15, § 2.º, da Lei 6.404/1976).

Gabarito "C."

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) Com relação ao capital das companhias, assinale a opção correta.

- (A) Pode ser formado com contribuições em dinheiro, em serviços ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro.
- (B) Quando a entrada consistir em crédito, o subscritor ou o acionista responderá pela solvência do devedor.
- (C) Em regra, apenas os acionistas titulares de ações ordinárias têm direito de preferência na hipótese de aumento do capital.
- (D) O valor do capital social, expresso em moeda nacional ou estrangeira, é fixado pelo estatuto da companhia.

**A**: incorreta, porque o art. 7.º da Lei 6.404/1976 não admite a contribuição em serviços para a formação do capital social; **B**: correta, trata-se de cópia literal do art. 10, parágrafo único, da Lei 6.404/1976; **C**: incorreta, pois o direito de preferência é garantido a todos os acionistas, sendo exercido de acordo com a classe de ações que titularizam e que serão emitidas (art. 171, § 1.º e alíneas, da Lei 6.404/1976); **D**: incorreta. O capital social da companhia deverá ser expresso, obrigatoriamente, em moeda nacional (art. 5.º da Lei 6.404/1976).

Gabarito "B."

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) Com relação às operações societárias, segundo a Lei 6.404/1976, assinale a opção correta.

- (A) Na transformação da sociedade ABC Ltda. em ABC S.A., os credores poderão haver desta apenas as obrigações veiculadas no protocolo da operação, e desde

que contra isso tenham se oposto oportunamente.

- (B) A operação em que ABC Ltda. se une a ABC S.A. e, ao final do procedimento, subsiste a sociedade ABC S.A. é uma incorporação.
- (C) A transformação de sociedades somente é possível de S.A. para Ltda. e vice-versa.
- (D) A fusão de sociedades somente pode ocorrer entre pessoas jurídicas organizadas sob a mesma forma societária.

**A**: incorreta, pois a hipótese em comento retrata redução ou prejuízo a direito dos credores, o que não ocorrerá em hipótese alguma na transformação (art. 222, da Lei 6.404/1976); **B**: correta, nos termos do art. 227 da Lei 6.404/1976, considera-se incorporação a operação societária na qual duas sociedades se unem, subsistindo apenas uma delas, que sucederá a outra em todos os direitos e obrigações; **C**: incorreta. Não há qualquer vedação à transformação entre quaisquer tipos societários; **D**: incorreta. Da mesma forma que na alternativa anterior, não há qualquer vedação à fusão de empresas que adotem tipos societários diferentes.

Gabarito "B."

(FGV – 2008) Em relação às sociedades anônimas, é correto afirmar que:

- (A) as companhias de capital aberto são aquelas que têm os seus valores mobiliários negociados apenas no mercado de valores.
- (B) qualquer acionista tem legitimidade para ajuizar ação de responsabilidade civil para cobrança dos prejuízos causados pelo administrador de sociedade anônima, se a assembleia geral deliberar não promover a ação.
- (C) a responsabilidade dos acionistas é limitada ao valor nominal das ações subscritas ou adquiridas.
- (D) as companhias são classificadas em abertas e fechadas conforme as ações de sua emissão estejam ou não admitidas à negociação em Bolsa de Valores.
- (E) a companhia dissolvida conserva sua personalidade jurídica até a sua extinção, com o fim de proceder à liquidação.

**A**: incorreta, pois as companhias de capital aberto são aquelas cujos valores mobiliários são admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários – art. 4.º da LSA; **B**: incorreta, pois se a Assembleia Geral deliberar não promover a ação de responsabilidade contra o administrador, somente acionistas que representem pelo menos 5% do capital social poderão propô-la – art. 159, § 4.º, da Lei 6.404/1976; **C**: incorreta, já que a responsabilidade é limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas – art. 1.088 do CC; **D**: incorreta, pois a classificação refere-se à admissão dos valores mobiliários emitidos pela companhia (não apenas ações) à negociação no mercado de valores mobiliários (não apenas bolsas – há também o mercado de balcão) – art. 4.º da Lei LSA e art. 22 da Lei 6.385/1976; **E**: correta, conforme o art. 51 do CC.

Gabarito "E."

(FGV – 2008) As ações são consideradas títulos representativos de parcelas do capital social de uma sociedade anônima, que atribuem aos seus titulares direitos patrimoniais e pessoais. Levando em consideração o conceito de ação e suas características, é correto afirmar que:

- (A) as ações de companhia aberta somente podem ser negociadas depois de integralizados trinta por cento do preço de sua emissão.

- (B) o direito de voto é um direito essencial do acionista.
- (C) o conceito de valor nominal da ação é o mesmo que o de preço de emissão da ação.
- (D) as ações podem representar frações desiguais do capital social.
- (E) é vedada a emissão de ações, sem valor nominal, por preço inferior ao seu valor nominal.

**A:** correta, pois essa é a disposição do art. 29 da Lei 6.404/1976; **B:** incorreta, pois o direito a voto é essencial no caso da ação ordinária, apenas – arts. 110 e 111 da Lei 6.404/1976; **C e D:** incorretas, pois todas as ações da companhia têm o mesmo valor nominal, cuja somatória corresponde ao capital social (art. 11, § 2.º, da Lei 6.404/1976) – o preço de emissão, negociado no mercado, é igual ou superior ao valor nominal das ações (art. 13 da Lei 6.404/1976); **E:** incorreta, já que a vedação se refere às ações com valor nominal – art. 13 da Lei 6.404/1976.

Gabário “A”

(FGV – 2008) A alienação, direta ou indireta, do controle de companhia aberta somente poderá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a fazer oferta pública de aquisição das ações:

- (A) preferenciais, de modo a assegurar aos acionistas o pagamento de preço mínimo igual a 80% do valor pago por ação integrante do bloco de controle.
- (B) ordinárias, de modo a assegurar aos acionistas o pagamento de preço mínimo igual a 80% do valor pago por ação integrante do bloco de controle.
- (C) ordinárias e preferenciais sem voto ou com voto restrito, de modo a assegurar aos acionistas o pagamento de preço mínimo igual a 80% do valor pago por ação integrante do bloco de controle.
- (D) preferenciais e ordinárias, de modo a assegurar aos acionistas o pagamento de preço mínimo igual a 80% do valor pago por ação integrante do bloco de controle.
- (E) com direito a voto, de modo a assegurar aos acionistas o pagamento de preço mínimo igual a 80% do valor pago por ação integrante do bloco de controle.

A alienação do controle depende de compromisso, por parte do adquirente, de aquisição das demais ações com direito a voto por pelo menos 80% do preço pago pelas ações do bloco de controle (*tag along*) – art. 254-A da LSA.

Gabário “E”

(FGV – 2008) Assinale a assertiva correta.

- (A) Considera-se companhia aberta a que emite valores mobiliários negociáveis no mercado, tais como ações, debêntures, partes beneficiárias e bônus de subscrição.
- (B) Os acordos de acionistas firmados por acionistas não têm força executiva.
- (C) O Conselho de Administração não é órgão obrigatório nas companhias de capital autorizado.
- (D) A responsabilidade dos acionistas de sociedade anônima é limitada ao valor nominal das ações subscritas ou adquiridas.
- (E) As ações das sociedades anônimas devem ter o mesmo valor nominal.

**A:** incorreta, pois a classificação das companhias em abertas e fechadas refere-se à admissão dos valores mobiliários emitidos pela sociedade à negociação no mercado de valores mobiliários (bolsas e mercado de balcão) – art. 4.º da LSA e art. 22 da Lei 6.385/1976. Ademais, é vedado às companhias abertas emitir partes beneficiárias – art. 47, parágrafo único, da LSA; **B:** incorreta, nos termos do art. 118, § 3.º, da Lei 6.404/1976; **C:** incorreta, pois o Conselho de Administração é obrigatório para as companhias abertas, as de capital autorizado e as sociedades de economia mista – arts. 138, § 2.º, e 239 da Lei 6.404/1976; **D:** incorreta, pois a responsabilidade dos sócios é limitada ao preço de emissão (não ao valor nominal) das ações subscritas ou adquiridas – art. 1.088 do CC e art. 1.º da LSA; **E:** correta, nos termos do art. 11, § 2.º, da Lei 6.404/1976.

Gabário

(FGV – 2008) Em relação às sociedades anônimas, assinale a alternativa correta.

- (A) A companhia aberta poderá emitir partes beneficiárias para negociação no mercado de valores.
- (B) A incorporação de imóveis para a formação do capital social não prescinde de escritura pública.
- (C) As sociedades anônimas são regidas pela Lei 6.404/76, aplicando-se-lhes, nos casos omissos, as disposições do Código Civil.
- (D) É assegurado ao acionista que discordar de qualquer deliberação de Assembleia Geral o direito de retirada ou recesso.
- (E) O processo do voto múltiplo pode ser requerido em eleição dos membros da diretoria.

**A:** incorreta, pois é vedado às companhias abertas emitir partes beneficiárias – art. 47, parágrafo único, da Lei das Sociedades por Ações – LSA (Lei 6.404/1976); **B:** incorreta, pois não se exige escritura pública, nos termos do art. 89 da LSA; **C:** correta, nos termos do art. 1.089 do CC; **D:** incorreta, pois o direito de retirada é restrito às hipóteses a que se refere o art. 137 da LSA; **E:** incorreta, pois o voto múltiplo refere-se à eleição dos conselheiros, não dos diretores – art. 141 da LSA.

Gabário “C”

(FGV – 2008) Nos termos da Lei 6.404/76, se um signatário de acordo de acionistas, devidamente arquivado na Companhia, votar contrariamente ao acordo firmado:

- (A) ele responderá objetivamente pelos prejuízos decorrentes de seu voto perante os demais signatários.
- (B) seu voto não será computado pelo presidente da assembleia ou do órgão colegiado de deliberação.
- (C) ele responderá subjetivamente pelos prejuízos decorrentes de seu voto perante a Companhia.
- (D) haverá a suspensão da deliberação, com instauração de assembleia especial da qual participarão somente os signatários do acordo para resolver a questão.
- (E) haverá a anulação da deliberação no prazo legal por acionistas representando no mínimo 5% do capital votante.

Art. 118, § 8.º, da Lei 6.404/1976 – o conteúdo do dispositivo legal é refletido na assertiva B.

Gabário “B”

(FGV – 2007) O direito de recesso, na lei societária, é admitido quando:

- (A) a cisão implicar mudança de objeto social.
- (B) a atividade fim da companhia for mantida.



- (C) houver qualquer caso de cisão.  
(D) convier aos acionistas.

Como regra, o sócio que dissentiu tem direito de retirar-se da sociedade quando houver modificação do contrato, fusão da sociedade, incorporação de outra, ou dela por outra – art. 1.077 do CC. A Lei das Sociedades por Ações, no entanto, restringe o direito de retirada nas hipóteses de fusões, incorporações (art. 137, II, da LSA) e cisões (art. 137, III, da LSA). Um dos casos de cisão que dá ensejo ao direito de retirada é a mudança do objeto social, salvo quando o patrimônio cindido for vertido para sociedade cuja atividade preponderante coincida com a decorrente do objeto social da sociedade cindida – art. 137, III, a, da LSA.

Gabartito "A"

(FGV – 2007) Assinale a alternativa correta.

- (A) O aval posterior ao vencimento do título de crédito não produz efeitos.  
(B) Em regra, cada ação ordinária corresponde a um voto nas deliberações da assembleia geral, salvo cláusula estatutária expressa que atribua o voto plural.  
(C) Nas sociedades de economia mista, o Conselho Fiscal terá funcionamento permanente.  
(D) A sentença que decretar a falência de sociedade em nome coletivo não acarreta falência pessoal dos sócios, por não serem considerados empresários.  
(E) O *tag along* poderá ser estendido às ações preferenciais com voto restrito.

**A:** incorreta, pois o aval posterior ao vencimento tem o mesmo efeito do anteriormente dado – art. 900 do CC; **B:** incorreta, já que é vedado atribuir voto plural a qualquer classe de ações – art. 110, § 2.º, da Lei 6.404/1976; **C:** correta, nos termos do art. 240 da LSA; **D:** incorreta, pois é o oposto – a decretação de falência da sociedade em nome coletivo acarreta a falência dos sócios, que têm responsabilidade ilimitada – art. 81 da Lei 11.101/2005 c.c. art. 1.039 do CC; **E:** incorreta. O *tag along* é direito dos sócios minoritários. Refere-se à prerrogativa de os acionistas não integrantes do bloco de controle da companhia aberta, aderirem à venda de ações com direito a voto (não todas as ações, excluindo-se aquelas com voto restrito) para alienação do controle acionário – art. 254-A da Lei 6.404/1976.

Gabartito "C"

(FGV – 2007) Em relação às sociedades anônimas, é correto afirmar-se que:

- (A) a estrutura da organização não se altera com a cessão de ações por parte dos sócios  
(B) os sócios só têm a obrigação de integralizar as importâncias relativas às ações  
(C) delas não podem participar menores  
(D) são consideradas pessoas

**A:** correta. Por se tratar de uma sociedade institucional e “de capital”, a companhia não tem sua estrutura societária alterada pela cessão de ações entre diferentes titulares. Importa o valor da ação, não o seu titular; **B:** incorreta, pois a responsabilidade do sócio restringe-se ao preço de emissão das ações que subscrever ou adquirir – art. 1.088 do CC (a mora na integralização é solucionada na forma do art. 107 da Lei 6.404/1976); **C:** incorreta. Por serem sociedades “de capital”, as características pessoais dos sócios são irrelevantes. Obviamente, o menor titular das ações não poderá exercer, diretamente, eventual direito a voto, mas nada obsta que seja o proprietário do capital; **D:** incorreta. Como já fartamente afirmado, as sociedades anônimas são sociedades “de capital”.

Gabartito "A"

## 2.6. Questões combinadas de sociedade e outros temas

(FGV – 2008) Em relação às microempresas e empresas de pequeno porte, assinale a afirmativa correta.

- (A) Para os efeitos da Lei Complementar 123/06, consideram-se microempresas e empresas de pequeno porte somente as sociedades empresárias e o empresário definido no art. 966 do Código Civil.  
(B) As sociedades de cujo capital participe outra pessoa jurídica se incluem no regime diferenciado das microempresas e empresas de pequeno porte.  
(C) As sociedades por ações não se incluem no regime diferenciado das microempresas e empresas de pequeno porte.  
(D) As microempresas e empresas de pequeno porte estão excluídas da falência.  
(E) O documento de propriedade ou contrato de locação do imóvel onde será instalada a sede, filial ou outro estabelecimento da microempresa e empresa de pequeno porte pode ser exigido pelos órgãos e entidades envolvidos.

**A:** incorreta, pois a sociedade simples também pode ser qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte. Isso porque o critério básico para a qualificação é a receita bruta auferida, conforme o art. 3.º da LC 123/2006; **B:** incorreta, pois isso é vedado – art. 3.º, § 4.º, I, da LC 123/2006; **C:** correta, pois há essa vedação – art. 3.º, § 4.º, X, da LC 123/2006; **D:** incorreta, nos termos do art. 1.º da Lei de Falência e Recuperação de Empresas – LF (Lei 11.101/2005); **E:** incorreta, pois esses documentos não podem ser exigidos pelos órgãos e entidades envolvidos na abertura e no fechamento de empresas, salvo para comprovação do endereço indicado – art. 10, II, da LC 123/2006.

Gabartito "C"

## 3. TÍTULOS DE CRÉDITO

### 3.1. Teoria geral

(OAB/Exame Unificado – 2008.3) Assinale a opção em que é apresentada declaração cambial que transmite, de modo imediato, a propriedade do título de crédito.

- (A) endosso-mandato.  
(B) endosso-penhor.  
(C) endosso puro e simples.  
(D) mera assinatura do beneficiário ou tomador no anverso do título.

O endosso é o ato cambial destinado à transmissão do crédito nele representado para o endossatário. Para tanto, todavia, deve ser puro e simples. Endosso-mandato e endosso-penhor são espécies do gênero endosso impróprio, o qual não tem o condão de transmitir a propriedade do título de crédito. No primeiro, o título é entregue ao endossatário apenas para que este cobre o valor do crédito em nome do endossante. No segundo, o título é entregue como garantia de uma dívida. Adimplida esta, ela volta às mãos do endossante. Por fim, o endosso pode ser passado pela simples assinatura do tomador no verso do título, não no anverso.

Gabartito "C"

(OAB/Exame Unificado – 2008.2) Os títulos de crédito são tradicionalmente concebidos como documentos que apresentam requisitos formais de existência e validade, de acordo com o regulado para cada espécie. Quanto aos seus requisitos essenciais, a nota promissória:

- (A) poderá ser firmada por assinatura a rogo, se o sacador não puder ou não souber assiná-la.
- (B) conterà mandato puro e simples de pagar quantia determinada.
- (C) poderá não indicar o nome do sacado, permitindo-se, nesse caso, saque ao portador.
- (D) precisa ser denominada, com sua espécie identificada no texto do título.

**A:** incorreta, pois a assinatura do endossante é requisito essencial para validade da nota promissória; **B:** incorreta. A nota promissória estrutura-se como promessa de pagamento, não ordem; **C:** incorreta. A nota promissória será sempre nominal, indicando-se o nome do beneficiário, não sendo possível o saque ao portador; **D:** correta. Deve sempre constar a expressão “nota promissória” no texto do título e na mesma língua deste.

Gabartio “D”

(OAB/Exame Unificado – 2008.1) De acordo com a legislação em vigor relativa a títulos de crédito, não é passível de aceite a:

- (A) duplicata.
- (B) duplicata rural.
- (C) letra de câmbio.
- (D) nota promissória.

De fato, a nota promissória não é compatível com o aceite, pois é uma promessa de pagamento. Isso significa que o próprio emitente do título é o devedor principal, prescindindo-se sua vinculação ao pagamento pelo aceite.

Gabartio “D”

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Assinale a opção correta, acerca da disciplina normativa dos títulos de crédito.

- (A) Os títulos de crédito causais são aqueles dissociados da relação jurídica que lhes deu origem, tais como a nota promissória.
- (B) Consideram-se sucessivos os avais superpostos e prestados sem a indicação da pessoa avalizada.
- (C) A duplicata mercantil é uma ordem de pagamento à vista ou a prazo, sacada por um credor contra o seu devedor, em favor de alguém.
- (D) À exceção do regime de casamento da separação absoluta de bens, os cônjuges não podem, sem autorização do outro, prestar fiança ou aval.

**A:** incorreta. O conceito de título causal está correto, porém a nota promissória não é exemplo de título causal, como é a duplicata; **B:** incorreta. Avais em branco superpostos (um sobre o outro no título) consideram-se simultâneos (dados ao mesmo avalizado) e não sucessivos (o avalista que assinou embaixo seria avalista do primeiro que assinou), conforme Súmula 189 do STF; **C:** incorreta, pois a alternativa descreve uma letra de câmbio. A duplicata é sacada pelo credor em seu próprio favor e não de terceiro (o sacador e o tomador do título são a mesma pessoa, o credor da dívida); **D:** correta, nos exatos termos do art. 1.647, III, do CC.

Gabartio “D”

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) De vez em quando, um amigo que mal me cumprimenta, ou um colega de trabalho que nunca me ajudou, me pede que seja seu avalista. Provavelmente, ele raciocina que perguntar não ofende, só depende da cara de pau de cada um. Por que os bancos insistem em obter um aval de um amigo do cliente? No fundo, o que os bancos querem é reduzir o risco da operação de crédito, arrolando também os bens pessoais do avalista como garantia. Mas que interesse tem o avalista em colocar seus bens em risco sem nada receber em troca? O avalista entra gratuitamente nesse contrato, como um voluntário, um altruísta, sem receber uma remuneração pelo serviço que presta ao banco. O avalista só entra com obrigações e não tem nenhum benefício, só chateação. O banco ficará obviamente feliz com o empréstimo que você viabilizou. Uma técnica que eu uso nessas ocasiões, e que aprendi com um verdadeiro amigo, é ficar indignado com os juros exorbitantes cobrados pelo banco e oferecer o mesmo empréstimo, sem cobrar juros. Seu amigo ou parente vai pular de alegria, e você coloca uma única e singela imposição: que o gerente ou o presidente do banco avalize a operação. Não é um pedido exorbitante, e nenhum gerente de banco poderá recusar, porque é exatamente o mesmo pedido que eles estão fazendo. Seria hipocrisia recusar (...). Stephen Kanitz. Procuo um avalista. Veja, 12/5/2004, p. 23 (com adaptações).

Considerando o texto acima como referência inicial, assinale a opção correta relativamente ao aval no âmbito do Código Civil vigente.

- (A) O avalista não pode, assim como sucede com o fiador de contrato de locação imobiliária urbana, invocar a proteção ao seu bem de família.
- (B) Da mesma forma que o penhor, o aval constitui uma garantia real, instituída, entretanto, em título de crédito.
- (C) Semelhantemente ao que ocorre na fiança, nenhum dos cônjuges, sem autorização do outro, pode prestar aval, exceto no regime da separação absoluta.
- (D) O aval, no Código Civil, garante, em regra, o benefício de ordem ao avalista.

**A:** incorreta. Apesar de não ser pacífico, é majoritário o posicionamento de que, como a Lei 8.009/1990 não elencou o avalista como exceção à impenhorabilidade do bem de família, o direito deste permanece íntegro, em aplicação ao princípio geral de direito de que as normas limitativas de direito não admitem interpretação extensiva; **B:** incorreta. Aval é relação jurídica cambial, não integrando o rol de direitos reais (que são, é bom lembrar, *numerus clausus*); **C:** correta, conforme dispõe o art. 1.647, III, do CC; **D:** incorreta. Diferentemente do fiador, que detém o benefício de ordem, tal garantia não é conferida ao avalista, tratado pela lei como devedor solidário do avalizado.

Gabartio “C”

(FGV – 2008) Com relação aos títulos de créditos, é correto afirmar que:

- (A) de acordo com as disposições do Código Civil, o endossante de título à ordem não responde pelo cumprimento da prestação constante do título, salvo se este contiver cláusula expressa em contrário.
- (B) o endosso se aplica apenas para representar a transferência da titularidade do crédito.

- (C) prescreve em seis meses, contados da data da apresentação do cheque ao sacado, a ação de execução assegurada ao portador da cambial.
- (D) a nota promissória pode ser emitida ao portador.
- (E) o aval, instituto típico do direito cambiário, é uma garantia subjetiva e acessória prestada em título de crédito, que confere ao avalista a qualidade de devedor solidário.

**A:** correta, pois essa é a norma geral prevista no art. 914 do CC, observado o disposto no art. 903 do mesmo Código. No entanto, as normas especiais das letras de câmbio, das promissórias, dos cheques e das duplicatas preveem a responsabilidade do endossante – art. 15 da Lei Uniforme de Genebra, art. 21 da Lei 7.357/1985 e art. 25 da Lei 5.474/1968; **B:** incorreta, pois, além de transferir o título à ordem (a transferência se completa com a tradição da cártula – art. 910, § 2.º, do CC), o endossante garante o aceite e o pagamento do título, nos termos das normas especiais das letras de câmbio, das promissórias, dos cheques e das duplicatas; **C:** incorreta, já que o prazo prescricional de 6 (seis) meses é contado a partir do término do prazo para apresentação do cheque a pagamento pelo sacado (que é de 30 (trinta) ou 60 (sessenta) dias – dependendo do local em que foi emitido – a partir da emissão) – art. 59 c.c. art. 33, ambos da Lei 7.357/1985; **D:** incorreta, pois a nota promissória deve sempre indicar a quem (ou à ordem de quem) deve ser paga – art. 75, 5, da Lei Uniforme de Genebra; **E:** incorreta, já que o aval é objetivo e autônomo. Garante o pagamento a quem quer que seja o titular da cártula e não é prejudicado por eventual nulidade das demais obrigações (exceto por vício formal da obrigação avalizada – art. 899 do CC).

Gabartito "A."

(FGV – 2008) O crédito tem dois elementos essenciais: confiança de uma pessoa em outra e certeza do cumprimento da obrigação na data apazada. Os títulos de crédito têm como função precípua a incorporação de um direito de crédito, que facilita sua circulação. Quanto aos títulos de crédito, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Uma letra de câmbio pode ser endossada a favor do sacado ou aceitante (endosso de retorno), que podem novamente endossar a letra.
- (B) O endosso de uma nota promissória deve ser puro e simples; qualquer condição a que ele seja subordinado é considerada como nula.
- (C) É cabível ação de execução em face do emitente do cheque, ainda que não apresentado ao sacado no prazo legal, desde que não consumada a prescrição da ação cambial.
- (D) A inobservância de um dos requisitos elencados na Lei 5.474/68 (Lei de Duplicatas) enseja a perda de executividade do título, em razão de vício de forma.
- (E) No cheque, o endosso-mandato não se extingue por morte ou incapacidade superveniente do endossante-mandante.

**A:** correta, conforme o art. 11 da Lei Uniforme de Genebra; **B:** incorreta, devendo ser assinalada, pois a condição a que seja subordinado o endosso é considerada não escrita – art. 12 c.c. art. 77 da Lei Uniforme de Genebra e art. 912 do CC; **C:** correta, nos termos do art. 59 da Lei 7.357/1985; **D:** correta, conforme o art. 2.º, § 1.º, da Lei 5.474/1968; **E:** correta, nos termos do art. 26, parágrafo único, da Lei 7.357/1985.

Gabartito "B."

(FGV – 2008) Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O comprador poderá deixar de aceitar a duplicata por motivo de avaria ou não recebimento das mercadorias, quando não expedidas ou não entregues por sua conta e risco; vícios, defeitos e diferenças na qualidade ou na quantidade das mercadorias, devidamente comprovados; divergência nos prazos ou nos preços ajustados.
- (B) A nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito não goza de autonomia em razão da iliquidez do título que a originou.
- (C) Uma nota promissória pode ser sacada à vista, a um certo termo de vista, a um certo termo de data e pagável num dia fixado, com vencimentos diferentes e sucessivos.
- (D) O avalista do título de crédito tem direito de regresso para cobrar o valor pago em face de qualquer obrigado anterior, em razão da solidariedade do direito cambiário.
- (E) O contrato de abertura de crédito, ainda que acompanhado de extrato da conta corrente, não é título executivo.

**A:** correta, nos termos do art. 8.º da Lei 5.474/1968; **B:** correta, conforme a Súmula 258/STJ; **C:** incorreta, devendo ser assinalada, pois a promissória, a exemplo das letras de câmbio, não podem ter vencimentos diferentes ou sucessivos, sob pena de nulidade – art. 33 c.c. 77 da Lei Uniforme de Genebra; **D:** correta, pois, de fato, o avalista que paga o título tem direito de regresso contra o avalizado e qualquer coobrigado anterior – art. 899, § 1.º, do CC; **E:** correta, nos termos da Súmula 233/STJ.

Gabartito "C."

(FGV – 2008) Em relação aos títulos de crédito, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O título de crédito emitido em branco ou incompleto pode ser completado pelo credor de boa-fé, antes da ação de execução ou protesto.
- (B) O endosso parcial é considerado como não escrito.
- (C) O saque de uma letra de câmbio é considerado declaração originária e necessária à constituição do crédito.
- (D) O endosso parcial é considerado nulo.
- (E) O endosso impróprio transfere o exercício dos direitos inerentes à cambial.

**A:** correta, nos termos da Súmula 387/STF e do art. 891 do CC; **B:** incorreta, devendo ser assinalada. Na verdade, o endosso parcial é nulo (art. 912, parágrafo único, do CC e art. 12 da Lei Uniforme de Genebra; **C:** correta, pois o saque corresponde à emissão do título; **D:** correta, nos termos do art. 912, parágrafo único, do CC e art. 12 da Lei Uniforme de Genebra; **E:** correta, pois "endosso impróprio" refere-se ao endosso-mandato e ao endosso-caução – arts. 18 e 19 da Lei Uniforme de Genebra.

Gabartito "B."

(FGV – 2008 – adaptada) Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O aval posterior ao vencimento do título produz os mesmos efeitos que o prestado anteriormente.
- (B) O Código Civil não admite o aval parcial.
- (C) O saque de uma duplicata de compra e venda pode ser escriturado em livro próprio pelo vendedor da mercadoria.

- (D) O protesto de uma nota promissória é, em regra, condição especial da ação cambial em face dos obrigados indiretos.
- (E) Uma única duplicata não pode englobar várias faturas.

**A:** correta, conforme o art. 900 do CC; **B:** correta, já que o Código Civil não admite o aval parcial – art. 897, parágrafo único, do CC. Entretanto, é bom lembrar que essa vedação geral do Código Civil não subsiste se houver norma específica (art. 903 do CC), como é o caso da letra de câmbio, da nota promissória e do cheque, que admitem aval parcial – art. 30 da Lei Uniforme de Genebra e art. 29 da Lei 7.357/1985; **C:** incorreta, devendo ser assinalada, pois a escrituração é obrigatória (a assertiva afirma, incorretamente, que “pode ser escriturado”) – art. 19 da Lei 5.474/1968; **D:** correta, pois a falta de protesto afasta a pretensão contra os codevedores e seus avalistas – art. 53 da Lei Uniforme de Genebra; **E:** correta, pois uma única duplicata não pode corresponder a mais de uma fatura – art. 2.º, § 2.º, da Lei 5.474/1968. Adaptamos essa assertiva, incluindo a palavra “não”, ou haveria duas afirmações incorretas.

„C.“ Gabarito

(FGV – 2008) O aval pode ser entendido como o ato pelo qual determinada pessoa passa a responder por obrigação cambial nas mesmas condições que a pessoa por ele avalizada. Observa-se, portanto, certa semelhança em seu funcionamento, quando comparado com a fiança. A esse respeito, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A validade do aval e da fiança depende de vênua conjugal.
- (B) O aval possui natureza de ato unilateral de vontade.
- (C) A fiança é uma garantia subjetiva enquanto que o aval é uma garantia objetiva.
- (D) O aval é uma garantia autônoma, enquanto a fiança uma garantia acessória.
- (E) O avalista responde solidariamente pela obrigação assumida, salvo cláusula expressa em contrário.

**A:** correta, pois o art. 1.647, III, do CC exige a outorga conjugal, exceto no regime de separação absoluta de bens – no entanto, entende-se que a ausência de autorização não invalida o aval, apenas impede que seja oposto ao cônjuge que não assentiu; **B:** correta (aval é garantia prestada no título de crédito – art. 897 do CC); **C:** correta, pois o aval garante o pagamento a quem quer que seja o titular da cártula (não é pessoal, como a fiança); **D:** correta, já que o aval, como toda obrigação cambiária, é garantia autônoma (art. 899, § 2.º, do CC e art. 32 da Lei Uniforme de Genebra) – a fiança é sempre acessória à obrigação principal; **E:** incorreta, devendo ser assinalada, pois o avalista sempre responde autonomamente pela obrigação garantida – art. 899 do CC.

„E.“ Gabarito

(FGV – 2008) Assinale a afirmativa correta.

- (A) De acordo com entendimento consolidado do STJ, a nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito goza de autonomia em razão da liquidez do título que a originou.
- (B) De acordo com entendimento sumulado, o instrumento de confissão de dívida, ainda que originário de contrato de abertura de crédito, constitui título executivo extrajudicial.
- (C) De acordo com o Código Civil, o endossante responde pelo cumprimento da prestação constante do título, ressalvada cláusula expressa em contrário.
- (D) No cheque cruzado o cruzamento especial pode ser

convertido em geral.

- (E) O art. 23 da Lei 5.474/68 autoriza a emissão de triplicata nas hipóteses de perda, extravio ou retenção indevida do título pelo sacado.

**A:** incorreta, pois é o oposto – essa nota promissória não goza de autonomia em razão da iliquidez do título que a originou (Súmula 258/STJ); **B:** correta, conforme a Súmula 300/STJ; **C:** incorreta, pois é o oposto – o art. 914 do CC afasta a responsabilidade do endossante pela prestação constante do título, exceto disposição expressa em contrário; **D:** incorreta, pois é o oposto – o cruzamento geral (sem indicação específica da instituição financeira) pode ser convertido em especial – art. 44, § 2.º, da Lei 7.357/1985; **E:** incorreta, pois a triplicata é tirada em caso de perda ou de extravio (não de retenção) da duplicata – art. 23 da Lei 5.474/1968.

„B.“ Gabarito

(FGV – 2007) Analise as proposições a seguir:

- I. A transferência de uma cambial por endosso completa-se com a tradição do título.
- II. O avalista de uma duplicata se equipara àquele cujo nome indicar. O aval em branco se presume dado em favor do sacado ou devedor.
- III. A duplicata não aceita e protestada enseja o ajuizamento de ação cambial, bem como requerimento de falência do sacado, se empresário.

Assinale:

- (A) se nenhuma proposição estiver correta.
- (B) se somente a proposição I estiver correta.
- (C) se somente a proposição II estiver correta.
- (D) se somente a proposição III estiver correta.
- (E) se todas as proposições estiverem corretas.

**I:** correta, nos termos do art. 910, § 2.º, do CC; **II:** incorreta, pois o aval em branco presume-se dado em favor do emitente (= sacador, não sacado) e do devedor final – art. 899 do CC; **III:** incorreta, já que é possível o protesto e a execução de duplicata não aceita, desde que cumpridos os requisitos dos arts. 13, § 1.º, e 15, II, ambos da Lei 5.474/1968. No entanto, para que seja requerida falência, não basta o protesto e a execução, sendo necessária a configuração de uma das situações previstas no art. 94 da Lei 11.101/2005 (inadimplência injustificada, execução frustrada ou atos de falência). Ademais, o protesto para fim falimentar é específico – art. 94, § 3.º, da Lei 11.101/2005.

„B.“ Gabarito

### 3.2. Títulos em espécie

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Considerando-se que Paula tenha endossado a Luana um cheque de terceiro no valor de R\$ 500,00, é correto afirmar que:

- (A) Paula, por ter endossado o cheque, responde pela solvência do devedor principal, no valor de R\$ 500,00.
- (B) o endosso produz os mesmos efeitos jurídicos de uma cessão civil de créditos.
- (C) o endosso transfere a Luana a posse, não a propriedade do título de crédito.
- (D) o endosso de Paula será nulo de pleno direito se a obrigação consubstanciada no cheque já estiver vencida.

**A:** correta. Como endossante, Paula se torna coobrigada pelo pagamento e, assim, responde pela solvência do devedor principal, o sacador do cheque (art. 21 da Lei 7.357/1985); **B:** incorreta. Enquanto no endosso

o endossante responde pela existência do crédito e pelo pagamento, na cessão civil o cedente responde apenas pela existência do crédito. Ademais, o aval não permite ao devedor principal opor ao endossatário eventuais exceções pessoais que tinha contra o endossante, possibilidade presente na cessão civil entre devedor e cessionário; **C:** incorreta. O endosso próprio transfere a propriedade do título de crédito ao endossatário; **D:** incorreta. Trata a hipótese do endosso póstumo, que não é nulo, apenas será considerado cessão civil de crédito e não ato cambial.

Gabartito "A."

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) A pretensão à execução da duplicata prescreve contra o:

- (A) endossante e seus avalistas, em 3 anos, contados da data do protesto.
- (B) endossante e seus avalistas, em 1 ano, contado da data do protesto.
- (C) sacado e respectivos avalistas, em 1 ano, contado da data do vencimento do título.
- (D) sacado e respectivos avalistas, em 3 anos, contados da data do protesto.

Prescreve a duplicata em 03 anos para a cobrança do devedor principal e seus avalistas, contados do vencimento do título, e em 01 ano para a cobrança dos coobrigados (onde se inclui o endossante) e seus avalistas, contados da data do protesto (art. 18 da Lei 5.474/1968).

Gabartito "B."

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) O Certificado de Depósito Agropecuário (CDA):

- (A) só pode ser transmitido junto com o *warrant*.
- (B) pode ser emitido em momento diverso do *warrant*.
- (C) deve ser emitido simultaneamente ao *warrant*.
- (D) não constitui título executivo extrajudicial, ainda que acompanhado do *warrant*.

O Certificado de Depósito Agropecuário é título de crédito criado pela Lei 11.076/2004 destinado a representar o contrato de depósito de produtos agrícolas, dando negociabilidade aos produtos sem a tradição ordinária (*brevi manu*), circulando por endosso. Nos termos do art. 1.º, § 3.º, da Lei 11.076/2004, deve ser emitido simultaneamente com outro título de crédito, o *Warrant Agropecuário* – WA, que confere ao seu titular direito de penhor sobre o CDA. Como representam promessas diferentes (o CDA, promessa de entrega dos bens ao portador da cártula; o WA, promessa de pagamento em dinheiro ao portador da cártula), a lei autoriza sua transmissão separada. Por fim, como todo título de crédito, é título executivo extrajudicial.

Gabartito "C."

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Quanto ao cheque, é correto afirmar que:

- (A) é nulo o endosso parcial.
- (B) é admitido endosso do sacado.
- (C) o endosso deve indicar o endossatário.
- (D) não é permitido ao endossante vedar novo endosso.

**A:** correta. Como em qualquer outro título de crédito, o endosso parcial é nulo, vez que incompatível com o princípio da cartularidade (art. 18, § 1.º, da Lei 7.357/1985); **B:** incorreta. O banco sacado não se vincula cambiariamente ao título de nenhuma maneira (art. 18, § 1.º, da Lei 7.357/1985); **C:** incorreta. O cheque pode ser transmitido por endosso em branco (art. 17, § 2.º, da Lei 7.357/1985); **D:** incorreta, porque basta ao endossante inserir, no momento da transmissão do título, a cláusula "não à ordem".

Gabartito "A."

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) Marcos, empresário individual, emitiu uma duplicata contra Lucas, no valor de R\$ 5.000,00, com praça de pagamento em Brasília – DF. Após isso, Marcos colocou o título em circulação, endossando-o a Mateus, que, por sua vez, também por endosso, transferiu-o a João. A par do endosso, Mateus fez vir à duplicata, em seu favor, aval de Josué, cônjuge de Maria. Acerca do protesto da duplicata mencionada na situação hipotética acima, assinale a opção incorreta.

- (A) Para que João possa cobrar de Mateus, é imprescindível o protesto do título.
- (B) O protesto deve ser tirado na praça de pagamento constante da duplicata, ou seja, em Brasília – DF.
- (C) Caso não seja exercida a faculdade de protestar o título por falta de aceite, não se elide a possibilidade de protesto por falta de pagamento.
- (D) De acordo com a legislação em vigor, a duplicata só pode ser protestada por falta de aceite ou de pagamento.

**A:** correta, vez que Mateus, como endossante, é coobrigado pelo pagamento do título, posição cambiária que determina a obrigatoriedade do protesto para ser cobrado judicialmente pelo pagamento; **B:** correta, sendo esta uma das razões pelas quais é indicada a praça de pagamento (art. 1.º, IV, da Lei 7.357/1985); **C:** correta. Os protestos são autônomos, não sendo o protesto por falta de aceite requisito indispensável do protesto por falta de pagamento; **D:** incorreta, devendo ser assinalada, vez que também se reconhece o protesto por falta de devolução do título (art. 13 da Lei 5.474/1968).

Gabartito "D."

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) Marcos, empresário individual, emitiu uma duplicata contra Lucas, no valor de R\$ 5.000,00, com praça de pagamento em Brasília – DF. Após isso, Marcos colocou o título em circulação, endossando-o a Mateus, que, por sua vez, também por endosso, transferiu-o a João. A par do endosso, Mateus fez vir à duplicata, em seu favor, aval de Josué, cônjuge de Maria. Com relação à duplicata descrita no texto, assinale a opção correta.

- (A) A denominação duplicata não precisa estar expressa no título para que este valha como tal.
- (B) Para que o aval de Josué seja eficaz, não é necessária autorização de Maria.
- (C) Conforme a jurisprudência do STJ, mesmo sem aceite e desprovida de prova de entrega da mercadoria ou da prestação do serviço, a duplicata pode ser executada contra o sacador-endossante e seus garantes.
- (D) A validade da obrigação de Josué, como avalista, depende da existência e da validade das obrigações de Mateus, Marcos e Lucas.

**A:** incorreta, pois a denominação do título no corpo do texto e na mesma língua deste é requisito essencial para caracterização do título de crédito (art. 2.º, § 1.º, I, da Lei 5.474/1968); **B:** a alternativa foi dada por incorreta, apesar de estar incompleta. É certo que, regra geral, é necessária a outorga uxória ou marital para a eficácia do aval prestado por pessoa casada. Entretanto, tal determinação não se aplica aos cônjuges casados no regime da separação de bens (art. 1.647 do CC); **C:** correta, pois de fato, segundo entendimento do STJ, a duplicata poderá ser executada, porquanto o endosso apaga o vínculo causal da duplicata entre endossatário, endossante e avalistas, garantindo a aceitação e o pagamento do título (art. 15 da Lei Uniforme de Genebra

– Decreto 57.663/1966, c.c. arts. 15, § 1.º, e 25 da Lei 5.474/1968); **D**: incorreta, por força do princípio da autonomia das relações cambiais, segundo o qual a nulidade de uma obrigação cambial não importa na nulidade das demais, ainda que posteriores.

„C.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) A respeito do regime do cheque no Brasil, assinale a opção correta.

- (A) O cheque pré-datado encontra-se previsto expressamente na legislação brasileira.
- (B) O cheque veicula obrigação portátil.
- (C) O cheque contém promessa incondicional de pagamento de quantia determinada.
- (D) O emitente deve ter fundos disponíveis em poder do sacado e estar autorizado a emitir cheque sobre eles, em virtude de contrato expresso ou tácito.

**A**: incorreta, trata-se de costume do comércio que passou a ser reconhecido pela doutrina e jurisprudência, porém nunca alçou *status* legal; **B**: incorreta. Os títulos de crédito representam obrigações quesíveis; **C**: incorreta, porque o cheque não é promessa, mas sim ordem de pagamento emitida contra o banco sacado; **D**: correta, nos exatos termos do art. 4.º da Lei 7.357/1985.

„D.“ Gabarito

## 4. FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL

### 4.1. Falência

(OAB/Exame Unificado – 2008.3) Com relação ao encerramento da falência, assinale a opção correta.

- (A) Da sentença de encerramento da falência caberá apelação.
- (B) A falência somente se encerra após a extinção de todas as obrigações do falido.
- (C) Para o encerramento, o administrador judicial deverá apresentar as contas, acompanhadas dos documentos comprobatórios, nos próprios autos da falência.
- (D) As contas do administrador judicial poderão ser impugnadas no prazo de 5 dias, contados da data de sua apresentação ao juízo da falência.

**A**: correta. O recurso cabível da sentença que encerra a falência é mesmo a apelação (art. 154, § 6.º, da Lei 11.101/2005); **B**: incorreta, diante do que dispõe o art. 156 da Lei 11.101/2005: a falência é encerrada após o relatório final do administrador judicial; **C**: incorreta. As contas do administrador judicial e os respectivos documentos serão juntados a autos apartados que, posteriormente, serão apensados aos autos da falência (art. 154, § 1.º, da Lei 11.101/2005); **D**: incorreta, pois o prazo estabelecido no art. 154, § 2.º, da Lei 11.101/2005, é de 10 (dez) dias.

„A.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2008.1) Consoante a regulamentação processual da falência, prevista na Lei 11.101/2005, compete necessariamente ao juízo falimentar:

- (A) a ação em que o falido figurar como autor e que seja oferecida após a decretação da falência.
- (B) o pedido de restituição de bem alheio sob posse do devedor quando da decretação da falência.
- (C) a reclamação trabalhista oferecida contra o falido após a decretação da falência.

(D) a execução fiscal em curso contra o devedor falido quando da decretação da falência.

Nem toda ação em que o falido figure como autor será necessariamente processada pelo juízo falimentar. Ações trabalhistas e fiscais, por terem varas especializadas para julgamento, seguirão perante os respectivos juízos (art. 76). Já o pedido de restituição é ação específica do regime jurídico falimentar, processada junto ao mesmo juízo que decretou a quebra (art. 85 da Lei 11.101/2005).

„B.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2008.1) Com relação aos efeitos da declaração de falência, assinale a opção correta.

- (A) Havendo falência, seja do locador, seja do locatário, resolve-se o contrato de locação.
- (B) Desde a decretação da falência ou do sequestro, o devedor perde o direito de administrar seus bens ou deles dispor até a sentença que extingue suas obrigações.
- (C) As conta-correntes com o devedor consideram-se encerradas no momento de decretação da falência, verificando-se o respectivo saldo.
- (D) O mandato conferido pelo devedor, antes da falência, para a realização de negócios, subsiste à decretação da falência.

**A**: incorreta. A falência do locador não resolve o contrato de locação (art. 119, VII, da Lei 11.101/2005); **B**: incorreta, pois o art. 116 da Lei 11.101/2005 não estabelece o termo da suspensão do direito de administrar os bens como a sentença que extingue as obrigações do falido; **C**: correta. Trata-se de cópia literal do art. 121 da Lei 11.101/2005; **D**: incorreta. A falência faz cessar os efeitos do mandato conferido pelo devedor (art. 120 da Lei 11.101/2005).

„C.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Segundo a Lei 11.101/2005, a condenação por crime falimentar:

- (A) impede o exercício de qualquer atividade empresarial pelo prazo de 5 anos, a contar do decreto da falência.
- (B) não impossibilita o falido de gerir empresa por mandato.
- (C) não impede exercício do cargo de gerência.
- (D) impede o falido de exercer cargo ou função em conselho de administração.

A condenação por crime falimentar gera uma série de impedimentos ao exercício de atividades empresariais ao falido. Dentre eles, não poderá exercer atividade empresarial pelo prazo de 10 (dez) anos, nem mesmo através de mandato. Não poderá, ainda, ser nomeado gerente de empresa alheia ou membro de conselho de administração (art. 181 da Lei 11.101/2005).

„D.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) A decretação da falência das concessionárias de serviços públicos:

- (A) Implica sua transferência para outra concessionária nomeada pelo Juízo da Falência, no prazo de 180 dias, a contar da data da prolação da sentença que decretou a falência.
- (B) É vedada pela Lei 11.101/2005.
- (C) Implica a administração da concessão pelo administrador judicial enquanto perdurar o processo de falência.

(D) Implica extinção da concessão.

Das alternativas expostas, a única que encontra guarida no ordenamento jurídico é a letra D, conforme disposto no art. 195 da Lei 11.101/2005.

„D.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Não tem legitimidade ativa para requerer a falência do devedor:

- (A) o empresário irregular.
- (B) o credor com garantia real.
- (C) o herdeiro do devedor.
- (D) o próprio devedor.

O empresário que não registra seus atos constitutivos, irregular portanto, não pode pedir a falência de seu devedor, legitimidade conferida a qualquer outro credor, o herdeiro do devedor ou ele próprio (art. 97 da Lei 11.101/2005).

„A.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) Com respeito à ação revocatória prevista na legislação falimentar, assinale a opção incorreta.

- (A) Entre os legitimados ao ajuizamento da ação revocatória, encontra-se o Ministério Público.
- (B) Na sistemática da revocatória, consideram-se inexistentes os atos praticados com a intenção de prejudicar credores, desde que se prove o conluio fraudulento entre o devedor (falido) e o terceiro que com ele contratou.
- (C) A ação revocatória correrá perante o juízo da falência e obedecerá ao rito ordinário previsto no Código de Processo Civil.
- (D) A ação revocatória pode ser promovida contra todos os que figuraram no ato ou que por efeito dele foram garantidos ou beneficiados.

**A:** correta, conforme disposto no art. 132 da LF; **B:** incorreta, devendo ser assinalada. Os atos são revogáveis (anuláveis), não inexistentes. Veja-se o art. 130 da LF; **C:** correta. Trata-se de cópia literal do art. 134 da Lei 11.101/05; **D:** correta. As pessoas listadas são efetivamente legitimadas para figurar no polo passivo da ação revocatória (art. 133, I, da LF).

„B.“ Gabarito

(FGV – 2008) No pedido de falência, com base na impontualidade do empresário, é incorreto afirmar que:

- (A) a decretação da falência do empresário pressupõe a demonstração da insuficiência de patrimônio do devedor para pagamento do passivo.
- (B) a comprovação da impontualidade do devedor deve ser feita por protesto para fim falimentar nos termos da legislação específica.
- (C) a comprovação da regularidade do devedor empresário não é requisito para a decretação da falência.
- (D) a legitimidade ativa do credor empresário para requerimento de falência de seu devedor está condicionada à apresentação de certidão expedida pelo Registro Público de Empresas Mercantis que comprove a regularidade de suas atividades.
- (E) a falência do devedor empresário não será decretada se o requerido provar, no prazo da contestação, a cessação de atividade empresarial há mais de dois anos do pedido de falência, comprovada por documento expedido pelo Registro Público de Empresas Mercantis.

**A:** incorreta, devendo ser assinalada, pois, para a decretação de falência, basta que o devedor deixe, injustificadamente, de pagar valor superior a 40 (quarenta) salários-mínimos, representado por títulos executivos protestados, ou que o devedor não pague nem garanta montante executado judicialmente – art. 94, I e II, da Lei 11.101/2005; **B:** correta, conforme o art. 94, I, e § 3.º, da Lei 11.101/2005; **C e D:** corretas, pois o devedor não precisa ser sociedade (ou empresário) regularmente inscrita no registro público (basta exercer atividade empresarial), mas somente o credor regular pode requerer a falência do devedor – art. 97, § 1.º, da Lei 11.101/2005; **E:** correta, já que a falência por impontualidade (art. 94, I, da Lei 11.101/2005) não será decretada nessa hipótese – art. 96, VIII, da Lei 11.101/2005.

„A.“ Gabarito

(FGV – 2008) Assinale a alternativa correta.

- (A) A decretação da falência interrompe o curso da prescrição relativo às obrigações do falido.
- (B) O requerimento de falência suspende as execuções individuais em face do devedor.
- (C) O juízo competente para decretação da falência é o do local em que se situa a sede do devedor, ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.
- (D) O direito brasileiro não admite a falência de pessoa natural.
- (E) Contra a massa falida não são exigíveis juros vencidos após a decretação da falência, salvo o dos créditos com garantia real, mas por eles responde, exclusivamente, o produto dos bens que constituem a garantia.

**A e B:** incorretas, pois a decretação de falência (não o simples requerimento) suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor – art. 6.º, *caput*, da Lei 11.101/2005; **C:** incorreta, pois o juízo competente é do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil – art. 3.º da Lei 11.101/2005; **D:** incorreta, já que o empresário individual também se sujeita à falência – art. 1.º da Lei 11.101/2005; **E:** correta, conforme o art. 124, *caput* e parágrafo único, da Lei 11.101/2005 – os juros poderão ser exigidos se os bens do falido forem suficientes para pagamento dos créditos subordinados.

„E.“ Gabarito

(FGV – 2008) A decretação da falência de devedor empresário, com fundamento em atos de falência, gera efeitos decorrentes em relação aos bens do falido. Entre eles, é correto afirmar que:

- (A) todos os bens do devedor são atingidos pela falência, salvo direitos e ações existentes na época de sua decretação e os adquiridos no curso do processo.
- (B) o falido perde a disposição, a administração, bem como a propriedade de seus bens.
- (C) o falido não perde a propriedade de seus bens, perde apenas o direito de disposição e administração.
- (D) os bens absolutamente impenhoráveis são passíveis de arrecadação pelo administrador judicial na falência do devedor.
- (E) o proprietário de bem arrecadado no processo de falência ou que se encontre em poder do falido na data da decretação da falência deverá habilitar o seu crédito na falência.

**A:** incorreta, pois todos os bens do devedor são arrecadados, exceto os impenhoráveis – art. 108 da Lei 11.101/2005. Em princípio, o falido não poderá adquirir novos bens, pois perde o direito de administrar seus recursos – art. 103 da Lei 11.101/2005; **B:** incorreta. O falido não

perde a propriedade de seus bens, somente o direito de disposição e administração (art. 130 da Lei 11.101/2005); **C**: correta, conforme comentário à alternativa anterior; **D**: incorreta, pois os bens absolutamente impenhoráveis não serão arrecadados – art. 108, § 4.º, da Lei 11.101/2005; **E**: incorreta, já que o proprietário do bem, nessa hipótese, poderá pedir sua restituição – art. 85 da Lei 11.101/2005.

„C”, Gabarito

(FGV – 2008) Analise as assertivas a seguir:

- I. A Cia. de Engenheiros Associados, sociedade com atos inscritos no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, pode ter a sua falência decretada.
- II. Os sócios de uma sociedade em nome coletivo não incidem pessoalmente em falência.
- III. Não se admite a decretação de falência de instituição financeira.
- IV. O protesto do título é condição especial para decretação da falência com fundamento em execução frustrada.

Assinale:

- (A) se somente as assertivas I, II e III estiverem corretas.
- (B) se somente as assertivas III e IV estiverem corretas.
- (C) se somente as assertivas I e IV estiverem corretas.
- (D) se somente a assertiva IV estiver correta.
- (E) se somente a assertiva I estiver correta.

**I**: correta. O nome empresarial, em que aparece a abreviação de companhia, indica tratar-se de sociedade anônima (art. 1.160 do CC), que será sempre considerada sociedade empresária, independentemente de seu objeto (art. 982, parágrafo único, do CC) e, portanto, sujeita à falência – art. 1.º da Lei 11.101/2005; **II**: incorreta, pois a decisão que decreta a falência da sociedade com sócios ilimitadamente responsáveis (caso da sociedade em nome coletivo – art. 1.039 do CC) também acarreta a falência destes, que ficam sujeitos aos mesmos efeitos jurídicos produzidos em relação à sociedade falida – art. 81 da Lei 11.101/2005; **III**: incorreta, pois, apesar da literalidade do art. 2.º, II, da Lei 11.101/2005, o interventor ou o liquidante pode pedir a falência, desde que autorizado pelo Banco Central, na forma da Lei 6.024/1974; **IV**: incorreta, pois o protesto do título somente é exigido no caso de pedido de falência baseado na impuntualidade injustificada – art. 94, I, e § 3.º, da Lei 11.101/2005.

„E”, Gabarito

(FGV – 2008) Em relação à falência, assinale a alternativa correta.

- (A) O devedor pode apresentar pedido de recuperação judicial no prazo de 15 dias a contar da citação.
- (B) A impuntualidade do devedor empresário, na falência, somente pode ser comprovada com a certidão de protesto.
- (C) Na falência, a insolvência do devedor é real, ou seja, o passivo do devedor empresário tem que superar seu ativo.
- (D) As sociedades em conta de participação incidem em falência, mas podem requerer recuperação judicial.
- (E) Da decisão que decreta a falência cabe apelação.

**A**: incorreta, pois o pedido de recuperação deve ser formulado no prazo da contestação, que é de 10 (dez) dias – arts. 95 e 98 da Lei 11.101/2005; **B**: correta, conforme o art. 94, I e § 3.º, da LF; **C**: incorreta, pois a insolvência não precisa ser real ou econômica. A lei prevê a insolvência jurídica como fundamento para a falência, caracterizada pela (i) impuntualidade injustificada, (ii) execução frustrada ou (iii) prática

de atos de falência – art. 94 da Lei 11.101/2005; **D**: incorreta, pois a sociedade em conta de participação não tem personalidade jurídica (art. 991 do CC), ou seja, não é sociedade empresarial e, portanto, não se sujeita à falência ou à recuperação judicial – art. 1.º da Lei 11.101/2005. O que pode haver é a falência do sócio ostensivo, o que acarretaria a dissolução da sociedade – art. 994, § 2.º, do CC; **E**: incorreta, pois da decisão que decreta a falência cabe agravo, e da sentença que julga a improcedência do pedido, cabe apelação – art. 100 da Lei 11.101/2005.

„B”, Gabarito

## 4.2. Recuperação judicial e extrajudicial

(OAB/Exame Unificado – 2008.2) A Lei 11.101/2005 prevê a possibilidade de o empresário renegociar seus débitos mediante os institutos da recuperação judicial e da recuperação extrajudicial. Acerca das semelhanças e diferenças entre ambos os institutos, assinale a opção correta.

- (A) Diferentemente do previsto para a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial limita-se a procedimento negocial entre o devedor e os respectivos credores, excluindo a participação do Poder Judiciário em qualquer uma de suas fases.
- (B) Ambos os procedimentos envolvem a negociação de todos os créditos oponíveis ao devedor, sendo a recuperação extrajudicial reservada apenas às micro-empresas e empresas de pequeno porte.
- (C) Ambos os procedimentos exigem que o devedor apresente plano de recuperação, o qual somente vinculará os envolvidos se devidamente aprovado em assembleia geral de credores.
- (D) Diferentemente do previsto para a recuperação extrajudicial, o pedido de recuperação judicial poderá acarretar a suspensão de ações e execuções contra o devedor antes que o plano de recuperação do empresário seja apresentado aos credores.

**A**: incorreta, pois o acordo de recuperação extrajudicial será apresentado junto ao Poder Judiciário para homologação, alcançando assim os credores que não tenham com ele concordado (arts. 162 e 163 da Lei 11.101/2005); **B**: incorreta. Em ambos os procedimentos há débitos do devedor que não podem ser incluídos (arts. 49, § 4.º e 161, § 1.º, da Lei 11.101/2005), bem como a recuperação extrajudicial está aberta a qualquer tipo de empresa que cumpra os requisitos legais; **C**: incorreta. O plano de recuperação judicial, ainda que não alcance o *quorum* determinado em lei para aprovação na assembleia geral de credores, pode vir a ser concedido pelo juiz se atendidos os requisitos do art. 58, § 1.º, da Lei 11.101/2005. Já o plano de recuperação extrajudicial não é submetido à apreciação de assembleia geral de credores, cabendo a estes apenas impugnar o pedido de homologação diretamente em juízo (art. 164 da Lei 11.101/2005); **D**: correta. Nos termos do art. 52, III, da Lei 11.101/2005, o deferimento, pelo juiz, do processamento da recuperação judicial tem o condão de suspender as ações e execuções movidas contra o devedor, sendo certo que o plano somente será apresentado aos credores posteriormente.

„D”, Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Os sócios da MN Serviços Ltda., pessoa jurídica que atua no ramo de prestação de serviços de limpeza e conservação, visando superar situação de crise econômico-financeira, deliberaram pela recuperação judicial da referida pessoa jurídica. Considerando a situação apresentada e as normas relativas à recuperação judicial das sociedades empresárias, assinale a opção correta.



- (A) Para que a MN Serviços Ltda. possa requerer a recuperação judicial, é necessário que ela, no momento do pedido, esteja exercendo regularmente suas atividades há mais de cinco anos.
- (B) Apenas os créditos vencidos do devedor, existentes na data do pedido, estarão sujeitos à recuperação judicial.
- (C) A petição inicial da MN Serviços Ltda. deve ser instruída com as demonstrações contábeis relativas aos cinco últimos exercícios sociais.
- (D) No ato em que for deferido o processamento da recuperação judicial da MN Serviços Ltda., deve ser nomeado administrador judicial, que pode ser pessoa física ou jurídica.

**A:** incorreta. Bastam dois anos de atividade regular para pleitear a recuperação judicial (art. 48 da Lei 11.101/2005); **B:** incorreta, vez que a recuperação alcança todos os débitos do devedor existentes na data do pedido, vencidos ou não (art. 49 da Lei 11.101/2005); **C:** incorreta, nos termos do art. 51, II, da Lei 11.101/2005, que se contenta com as demonstrações contábeis relativas aos últimos 3 (três) anos; **D:** correta, conforme disposto no art. 52, I, da Lei 11.101/2005, deferido o processamento da recuperação judicial, deve o juiz nomear o administrador judicial, profissional idôneo (de preferência advogado, economista, administrador de empresas ou contador) ou pessoa jurídica especializada.

Gabarito "D"

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) A respeito da convalidação da recuperação judicial em falência, assinale a opção correta.

- (A) Caso o devedor não apresente o plano de recuperação no prazo legal, será intimado a fazê-lo e, somente após, caso não seja apresentado o plano, haverá a convalidação em falência.
- (B) Se a recuperação tiver sido deferida no curso da falência, é inadmissível a convalidação.
- (C) A convalidação em falência poderá ocorrer por descumprimento de qualquer obrigação assumida no plano de recuperação.
- (D) Na convalidação, os atos de administração, endividamento, oneração ou alienação praticados durante a recuperação judicial presumem-se inválidos.

Em termos sucintos, a convalidação pode ser definida como a conversão automática da recuperação judicial em falência por sentença do juiz nos casos previstos no art. 73 da Lei 11.101/2005, todos eles caracterizados pelo descumprimento de alguma obrigação do devedor durante o processamento ou a execução da recuperação judicial. Assim, cabe ao devedor apresentar o plano de recuperação no prazo legal, sem nova intimação a fazê-lo, e nada obsta a convalidação de recuperação judicial deferida no curso de procedimento falimentar, verificada qualquer das hipóteses do art. 73. A Lei 11.101/2005 determina, ainda, que todos os atos de administração, endividamento, oneração ou alienação, desde que praticados conforme a lei, presumem-se válidos (art. 74). Logo, dentre as alternativas apresentadas, a única que contempla hipótese de convalidação é a letra C, o descumprimento de qualquer obrigação prevista no plano de recuperação, conforme descrito no art. 73, IV, da Lei 11.101/2005.

Gabarito "C"

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) O plano de recuperação judicial para microempresas e para empresas de pequeno porte:

- (A) Prevê parcelamento das dívidas em até 72 parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas monetariamente e acrescidas de juros de 6% a.a.

- (B) Abrange toda e qualquer sorte de crédito.
- (C) Estabelece a necessidade de autorização do juiz, após ouvidos o administrador judicial e o comitê de credores, para o devedor aumentar despesas ou contratar empregados.
- (D) Prevê o pagamento da primeira parcela das dívidas no prazo máximo de 30 dias, contados da distribuição do pedido de recuperação judicial.

As ME's e EPP's possuem um plano especial de recuperação, o qual não precisa ser aprovado pela assembleia geral de credores, sendo automaticamente deferido pelo juiz após análise dos requisitos legais. São suas características: pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais iguais e sucessivas, acrescidas de juros equivalentes à taxa Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, podendo conter ainda a proposta de abatimento do valor das dívidas; (Redação dada pela Lei Complementar n. 147, de 2014); abrangerá todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, excetuados os decorrentes de repasse de recursos oficiais, os fiscais e os previstos nos §§ 3º e 4º do art. 49, (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014); necessidade de autorização do juiz, ouvido o administrador judicial e o Comitê, para aumentar despesas ou contratar empregados; e deve prever o pagamento da primeira parcela no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da distribuição do pedido (art. 71 da Lei 11.101/2005).

Gabarito "C"

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Nos termos da nova Lei de Falências, entre as entidades a que se aplicam a recuperação judicial e a extrajudicial, incluem-se:

- (A) As empresas públicas.
- (B) As sociedades de economia mista.
- (C) As empresas que explorem serviços aéreos.
- (D) As instituições financeiras.

Empresas públicas, sociedades de economia mista e instituições financeiras estão expressamente excluídas do regime jurídico falimentar da Lei 11.101/2005, conforme dispõe seu art. 2º.

Gabarito "D"

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) Quanto à falência, no regime da Lei 11.101/2005, assinale a opção correta.

- (A) As empresas públicas estão sujeitas aos termos da referida lei.
- (B) É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local da sede do empresário ou da sociedade empresária, ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.
- (C) São exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência, as obrigações a título gratuito.
- (D) Não são exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência, as despesas que os credores fizeram para nelas tomar parte, salvo as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor.

**A:** incorreta. As empresas públicas estão expressamente excluídas do regime jurídico falimentar da Lei 11.101/2005 (art. 2º); **B:** incorreta, pois a competência para julgamento de causas falimentares de empresas sediadas no Brasil é fixada pelo local do principal estabelecimento, entendido como aquele com maior volume de negócios, que não coincidirá, necessariamente, com a sede da pessoa jurídica (art. 3º da Lei 11.101/2005); **C:** incorreta. Tais obrigações não são alcançadas nem na falência nem na recuperação judicial, conforme art. 5º, I, da

Lei 11.101/2005; **D**: correta, pois se tratam de créditos que não podem ser cobrados da massa falida juntamente com os demais previstos no art. 5.º da Lei 11.101/2005.

„D.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Assinale a opção correta acerca da disciplina da recuperação judicial, extrajudicial e da falência do empresário e da sociedade empresária.

- (A) Para que seja deferido pedido de recuperação judicial formulado por sociedade cooperativa, será necessária a juntada dos documentos obrigatórios discriminados em legislação específica, além da demonstração do exercício da atividade econômica há mais de dois anos.
- (B) O plano de recuperação judicial da microempresa e da empresa de pequeno porte abrange apenas créditos derivados da legislação do trabalho, créditos com garantia real e créditos tributários.
- (C) O administrador judicial, auxiliar do juízo que participa da administração da empresa em recuperação judicial, deve ser necessariamente advogado, economista, administrador de empresas ou contador.
- (D) A decisão que concede a recuperação judicial desafia o recurso de agravo de instrumento, que pode ser interposto por qualquer credor ou pelo Ministério Público.

**A**: incorreta, pois as cooperativas não se sujeitam ao regime jurídico falimentar (art. 4.º da Lei 5.764/1971); **B**: incorreta. O plano de recuperação da microempresa ou empresa de pequeno porte abrange todos os seus créditos, ainda que não vencidos, excetuados somente os decorrentes de repasse de recursos oficiais, os fiscais e aqueles previstos nos §§3º e 4º do art. 49 da LF (art. 71, I, da Lei 11.101/2005); **C**: incorreta, vez que o administrador judicial, nos termos do art. 21 da Lei 11.101/2005, poderá ser pessoa jurídica. Se for pessoa física, terão preferência os profissionais elencados, mas não se trata de requisito obrigatório para nomeação; **D**: correta, conforme disposto, literalmente, no art. 59, § 2.º, da Lei 11.101/2005. A decisão que concede a recuperação judicial tem natureza interlocutória, ensejando o recurso de agravo.

„D.“ Gabarito

(FGV – 2008) Em relação ao instituto da recuperação extrajudicial, assinale a alternativa correta.

- (A) A negociação entre devedor e seus credores deve ser homologada em juízo, por meio de um plano de recuperação extrajudicial. Qualquer outra modalidade de acordo privado enseja a caracterização de ato de falência pelo devedor.
- (B) O devedor não poderá requerer a homologação de plano extrajudicial se tiver obtido homologação de outro plano de recuperação extrajudicial há menos de dois anos.
- (C) O pedido de recuperação extrajudicial acarreta a suspensão das ações e execuções em face do devedor.
- (D) Os credores podem desistir da adesão ao plano até o despacho de processamento.
- (E) O plano de recuperação extrajudicial poderá prever prazo superior a um ano para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho.

**A**: incorreta, pois o plano de recuperação extrajudicial e a sua homologação judicial não impossibilitam outras modalidades de acordo entre o devedor e seus credores – art. 167 da Lei 11.101/2005; **B**: correta,

conforme o art. 161, § 3.º, *in fine*, da Lei 11.101/2005; **C**: incorreta, pois a recuperação extrajudicial não tem esse efeito suspensivo – art. 161, § 4.º, da Lei 11.101/2005; **D**: incorreta, já que os credores não poderão desistir do plano após a distribuição do pedido de homologação, exceto se houver concordância expressa dos demais signatários – art. 161, § 5.º, da Lei 11.101/2005; **E**: incorreta, pois os créditos derivados da legislação do trabalho não são abrangidos pela recuperação extrajudicial – art. 161, § 1.º, da Lei 11.101/2005.

„B.“ Gabarito

(FGV – 2008) A respeito do instituto da recuperação judicial, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A suspensão da prescrição das obrigações do devedor ocorre com o despacho de processamento da recuperação judicial, e não com a sua concessão.
- (B) Após a distribuição do pedido de recuperação judicial, o devedor pode alienar ou onerar bens não relacionados no plano de recuperação judicial.
- (C) O descumprimento de qualquer obrigação prevista no plano de recuperação que vencer após o prazo de dois anos após a concessão não acarretará a convalidação da recuperação em falência do devedor.
- (D) Os créditos oriundos de contratos de arrendamento mercantil e alienação fiduciária em garantia não se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial, prevalecendo os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observadas as legislações específicas.
- (E) As execuções fiscais não se suspendem com o deferimento da recuperação judicial, ressalvada a concessão de parcelamento nos termos do Código Tributário Nacional e legislação ordinária específica.

**A**: correta, conforme o arts. 6.º, *caput*, e 52, III, ambos da Lei 11.101/2005; **B**: incorreta, devendo ser assinalada, já que, após a distribuição do pedido de recuperação judicial, os bens e direitos do ativo permanente somente poderão ser alienados se houver evidente utilidade reconhecida pelo juiz, depois de ouvido o Comitê, ou se estiverem previamente relacionados no plano de recuperação judicial – art. 66 da Lei 11.101/2005; **C**: correta, conforme o art. 61, § 1.º, da Lei 11.101/2005; **D**: correta, nos termos do art. 49, § 3.º, da Lei 11.101/2005; **E**: correta – arts. 6.º, § 7.º, e 68, ambos da Lei 11.101/2005.

„B.“ Gabarito

(FGV – 2008) Em relação ao instituto da recuperação judicial, analise as assertivas a seguir:

- I. A distribuição do pedido de recuperação suspende as ações e execuções individuais em curso em face do devedor.
- II. As sociedades operadoras de plano de saúde não podem se beneficiar da recuperação judicial.
- III. As microempresas e empresas de pequeno porte têm que se sujeitar a plano especial de recuperação.
- IV. O deferimento do processamento da recuperação judicial implica a suspensão do prazo prescricional das obrigações.

Assinale:

- (A) se somente as assertivas I e III estiverem corretas.
- (B) se somente as assertivas II e III estiverem corretas.
- (C) se somente as assertivas I e IV estiverem corretas.
- (D) se somente as assertivas III e IV estiverem corretas.
- (E) se somente as assertivas II e IV estiverem corretas.

**I:** incorreta, pois somente o deferimento do processamento da recuperação judicial (não sua distribuição) suspende o curso dessas ações e execuções em face do devedor – art. 6.º da Lei 11.101/2005; **II:** correta, nos termos do art. 2.º, II, da Lei 11.101/2005; **III:** incorreta, pois a microempresa ou a empresa de pequeno porte pode optar pelo plano especial de recuperação (é facultativo, não obrigatório) – arts. 70, § 1.º, e 72 da Lei 11.101/2005; **IV:** correta, conforme o art. 6.º da Lei 11.101/2005.

„E.“ Gabarito

### 4.3. Intervenção e liquidação extrajudicial

(FGV – 2005) Assinale a alternativa correta a respeito das instituições financeiras.

- (A) A responsabilidade dos ex-administradores das instituições financeiras submetidas à liquidação será apurada, exclusivamente, no âmbito administrativo, vedando-se a utilização de ação judicial com essa finalidade.
- (B) Decretada a intervenção em instituição financeira, caberá ao Banco Central do Brasil proceder a inquérito para apurar as causas que levaram a sociedade à situação ensejadora da intervenção, ficando vedado ao Banco Central do Brasil apurar a responsabilidade dos administradores da instituição financeira.
- (C) A decretação da liquidação extrajudicial produzirá, de imediato, a interrupção da prescrição relativa às obrigações de responsabilidade da instituição financeira.
- (D) No regime de liquidação extrajudicial, a responsabilidade solidária dos administradores de instituições financeiras pelas obrigações por elas assumidas durante sua gestão será ampla, não se circunscrevendo apenas ao montante dos prejuízos causados.
- (E) Ainda quando decretada a falência da entidade, não ficará cessada a liquidação extrajudicial.

**A:** incorreta, pois a responsabilidade dos ex-administradores será apurada em ação própria – art. 46 da Lei 6.024/1974; **B:** incorreta, pois o Banco Central também apurará a responsabilidade dos administradores da instituição financeira e dos membros do Conselho Fiscal – art. 41 da Lei 6.024/1974; **C:** correta, conforme o art. 18, e, da Lei 6.024/1974; **D:** incorreta, pois a responsabilidade solidária dos administradores restringe-se ao montante dos prejuízos causados – art. 40, parágrafo único, da Lei 6.024/1974; **E:** incorreta, pois a decretação da falência faz cessar a liquidação extrajudicial – art. 19, d, da Lei 6.024/1974.

„C.“ Gabarito

## 5. CONTRATOS EMPRESARIAIS

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Acerca do contrato de representação comercial, regulado pela Lei 4.886/1965, é correto afirmar que:

- (A) é permitida a inclusão de cláusula *del credere*.
- (B) A força maior constitui motivo para rescisão do contrato por qualquer das partes.
- (C) A exclusividade é presumida quando não afastada, expressamente, no contrato.
- (D) Prescreve em 3 anos a ação do representante comercial para pleitear a retribuição que lhe é devida.

**A:** incorreta, pois a cláusula *del credere* transfere os riscos do negócio ao representante, ou seja, este deixa de receber sua remuneração caso

o terceiro contratante não cumpra o acordo, respondendo ambos, solidariamente, pelos prejuízos causados ao representado. Sua inclusão é vedada nos contratos de representação comercial (art. 43 da Lei 4.886/1965); **B:** correta, conforme previsto no art. 35, e, da Lei 4.886/1965; **C:** incorreta, pois a regra estabelecida pelo art. 31, parágrafo único, da Lei 4.886/1965 é exatamente inversa: não se presume a exclusividade do representante comercial, que deve estar expressa para ser exigida; **D:** incorreta. O prazo prescricional é de 5 (cinco) anos (art. 44, parágrafo único, da Lei 4.886/1965).

„B.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) O contrato pelo qual uma pessoa assume, em caráter não eventual e sem vínculos de dependência, a obrigação de promover, à conta de outras, mediante retribuição, a realização de certos negócios, em zona determinada, é denominado contrato de:

- (A) Comissão.
- (B) Corretagem.
- (C) Agência.
- (D) Mandato.

O enunciado traz o conceito do contrato de agência (art. 710 do CC), também conhecido como representação comercial, regulamentado pela Lei 4.886/1965.

„C.“ Gabarito

(FGV – 2008) Banco Figue Feliz S/A firmou com Transportes Seguros Ltda. contrato de abertura de crédito em conta corrente, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), devidamente subscrito por duas testemunhas, com garantia de nota promissória devidamente avalizada. Com base nessas informações, assinale a afirmativa correta.

- (A) O contrato de cheque especial tem higidez para instruir ação de execução ajuizada pelo banco, para a cobrança de sua pretensão.
- (B) A nota promissória vinculada ao contrato de cheque especial não autoriza a execução em face do emitente e seu avalista, em decorrência da iliquidez do contrato que a originou.
- (C) Descabe a habilitação do crédito do banco em eventual decretação de falência do devedor de contrato de cheque especial, pela falta de executoriedade do título, requisito essencial à habilitação.
- (D) O instrumento de confissão de dívida originado de contrato de abertura de crédito em conta corrente não constitui título executivo extrajudicial.
- (E) O instrumento de confissão de dívida originado de contrato de abertura de crédito em conta corrente somente é considerado título executivo extrajudicial se acompanhado de nota promissória vinculada ao contrato.

**A:** incorreta, pois o contrato de abertura de crédito, ainda que acompanhado do extrato da conta corrente, não é título executivo – Súmula 233/STJ; **B:** correta, pois esse é o conteúdo da Súmula 258/STJ; **C:** incorreta, já que a habilitação do crédito em falência não depende da executoriedade do título – art. 7.º da Lei 11.101/2005; **D** e **E:** incorretas, pois o instrumento de confissão de dívida, mesmo que originário de contrato de abertura de crédito, constitui título executivo – Súmula 300/STJ.

„B.“ Gabarito

(FGV – 2008) Em relação ao contrato de alienação fiduciária em garantia, assinale a alternativa correta.

- (A) A busca e a apreensão de bem alienado fiduciariamente não constituem processo autônomo e dependem de procedimento posterior.
- (B) Se o bem alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, o credor poderá requerer a conversão do pedido de busca e apreensão, em ação de depósito, em autos separados.
- (C) No contrato de alienação fiduciária em garantia, a mora do devedor fiduciante decorre do simples inadimplemento da obrigação (*mora ex re*), e deve ser comprovada pelo autor da ação de busca e apreensão, por carta registrada expedida por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos ou pelo protesto do título, a critério do credor.
- (D) No caso de inadimplemento da obrigação garantida em alienação fiduciária, o proprietário fiduciário somente poderá vender a coisa a terceiros e aplicar preço da venda no pagamento do seu crédito e das despesas decorrentes da cobrança, entregando ao devedor o saldo porventura apurado, se houver, desde que autorizado judicialmente.
- (E) O Código Civil regula a propriedade fiduciária de coisa móvel fungível.

**A:** incorreta, pois a busca e apreensão é processo autônomo e independente de qualquer procedimento posterior – art. 3.º, § 8.º, do Decreto-lei 911/1969; **B:** incorreta, já que a conversão dá-se nos mesmos autos – art. 4.º do Decreto-lei 911/1969; **C:** correta, nos termos do art. 2.º, § 2.º, do Decreto-lei 911/1969; **D:** incorreta, pois não se exige autorização judicial para a alienação, na hipótese – art. 2.º, *caput*, do Decreto-lei 911/1969; **E:** incorreta, já que o Código Civil regula a propriedade fiduciária de coisa móvel infungível (não fungível) – art. 1.361 do CC.

Gabário "C"

(FGV – 2008) A respeito do contrato de alienação fiduciária em garantia, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) No caso de inadimplemento de obrigação garantida por alienação fiduciária em garantia, o credor fiduciário somente poderá vender a coisa a terceiros, se autorizado judicialmente, hipótese em que deve aplicar o preço da venda no pagamento de seu crédito e das despesas decorrentes da cobrança, e entregar o saldo remanescente, se houver, ao devedor fiduciante.
- (B) O credor fiduciário detém a posse indireta do bem objeto do contrato.
- (C) O credor fiduciário pode requerer a conversão do pedido de busca e apreensão em ação de depósito, se o bem alienado fiduciariamente não for encontrado, ou não se achar na posse do devedor.
- (D) A constituição do direito real decorrente do contrato de alienação fiduciária em garantia depende do registro da avença no órgão competente.
- (E) O direito real que decorre do contrato de alienação fiduciária em garantia é a propriedade fiduciária.

**A:** incorreta, devendo ser assinalada, pois o proprietário fiduciário ou o credor poderá vender a coisa a terceiros, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato – art. 2.º, *caput*, do Decreto-lei 911/1969; **B:** correta, nos termos

do art. 1.361, § 2º, do CC; **C:** correta, conforme o art. 4.º do Decreto-lei 911/1969; **D:** correta, conforme o art. 1.361, § 1.º, do CC; **E:** correta, conforme o art. 1.361 do CC.

Gabário "A"

(FGV – 2008) Analise as assertivas a seguir:

- I. O faturizado responde junto ao faturizador pelos prejuízos causados em caso de inadimplemento da obrigação contraída pelo devedor.
- II. De acordo com o Código Civil, o contrato de alienação fiduciária em garantia somente pode ter por objeto coisa infungível.
- III. Considera-se *leasing* financeiro o contrato pelo qual o arrendante adquire de terceiros certos bens de produção com o objetivo de entregá-lo ao arrendatário, que, no prazo contratual fixado, se obriga ao pagamento de prestações periódicas, com o direito de optar pela compra do bem, renovação do contrato ou devolução do bem.
- IV. Em contrato de arrendamento mercantil, é nula a cláusula que dispõe sobre a possibilidade de indexação em moeda estrangeira.

Assinale:

- (A) se apenas as assertivas I e III estiverem corretas.
- (B) se apenas as assertivas II e IV estiverem corretas.
- (C) se apenas as assertivas I e IV estiverem corretas.
- (D) se apenas as assertivas II e III estiverem corretas.
- (E) se apenas as assertivas III e IV estiverem corretas.

**I:** incorreta, pois, no contrato de fomento mercantil (*factoring*), o faturizador administra o crédito concedido e assume o risco de inadimplemento. Ou seja, o faturizado (normalmente comerciante que vende a prazo) não responde por prejuízos causados pelo inadimplemento. O faturizador garante o pagamento das faturas na data de seus vencimentos (na modalidade *maturity factoring*) ou adianta esses valores (na modalidade *conventional factoring*, em que há financiamento); **II:** correta, conforme o art. 1.361 do CC; **III:** correta, pois a assertiva descreve adequadamente o *leasing* financeiro ou *leasing* puro; **IV:** incorreta, pois o Banco Central determina que os contratos de arrendamento mercantil de bens cuja aquisição tenha sido efetuada com recursos provenientes de empréstimos contraídos, direta ou indiretamente, no exterior devem ser firmados com cláusula de variação cambial – art. 9.º da Resolução BACEN 2.309/1996.

Gabário "D"

(FGV – 2007) A respeito da alienação fiduciária em garantia, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) É nula a cláusula contratual que autoriza o credor fiduciário a ficar com a coisa alienada em garantia, se a dívida não for paga no vencimento.
- (B) A mora do devedor fiduciante é considerada *ex re*, ou seja, caracteriza-se pelo simples inadimplemento da obrigação pactuada no prazo avençado.
- (C) Na sentença que decretar a improcedência do pedido da ação de busca e apreensão, o juiz condenará o credor fiduciário ao pagamento de multa em favor do devedor fiduciante, no valor equivalente ao originariamente financiado.
- (D) O credor fiduciário poderá alienar a coisa a terceiros, independentemente de leilão, hasta pública ou avaliação do bem, na hipótese de inadimplemento da obrigação assumida pelo devedor fiduciante.

- (E) De acordo com entendimento consolidado pelo STJ, a notificação destinada a comprovar a mora nas dívidas garantidas por alienação fiduciária dispensa a indicação do valor do débito.

**A:** correta, conforme o art. 1.365 do CC; **B:** correta, nos termos do art. 2.º, § 2.º, do Decreto-lei 911/1969; **C:** incorreta, devendo ser assinalada, pois a multa devida no caso de o bem ter sido alienado corresponde a 50% do valor originalmente financiado – art. 3.º, § 6.º, do Decreto-lei 911/1969; **D:** correta, conforme o art. 2.º, *caput*, do Decreto-lei 911/1969; **E:** correta, nos termos da Súmula 245/STJ.

Gabarito "C".

## 6. PROPRIEDADE INDUSTRIAL

(OAB/Exame Unificado – 2008.3) É patenteável como invenção ou modelo de utilidade:

- (A) aquilo que for contrário à moral e aos bons costumes, desde que preencha os requisitos da patenteabilidade – novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.  
(B) aquilo que for contrário à segurança, à ordem e à saúde pública, desde que preencha os requisitos da patenteabilidade – novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.  
(C) microrganismo transgênico que atenda aos requisitos da patenteabilidade – novidade, atividade inventiva e aplicação industrial – e que não seja mera descoberta.  
(D) sinal distintivo visualmente perceptível e não compreendido nas proibições legais.

As alternativas A e B trazem itens que são expressamente excluídos da proteção da patente pelo art. 18, I, da Lei 9.279/1996. Já a opção D descreve o conceito de marca, que é protegida através do registro e não da patente. Correta a alternativa C, pois a patenteabilidade dos organismos geneticamente modificados que atendam aos demais requisitos legais foi acolhida no art. 18, III, da Lei 9.279/1996.

Gabarito "C".

(OAB/Exame Unificado – 2008.2) De acordo com as leis brasileiras, considera-se criação passível de ser objeto de direito de patente:

- (A) a pintura em que se retrata a imagem de um grupo de pessoas.  
(B) o livro científico em que se descrevem aplicações de medicamentos.  
(C) o método cirúrgico de transplante de coração em animais.  
(D) um processo de fabricação de tinta.

Obras artísticas ou científicas não podem ser objeto de patente, bem como qualquer método cirúrgico (art. 10 da Lei 9.279/1996). É patenteável o processo de fabricação de tinta, sempre lembrando que, para receber a proteção legal, deve atender aos requisitos da novidade, atividade inventiva e industriabilidade.

Gabarito "D".

(OAB/Exame Unificado – 2008.1) Segundo o art. 122 da Lei 9.279/1996, são suscetíveis de registro como marca os sinais distintivos visualmente perceptíveis, não compreendidos nas proibições legais. Com base no regime jurídico das marcas, previsto nessa lei, assinale a opção correta.

- (A) À marca de alto renome será concedida proteção em seu ramo de atividade, independentemente de estar registrada no Brasil.

- (B) À marca coletiva, se devidamente registrada no Brasil, será concedida proteção para ser utilizada por todos os que atuem no correspondente ramo de atividade.  
(C) À marca de produto ou serviço será concedida proteção para distinguir produto ou serviço de outro, idêntico, semelhante ou afim, de origem diversa.  
(D) À marca notoriamente conhecida, desde que registrada no Brasil, será concedida proteção em todos os ramos de atividade.

**A:** incorreta. A marca de alto renome realmente goza de proteção especial, que abrange todos os ramos de atividade, porém, para tanto, deverá estar registrada no Brasil (art. 125 da Lei 9.279/1996); **B:** incorreta, pois marca coletiva é aquela usada para identificar produtos ou serviços providos de membros de uma determinada entidade (art. 123, III, da Lei 9.279/1996). Seu registro garante proteção nos termos definidos no regulamento de utilização da marca, que deve instruir o pedido, não se garantindo o direito ao uso por todos que atuem no ramo de atividade (art. 147 da Lei 9.279/1996); **C:** correta. Trata-se da função do registro da marca, nos termos do art. 123, I, da Lei 9.279/1996; **D:** incorreta. A marca notoriamente conhecida, diferentemente da marca de alto renome, terá proteção especial mesmo sem estar registrada no Brasil, vez que a proteção decorre da Convenção da União de Paris para Proteção da Propriedade Industrial (art. 126 da Lei 9.279/1996).

Gabarito "C".

(OAB/Exame Unificado – 2008.1) São registráveis como marca:

- (A) Letra, algarismo e data, ainda que isoladamente, quando revestidos de suficiente forma distintiva.  
(B) Termos técnicos que, usados na indústria, na ciência e na arte, tenham relação com o produto ou serviço a distinguir.  
(C) Bandeira pública ou oficial, nacional, estrangeira ou internacional, bem como a respectiva designação, figura ou imitação.  
(D) Sinais ou expressões empregados apenas como meio de propaganda.

Todas as alternativas estão inseridas no rol do art. 124 da Lei 9.279/1996 como símbolos ou termos não registráveis como marca, com exceção da alternativa A. Isso porque a lei proíbe o registro de simples letra, algarismo ou data que não contenha qualquer elemento identificador. Se estivermos falando de letra, algarismo ou data expressado de forma tal que permita sua individualização, fruto da criatividade humana, será registrável nos termos do art. 124, II, da Lei 9.279/1996.

Gabarito "A".

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) A Lei 9.279/1996, que trata da propriedade industrial, confere ao titular da patente o direito de obter indenização pela exploração indevida de seu objeto,

- (A) inclusive em relação à exploração ocorrida entre a data da publicação do pedido e a data da concessão da patente.  
(B) somente após a data da concessão da patente.  
(C) a partir da data em que restar comprovada sua invenção pelo titular.  
(D) inclusive contra aquele que, de boa-fé, antes da data do depósito ou de prioridade da patente, já explorava seu objeto no país.

A proteção da patente é conferida a partir de sua efetiva concessão pelo INPI, com efeitos retroativos à data do pedido (art. 44 da Lei

9.279/1996), respeitado aquele que, de boa-fé, antes da data do depósito ou de prioridade, já explorava seu objeto (art. 45 da Lei 9.279/1996).

Gabário "A."

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) Cristiano, designer de uma fábrica de móveis, criou uma mesa inovadora, de forma oval e que se sustenta em apenas três pés. Desejando registrar o objeto como desenho industrial, Cristiano dirigiu-se ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), onde fez o depósito do respectivo pedido. Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção incorreta.

- (A) Caso o desenho industrial referente à mesa de Cristiano seja contrário à moral ou aos bons costumes ou ofenda a honra ou a imagem de pessoas, esse desenho não é registrável.
- (B) A propriedade do desenho industrial referente à mesa de Cristiano adquire-se pelo registro validamente concedido.
- (C) Caso seja solicitado por Cristiano o registro na ocasião do referido depósito, o seu pedido poderá ser mantido em sigilo por determinado prazo legal, após o qual será processado.
- (D) Caso o pedido de Cristiano seja aprovado, o registro vigorará pelo prazo improrrogável de 5 (cinco) anos.

**A:** correta, por ingressar o objeto na proibição do art. 100, I, da Lei 9.279/1996; **B:** correta, nos termos do art. 109 da Lei 9.279/1996; **C:** correta. A regra é a publicação do pedido de registro tão logo seja realizado o depósito. Faculta-se, não obstante, ao depositante requerer que o pedido seja mantido em sigilo por até 180 (cento e oitenta) dias, após o que será processado (art. 106, § 1.º, da Lei 9.279/1996); **D:** incorreta, devendo ser assinalada. O registro de desenho industrial é concedido pelo prazo de 10 (dez) anos, prorrogável por três períodos sucessivos de 05 (cinco) anos cada (art. 108 da Lei 9.279/1996).

Gabário "D."

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Acerca da propriedade industrial, assinale a opção incorreta.

- (A) São bens integrantes da propriedade industrial a invenção, o modelo de utilidade, o desenho industrial e a marca.
- (B) Novas técnicas cirúrgicas não são consideradas invenções e, por isso, não poderão ser patenteadas.
- (C) Os pedidos de patente e de registro de desenho industrial devem atender às condições estabelecidas pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), sendo mantidos em sigilo durante 18 meses, contados da data de depósito.
- (D) Deve ser extinta a patente de pessoa jurídica domiciliada no exterior que se abster de constituir procurador qualificado e domiciliado no Brasil, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citação.

**A:** correta. Todos são itens protegidos pelas normas de propriedade industrial, listados no art. 2.º, I, II e III, da Lei 9.279/1996; **B:** correta, diante da vedação expressa do art. 10, VIII, da Lei 9.279/1996; **C:** incorreta, devendo ser assinalada. Como regra, o pedido é publicado após o depósito e somente será mantido em sigilo pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias se assim requerer o depositante (art. 106, § 1.º, da Lei 9.279/1996); **D:** correta, conforme disposto literalmente no

art. 217 da Lei 9.279/1996, operando-se, com a extinção da patente, a liberdade de exploração de seu objeto.

Gabário "C."

(FGV – 2008) Assinale a afirmativa correta.

- (A) O prazo de vigência da patente de invenção não pode ser inferior a quinze anos, a contar da data de concessão, ressalvada a hipótese de o INPI estar impedido de proceder ao exame do mérito do pedido por pendência judicial comprovada ou por motivo de força maior.
- (B) A patente de invenção vigora pelo prazo de vinte anos, contados da data do depósito.
- (C) A proteção dos direitos relativos à propriedade industrial é assegurada em todo o território brasileiro mediante o ato de protocolo do pedido das patentes e marcas do Instituto Nacional de Propriedade Industrial.
- (D) É patenteável a invenção que atenda aos requisitos da novidade e atividade inventiva, sendo dispensável sua aplicação industrial.
- (E) Os programas de computador são considerados invenções ou modelos de utilidade, podendo seu autor obter a patente no Instituto Nacional de Propriedade Industrial.

**A:** incorreta, pois o prazo mínimo de vigência contado a partir da concessão da patente de invenção é de 10 (dez) anos (não 15 (quinze) anos, como consta da assertiva) – art. 40, parágrafo único, da Lei 9.279/1996; **B:** correta, pois o prazo de vigência da patente de invenção contado a partir da data do depósito é de 20 (vinte) anos – art. 40, *caput*, da Lei 9.279/1996; **C:** incorreta, pois a proteção dos direitos relativos à propriedade industrial se dá, especialmente, mediante a concessão de patentes de invenção e de modelo de utilidade e concessão de registros de desenho industrial e de marca (não, simplesmente, mediante o ato de protocolo do pedido, como consta da assertiva) – art. 2.º da Lei 9.279/1996; **D:** incorreta, pois, para ser patenteável, a invenção deve atender, além dos requisitos de novidade e de atividade inventiva, o de aplicação industrial – art. 8.º da Lei 9.279/1996; **E:** incorreta, pois o programa de computador em si não é considerado invenção nem modelo de utilidade – art. 10, V, da Lei 9.279/1996.

Gabário "B."

## 7. DEFESA DA ORDEM ECONÔMICA

(FGV – 2011) Em relação à execução judicial das decisões do Cade, é correto afirmar que:

- (A) não constitui título executivo extrajudicial a decisão do Plenário do Cade que comina multa.
- (B) a execução que tenha por objeto exclusivamente a cobrança de multas pecuniárias será feita de acordo com o disposto nos artigos 632 a 645 da Lei 5.869/73, sendo vedada a execução nos moldes da Lei 6.830/80.
- (C) a execução das decisões do Cade somente será promovida na Justiça Federal da sede ou domicílio do exequente, à escolha do Cade.
- (D) no cálculo do valor da multa diária pela continuidade da infração, tomar-se-á como termo inicial a data final fixada pelo Cade para a adoção voluntária das providências contidas em sua decisão, e como termo final o dia do seu efetivo cumprimento.

- (E) o processo de execução das decisões do Cade não terá preferência sobre as demais espécies de ação, exceto *habeas corpus* e mandado de segurança.

**A:** incorreta, pois a decisão do plenário do CADE é título executivo extrajudicial por expressa determinação legal (art. 93 da Lei 12.529/2011); **B:** incorreta, pois o art. 94 da Lei 12.529/2011 determina exatamente o inverso, ou seja, que as decisões que aplicam exclusivamente multas pecuniárias sejam executadas nos moldes da Lei de Execução Fiscal (Lei 6.830/1980); **C:** incorreta, pois a competência para execução será da Justiça Federal do Distrito Federal ou da sede ou domicílio do executado (art. 97 da Lei 12.529/2011); **D:** correta, nos exatos termos do art. 100 da Lei 12.529/2011; **E:** incorreta, pois lê-se no art. 101 da Lei 12.529/2011 exatamente o inverso, ou seja, a execução das decisões do CADE tem preferência sobre todos os demais processos, exceto *habeas corpus* e mandado de segurança.

„D.“ Gabarito

(FGV – 2010) A Lei Antitruste brasileira foi criada para atender o mandamento constitucional da regulamentação da atividade econômica e financeira, no que se refere à repressão do abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros. Nesse sentido, é correto afirmar que:

- (A) a decisão do Plenário do Cade que comine multa ou imponha obrigação de fazer ou não fazer consubstancia-se em título executivo judicial. Durante o processo de execução, se necessário, será determinada a intervenção da empresa.
- (B) atos que possam limitar ou prejudicar a concorrência, ou resultar na dominação de mercados relevantes de bens ou serviços, não podem ser autorizados pelo Cade, mesmo que tenham por objetivo melhorar a qualidade de bens e serviços.
- (C) a atuação do Cade é orientada pelos ditames constitucionais da liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico.

- (D) as disposições da Lei Antitruste somente são aplicadas às pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, uma vez que as pessoas jurídicas de direito público são regulamentadas por leis específicas em relação à concorrência desleal.

- (E) os responsáveis pela prática de atos que infrinjam a ordem econômica são sujeitos a diversas penalidades, sendo que, no caso de reincidência, as multas cominadas serão aplicadas no seu décuplo.

**A:** incorreta quanto à natureza do título, que é extrajudicial (não judicial, como consta da assertiva) – art. 93 da Lei 12.529/2011; **B:** incorreta, pois o Cade pode autorizar esses atos desde que atendidas determinadas condições, dentre elas a hipótese descrita na assertiva (quando o ato tenha por objetivo melhorar a qualidade de bens ou serviços) – art. 88, § 6.º, I, b, da Lei 12.529/2011; **C:** correta, nos termos do art. 1.º da Lei 12.529/2011; **D:** incorreta, até porque não há leis específicas para as pessoas de direito público em relação à concorrência desleal; **E:** incorreta, pois, no caso de reincidência, as penas cominadas são aplicadas em dobro (não em seu décuplo, como consta da assertiva) – art. 37, § 1.º, da Lei 12.529/2011.

„C.“ Gabarito

(FGV – 2009) Não constitui *infração à ordem econômica*:

- (A) limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa.
- (B) exercer de forma abusiva posição dominante no mercado.
- (C) dominar mercado relevante de bens ou serviços.
- (D) aumentar arbitrariamente os lucros.
- (E) adquirir o controle dos principais concorrentes do mercado.

**A, B, C e D:** incorretas, pois essas assertivas descrevem atos que constituem infração à ordem econômica – art. 36, I, a IV, da Lei 12.529/2011; **E:** correta. A aquisição do controle, em si, não constitui infração. O ilícito ocorreria se isso pudesse produzir algum dos efeitos danosos listados no art. 36 da Lei 12.529/2011 ou configurasse alguma das condutas previstas no § 3.º do mesmo artigo.

„E.“ Gabarito





# 5. DIREITO DO CONSUMIDOR

Wander Garcia

## 1. CONCEITO DE CONSUMIDOR. RELAÇÃO DE CONSUMO

(OAB/Exame Unificado – 2016.2) Heitor agradeceu cinco funcionários de uma de suas sociedades empresárias, situada no Rio Grande do Sul, com uma viagem para curso de treinamento profissional realizado em determinado sábado, de 9h às 15h, numa cidade do Uruguai, há cerca de 50 minutos de voo. Heitor custeou as passagens aéreas, traslado e alimentação dos cinco funcionários com sua própria renda, integralmente desvinculada da atividade empresarial. Ocorre que houve atraso no voo sem qualquer justificativa prestada pela companhia aérea. Às 14h, sem previsão de saída do voo, todos desistiram do embarque e perderam o curso de treinamento. Nesse contexto é correto afirmar que,

- (A) por se tratar de transporte aéreo internacional, para o pedido de danos extrapatrimoniais não há incidência do Código de Defesa do Consumidor e nem do Código Civil, que regula apenas Contrato de Transporte em território nacional, prevalecendo unicamente as Normas Internacionais.
- (B) ao caso, aplica-se a norma consumerista, sendo que apenas Heitor é consumidor por ter custeado a viagem com seus recursos, mas, como ele tem boas condições financeiras, por esse motivo, é consumidor não enquadrado em condição de vulnerabilidade, como tutela o Código de Defesa do Consumidor.
- (C) embora se trate de transporte aéreo internacional, há incidência plena do Código de Defesa do Consumidor para o pedido de danos extrapatrimoniais, em detrimento das normas internacionais e, apesar de Heitor ter boas condições financeiras, enquadra-se na condição de vulnerabilidade, assim como os seus funcionários, para o pleito de reparação.
- (D) por se tratar de relação de Contrato de Transporte previsto expressamente no Código Civil, afasta-se a incidência do Código de Defesa do Consumidor e, por ter ocorrido o dano em território brasileiro, afastam-se as normas internacionais, sendo, portanto, hipótese de responsabilidade civil pautada na comprovação de culpa da companhia aérea pelo evento danoso.

**A e D:** incorretas, pois a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido que se aplica o CDC no caso; confira: “É iterativa a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça no sentido de prevalência das normas do Código de Defesa do Consumidor, em detrimento das disposições insertas em Convenções Internacionais, como as Convenções de Montreal e de Varsóvia, aos casos de falha na prestação de serviços de transporte aéreo internacional, por verificar a existência da relação de consumo entre a empresa aérea e o passageiro, haja vista que a própria Constituição Federal de 1988 elevou a defesa do consumidor à esfera constitucional de nosso ordenamento. Súmula 83 do STJ. Precedentes” (AgRg no AREsp 145.329/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/10/2015, DJe 27/10/2015); **B:**

incorreta, pois, embora incidente o CDC (STJ, AgRg no AREsp 145.329/RJ), pois é equiparado a consumidor todo aquele que utiliza produto ou serviço como destinatário final, que é o caso dos cinco funcionários da empresa (art. 2º, *caput*, do CDC); ademais, é incorreto dizer que Heitor não é consumidor no caso, pois ele adquiriu o serviço em questão, enquadrando-se no art. 2º, *caput*, do CDC, e o fez na condição de vulnerável, que é uma presunção do CDC, que não fica afastada só pelo fato de ele ter boas condições financeiras, pois isso em nada interfere na sua incapacidade de impedir problemas na prestação de serviço de consumo; **C:** correta, pois, segundo o STJ (AgRg no AREsp 145.329/RJ) prevalece o CDC no caso; ademais, é equiparado a consumidor todo aquele que utiliza produto ou serviço como destinatário final, que é o caso dos cinco funcionários da empresa (art. 2º, *caput*, do CDC) e, por fim, Heitor é também consumidor no caso, pois ele adquiriu o serviço em questão, enquadrando-se no art. 2º, *caput*, do CDC, e o fez na condição de vulnerável, que é uma presunção do CDC, que não fica afastada só pelo fato de ele ter boas condições financeiras, pois isso em nada interfere na sua incapacidade de impedir problemas na prestação de serviço de consumo.

„Gabarito”

Atenção: em maio de 2017 o Supremo Tribunal Federal externou entendimento, no julgamento conjunto do Recurso Extraordinário (RE) 636331 e do RE com Agravo (ARE) 766618, que os conflitos que envolvem extravios de bagagem e prazos prescricionais ligados à relação de consumo em transporte aéreo internacional de passageiros devem ser resolvidos pelas regras estabelecidas pelas convenções internacionais sobre a matéria, ratificadas pelo Brasil. Dessa forma, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça questionado pelo examinador foi superado pelo posicionamento do Supremo Tribunal Federal.

(FGV – 2009) Acerca das *relações de consumo*, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Podem estabelecer-se entre pessoas físicas.
- (B) Podem incluir entes despersonalizados.
- (C) Podem ser fornecidas por instituições financeiras.
- (D) Podem estabelecer-se mesmo na ausência de contrato celebrado entre consumidor e fornecedor.
- (E) Estabelecem-se necessariamente entre um fornecedor e consumidores determinados ou, ao menos, determináveis.

**A:** correta, pois tanto o consumidor (art. 2º do CDC), como o fornecedor (art. 3º do CDC) podem ser pessoas físicas; **B:** correta, pois há previsão expressa, nesse sentido, no conceito de fornecedor (art. 3º do CDC); **C:** correta, pois é pacífico hoje que as instituições financeiras estão no conceito de *fornecedor* (art. 3º, *caput*, do CDC), como prestadoras de serviço (art. 3º, § 2º, do CDC); aliás, a Súmula 297 do STJ dispõe que “O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras”; **D:** correta, pois há pessoas que, mesmo não tendo celebrado contrato de consumo, são equiparadas a consumidores, recebendo a proteção do CDC, tais como a *pessoa que utiliza um bem de consumo*, mesmo não o tendo comprado (art. 2º, *caput*, do CDC), a *vítima de um acidente de*

consumo (art. 17 do CDC) e as pessoas expostas às práticas comerciais (art. 29 do CDC), como as expostas a uma propaganda, por exemplo; **E**: incorreta, devendo ser assinalada, pois o parágrafo único do art. 2º do CDC equipara a consumidores “a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo”.

Gabartio "E"

(FGV – 2009) O Código de Defesa do Consumidor não se aplica às relações entre:

- (A) a entidade de previdência privada e seus participantes.
- (B) a instituição financeira e seus clientes.
- (C) o comprador e o vendedor proprietário de um único imóvel, que lhe serve de residência.
- (D) o comprador de veículo e a concessionária.
- (E) a instituição de ensino e o estudante.

**A**: incorreta, pois a atividade de previdência privada é considerada uma atividade *securitária*, que é conceituada como prestação de serviço pelo CDC (art. 3º, § 2º). Nesse sentido, veja Súmula 563 do STJ: “O código de defesa do consumidor é aplicável às entidades abertas de previdência complementar, não incidindo nos contratos previdenciários celebrados com entidades fechadas.”; **B**: incorreta, pois é pacífico hoje que as instituições financeiras estão no conceito de *fornecedor* (art. 3º, *caput*, do CDC), como *prestadoras de serviço* (art. 3º, § 2º, do CDC); aliás, a Súmula 297 do STJ dispõe que “O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras”; **C**: correta, pois o vendedor, nesse caso, não “desenvolve atividade”, ou seja, não atua profissionalmente, de modo que não se encaixa no conceito de fornecedor previsto no art. 3º do CDC; **D**: incorreta, pois o comprador é destinatário final, encaixando-se no conceito de *consumidor* (art. 2º do CDC), e o vendedor desenvolve atividade, ou seja, atua profissionalmente, encaixando-se no conceito de *fornecedor* (art. 3º do CDC); **E**: incorreta, pois a instituição de ensino oferece um serviço aplicando-se assim o que dispõe o art. 3º, § 2º, do CDC, principalmente se este for pago.

Gabartio "C"

## 2. PRINCÍPIOS E DIREITOS BÁSICOS

(OAB/Exame Unificado – 2010.3) Em relação aos princípios previstos no Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta.

- (A) O CDC é uma norma tipificadora de condutas, prevendo expressamente o comportamento dos consumidores e dos fornecedores.
- (B) O princípio da transparência impõe um dever comissivo e um omissivo, ou seja, não pode o fornecedor deixar de apresentar o produto tal como ele se encontra nem pode dizer mais do que ele faz; não pode, portanto, mais existir o *dolus bonus*.
- (C) O princípio da vulnerabilidade, que presume ser o consumidor o elo mais fraco da relação de consumo, diz respeito apenas à vulnerabilidade técnica.
- (D) A boa-fé prevista no CDC é a boa-fé subjetiva.

**A**: incorreta, pois o CDC tem uma técnica mista, ou seja, trabalha tanto com normas tipificadoras, como com dispositivos instituidores de conceitos legais indeterminados e cláusulas gerais; assim, o CDC traz tanto normas casuísticas (ex: a que veda a venda casada), como normas mais gerais (ex: a que proíbe cláusulas desproporcionais); **B**: correta, pois a transparência significa tanto o dever de informar as características e os riscos de um produto ou serviço, como o dever de não exagerar na descrição de um produto ou serviço; no Direito Civil tradicional, esse exagero, chamado *dolus bonus* era tolerado,

diferente do que ocorre no sistema do CDC, em que a informação deve ser precisa e adequada; **C**: incorreta, pois a vulnerabilidade pode ser de ordem técnica, econômica, física etc; **D**: incorreta, pois a boa-fé é a objetiva, ou seja, é a extraída das regras do sistema e da ética extraída da sociedade, e não a subjetiva, que é aquela ética que cada um tem, ou seja, a ética particular.

Gabartio "B"

(OAB/Exame Unificado – 2009.1) Assinale a opção que não está de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

- (A) É direito do consumidor a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, o que inclui a especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço e a explicitação dos riscos relacionados a produtos e serviços.
- (B) O consumidor tem direito à efetiva reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos.
- (C) É direito do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, incluindo-se a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando ele for hipossuficiente.
- (D) O consumidor tem direito à modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais, mas não à revisão delas em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.

**A**: correta, art. 6º, III, do CDC; **B**: correta, art. 6º, VI, do CDC; **C**: correta, art. 6º, VIII, do CDC; **D**: incorreta, devendo ser assinalada, art. 6º, V, do CDC.

Gabartio "D"

(FGV – 2010) Assinale a alternativa que NÃO está de acordo com o Código de Defesa do Consumidor a respeito do direito do consumidor.

- (A) É direito do consumidor a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, o que inclui a especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço e a explicitação dos riscos relacionados a produtos e serviços.
- (B) O consumidor tem direito à efetiva reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos.
- (C) É direito do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, incluindo-se a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando ele for hipossuficiente.
- (D) O consumidor tem direito à modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais, mas não à revisão delas em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.
- (E) Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

**A**: correta, (art. 6º, III, do CDC); **B**: correta, (art. 6º, VI, do CDC); **C**: correta, (art. 6º, VIII, do CDC); **D**: incorreta, devendo ser assinalada,

pois o consumidor também tem direito à revisão de cláusulas em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas (art. 6º, V, do CDC); **E**: correta, (art. 42, *caput* e parágrafo único, do CDC).

„D.“ Gabarito

(FGV – 2009) Com base no Código de Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O Estado pode intervir diretamente para proteger de forma efetiva o consumidor em consonância com os princípios da dignidade da pessoa humana e da isonomia.
- (B) As sociedades integrantes dos grupos societários são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.
- (C) O fornecedor está obrigado a informar sobre seus produtos e serviços oferecidos e colocados no mercado.
- (D) O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica, provocados por má administração.
- (E) A hipossuficiência do consumidor é a única condição que vincula o juiz a decidir pela inversão do ônus da prova.

**A**: correta (arts. 4º, II, e 5º, ambos do CDC); **B**: correta (art. 28, § 2º, do CDC); **C**: correta (arts. 6º, III, e 9º, do CDC); **D**: correta (art. 28 do CDC); **E**: incorreta, devendo ser assinalada, pois se deve verificar também a verossimilhança da alegação (art. 6º, VIII, do CDC).

„E.“ Gabarito

(FGV – 2008) No sistema que tutela o consumidor, é correto afirmar que:

- (A) é garantido o direito de modificação ou de revisão das cláusulas contratuais.
- (B) a reparação dos danos materiais e morais é limitada de acordo com leis especiais reguladoras de setores das relações de consumo.
- (C) os serviços públicos são excluídos da tutela, por serem objeto de leis próprias.
- (D) o ônus probatório será sempre invertido em benefício do consumidor, por sua presumida hipossuficiência.
- (E) o acesso ao Judiciário é sempre gratuito aos consumidores.

**A**: correta (art. 6º, V, do CDC); **B**: incorreta, pois a expressão “efetiva reparação”, prevista no art. 6º, VI, do CDC, não se coaduna com a afirmativa; **C**: incorreta (art. 22 do CDC); **D**: incorreta, pois há de se verificar, no caso concreto, a hipossuficiência no que diz respeito às características da contratação e de seu objeto e a verossimilhança da alegação (art. 6º, VIII, do CDC); **E**: incorreta, pois não há esse direito em favor de todos os consumidores, conforme se pode verificar dos arts. 4º a 6º do CDC.

„A.“ Gabarito

### 3. RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR

(FGV – 2008) A exclusão de responsabilidade do fornecedor não pode ser alegada com fundamento na:

- (A) inexistência de nexo causal.
- (B) superveniência de caso fortuito ou força maior.
- (C) culpa exclusiva do consumidor.
- (D) culpa exclusiva de terceiros.

(E) inexistência de defeito na prestação de serviço.

A *inexistência de nexo causal*, a *culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro* e a *inexistência de defeito* na prestação do serviço afastam, de fato, a responsabilidade (art. 14, § 3º, do CDC). Porém o *caso fortuito* ou *força maior* supervenientes não afastam a responsabilidade. Superveniente significa que o fato se deu durante o processo de prestação do serviço, e não antes, circunstância que está na esfera de atuação do fornecedor e que, segundo a doutrina, não afasta sua responsabilidade. Há quem também faça distinção entre *fortuito interno* e *fortuito externo*, para dizer que apenas o primeiro fortuito gera a responsabilidade do fornecedor.

„B.“ Gabarito

(FGV – 2008) Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) As sociedades integrantes de grupos societários e as controladas são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações previstas no CDC.
- (B) As sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações previstas no CDC.
- (C) A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas só poderá ser exercida em juízo por meio de defesa coletiva.
- (D) O pedido de indenização por perdas e danos, se procedente, não prejudicará eventual multa existente.
- (E) As sociedades coligadas somente responderão por culpa.

**A**: correta (art. 28, § 2º, do CDC); **B**: correta (art. 28, § 3º, do CDC); **C**: incorreta, devendo ser assinalada, pois a defesa também pode ser individual (art. 81 do CDC); **D**: correta (art. 84, § 2º, do CDC); **E**: correta (art. 28, § 4º, do CDC).

„C.“ Gabarito

(FGV – 2008) De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta.

- (A) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.
- (B) Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza.
- (C) A pessoa jurídica, por não se enquadrar na condição de hipossuficiente, não pode assumir a condição de consumidora.
- (D) As associações legalmente constituídas há pelo menos cinco anos e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos pelo CDC têm legitimidade concorrente para defesa coletiva dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas, sendo imprescindível a autorização assemblear.
- (E) As ações coletivas reguladas pelo CDC têm autoridade de coisa julgada *erga omnes*.

**A**: incorreta, pois o prazo é de 30 dias, em se tratando de produtos ou serviços não duráveis (art. 26, I, do CDC); **B**: correta (art. 18 do CDC); **C**: incorreta, pois o art. 2º do CDC prevê expressamente a

possibilidade da pessoa jurídica ser consumidora; **D**: incorreta, pois o prazo de pré-constituição é de 1 ano e é dispensada a autorização assemblear (art. 82, IV, do CDC); **E**: incorreta, pois isso dependerá do tipo de pedido deduzido em juízo, podendo a coisa julgada ser *erga omnes* ou *ultra partes*.

Gabário "B."

(FGV – 2007) Segundo o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 1990), é errado afirmar que:

- (A) a inversão do ônus da prova, a favor do consumidor, se dará quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência.
- (B) as sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.
- (C) o juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade, sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.
- (D) as sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.
- (E) é entendimento sumulado que a inscrição de inadimplente pode ser mantida nos serviços de proteção ao crédito por, no máximo, cinco anos.

**A**: correta (art. 6º, VIII, do CDC); **B**: incorreta, pois são *subsidiariamente* responsáveis (art. 28, § 2º, do CDC); **C**: correta (art. 28, § 5º, do CDC); **D**: correta (art. 28, § 3º, do CDC); **E**: correta, nos termos do art. 43, § 1º, do CDC e da Súmula 323 do STJ – “A inscrição de inadimplente pode ser mantida nos serviços de proteção ao crédito por, no máximo, cinco anos”.

Gabário "B."

#### 4. PRÁTICAS COMERCIAIS

(FGV – 2008) A elevação sem justa causa do preço de produtos ou serviços constitui uma prática comercial abusiva:

- (A) caso o fornecedor anuncie anteriormente oferta pública do preço com prazo não determinado.
- (B) quando não houver cláusula contratual estabelecendo regra que permita ao fornecedor, direta ou indiretamente, aumentar o preço de maneira unilateral.
- (C) quando o regime de preços do fornecimento estiver sujeito a controle ou a tabelamento.
- (D) após a contratação ou após a aceitação da oferta tendente à contratação.
- (E) em todos os casos, uma vez que a regra estabelecida no Código de Defesa do Consumidor não faz qualquer ressalva.

Art. 39, X, do CDC.

Gabário "D."

#### 5. PROTEÇÃO CONTRATUAL

(FGV – 2009) Mévio, brasileiro, solteiro, advogado, residente à Rua da Matriz nº 55, Belém/PA, efetua a abertura de uma conta corrente em instituição financeira regularmente estabelecida, denominada Cifra S/A. Após longo tempo de duração do contrato, é surpreendido pelo saque

de vultosa quantia de sua conta, ocorrido em final de semana prolongado, estando o mesmo em viagem de lazer no interior do Estado. Comunica o fato à instituição financeira, que após trinta dias, afirma que os saques foram realizados pelo próprio correntista, visto que eles não poderiam ocorrer sem a utilização de senha pessoal. Surpreso e angustiado, Mévio consulta advogado que, prontamente, inicia negociações com o estabelecimento financeiro aduzindo que a cláusula de não indenizar constante do contrato seria abusiva, bem como indicando que o foro contratual ali escolhido, como sendo a cidade de São Paulo, também o seria. Comunica que, do mesmo modo, a arbitragem não pode ser imposta em contrato de adesão. Quanto aos saques, solicitou cópias das gravações realizadas pelo Banco nas agências onde os saques ocorreram, não tendo sua solicitação atendida. Diante desse contexto, analise as afirmativas a seguir.

- I. Nos termos do Código de Defesa do Consumidor, consideram-se cláusulas abusivas todas aquelas que impedem ou exonerem o fornecedor de sua responsabilidade decorrentes de vícios constatados em produtos ou serviços.
- II. A imposição de arbitragem, estabelecida contratualmente, não pode ser considerada cláusula abusiva, tendo em vista que possibilita às partes uma solução mais ágil para o seu conflito de interesses.
- III. Aplicam-se ao contrato bancário as regras do Código de Defesa do Consumidor.
- IV. A cláusula de eleição de foro é adequada para os contratos de adesão, mesmo que dificulte o acesso do consumidor à Justiça.
- V. A negativa do envio das gravações pela instituição financeira acarretará a presunção de que os fatos narrados pelo consumidor são verdadeiros.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa IV estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I, III e V estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II, III e V estiverem corretas.

**I**: correta (art. 51, I, do CDC); **II**: incorreta (art. 51, VII, do CDC); **III**: correta, pois é pacífico hoje que as instituições financeiras estão no conceito de *fornecedor* (art. 3º, *caput*, do CDC), como *prestadoras de serviço* (art. 3º, § 2º, do CDC); aliás, a Súmula 297 do STJ dispõe que “O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras”; **IV**: incorreta, pois a eleição abusiva de foro coloca o consumidor em desvantagem exagerada (art. 51, IV, do CDC); **V**: A afirmação é correta no contexto da inversão do ônus da prova em favor do consumidor, que, somada ao fato da recusa do banco em apresentar as imagens, gera a presunção mencionada.

Gabário "D."

(FGV – 2009) As cláusulas gerais do contrato de adesão, regulado pelo Código de Defesa do Consumidor – Lei n.º 8.078/90, têm as seguintes características apresentadas nas alternativas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Rigidez.
- (B) Concretude.
- (C) Prestabelecimento.
- (D) Uniformidade.
- (E) Unilateralidade.

As cláusulas previstas num contrato de adesão são *rígidas*, pois não são passíveis de modificação por interferência do consumidor, são *preestabelecidas*, pois o fornecedor as prepara previamente, são *uniformes*, pois são elaboradas para se aplicar a todos os tipos de consumidores que celebram aquele contrato, são *unilaterais*, pois são construídas unilateralmente pelo fornecedor, mas não são *concretas*, pois não levam em conta as particularidades do caso concreto e as circunstâncias e características de cada consumidor, pois são feitas para todos os consumidores que celebraram aquele tipo de contrato, como já mencionado.

„B.“ Gabarito

(FGV – 2008) As cláusulas abusivas nas relações de consumo previstas no art. 51 do CDC:

- (A) são ineficazes, mas por sua natureza especial dependem da provocação do consumidor para seu reconhecimento.
- (B) são tidas por inexistentes.
- (C) são nulas de pleno direito.
- (D) dependem de provocação do Ministério Público, já que a declaração de sua ocorrência interessa à coletividade.
- (E) dependem de provocação do consumidor para serem reconhecidas, pois são anuláveis.

Art. 51, *caput*, do CDC.

„C.“ Gabarito

(FGV – 2008) Arnaldo dos Santos adquiriu terno em loja famosa na praça. Após tê-lo experimentado, arrepende-se um dia após, por não ter gostado do modelo, e procura a loja para devolvê-lo, sob o fundamento de estar no prazo de reflexão previsto no Código de Defesa do Consumidor. O dono do estabelecimento nega-se a acatar a justificativa. Expostos os fatos, assinale a alternativa correta.

- (A) O dono da loja está certo, pois o consumidor só pode exercer seu direito de arrependimento em sete dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto, se a aquisição ocorrer fora do estabelecimento, especialmente por telefone ou em domicílio.
- (B) O dono da loja está correto, pois não existe direito de arrependimento, em qualquer situação, se o produto não é defeituoso ou não apresenta vício de qualidade.
- (C) Arnaldo dos Santos está certo, pois o CDC prevê o prazo de sete dias a contar da aquisição do produto, em qualquer situação, para o consumidor exercer o direito de arrependimento.
- (D) Arnaldo dos Santos está certo, por estar no prazo de reflexão, mas o dono da loja pode impor multa compensatória pela devolução imotivada.
- (E) Arnaldo dos Santos está certo, pois o prazo de garantia do produto é de pelo menos 90 dias, por sua natureza de bem durável.

Art. 49 do CDC.

„A.“ Gabarito

(FGV – 2007) Nas relações consumeristas equiparadas, o inadimplemento relativo depende de:

- (A) transcurso temporal.
- (B) abrangência territorial.
- (C) suspensão temporal.

(D) restrição territorial.

(E) interpelação temporal.

A questão em tela faz referência às “relações consumeristas equiparadas” que, como se sabe, não envolvem normalmente contratos e, consequentemente, obrigações a serem cumpridas no tempo, que, descumpridas geram o *inadimplemento* relativo, também chamado de *mora*. São relações consumeristas equiparadas, entre outras, as que dizem respeito às *vítimas de acidente de consumo* (art. 17 do CDC) e às *peças expostas a práticas comerciais* (art. 29 do CDC). Nesses, uma vez causado dano a um consumidor equiparado, o simples fato de não haver o pagamento da indenização logo após o dano, ou seja, a simples “interpelação temporal”, já faz configurar a *mora*, possibilitando que as vítimas ingressem com a ação indenizatória competente, no prazo do art. 27 do CDC.

„E.“ Gabarito

(Promotor de Justiça/MS – 2013 – FADEMS) Considere as proposições abaixo:

- I. Nos contratos de planos de saúde, é proibida a cláusula que estabelece o reajuste das prestações pecuniárias motivado pela faixa etária de pessoas muito idosas.
- II. É considerada prática abusiva nas relações de consumo prevalecer-se da ignorância do consumidor idoso, tendo em vista sua condição social, para impingir-lhe uma operação de crédito consignado.
- III. Na hipótese de práticas comerciais abusivas, é desnecessária comprovar a lesão a direito individual, sendo suficiente a demonstração a potencialidade ofensiva de tais práticas para que incidam no caso concreto as disposições do Código de Defesa do Consumidor.
- IV. Desde que expressamente prevista no contrato, de modo claro, permitindo a fácil compreensão, não é considerada abusiva a cláusula contratual de plano de saúde que limite no tempo a internação hospitalar do segurado.

São corretas:

- (A) Somente as proposições I, II e III.
- (B) Somente as proposições I, III e IV.
- (C) Somente as proposições II, III e IV.
- (D) Somente a proposição II.
- (E) Todas as proposições.

I: correta (art. 15, § 3º, da Lei 10.741/2003 – Estatuto do Idoso: “É vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade”); II: correta, bastando fazer uma interpretação teleológica do art. 37, § 2º, do CDC; III: correta, pois são equiparadas a consumidor, recebendo a proteção do CDC, as pessoas determináveis ou não, expostas às práticas nele previstas (art. 29 do CDC); assim, considerando que até as pessoas indetermináveis estão protegidas, de fato, não é necessário que se comprove uma lesão individual (a pessoa certa) para a incidência do CDC; IV: correta, pois o CDC é norma de ordem pública, não podendo ser afastado por vontade das partes, sendo que a limitação da internação é cláusula abusiva, que viola o art. 51, IV, do CDC, estando vedada pela Súmula 302 do STJ (“É abusiva a cláusula contratual de plano de saúde que limita no tempo a internação hospitalar do segurado”).

„E.“ Gabarito

(Juiz de Direito/PE – 2013 – FCC) As cláusulas abusivas no Código de Defesa do Consumidor são

- (A) nulas de pleno direito e previstas em rol meramente exemplificativo.

- (B) anuláveis e previstas em rol elucidativo.  
 (C) nulas de pleno direito e previstas em rol taxativo.  
 (D) anuláveis e previstas em rol fechado.  
 (E) tidas por inexistentes.

**A:** correta; as cláusulas abusivas importam em nulidade de pleno direito, nos termos do art. 51, *caput*, do CDC, e estão em rol exemplificativo, já que o art. 51, *caput*, do CDC usa a expressão “dentre outras” e o inciso IV apresenta vários conceitos jurídicos indeterminados, de modo a abarcar situações que vão além da casuística prevista nos demais incisos do art. 51; **B:** incorreta, pois são nulas de pleno direito (art. 51, *caput*, do CDC); **C:** incorreta, pois, conforme explicação dada à alternativa correta, o rol do art. 51 é meramente exemplificativo; **D:** incorreta, pois são nulas de pleno direito e o rol é aberto ou exemplificativo (art. 51, *caput*, do CDC); **E:** incorreta, pois são nulas de pleno direito (art. 51, *caput*, do CDC).

Gabário “A”

## 6. DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO

(FGV – 2009) A ONG Tarta Magna propôs ação civil pública em face da empresa P e P S/A, com o intuito de compeli-la a diminuir o preço da gasolina, em descompasso com os valores pagos nas transações internacionais da companhia. O pedido é julgado procedente e a ré condenada a pagar dez bilhões de reais pelos prejuízos causados aos consumidores e dez por cento de honorários advocatícios, incidentes sobre o valor da condenação. Houve recurso improvido. A decisão transitou em julgado. Em comunicação publicada em jornal de circulação nacional, a ONG autora da ação convocou todos os consumidores lesionados pela ação da ré a postular a execução do julgado. Observados tais fatos, analise as afirmativas a seguir.

- I. Na ação civil pública, os valores da condenação reverterem para um fundo que deverá ser utilizado, primordialmente, para compor os danos causados.
- II. As execuções dos consumidores podem ser individuais no Juízo dos seus domicílios, bastando requerer certidão do inteiro teor da sentença e certificação do trânsito em julgado.
- III. A coisa julgada que se forma na ação civil pública é *inter partes*.
- IV. O não pagamento da dívida impõe a execução civil mediante aplicação das regras do cumprimento de sentença.
- V. O consumidor que ajuizou ação individual pode requerer a sua suspensão, assim que tomar ciência da propositura da ação coletiva, e submeter-se aos efeitos da coisa julgada dela decorrente e requerer a execução baseada na coisa julgada que deflui da ação civil pública.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I, II e III estiverem corretas.  
 (B) se somente as afirmativas I, IV e V estiverem corretas.  
 (C) se somente as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.  
 (D) se somente as afirmativas I, II e V estiverem corretas.  
 (E) se somente as afirmativas II, III e V estiverem corretas.

**I:** correta (art. 100, parágrafo único, do CDC); **II:** incorreta (art. 98, § 2º, I, do CDC); **III:** incorreta, pois os efeitos dependem do tipo de *pedido* formulado em juízo, não havendo hipótese em que a coisa julgada será somente *inter partes* (art. 103 do CDC); **IV:** correta, pois as regras do CPC aplicam-se subsidiariamente (art. 90 do CDC); **V:** correta (art. 104 do CDC).

Gabário “B”

(FGV – 2008) Tomando em consideração a legitimidade ativa e a causa de pedir, bem como a jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, a Ação Civil Pública poderá ser legitimamente ajuizada nos termos da Lei 7.347/85:

- (A) pelo Procurador Geral do Município, tendo por causa de pedir matéria relativa à proteção do consumidor.  
 (B) pelo Ministério Público para a proteção e defesa dos bens e direitos de valor histórico, desde que não haja ação popular previamente ajuizada versando sobre a mesma causa de pedir.  
 (C) por uma associação constituída há mais de um ano, que tenha por finalidade institucional a defesa dos interesses dos consumidores, versando sobre matéria relativa à proteção ao meio ambiente.  
 (D) por uma associação constituída há exatos seis meses, que tenha por finalidade institucional a proteção ao meio ambiente, versando sobre o mesmo tema, ainda que o requisito da pré-constituição não seja dispensado pelo juiz.  
 (E) pela Defensoria Pública, tendo por causa de pedir questão relativa aos direitos dos consumidores, induzindo litispendência para as ações individuais anteriormente propostas.

**A:** correta, pois qualquer órgão público pertinente pode propor ação civil pública, e este é o caso de uma Procuradoria do Município (art. 82, III, do CDC); **B:** incorreta, pois a legitimação do Ministério Público é concorrente com a legitimação do cidadão para ingressar com ação popular, podendo ser exercida (a legitimação do MP) de modo independente; **C:** incorreta, pois é necessária a pertinência temática, o que faz com que a associação só possa ingressar com ação caso tenha como objeto social a defesa do consumidor (art. 82, IV, do CDC); **D:** incorreta, pois é necessária pré-constituição há pelo menos 1 ano ou dispensa desse requisito pelo juiz (art. 82, IV e § 1º, do CDC); **E:** incorreta, pois, no caso, a ação coletiva não induz litispendência para as ações individuais (art. 104 do CDC).

Gabário “A”

(FGV – 2008) Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Na ação civil pública é possível discutir, de uma só vez, interesses difusos, interesses coletivos e interesses individuais homogêneos.  
 (B) O mesmo interesse pode ser ao mesmo tempo difuso, coletivo e individual homogêneo.  
 (C) O Código de Defesa do Consumidor disciplinou o fenômeno da coisa julgada nas ações coletivas de acordo com a natureza do interesse ofendido.  
 (D) Nos interesses individuais homogêneos o objeto é divisível.  
 (E) Não será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam fundos de natureza institucional cujos beneficiários possam ser individualmente determinados.

**A:** correta (art. 81, parágrafo único, do CDC); **B:** incorreta, devendo ser assinalada, pois o mesmo *fato* é que pode gerar cada um dos interesses citados, e não o mesmo *interesse*; **C:** correta (art. 103 do CDC); **D:** correta, pois o objeto pode ser dividido para cada lesado, apesar de a origem do interesse ser comum (ex: indenizações – *objeto* – decorrentes de um acidente aéreo – *origem comum*); **E:** correta (art. 1º, parágrafo único, da Lei 7.347/1985).

Gabário “B”

(FGV – 2008) Em relação às ações civis públicas, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A ação civil pública proposta contra empresa pública federal tramita perante a justiça federal ainda que o dano tenha ocorrido em outra localidade que não for sede de justiça federal.
- (B) O Ministério Público está legitimado a defender os interesses do consumidor, sejam tais interesses difusos, coletivos ou, ainda, individuais homogêneos.
- (C) Em se tratando de responsabilidade objetiva, pode o fornecedor de produto denunciar a lide para discutir a culpa daquele que deve indenizá-lo em regresso.
- (D) Admite-se o chamamento ao processo somente na hipótese de haver seguro por parte do fornecedor, de sorte a propiciar a condenação da seguradora solidariamente com ele.
- (E) O Ministério Público tem legitimidade para propor ação de investigação de paternidade em favor de menor, mas não tem legitimidade para ajuizar ação individual em benefício do consumidor lesado.

**A:** correta, pois se trata de competência prevista na Constituição (art. 109, I); **B:** correta, pois o MP é um legitimado universal; a única limitação é quanto aos interesses estritamente disponíveis, em que não há interesse social, hipótese em que o Ministério Público não tem legitimidade; **C:** incorreta, devendo ser assinalada (art. 88, parte final, do CDC); **D:** correta (art. 101, II, do CDC); **E:** correta, pois, no primeiro caso, há interesse indisponível, ao passo que no segundo, não.

Gabarito "C"

## 7. RESPONSABILIDADE CRIMINAL

(Defensor Público/AC – 2012 – CESPE) A respeito das infrações penais, assinale a opção correta.

- (A) O fornecedor que deixa de organizar dados fáticos, técnicos e científicos que dão base à publicidade pratica crime contra as relações de consumo.
- (B) O CDC, assim como o CP e as leis extravagantes, prevê circunstâncias agravantes e atenuantes para os crimes que tipifica.
- (C) As condutas tipificadas no CDC constituem crime de dano, sendo imprescindível para a caracterização do delito a comprovação do efetivo dano ao consumidor.
- (D) Os crimes contra as relações de consumo estão previstos no CDC de forma exclusiva e taxativa.
- (E) O tipo penal consistente em fazer afirmação falsa ou enganosa, ou omitir informação relevante sobre a natureza de produto ou serviço inadmitte a forma culposa.

**A:** correta (art. 69 do CDC); **B:** incorreta, pois no CDC só há previsão de causas agravantes (art. 76); **C:** incorreta, pois os tipos penais previstos no CDC não requerem resultado danoso, bastando a configuração da conduta para a configuração do crime (*vide* arts. 63 a 74); **D:** incorreta, pois o art. 61 do CDC é claro ao dispor que os crimes contra as relações de consumo previstos no CDC não exclui outros previstos no Código Penal e nas leis especiais; **E:** incorreta, pois o art. 66, § 2º, do CDC admite sim a forma culposa.

Gabarito "A"

(Defensor Público/SE – 2012 – CESPE) Constitui conduta tipificada no CDC como crime contra as relações de consumo

- (A) falsificar ou alterar substância ou produto alimentício destinado a consumo, tornando-o nocivo à saúde ou reduzindo-lhe o valor nutritivo.
- (B) empregar, no fabrico de produto destinado a consumo, revestimento, gaseificação artificial, matéria corante, substância aromática, antisséptica, conservadora ou qualquer outra não expressamente permitida pela legislação sanitária.
- (C) exigir cheque-caução, nota promissória ou qualquer garantia, bem como o preenchimento prévio de formulários administrativos, como condição para o atendimento médico-hospitalar emergencial.
- (D) fazer afirmação falsa ou enganosa, ou omitir informação relevante sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, segurança, desempenho, durabilidade, preço ou garantia de produtos ou serviços.
- (E) fabricar, sem licença da autoridade competente, substância ou engenho explosivo, gás tóxico ou asfixiante, ou material destinado à sua fabricação.

**A:** incorreta, pois esse crime está previsto no Código Penal (art. 272) e não no CDC; **B:** incorreta, pois esse crime está previsto no Código Penal e não no CDC (art. 274); **C:** incorreta, pois esse crime está previsto no Código Penal (art. 135-A) e não no CDC; **D:** correta (art. 66 do CDC); **E:** incorreta, pois esse crime está previsto no Código Penal (art. 253) e não no CDC.

Gabarito "D"

(Defensor Público/TO – 2013 – CESPE) Em relação aos direitos do consumidor, aos crimes contra as relações de consumo, à defesa do consumidor em juízo e à convenção coletiva de consumo, assinale a opção correta.

- (A) O princípio da confiança está expressamente previsto no CDC.
- (B) A inversão do ônus da prova, fundada na desigualdade fática, econômica e jurídica existente na relação de consumo, constitui mecanismo processual de correção desse desequilíbrio entre as partes em litígio.
- (C) O descumprimento de acordo em uma convenção coletiva de consumo gera título executivo extrajudicial, que pode sofrer execução direta.
- (D) O direito penal do consumidor busca somente reprimir condutas indesejáveis e causadoras de danos.
- (E) De acordo com o CDC, é proibida a circulação de produto perigoso, por ser a periculosidade elemento ligado ao defeito, que pode gerar tanto fato quanto vício do produto.

**A:** incorreta, pois não há previsão expressa, apesar de decorrer do sistema, que prega a transparência, a informação e a boa-fé; **B:** correta, pois havendo hipossuficiência (técnica, econômica ou jurídica) cabe inversão do ônus da prova (art. 6º, VIII, do CDC); **C:** incorreta, pois não previsão legal nesse sentido (art. 107 do CDC); **D:** incorreta, pois os tipos penais previstos nos arts. 63 a 74 não requerem resultado danoso para se configurarem, bastando que a conduta se realize; **E:** incorreta, pois, desde que haja adequada informação a respeito, produtos perigosos podem sim ser colocados no mercado de consumo (art. 9º do CDC); um carro, por exemplo, é perigoso, mas deve ser vendido com todas as informações a respeito; o que a lei proíbe é a venda de produtos com alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança (art. 10, *caput*, do CDC).

Gabarito "B"

(Defensor Público/TO – 2013 – CESPE) Com relação aos direitos do consumidor, às infrações penais e à defesa do consumidor em juízo, assinale a opção correta.

- (A) De acordo com o CDC, interesses coletivos, em sentido restrito, correspondem aos interesses de natureza indivisível de uma coletividade indeterminada e indeterminável de pessoas, ligadas por circunstâncias de fato.
- (B) É *ex nunc* o efeito da sentença que reconhece a nulidade de cláusula abusiva.
- (C) No processo penal atinente aos crimes previstos no CDC, poderão intervir como assistentes do MP apenas as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos pelo CDC.
- (D) Produtos e serviços são considerados elementos subjetivos da relação de consumo desde que tenham valor econômico.
- (E) A defesa do consumidor é um direito constitucional fundamental e também um dos princípios da atividade econômica.

**A:** incorreta, pois a definição dada é de interesses difusos (art. 81, parágrafo único, I, do CDC); **B:** incorreta, pois as cláusulas abusivas são nulas de pleno direito, de modo que a sentença que pronuncia sua nulidade retroage, ou seja, tem efeito "*ex tunc*"; **C:** incorreta, pois as entidades e órgãos da Administração Pública, direta e indireta, ainda que sem personalidade jurídica, especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos do consumidor (art. 80 c/c art. 82, III, do CDC);

**D:** incorreta, pois são elementos *objetivos* da relação de consumo; **E:** correta (arts. 5º, XXXII, e 170, V, da CF).

Gabarito 1C, 2E, 3C

(Defensoria/SE – 2006 – CESPE) Julgue os itens seguintes.

- (1) Um fornecedor, mesmo conhecendo a nocividade de produto que já colocou no mercado, não comunicou tal fato aos consumidores, nem às autoridades competentes. Nessa situação, a conduta do fornecedor constitui crime contra as relações de consumo, passível de pena de até dois anos de detenção.
- (2) Uma empresa realizou serviço de alto grau de periculosidade, contrariando as determinações expedidas pelas autoridades competentes, o que resultou em lesões corporais a um cliente. Nessa situação, será aplicável pena apenas quanto às lesões corporais, pois esse crime absorverá o crime contra as relações de consumo.
- (3) Joaquina levou seu aparelho televisor defeituoso a uma loja de reparação de produtos eletrônicos, onde foi informada de que a peça necessária à realização do conserto não era mais fabricada, sendo necessária a utilização de peça usada, com o que concordou a consumidora. Nessa situação, a utilização de peça usada na reparação do televisor de Joaquina não constitui crime contra as relações de consumo.

**1:** correta, nos termos do art. 64 do CDC; **2:** incorreta, nos termos do art. 65, *caput* e parágrafo único, do CDC; **3:** correta, pois a situação não configura o crime previsto no art. 70 do CDC.

Gabarito 1C, 2E, 3C



# 6. DIREITO CIVIL

Wander Garcia, Ana Paula Garcia e Gabriela R. Pinheiro

## 1. LINDB – LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Acerca da Lei de Introdução do Código Civil e da vigência, aplicação e interpretação das leis, assinale a opção correta.

- (A) Iniciado o transcurso da *vacatio legis*, se, por qualquer motivo, ocorrer nova publicação do texto legal, o prazo de obrigatoriedade da lei contará da primeira publicação.
- (B) A lei nova que estabelece disposições gerais revoga as leis especiais anteriores que dispuserem sobre a mesma matéria, pois não pode ocorrer conflito de leis, ou seja, uma mesma matéria não pode ser regida por diversas leis.
- (C) Repristinação da lei é dar nova vigência a determinada lei, ou seja, uma lei que tiver sido revogada volta a vigor por determinação expressa de uma nova lei.
- (D) A lei tem vigência até que a outra lei a revogue, ou, então, até que a lei nova com ela seja incompatível. Nesse caso, ocorre a derrogação da lei, ou seja, a revogação integral de uma lei anterior por uma posterior.

**A:** incorreta (art. 1.º, § 3.º, da LINDB – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – antiga LICC); **B:** incorreta (art. 2.º, § 2.º, da LINDB); **C:** correta (art. 2.º, § 3.º, da LINDB); **D:** incorreta, pois derrogação é a revogação parcial de texto de lei.

„C.“ Gabriela

(FGV – 2006) A lei geral posterior que cria disposição geral:

- (A) ab-roga a lei especial.
- (B) depende, para entrar em vigor, que a lei especial seja revogada.
- (C) altera a lei especial, mas sem revogá-la.
- (D) não revoga nem modifica a lei especial em vigor.
- (E) revoga a lei especial.

De acordo com os critérios utilizados para solução de conflito de leis no tempo, em especial o critério da *especialidade*, *lei geral nova* não revoga uma *lei especial anterior*, pois o critério da especialidade prevalece (art. 2.º, § 2.º, da LINDB – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – antiga LICC).

„D.“ Gabriela

(FGV – 2004) Alterada uma lei, durante o prazo de *vacatio legis* da lei nova aplica-se:

- (A) a lei nova.
- (B) a lei antiga.
- (C) a lei que o magistrado entender, segundo seu livre arbítrio, que deva ser aplicada.
- (D) o Código Civil.
- (E) a lei mais benéfica.

Uma lei entra em vigor apenas após o período da *vacatio legis* que, em regra, é de 45 dias (art. 1.º da LINDB – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – antiga LICC). Até então continua em vigor a lei antiga.

„B.“ Gabriela

## 2. GERAL

### 2.1. Pessoas naturais

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) Acerca das pessoas e do domicílio, assinale a opção incorreta.

- (A) Não é cabível a desconsideração da personalidade jurídica em se tratando de firma individual.
- (B) A fundação de direito privado não pode ter fins lucrativos.
- (C) A República Federativa do Brasil é pessoa jurídica de direito público interno.
- (D) Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar e o preso.

**A:** correta, pois no caso de firma individual não há distinção patrimonial entre a sociedade e o indivíduo; **B:** correta (art. 62, parágrafo único, do CC); **C:** incorreta, devendo ser assinalada (art. 41 do CC); **D:** correta (art. 76 do CC).

„C.“ Gabriela

### 2.2. Pessoas jurídicas

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) A respeito das pessoas naturais e jurídicas, assinale a opção incorreta.

- (A) Havendo dissolução da pessoa jurídica, ela subsistirá até o término do procedimento de liquidação e a averbação da dissolução no registro em que ela estiver inscrita.
- (B) Em caso de desacordo entre os genitores quanto a emancipação do filho, é assegurado a qualquer um deles, mediante escritura pública devidamente registrada no cartório de registro civil, conceder a emancipação voluntária ao filho do casal.
- (C) As pessoas jurídicas, validamente constituídas, respondem somente com seu patrimônio pelos atos praticados por seus administradores, desde que esses atos sejam praticados sem abuso da personalidade jurídica.
- (D) Nas sociedades de pessoas, quando um sócio morre, os remanescentes podem impedir o ingresso na sociedade do sucessor ou dos sucessores do *de cujus*, por meio da resolução da sociedade, com a liquidação da quota do sócio falecido em favor de seus herdeiros.

**A:** correta (art. 1.109 do CC); **B:** incorreta, devendo ser assinalada (art. 5.º, I, do CC). Realmente, a emancipação por escritura pública somente é possível se feita pelos pais, em conjunto, ou por um deles, na falta do

outro. No caso de discordância, somente será possível por sentença do juiz; **C**: correta (art. 50 do CC); **D**: correta (art. 1.028 do CC).

Gabriel B.

(FGV – 2008) A teoria da desconconsideração (*disregard of legal entity* ou a *lifting the corporate veil*), positivada no Código Civil, tem por objetivo precípuo afastar momentaneamente a personalidade jurídica da sociedade para atingir o patrimônio pessoal dos sócios. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) A desconconsideração da personalidade jurídica não será aplicada quando houver falência ou estado de insolvência do devedor.
- (B) As sociedades integrantes dos grupos societários e as consorciadas são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações de consumo.
- (C) O juiz de ofício, a requerimento da parte interessada ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo, pode aplicar a teoria da desconconsideração a fim de estender aos bens particulares dos sócios ou administradores da pessoa jurídica os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações.
- (D) As sociedades coligadas somente responderão por culpa pelas obrigações decorrentes de relações de consumo.
- (E) A teoria da desconconsideração pode ser aplicada em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo inadimplemento obrigacional, desvio de finalidade ou confusão patrimonial.

**A**: incorreta, pois, desde que a falência ou a insolvência decorram de *desvio de finalidade* ou *confusão patrimonial*, é possível sim a desconconsideração da personalidade, nos termos do art. 50 do CC; ademais, há previsão expressa da desconconsideração no caso (art. 28, *caput*, do CDC); **B**: incorreta, pois as sociedades integrantes de *grupos societários* respondem *subsidiariamente* pelas obrigações (art. 28, § 2.º, do CDC), mas as *sociedades consorciadas* são *solidariamente* responsáveis (art. 28, § 3.º, do CDC); **C**: incorreta, pois o art. 50 do CC não admite que o juiz atue de ofício para desconconsiderar a personalidade jurídica; **D**: correta (art. 28, § 4.º, do CDC); **E**: incorreta, pois o art. 50 do CC dispõe que o abuso da personalidade somente se caracteriza pelo *desvio de finalidade* ou pela *confusão patrimonial*, não se caracterizando com o mero *inadimplemento obrigacional*.

Gabriel D.

(FGV – 2008) Analise as afirmativas a seguir:

- I. As fundações somente podem ser constituídas para fins morais, culturais, religiosos ou de assistência.
- II. Os partidos políticos são considerados pessoas jurídicas de direito privado.
- III. As associações são espécie de sociedade sem fim lucrativo.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (C) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se somente a afirmativa III estiver correta.

**I**: correta (art. 62, parágrafo único, do CC); **II**: correta (art. 44, V, do CC); **III**: incorreta, pois as associações, embora tenham fins não econômicos, não são espécies de sociedade (art. 44, I e II, do CC).

Gabriel A.

(FGV – 2008) Assinale a assertiva correta.

- (A) A teoria da desconconsideração da personalidade jurídica pode ser aplicada às sociedades em comum, comprovado o desvio de finalidade.
- (B) A teoria da desconconsideração da personalidade jurídica pode ser aplicada às sociedades em conta de participação, comprovada a confusão patrimonial.
- (C) A teoria da desconconsideração da personalidade jurídica não determina a extinção ou dissolução da sociedade.
- (D) A teoria da desconconsideração da personalidade jurídica não foi positivada no Código Civil, e sim no Código de Defesa do Consumidor.
- (E) A teoria da desconconsideração da personalidade jurídica é aplicada quando a sociedade não possui patrimônio, mas o sócio é considerado solvente.

**A**: incorreta, pois a desconconsideração é desnecessária, vez que os sócios já respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais (art. 990 do CC); **B**: incorreta, pois nesse tipo de sociedade não há personalidade jurídica, de modo que não há o que ser desconconsiderado (art. 993, *caput*, do CC); **C**: correta, pois a sociedade não fica extinta ou dissolvida, mas apenas com sua personalidade afastada, momentaneamente, para o fim de atingir o patrimônio de seus sócios; **D**: incorreta, pois o instituto está previsto no art. 50 do CC; **E**: incorreta, pois não basta a demonstração de insolvência, fazendo-se necessária a comprovação de *desvio de finalidade* ou de *confusão patrimonial*.

Gabriel C.

(FGV – 2008) A respeito das associações, não é correto afirmar que:

- (A) são pessoas jurídicas de direito privado.
- (B) são vinculadas a fins não econômicos.
- (C) os sócios estabelecem entre si direitos e obrigações.
- (D) são reguladas por estatutos.
- (E) permitem a existência de associados com vantagens especiais.

**A**: correta (art. 44, I, do CC); **B**: correta (art. 53, *caput*, do CC); **C**: incorreta, devendo ser assinalada (art. 53, parágrafo único, do CC); **D**: correta (art. 54, *caput*, do CC); **E**: correta (art. 55 do CC).

Gabriel C.

(FGV – 2008) A fundação pode ser criada por:

- (A) testamento.
- (B) escritura particular.
- (C) documento levado a registro no Cartório de Títulos e Documentos.
- (D) escritura pública.
- (E) testamento e escritura pública.

Art. 62, *caput*, do CC.

Gabriel E.

(FGV – 2007) A *disregard doctrine*, na modalidade inversa, pode ser reconhecida de forma:

- (A) reflexa.
- (B) autônoma.
- (C) indireta.
- (D) direta.
- (E) reversa.

Um exemplo é aquela situação em que uma pessoa física, para evitar o pagamento de dívidas em seu nome ou prejudicar o cônjuge com quem

está se separando, coloca seus bens em nome de uma sociedade que possuía anteriormente ao casamento. Nesse caso, a desconsideração é inversa, pois é afastada a pessoa física do devedor para atingir os bens de empresa da qual este é sócio (art. 50 do CC e Enunciado 283 da Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal).

„B“ Gabarito

### 2.3. Bens

(OAB/Exame Unificado – 2004.ES) Acerca dos bens, assinale a opção incorreta.

- (A) Se, no contrato de compra e venda de um imóvel rural, nada se dispuser sobre o destino dos bens móveis que servem aos fins do imóvel, deve-se entender que esses bens não foram objeto da negociação.
- (B) Os produtos de uma exploração do solo são bens acessórios e, não obstante não terem existência própria, podem ser objeto de ato negocial por vontade das partes ou por circunstâncias do próprio negócio.
- (C) O direito à sucessão aberta é um bem incorpóreo considerado por lei como imóvel para que possa receber proteção jurídica.
- (D) São fungíveis os bens que, por sua qualidade individual, têm valor especial e não podem ser substituídos sem que haja alteração de seu conteúdo.

A e B: corretas (art. 94 do CC); C: correta (art. 80, II, do CC); D: incorreta, devendo ser assinalada (art. 85 do CC).

„D“ Gabarito

(FGV – 2008) A respeito dos bens públicos, é correto afirmar que:

- (A) são inalienáveis, exceto quando desafetados, autorizando a lei ordinária sua venda.
- (B) são inalienáveis, exceto se lei complementar autorizar sua alienação.
- (C) são sempre inalienáveis.
- (D) são inalienáveis, se forem de uso especial.
- (E) são inalienáveis, se forem de uso comum.

Os bens públicos são, em regra, inalienáveis. Somente poderão ser alienados os bens públicos dominicais, observadas as exigências da lei (arts. 100 e 101, do CC).

„A“ Gabarito

(FGV – 2007) A transmissão de bens móveis se aperfeiçoa:

- (A) pela tradição.
- (B) pela compra e venda.
- (C) pelo pagamento do preço.
- (D) pelo acordo de vontade.

Art. 1.267 do CC.

„A“ Gabarito

### 2.4. Fatos jurídicos

#### 2.4.1. Espécies, formação, classificação e temas gerais

(FGV – 2008) Admite-se a revisão do negócio jurídico diferido, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa com extrema vantagem para outra, sendo esse um elemento:

- (A) accidental.

- (B) essencial.
- (C) substancial.
- (D) exógeno.
- (E) endógeno.

Trata-se de um elemento accidental, pois a desproporção superveniente por fato novo é algo *eventual (accidental)*, e não algo *certo (esperado)* durante a execução de negócio jurídico.

„A“ Gabarito

(FGV – 2008) A doutrina dos atos próprios, no âmbito do Código Civil de 2002, foi acolhida como:

- (A) regra.
- (B) postulado.
- (C) princípio.
- (D) preceito.
- (E) norma.

As alternativas “A”, “D” e “E” se excluem, por dizerem respeito ao mesmo objeto. Princípios são *normas jurídicas de especial relevância e alta carga valorativa que, além de vincularem, servem de vetor interpretativo*. E Postulados são *normas estruturantes da aplicação de princípios e regras*. Os postulados podem ser vistos como critérios a serem utilizados para se examinar qual princípio irá incidir, como é o caso do postulado da proporcionalidade. Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade são considerados, portanto, postulados. Considerando que a *doutrina dos atos próprios* determina a *vedação do comportamento contraditório*, partindo do pressuposto de que as partes devem manter sua forma de agir, evitando posturas contraditórias (*venire contra factum proprium*) e atuando com coerência, tal doutrina orientará a aplicação do princípio da boa-fé objetiva no caso concreto, bem como a interpretação das regras a serem observadas por parte de cada contratante, em se tratando de um contrato, por exemplo. Vale apontar que essa questão da FGV é considerada difícil e polêmica.

„B“ Gabarito

(FGV – 2006) É ato jurídico bilateral e sinalagmático:

- (A) doação.
- (B) promessa de recompensa.
- (C) permuta.
- (D) comodato.
- (E) depósito gratuito.

Permuta é contrato bilateral e sinalagmático, pois gera obrigações para ambos os contratantes.

„C“ Gabarito

(FGV – 2005) Assinale a alternativa correta.

- (A) O Código Civil prevê a doação condicional e a doação remuneratória.
- (B) O descumprimento do encargo não importa a revogação da doação onerosa se o donatário incorrer em mora.
- (C) A prova de um fato jurídico por confissão não pode ser anulada sob qualquer pretexto.
- (D) É vedada a transferência do contrato de seguro de dano a terceiro com a cessão do interesse segurado.
- (E) O fiador não pode se sub-rogar nos direitos do credor, mesmo que pague integralmente a dívida.

A: correta (art. 540 do CC); B: incorreta (art. 562 do CC); C: incorreta (art. 214 do CC); D: incorreta (art. 785, *caput*, do CC); E: incorreta (art. 831, *caput*, do CC).

„A“ Gabarito

### 2.4.2. Condição, termo e encargo

(FGV – 2008) A afirmativa “Pagarei a coisa adquirida quando a revender” representa condição:

- (A) puramente potestativa.
- (B) simplesmente potestativa.
- (C) eventual.
- (D) resolutiva.
- (E) suspensiva.

As condições *simplesmente potestativas* exigem a ocorrência de fato estranho ao mero arbítrio da parte, como é o caso da revenda do bem, que não depende somente da parte, mas de fato alheio à sua vontade, que é um terceiro adquirir o bem. Nesses casos a condição é lícita porque não fica exclusivamente ao arbítrio de uma das partes (art. 122 do CC).

„B.“  
Gabarito „B.“

(FGV – 2007) Em relação ao ato jurídico, a condição suspensiva é causa de:

- (A) nulidade
- (B) ineficácia
- (C) inexistência
- (D) anulabilidade

Trata-se de ato ineficaz porque ele já existe, é válido, mas, enquanto não realizada a condição, o ato permanece ineficaz.

„B.“  
Gabarito „B.“

(FGV – 2006) Assinale o nome do fato jurídico em que a eficácia de negócio jurídico é submetida, por vontade das partes, a evento futuro e incerto.

- (A) Condição
- (B) Condição resolutiva
- (C) Condição potestativa
- (D) Encargo
- (E) Termo final

Arts. 121 e 127 do CC.

„B.“  
Gabarito „B.“

### 2.4.3. Defeitos do negócio jurídico

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) A respeito dos defeitos dos negócios jurídicos, assinale a opção correta.

- (A) Reputa-se em fraude contra credores a alienação efetuada pelo devedor dos direitos sobre imóvel penhorado em ação de execução, em detrimento da garantia de que este representa a satisfação do crédito alheio. Nessa situação, caracterizam-se má-fé e prejuízo, impondo-se o reconhecimento da nulidade do negócio jurídico.
- (B) Os atos simulados são nulos, insuscetíveis de confirmação pelas partes ou de convalidação pelo decurso do prazo. Entretanto, apesar de nulo o negócio, subsiste o ato dissimulado se válido na substância e na forma.
- (C) O negócio jurídico apresenta-se defeituoso quando ambas as partes agem reciprocamente com dolo e com errônea transmissão de vontade. Nessa situação, qualquer um dos contratantes pode requerer a anu-

lação do negócio, desde que se responsabilize pelos danos experimentados pelo outro contratante e por aquele causado a terceiro de boa-fé.

- (D) A lesão inclui-se entre os vícios de consentimento, ensejando a nulidade absoluta do negócio. Para caracterização da lesão, é necessário que, na conduta do agente, ocorra intenção de lesar terceiro e demonstração da exagerada vantagem auferida por esse na conclusão do negócio.

A: incorreta (art. 158 do CC); B: correta (art. 167 do CC); C: incorreta (art. 150 do CC); D: incorreta (art. 171, II, do CC).

„B.“  
Gabarito „B.“

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Acerca dos fatos jurídicos, assinale a opção correta.

- (A) Configura-se o estado de perigo quando uma pessoa, por inexperiência ou sob premente necessidade, obriga-se a prestação desproporcional entre as prestações recíprocas, gerando lucro exagerado ao outro contratante. Nessa situação, a pessoa pode demandar a nulidade do negócio jurídico, dispensando-se a verificação do dolo, ou má-fé, da parte adversa.
- (B) É válido o ato negocial em que ambas as partes houverem reciprocamente agido com dolo. A nenhuma delas é permitido reclamar indenização, devendo cada uma suportar o prejuízo experimentado.
- (C) A simulação relativa é um vício social que acarreta a nulidade do negócio jurídico, não subsistindo o ato negocial, mesmo que seja válido na substância e na forma, por representar declaração enganosa da vontade.
- (D) A lesão consiste em declaração enganosa da vontade de um dos participantes do negócio jurídico e inclui-se entre os vícios de consentimento, acarretando a nulidade absoluta do negócio jurídico.

A: incorreta (art. 156 do CC); B: correta (art. 150 do CC); C: incorreta (art. 167 do CC); D: incorreta (art. 157 do CC).

„B.“  
Gabarito „B.“

(OAB/Exame Unificado – 2004.ES) No tocante aos defeitos do ato e do negócio jurídico, assinale a opção correta.

- (A) Para caracterização do vício da simulação, com a consequente nulidade do negócio jurídico, é necessário que, na conduta do agente, ocorra a intenção de lesar terceiro.
- (B) Constatada a ocorrência de vício da simulação no negócio jurídico, admite-se a subsistência do ato dissimulado se este for válido na forma e na substância. Assim, na simulação, sobrevive o negócio jurídico dissimulado, que consistia na verdadeira intenção das partes, e aniquila-se o negócio jurídico simulado, que se apresenta no mundo real, mas veicula vontade enganosa.
- (C) O negócio jurídico é anulável, se atingido por erro de direito que recaia sobre norma cogente, bem como sobre norma dispositiva, ambas sujeitas ao livre acordo das partes, mesmo se tal transação fosse considerada legal por uma das partes.
- (D) O pagamento de dívida vencida efetuado pelo devedor insolvente a um de seus credores quirografários

presume-se em fraude ao concurso de credores, o que obriga o beneficiado a devolver o que recebeu em proveito do acervo do devedor.

**A:** incorreta (art. 167 do CC); **B:** correta (art. 167 do CC); **C:** incorreta (art. 138 do CC); **D:** incorreta (art. 162 do CC).

„B.“ gabarito

(FGV – 2008) Solange de Paula move ação anulatória em face do Hospital das Clínicas. Ocorre que, necessitando internar seu marido, não encontrou vaga no SUS, logrando êxito em conseguir a internação em hospital da rede privada, não integrante da rede SUS. O hospital exigiu o depósito de R\$ 3,5 mil para a internação e mais R\$ 360,00 para exames. Entregues os cheques, após o atendimento, Carmem ingressou em juízo para anular o negócio jurídico. Assinale o melhor fundamento para sua pretensão.

- (A) onerosidade excessiva.
- (B) lesão.
- (C) estado de perigo.
- (D) enriquecimento sem causa.
- (E) *venire contra factum proprium*.

Art. 156 do CC.

„C.“ gabarito

(FGV – 2008) Em relação à fraude, avalie as afirmativas a seguir, atribuindo V para verdadeiro e F para falso.

- I. A fraude contra credores representa a frustração do direito potestativo do credor em receber o que lhe é devido.
- II. O *animus* de prejudicar não é elemento constitutivo da fraude contra credores.
- III. Para que a fraude à execução possa ser reconhecida é indispensável haver uma lide proposta.
- IV. Para o reconhecimento da fraude contra credores é necessário propor a ação pauliana.
- V. A fraude à execução tem como consequência a anulabilidade do ato fraudulento.

Assinale a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V – F – V – F – V
- (B) F – F – V – V – F
- (C) F – V – V – F – F
- (D) F – V – F – V – F
- (E) V – V – F – V – F

**I:** Falsa, pois *direito potestativo* é o direito de modificar relação jurídica de alguém (ex: direito de pedir o divórcio), o que não existe quando se tem mero crédito junto a alguma pessoa, hipótese que enseja, preenchidos os demais requisitos, a fraude contra credores; **II:** Falsa, pois a fraude contra credores requer tanto *elemento objetivo* (insolvência), como *elemento subjetivo* (conluio fraudulento), de modo que o *animus* de prejudicar, presente no conluio, é elemento constitutivo da fraude contra credores; **III:** Verdadeira, não se devendo confundir a *fraude contra credores* (instituto de Direito Civil, que gera a anulabilidade do negócio – arts. 171, II, e 158 a 165, todos do CC), com a *fraude à execução* (instituto de Direito Processual, que depende de alienações do devedor quando já pendente ação por parte do credor, gerando a ineficácia do negócio praticado pelo primeiro); **IV:** Verdadeira, pois a anulabilidade só pode ser decretada, mediante o ingresso com ação própria, por sentença (art. 177 do CC), valendo salientar que o art. 161 do CC também exige a propositura de ação; **V:** Falsa, pois, como já

mencionado, a venda de bens em fraude à execução torna os negócios *ineficazes* perante o credor, e não *inválidos*.

„B.“ gabarito

(FGV – 2008) Na sistemática do Novo Código Civil, se o erro é escusável, o negócio:

- (A) prevalecerá.
- (B) será declarado nulo.
- (C) poderá ser anulado.
- (D) será tido por inexistente.
- (E) fica sujeito à ratificação.

Erro escusável é o mesmo que erro desculpável. Apenas esse tipo de erro autoriza a anulação do negócio. Já o erro inescusável ou imperdoável, que revela grande falta de atenção e cuidado não típicos da diligência média, não gera a anulabilidade do negócio.

„C.“ gabarito

(FGV – 2006) Com a intenção deliberada de prejudicar outrem, pós-data-se o instrumento de negócio jurídico. Aponte o vício ligado a esse procedimento.

- (A) dolo accidental.
- (B) erro substancial.
- (C) simulação.
- (D) erro accidental.
- (E) fraude.

Art. 167, § 1.º, III, do CC.

„C.“ gabarito

#### 2.4.4. Validade e Invalidade do negócio jurídico

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) A propósito dos fatos jurídicos, assinale a opção correta.

- (A) O negócio jurídico é nulo quando tiver por objetivo fraudar lei imperativa. Essa nulidade é fixada no interesse de toda a coletividade, tendo alcance geral e eficácia *erga omnes*. Com a declaração da nulidade, o negócio não produzirá qualquer efeito por ofender princípios de ordem pública e conter vícios essenciais.
- (B) Configura-se o estado de perigo quando uma pessoa, sob premente necessidade, obriga-se a prestação desproporcional ao valor da prestação oposta, gerando um lucro exagerado ao outro contratante.
- (C) É nulo o negócio jurídico celebrado pelo representante legal em conflito com interesses com o representado, por se tratar de vício insanável em face da incapacidade de um dos participantes do negócio, não gerando, por isso, qualquer efeito jurídico, ainda que o terceiro, com o qual o representante celebrou o negócio, não tenha conhecimento da incapacidade do outro contratante.
- (D) A transação é um modo de extinção das obrigações oriundas de direitos patrimoniais contestados e tem como condição necessária a existência de ação judicial, por ser a sua finalidade terminar um litígio instaurado entre as partes. Os efeitos da transação começam a partir do trânsito em julgado da sentença homologatória.

**A:** correta (arts. 166, VI, e 169 do CC); **B:** incorreta (art. 156 do CC); **C:** incorreta (art. 119 do CC); **D:** incorreta (arts. 840 e 841 do CC).

„A.“ gabarito

(FGV – 2009) O art. 9.º, § 7.º, da Lei 9.434/1997 determina: *É vedado à gestante dispor de tecidos, órgãos ou partes de seu corpo vivo, exceto quando se tratar de doação de tecido para ser utilizado em transplante de medula óssea e o ato não oferecer risco à sua saúde ou ao feto.* A norma em questão não prevê nenhuma sanção para o caso de seu descumprimento. Diante disso, é correto afirmar que o negócio jurídico para doação de órgãos celebrado por gestante em desconformidade com o art. 9.º, § 7.º, da Lei 9.434/1997 será:

- (A) anulável.
- (B) nulo.
- (C) válido, porém ineficaz.
- (D) perfeitamente válido e eficaz.
- (E) nulo, mas passível de convalidação, desde que a nulidade seja suprida por decisão judicial.

O negócio é nulo, pois o art. 166, VII, do CC estabelece que são nulos os negócios jurídicos quando a lei “proibir-lhe a prática, sem cominar sanção”. No caso, a lei proíbe a prática mencionada, sem cominar sanção para o seu exercício, o que faz surgir esse caso de nulidade.

Gabário “B”

(FGV – 2008) A escritura pública, lavrada em tabelião, que não contenha sua assinatura no livro de notas será:

- (A) nula.
- (B) anulável.
- (C) inexistente.
- (D) ineficaz.
- (E) incompleta.

O defeito de forma gera a nulidade absoluta (art. 166, IV, do CC).

Gabário “A”

(FGV – 2005) Assinale a alternativa correta.

- (A) No apreciar a coação, ter-se-ão em conta o sexo, a idade, a condição, a saúde, o temperamento do paciente e todas as demais circunstâncias que possam influir na gravidade dela.
- (B) O simples temor reverencial é capaz de caracterizar uma das modalidades de coação.
- (C) A insolvência notória não é motivo para tornar anuláveis os contratos onerosos do devedor insolvente.
- (D) É nulo o negócio jurídico simulado, não subsistindo o que se dissimulou, ainda que válido na substância e na forma.
- (E) É de 5 (cinco) anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico.

A: correta (art. 152 do CC); B: incorreta (art. 153 do CC); C: incorreta (art. 159 do CC); D: incorreta (art. 167, *caput*, do CC); E: incorreta, o prazo é de 4 anos (art. 178 do CC).

Gabário “A”

(FGV – 2004) Todo ato jurídico será considerado NULO de pleno direito:

- I. quando for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade;
- II. quando praticado com vício resultante de erro, dolo e simulação;
- III. quando praticado com vício resultante de coação ou fraude;

IV. quando praticado por pessoa relativamente incapaz. Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa IV estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

I: correta (art. 166, V, do CC); II: incorreta, pois o ato será anulável em caso de vício resultante de erro e dolo (art. 171, II, do CC); III: incorreta, pois o ato será anulável em caso de vício resultante de coação ou fraude contra credores (art. 171, II, do CC); IV: incorreta, pois o ato será anulável em caso de incapacidade relativa do agente (art. 171, I, do CC).

Gabário “A”

## 2.5. Prescrição e decadência

(FGV – 2008) O prazo para anular venda de ascendente para descendente, sem observância dos requisitos legais, é:

- (A) prescricional de 1 (um) ano.
- (B) decadencial de 1 (um) ano.
- (C) prescricional de 2 (dois) anos.
- (D) decadencial de 2 (dois) anos.
- (E) prescricional de 6 (seis) meses.

Arts. 496 e 179 do CC.

Gabário “D”

(FGV – 2008) Prestado aval por um cônjuge sem a outorga uxória correspondente, poderá o outro pleitear a anulação, depois de terminada a sociedade conjugal, no prazo de até:

- (A) 6 (seis) meses.
- (B) 1 (um) ano.
- (C) 2 (dois) anos.
- (D) 3 (três) anos.
- (E) 5 (cinco) anos.

Art. 1.649 do CC.

Gabário “C”

(FGV – 2008) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será esta de:

- (A) 1 (um) ano.
- (B) 5 (cinco) anos.
- (C) 3 (três) anos.
- (D) 2 (dois) anos.
- (E) 4 (quatro) anos.

Art. 179 do CC.

Gabário “D”

(FGV – 2008) A ação de indenização, relativamente aos prejuízos causados em razão da entrega de sementes, para plantação, de qualidade inferior à contratada, deve observar o prazo:

- (A) prescricional de 3 (três) anos.
- (B) decadencial de 3 (três) anos.
- (C) decadencial de 90 (noventa) dias.
- (D) decadencial de 30 (trinta) dias.

(E) prescricional de 5 (cinco) anos.

De acordo com o art. 445 do CC, os prazos para ingressar com a ação redibitória (que objetiva a rescisão do contrato) ou com ação estimatória (que objetiva o abatimento do preço) são de 30 (trinta) dias, se a coisa for móvel, e de 1 (um) ano, se imóvel. Contam-se tais prazos dos seguintes eventos: a) da data da entrega efetiva, quando o adquirente não estava na posse da coisa; b) da data da alienação, quando o adquirente estava na posse da coisa. Nesse caso, o prazo fica reduzido à metade; c) do momento em que o adquirente tiver ciência do vício, quando este, além de oculto, só poderá ser conhecido mais tarde, dada a sua natureza (art. 445, § 1.º); neste último caso, a lei estipula um prazo máximo para ciência do vício; esse prazo é de 180 (cento e oitenta) dias para móvel e de 1 (um) ano para imóvel. Assim, se uma pessoa comprar um carro com esse tipo de vício e vier a descobri-lo 170 (cento e setenta) dias depois, cumpriu o primeiro prazo, qual seja, o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a tomada de ciência do problema na coisa; em seguida, começará o segundo prazo, o de *garantia* para ingressar com uma das ações acima; no caso, o prazo será de 30 (trinta) dias, por se tratar de móvel; mas se a pessoa só tem ciência do vício 190 (cento e noventa) dias após a aquisição, o *prazo para ciência* do vício terá terminado, ficando prejudicado o direito; nesse caso, nem se começa a contar o *prazo de garantia*. Sobre os vícios redibitórios, deve-se ler os arts. 441 a 446 do CC, bem como os Enunciados CJF 28 e 174.

Gabartito "D."

(FGV – 2005) À luz do Código Civil, sobre a prescrição e a decadência, é correto afirmar que:

- (A) suspensão a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível.
- (B) prescreve em 3 (três) anos a pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele.
- (C) prescreve em 2 (dois) anos a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.
- (D) a ação de evicção não impede o curso da prescrição.
- (E) não é nula a renúncia à decadência fixada em lei.

**A:** correta (art. 201 do CC); **B:** incorreta, pois prescreve em 1 (um) ano (art. 206, § 1.º, II, do CC); **C:** incorreta, pois prescreve em 3 (três) anos (art. 206, § 3.º, IV, do CC); **D:** incorreta (art. 199, III, do CC); **E:** incorreta (art. 209 do CC).

Gabartito "A."

### 3. OBRIGAÇÕES

#### 3.1. Introdução, classificação e modalidades das obrigações

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Em conformidade com o direito das obrigações, assinale a opção incorreta.

- (A) A obrigação alternativa ou facultativa tem natureza complexa porque possui prestações e objetos múltiplos, exigíveis cumulativamente, em que o devedor se libera prestando integralmente todas as prestações pactuadas, salvo em razão do perecimento de uma ou de algumas das prestações em razão de caso fortuito ou por força maior.
- (B) Se a obrigação for solidária, e houver novação entre credor e um dos devedores solidários, somente sobre os bens do que contraiu a nova obrigação remanescem todas as garantias do crédito novado, ficando, por esse fato, exonerados os outros devedores.

(C) Nas obrigações de meio, o devedor satisfaz a obrigação desde que demonstre que todas as possibilidades foram utilizadas para atingir o objetivo pretendido, mas não necessário.

(D) O credor de coisa certa não pode ser obrigado a receber outra, mesmo sendo mais valiosa. O devedor só se desonera da obrigação após entregar ao credor exatamente a coisa que prometeu dar. Do contrário, a obrigação converte-se em perdas e danos.

**A:** incorreta, devendo ser assinalada (art. 252 do CC). Na obrigação alternativa o devedor se desobriga ao cumprir uma das prestações pactuadas, sendo-lhe conferido, em regra, o poder de escolha entre uma delas; **B:** correta (art. 365 do CC); **C:** correta. Realmente, nas obrigações de meio não se obriga pelo resultado; **D:** correta (art. 234 do CC).

Gabartito "A."

(FGV – 2008) Caracterizam o vínculo obrigacional:

- (A) a juridicidade e a existência de deveres.
- (B) a juridicidade e a existência de direitos.
- (C) a patrimonialidade e a sujeição.
- (D) a submissão e a liberalidade.
- (E) a patrimonialidade e a inexistência de direitos.

De fato, o vínculo obrigacional implica em três elementos: pessoal, material e jurídico. O pessoal são os sujeitos ativo e passivo (credor e devedor), o material diz respeito à prestação (dar, fazer e não fazer) e o jurídico traduz o poder que o sujeito ativo tem de impor ao sujeito passivo uma ação. Assim, dentro desse conceito, caracterizam o vínculo obrigacional a *patrimonialidade* (prestação) e a *sujeição* (jurídica do sujeito ativo sobre o passivo).

Gabartito "C."

#### 3.2. Transmissão, adimplementos e extinção das obrigações

(OAB/Exame Unificado – 2004.E5) No que se refere às obrigações, assinale a opção correta.

- (A) Ocorre a assunção de dívida quando um terceiro, estranho à relação obrigacional, assume a posição de devedor e se responsabiliza pela dívida, o que resulta em extinção da obrigação e exoneração do devedor primitivo.
- (B) Na hipótese de novação, havendo devedores solidários, pela nova obrigação respondem solidariamente todos os devedores, inclusive os que não participaram da novação, e sobre os seus bens subsistem as preferências e garantias do crédito novado.
- (C) A cláusula penal é um pacto acessório mediante o qual as partes contratantes estabelecem as perdas e danos a serem aplicados contra aquele que, culposamente, deixar de cumprir uma obrigação ou retardar o seu cumprimento.
- (D) Se a dívida vencer enquanto houver litígio entre credores, o devedor, mesmo tendo conhecimento da ação, poderá efetuar o pagamento a qualquer dos credores. Nesse caso, independentemente da decisão da ação, o pagamento será considerado válido e o devedor exonerado da obrigação.

**A:** incorreta (art. 299 do CC); **B:** incorreta (art. 365 do CC); **C:** correta (arts. 408 e 409 do CC); **D:** incorreta (art. 312 do CC).

Gabartito "C."

(FGV – 2009) A respeito da *cessão de crédito*, analise as afirmativas a seguir:

- I. O devedor pode opor ao cessionário as exceções que tinha contra o cedente no momento em que veio a ter conhecimento da cessão.
- II. Na cessão de crédito por título oneroso, ainda que não se responsabilize, o cedente fica responsável ao cessionário pela existência do crédito ao tempo em que lhe cedeu.
- III. A cessão de crédito apenas é eficaz em relação ao devedor quando a este notificada ou quando o devedor se declarar ciente da cessão por meio de escrito público ou particular.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

I: correta (art. 294 do CC); II: correta (art. 295 do CC); III: correta (art. 290 do CC).

„E.“ Gabarito

(FGV – 2007) A novação é forma de:

- (A) compra e venda
- (B) compensação
- (C) sub-rogação
- (D) pagamento

De fato, a novação é uma das formas de pagamento previstas no Código Civil (art. 360 e seguintes do CC).

„D.“ Gabarito

(FGV – 2004) Pafúncio é devedor da quantia de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ao Banco da Praça S.A. Aconselhado pelo gerente do Banco, Pafúncio contraiu nova dívida no valor de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) para quitar, extinguir e substituir a dívida anterior. Do ponto de vista do direito das obrigações, nesse caso ocorreu uma:

- (A) transação.
- (B) remissão.
- (C) compensação.
- (D) dação em pagamento.
- (E) novação.

Art. 360, I, do CC.

„E.“ Gabarito

### 3.3. Inadimplemento das obrigações

(FGV – 2008) A multa convencional nas obrigações pecuniárias cumpre função:

- (A) de reforço da necessidade de cumprir a obrigação e de pré-fixação das perdas e danos.
- (B) compensatória e punitiva.
- (C) punitiva e liberatória.
- (D) de pré-fixação das perdas e danos e punitiva.
- (E) de reforço da necessidade de cumprir a obrigação e liberatória.

**A:** correta, pois a multa convencional (cláusula penal) é um pacto acessório em que as partes estipulam, de antemão, pena pecuniária para a parte infrigente da obrigação como consequência de sua inexecução culposa ou seu retardamento. Assim, a multa convencional exerce função ambivalente, ou seja, de reforço do vínculo obrigacional e de pré estimativa das perdas e danos (arts. 408 e seguintes do CC); **B:** incorreta, pois a cláusula penal não compensa, necessariamente, o dano causado, tratando-se de mera estimativa da extensão dos danos que serão causados com o descumprimento da obrigação; **C:** incorreta, pois a multa não libera, necessariamente, o devedor de cumprir a obrigação principal; **D:** incorreta, pois está incompleta, tendo a alternativa deixado de destacar a finalidade de “reforço da necessidade de cumprir a obrigação”, finalidade que tem destaque no que diz respeito à cláusula penal; **E:** incorreta, pois, como seu viu, a cláusula penal não é liberatória.

„A.“ Gabarito

(FGV – 2005) Assinale a alternativa correta:

- (A) A cláusula penal tem o objetivo de reforço obrigacional.
- (B) A cláusula penal tem a natureza, exclusivamente, compensatória.
- (C) Não há qualquer vedação legal a que o valor da cominação imposta na cláusula penal exceda o da obrigação principal.
- (D) Para exigir a pena convencional, é necessário que o credor alegue prejuízo.
- (E) Tendo a obrigação pluralidade de devedores e sendo indivisível, a lei civil não prevê ação regressiva aos não culpados contra quem deu causa à aplicação da pena convencional.

**A:** correta, pois a cláusula penal é um pacto acessório em que as partes estipulam, de antemão, pena pecuniária para a parte infrigente da obrigação como consequência de sua inexecução culposa ou seu retardamento. Assim, a multa convencional exerce função ambivalente, ou seja, de reforço do vínculo obrigacional, por punir seu inadimplemento, e de pré estimativa das perdas e danos (arts. 408 e seguintes do CC); **B:** incorreta, conforme justificado no item anterior; **C:** incorreta (art. 412 do CC); **D:** incorreta (art. 416, *caput*, do CC); **E:** incorreta (art. 414, parágrafo único, do CC).

„A.“ Gabarito

## 4. CONTRATOS

### 4.1. Teoria geral dos contratos

(OAB/Exame Unificado – 2004.ES) No que concerne aos contratos, assinale a opção incorreta.

- (A) Havendo alienação de bem imóvel, próprio da empresa, não se faz necessária a outorga uxória ou marital. Se, contudo, essa mesma venda for realizada a um dos filhos dos donos da empresa, então, impor-se-á a dita outorga, bem como o consentimento dos demais descendentes.
- (B) A resolução do contrato em razão de inadimplemento, além de extinguir o contrato, obriga o responsável a pagar perdas e danos.
- (C) Se a resposta de aceitação, dada pelo destinatário da proposta, for extemporânea, não mais subsistirá a proposta e desaparecerá qualquer responsabilidade por parte do proponente, ou qualquer obrigatoriedade de sua parte em sustentar a proposta feita.
- (D) A responsabilidade do alienante por vícios redibitórios deve constar expressamente do contrato, pois a



lei, como regra, respeita o que ficar acordado entre os contratantes, sendo certo, no entanto, que tal responsabilidade não subsiste se o alienante ignorava o vício ou o defeito da coisa.

**A:** correta (art. 978 do CC); **B:** correta (art. 475 do CC); **C:** correta (art. 428 do CC); **D:** incorreta, devendo ser assinalada (art. 443 do CC).

Gabário "D."

(FGV – 2009) A respeito dos *contratos*, analise as afirmativas a seguir:

- I. No caso de redibição de contrato comutativo, sempre será devida reparação por perdas e danos.
- II. A responsabilidade por evicção é cláusula essencial aos contratos onerosos e não pode, portanto, ser excluída pelas partes, ainda que expressamente.
- III. A aceitação de proposta de contrato fora do prazo ou com modificações configura nova proposta.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

**I:** incorreta, no caso de existir vício redibitório o adquirente poderá rejeitar a coisa, redibindo o contrato ou requerer o abatimento do preço, mas somente caberá cumulação da redibição com perdas e danos no caso de culpa do alienante, ou seja, caso este tenha conhecimento do defeito; **II:** incorreta (art. 448 do CC); **III:** correta (art. 431 do CC).

Gabário "B."

(FGV – 2009) José da Silva, brasileiro, solteiro, empresário, residente à Rua dos Oitis, n. 1.525, Belém/PA, pactuou com a empresa Seguro S/A contrato de seguro de vida, tendo pago 240 prestações. Em fevereiro de 2008, verificou a perda do carnê de pagamento e comunicou o fato ao seu corretor de seguros que, prontamente, afirmou poder receber as prestações vencidas, em espécie, mediante recibo. Após o pagamento de cinco prestações, foi notificado pela companhia de seguros de que sua apólice havia sido cancelada por falta de pagamento. Surpreso e temeroso pelo fato, uma vez que fora comunicado que seria portador de doença grave e incurável, propôs ação de consignação em pagamento das quantias impagas. O autor aduziu a circunstância de que sua relação contratual sempre foi pautada pelo cumprimento das obrigações contratuais e alegou que, com base no princípio da boa-fé, o seu ato de confiança no corretor que prestaria serviços para outras empresas e também para a ré, com a venda dos seus produtos e serviços, estaria plenamente justificado. Por outro lado, agora, quando iminente a possibilidade do sinistro, com o consequente pagamento de valor previsto no contrato, não poderia ser prejudicado. A ré, regularmente citada, apresentou contestação e requereu a inclusão do corretor de seguros no polo passivo, como litisconsorte, o que restou indeferido. Não houve a conciliação. Diante desse contexto, analise as afirmativas a seguir.

- I. Nos termos do Código Civil, existe uma necessidade de observância da boa-fé objetiva e da funcionaliza-

ção do contrato.

- II. A observância da boa-fé é aplicável na conclusão do contrato e na sua execução.
- III. Aplicam-se ao contrato de seguro as regras do Código de Defesa do Consumidor.
- IV. A função social do contrato tem por escopo limitar a autonomia da vontade quando esta confronte o interesse social.
- V. O inadimplemento do segurado não pode ser relevado, pois implicaria no descumprimento de norma avençada contratualmente, sem eiva de vício.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I, II, III e IV estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas II, III e V estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- (E) se somente a afirmativa IV estiver correta.

**I:** correta, pois são dois dos chamados princípios sociais do contrato, introduzidos formalmente pelo novo Código Civil (arts. 421 e 422, do CC); **II:** correta (art. 422 do CC); **III:** correta, pois, nos contratos de seguro, pode-se identificar o fornecedor exigido pelo art. 3.º do CDC, e o consumidor. Note-se que o destinatário do prêmio pode ser o contratante com a empresa seguradora (estipulante) ou terceira pessoa, que participará como beneficiária do seguro. Nos dois casos, há um destinatário final do serviço prestado pela empresa seguradora; **IV:** correta, pois a definição da função social do contrato está correta; **V:** incorreta, pois a aplicação do princípio da boa-fé objetiva ao caso (art. 422 do CC) afasta as consequências do não pagamento da parcela no prazo.

Gabário "A."

(FGV – 2008) Celebrado contrato de promessa de compra e venda de imóvel, e estando o devedor em dificuldades financeiras e objetivando não mais prosseguir na respectiva execução, poderá no tocante à avença postular:

- (A) rescisão.
- (B) resolução.
- (C) resilição.
- (D) revisão.
- (E) revogação.

Resilição unilateral é o meio próprio de o contratante exercer um direito potestativo de não mais continuar vinculado à avença, já que ninguém é obrigado a permanecer no vínculo contratual indefinidamente.

Gabário "C."

## 4.2. Compra e venda

(FGV – 2008) As despesas com o pagamento são:

- (A) do credor, que tem interesse em receber.
- (B) do devedor, que tem a obrigação de pagar.
- (C) do credor e do devedor, devendo ser repartidas por igual.
- (D) do devedor, exceto se o contrário tiver sido estipulado no contrato.
- (E) do credor, exceto se o contrário foi firmado no ajuste.

Art. 325 do CC.

Gabário "D."

(FGV – 2005) A respeito da retrovenda, analise as proposições a seguir e assinale a alternativa correta.

- (A) Se a duas ou mais pessoas couber o direito de retrato sobre o mesmo imóvel, e só uma o exercer, poderá o comprador intimar as outras para nele acordarem, prevalecendo o pacto em favor de quem haja efetuado o depósito, contanto que seja integral.
- (B) O direito de retrato é suscetível de cessão por ato *inter vivos*.
- (C) O exercício da retrovenda é intransmissível por ato *causa mortis*.
- (D) O direito de resgate não se extingue mesmo diante de caso fortuito ou força maior.
- (E) Todas as alternativas anteriores estão incorretas.

**A:** correta (art. 508 do CC); **B:** incorreta, pois o direito de retrato é cessível a herdeiros e legatários e não por ato *inter vivos* (art. 507 do CC); **C:** incorreta, pois o direito de retrato é transmissível por ato *causa mortis* (art. 507 do CC); **D:** incorreta, pois o direito de resgate extingue-se diante de caso fortuito ou força maior.

Gabriel "A"

(FGV – 2004) A “cláusula *constituti*”, aposta nas escrituras definitivas de compra e venda de imóveis:

- (A) é mera formalidade, consagrada pelo uso dos tabeliões.
- (B) transmite o domínio, nas escrituras.
- (C) é usada para transmitir e exercer posse em nome alheio.
- (D) significa que o vendedor deve responder pela evicção de direito.
- (E) significa que o comprador deve indenizar o vendedor em caso de evicção.

A cláusula *constituti* assegura a pessoa a continuar na posse do bem, embora a outro título (art. 1.267, parágrafo único, do CC).

Gabriel "C"

#### 4.3. Doação

(FGV – 2005) Assinale a alternativa correta quanto ao tratamento dado pelo Código Civil em matéria de doação.

- (A) O doador não é obrigado a pagar juros moratórios, nem é sujeito às consequências da evicção ou do vício redibitório.
- (B) É inválida a doação feita ao nascituro, que não poderá ser aceita pelo seu representante legal.
- (C) Em qualquer hipótese, é inadmissível a doação verbal.
- (D) O doador pode estipular que os bens doados se revertam em favor de terceiro se o doador sobreviver ao donatário.
- (E) É renunciável antecipadamente o direito de revogar a doação por ingratidão do donatário.

**A:** correta (art. 552 do CC); **B:** incorreta (art. 542 do CC); **C:** incorreta (art. 541, parágrafo único, do CC); **D:** incorreta (art. 547, parágrafo único, do CC); **E:** incorreta (art. 556 do CC).

Gabriel "A"

#### 4.4. Fiança

(FGV – 2009) Mévio realiza, com a instituição financeira K e K S/A, contrato de mútuo no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), sendo que Túlio figura como fiador, pela quantia total ajustada. O devedor possuía vasto patrimônio à época do negócio jurídico referido. Posteriormente, faltando o pagamento de dez prestações, o devedor tem sua insolvência decretada, fato que foi comunicado ao fiador e à instituição financeira. Após isso, a instituição financeira pretende cobrar a dívida do fiador. Túlio não renunciou ao benefício de ordem. Diante do narrado, analise as afirmativas a seguir.

- I. O fiador poderá requerer, antes de ser cobrado, que o credor busque bens do devedor para satisfazer o seu crédito.
- II. O credor pode optar por cobrar do devedor ou do fiador ou, ainda, de ambos, a dívida.
- III. O benefício de ordem cede diante da declaração de insolvência do devedor afiançado.
- IV. O patrimônio do fiador está protegido diante da inexistência de renúncia ao benefício de ordem.
- V. O fiador, ao pagar a dívida do afiançado, sub-roga-se nos direitos do credor.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II, III e V estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II, III, IV e V estiverem corretas.

**I:** incorreta (art. 828, III, do CC); **II:** correta, pois há solidariedade passiva no caso de fiança sem benefício de ordem, por acordo das partes (art. 265 do CC); **III:** correta (art. 828, III, do CC); **IV:** incorreta, pois o patrimônio do fiador não fica protegido; ele apenas pode requerer, até a contestação da lide, que sejam primeiro executados os bens do devedor; **V:** correta (art. 831 do CC).

Gabriel "C"

(FGV – 2008) O contrato de fiança, inserido em contrato formulário, que contenha cláusula de renúncia antecipada de benefício de ordem é:

- (A) irregular.
- (B) ineficaz.
- (C) anulável.
- (D) legítimo.
- (E) nulo.

Art. 424 c.c. o art. 827 do CC.

Gabriel "E"

#### 4.5. Demais contratos em espécie e contratos combinados

(FGV – 2007) A locação de vaga de garagem, em vila de casas, em tema de preempção, é de caráter:

- (A) obrigatório.
- (B) alternativo.
- (C) facultativo.

- (D) cumulativo.  
(E) disjuntivo.

Art. 1.338 do CC.

„A.“ Gabarito

## 5. RESPONSABILIDADE CIVIL

### 5.1. Obrigação de indenizar

(FGV – 2009) A respeito da *responsabilidade civil do empregador ou comitente por seus empregados, serviçais e prepostos*, é correto afirmar que:

- (A) não há responsabilidade na ausência de vínculo empregatício.  
(B) a responsabilidade do empregador ou comitente depende da comprovação de sua “culpa in eligendo” ou “culpa in vigilando”.  
(C) a responsabilidade do empregador exclui a do empregado.  
(D) o empregador que ressarcir a vítima poderá reaver o que houver pago em ação contra seu empregado.  
(E) não há responsabilidade quando o empregador ou comitente é pessoa física.

**A:** incorreta (art. 932, III, do CC); não há necessidade da existência de vínculo empregatício, mas apenas que o empregado esteja no exercício ou em razão de seu trabalho, mesmo que informal e sem vínculo; **B:** incorreta, pois a responsabilidade é objetiva (art. 933 do CC); **C:** incorreta, pois apenas se cria mais um responsável pela reparação; **D:** correta (art. 934 do CC); **E:** incorreta, pois não existe previsão legal da exclusão do empregador ou comitente pessoa física (art. 932, III, do CC).

„D.“ Gabarito

(FGV – 2008) A responsabilização do ato emulativo ocorre de forma:

- (A) subjetiva.  
(B) subjetivo-objetiva.  
(C) objetiva.  
(D) presumida.  
(E) ficta.

Ato emulativo é aquele praticado com abuso de direito. Segundo a doutrina, esse tipo de ato ilícito importa em responsabilidade objetiva, por não haver, no art. 187 do CC, necessidade de prova de culpa ou dolo do ofensor. *Vide* Enunciado 37 do Conselho da Justiça Federal.

„C.“ Gabarito

(FGV – 2008) Quando a lei atribui a um sujeito de direito o dever de indenizar os danos devidos à ação culposa de outro, há:

- (A) responsabilidade por simples culpa.  
(B) responsabilidade complexa.  
(C) responsabilidade objetiva.  
(D) responsabilidade por culpa presumida.  
(E) responsabilidade pelo risco.

A responsabilidade indireta ou complexa ocorre naqueles casos em que alguém responde pelo fato de outrem ou pelo fato das coisas, nos quais está presente a presunção de culpa (art. 932 do CC, por exemplo).

„B.“ Gabarito

(FGV – 2007) O ato emulativo enseja responsabilidade civil de cunho:

- (A) culpa presumida.  
(B) subjetivo.  
(C) reipersecutório.  
(D) real.  
(E) objetivo.

Ato emulativo é aquele praticado com abuso de direito. Segundo a doutrina, esse tipo de ato ilícito importa em responsabilidade objetiva, por não haver, no art. 187 do CC, necessidade de prova de culpa ou dolo do ofensor. *Vide* Enunciado 37 do Conselho da Justiça Federal.

„E.“ Gabarito

### 5.2. Dano

(OAB/Exame Unificado – 2004.ES) Acerca da responsabilidade civil, assinale a opção correta.

- (A) Se houve o dano, mas a sua causa não está relacionada com a conduta do agente, não há relação de causalidade nem obrigação de indenizar.  
(B) Dano emergente compreende aquilo que a vítima efetivamente perdeu e o que razoavelmente deixou de ganhar com a ocorrência do fato danoso.  
(C) O ato praticado com abuso de direito, mesmo se não houver causado dano à vítima ou ao seu patrimônio, resulta em dever de indenizar em virtude da violação a um dever de conduta.  
(D) O dano patrimonial atinge os bens jurídicos que integram o patrimônio da vítima. Por patrimônio deve-se entender o conjunto das relações jurídicas de uma pessoa apreciáveis em dinheiro, bem como aqueles direitos integrantes da personalidade de uma pessoa.

**A:** correta (art. 927 do CC); **B:** incorreta. Dano emergente equivale à perda efetivamente sofrida, o que deixou de ganhar equivale a lucros cessantes; **C:** incorreta. Requisito do dever de indenizar é o dano causado à vítima (art. 927 do CC); **D:** incorreta. Os direitos da personalidade não compõem o patrimônio.

„A.“ Gabarito

(FGV – 2008) A principal função da responsabilidade civil é:

- (A) sancionatória.  
(B) punitiva.  
(C) retributiva.  
(D) educativa.  
(E) compensatória.

De fato, como consta do art. 927 do CC, aquele que causa dano a outrem deverá repará-lo, ou seja, compensar o dano que causou. Essa é a principal função.

„E.“ Gabarito

(FGV – 2007) Os juros de mora, em caso de ilícito relativo líquido, tem como termo inicial:

- (A) o trânsito em julgado da decisão.  
(B) a data do fato.  
(C) a distribuição do feito.  
(D) a data da citação.  
(E) a apresentação da contestação.

Art. 405 do CC.

„D.“ Gabarito

(FGV – 2004) O pedido de reparação de danos por ato ilícito (Código Civil, art. 186) pode ser:

- (A) indeterminado
- (B) alternativo
- (C) condicional
- (D) ilíquido
- (E) incerto

Art. 946 do CC.

„D.“ Gabarito

## 6. COISAS

### 6.1. Posse

(FGV – 2008) Opera-se a intervenção da posse de maneira:

- (A) expressa.
- (B) indicativa.
- (C) diferida.
- (D) tácita.
- (E) antecipada.

A intervenção na posse ocorre quando determinado possuidor, por inércia do proprietário, consolida o domínio do bem objeto da posse. Essa consolidação do domínio se dá de forma tácita, uma vez que não há nenhum ato expresso do proprietário.

„D.“ Gabarito

(FGV – 2008) Ocorrendo abertura de sucessão, e impedindo um dos coerdeiros a utilização do bem pelos demais, deverá o Espólio ajuizar ação de:

- (A) imissão na posse.
- (B) reivindicatória.
- (C) reintegração de posse.
- (D) esbulho possessório.
- (E) interdito proibitório.

De fato, como os demais herdeiros nunca tiveram na posse do imóvel, a ação a ser intentada é de imissão na posse.

„A.“ Gabarito

(FGV – 2007) O possuidor em garantia da posse pode:

- (A) abandoná-la.
- (B) praticar esbulho.
- (C) praticar turbação.
- (D) praticar desforço pessoal.

Art. 1.210, § 1.º, do CC.

„D.“ Gabarito

(FGV – 2007) A posse mantém o respectivo caráter enquanto não ocorre a sua:

- (A) manutenção.
- (B) interdição.
- (C) justaposição.
- (D) inversão.
- (E) restituição.

Vide art. 1.203 do CC. Por exemplo, alguém que tem a posse de um dado imóvel e tal posse, apesar de indevida, é de boa-fé, terá a posse invertida, ou seja, considerada de má-fé, no momento em que as circunstâncias revelarem que a posse é indevida, o que se dá com a

notificação feita pelo legítimo possuidor ou mesmo com a citação em demanda que vise à retomada da coisa (art. 1.202 do CC). A inversão do caráter da posse tem grande relevância, pois o possuidor, enquanto estiver de boa-fé, tem certos direitos, que não mais terá no período em que tiver invertida a sua posse, para uma posse de má-fé.

„D.“ Gabarito

### 6.2. Propriedade

(FGV – 2005) Assinale a alternativa que complete corretamente a proposição a seguir: Adquire a propriedade do imóvel, não onerosamente, aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por \_\_\_\_.

- (A) 10 (dez) anos
- (B) 15 (quinze) anos
- (C) 20 (vinte) anos
- (D) 10 (dez) anos entre presentes e 15 (quinze) anos entre ausentes
- (E) 15 (quinze) anos entre presentes e 20 (vinte) anos entre ausentes

Art. 1.242, *caput*, do CC.

„A.“ Gabarito

(FGV – 2005) Segundo o Código Civil, a aquisição por acessão não pode se dar:

- (A) por avulsão.
- (B) pela formação de ilhas.
- (C) por aluvião.
- (D) por usucapião.
- (E) por plantações e construções.

As formas de aquisição por acessão estão descritas taxativamente no art. 1.248 do CC, e a usucapião não é uma delas.

„D.“ Gabarito

### 6.3. Condomínio

(FGV – 2009) Caio, condômino do Edifício B e C, situado em Belém/PA, pretende impugnar despesas que, no seu sentir, não estariam adequadas ao padrão do imóvel que ocupa. No dia designado para a assembleia geral de condôminos, comparece regularmente ao ato. Todos os condôminos comparecem ao evento, composto o *quorum* exigido pela lei e pela convenção condominial. As despesas são aprovadas, vencido Caio, bem como também aprovada a prestação de contas do síndico. Inconformado com o ocorrido, Caio busca aconselhamento jurídico, com o fito de não pagar as despesas aprovadas em assembleia, pois com elas não concorda, desejando, dentre outras alternativas, postular prestação de contas detalhadas. Diante do narrado, analise as afirmativas a seguir.

- I. O condômino, cujo voto é contrário às despesas aprovadas em assembleia geral não está compelido ao seu pagamento, já que o ato violaria direito individual.
- II. Sendo a assembleia hígida, a mesma constitui o órgão adequado à aprovação de despesas condominiais, o que vincula todos os condôminos.
- III. Não pode, regra geral, o condômino, individualmente, propor ação de prestação de contas em relação ao síndico ou ao condomínio.

- IV. Havendo quorum legal, as decisões da assembleia geral de condôminos têm validade e eficácia, desde que não colidam com a lei ou a convenção.
- V. A ausência do condômino à assembleia, quando regularmente comunicada, não impede que os efeitos dela decorrentes lhe atinjam, equiparado aos demais condôminos que compareceram ao ato.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas II, III, IV e V estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e V estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas III e V estiverem corretas.

I: incorreta, pois as despesas aprovadas em assembleia obriga a todos os condôminos (art. 24, § 1.º, da Lei 4.591/1964); II: correta (art. 24, *caput*, da Lei 4.591/1964); III: correta, “Despesas condominiais – Condomínio edilício – Ação de prestação de contas manejada por condôminos – Impossibilidade, haja vista ser a assembleia geral a destinatária das contas – Falta de legitimidade aos condôminos para, individualmente, exigí-las ao síndico – Recurso improvido. A aprovação das verbas relativas às despesas condominiais do condomínio edilício constitui atribuição da assembleia geral. Entretanto, as despesas efetuadas pelo síndico devem ser comprovadas, tendo os condôminos direito de examiná-las, sempre que alguma dúvida pairar quanto à sua regularidade ou lisura. Não pode o condômino, porém, individualmente, exigir prestação de contas pela via judicial, porque a lei considera foro adequado para tal discussão a assembleia geral.” (TJSP, Apelação 885823000, Des. Rel. Luis de Carvalho, j. 13.08.2008, 29.ª Câmara de Direito Privado); IV: correta, de fato as decisões da assembleia devem estar sempre de acordo com a convenção e com a lei (art. 24, § 1.º, da Lei 4.591/1964); V: correta, as despesas aprovadas em assembleia a todos os condôminos obriga (art. 24, § 1.º, da Lei 4.591/1964).

Gabartito “A”

(FGV – 2005) O Código Civil, ao tratar do condomínio edilício, não estabelece que:

- (A) a sua instituição só pode se dar por ato entre vivos.
- (B) o ato de instituição deverá ser registrado no cartório do Registro de Imóveis.
- (C) do ato de instituição deverá constar o fim a que as unidades se destinam.
- (D) a convenção do condomínio edilício poderá ser feita por escritura pública ou por instrumento particular.
- (E) para ser oponível contra terceiros, a convenção do condomínio edilício deverá ser registrada no cartório de Registro de Imóveis.

A: correta, pois o condomínio edilício poderá também se dar por testamento (art. 1.332, *caput*, do CC); B: incorreta (art. 1.332, *caput*, do CC); C: incorreta (art. 1.332, III, do CC); D: incorreta (art. 1.334, § 1.º, do CC); E: incorreta (art. 1.333, parágrafo único, do CC).

Gabartito “A”

(FGV – 2005) Segundo o Código Civil, é correto afirmar que:

- (A) são aplicáveis à divisão do condomínio voluntário as regras de partilha de herança.
- (B) para o fim de eximir-se do pagamento das despesas e dívidas, não pode o condômino renunciar à parte ideal.
- (C) os condôminos podem acordar que fique indivisa a coisa comum por prazo não maior a 2 (dois) anos, suscetível de prorrogação ulterior.

- (D) se a indivisão for estabelecida pelo doador ou pelo testador, não poderá exceder de 3 (três) anos.
- (E) a representação comum no condomínio não se presume, ainda que um condômino administre a coisa comum sem a oposição dos outros.

A: correta (art. 1.321 do CC); B: incorreta (art. 1.316, *caput*, do CC); C: incorreta, pois o prazo será não maior que 5 (cinco) anos (art. 1.320, § 1.º, do CC); D: incorreta, pois o prazo será de 5 (cinco) anos (art. 1.320, § 2.º, do CC); E: incorreta (art. 1.324 do CC).

Gabartito “A”

#### 6.4. Direitos reais de fruição

(FGV – 2007) As despesas de conservação do imóvel, no caso de usufruto, são de responsabilidade do:

- (A) usufrutuário e do nu proprietário
- (B) nu proprietário
- (C) usufrutuário
- (D) doador

Art. 1.403, I, do CC.

Gabartito “C”

#### 6.5. Direitos reais em garantia

(OAB/Exame Unificado – 2004.ES) A respeito do direito das coisas, assinale a opção incorreta.

- (A) A preferência das hipotecas entre os vários credores hipotecários se dará pela ordem de vencimento do título constitutivo. Assim, deve-se pagar integralmente o credor hipotecário cujo título vença primeiro e, após satisfeito este, ao segundo credor, ou ao terceiro, conforme a ordem cronológica do vencimento do título.
- (B) O direito de superfície se constitui mediante escritura pública regularmente registrada no registro de imóveis. Ao superficiário é concedido, por prazo determinado e a título gratuito ou oneroso, o direito de construir ou plantar sobre o terreno, bem como de dispor do direito, transferindo-o a terceiros e, por morte do superficiário, aos seus herdeiros.
- (C) Extinto o direito de superfície, o proprietário recuperará o pleno domínio sobre o terreno, bem como sobre as acessões e benfeitorias introduzidas no imóvel, via de regra, independentemente de qualquer indenização. A inversão dessa regra dependerá sempre de cláusula expressa.
- (D) A aquisição do domínio pode ser originária, quando o indivíduo adquire a propriedade do bem sem que este tenha sido transmitido por alguém, ou derivada, quando há transmissibilidade do domínio por ato *causa mortis* ou *inter vivos*.

A: incorreta, devendo ser assinalada (art. 1.477 do CC); B: correta (arts. 1.369, 1.379 e 1.372 do CC); C: correta (art. 1.375 do CC); D: correta. De fato, a aquisição da propriedade pode ser originária ou derivada; é originária quando a propriedade é adquirida sem vínculo com o dono anterior, de modo que o proprietário sempre vai adquirir propriedade plena, sem nenhuma restrição, sem nenhum ônus (ex: acessão, usucapião e ocupação); a aquisição é derivada quando decorre do relacionamento entre pessoas (ex: contrato registrado para imóveis, contrato com tradição para móveis, sucessão hereditária) e o novo dono vai adquirir nas mesmas condições do anterior.

Gabartito “A”

(FGV – 2009) A respeito da *hipoteca*, analise as afirmativas a seguir:

- I. É nula a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado.
- II. O dono do imóvel hipotecado pode constituir outra hipoteca sobre ele, mediante novo título, desde que em favor de credor diverso.
- III. O adquirente do imóvel hipotecado, desde que não se tenha obrigado pessoalmente a pagar as dívidas aos credores hipotecários, poderá exonerar-se da hipoteca, abandonando-lhes o imóvel.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

I: correta (art. 1.475, *caput*, do CC); II: incorreta, pois o devedor poderá constituir outra hipoteca em favor do mesmo credor (art. 1.476 do CC); III: correta (art. 1.479 do CC).

Gabriel E.

(FGV – 2005) Assinale a alternativa que não complete corretamente a proposição a seguir: Os contratos de penhor ou hipoteca declararão, sob pena de não terem eficácia, \_\_\_\_\_.

- (A) o bem dado em garantia com as suas especificações.
- (B) o valor do crédito, sua estimação, ou valor máximo.
- (C) o prazo fixado para pagamento.
- (D) a taxa de juros, se houver.
- (E) cláusula que autoriza o credor pignoratício ou hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento.

A: correta (art. 1.424, IV, do CC); B: correta (art. 1.424, I, do CC); C: correta (art. 1.424, II, do CC); D: correta (art. 1.424, III, do CC); E: incorreta, devendo ser assinalada (art. 1.428, *caput*, do CC).

Gabriel E.

(FGV – 2005) Analise as proposições a seguir:

São obrigações legais do credor pignoratício:

- I. a custódia da coisa, como depositário;
- II. a defesa da posse da coisa empenhada;
- III. a restituição, com os respectivos frutos e acessões, uma vez paga a dívida.

Assinale:

- (A) se apenas a proposição I estiver correta.
- (B) se apenas a proposição II estiver correta.
- (C) se apenas as proposições I e II estiverem corretas.
- (D) se todas as proposições estiverem corretas.
- (E) se nenhuma proposição estiver correta.

I: correta (art. 1.435, I, do CC); II: correta (art. 1.435, II, do CC); III: correta (art. 1.435, IV, do CC).

Gabriel D.

## 7. FAMÍLIA

(FGV – 2005) Assinale a alternativa correta quanto ao tratamento dado pelo Código Civil em matéria de casamento.

- (A) Não subsiste o casamento celebrado por aquele que, sem possuir a competência exigida na lei, exercer publicamente as funções de juiz de casamento e, nessa qualidade, tiver registrado o ato no Registro Civil.
- (B) Mesmo resultando gravidez, o casamento é anulável por motivo de idade.
- (C) A anulação do casamento dos menores de 16 anos poderá ser requerida pelo próprio cônjuge menor.
- (D) O prazo para ser intentada a ação de anulação do casamento é de 1 (um) ano, a contar da data da celebração, se incompetente a autoridade celebrante.
- (E) Extingue-se, em 2 (dois) anos, o direito de anular o casamento dos menores de 16 (dezesesseis) anos, contado o prazo da data do casamento, para seus representantes legais ou ascendentes.

A: incorreta (art. 1.554 do CC); B: incorreta (art. 1.551 do CC); C: correta (art. 1.552, I, do CC); D: incorreta, pois o prazo, nesse caso, é de 2 (dois) anos (art. 1.560, II, do CC); E: incorreta, pois o prazo é de 180 (cento e oitenta dias) (art. 1.560, § 1.º, do CC).

Gabriel C.

### 7.1. União estável

(FGV – 2009) Caio, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Rua do Acre, n. 50, Belém/PA é designado para realizar tarefas profissionais na aprazível cidade de Óbidos/PA, onde mantém conhecimento com Júlia, professora, residente àquela localidade. Após rápido relacionamento, Caio retorna para a capital do Estado, tendo notícia da gravidez de Júlia. Caio compromete-se a financiar as despesas do parto, bem como fornecer alimentos ao seu filho, de nome Túlio, voluntariamente. Em nenhum momento, houve coabitação comum, sendo certo que o genitor sempre exerceu o seu direito de visitas, participando da vida do filho, comparecendo ao colégio, quando necessário, e às festas de aniversário. Após vinte anos, Julia ingressou com ação declaratória aduzindo longa relação afetiva com Caio, afirmando que, sendo ambos solteiros, nada impediria a transformação do relacionamento existente em casamento e requerendo que fosse proferida sentença de reconhecimento da união estável do casal. O réu, regularmente citado, aduz que, na verdade, houve relacionamento fugaz, habitando a autora e o réu em cidades distantes, não sendo caracterizada a continuidade do relacionamento capaz de transformá-lo em união estável. Caio afirma que o seu relacionamento ocorria, exclusivamente, com o filho advindo, por força da responsabilidade legal e afetiva que portava, postulando a improcedência do pedido. Após a instrução probatória, os fatos articulados pelo réu foram devidamente comprovados. Diante de tal contexto, analise as afirmativas a seguir.

- I. O relacionamento fugaz, mesmo com o advento de filhos não caracteriza a união estável.
- II. O fato de uma das pessoas envolvidas em relacionamento afetivo portar a condição de casada inviabiliza

a caracterização da união estável, nos termos da lei civil em vigor.

- III. Um dos deveres que deflui da união estável é o de sustentar e educar os filhos comuns.
- IV. A prestação voluntária de alimentos em valores inadequados ao sustento da criança caracteriza a falta de interesse em buscar a fixação dos valores judicialmente.
- V. As relações patrimoniais decorrentes da união estável obedecem ao regime da comunhão universal de bens, salvo contrato escrito.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa IV estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas II e V estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.

I: correta, pois para caracterização da união estável a convivência deve ser duradoura (art. 1.723 do CC); II: correta, pois poderá haver a união estável se a pessoa estiver separada de fato (art. 1.723, § 1.º, do CC); III: correta (art. 1.724 do CC); IV: incorreta, pois não existe essa previsão legal; a parte conserva o interesse mesmo que aceite extrajudicialmente valor insuficiente ao sustento do filho; V: incorreta (art. 1.725 do CC).

Gabriel D.

## 7.2. Alimentos

(FGV – 2008) Francisco (68) e Adair Souza (67), pais de Roberto Souza, ingressam em juízo em face do filho, pleiteando alimentos de R\$ 2 mil. Em sua resposta, o filho alega que só poderia arcar com alimentos de R\$ 1 mil e requer que seja chamada à lide sua irmã, Clarice. A obrigação dos filhos de Francisco e Adair, com relação a prestar alimentos aos pais, é:

- (A) conjunta.
- (B) solidária.
- (C) subsidiária.
- (D) concomitante.
- (E) subsequente.

Arts. 1.º e 12 da Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).

Gabriel B.

## 7.3. poder familiar

(FGV – 2008) Ocorre a suspensão do poder familiar, quanto ao pai ou à mãe, quando condenados por sentença irreversível, cuja pena exceda a:

- (A) 1 (um) ano.
- (B) 2 (dois) anos.
- (C) 3 (três) anos.
- (D) 4 (quatro) anos.
- (E) 5 (cinco) anos.

Art. 1.637, parágrafo único, do CC.

Gabriel B.

## 8. SUCESSÕES

### 8.1. Sucessão em geral e sucessão legítima

(OAB/Exame Unificado – 2004.ES) Com relação ao direito das sucessões, assinale a opção correta.

- (A) Na sucessão *mortis causa* a título universal, o herdeiro recebe a totalidade ou uma fração determinada do patrimônio do *de cujus*.
- (B) Nos casos de comoriência, ou seja, de morte simultânea, em razão do mesmo acontecimento, o qual não permite a verificação da ordem cronológica dos falecimentos, presume-se que os mais velhos tenham morrido antes dos mais jovens.
- (C) Se um indivíduo falecer sem deixar descendentes, mas deixando bens e avós paternos e bisavó materna, os ascendentes herdarão por linha. Assim, a herança será dividida em partes iguais, ou seja, 50% para os avós paternos e 50% para a bisavó materna.
- (D) Declarada judicialmente a vacância da herança, os bens que a integram incorporam-se desde logo e definitivamente aos bens do Estado.

A: correta. De fato, na sucessão a título universal transfere-se ao sucessor a totalidade do patrimônio do *de cujus*, ou uma fração dele, abrangendo tanto seu ativo como seu passivo; B: incorreta (art. 8.º do CC); C: incorreta (art. 1.836, § 1.º, do CC); D: incorreta (art. 1.822 do CC).

Gabriel A.

(FGV – 2009) A respeito da *sucessão legítima*, analise as afirmativas a seguir:

- I. A sucessão legítima defere-se aos descendentes do *de cujus*, em concorrência com o cônjuge sobrevivente quando casado este com o falecido no regime da comunhão universal de bens.
- II. Concorrendo com ascendente em primeiro grau, ao cônjuge tocará 1/3 (um terço) da herança ou a metade desta, caso haja um só ascendente, ou se maior for aquele grau.
- III. Se o cônjuge for ascendente dos herdeiros com que concorrer, sua quota não poderá ser superior à quarta parte da herança.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

I: incorreta (art. 1.829, I, do CC); II: correta (art. 1.837 do CC); III: incorreta, pois a quota parte não poderá ser inferior à quarta parte da herança (art. 1.832 do CC).

Gabriel B.

### 8.2. Sucessão testamentária

(FGV – 2008) O testamento pode ser escrito de próprio punho. São requisitos essenciais à sua validade que seja lido e assinado por quem o escreveu, na presença de pelo menos:

- (A) duas testemunhas.
- (B) seis testemunhas.
- (C) quatro testemunhas.
- (D) cinco testemunhas.
- (E) três testemunhas.

Art. 1.876, § 1.º, do CC.

„E.“ Gabarito

(FGV – 2006) O Código Civil veda o testamento:

- (A) nuncupativo militar.
- (B) marítimo.
- (C) hológrafo.
- (D) conjuntivo.
- (E) militar.

Art. 1.863 do CC.

„D.“ Gabarito

(FGV – 2005) Assinale a alternativa correta.

- (A) Só podem testar os maiores de 18 (dezoito) anos.
- (B) O direito de impugnar a validade do testamento conta-se da data do óbito do testador.
- (C) São testamentos especiais o marítimo, o aeronáutico e o militar.
- (D) A disposição de testamento por incapaz se valida com a superveniência da capacidade.
- (E) O Código Civil considera testamentos ordinários somente o público e o particular.

**A:** incorreta (art. 1.860, parágrafo único, do CC); **B:** incorreta (art. 1.859 do CC); **C:** correta (art. 1.886, I, II e III, do CC); **D:** incorreta (art. 1.861 do CC); **E:** incorreta, pois existe também o testamento cerrado (art. 1.862, II, do CC).

„C.“ Gabarito

(FGV – 2005) Assinale a alternativa correta.

- (A) O fiduciário tem a propriedade da herança ou legado, mas restrita e resolúvel.

- (B) A revogação do testamento, em regra, só pode ser total.

- (C) O direito de provar a causa da deserdação se extingue no prazo de 2 (dois) anos, a contar do óbito do testador.

- (D) O legado alternativo é nulo de pleno direito, pois não se pode deixar ao herdeiro a opção.

- (E) É inadmissível em nosso direito o codicilo cerrado.

**A:** correta (art. 1.953, *caput*, do CC); **B:** incorreta, pois a revogação pode ser total ou parcial (art. 1.970, *caput*, do CC); **C:** incorreta, pois o prazo é de 4 (quatro) anos a contar da data da abertura do testamento (art. 1.965, parágrafo único, do CC); **D:** incorreta (art. 1.932 do CC); **E:** incorreta (art. 1.885 do CC).

„A.“ Gabarito

(FGV – 2005) Analise as proposições a seguir com base no Código Civil:

- I. O direito de provar a causa da deserdação extingue-se no prazo de 3 (três) anos, a contar da data da abertura do testamento.
- II. No legado alternativo, se o herdeiro ou legatário a quem couber a opção falecer antes de exercê-la, passará esse poder aos seus herdeiros.
- III. A cláusula de inalienabilidade, imposta aos bens por ato de liberalidade, implica, apenas, a impenhorabilidade, permitindo, no entanto, a comunicabilidade.

Assinale:

- (A) se apenas a proposição I estiver correta.
- (B) se apenas a proposição II estiver correta.
- (C) se apenas as proposições I e II estiverem corretas.
- (D) se todas as proposições estiverem corretas.
- (E) se nenhuma proposição estiver correta.

**I:** incorreta, o prazo é de 4 (quatro) anos a contar da data da abertura do testamento (art. 1.965, parágrafo único, do CC); **II:** correta (art. 1.933 do CC); **III:** incorreta, pois implica também na incomunicabilidade (art. 1.911, *caput*, do CC).

„B.“ Gabarito



# PROCESSO CIVIL COMENTADAS À LUZ DO NOVO CPC

Luiz Dellore

(Defensor Público da União – 2010 – CESPE) Julgue o item que se segue, acerca dos princípios processuais.

- (1) O máximo resultado com o mínimo emprego de atividades processuais é ideia que sintetiza o chamado princípio da economia processual, sendo a reunião de processos conexos exemplo de aplicação desse princípio, assim como a ação declaratória incidente.

1: correta, porque é exatamente esse o significado do princípio da economia processual, embora fosse possível dizer que a reunião de processos conexos tenha também como finalidade evitar que sejam proferidas decisões conflitantes.

Gabarito 1C

(Defensor Público/ES – 2012 – CESPE) Com relação à competência processual civil, julgue os itens a seguir.

- (1) Admite-se, no que se refere ao cumprimento da sentença condenatória, a derrogação da competência funcional do juízo do decisum, facultando-se ao credor optar pelo juízo do local onde se encontrem os bens sujeitos a expropriação.
- (2) A aplicação do princípio da perpetuatio iurisdictionis não obsta a modificação posterior da competência em caso de competência absoluta.

1: correto (art. 516, parágrafo único, do NCPC); 2: correto. Em função do princípio da perpetuatio iurisdictionis, a competência é determinada no momento em que a ação é ajuizada, de forma que as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas após o aforamento da demanda não têm o condão de modificar a competência, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou da hierarquia, critérios estes que denotam hipóteses de competência absoluta (art. 43 do NCPC).

Gabarito 1C, 2C

(Delegado Federal – 2013 – CESPE) A respeito de competência, julgue os itens subsequentes.

- (1) No que se refere ao processamento e ao julgamento de guarda e alimentos de menor de idade residente no Brasil, a competência será concorrente entre a jurisdição brasileira e a estrangeira se o pai do menor, réu no processo, residir em outro país.
- (2) Em regra, a competência da justiça federal decorre da identidade das partes envolvidas na relação processual, de modo que a natureza da lide pode não ser fator determinante para a fixação da competência.

1: correta, por se tratar de situação em que se admite a competência internacional concorrente (NCPC, art. 21, II – obrigação deve ser cumprida no Brasil); 2: correta, pois o principal critério para fixação da competência da Justiça Federal é a participação de ente federal (CF, art. 109, I).

Gabarito 1C, 2C

(Analista – TRT/16ª – 2014 – FCC) Tullius pretende ajuizar ação fundada em direito real sobre bem móvel. Essa ação, em regra, deverá ser proposta

- (A) no foro do domicílio do autor.  
(B) no foro do domicílio do réu.  
(C) no foro da situação da coisa.  
(D) no foro em que foi celebrado o contrato.  
(E) em qualquer foro.

A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu (art. 46 do NCPC).

Gabarito B

(Analista – TRT/2ª – 2014 – FCC) Domiciliado em Cajamar, Fabio Soares colide seu carro em Casa Branca. O veículo contra o qual colidiu pertence a Liliانا Mendes, domiciliada em Jaguariúna. Como as partes não celebraram acordo, Fabio quer propor ação reparatória do dano sofrido, devendo fazê-lo em

- (A) Casa Branca, apenas, por ser o local em que ocorreu o fato.  
(B) Cajamar ou em Casa Branca, respectivamente, domicílio do autor ou do local do fato.  
(C) qualquer uma das três Comarcas.  
(D) Jaguariúna, apenas, por ser o domicílio da ré.  
(E) Cajamar, somente, por ser o domicílio do autor.

É entendimento pacífico do STJ: “Consoante entendimento desta Corte, o parágrafo único do art. 100 do Código de Processo Civil ‘contempla uma faculdade ao autor, supostamente vítima de ato delituoso ou de acidente causado por veículo, para ajuizar a ação de reparação de dano no foro de seu domicílio ou local do fato, sem exclusão da regra geral prevista no caput do art. 94’ (v.g. REsp 4.603/RJ, DJ 17.12.1990)” (STJ, REsp 873.386/RN, 4ª T. j. 21.11.2006, rel. Min. Jorge Scartezini, DJ 18.12.2006). Portanto, correta é a alternativa “C”. O artigo 100 do CPC/1973 corresponde ao art. 53, V do NCPC.

Gabarito C

(Analista – STF – 2008 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, acerca da competência em matéria civil.

- (1) A competência para o inventário é definida em razão do lugar onde ocorrer a morte do autor da herança, trata-se de competência relativa. Por isso, quando o autor da herança for servidor público, será competente para processar o seu inventário o juízo do local onde ele tinha seu domicílio necessário, ou seja, o lugar em que exercia permanentemente suas funções, ou o juízo do lugar de sua última lotação.
- (2) Nas hipóteses de prorrogação da competência por continência, caso as ações já estejam em curso, ainda que a causa menor seja proposta depois da continência,

o juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, determinará a reunião das ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas simultaneamente pelo juízo prevento.

**1:** Errado. De fato, a competência territorial é relativa, porém a competência para o inventário, de acordo com o disposto no art. 48 do NCPG, é o local do domicílio do autor da herança; **2:** Errado. Havendo conexão ou continência, o juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pode ordenar a reunião de ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas simultaneamente (arts. 57 a 59 do NCPG).

Gabário 1E, 2E

(Analista – TRT/21ª – 2010 – CESPE) A respeito das condições da ação, das partes, da competência e dos atos processuais, julgue o item que se segue.

(1) Se for ajuizada ação de separação judicial perante vara do trabalho, o juiz deverá conhecer da incompetência de ofício.

**1:** correto. A Justiça do Trabalho é absolutamente incompetente *ratione materiae* para processar e julgar as ações de separação judicial, a contrario sensu do que dispõe o art. 114 da Carta Magna, razão por que o juízo do trabalho deve reconhecer sua incompetência de ofício e remeter os autos à Justiça Comum Estadual, juízo natural do feito (art. 64, §§ 1º e 2º, do NCPG).

Gabário 1C

(Analista – TRT/23ª – 2007 – FCO) Paulo ajuizou ação de cobrança de honorários médicos contra João, no valor de R\$ 30.000,00, tendo a ação sido distribuída à 2ª Vara da Comarca. João ajuizou ação da cobrança de aluguéis contra Paulo, no valor de R\$ 40.000,00, tendo a ação sido distribuída à 3ª Vara da Comarca. Nesse caso,

- (A) não há conexão, nem continência, porque, embora as partes sejam as mesmas, a causa de pedir é diversa.
- (B) há conexão, porque as partes são as mesmas e lhes é comum o objeto das ações.
- (C) há continência, porque as partes são as mesmas e o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o da outra.
- (D) há conexão, porque as partes são as mesmas e lhes é comum a causa de pedir.
- (E) há continência, porque há identidade de partes e de objeto, sendo que a causa de pedir de uma abrange a da outra.

A alternativa A é a correta pois não há identidade suficiente para gerar conexão (pedido e causa de pedir diversa) nem continência (arts. 55 e 56 do NCPG).

Gabário "A"

(Analista – TRT/10ª – 2004 – CESPE) Acerca de competência, julgue os itens a seguir.

- (1) Sendo a União a autora, a demanda deve ser proposta na justiça federal, na seção judiciária ou subseção em que a outra parte seja domiciliada, isto é, a competência é do foro do domicílio do réu; se a União figurar no polo passivo, o legislador constitucional prevê quatro opções: foro do domicílio do autor, do local do ato ou fato em que a pretensão estiver fundada, da situação da coisa ou no Distrito Federal (DF).
- (2) De regra, a estabilização da demanda em relação às partes e ao objeto do litígio se dá sempre poste-

riormente à citação, enquanto para o juízo a inalterabilidade, denominada *perpetuatio iurisdictionis*, estabelece-se com a propositura da ação, sendo que a partir daí são irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou da hierarquia.

**1:** Certo. As causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal (art. 109, § 2º, da CF e 51 NCPG); **2:** Certo, conforme art. 43 do NCPG.

Gabário 1C, 2C

(Analista – TRT/10ª – 2004 – CESPE) A respeito de competência, julgue o item a seguir.

(1) Não havendo previsão específica ou excepcional, a competência de foro é determinada pela regra geral do foro do domicílio do autor, pois é ele que está pedindo a tutela jurisdicional.

**1:** Errado, é o domicílio do réu, conforme art. 46 do NCPG.

Gabário 1E

(Analista – TRE/BA – 2010 – CESPE) Acerca da competência jurisdicional, julgue o próximo item.

(1) Cuidando-se de ação de indenização por acidente de trabalho fundada na culpa do empregador, compete à justiça do trabalho o julgamento da lide. A competência da justiça comum estadual remanesce apenas nos casos em que haja sentença de mérito exarada em data anterior à vigência da Emenda Constitucional n.º 45.

**1:** correto. "A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho propostas por empregado contra empregador, inclusive aquelas que ainda não possuíam sentença de mérito em primeiro grau quando da promulgação da Emenda Constitucional nº 45/04". Súmula Vinculante nº 22 do STF.

Gabário 1C

(Analista – TRF/5ª – 2003 – FCC) Para uma ação de reintegração de posse de imóvel cuja área esteja situada em mais de uma comarca, determinar-se-á a competência

- (A) pela prevenção, podendo a ação ser ajuizada em qualquer delas e estendendo-se a competência sobre a totalidade do imóvel.
- (B) pelo foro do domicílio do réu, mesmo que não se localize em uma das comarcas onde está situado o imóvel.
- (C) pelo foro do lugar em que estiver localizada a maior parte da área do imóvel.
- (D) pelo foro do lugar em que estiverem localizadas as principais benfeitorias.
- (E) pelo foro do domicílio do réu, se este se situar no imóvel objeto da ação.

Se o imóvel se achar situado em mais de um Estado, comarca, seção ou subseção judiciária, determinar-se-á o foro pela prevenção, estendendo-se a competência sobre a totalidade do imóvel (art. 60 do CPC).

Gabário "A"

(Ministério Público/SP – 2012 – VUNESP) A propósito do Ministério Público no Direito Processual Civil, é correto afirmar

- (A) Cabe ao Ministério Público exercer o direito de ação nos casos previstos em lei, militando em seu favor a inversão do ônus da prova.
- (B) Nas causas em que a intervenção do Ministério Público se dá como fiscal da lei, não lhe é permitido aditar a inicial ou produzir prova em audiência, em razão do princípio dispositivo do processo.
- (C) Quando a lei considerar obrigatória a intervenção do Ministério Público, deixando de se manifestar, quando intimado, haverá nulidade do processo.
- (D) Cabe ao Ministério Público intervir nas causas que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural, como nas causas em que haja interesse público demonstrado pela qualidade da parte.
- (E) Intervindo como fiscal da lei, o órgão do Ministério Público terá vista dos autos depois das partes não sendo necessária sua intimação dos atos das partes.

A: incorreta, porque não há previsão legal de inversão do ônus da prova em favor do MP. Sobre o tema, interessante é a leitura do art. 373, § 3º, do NCPC acerca da distribuição dinâmica do ônus da prova. Vale dizer ainda que a referida modalidade não era prevista no anterior Código de Processo Civil; B: incorreta, porque o MP, ainda que atue como fiscal da lei, poderá produzir provas em audiência, bem como requerer as medidas processuais pertinentes e recorrer (art. 179, II, NCPC); C: incorreta, porque a nulidade decorre da falta de intimação do MP, e não da ausência de sua manifestação; D: correta. No NCPC, há menção a litígio coletivo pela posse (art. 178, III) e interesse público (art. 178, I), sem a menção a “demonstrado pela qualidade da parte” (que existia no CPC/1973) E: incorreta, porque a intimação é obrigatória para todos os atos do processo (art. 179 do NCPC) – sendo que agora o Código fala em “fiscal da ordem jurídica”.

Gabarito “D”

(Analista – TST – 2008 – CESPE) Representação, assistência e substituição são institutos que dizem respeito à capacidade processual e à legitimidade. Com relação a esse tema, julgue os seguintes itens.

- (1) A representação e a assistência são formas de integração da capacidade processual, que só ocorre em relação a pessoas físicas, jamais em relação a pessoas jurídicas.
- (2) A substituição processual pode ser inicial ou superveniente, exclusiva ou concorrente.
- (3) O substituído pode ingressar no processo como assistente simples nos casos de substituição processual concorrente.

1: correto, pois os incapazes serão representados ou assistidos por seus pais, tutores ou curadores, na forma da lei civil (art. 71 do NCPC), contudo há uma espécie de representação para as pessoas jurídicas e demais entes prevista no art. 75, NCPC (decorrente não de incapacidade mas de falta de personalidade judiciária); 2: correto, a substituição processual é inicial quando se move a ação pelo ou em face do substituído; é superveniente quando, no curso do processo, dá-se a substituição. É exclusiva quando somente o substituído tem a titularidade do direito de ação; é concorrente quando também o substituído tem legitimidade para agir em juízo; 3: incorreto (art. 18, parágrafo único, do NCPC).

Gabarito 1.C, 2.C, 3.E

(Analista – TRT/17ª – 2009 – CESPE) Com referência às partes e aos procuradores em um processo civil, julgue os itens que se seguem.

- (1) Não se confundem a responsabilidade de uma das partes por dano processual causado a outra com a responsabilidade destas pelas despesas processuais, sendo certo que, no primeiro caso, a lei processual enumera taxativamente as hipóteses em que se configura a responsabilidade por perdas e danos.
- (2) Caso uma pessoa adquira um bem cuja propriedade esteja sendo objeto de litígio entre o alienante e terceira pessoa, o adquirente não poderá substituir o alienante no feito, caso a outra parte não consinta, porém será possível ao adquirente ingressar no feito como assistente do alienante, até porque, nessa hipótese, a coisa julgada ultrapassa seus limites usuais para atingir quem adquire a coisa litigiosa.

1: correta (arts. 79 e 85 do NCPC); 2: correta (art. 119 do NCPC).

Gabarito 1.C, 2.C

(Analista – TRT/7ª – 2009 – FCC) O Juiz, de conformidade com o Código de Processo Civil,

- (A) sempre poderá decidir um litígio por equidade.
- (B) está proibido de exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário quando nele estiver postulando, como advogado da parte, qualquer parente seu, consanguíneo ou afim na linha colateral até o segundo grau.
- (C) poderá se eximir de sentenciar ou despachar alegando lacuna ou obscuridade da lei.
- (D) é considerado suspeito para exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário quando for órgão de direção ou de administração de pessoa jurídica, parte na causa.
- (E) é considerado suspeito para exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário em que funcionou como órgão do Ministério Público.

A: incorreta, pois o juiz só decidirá por equidade nos casos previstos em lei (art. 140, parágrafo único, do CPC); B: correta, conforme art. 144, III, do NCPC. Importante aclarar ao candidato que o art. 144 previu que haverá impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo quando nele estiver postulando, como defensor público, advogado ou membro do Ministério Público, seu cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive; C: incorreta, pois o juiz não se exime de sentenciar ou despachar alegando lacuna ou obscuridade no ordenamento jurídico (art. 140 do NCPC); D: incorreta, pois é caso de impedimento (art. 144, V, do NCPC); E: incorreta, de acordo com o art. 144, I, do CPC (impedimento).

Gabarito “B”

(Analista – TRT/2ª – 2008 – FCC) A respeito das partes e dos procuradores, é INCORRETO afirmar:

- (A) A herança jacente ou vacante será representada em juízo por seu inventariante.
- (B) A sentença condenará o vencido a pagar honorários advocatícios nos casos em que o advogado funciona em causa própria.
- (C) Quando o inventariante for dativo, todos os herdeiros e sucessores do falecido serão autores ou réus nas ações em que o espólio for parte.

- (D) Reputa-se litigante de má-fé aquele que interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.
- (E) As sociedades sem personalidade jurídica, quando demandadas, não poderão opor a irregularidade de sua constituição.

**A:** incorreta, devendo ser assinalada, pois a herança jacente ou vacante, será representada em juízo, ativa ou passivamente, por seu curador (art. 75, VI, do NCPC); **B:** correta com base no art. 85, § 17 do NCPC; **C:** correta no CPC/1973 (art. 12, § 1º, do CPC). Entretanto, no CPC/2015, o art. 75, § 1º, prevê que quando o inventariante for dativo, os sucessores do falecido serão intimados no processo no qual o espólio seja parte, diferentemente do que ocorria no CPC de 1973; **D:** correta, art. 80, VII, do NCPC; **E:** correta, art. 75, § 2º, do NCPC.

Gabário "A"

(Analista – TRT/13ª – 2005 – FCC) É correto afirmar que o juiz dirigirá o processo conforme as disposições do Código de Processo Civil e que

- (A) caberá ao juiz, a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, não podendo determiná-las de ofício.
- (B) o juiz decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe permitido conhecer de questões não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte.
- (C) o juiz poderá se eximir de sentenciar ou despachar alegando lacuna ou obscuridade da lei, desde que justifique e comprove a situação.
- (D) em qualquer hipótese, o juiz que proferir a sentença, se entender necessário, poderá mandar repetir as provas já produzidas.
- (E) o juiz apreciará livremente a prova ao proferir sentença, atendendo aos fatos alegados pelas partes, sendo-lhe facultada a indicação dos motivos que formaram o seu convencimento.

**A:** incorreta, pois é possível o juiz determinar de ofício, nos termos do art. 370 do NCPC; **B:** incorreta, o juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito a lei exige iniciativa da parte (art. 141 do NCPC); **C:** incorreta, nos termos do art. 140 do NCPC; **D:** correta no CPC/1973 (art. 132, parágrafo único, do CPC). Importante lembrar o candidato que não há previsão correspondente no Novo Código, mas que isso decorre do convencimento motivado (art. 371 do NCPC); **E:** incorreta, pois o juiz deve indicar os motivos que forma seu convencimento (art. 371 do NCPC).

Gabário "D"

(Analista – TRT/9ª – 2007 – CESPE) A respeito da participação do Ministério Público no processo civil, julgue o item a seguir.

- (1) O Ministério Público tem os mesmos ônus das partes litigantes quando propõe uma ação em nome próprio como representante de terceiros, se for demandado ou se atuar, nos processos, como fiscal da lei. Contudo, a sua ausência justificada na audiência de instrução e julgamento, ainda quando devidamente intimado, determina a suspensão do processo e o adiamento da audiência, sob pena de nulidade do processo.

1: errado (arts. 177, 178 e 279 do NCPC).

Gabário "E"

(Técnico Judiciário – TRT/9ª – 2010 – FCC) Em uma ação ordinária movida contra pessoa jurídica de direito privado, o Juiz verificou que a procuração outorgada ao advogado que apresentou a contestação foi assinada por pessoa alheia ao quadro social da empresa e sem poderes para representá-la. Em vista disso, suspendeu o processo e determinou a intimação da ré pelo correio para sanar o defeito de representação no prazo de 30 dias. Não tendo sido cumprido esse despacho dentro do prazo fixado, o juiz deverá:

- (A) decretar a nulidade do processo.
- (B) extinguir o processo sem exame do mérito.
- (C) declarar a ré revel.
- (D) fixar novo prazo para a regularização da representação.
- (E) determinar o prosseguimento do processo.

Estabelece o art. 76, §1º, II, do NCPC que se descumprida a obrigação que caberia ao réu, este será considerado revel.

Gabário "C"

(Técnico Judiciário – TRT/5ª – 2008 – CESPE) Acerca da jurisdição, da ação, das partes e procuradores, do litisconsórcio e da assistência, julgue o item seguinte.

- (1) Supre-se a incapacidade processual relativa da parte por meio da intervenção do representante legal do incapaz.

1: incorreta. Supre-se a incapacidade relativa por meio da intervenção do assistente do relativamente incapaz. O absolutamente incapaz é que é representado (art. 71 do NCPC e arts. 3º e 4º do CC).

Gabário "E"

(Técnico Judiciário – TRT/5ª – 2008 – CESPE) Quanto à competência, ao juiz e aos atos processuais, julgue o item a seguir.

- (1) Reputa-se fundada a suspeição de parcialidade do juiz quando, no processo, o seu cônjuge estiver postulando como advogado da parte.

1: incorreta. Trata-se de caso de hipótese de impedimento e não de suspeição do juiz (art. 144, III do NCPC).

Gabário "E"

(Técnico Judiciário – TRT/10ª – 2004 – CESPE) Em relação a partes, processo e procedimento, julgue o item a seguir.

- (1) Em processo no qual litiga pessoa jurídica em um dos polos, parte é a pessoa jurídica e não o seu representante, que simplesmente age em nome dela.

1: correta, nos termos do art. 75, VIII, do NCPC.

Gabário "C"

(Ministério Público/RO – 2010 – CESPE) Com relação aos atos processuais, assinale a opção correta.

- (A) Auto é um termo processual que se refere à narração, por escrito, das audiências.
- (B) É defeso às partes, ainda que todas estejam de acordo, reduzir ou ampliar os prazos.
- (C) O prazo para o MP contestar deve ser computado em dobro.
- (D) Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente quando o expediente forense for encerrado antes da hora normal.

- (E) A estrutura processual baseia-se no princípio da instrumentalidade das formas, de modo que, de acordo com o CPC, não se pode mitigar a incidência desse princípio em nenhuma hipótese.

**A:** incorreta, porque esse é conceito de termo; **B:** incorreta, porque no NCPC existe a possibilidade de negócio jurídico processual (art. 190), que é a modificação do procedimento por vontade das partes. Além disso, prevê o art. 222, § 1º, do NCPC que o juiz somente pode reduzir prazos peremptórios com anuência das partes; **C:** A alternativa era incorreta à época da aplicação da prova, porque o prazo previsto era em quádruplo (art. 188 do CPC/1973). Com o Novo Código de Processo Civil, o prazo para o MP contestar passou a ser em dobro, de acordo com o art. 180 do NCPC; **D:** correta (art. 224, § 1º, do NCPC); **E:** incorreta, porque o princípio não pode ser aplicado quando a lei estabelecer uma determinada forma, sob pena de nulidade do ato (art. 277 do NCPC).

Gabarito "A", do NCPC

(CartórioMG\_Remoção – 2015\_Consulplan) Durante audiência de Instrução e Julgamento foi emitida e publicada sentença, presentes partes e advogados, devidamente intimados. Nesse caso, o prazo para recorrer começa a fluir

- (A) imediatamente, contando-se o dia da audiência.  
(B) imediatamente, começando a contagem a ser feita no primeiro dia útil subsequente à audiência.  
(C) da publicação na imprensa oficial e não na audiência.  
(D) imediatamente, desde que a parte sucumbente, ainda em audiência, faça manifestação expressa no sentido de que irá recorrer.

Alternativa B correta conforme artigo 1.003, §1º, CPC.

Gabarito "B"

(Cartório/RJ – 2008 – UERJ) Os seguintes atos poderão ser realizados pelo oficial de justiça nos fins de semana:

- (A) citação e penhora  
(B) sequestro e arresto  
(C) arrecadação e penhora  
(D) citação e arrecadação  
(E) busca e apreensão, e arrecadação

Conforme autoriza o art. 212, § 2º, NCPC, podem ser realizados pelo oficial de justiça nos fins de semana as citações, intimações e penhoras.

Gabarito "A"

(Cartório/MA – 2008 – IESES) Em relação aos atos processuais, assinale a alternativa ERRADA:

- (A) Em casos excepcionais, a citação e a penhora poderão se realizar em domingos e feriados ou nos dias úteis fora do horário estabelecido legalmente (das 6 às 20 horas), independentemente de autorização expressa do juiz.  
(B) A citação, ainda que ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.  
(C) A superveniência das férias suspenderá o curso dos prazos processuais.  
(D) Não se admite a citação pelo correio nas ações de estado.

**A:** incorreto. A assertiva foi elaborada na vigência do CPC/1973, que no art. 172, § 2º, vedava a citação e penhora em domingos e feriados ou fora do horário legalmente permitido, sem autorização

judicial. Entretanto, o NCPC autorizou a prática desses atos em domingos, feriados ou fora dos horários legalmente estabelecidos independentemente de autorização judicial (art. 212, § 2º, NCPC); **B:** correto (art. 240, *caput*, do NCPC) o que interrompe a prescrição não é mais a citação válida, mas o despacho que ordena a citação (art. 240, §1º, NCPC); **C:** correto (art. 220 do NCPC), a despeito de não em ver artigo semelhante ao que previa no CPC/73 (art. 179); **D:** correto (art. 247, I, do NCPC).

Gabarito "A"

(Cartório/AM – 2005 – FGV) Assinale a alternativa que complete corretamente a proposição a seguir: O juiz poderá, nas Comarcas onde for difícil o transporte, prorrogar quaisquer prazos, mas nunca por mais de \_\_\_\_.

- (A) sessenta dias  
(B) vinte dias  
(C) quinze dias  
(D) cinco dias úteis  
(E) quarenta e oito horas

As assertivas foram elaboradas na vigência do CPC/1973, que no art. 182, *caput*, segunda parte, fixava a prorrogação dos prazos em no máximo 60 (sessenta) dias. O NCPC, no art. 222 diferentemente, fixa o prazo máximo de prorrogação em 2 (dois) meses.

Gabarito "A"

(Cartório/SP – VI – VUNESP) Os atos de um processo judicial podem ser armazenados e assinados por meio eletrônico?

- (A) Sim, uma vez que a lei é omissa e, assim, não veda tal conduta.  
(B) Sim, nos termos da lei.  
(C) Não, por falta de previsão legal, a ferir o princípio do devido processo legal.  
(D) Não, até que haja autorização expressa e específica do Conselho Nacional de Justiça.

Os atos processuais podem ser total ou parcialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico, na forma da lei (art. 193, *caput*, NCPC).

Gabarito "B"

(Cartório/SP – IV – VUNESP) Considere as seguintes frases:

- I. A citação por via postal não é admissível em ações de estado ou quando for ré pessoa incapaz.
  - II. O comparecimento espontâneo do réu não supre a falta da citação, que deve ser sempre realizada pelos meios previstos em lei.
  - III. A citação por Oficial de Justiça não pode em hipótese alguma ser feita em dias feriados.
  - IV. Na citação por edital, o prazo nele fixado pelo Juiz não se confunde com o prazo de defesa, decorrente do procedimento observável em cada caso.
- Pode-se dizer que estão
- (A) corretas apenas as de n.º I e IV.  
(B) todas corretas.  
(C) corretas apenas as de n.º II e III.  
(D) corretas apenas as de n.º III e IV.

**I:** correto (art. 247, I e II, do NCPC); **II:** incorreto. O comparecimento espontâneo supre a falta de citação (art. 239, § 1º, do NCPC); **III:** incorreto. A lei processual autoriza a citação por oficial de justiça em feriados (art. 212, § 2º, do NCPC); **IV:** correto. O prazo versado no art. 257, III, do NCPC – vinte a sessenta dias – concerne ao tempo estimado

para a realização da citação, findo o qual no dia útil seguinte se iniciará a contagem do prazo para resposta (art. 231, IV, do NCPC).

„A.“ Gabarito

(Cartório/SP – I – VUNESP) A citação pelo correio, para qualquer comarca do País, pode ser feita

- (A) nas ações de estado.
- (B) quando o autor requerer de outra forma.
- (C) quando for ré uma autarquia.
- (D) quando for ré pessoa jurídica de direito privado.

**A, B e C:** incorretos (art. 247, I, V e III, do NCPC). Em tais hipóteses, a citação não poderá ser realizada pelo correio; **D:** correto, *a contrario sensu* do art. 247 do NCPC.

„D.“ Gabarito

(Analista – TRT/22ª – 2010 – FCC) João alienou a José, por ato entre vivos, um terreno litigioso. Nesse caso, José, como adquirente,

- (A) poderá substituir o adquirente, mesmo sem o consentimento do alienante e exigir a repetição de todos os atos processuais já praticados.
- (B) deverá ingressar em juízo e substituir o adquirente, mesmo sem o consentimento do alienante, recebendo o processo no estado em que se encontra.
- (C) deverá pleitear a anulação do processo, por ter ocorrido alteração de um dos polos da demanda.
- (D) poderá intervir no processo assistindo o alienante, mesmo sem o consentimento da parte contrária.
- (E) não poderá de nenhuma forma intervir no processo, devendo aguardar os efeitos da sentença que decidir a demanda.

No caso de alienação de bem litigioso, aplica-se o art. 109 do NCPC, que trata da *sucessão* processual. Conforme § 2º desse artigo, “o adquirente ou cessionário poderá intervir no processo como assistente litisconsorcial do alienante ou cedente”.

„D.“ Gabarito

(Analista – TJ/CE – 2008 – CESPE) Acerca do litisconsórcio e da assistência, julgue os itens subsequentes.

- (1) No litisconsórcio necessário simples, sua formação é obrigatória, mas a decisão não será uniforme para todos os litisconsortes.
- (2) Na ação de despejo promovida pelo locador contra o locatário, o sublocatário poderá ingressar na lide ao lado do réu na qualidade de assistente litisconsorcial.

**1:** correto, pois apenas no litisconsórcio necessário unitário a decisão será uniforme para todos os litisconsortes; **2:** errada, no caso de sublocatário será o caso de assistência simples e não litisconsorcial, eis que a sentença atingirá reflexamente o sublocatário e não diretamente, como é o caso da assistência litisconsorcial (art. 124 do NCPC).

„C.“ Gabarito

(Magistratura/SP – 2013 – VUNESP) Acerca dos pressupostos processuais relativos às partes, é acertado dizer que

- (A) a capacidade de ser parte depende da personalidade jurídica e dela é decorrente, de sorte que somente as pessoas naturais e as pessoas jurídicas dispõem de capacidade de ser parte.

(B) os incapazes dispõem de capacidade postulatória se devidamente representados ou assistidos por seus pais, tutores ou curadores.

(C) não obstante tenha capacidade de ser parte, faltar a legitimidade processual àquele que intentar, sem consentimento do cônjuge, ações que versem sobre direitos reais de qualquer natureza.

(D) o nascituro tem capacidade de ser parte, mas se nascer morto, o processo se extinguirá.

A questão trata das três capacidades: de ser parte, processual e postulatória. **A:** incorreta. Em regra, correto – porém, há entes despersonalizados também dotados de capacidade de postular em juízo (capacidade processual) e, portanto, de ser parte (NCPC, art. 75, V, VII e IX, por exemplo); **B:** incorreta, pois os incapazes têm suprida sua incapacidade processual quando representados ou assistidos (NCPC, art. 71); **C:** incorreta, pois nesse caso haverá falta de autorização, não de capacidade (NCPC, art. 73); **D:** correta, para a banca. Há um debate doutrinário quanto ao tema (se o nascituro tem capacidade de ser parte), mas algumas decisões admitem que o feto, antes do nascimento, poderá ser parte (inclusive acolhido pelo TJSP, no caso de indenização de cantora e seu bebê contra comediante por declaração em programa de TV). De qualquer forma, no caso, como erradas as demais alternativas, a alternativa seria esta.

„D.“ Gabarito

(Ministério Público/RO – 2010 – CESPE) A litispendência resta caracterizada quando se tem ação com

- (A) mesma identidade de parte e de causa de pedir, mas com pedido mais amplo que o de ação anteriormente ajuizada.
- (B) mesma identidade de parte, causa de pedir e pedido de outra ação em curso, desde que na mesma vara.
- (C) mesma identidade de parte, causa de pedir e pedido de outra ação em curso.
- (D) mesma identidade de parte, causa de pedir e pedido de outra ação já com trânsito em julgado.
- (E) objeto ou causa de pedir comuns aos de outra ação ajuizada.

**A:** incorreta, porque esse é o conceito de continência; **B:** incorreta, porque a caracterização da litispendência não depende do fato de os processos correrem no mesmo juízo; **C:** correta, pois a alternativa traz o conceito correto de litispendência; **D:** incorreta, porque esse é o conceito de coisa julgada; **E:** incorreta, porque esse é conceito de conexão (NCPC, arts. 55, 56 e 337, §§ 1º a 4º).

„C.“ Gabarito

(Cartório/RJ – 2008 – UERJ) A ausência de pressupostos processuais de constituição e desenvolvimento do processo, bem como das condições da ação:

- (A) pode ser examinada após a sentença
- (B) só pode ser examinada no despacho inicial
- (C) depende exclusivamente da iniciativa da parte
- (D) só pode ser examinada no despacho saneador
- (E) pode ser reconhecida de ofício pelo Juiz ou a requerimento de qualquer das partes até que seja proferida sentença

As condições da ação e os pressupostos processuais, posto que objeções processuais despontam como matérias de ordem pública, sendo cognoscíveis de ofício, pois, pelo órgão judicante. Além disso, são articuladas no bojo dos próprios autos e não se sujeitam à preclusão,

podendo ser alegadas em qualquer tempo e grau de jurisdição pela parte a quem aproveita (arts. 485, § 3º, 337, XI e § 5º, do NCPC).

Gabarrão

(Técnico – TRT/6ª – 2012 – FCC) São condições da ação:

- (A) citação do réu, possibilidade jurídica do pedido e interesse de agir.
- (B) competência do juiz, interesse de agir e legitimidade das partes.
- (C) interesse de agir, legitimidade das partes e possibilidade jurídica do pedido.
- (D) pagamento das custas iniciais do processo, achar-se a parte representada por advogado e competência do juiz.
- (E) não achar-se prescrita a pretensão, existência do direito pleiteado e legitimidade das partes.

No antigo CPC, eram condições da ação a legitimidade de parte, interesse de agir e possibilidade jurídica do pedido (alternativa “C”). No NCPC, a possibilidade jurídica deixou de ser condição da ação (art. 485, VI), de modo que atualmente somente são condições da ação legitimidade e interesse.

Gabarrão sem resposta à luz do NCPC

(Magistratura/MA – 2008 – IESIS) Acerca das nulidades processuais, assinale a alternativa correta:

- (A) Com base no princípio da instrumentalidade das formas, sempre que a lei prescrever determinada forma, porém não cominar nulidade, o ato será considerado válido se alcançar a finalidade respectiva, mesmo que seja realizado de outro modo.
- (B) Embora não se opere a preclusão, a nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de responder pelas custas de retardamento.
- (C) Uma vez anulado o ato, reputam-se de nenhum efeito todos os subsequentes. Identicamente, a nulidade de uma parte do ato prejudicará as demais, ainda que sejam independentes, porquanto operada a contaminação presumida.
- (D) A ausência de manifestação do Ministério Público, quando intimado em feito onde deva intervir, configura nulidade passível de reconhecimento de ofício.

**A:** correta (art. 277 do NCPC); **B:** incorreta, porque há preclusão, inclusive em matéria de nulidades, salvo aquelas que o juiz poderia conhecer de ofício (art. 278 do NCPC); **C:** incorreta, porque “a nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras, que dele sejam independentes” (art. 281, parte final); **D:** incorreta, porque se o MP foi intimado para se manifestar, não há nulidade. Esta só restaria caracterizada se não houvesse intimação (art. 279 do NCPC).

Gabarrão

(Ministério Público/SP – 2013 – PGMP) Sobre a suspensão do processo, é CORRETO afirmar:

- (A) é uma exceção ao processamento normal do processo de cognição e de execução.
- (B) a extinção da pessoa jurídica pelo decurso do prazo de sua existência, previsto no contrato social, não suspende o processo em que é ré.
- (C) durante a suspensão do processo, os prazos processuais se interrompem.

(D) as partes devem indicar o motivo do pedido de suspensão por elas acordado, devendo o juiz aferi-lo e, conforme o seu livre convencimento, deferi-lo ou não.

(E) a morte da pessoa que seria réu, antes da sua citação na ação já ajuizada, suspende o processo.

**A:** correta (NCPC, arts. 313 e 921); **B:** incorreta. Nesse caso, tem-se uma situação em que ou o processo será de plano extinto (se não for possível correção) ou haverá suspensão do processo (NCPC, arts. 75, IX e 313, I); **C:** incorreta, porque durante a suspensão, não fluem prazos; **D:** incorreta, por ausência de previsão legal quanto à possibilidade de o juiz indeferir a suspensão diante de umas das causas legais para tanto; **E:** incorreta, pois a suspensão em virtude de morte ocorre apenas se o processo já foi ajuizado e não antes de seu ajuizamento (NCPC, art. 313, I).

Gabarrão

(Ministério Público/AM – 2008 – CESPE) Acerca da formação, suspensão e extinção do processo, assinale a opção correta.

- (A) O falecimento de uma das partes e a sucessão entre vivos de bem litigioso são causas obrigatórias de substituição da parte por seu sucessor. Nesses casos, não pode ser recusada a substituição, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, por perda da capacidade superveniente de uma das partes.
- (B) A perempção atinge o direito de ação, mas não o direito material que dela poderia ter sido objeto. Assim, a extinção do processo não impede que o autor volte a propor a mesma ação, em uma nova relação processual.
- (C) Extingue-se o processo sem resolução de mérito pela renúncia ao direito em que se funda a ação, com a expressa concordância do réu. Nesse caso, a desistência da ação não impede a reabertura de processo com a mesma lide, em razão da inexistência da eficácia da coisa julgada material.
- (D) A ilegitimidade passiva da parte para a causa implica a extinção do processo por carência da ação. A comprovação da inexistência das condições da ação conduz à extinção do processo sem resolução do mérito, que pode ocorrer por provocação da parte ou por iniciativa do juiz a qualquer tempo, enquanto não houver sentença de mérito, ainda mesmo que o saneador reste irrecorrido.
- (E) Ocorre a transação entre as partes quando o réu reconhece como procedente em parte o pedido, desde que o autor renuncie de parte desse pedido. Nessa situação, o juiz decide a lide com resolução do mérito, declarando procedente o pedido e, se essa decisão transitar em julgado, inicia-se a fase do cumprimento da sentença.

**A:** incorreta (art. 110 do NCPC); **B:** incorreta (art. 485, V, do NCPC); **C:** incorreta (art. 487, III, c, do NCPC); **D:** correta (art. 485, VI, § 3º, do NCPC); **E:** incorreta (art. 485, III, do NCPC). A sentença que homologa acordo não julga o pedido, mas simplesmente homologa o acordo celebrado pelas partes, sendo que somente se falará em cumprimento de sentença se uma das partes não cumprir o acordo celebrado.

Gabarrão

(Delegado/PB – 2009 – CESPE) Extingue-se o processo com apreciação do mérito quando

- (A) o juiz verificar, desde logo, a prescrição ou a decadência.
- (B) o autor desistir da ação.
- (C) não concorrer qualquer das condições da ação.
- (D) ocorrer a morte do procurador e não houver a nomeação de outro em seu lugar.
- (E) o juiz acolher a alegação de coisa julgada.

Alternativa A correta (art. 487, II, do NCPC). As hipóteses de extinção do processo com resolução do mérito encontram-se dispostas no rol do art. 487 do NCPC.

Gabário "A."

(Cartório/MG – 2012 – FUMARC) Considerando o disposto no Código de Processo Civil,

- (A) extingue-se o processo, com resolução do mérito, quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal.
- (B) admite-se que, em convenção, as partes possam, de comum acordo, alterar o pedido ou a causa de pedir, mesmo depois da citação.
- (C) a extinção do processo, sem exame do mérito, decretada por reconhecimento de litispendência, coisa julgada ou perempção, não impede a renovação da ação.
- (D) se o autor der causa, por três vezes, à extinção do processo, por abandono, não poderá intentar nova ação contra o réu com o mesmo objeto, ficando ainda impossibilitado de alegar em defesa o seu direito.

A: incorreto. No caso de morte da parte, sendo a ação intransmissível, não haverá resolução do mérito (art. 485, IX, do NCPC); B: correto (art. 329, II, do NCPC); C: incorreto (art. 486, §§ 1º e 3º do NCPC); D: incorreto (art. 486, §3º, do NCPC).

Gabário "B."

(Cartório/SP – III – VUNESP) Qual é a consequência processual da renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação?

- (A) Extinção do processo, sem impedir a renovação da lide.
- (B) Extinção do processo sem julgamento de mérito.
- (C) É a mesma que resulta da desistência do processo.
- (D) Extinção do processo com julgamento de mérito.

Resolução com mérito (art. 487, III, c, NCPC)

Gabário "D."

(Cartório/SP – II – VUNESP) Feita a citação, é permitido ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir desde que

- (A) seja repetida a citação, independente da fase em que se encontrar o processo.
- (B) sejam substituídas as partes.
- (C) o réu concorde com a alteração e não tenha ocorrido o saneamento do processo.
- (D) a audiência de instrução e julgamento, embora iniciada, ainda não se tenha encerrado.

Após a citação, pode o autor modificar o pedido ou a causa de pedir, desde que com o consentimento do réu, mas até o saneamento (art. 329, I e II do CPC).

Gabário "C."

(Técnico Judiciário – TRT/20ª – 2006 – FCC) NÃO é causa de suspensão do processo a:

- (A) convenção de arbitragem.
- (B) morte do procurador de uma parte.
- (C) oposição de exceção de suspeição do juiz.
- (D) morte de quaisquer das partes.
- (E) oposição de exceção de impedimento do juiz.

A: correta. A convenção de arbitragem não está contemplada no rol do art. 313 do NCPC. O que suspende o processo é a *convenção* das partes (acordo das partes), conforme art. 313, II, do NCPC. B, C, D e E: incorretas. As hipóteses estão previstas no rol do art. 313 do NCPC (incisos I e III). \* Atenção: no NCPC não há mais *exceção*, mas *petição* apontando o impedimento do juiz.

Gabário "A."

(Técnico Judiciário – TRT/6ª – 2006 – FCC) Dentre outros casos, extingue-se o processo, sem resolução de mérito, quando o juiz:

- (A) acolher a alegação de litispendência.
- (B) acolher o pedido do autor.
- (C) pronunciar a decadência.
- (D) rejeitar o pedido do autor.
- (E) pronunciar a prescrição.

Extingue-se o processo, sem resolução do mérito, quando o juiz acolher a alegação de perempção, litispendência ou de coisa julgada (art. 485, V, do NCPC). As demais hipóteses, de mérito, estão previstas no art. 487.

Gabário "A."

(Delegado Federal – 2013 – CESPE) Julgue o item a seguir, relativo às tutelas de urgência.

- (1) A antecipação dos efeitos da tutela, por ser medida voltada ao procedimento comum ordinário ou sumário, não se apresenta viável em ações sob procedimento especial.

1: incorreta, pois não há vedação à concessão de antecipação de tutela nos procedimentos especiais (aos quais se aplicam subsidiariamente as regras do procedimento comum). \* Atenção: o NCPC não mais traz os ritos ordinário ou sumário, existindo apenas o procedimento comum e os procedimentos especiais.

Gabário "1E"

(Ministério Público/RO – 2010 – CESPE) A assistência judiciária gratuita

- (A) independe de decisão judicial.
- (B) não isenta a parte do pagamento de custas cabíveis nos recursos.
- (C) é definida em razão do valor da causa, que não pode ultrapassar vinte salários-mínimos.
- (D) não isenta a parte assistida do pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais em caso de derrota.
- (E) pode ser requerida no curso da ação.

A: incorreta, pois depende de concessão do juiz (art. 98, §§ 2º e 4º, NCPC); B: incorreta, porque o benefício abrange todas e quaisquer custas, inclusive o preparo – salvo decisão do juiz em sentido inverso (art. 98, § 5º); C: incorreta, pois o critério é a necessidade da parte, não o valor da causa (art. 98, NCPC); D: incorreta, porque a justiça gratuita não isenta a parte assistida de condenação nos honorários de advogado, mas o pagamento deles é inexigível enquanto perdurar a situação de necessidade (art. 98, § 2º, NCPC); E: correta, pois pode ser



requerida a qualquer momento – mas não abrangerá os atos anteriores (art. 99 do NCPC).

Gabário 1E.

(Analista STF – 2013 – CESPE) No que concerne a litisconsórcio e competência, julgue o item que se segue.

- (1) O juiz poderá limitar o litisconsórcio necessário quando o número de litigantes acarretar o comprometimento da rápida solução do litígio ou dificultar a defesa.

1: Errado. Apenas o litisconsórcio facultativo (art. 113, §§ 1º e 2º, NCPC).

Gabário 1E.

(Magistratura/SP – 2013 – VUNESP) Acerca da petição inicial, diante dos termos do Código de Processo Civil, é correto afirmar que

- (A) verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos arts. 282 e 283, ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, ele a indeferirá de plano. \*Atenção: no NCPC, a remissão é aos arts. 319 e 320.
- (B) deverá sempre indicar nome e qualificação das partes, os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido, o pedido e o valor do pedido.
- (C) nos litígios que tenham por objeto obrigações decorrentes de empréstimo, financiamento ou arrendamento mercantil, o autor deverá discriminar, na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, quantificando o valor incontroverso.
- (D) é lícito formular mais de um pedido em ordem sucessiva, a fim de que o juiz conheça do posterior, em não podendo acolher o anterior, mas é vedado formularem-se pedidos alternativos.

A: incorreta, pois há previsão de emenda (NCPC, art. 321); B: incorreta, porque é requisito da inicial o *valor da causa* (NCPC, art. 319, V); C: correta (NCPC, art. 330, § 2º); D: incorreta. Admite-se também o pedido alternativo (NCPC, art. 325).

Gabário 1C.

(Ministério Público/SP – 2012 – VUNESP) É correto afirmar:

- (A) O pedido será alternativo quando o juiz não podendo acolher o pedido principal possa conhecer do posterior.
- (B) É lícito formular pedido genérico na ação civil pública que tenha por objeto indenização por danos ambientais.
- (C) Não cabe ação cominatória para compelir-se o réu a cumprir obrigação de dar.
- (D) Não é permitida a cumulação de vários pedidos, num único processo, contra o mesmo réu se o tipo de procedimento não for adequado para todos eles.
- (E) É lícito formular pedido genérico quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.

A: incorreta, porque esse é o conceito de pedido subsidiário ou “em ordem subsidiária” (art. 326 do NCPC); B: correta, porque a extensão dos danos pode ficar relegada para a fase de liquidação; C: incorreta (art. 498 do NCPC); D: incorreta (art. 327 do NCPC); E: incorreta, porque essa é a hipótese de pedido alternativo (art. 325 do NCPC).

Gabário 1B.

(Ministério Público/SP – 2010) Assinale a alternativa incorreta:

- (A) A petição inicial deve indicar o juiz ou tribunal a que é dirigida.
- (B) A petição inicial deve indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido.
- (C) Nas ações declaratórias, deve constar na petição inicial o respectivo pedido de condenação.
- (D) Na petição inicial, é indispensável o requerimento de citação do réu.
- (E) A petição inicial poderá conter pedidos alternativos.

A: correta (art. 319, I, do NCPC); B: correta (art. 319, III, do NCPC); C: incorreta, devendo esta ser assinalada; se o pedido é para declarar, não há condenação a ser pleiteada; D: correta no CPC/1973. Porém, no NCPC o requerimento de citação do réu não é mais obrigatório (art. 319 do NCPC); E: correta (art. 325 do NCPC).

Gabário 1C, no NCPC/1973; 1C, no NCPC/1973; 1C, no NCPC/1973; 1C, no NCPC/1973.

(Defensor Público/AM – 2011 – Instituto Cidades) É INCORRETO afirmar que a petição inicial deverá indicar

- (A) os dispositivos legais que guarnecem o seu pedido.
- (B) as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.
- (C) o valor da causa.
- (D) o pedido, com suas especificações.
- (E) o juiz ou o tribunal a que é dirigida.

A: incorreto, devendo ser assinalado, visto que o art. 319, III, do NCPC, alude aos fatos e *fundamentos jurídicos* do pedido, os quais são mais abrangentes do que a simples indicação dos dispositivos legais em que se assenta a causa de pedir; B: correto (art. 319, VI, do NCPC); C: correto (art. 319, V, do NCPC); D: correto (art. 319, IV, do NCPC); E: correto (art. 319, I, do NCPC).

Gabário 1A.

(Defensor Público/PI – 2009 – CESPE) José, cidadão juridicamente necessitado, procurou a DPE/PI para ajuizar, contra Manoel, ação pleiteando indenização por danos materiais no valor de R\$ 1.000,00 e indenização por danos morais no valor de R\$ 15.000,00. Entendendo juridicamente viável a pretensão, o DP deverá elaborar a petição inicial do caso. Nessa situação hipotética, deve-se atribuir à causa o valor de

- (A) R\$ 1.000,00, pois, sendo alternativos os pedidos, o valor da causa corresponderá ao pedido de menor valor.
- (B) R\$ 15.000,00, pois, sendo alternativos os pedidos, o valor da causa corresponderá ao pedido de maior valor.
- (C) R\$ 16.000,00 pois, havendo cumulação de pedidos, o valor da causa corresponderá à soma dos valores de todos eles.
- (D) R\$ 15.000,00, pois, se houver pedido subsidiário, o valor da causa corresponderá ao pedido principal.
- (E) R\$ 16.000,00, já que a causa não tem conteúdo econômico imediato.

O valor da causa deve corresponder ao benefício econômico pretendido pelo autor por meio do processo. Se houver cumulação de pedidos, o valor da causa será a soma dos valores de cada um deles. Assim, se o autor pretende obter as indenizações que somadas equivalem a R\$16.000,00, esse será o valor da causa. Por isso, estão incorretas as

alternativas "A", "B", "D" e "E" (esta em razão da menção à suposta ausência de conteúdo econômico imediato).

Gabário "C"

(Técnico Judiciário – TRT/6ª – 2006 – FCC) Caso o juiz verifique que a petição inicial apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito,

- (A) declarará a ação perempta e extinguirá o processo sem julgamento de mérito.
- (B) determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de 10 (dez) dias.
- (C) extinguirá o processo com julgamento do mérito.
- (D) a indeferirá desde logo, condenando o autor nas custas e honorários advocatícios.
- (E) suspenderá o processo por 60 dias, após o que fará ele próprio as correções cabíveis.

De acordo com o art. 321, *caput*, do NCPC, o juiz determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de 15 (quinze) dias. No CPC/1973, o prazo era de 10 dias.

Gabário Sem alternativa correta à luz do NCPC

(Ministério Público/MG – 2011) De acordo com o Código de Processo Civil, na parte que trata dos meios de prova, marque a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A confissão espontânea pode ser feita por mandatário com poderes especiais.
- (B) Na confissão, quando judicial, espontânea e efetiva, ocorre o reconhecimento do pedido.
- (C) Nas ações que versarem sobre bens imóveis ou direitos sobre imóveis alheios, a confissão de um cônjuge não valerá sem a do outro.
- (D) A confissão, quando emanada de erro, pode ser revogada por ação anulatória, se pendente o processo em que foi feita.

**A:** correta (art. 390, §1º, NCPC); **B:** incorreta (devendo esta ser assinada), a confissão não se confunde com o reconhecimento do pedido, uma vez que ela diz respeito aos fatos tão somente, não importando, por si só, no reconhecimento, pelo confitente, de que o seu adversário tem razão naquilo que pede; **C:** correta (art. 391, parágrafo único, NCPC); **D:** correta (art. 393 do NCPC).

Gabário "B"

(Cartório/SP – 2012 – VUNESP) A averbação no registro de imóveis da certidão comprobatória do ajuizamento da execução

- (A) assegura ao exequente a preferência no recebimento do dinheiro por ocasião da venda do imóvel em hasta pública.
- (B) faz presumir ter sido realizada em fraude de execução a alienação posterior do bem sobre o qual recaiu a averbação.
- (C) autoriza o exequente a realizar, com prioridade sobre os demais credores, a penhora do bem imóvel sobre o qual recaiu a averbação.
- (D) dispensa o exequente de realizar a penhora subsequente do bem imóvel sobre o qual recaiu a averbação.

Inteligência do art. 828, § 4º, do NCPC.

Gabário "B"

(Cartório/AM – 2005 – FGV) Assinale a alternativa incorreta. São suspeitos para depor como testemunha:

- (A) o que é parte na causa
- (B) o que, por seus costumes, não for digno de fé
- (C) o inimigo capital da parte, ou seu amigo íntimo
- (D) o que tiver interesse no litígio
- (E) o condenado por crime de falso testemunho, havendo transitado em julgado a sentença

**A:** incorreto, devendo ser assinalada. Cuida-se de hipótese de impedimento, e não de suspeição (art. 447, § 2º, II, do NCPC). As demais alternativas, à luz do CPC/1973 revelam todos os casos de suspeição (art. 405, § 3º, CPC/1973). Entretanto, o CPC/2015 apenas enumerou como hipóteses de suspeição o inimigo da parte ou amigo íntimo e o que tiver interesse no litígio. As demais hipóteses, não possuem correspondência (art. 447, § 3º, I, II, NCPC).

Gabário "A"

(Cartório/SP – V – VUNESP) É lícito à parte inocente provar com testemunhas

- (A) nos contratos simulados, a divergência entre a vontade real e a vontade declarada, nos contratos cujo valor não exceder ao décuplo do salário mínimo vigente.
- (B) nos contratos cujo valor não exceder ao décuplo do salário mínimo vigente, os vícios do consentimento.
- (C) nos contratos realizados por escritura pública, os vícios do consentimento.
- (D) todas as alternativas estão corretas.

Muito embora a questão tenha sido formulada na vigência do CPC/1973, o NCPC, no art. 446, I e II, do NCPC abrange todas essas possibilidades mencionadas na questão.

Gabário "D"

(Cartório/SP – V – VUNESP) Não dependem de prova

- (A) os fatos notórios e aqueles afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária.
- (B) os fatos admitidos, no processo, como incontroversos.
- (C) os fatos em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.
- (D) todas as alternativas estão corretas.

As alternativas A, B e C correspondem aos incisos I e II, III e IV, respectivamente, do art. 374 do NCPC.

Gabário "D"

(Técnico – TRT/6ª – 2012 – FCC) A falta do instrumento público, quando a lei o exigir, como da substância do ato,

- (A) nenhuma outra prova, por mais especial que seja, pode suprir-lhe.
- (B) poderá ser suprida por qualquer meio de prova que o juiz reputar conveniente.
- (C) só poderá ser suprida pela confissão da parte.
- (D) será suprida se, no curso do processo, as testemunhas forem absolutamente concordes a respeito do direito da parte.
- (E) poderá ser suprida por instrumento particular com firma reconhecida e registrado em Cartório de Títulos e Documentos.

Prescreve o art. 406 do NCPC, que "quando a lei exigir instrumento público como da substância do ato, nenhuma outra prova, por mais especial que seja, pode suprir-lhe a falta".

Gabário "A"

(Analista – TJ/ES – 2011 – CESPE) Acerca da sentença e da coisa julgada, julgue o próximo item.

- (1) Pode o juiz, desde que devidamente fundamentado, condenar o réu em objeto diverso do que lhe foi demandado.

**1:** Errado. Tal questão se resolve pelo próprio princípio da *correlação*, *congruência*, ou da *adstrição*, de modo que o juízo, na sentença, deve se cingir ao pedido e à causa de pedir, sob pena de julgamento *citra*, *ultra* ou *extra petita* (NCPC, arts. 141 e 490).

Gabrielio

(Técnico – TRT/6ª – 2012 – FCC) Denomina-se coisa julgada:

- (A) a decisão que determina o arquivamento definitivo dos autos.  
 (B) formal a eficácia que torna imutável e indiscutível a sentença não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.  
 (C) qualquer decisão no curso do processo acerca da qual tiver ocorrido preclusão.  
 (D) material a eficácia que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.  
 (E) material a sentença não mais sujeita a recurso e a ação rescisória, em razão do decurso de prazo superior a 2 anos, desde sua publicação.

De acordo com o art. 502 do NCPC, “denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso”. Atenção: o enunciado reproduz os termos que constavam do Código anterior (eficácia).

Gabrielio

(Cartório/AM – 2005 – FGV) Assinale a alternativa correta.

- (A) Existindo litisconsórcio, a desistência do recurso pelo recorrente não depende da anuência dos demais litisconsortes.  
 (B) A regra geral é que os fatos afirmados por uma parte, ainda que confessados pela parte contrária, dependem de prova.  
 (C) Mesmo emanando de coação, a confissão é irrevogável.  
 (D) A exceção de incompetência não suspende o curso do processo.  
 (E) No procedimento comum ordinário, contestada a ação, só poderá o autor desistir dela, sem o consentimento do réu, até a audiência de instrução e julgamento.

**A:** correto (art. 998 do NCPC); **B:** incorreto (art. 374, II, do NCPC); **C:** incorreto (art. 393, *caput*, do NCPC); **D:** incorreto (art. 313, III, do NCPC). Ressaltando que a assertiva foi elaborada na vigência do CPC/73, que previa como forma de alegação da incompetência relativa a exceção de incompetência, entretanto, pelo NCPC, a incompetência deve ser alegada em preliminar de contestação (art. 337, II, NCPC); **E:** incorreto (art. 485, § 4º, do NCPC).

Gabrielio

(Magistratura/SC – 2010) Em tema de cumprimento de sentença, assinale a alternativa **correta**:

- I. O prazo para a impugnação à execução de obrigação pecuniária prevista em sentença transitada em julgado é de 10 dias, contado, em qualquer caso, da citação.

- II. A multa de 10% pela impontualidade no pagamento da condenação pecuniária é devida tanto na execução definitiva quanto na provisória.  
 III. A multa de 10% pela impontualidade no pagamento incide em relação a toda a dívida, ainda que haja pagamento parcial.  
 IV. São devidos honorários de advogado na fase de cumprimento de sentença, independentemente daqueles devidos em decorrência da fase condenatória.  
 (A) Somente as proposições I e III estão corretas.  
 (B) Somente as proposições II e IV estão corretas.  
 (C) Somente a proposição IV está correta.  
 (D) Somente a proposição II está correta.  
 (E) Somente a proposição I está correta.

**I:** incorreta, porque o prazo para impugnação é de 15 dias (NCPC, art. 525); **II:** incorreta no CPC/1973, porque entendeu o STJ que a multa de 10% era inaplicável à execução provisória. No NCPC, correta, pois a lei é expressa ao apontar como devidos multa de 10% e honorários no cumprimento provisório (NCPC, art. 520, § 2º); **III:** incorreta, porque se houver pagamento parcial, a multa incide apenas sobre o montante que não foi pago (NCPC, art. 523, § 2º); **IV:** correta, pois o advogado faz jus aos honorários correspondentes às duas fases, condenatória e de cumprimento da sentença.

Gabrielio

(Magistratura/MG – 2008) É CORRETO afirmar, em cumprimento de sentença no procedimento comum ordinário ou sumário, que o princípio da *perpetuatio iurisdictionis*: \*Atenção: no NCPC não mais existem os ritos sumário e ordinário.

- (A) será o cumprimento promovido na comarca indicada pelo devedor.  
 (B) deve o cumprimento sempre ser promovido perante o juízo de primeiro grau de jurisdição que processou a causa.  
 (C) pode o cumprimento ser promovido em qualquer comarca onde o credor entender conveniente.  
 (D) foi relativizado, podendo o cumprimento ser requerido, por opção do credor, no juízo do local onde se encontram os bens sujeitos à expropriação ou do atual domicílio do devedor.

Art. 516, parágrafo único, do NCPC.

Gabrielio

(Cartório/SP – 2012 – VUNESP) Para satisfação do débito reconhecido no título executivo, não pode(m) ser penhorado(s)

- (A) os bens do sucessor do devedor a título singular, tratando-se de execução fundada em direito real ou obrigação reipersecutória.  
 (B) os bens do devedor, quando em poder de terceiros.  
 (C) a quantia depositada em caderneta de poupança até o limite de 40 (quarenta) salários mínimos.  
 (D) o bem móvel que guarnece a residência do executado, quando a execução referir-se ao crédito concedido para a aquisição do próprio bem.

**A:** incorreto, pois está enumerado como bem sujeito à execução (art. 790, I, do NCPC); **B:** incorreto, pois está elencado como bem sujeito à execução (art. 790, III, do NCPC); **C:** correto (art. 833, X, do NCPC); **D:** incorreto (art. 833, § 1º, do NCPC).

Gabrielio

(Técnico – TRT/11ª – 2012 – FCC) Xisto é processado e condenado ao pagamento de indenização por danos morais e materiais em favor de Tomé, na quantia total de R\$ 100.000,00. Iniciada a fase de cumprimento de sentença para pagamento do débito, Xisto tem um apartamento de sua propriedade na praia penhorado e devidamente avaliado por perito judicial. Maria, José e Paulo, cônjuge, filho e genitor de Xisto, respectivamente, pretendem exercer o direito de remição e, para tanto, poderão requerer a adjudicação do bem penhorado, oferecendo preço não inferior ao da avaliação e, havendo divergência entre os pretendentes, com igualdade de oferta após uma licitação entre eles, terá preferência na adjudicação,

- (A) Maria, Paulo e José, nessa ordem.
- (B) José, Paulo e Maria, nessa ordem.
- (C) Maria, José e Paulo, nessa ordem.
- (D) Paulo, Maria e José, nessa ordem.
- (E) José, Maria e Paulo, nessa ordem.

De acordo com o art. 876, § 6º, do NCPC, terá preferência o cônjuge, descendente ou ascendente, nessa ordem.

Gabário "C."

(Magistratura/GO – 2009 – FCC) Quanto aos embargos do executado,

- (A) independentemente de penhora, depósito ou caução, sua suspensividade depende da relevância dos fundamentos e da possibilidade de grave dano de difícil ou incerta reparação ao devedor.
- (B) seu efeito suspensivo depende de requerimento do embargante, da relevância dos fundamentos e da possibilidade de grave dano de difícil ou incerta reparação ao devedor; além disso, a execução deve estar garantida por penhora, depósito ou caução.
- (C) a concessão do efeito suspensivo não impede a efetivação dos atos de penhora, mas obsta a avaliação e a alienação dos bens do devedor.
- (D) uma vez garantida a execução por penhora, depósito ou caução, bastará ao executado requerer sua suspensividade para que o juiz deva concedê-la.
- (E) poderá o juiz conceder efeito suspensivo de ofício.

A: incorreta (art. 919, *caput* e § 1º, do NCPC); B: correta (art. 919, § 1º, do NCPC); C: incorreta (§ 5º do art. 919 do NCPC); D: incorreta, porque a lei exige a presença de dois requisitos, além da garantia do juízo, para que seja deferida a suspensão da execução, quais sejam: relevância dos fundamentos e risco de dano de difícil ou incerta reparação; E: incorreta, porque o efeito suspensivo sempre depende de requerimento do devedor.

Gabário "B."

(Magistratura/MG – 2009 – EJEJ) Na Execução por Quantia Certa é CORRETO afirmar que:

- (A) Os vencimentos e subsídios, bem assim soldos, salários e proventos de aposentadoria podem ser penhorados para pagamento de prestação alimentícia.
- (B) São impenhoráveis apenas bens inalienáveis.
- (C) A pequena propriedade rural, definida em lei, qualquer que seja a forma de sua utilização, pode ser objeto de penhora.
- (D) É penhorável o depósito em caderneta de poupança, até 60 (sessenta) salários-mínimos.

A: correta (art. 833, § 2º, do NCPC); B: incorreta, porque há outras categorias de bens impenhoráveis, conforme estabelece o art. 833 do NCPC; C: incorreta (art. 833, VIII, do NCPC); D: incorreta, pois a impenhorabilidade é até 40 salários-mínimos (art. 833, X, do NCPC).

Gabário "A."

(Magistratura/MG – 2008) A alienação de bens na execução por quantia certa contra devedor solvente, prioritariamente, ocorrerá:

- (A) pelo modo que o juiz determinar.
- (B) por iniciativa particular.
- (C) em hasta pública.
- (D) mediante adjudicação ao credor.

A primeira forma de alienação é a adjudicação (art. 825, I do NCPC), alienação (por iniciativa particular ou leilão) e apropriação de frutos e rendimentos de empresa ou de estabelecimentos e de outros bens.

Gabário "D."

(Magistratura/MA – 2008 – IESIS) Indique a alternativa correta:

- (A) Se o devedor, na expropriação por hasta pública, tiver procurador constituído nos autos, poderá ser intimado do local e da data da praça ou leilão, através de aviso de recebimento ou outro meio idôneo.
- (B) Na expropriação por alienação particular de bens penhorados, a publicidade da oferta pode se dar pelo rádio ou mesmo por página na internet, dentre outros meios idôneos.
- (C) Não há honorários advocatícios de sucumbência na atual execução civil fundada em títulos executivos extrajudiciais.
- (D) Na execução por título extrajudicial, a atual fase de expropriação dos bens penhorados se inicia, necessariamente, pela publicação de editais para hasta pública.

A: incorreta, porque, se o devedor tiver procurador constituído nos autos, será intimado através do patrono, nos termos do art. 889, I, do NCPC; B: correta (art. 880, § 3º do NCPC); C: incorreta, nos termos do art. 827, do NCPC; D: incorreta, porque antes do leilão judicial (chamado de hasta pública no CPC/1973), a lei prevê a possibilidade de adjudicação dos bens penhorados e a alienação por iniciativa particular.

Gabário "B."

(Cartório/MG – 2012 – FUMARC) Considerando o disposto no Código de Processo Civil,

- (A) são absolutamente impenhoráveis os frutos e rendimentos dos bens inalienáveis.
- (B) constitui título executivo extrajudicial o instrumento de transação referendado pela Defensoria Pública.
- (C) o ajuizamento de qualquer ação pertinente ao débito constante do título executivo inibe o credor de promover-lhe a execução.
- (D) os títulos executivos extrajudiciais, oriundos de país estrangeiro, dependem de homologação pelo Supremo Tribunal Federal, para ter eficácia executiva no Brasil.

A: incorreto (art. 834 do NCPC); B: correto, (art. 784, IV, NCPC); C: incorreto (art. 784, § 1º, do NCPC); D: incorreto (art. 784, § 2º, do NCPC).

Gabário "B."

(Cartório/MS – 2009 – VUNESP) No processo de execução, pode-se afirmar sobre os títulos executivos que

- (A) dependem de homologação pelo Supremo Tribunal Federal, para serem executados, os títulos executivos extrajudiciais, oriundos de país estrangeiro.
- (B) a propositura de qualquer ação relativa ao débito constante do título executivo inibe o credor de promover-lhe a execução.
- (C) são títulos executivos judiciais o crédito de serventário de justiça, de perito, de intérprete, ou tradutor, quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial.
- (D) a execução para cobrança de crédito poderá fundar-se em título de obrigação ilíquida.
- (E) é definitiva a execução fundada em título extrajudicial; é provisória enquanto pendente apelação da sentença de improcedência dos embargos do executado, quando recebidos com efeito suspensivo.

**A:** incorreto (art. 784, § 2º, do CPC); **B:** incorreto (art. 784, § 1º, do CPC); **C:** incorreto à luz do CPC/1973, que incluía como hipótese de título executivo *extrajudicial* (art. 585, VI, do CPC/1973). Por outro lado, o NCPC, elenca como hipótese de título *executivo judicial* (art. 515, V); **D:** incorreto, tendo em vista que o título deve ser certo, líquido e exigível (art. 786 do NCPC); **E:** correto, porquanto a assertiva foi elaborada na vigência do CPC/73, que expressamente previa essa possibilidade (art. 587 do CPC/1973), não havendo dispositivo correspondente no CPC/2015.

„E.“ Gabarito

(Cartório/MT – 2003 – UFMT) Sobre execução de título extrajudicial, que contenha obrigação de pagar quantia certa, é correto afirmar:

- (A) Feita a penhora, intimar-se-á o devedor para embargar a execução no prazo de 48 horas, a partir da juntada do mandado de intimação aos autos.
- (B) Feita a penhora, intimar-se-á o devedor para embargar a execução no prazo de 10 dias, a partir da juntada aos autos do mandado de intimação aos autos.
- (C) O executado, independentemente de penhora, poderá opor-se à execução por meio de embargos, no prazo de 15 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação.
- (D) Feita a penhora, intimar-se-á o devedor para embargar a execução no prazo de 5 dias, a partir da juntada do mandado de intimação aos autos.
- (E) Feita a penhora, intimar-se-á o devedor para impugnar a execução no prazo de 15 dias, a partir da intimação realizada na pessoa do advogado.

Inteligência dos arts. 914, *caput*, 915, *caput* e 231 do NCPC. A apresentação dos embargos independe de penhora, depósito ou caução, que devem ser oferecidos no prazo de 15 dias, a partir da juntada do mandado de intimação aos autos.

„C.“ Gabarito

(Cartório/SP – II – VUNESP) Considere as seguintes afirmações:

- I. o fiador, quando executado, poderá nomear à penhora bens livres e desembaraçados do devedor;
- II. o espólio responde pelas dívidas do falecido e, feita a partilha, cada herdeiro responde por elas com a totalidade de seu patrimônio, de forma solidária;

III. o sócio, quando demandado pela dívida, tem direito de exigir que sejam primeiro executados os bens da sociedade;

IV. os bens do devedor estão sujeitos à execução, ainda quando em poder de terceiros.

Pode-se dizer que está correto o contido em

- (A) I e III, somente.
- (B) I, II e III, somente.
- (C) I, III e IV, somente.
- (D) I, II, III e IV.

**I:** correto (art. 794, *caput*, do NCPC); **II:** incorreto (art. 796 do NCPC); **III:** correto (art. 795, § 1º, do NCPC); **IV:** correto (art. 790, III, do NCPC).

„C.“ Gabarito

(Técnico – TJ/CE – 2013 – CESPE) Com relação ao processo de execução, assinale a opção correta.

- (A) A propositura de qualquer ação relativa a débito constante de título executivo impede o credor de promover sua execução, pois a obrigação deixa de ser líquida, certa e exigível.
- (B) O herdeiro do devedor pode ser sujeito ativo na execução.
- (C) Não pode o credor cumular várias execuções contra o mesmo devedor: cada uma deve seguir um processo em separado.
- (D) Se a sentença transitada em julgado declarar inexistente a obrigação que foi executada, caberá responsabilização civil do exequente pelos danos que o executado tiver sofrido.
- (E) O crédito decorrente de honorários de perito aprovados por decisão de juiz constitui título executivo judicial.

**A:** incorreta conforme art. 784, § 1º NCPC; **B:** incorreta conforme art. 779, II, NCPC, pois constitui sujeito passivo; **C:** incorreta, é permitida a cumulação (art. 780, NCPC); **D:** correta, conforme art. 776, NCPC; **E:** incorreta no CPC/1973. Correta no NCPC (art. 515, V).

„D.“ no NCPC/1973; „D.“ e „E.“ no NCPC Gabarito

(Analista – TRT/7ª – 2009 – FCC) NÃO é considerado bem absolutamente impenhorável, de acordo com o Código de Processo Civil,

- (A) recurso público do fundo partidário recebido, nos termos da lei, por partido político.
- (B) a quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de 40 salários mínimos.
- (C) o seguro de vida.
- (D) o ganho de trabalhador autônomo e o honorário de profissional liberal.
- (E) o material necessário para as obras penhoradas, que estejam em andamento.

**A:** incorreta (art. 833, XI, do NCPC); **B:** incorreta (art. 833, X, do NCPC); **C:** incorreta (art. 833, VI, do NCPC); **D:** incorreta (art. 833, IV, do NCPC); **E:** correta – pois não há previsão nesse sentido no art. 833 (artigo que trata da impenhorabilidade no NCPC) nem na Lei 8.009/1990 (lei que trata da impenhorabilidade do bem de família)

„E.“ Gabarito

(Oficial de Justiça – TJ/SC – 2010) Segundo a sistemática processual civil, NÃO pode ser objeto de penhora:

- (A) O seguro de vida.
- (B) Os navios.
- (C) As aeronaves.
- (D) Percentual de faturamento da empresa devedora.
- (E) Quotas das sociedades empresárias.

**A:** correto (art. 833, VI, do NCPC); **B:** incorreto (art. 835, VIII, do NCPC); **C:** incorreto (art. 835, VIII, do NCPC); **D:** incorreto (art. 835, X, do NCPC); **E:** incorreto (art. 835, IX, do NCPC).

Gabário "A"

(Cartório/MG – 2005 – EJE) É **CORRETO** afirmar que, na execução de sentença contra a Fazenda Pública Municipal, inexistindo oposição de embargos, a requerimento da parte exequente, deve o Juiz requisitar o pagamento por intermédio

- (A) de penhora *online*.
- (B) do Presidente do Tribunal.
- (C) do Secretário da Fazenda Municipal.
- (D) do sistema BACENJUD.

Inteligência do art. 535, §3º, I, do CPC. Não impugnada a execução, expedir-se-á, por intermédio do presidente do tribunal competente, precatório em favor do exequente.

Gabário "B"

(Magistratura/DF – 2008) O prazo para o executado ingressar com embargos à execução fiscal, nos termos da Lei nº 6.830/80, é de:

- (A) cinco dias;
- (B) dez dias;
- (C) quinze dias;
- (D) trinta dias.

De acordo com o art. 16 da Lei 6.830/1980, o prazo para os embargos do executado é de 30 dias.

Gabário "D"

(Magistratura/DF – 2008) Pelo princípio da dialeticidade dos recursos:

- (A) o recurso é somente aquele previsto em lei, não se podendo criar recurso por interpretação analógica ou extensiva;
- (B) exige-se que todo recurso contenha inconformidade com o provimento judicial impugnado, indicando os motivos de fato e de direito pelos quais requer o novo julgamento;
- (C) não é admitida a interposição simultânea de dois recursos contra a mesma decisão;
- (D) permite-se a conversão de um recurso, não adequado, em outro, adequado, desde que inexistente erro grosseiro da parte e não tenha precludido o prazo para a interposição.

**A:** incorreta, porque a alternativa define o princípio da taxatividade ou tipicidade dos recursos; **B:** correta, porque esse é o significado do princípio da dialeticidade dos recursos (NCPC, art. 932, III); **C:** incorreta, porque a alternativa faz referência ao princípio da unirecorribilidade ou da singularidade; **D:** incorreta, porque se trata do princípio da fungibilidade recursal.

Gabário "B"

(Ministério Público/RO – 2010 – CESPE) No que se refere ao duplo grau de jurisdição obrigatório – remessa de ofício, recurso de ofício, reexame necessário ou recurso obrigatório –, assinale a opção correta.

- (A) Esse instituto não é admitido no sistema processual brasileiro por violar o princípio da igualdade processual das partes.
- (B) Esse instituto não se aplica quando a sentença estiver em conformidade com súmula do STF.
- (C) Nos processos em que é parte pessoa jurídica de direito público interno, os acórdãos sujeitam-se ao duplo grau de jurisdição obrigatório.
- (D) O duplo grau de jurisdição obrigatório é cabível nas sentenças com resolução de mérito, e incabível nas sentenças sem resolução de mérito.
- (E) O duplo grau de jurisdição obrigatório depende da interposição do recurso de apelação para ser submetido ao tribunal.

**A:** incorreta (art. 496 do NCPC); **B:** correta (art. 496, § 4º, do NCPC); **C:** incorreta, porque só as sentenças (e não os acórdãos) ficam sujeitas ao reexame necessário; **D:** incorreta, porque ele é aplicável em ambos os casos; **E:** incorreta, porque não existe tal dependência.

Gabário "B"

(Analista – TRF/1º – 2006 – FCC) Paulo ajuizou uma demanda, pelo rito ordinário, contra Pedro e José. Pedro e José outorgam procurações a advogados diferentes. A demanda foi julgada procedente pelo Magistrado em Primeiro Grau. O prazo para Pedro e José ingressarem com o recurso de apelação cabível, a partir da data da intimação, é de

- (A) 10 dias.
- (B) 15 dias.
- (C) 20 dias.
- (D) 30 dias.
- (E) 60 dias.

Nesse caso o prazo é contado em dobro e, como o prazo para interpor apelação é de 15 dias, o prazo aqui será de 30 dias (arts. 229 e 1.005, § 5º, do NCPC). \* Atenção: no NCPC não há mais rito ordinário ou sumário, mas somente o procedimento comum.

Gabário "D"

(Procurador da República – 25º) Em relação aos recursos, no sistema jurídico brasileiro:

- (A) São meios de impugnação de decisões judiciais, inseridos no mesmo processo e nos mesmos autos;
- (B) Em determinadas hipóteses, o mesmo ato judicial pode ser impugnado, simultânea e cumulativamente, por mais de um recurso;
- (C) A fungibilidade recursal exige dúvida objetiva e inexistência de erro grosseiro na interposição do recurso;
- (D) O recurso adesivo é admissível apenas na apelação e nos chamados recursos extraordinários.

**A:** incorreta, porque há ao menos um recurso, que embora – como todos os demais – desenvolva-se no mesmo processo, tramita em autos apartados, que é o agravo de instrumento, o que, por si só, invalida a afirmação contida na alternativa; **B:** incorreta, considerando o princípio da unirecorribilidade. Contudo, há a discussão doutrinária se a possibilidade de interposição de REsp e RE de um mesmo acórdão importaria em exceção ao princípio – e o enunciado fala em “determinadas hipóteses”, induzindo o candidato a erro; **C:** correta, de acordo

com a doutrina majoritária.; **D**: incorreta no CPC/1973, porque também cabia recurso infringente nos embargos infringentes, que deixou de existir no NCPC. Assim, correta no NCPC (art. 997, § 2º, II, do NCPC).

Gabartio "C" no CPC/1973 e "C" e "D" no NCPC

(Técnico Judiciário – TRT/9ª – 2010 – FCC) A respeito dos recursos, é correto afirmar:

- (A) A insuficiência do valor do preparo implicará deserção, não sendo admitido em nenhuma hipótese que ocorra complementação.
- (B) A parte poderá recorrer, mesmo se tiver aceitado expressa ou tacitamente a sentença ou decisão.
- (C) Nos embargos infringentes e nos embargos de divergência, o prazo para interpor e para responder é de 10 dias.
- (D) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- (E) A sentença só pode ser impugnada em sua totalidade, sendo inadmissível a impugnação parcial.

**A**: incorreta, o art. 1.007, § 2º, do NCPC admite complementação pelo recorrente, intimado na pessoa de seu advogado, no prazo de 5 (cinco) dias; **B**: incorreta, pois nesse caso terá ocorrido a preclusão lógica, a qual impede o conhecimento do recurso, em razão da prática de ato anterior incompatível com a vontade de recorrer (art. 1.000 do NCPC); **C**: incorreta, visto que o prazo para interposição dos embargos de divergência é de quinze dias (art. 1.003, § 5º, do NCPC) – cabendo destacar que o NCPC extinguiu os embargos infringentes; **D**: correta, segundo disposto no art. 998 do NCPC; **E**: incorreta, pois a sentença poderá ser impugnada apenas parcialmente (art. 1.002 do NCPC).

Gabartio "D"

(Técnico Judiciário – TRT/6ª – 2006 – FCC) A respeito dos recursos, é correto afirmar que:

- (A) dos despachos de mero expediente cabe agravo retido ou de instrumento.
- (B) a renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da outra parte.
- (C) a sentença só pode ser impugnada no todo, nunca em parte.
- (D) a desistência do recurso depende da anuência do recorrido.
- (E) o prazo para interpor e para responder, no agravo retido, é de 15 dias.

**A**: incorreta. O art. 1.001 do NCPC preconiza que dos despachos não cabe recurso; **B**: correta, de acordo com disposição do art. 999 do NCPC; **C**: incorreta, pois qualquer decisão pode ser impugnada no todo ou em parte (art. 1.002 do NCPC); **D**: incorreta, visto que a desistência do recurso não depende da anuência do recorrido ou dos litisconsortes (art. 998 do NCPC); **E**: incorreta, na verdade, o NCPC não prevê mais a figura do agravo retido (art. 994). Mas de toda forma, o prazo para interposição de todos os recursos, com exceção dos embargos de declaração, no NCPC é de 15(quinze) dias.

Gabartio "B"

(Magistratura/MG – 2008) É CORRETO afirmar, no julgamento de processos repetitivos, que:

- (A) interposta a apelação, o juiz mandará citar o réu para responder o recurso no caso de ser mantida a sentença.

(B) interposta a apelação, o juiz não pode se retratar porque está esgotado o ofício jurisdicional.

(C) interposta a apelação, o juiz não mandará citar o réu para responder porque a sentença foi favorável para ele.

(D) a apelação interposta pelo autor será recebida somente no efeito devolutivo.

Art. 332, § 4º, do NCPC.

Gabartio "A"

(Ministério Público/SP – 2010) A apelação contra sentença que decreta a improcedência de ação declaratória de título e improcedência dos embargos à execução tem os seguintes efeitos, quanto aos recursos:

- (A) Suspensivo e devolutivo para ambos os recursos.
- (B) Efeito apenas devolutivo quanto à declaratória e devolutivo/suspensivo quanto aos embargos.
- (C) Apenas efeito devolutivo quanto aos dois recursos.
- (D) Efeito devolutivo/suspensivo quanto à declaratória e apenas devolutivo quanto aos embargos.
- (E) Apenas efeito suspensivo quanto aos dois recursos.

Em regra, a apelação terá duplo efeito. Só se afasta o efeito suspensivo quando houver expressa previsão legal. No caso da apelação contra a sentença proferida em ação declaratória de título, como não há regra especial, conclui-se pelo duplo efeito do recurso. Como no caso da extinção sem resolução do mérito dos embargos existe a regra do art. 1.012, § 1º, III, do NCPC, a apelação será recebida apenas no efeito devolutivo, motivo pelo qual é correta a alternativa "D".

Gabartio "D"

(Técnico Judiciário – TRT/20ª – 2006 – FCC) A apelação interposta de sentença que condenar à prestação de alimentos será recebida:

- (A) no efeito que o juiz considerar mais adequado ao caso concreto.
- (B) só no efeito suspensivo.
- (C) no efeito suspensivo e devolutivo.
- (D) no efeito suspensivo, se houver pedido expresso do recorrido.
- (E) só no efeito devolutivo.

De acordo com o art. 1.012, § 1º, II, do NCPC, a apelação interposta de sentença condenatória de prestação de alimentos será recebida apenas no efeito devolutivo.

Gabartio "E"

(Cartório/RJ – 2008 – UERJ) Em relação ao agravo, é correta a seguinte afirmação:

- (A) será dirigido diretamente ao Tribunal, quando na modalidade de instrumento
- (B) é cabível contra decisão de mero expediente
- (C) deverá ser interposto no prazo de 05 dias
- (D) sempre independe de preparo
- (E) todas as respostas acima

**A**: correto (art. 1.016, *caput*, do NCPC); **B**: incorreto (arts. 1.001, do NCPC); **C**: incorreto (art. 1.003, § 5º, do NCPC); **D**: incorreto (art. 1.017, § 1º, do NCPC); **E**: prejudicada.

Gabartio "A"

(Cartório/SP – IV – VUNESP) Em matéria recursal, é adequado falar que

- (A) cabe agravo contra decisões interlocutórias e contra sentenças de extinção do processo sem julgamento do mérito.
- (B) a apelação é o recurso cabível contra sentença, tenha ou não sido apreciado o mérito.
- (C) cabe agravo contra despachos de mero expediente.
- (D) os embargos de declaração são destinados a possibilitar a reconsideração da decisão pelo próprio órgão judiciário que a proferiu.

**A:** incorreto (arts. 1.009 e 1.015, *caput*, do NCPC); **B:** correto (art. 1.009 do NCPC); **C:** incorreto (art. 1.015 do NCPC); **D:** incorreto. Os embargos de declaração se prestam a sanar contradição, obscuridade, omissão ou corrigir erro material existente no corpo da decisão impugnada. De qualquer sorte, tal recurso é interposto perante o órgão prolator da *decisum* (art. 1.022 do NCPC).

Gabarito "B."

(Ministério Público/AC – 2008) Assinale alternativa correta.

- (A) Só é possível outorgar efeitos infringentes aos embargos de declaração, se respeitado o contraditório.
- (B) A contradição que autoriza os embargos de declaração pode ser aquela existente entre o acórdão do Tribunal que provê o recurso de apelação e a sentença judicial reformada.
- (C) No Direito brasileiro os embargos de declaração não podem ser considerados caso de recurso, haja vista a regra da taxatividade recursal.
- (D) Os embargos de declaração suspendem o prazo recursal em qualquer hipótese.

**A:** correta (NCPC, art. 1.023, § 2º); **B:** incorreta, porque "a contradição que autoriza os embargos de declaração é do julgado com ele mesmo, jamais a contradição com a lei e com o entendimento da Corte" (STJ, REsp 218.528); **C:** incorreta, porque os embargos de declaração estão arrolados, pela lei, dentre os recursos em espécie; **D:** incorreta, porque os embargos de declaração interrompem o prazo para os demais recursos (art. 1.026 do NCPC).

Gabarito "A."

(Procurador do Estado/SC – 2009) Assinale a alternativa incorreta, a respeito dos embargos de declaração:

- (A) Não dependem de preparo.
- (B) Excepcionalmente, podem adquirir efeito modificativo.
- (C) Sua interposição suspende o prazo para a interposição dos demais recursos.
- (D) Podem ser interpostos em face de decisões interlocutórias.
- (E) São interpostos em caso de omissão, contradição ou obscuridade da decisão recorrida.

**A:** correta. NCPC, art. 1.023; **B:** correta, pois os efeitos modificativos ou infringentes não são a regra (art. 1024, § 4º); **C:** incorreta, devendo esta ser assinalada, pois há interrupção (NCPC, art. 1.026); **D:** correta (art. 1.022, II, NCPC); **E:** correta (art. 1.022 do NCPC).

Gabarito "C."

(Defensor Público/AM – 2011 – Instituto Cidades) Acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas que concede mandado de segurança contra ato do governador desafia:

- (A) recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal;
- (B) recurso de apelação para o órgão especial;
- (C) recurso extraordinário, em ocorrendo matéria de natureza constitucional;
- (D) recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça, somente se a matéria for de ordem pública.
- (E) recurso ordinário para o Superior Tribunal de Justiça.

**A:** incorreto, já que tal hipótese não se insere no âmbito da competência recursal ordinária do STF (art. 102, II, *a*, da CF); **B:** incorreto, visto que a apelação deve ser interposta contra sentença em sentido estrito, e não contra acórdão (art. 1.009 do NCPC); **C:** correto. São as hipóteses de competência recursal extraordinária do STF (art. 102, III, da CF); **D:** incorreto, já que o recurso especial não tem alcance demasiadamente restrito como sugere o examinador. Suas hipóteses de cabimento estão taxativamente dispostas no art. 105, III, da CF; **E:** incorreto, já que a decisão proferida pelo colegiado estadual *não denegou* a segurança pleiteada pelo impetrante (art. 105, II, *b*, da CF).

Gabarito "C."

(Magistratura/DF – 2008) Pelo princípio da dialeticidade dos recursos:

- (A) o recurso é somente aquele previsto em lei, não se podendo criar recurso por interpretação analógica ou extensiva;
- (B) exige-se que todo recurso contenha inconformidade com o provimento judicial impugnado, indicando os motivos de fato e de direito pelos quais requer o novo julgamento;
- (C) não é admitida a interposição simultânea de dois recursos contra a mesma decisão;
- (D) permite-se a conversão de um recurso, não adequado, em outro, adequado, desde que inexistente erro grosseiro da parte e não tenha precluído o prazo para a interposição.

**A:** incorreta, porque a alternativa define o princípio da taxatividade ou tipicidade dos recursos; **B:** correta, porque esse é o significado do princípio da dialeticidade dos recursos; **C:** incorreta, porque a alternativa faz referência ao princípio da inirrecorribilidade ou da singularidade; **D:** incorreta, porque se trata do princípio da fungibilidade recursal.

Gabarito "B."

(Magistratura/MS – 2008 – FGV) Em matéria de direito processual civil intertemporal, o recurso da sentença é regido pela lei vigente ao tempo da:

- (A) distribuição.
- (B) citação.
- (C) intimação.
- (D) notificação.
- (E) publicação.

A jurisprudência do STJ é firme ao apontar que a interposição do recurso deve obedecer à lei vigente na data da *publicação* da decisão que se pretende reformar.

Gabarito "E."



(Ministério Público/RO – 2010 – CESPE) No que se refere ao duplo grau de jurisdição obrigatório – remessa de ofício, recurso de ofício, reexame necessário ou recurso obrigatório –, assinale a opção correta.

- (A) Esse instituto não é admitido no sistema processual brasileiro por violar o princípio da igualdade processual das partes.
- (B) Esse instituto não se aplica quando a sentença estiver em conformidade com súmula do STF.
- (C) Nos processos em que é parte pessoa jurídica de direito público interno, os acórdãos sujeitam-se ao duplo grau de jurisdição obrigatório.
- (D) O duplo grau de jurisdição obrigatório é cabível nas sentenças com resolução de mérito, e incabível nas sentenças sem resolução de mérito.
- (E) O duplo grau de jurisdição obrigatório depende da interposição do recurso de apelação para ser submetido ao tribunal.

**A:** incorreta (art. 496 do NCPC); **B:** correta (art. 496, § 4º, do NCPC); **C:** incorreta, porque só as sentenças (e não os acórdãos) ficam sujeitas ao reexame necessário; **D:** incorreta, porque ele é aplicável em ambos os casos; **E:** incorreta, porque não existe tal dependência.

„B.“ Gabarito

(Procurador do Estado/MT – FCC – 2011) Uma ação ordinária foi julgada improcedente e o autor, inconformado, interpôs recurso de apelação, deixando, porém, de recolher o preparo, tendo o juiz, por esse motivo, julgado deserto o recurso. O autor provou justo impedimento e providenciou o recolhimento, tendo o juiz relevado a pena de deserção. Essa decisão

- (A) pode ser impugnada pelo réu através de agravo retido.

- (B) pode ser impugnada pelo réu através de agravo de instrumento.
- (C) é irrecurável, cabendo ao tribunal apreciar-lhe a legitimidade quando do julgamento da apelação.
- (D) só pode ser impugnada pelo Ministério Público, através de agravo, se estiver atuando no feito como parte.
- (E) só pode ser impugnada pelo Ministério Público, através de agravo, se estiver atuando no feito como fiscal da lei.

NCPC, art. 1.007, §6º. – hipótese em que o próprio legislador aponta a decisão como irrecurável, pois o tribunal poderá rever a decisão, falta interesse recursal. ATENÇÃO: o NCPC não mais prevê o agravo retido.

„C.“ Gabarito

(Analista – TRF/1º – 2006 – FCC) Paulo ajuizou uma demanda, pelo rito ordinário, contra Pedro e José. Pedro e José outorgam procurações a advogados diferentes. A demanda foi julgada procedente pelo Magistrado em Primeiro Grau. O prazo para Pedro e José ingressarem com o recurso de apelação cabível, a partir da data da intimação, é de

- (A) 10 dias.
- (B) 15 dias.
- (C) 20 dias.
- (D) 30 dias.
- (E) 60 dias.

Nesse caso o prazo é contado em dobro e, como o prazo para interpor apelação é de 15 dias, o prazo aqui será de 30 dias (arts. 229 e 1.005, § 5º, do NCPC). \* Atenção: no NCPC não há mais rito ordinário ou sumário, mas somente o procedimento comum.

„D.“ Gabarito



## 8. DIREITO ADMINISTRATIVO

Wander Garcia

### 1. PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) O diretor-geral de determinado órgão público federal exarou despacho concessivo de aposentadoria a um servidor em cuja contagem do tempo de serviço fora utilizada certidão de tempo de contribuição do INSS, falsificada pelo próprio beneficiário. Descoberta a fraude alguns meses mais tarde, a referida autoridade tornou sem efeito o ato de aposentadoria. Na situação hipotética considerada, o princípio administrativo aplicável ao ato que tornou sem efeito o ato de aposentadoria praticado é o da

- (A) Autotutela.
- (B) Indisponibilidade dos bens públicos.
- (C) Segurança jurídica.
- (D) Razoabilidade das decisões administrativas.

A Administração Pública é titular do poder de anular seus próprios atos, quando eivados de vícios de legalidade. Trata-se do poder de autotutela da Administração Pública (Art. 53 da Lei 9.784/1999 e Súmula 473 do STF).

Gabartio "A"

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) A Lei Complementar n.º 1.025, de 7 de dezembro de 2007, do Estado de São Paulo, ao criar a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP), dispôs que essa agência, no desempenho de suas atividades, deveria obedecer, entre outras, às diretrizes de “adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público” (art. 2.º, III) e de “indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinem as suas decisões” (art. 2.º, V). Tais diretrizes dizem respeito aos seguintes princípios:

- (A) Eficiência e devido processo legal.
- (B) Razoabilidade e objetividade.
- (C) Proporcionalidade e motivação.
- (D) Legalidade e formalidade.

Vide, também, o art. 2º, parágrafo único, VI e VII, da Lei 9.784/1999. As diretrizes apontadas no enunciado da questão condizem com os princípios da proporcionalidade e da motivação. Pelo primeiro, exige-se a mensuração dos meios (ou medidas) para o cumprimento de um dado objetivo, devendo o Administrador decidir-se pela medida que seja tão eficaz para alcançar a finalidade com a menor restrição possível à esfera dos destinatários da mesma. Já a motivação exige do Administrador a justificação de seu atuar, o qual deve apontar a ocorrência de fatos que, por configurar hipótese de uma dada norma jurídica, lhe permitira agir.

Gabartio "C"

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Assinale a opção correta acerca dos princípios da administração pública.

- (A) O princípio da eficiência não constava expressamente do texto original da CF, tendo sido inserido posteriormente, por meio de emenda constitucional.
- (B) O princípio da motivação determina que os motivos do ato praticado devam ser determinados pelo mesmo órgão que tenha tomado a decisão.
- (C) Embora seja consagrado pela jurisprudência e pela doutrina, o princípio da impessoalidade não foi consagrado expressamente na CF.
- (D) Em virtude do princípio da legalidade, a administração pública somente pode impor obrigações em virtude de lei; direitos, por sua vez, podem ser concedidos por atos administrativos.

A: correta. Foi inserido pela EC 19/1998; B: incorreta. O órgão decisor pode acolher motivos indicados por outro órgão (motivação *aliunde*); C: incorreta (art. 37, *caput*, da CF/1988); D: incorreta. A atuação administrativa sempre depende de lei.

Gabartio "A"

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Considerando os princípios da administração pública, assinale a opção correta.

- (A) O ato imoral não pode ser anulado por meio de ação popular, já que esta pressupõe lesividade econômica, não se estendendo ao dano moral.
- (B) Com base no princípio da segurança jurídica, o ordenamento jurídico em vigor veda, no âmbito da União, a aplicação retroativa de nova interpretação jurídica dada pela administração ao mesmo dispositivo legal.
- (C) Com base no princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, é lícito ao Estado desapropriar qualquer bem particular, sem que haja prévia e justa indenização.
- (D) O princípio da razoável duração do processo, inserido na Constituição por emenda, não se estende, pelo menos expressamente, aos processos administrativos.

A: incorreta. O art. 5º, LXXIII, da CF/1988, admite ação popular quando haja simples lesão à moralidade administrativa; B: correta (art. 2º, parágrafo único, XIII, da Lei 9.784/1999); C: incorreta (art. 5º, XXIV, da CF/1988); D: incorreto (art. 5º, LXXVIII, da CF/1988).

Gabartio "B"

(FGV – 2008) A Constituição da República Federativa do Brasil, ao dispor sobre a Administração Pública, estabeleceu o respeito a determinados princípios. Assinale a alternativa que apresenta todos os princípios mencionados no art. 37 da Constituição.

- (A) Legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

- (B) Moralidade, disponibilidade da ação penal pública e legalidade.
- (C) Impessoalidade, eficiência, legalidade, publicidade e moralidade.
- (D) Liberdade, igualdade e fraternidade.
- (E) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, alternatividade e irretroatividade.

São princípios da administração pública expressamente elencados na Constituição Federal de 1988: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (Art. 37, *caput*, da CF/1988).

„C.“ Gabarito

(FGV – 2008) Observe o caso a seguir que exemplifica a atuação de um gestor público na solução de um problema. *O gestor público realizou determinado procedimento na busca da solução de uma necessidade da população moradora em uma área carente. Ao realizá-lo, buscou otimizar os recursos, evitando perdas e desperdícios, mas sem prejuízo do alcance do objetivo pretendido. Sua iniciativa atendeu ao público-alvo, resolvendo o problema de modo satisfatório.* Sob a ótica da Administração, a atuação desse gestor está baseada nos conceitos de:

- (A) legalidade, legitimidade e economicidade.
- (B) moralidade, eficiência e prudência.
- (C) oportunidade, utilidade e interesse público.
- (D) eficácia, eficiência e efetividade.
- (E) legalidade, moralidade e interesse público.

A “otimização de recursos” e a preocupação em alcançar o “objetivo pretendido” revela que o agente público atuou buscando atender ao princípio da eficiência, a fim de garantir a efetividade da atuação da Administração, que deverá ser eficaz, atingindo os seus resultados.

„D.“ Gabarito

(FGV – 2008) Analise o fragmento a seguir: *“O princípio da legalidade denota essa relação: só é legítima a atividade do administrador público se estiver condizente com o disposto na lei.”* Com base nos modelos de administração, é correto afirmar que o fragmento acima apresenta uma característica intrínseca do modelo:

- (A) administrativista.
- (B) gerencial.
- (C) burocrático.
- (D) comportamental.
- (E) estruturalista.

A preocupação com os meios, e não com o atingimento dos fins (dos resultados), é característica da administração burocrática, em contraposição à administração gerencial.

„C.“ Gabarito

(FGV – 2008) Não é princípio da Administração Pública:

- (A) hierarquia.
- (B) especialidade.
- (C) motivação.
- (D) autotutela.
- (E) universalidade.

O princípio da universalidade, de fato, não é mencionado na lei, na doutrina ou na jurisprudência como princípio da Administração Pública. Os princípios administrativos mais conhecidos são os seguintes –

expressos na Constituição: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; outros expressos ou implícitos na Constituição ou na lei (p. ex: Lei 9.784/1999): supremacia do interesse público, indisponibilidade do interesse público, continuidade do serviço público, razoabilidade, motivação, segurança jurídica, isonomia, contraditório e ampla defesa, autotutela, finalidade, especialidade, hierarquia, controle ou tutela, controle jurisdicional etc.

„E.“ Gabarito

(FGV – 2008) A assertiva “que os atos e provimentos administrativos são imputáveis não ao funcionário que os pratica, mas ao órgão ou entidade administrativa em nome do qual age o funcionário” encontra respaldo, essencialmente:

- (A) no princípio da eficiência.
- (B) no princípio da moralidade.
- (C) no princípio da impessoalidade.
- (D) no princípio da unidade da Administração Pública.
- (E) no princípio da razoabilidade.

De fato, essa é uma das facetas do princípio da impessoalidade. A Constituição Federal, ao impor o princípio da impessoalidade (art. 37, *caput*), impõe três condutas: a) respeito à igualdade entre as pessoas (ou seja, a administração não pode nem favorecer, nem perseguir pessoas); b) proibição da autopromoção dos agentes públicos e imputação dos atos por eles praticados diretamente ao órgão ou entidade (disso resulta, por exemplo, que os agentes públicos não podem fazer autopromoção usando dinheiro e recursos públicos); c) respeito à finalidade dos atos administrativos (ou seja, o agente público deve ser impessoal ao praticar os atos administrativos, buscando a finalidade prevista na lei, e não a finalidade que o agente entende que é a melhor a ser alcançada).

„C.“ Gabarito

(FGV – 2008) Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O princípio da supremacia do interesse público prevalece, como regra, sobre direitos individuais, e isso porque leva em consideração os interesses da coletividade;
- (B) O tratamento isonômico por parte de administradores públicos, a que fazem jus os indivíduos, decorre basicamente dos princípios da impessoalidade e da moralidade.
- (C) O princípio da razoabilidade visa a impedir que administradores públicos se conduzam com abuso de poder, sobretudo nas atividades discricionárias.
- (D) Constitui fundamento do princípio da eficiência o sentimento de probidade que deve nortear a conduta dos administradores públicos.
- (E) Malgrado o princípio da indisponibilidade da coisa pública, bens públicos, ainda que imóveis, são alienáveis, desde que observadas certas condições legais.

**A:** correta, pois o princípio da supremacia estabelece que o interesse público prevalece sobre o interesse privado; por exemplo, entre o interesse público em adquirir um imóvel de um particular e o interesse privado deste em não alienar a coisa, prevalece o primeiro, podendo o Poder Público adquirir compulsoriamente o imóvel, mediante a desapropriação; **B:** correta, pois ser impessoal é tratar as pessoas com igualdade, e agir conforme a moralidade é não praticar condutas que beneficiem indevidamente quem quer que seja; **C:** correta, pois o princípio da razoabilidade determina a compatibilização entre *meios* e *fins*, evitando-se tanto a *negligência*, como o *excesso*, e agindo-se conforme o padrão normal, sem abusos; vale salientar que o princípio da razoabilidade somente incide sobre atos discricionários, pois somente

nestes há possibilidade de haver mais de uma possibilidade de ação, por parte do agente público, devendo este buscar a conduta mais razoável; **D:** incorreta (devendo ser assinalada), pois o sentimento de probidade é fundamento do princípio da moralidade; **E:** correta, pois, preenchido os requisitos legais (motivação, desafetação, autorização legislativa, avaliação e licitação), os bens públicos podem ser alienados.

„D. oiprtio

(FGV – 2007) O art. 39, § 3º, da Constituição da República autoriza a lei a estabelecer requisitos diferenciados de admissão a cargo público, quando a natureza do cargo o exigir. A pertinência desses requisitos, em relação a determinado cargo a ser provido, é aferida mediante a aplicação do princípio da:

- (A) razoabilidade.
- (B) publicidade.
- (C) igualdade.
- (D) eficiência.

De fato, a razoabilidade dirá que tipo de requisito é pertinente para o provimento de dado cargo. De qualquer forma, somente a lei (atendendo ao princípio da razoabilidade, como dito) é que poderá trazer esse tipo de requisito (art. 37, I, da CF). Exemplos de requisitos que podem ser exigidos são os seguintes: a) nível superior, quando for necessário; b) altura mínima, quando for necessário; c) idade mínima, quando for necessário, como na magistratura; d) sexo feminino ou masculino, por exemplo, quanto a agente penitenciário de prisão masculina ou feminina, entre outros.

Gabartio „A.

(FGV – 2006) Indique o princípio imediatamente relacionado ao ato administrativo praticado visando à finalidade legal.

- (A) Eficiência.
- (B) Impessoalidade.
- (C) Legalidade estrita.
- (D) Moralidade.
- (E) Publicidade.

O princípio da impessoalidade impõe respeito à igualdade, à neutralidade do agente e à finalidade. Quanto a esta, a ideia é que a lei seja aplicada com o objetivo de atender à sua finalidade da lei, sem subjetivismos, sem pessoalidades.

Gabartio „B.

(FGV – 2005) Analise as proposições a seguir:

- I. Os princípios da eficiência, continuidade, igualdade e modicidade orientam a prestação de serviços públicos e são aplicáveis também às concessionárias e permissionárias.
- II. Segundo o princípio da legalidade, a Administração Pública direta e indireta pode fazer tudo o que a lei permite e tudo que a lei não proíbe.
- III. A Constituição Federal reservou aos Estados-membros a prestação, direta ou sob regime de concessão ou permissão, dos serviços públicos de interesse local.
- IV. O não pagamento da taxa ou tarifa pelo usuário do serviço público não essencial pode ensejar a suspensão do seu fornecimento.

Assinale:

- (A) se somente as proposições I e II forem verdadeiras.
- (B) se somente as proposições I e III forem verdadeiras.
- (C) se somente as proposições I e IV forem verdadeiras.
- (D) se somente as proposições II, III e IV forem verdadeiras.

(E) se somente as proposições II, III e IV forem verdadeiras.

**I:** verdadeira, pois o art. 6º, § 1º, da Lei 8.987/1995 estabelece que os concessionários e permissionários de serviço público devem prestar serviço adequado, que “é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas”; a expressão generalidade está no sentido de igualdade, impondo que o serviço seja colocado à disposição de todos, sem distinções, sem desrespeito à igualdade; **II:** falsa, pois, segundo o princípio, a Administração até pode fazer “tudo o que a lei permite”, mas não pode fazer “tudo que a lei não proíbe”; somente o particular pode fazer “tudo o que a lei não proíbe”; o princípio da legalidade para a Administração está previsto no art. 37, *caput*, da CF, ao passo que o da legalidade para o particular encontra-se no art. 5º, II, da CF; **III:** falsa, pois compete aos municípios tal competência (art. 30, V, da CF); a única exceção se dá quanto aos serviços locais de gás canalizado (art. 25, § 2º, da CF); **IV:** verdadeira (art. 6º, § 3º, II, da Lei 8.987/1995).

„C. oiprtio

(FGV – 2005) Em decorrência do princípio da supremacia do interesse público, é vedado afirmar que:

- (A) não é permitido à Administração Pública constituir terceiros em obrigações mediante atos unilaterais, devendo haver, nesses casos, a propositura da ação própria.
- (B) o princípio em cotejo traz consigo a exigibilidade do ato, traduzida na previsão legal de a Administração impor sanções ou providências indiretas que induzam o administrado a acatá-lo.
- (C) enseja à Administração a chamada autoexecutoriedade do ato administrativo.
- (D) possibilita à Administração Pública revogar os próprios atos inconvenientes ou inoportunos.
- (E) o princípio em apreço não se encontra expresso na Constituição Federal, mas apenas a sua alusão.

**A:** correta. É vedado fazer tal afirmação, pois a Administração tem sim esse poder; aliás, um dos atributos do ato administrativo é justamente a imperatividade, pela qual a Administração pode constituir terceiros em obrigações, independentemente de sua concordância; **B:** incorreta. Não é vedado fazer tal afirmação, pois os atributos do ato administrativo, que incluem a exigibilidade, corretamente definida na alternativa, de fato decorrem do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado; **C:** incorreta. Não é vedado fazer tal afirmação, pois os atributos do ato administrativo, que incluem a autoexecutoriedade, de fato decorrem do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado; **D:** incorreta. Não é vedado fazer tal afirmação, pois o princípio da autotutela, que possibilita a Administração revogar seus atos, quando inconvenientes, de fato decorre do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado; **E:** incorreta. Não é vedado fazer tal afirmação, pois o princípio da supremacia do interesse público não se encontra expresso na Constituição, mas decorre das ideias de Estado Democrático e de República, além de estar previsto no *caput* do art. 2º da Lei 9.784/1999.

Gabartio „A.

(FGV – 2005) Com relação aos princípios constitucionais da Administração Pública, é correto afirmar que:

- (A) o princípio da legalidade comporta exceção, no caso de ato discricionário.
- (B) são aplicáveis aos três níveis de governo da Federação.
- (C) o desvio de finalidade implica ofensa ao princípio da publicidade.

- (D) são aplicáveis apenas ao Poder Executivo da União.  
(E) o desvio de finalidade não implica ofensa ao princípio da publicidade.

**A:** incorreta, pois a discricionariedade decorre da lei e encontra seus limites na lei; não se deve confundir discricionariedade (margem de liberdade ditada pela lei), com arbitrariedade (liberdade total); **B:** correta, pois o art. 37, *caput*, deixa claro isso; **C:** incorreta, pois o desvio de finalidade constitui ofensa ao princípio da impessoalidade, que, como se viu, determina três condutas (respeito à igualdade, vedação da autopromoção e respeito à finalidade); **D:** incorreta, pois o art. 37, *caput*, deixa claro que se aplica à administração pública dos três poderes; **E:** incorreta, pois é possível que, no caso concreto, desvie-se da finalidade em matéria afeta ao princípio da publicidade.

Gabário "B"

## 2. PODERES ADMINISTRATIVOS

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Não constitui característica do poder de polícia a

- (A) Autoexecutoriedade.  
(B) Coercibilidade.  
(C) Facticidade.  
(D) Discricionariedade.

A facticidade não constitui atributo ou característica dos atos e poderes administrativos.

Gabário "C"

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Assinale a opção correta quanto aos poderes e deveres dos administradores públicos.

- (A) O poder de delegação e o de avocação decorrem do poder hierárquico.  
(B) A possibilidade de o chefe do Poder Executivo emitir decretos regulamentares com vistas a regular uma lei penal deriva do poder de polícia.  
(C) O poder discricionário não comporta nenhuma possibilidade de controle por parte do Poder Judiciário.  
(D) O poder regulamentar é exercido apenas por meio de decreto.

**A:** correta. Vale a pena ler os arts. 11 a 17 da Lei 9.784/1999; **B:** incorreta. Deriva do **poder regulamentar**; **C:** incorreta. O Judiciário controla os aspectos de legalidade, razoabilidade e moralidade dos atos discricionários; **D:** incorreta. Excepcionalmente, atos normativos regulamentares podem vir ao mundo jurídico por meio de resoluções e instruções normativas, por exemplo.

Gabário "A"

(FGV – 2008) A inspeção de segurança veicular consubstancia, precipuamente, o exercício de poder:

- (A) vinculado.  
(B) discricionário.  
(C) hierárquico.  
(D) subalterno.  
(E) regulamentar.

A inspeção veicular envolve dois poderes, o poder de polícia, vez que importa na fiscalização da propriedade particular – carro – a fim de ajustar o seu uso aos interesses da coletividade, e o poder vinculado, vez que a inspeção deve seguir critérios claros e objetivos, não havendo margem de liberdade para o administrador exercer essa fiscalização.

Gabário "A"

(FGV – 2008) O Município do Rio de Janeiro exigiu a demolição de prédio particular ameaçado de ruir. Tal ato:

- (A) encontra fundamento no poder de polícia dos Entes Federados.  
(B) encontra fundamento no poder discricionário dos Entes Federados.  
(C) é abusivo por violar o direito de propriedade.  
(D) é emulativo, por atentar ao domínio privado.  
(E) configura autoexecutoriedade indireta defesa em lei.

**A:** correta, pois a exigência de demolição é fruto do poder de polícia das construções e habitações; **B:** incorreta, pois há critérios objetivos previstos na lei quanto aos casos em que se pode exigir a demolição de um prédio particular; **C:** incorreta, pois não há abuso algum, tratando-se de medida de interesse da coletividade; **D:** incorreta, pois ato emulativo é o mesmo que ato que abusa dos direitos; no caso, não há abuso algum do Município, pois a ameaça de ruína é motivo suficiente para a exigência de demolição; **E:** incorreta, pois o caso traduz-se em exemplo de imperatividade (imposição de obrigações), que não se confunde com autoexecutoriedade (uso da força para valer a vontade administrativa).

Gabário "A"

(FGV – 2008) A avocação é própria do Poder:

- (A) Disciplinar.  
(B) Discricionário.  
(C) Regulamentar.  
(D) Hierárquico.  
(E) Delegatório.

A avocação, prevista no art. 15 da Lei 9.784/1999, consiste na tomada temporária da competência atribuída a órgão *hierarquicamente* inferior. Ou seja, o órgão superior toma para si, temporariamente, a competência atribuída a órgão *hierarquicamente* inferior a ele. Assim, trata-se de instituto próprio do *poder hierárquico*.

Gabário "D"

(FGV – 2008) No que concerne à Administração Pública, não é correto afirmar que:

- (A) a finalidade do poder regulamentar é a de complementar as leis para o fim de possibilitar a sua execução.  
(B) o poder discricionário propicia a prática de atos administrativos insuscetíveis de controle pelo Poder Judiciário.  
(C) o poder de polícia retrata prerrogativa estatal que restringe e condiciona a liberdade e a propriedade.  
(D) o Chefe do Poder Executivo expede decretos e regulamentos para exercer o poder de regulamentação das leis.  
(E) nas atividades discricionárias o administrador público não está inteiramente livre para decidir sobre qual a melhor opção a ser feita em relação aos objetivos da Administração.

**A:** correta, pois o poder regulamentar é justamente o poder de *regulamentar*, de *explicar* a lei, de *expedir comandos complementares* a estas com vistas à sua fiel execução; **B:** incorreta (devendo ser assinalada), pois os atos discricionários são, sim, suscetíveis de controle pelo Judiciário, desde que quanto aos *aspectos de legalidade, razoabilidade e moralidade*; o Judiciário só não pode atingir o *mérito* do ato administrativo, ou seja, aquela parte do ato em que há margem de liberdade; **C:** correta, pois traz adequada definição do poder de polícia (*vide* texto no início deste item); **D:** correta, não podendo, portanto,

regular matérias que ainda não foram objeto de lei; **E**: correta, pois a competência discricionária é sempre *parcialmente vinculada*, ou seja, tal competência não confere *total liberdade* para o agente público, mas apenas *margem de liberdade* para este; há aspectos do ato discricionário, como a *competência*, a *forma* e a *finalidade*, que são sempre vinculados, segundo Hely Lopes Meirelles.

„B.“ Gabarito

### 3. ATO ADMINISTRATIVO

#### 3.1. Conceitos, requisitos e atributos

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) Acerca dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- (A) Se o motivo que determina e justifica a prática do ato é inexistente ou é inválido, inválidos serão apenas os efeitos do ato e não o próprio ato em si.
- (B) Os elementos do ato administrativo que se referem ao mérito são o objeto e a finalidade.
- (C) Os atos administrativos são praticados apenas pela administração pública.
- (D) Os atos de caráter normativo, de decisão de recurso administrativo e os de matérias de competência exclusiva, nos termos da Lei n.º 9.784/1999, não são passíveis de delegação.

**A**: incorreta. Pela teoria dos motivos determinantes, um problema no motivo torna o ato inválido; **B**: incorreta. Um ato discricionário contém partes vinculadas e partes de mérito; a competência é sempre vinculada; já os outros elementos podem ser trazidos pela lei com margem de liberdade (mérito) para o administrador; **C**: incorreta. Os atos administrativos podem ser praticados pelas administrações públicas dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário); **D**: correta. (Art. 13 da Lei 9.784/1999).

„D.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Os atos administrativos possuem atributos que os diferenciam dos atos privados. Assinale a opção que não configura atributo exclusivo do ato administrativo.

- (A) Presunção de legitimidade.
- (B) Imperatividade.
- (C) Autoexecutoriedade.
- (D) Legalidade.

Atributos são “prerrogativas”, “qualidades”, “notas peculiares” dos atos administrativos. São atributos típicos desses atos a presunção de legitimidade, a imperatividade, a exigibilidade, a autoexecutoriedade e a tipicidade. A coercibilidade também é trazida por parte da doutrina como atributo do ato administrativo.

„D.“ Gabarito

(FGV – 2008) A respeito das características do ato administrativo, assinale a afirmativa correta.

- (A) A característica de imperatividade do ato administrativo afasta totalmente a possibilidade de atuação consensual da Administração Pública.
- (B) A avocação, pelo superior, da competência para realizar um ato administrativo, apresenta-se excepcional.
- (C) O Poder Judiciário pode rever o mérito do ato discricionário do Poder Executivo.
- (D) O ato discricionário não pode ser revogado.

(E) A competência é em regra derogável.

**A**: incorreta, pois a imperatividade significa que a Administração pode impor ao particular obrigações independentemente de sua concordância, mas nada impede que a Administração, se for o caso, proponha um acordo com o particular, ou que o particular esteja de acordo, consinta imediatamente com o determinado pela Administração; **B**: correta, nos termos do art. 15 da Lei 9.784/1999 (obs.: essa lei deve ser lida por inteiro, pois aparece muito nas provas); **C**: incorreta, pois o Judiciário pode até rever um ato discricionário (quanto aos aspectos de legalidade, moralidade e razoabilidade), mas não pode rever o mérito, ou seja, a margem de liberdade que sobrar ao Poder Executivo; **D**: incorreta, pois é justamente o contrário, ou seja, somente o ato discricionário pode ser revogado; o ato vinculado é que não pode ser revogado, pois ato vinculado é aquele em que só há uma opção, hoje, amanhã e sempre; **E**: incorreta, pois a competência é irrenunciável, não podendo ser revogada, nem renunciada (art. 11 da Lei 9.784/1999).

„B.“ Gabarito

(FGV – 2008) Quando o servidor público atua fora dos limites de sua competência, mas visando ao interesse público, pratica:

- (A) excesso de poder, que caracteriza abuso de poder.
- (B) excesso de poder, mas que, no caso, não caracteriza abuso de poder.
- (C) desvio de poder, que caracteriza abuso de poder.
- (D) desvio de poder, mas que, no caso, não caracteriza abuso de poder.
- (E) ato válido.

A atuação que extrapola a competência tem o nome de excesso de poder, diferentemente da atuação que extrapola a finalidade, que tem o nome de desvio de finalidade ou desvio de poder. Ambas as situações revelam o gênero, que é o abuso de poder.

„A.“ Gabarito

(FGV – 2008) A usurpação de função e a desapropriação de um bem imóvel da União por um município são, respectivamente, vícios do ato administrativo relativos à(ao):

- (A) competência e objeto.
- (B) sujeito e competência.
- (C) incapacidade e forma.
- (D) incompetência e motivo.
- (E) objeto e finalidade.

A usurpação de função consiste em alguém fingir ser agente público. Trata-se de vício de competência. Já a desapropriação de um imóvel da União, por ser vedada pela lei, torna o objetivo impossível juridicamente, revelando vício no objeto.

„A.“ Gabarito

(FGV – 2007) A presunção de legitimidade e de veracidade, com que nascem os atos administrativos, é de natureza:

- (A) absoluta e não admite prova que a desconstitua.
- (B) relativa e admite prova em contrário que a desconstitua.
- (C) excepcional, somente sendo afastável por lei específica.
- (D) mista, dependendo a sua desconstituição do tipo de prova que a Administração produza.

A presunção é de natureza relativa (*juris tantum*) e, portanto, admite prova em contrário.

„B.“ Gabarito

(FGV – 2006) Motivo do ato administrativo:

- (A) está sempre expresso na lei.
- (B) é a situação de direito ou de fato que determina ou autoriza a realização do ato administrativo.
- (C) apresenta o mesmo conteúdo jurídico de motivação.
- (D) não apresenta qualquer ligação com o conceito de moralidade administrativa.
- (E) deve ser apresentado para a dispensa de servidor exonerável *ad nutum*.

**A:** incorreta, pois há casos em que a lei não estabelece precisamente o motivo que admite a prática de um ato, hipótese em que se tem um ato discricionário; **B:** correta, pois traz adequada definição de ato administrativo; **C:** incorreta, pois o motivo é o próprio fundamento que autoriza a prática do ato, ao passo que a motivação é a demonstração da pertinência de um ato administrativo, ligado ao requisito forma; **D:** incorreta, pois não se pode alegar motivo que fere a moralidade administrativa para a prática de um ato administrativo; **E:** incorreta, pois a exoneração *ad nutum* é aquele que se dá nos casos de cargo em comissão, em que a nomeação e a exoneração são livres nesse caso, ou seja, independentemente de apresentação de motivo.

Gabriel "B."

(FGV – 2006) O abuso de poder admite as formas:

- (A) comissiva, omissiva, dolosa e culposa.
- (B) comissiva, dolosa e culposa.
- (C) comissiva e dolosa.
- (D) omissiva e culposa.
- (E) omissiva e dolosa.

O abuso de poder é o gênero, que tem duas espécies: excesso de poder (problema na competência) e desvio de poder (problema na finalidade). Não há limitação a que o abuso de poder decorra de atos comissivos, omissivos, dolosos e culposos. O abuso pode se dar em qualquer uma dessas condutas.

Gabriel "A."

(FGV – 2006) Assinale a alternativa incorreta a respeito do ato administrativo.

- (A) O ato administrativo é perfeito quando esgotadas as fases necessárias à sua produção.
- (B) O ato administrativo é válido quando foi expedido em absoluta conformidade com as exigências do sistema normativo.
- (C) O ato administrativo é eficaz quando está disponível para a produção de seus efeitos; ou seja, quando o desencadear de seus efeitos típicos não se encontra dependente de qualquer evento posterior, como uma condição suspensiva, termo inicial ou ato controlador a cargo de outra autoridade.
- (D) O ato administrativo está definido no art. 98 do Código Civil como sendo todo ato lícito que tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar ou extinguir direitos.
- (E) Pode-se definir o ato administrativo como a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário.

**A:** correta, pois a *perfeição* diz respeito ao plano da *existência* do ato; *ato perfeito* é aquele que completou o ciclo necessário à sua formação, à sua existência; uma vez que o ato é *perfeito*, passa-se à análise quanto

a sua *validade* e a sua *eficácia*; **B:** correta, pois *validade* diz respeito ao plano da *legalidade*, do respeito à ordem jurídica; **C:** correta, pois a *eficácia* diz respeito à aptidão para o ato produzir efeitos, tendo total relação com os institutos da *condição* e do *termo*; **D:** incorreta (devendo ser assinalada), pois o *ato administrativo* não está definido no Código Civil, e o conceito dado é de *ato jurídico*; ademais, o art. 98 do CC traz a definição de *bens públicos*; **E:** correta, pois traz uma das definições de ato administrativo mais comuns na doutrina administrativista.

Gabriel "D."

(FGV – 2006) São atributos do ato administrativo:

- (A) presunção absoluta de legitimidade, imperatividade e autoexecutoriedade.
- (B) presunção relativa de legitimidade; imperatividade, esta presente em todos os atos administrativos, inclusive enunciativos; e autoexecutoriedade.
- (C) presunção relativa de legitimidade; imperatividade; e autoexecutoriedade, esta consistente na possibilidade de certos atos administrativos poderem ser executados pela própria Administração, independente de ordem judicial.
- (D) presunção absoluta de legitimidade e imperatividade, visto que, modernamente, a execução do ato administrativo depende de ordem judicial, ante o princípio democrático do amplo acesso à Justiça.
- (E) presunção relativa de legitimidade e imperatividade, visto que, modernamente, a execução do ato administrativo depende de ordem judicial, ante o princípio democrático do amplo acesso à Justiça.

**A:** incorreta, pois a presunção de legitimidade é relativa (admite prova em contrário), e não absoluta (não admite prova em contrário); **B:** incorreta, pois a imperatividade, *que consiste na qualidade do ato pela qual este se impõe a terceiros, independentemente de sua concordância*, só existe nos atos administrativos em que há imposições, determinações estatais, o que não ocorre, por exemplo, nos atos enunciativos, como uma *certidão*, que apenas enuncia uma situação prévia; **C:** correta, pois os três institutos citados são, realmente atributos do ato administrativo, e a definição de autoexecutoriedade está correta; **D** e **E:** incorretas, pois a imperatividade dos atos administrativos independe de ordem judicial, inclusive porque os atos administrativos têm presunção de legitimidade; além disso, no caso da alternativa "d", há de se lembrar de que a presunção de legitimidade é relativa, e não absoluta.

Gabriel "C."

### 3.2. Classificação e espécies de ato administrativo

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) A administração pública realiza sua função executiva por meio de atos jurídicos que recebem a denominação especial de atos administrativos. Os atos administrativos que emanam do Poder Legislativo (leis) e do Poder Judiciário (decisões judiciais) podem ser diferenciados por sua natureza, conteúdo e forma. Quando se conceitua ato administrativo como sendo aquele pelo qual o Poder Público controla outro ato da própria administração ou do administrado, aferindo sua legitimidade formal para dar-lhe exequibilidade, faz-se referência ao conceito de

- (A) homologação.
- (B) visto.
- (C) dispensa.
- (D) renúncia.



De fato, o visto é um ato que verifica apenas a legitimidade formal de um ato, para dar-lhe exequibilidade; um exemplo é o visto dado por um chefe numa manifestação de seu subordinado.

Gabarito "B"

(FGV – 2009) Uma autorização para exploração de jazida, quanto aos efeitos, é exemplo de ato administrativo:

- (A) negocial.
- (B) constitutivo.
- (C) externo.
- (D) concreto.
- (E) declaratório.

Ato constitutivo é aquele em que a Administração cria, modifica ou extingue direito ou situação jurídica do administrado. São exemplos a permissão, a penalidade, a revogação e a autorização, inclusive a de exploração de jazida.

Gabarito "B"

(FGV – 2008) O silêncio da Administração em atender a requerimento formulado constitui um ato:

- (A) constitutivo.
- (B) desconstitutivo.
- (C) ordinatório.
- (D) declaratório.
- (E) enunciativo.

O silêncio não deixa de ser uma declaração de vontade, ainda que tácita. Por isso, é um ato declaratório. O que não se pode dizer é que o silêncio constitui, desconstitui ou enuncia algo, muito menos que se trata de ato ordinatório, que é aquele que disciplina o funcionamento da Administração e a conduta funcional de seus agentes.

Gabarito "D"

(FGV – 2008) O alvará para licença de construção de imóvel consubstancia um ato:

- (A) normativo.
- (B) ordinatório.
- (C) enunciativo.
- (D) negocial.
- (E) punitivo.

A licença para construir é um ato negocial, pois importa justamente em declaração de vontade coincidente com a pretensão do particular. O fato de o particular pedir para construir e a Administração concordar revela que houve declarações de vontade coincidentes entre esta e aquele, traduzindo-se num verdadeiro ato negocial.

Gabarito "D"

(FGV – 2008) Entre os atos administrativos a seguir, aquele que se caracteriza como ato constitutivo é:

- (A) a isenção.
- (B) a aplicação de penalidade.
- (C) o parecer.
- (D) a anulação.
- (E) o atestado.

Ato constitutivo é aquele em que a Administração cria, modifica ou extingue direito ou situação jurídica do administrado. São exemplos a permissão, a penalidade, a revogação e a autorização.

Gabarito "B"

(FGV – 2008) Os pareceres jurídicos emitidos sobre editais de licitação possuem caráter:

- (A) opinativo.
- (B) discricionário.
- (C) vinculativo.
- (D) facultativo.
- (E) orientador.

Quando um parecer tem poder de decidir um caso, ou seja, quando o parecer, na verdade, é uma decisão administrativa, a autoridade que emite esse parecer responde por eventual ilegalidade do ato, não se enquadrando o ato na categoria dos pareceres meramente opinativos, facultativos e orientadores, mas sim nas categorias dos pareceres vinculantes ou das decisões administrativas. Segundo o STF, o parecer jurídico sobre editais de licitação e minutas de contratos, convênios e ajustes, previsto no art. 38 da Lei 8.666/1993, é um parecer vinculante (uma decisão), pois a lei dispõe que tais instrumentos devem ser aprovados pelo setor jurídico, e não que haverá mera opinião desse setor.

Gabarito "C"

### 3.3. Discricionariedade e vinculação

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Julgue os seguintes itens, referentes a atos administrativos.

- I. Ato vinculado ou regrado é aquele para cuja realização a lei estabelece requisitos e condições.
- II. Ato discricionário pode ser praticado pela administração com liberdade de escolha de seu conteúdo, de seu destinatário, de sua conveniência, de sua oportunidade e do modo de sua realização.
- III. Ato nulo é aquele que a administração, e somente ela, pode invalidar, por motivo de conveniência, oportunidade ou justiça.
- IV. Ato revogável é o que nasce afetado de vício insanável por ausência ou defeito substancial em seus elementos constitutivos ou em seu procedimento formativo.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.

I: correta. De fato, os atos regrados ou vinculados são aqueles que a lei estabelece objetivamente as condições de seu exercício; II: correta. De fato, os atos discricionários são aqueles que conferem margem de liberdade à administração; III: incorreta. Os atos nulos podem ser invalidados pela administração ou pelo Judiciário, e o critério para a anulação é a ilegalidade e não a inconveniência; IV: incorreta. Ato revogável é aquele que nasce conforme a lei (sem vícios), mas que, por um fato novo, fica inconveniente.

Gabarito "A"

(OAB/Exame Unificado – 2004.E5) Atos administrativos discricionários

- (A) podem ser anulados por motivo de conveniência e oportunidade.
- (B) são sujeitos a controle judicial.
- (C) não podem ser revogados de ofício.
- (D) não se submetem ao princípio da motivação.

A: incorreta. Atos discricionários são revogados (e não anulados) por motivo de conveniência e oportunidade; B: correta. De fato, os atos

discricionários são sujeitos a controle judicial, mas somente quanto aos aspectos de legalidade, moralidade e razoabilidade; **C**: incorreta. Os atos discricionários podem ser revogados de ofício; **D**: incorreta. Todos os atos administrativos devem ser motivados, principalmente os discricionários, pois nestes o administrador tem de explicar bem as razões que utilizou para a sua prática.

„B.“ Gabarito

(FGV – 2008) Assinale a alternativa correta.

- (A) Em virtude de aspectos subjetivos da discricionariedade, é vedado ao Poder Judiciário apreciar a legalidade ou não dos atos discricionários.
- (B) A discricionariedade implica o poder do administrador público de optar por determinada conduta, após valoração da conveniência e oportunidade administrativas.
- (C) A atividade discricionária é suscetível de revogação, quando assim o entenda a Administração, mas há impedimento a que sobre ela se aplique a anulação.
- (D) Ainda que haja certo grau de subjetividade na prática de atos discricionários, o motivo, a competência e o objeto são sempre elementos vinculados.
- (E) Somente no Poder Executivo pode o administrador atuar com discricionariedade administrativa, e assim mesmo no exercício da função típica de gestão dos interesses públicos.

**A**: incorreta, pois o Judiciário pode, sim, apreciar a legalidade dos atos discricionários; **B**: correta, pois a discricionariedade, de fato, confere margem de liberdade para o administrador definir a conduta que melhor atende ao interesse público; **C**: incorreta, pois os atos discricionários podem ser tanto revogados (quando se tornarem inconvenientes), como anulados (quando forem ilegais); **D**: incorreta, pois a doutrina entende que a competência, a forma e a finalidade são sempre elementos vinculados; **E**: incorreta, pois também há Administração Pública no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário, de modo que nestes Poderes também são expedidos atos administrativos vinculados e discricionários.

„B.“ Gabarito

(FGV – 2006) Qual dos elementos a seguir se afigura irrelevante para a eficácia de ato administrativo vinculado?

- (A) Motivo.
- (B) Competência.
- (C) Objeto.
- (D) Mérito.
- (E) Forma.

Ato vinculado é aquele em que a administração não tem margem de liberdade, ou seja, é aquele em que a Administração tem apenas uma opção de atuação. Assim, nos atos vinculados está tudo regrado, ou seja, não há margem para o mérito (para a margem de liberdade). Assim, a expressão mérito está deslocada, pois os atos vinculados não têm mérito, não tem margem de liberdade.

„D.“ Gabarito

### 3.4. Extinção do ato administrativo

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Acerca do controle dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- (A) O Poder Judiciário pode revogar ato administrativo.
- (B) O Poder Judiciário pode anular ato administrativo, com base nos critérios de conveniência e oportunidade.
- (C) O Poder Executivo pode anular ato administrativo ilegal a qualquer tempo.

(D) A anulação de ato administrativo ilegal pela própria administração terá efeitos *ex tunc*.

**A**: incorreta. O Judiciário só pode revogar os seus próprios atos administrativos; **B**: incorreta. O Judiciário pode anular atos administrativos de todos os poderes, mas a anulação é feita com base na apreciação da existência de legalidade ou de ilegalidade, e não com base em conveniência e oportunidade; **C**: incorreta. Há prazo decadencial para a anulação de atos administrativos (art. 54 da Lei 9.784/1999); **D**: correta. De fato, a anulação tem efeito *ex tunc* (retroage).

„D.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) Quando um ato administrativo legal e perfeito torna-se inconveniente ao interesse público, a administração pública poderá suprimi-lo por meio de

- (A) anulação.
- (B) refazimento.
- (C) renúncia.
- (D) revogação.

De fato, atos inconvenientes são revogados.

„D.“ Gabarito

(FGV – 2009) Com base na Lei 9.784/1999, analise as afirmativas a seguir.

- I. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- II. O prazo de decadência, na hipótese de efeitos patrimoniais contínuos, será contado a partir da percepção do primeiro pagamento.
- III. A convalidação é da competência privativa da própria Administração, logo, é incabível que o órgão jurisdicional pratique a convalidação de atos administrativos, a menos que se trate de seus próprios atos administrativos.
- IV. Na revogação, a Administração Pública atua com discricionariedade, exercendo o poder de autotutela quanto a motivos de mérito, avaliando a conveniência e a oportunidade de suprimir o ato administrativo.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**I**: correta (art. 54, *caput*, da Lei 9.784/1999); **II**: correta (art. 54, § 1º, da Lei 9.784/1999); **III**: correta (art. 55 da Lei 9.784/1999); **IV**: correta, pois a revogação incide sobre atos discricionários, e, assim sendo, importa na análise de questões de mérito, ou seja, em critérios de conveniência e oportunidade.

„E.“ Gabarito

(FGV – 2008) Assinale a afirmativa correta.

- (A) Competência, finalidade e motivo dos atos administrativos constituem elementos sempre vinculados.
- (B) Diversamente do que ocorre no direito privado, o silêncio administrativo só pode retratar manifestação negativa de vontade do administrador.
- (C) Atos administrativos podem ser revogados mediante atuação discricionária do administrador público, por meio da valoração de conveniência e oportunidade.

- (D) O Poder Judiciário não tem competência para apreciar o motivo e o objeto dos atos discricionários, elementos privativos do administrador público.
- (E) Não é possível que ato inválido seja exequível de imediato, mas o ato válido pode ser inexecuível em determinadas condições.

**A:** incorreta, pois para Hely Lopes Meirelles são elementos ou requisitos sempre vinculados a competência, a forma e a finalidade. O objeto e o motivo podem ser discricionários; já para Celso Antônio Bandeira de Mello apenas a competência é sempre vinculada; **B:** incorreta, pois o silêncio administrativo também pode importar, em determinadas circunstâncias, manifestação (tácita) de vontade; **C:** correta, pois a revogação envolve, realmente, atuação discricionária; **D:** incorreta, pois, apesar de a margem de liberdade estar, normalmente, no motivo e no objeto, a lei nem sempre trará motivos e objetos discricionários; **E:** incorreta, pois o ato inválido, até a demonstração da ilegalidade, presume-se legítimo e, portanto, é exequível.

„C“, 01gabrito

(FGV – 2008) Em relação aos atos administrativos, considere-se errôneo afirmar que:

- (A) o requisito da competência administrativa, por seu caráter vinculado, é insuscetível de convalidação.
- (B) a revogação rende ensejo a que o administrador proceda à valoração da conveniência e da oportunidade da retirada do ato.
- (C) atos contaminados de vício de legalidade podem não ser anulados, em nome do princípio da segurança jurídica.
- (D) podem ostentar caráter normativo, a despeito de estarem em posição subjacente à lei.
- (E) licenças, a despeito de serem atos normalmente vinculados, podem ser revogadas em situações específicas.

**A:** errada (devendo ser assinalada pelo candidato), pois, apesar da competência ter caráter vinculado, nada impede que haja convalidação a seu respeito; por exemplo, caso um agente pratique um ato com incompetência territorial (que é relativa), nada impede que haja convalidação desse ato por quem tenha competência no caso; **B:** correta, pois a revogação se dá justamente a partir da valoração desses elementos; **C:** correta, valendo lembrar, por exemplo, que, após 5 (cinco) anos da prática do ato, este não mais pode ser anulado pela Administração, mesmo sendo um ato ilegal (art. 54 da Lei 9.784/1999); **D:** correta, pois os atos administrativos também podem ter caráter geral, como se pode ver da classificação dos atos administrativos, que abrange os atos normativos; **E:** a FGV considerou correta esta afirmativa; de nossa parte, como foi feita a ressalva de que isso só ocorre em casos específicos, a afirmativa pode até ser considerada correta mesmo; todavia, por ser a licença um ato vinculado, não se poderia falar em sua revogação, mas apenas em sua anulação (em caso de ilegalidade) ou em sua cassação (caso o particular descumpra algum requisito para continuar se beneficiando dela); caso o interesse público não conviva mais com aquela licença, o certo é desapropriar a licença (pagando indenização), não sendo muito preciso falar-se em revogação da licença, apesar de o efeito ser o mesmo.

„A“, 01gabrito

(FGV – 2008) No que tange ao ato administrativo, analise as afirmativas a seguir:

- I. A Teoria Monista admite que atos administrativos eivados de vícios sanáveis sejam convalidados pela Administração Pública, com base em seu poder de autotutela.
- II. Os atos administrativos válidos se extinguem pela revogação, que tem efeitos *ex tunc*.

III. Com a caducidade do ato administrativo, decorrente da declaração de sua nulidade pelo Poder Judiciário, há a perda dos efeitos deste *ex tunc*.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

**I:** incorreta, pois, pela Teoria Monista, ou o ato é nulo ou o ato é válido; não há uma terceira situação, a dos atos com vícios sanáveis (atos anuláveis), que ensejam convalidação; já para a Teoria Dualista há distinção entre os atos nulo e anulável, sendo que este admite convalidação, no caso, dos atos anuláveis; **II:** incorreta, pois a revogação tem efeitos *ex nunc*, ou seja, não retroage; **III:** incorreta, pois a declaração de nulidade do ato também é chamada de anulação, e não de caducidade; esta consiste na extinção do ato pelo fato de a lei não mais admiti-lo; a caducidade opera independentemente de pronunciamento judicial.

„C“, 01gabrito

(FGV – 2008) O Município X autoriza um particular a estacionar veículos particulares em terreno público municipal. Passados 2 (dois) meses, um fiscal da prefeitura verifica que tal atividade está gerando danos ao meio ambiente. A Administração Pública Municipal deverá:

- (A) anular seu ato de ofício.
- (B) suspender a autorização concedida, após a oitiva do particular interessado.
- (C) ajuizar ação de nulidade de autorização.
- (D) ajuizar ação possessória para reaver o bem.
- (E) revogar o ato de ofício.

Pelo princípio da autotutela, o Município X não precisa levar o caso ao Judiciário, de modo que estão excluídas as alternativas “c” e “d”. Também não é o caso de anular a autorização, pois não há indicação no enunciado de que o ato administrativo foi expedido com ilegalidade, de modo que não é o caso de marcar a alternativa “a”. Suspender a autorização (alternativa “b”) também não resolve o problema. Assim, o caso é de revogar a autorização, já que esta, com esse fato novo, ficou inconveniente. Se os danos ao meio ambiente tivessem sido decorrência do descumprimento de obrigações estipuladas no próprio termo de autorização, o caso seria de cassação.

„E“, 01gabrito

(FGV – 2006) A respeito da revogação de um ato administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) É a supressão de um ato administrativo legítimo e eficaz, realizada por particular.
- (B) Pressupõe um vício de legalidade.
- (C) É sinônimo de anulação.
- (D) Funda-se no poder discricionário do administrador.
- (E) Apresenta, como regra, eficácia retroativa, impondo a revisão dos efeitos já produzidos.

**A:** incorreta, a revogação só pode ser feita pela Administração; **B:** incorreta, pois a revogação incide sobre ato *legal*, mas *inconveniente*; **C:** incorreta, pois a revogação se dá sobre ato *inconveniente* e a anulação, sobre ato *ilegal*; **D:** correta, pois a revogação somente incide sobre atos discricionários, importando na análise da conveniência e oportunidade de manter ou não o ato praticado; **E:** incorreta, pois revogação tem efeitos *ex nunc*, ou seja, não retroage.

„D“, 01gabrito

## 4. ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### 4.1. Conceitos básicos em matéria de organização administrativa

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Acerca da organização administrativa, assinale a opção correta.

- (A) A distribuição de competências entre órgãos de uma mesma pessoa jurídica de direito público denomina-se descentralização.
- (B) Denomina-se, doutrinariamente, autarquia a pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com capacidade de autoadministração para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei.
- (C) As organizações sociais integram a administração indireta.
- (D) Os consórcios públicos, com personalidade jurídica de direito público, não integram a administração indireta dos entes federados consorciados.

**A:** incorreta. A distribuição interna de competência denomina-se *descentralização*; **B:** correta. De fato, esse é conceito de autarquia (*vide*, p. ex., o art. 5º, I, do Decreto-Lei 200/1967); **C:** incorreta. As organizações sociais são entidades paraestatais (seguem paralelas à administração, mas não fazem parte dela); **D:** incorreta. Os consórcios públicos de direito público (“associações públicas”) são partes integrantes da administração indireta dos entes políticos consorciados (art. 6º, § 1º, da Lei 11.107/2005).

Gabartio “B.”

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) A norma jurídica necessária à criação de uma autarquia ou à autorização da instituição de uma empresa pública foi definida pela Constituição Federal como

- (A) lei, no caso de criação de autarquia, e decreto, no caso de instituição de empresa pública.
- (B) lei específica, tanto para a criação de autarquia, como para a instituição de empresa pública.
- (C) decreto, quando se tratar de criação de autarquia, e lei, para a instituição de empresa pública.
- (D) decreto específico, tanto para a criação de autarquia, quanto para a instituição de empresa pública.

De fato, a Constituição Federal estabelece que tanto a *criação* de uma autarquia, quanto a *autorização* para a criação de empresa pública dependem de lei específica (Art. 37, XIX, da CF).

Gabartio “B.”

(OAB/Exame Unificado – 2004.ES) Considerando que a Fundação Espírito Santo (FES) é uma fundação que integra a administração do estado do Espírito Santo (ES), assinale a opção correta.

- (A) A FES deve ser vinculada a um órgão da administração direta do ES.
- (B) A FES pode ser extinta mediante decreto do governador do ES.
- (C) Aos servidores da FES é aplicável a lei federal que estabelece os direitos e deveres dos servidores públicos civis.
- (D) A FES é imune ao pagamento de impostos e taxas municipais, mas não ao pagamento de impostos e taxas federais.

**A:** correta. As entidades da administração indireta estão sempre vinculadas a um algum órgão da administração direta, para exercício do controle ou tutela; **B:** incorreta. A extinção só pode ser feita por lei; **C:** incorreta. Os servidores são regidos pelo estatuto local dos funcionários públicos ou pela CLT, dependendo da finalidade da fundação; **D:** incorreta. A imunidade de imposto, quando existir, é recíproca, atingindo todos os entes federativos (art. 150, VI, a, da CF).

Gabartio “A.”

(FGV – 2009) A respeito dos *convênios de cooperação e consórcios públicos* previstos no art. 241 da Constituição Federal e regulamentados pela Lei nº 11.107/2005, assinale a alternativa correta.

- (A) Pode ser delegada, por meio de convênio de cooperação que autoriza a gestão associada de serviços públicos entre entes federativos, a criação de novos impostos para viabilizar a prestação do serviço.
- (B) O contrato de programa, cuja celebração pode ser autorizada no convênio de cooperação, não é espécie de contrato administrativo.
- (C) Apenas um deles é instrumento apto para transferir e organizar a gestão associada de serviços públicos.
- (D) Consórcios públicos podem contratar parcerias público-privadas, mas não concessões comuns.
- (E) Pode haver a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços públicos transferidos.

**A:** incorreta, pois a formação de convênios de cooperação e consórcios públicos entre entes políticos (União, Estados, DF e Municípios) só pode ter por objeto a gestão associada de serviços públicos, não sendo possível que os entes políticos deleguem competência tributária por meio de tais instrumentos; a Lei 11.107/2005 somente admite que os consórcios cobrem tarifas e preços públicos para remunerar os serviços que prestam e o uso de seus bens (art. 2º, § 2º); **B:** incorreta, pois, uma vez firmado um convênio de cooperação (mero convênio) ou um consórcio público (uma pessoa jurídica) entre entes políticos, a Lei 11.107/2005 permite que o próprio consórcio público ou qualquer um dos entes políticos consorciados celebre contrato de programa com um dos entes políticos consorciados ou com entidade da administração deste ente; tal contrato terá por objeto a execução de serviço público ou a prestação de serviço para o consórcio ou para um dos entes consorciados (art. 13 da Lei 11.107/2005) e, assim sendo, a natureza do ajuste é de contrato administrativo, e não de convênio ou de contrato regido pelo direito privado; **C:** incorreta, pois o art. 241 da CF admite os dois instrumentos para essa finalidade; **D:** incorreta, pois os consórcios públicos podem firmar acordos de qualquer natureza (art. 2º, § 1º, I, da Lei 11.107/2005); **E:** correta (art. 241 da CF e art. 13 da Lei 11.107/2005).

Gabartio “E.”

(FGV – 2009) No que tange aos Consórcios Públicos, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Podem instituir servidão administrativa, mas não podem deflagrar o processo expropriatório.
- (B) Têm aptidão jurídica para firmar convênios, contratos ou acordos de qualquer natureza.
- (C) Podem ser contratados pela administração direta e indireta dos entes da federação consorciados, dispensada a licitação.
- (D) Têm competência para outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos.
- (E) Podem realizar licitação para a celebração de contratos administrativos por órgãos ou entidades dos entes consorciados.

**A:** incorreta (devido ser assinalada), nos termos do art. 2º, § 1º, II, da Lei 11.107/2005; **B:** correta (art. 2º, § 1º, I, da Lei 11.107/2005); **C:** correta (art. 2º, § 1º, III, da Lei 11.107/2005); **D:** correta (art. 2º, § 3º, da Lei 11.107/2005); **E:** correta (art. 112, § 1º, da Lei 8.666/1993).

„A.“ Gabarito

(FGV – 2008) Pode-se afirmar que o contrato de gestão é:

- (A) uma concessão de serviços públicos ao setor privado.
- (B) um instrumento de controle de desempenho firmado entre órgãos da Administração Pública.
- (C) uma ferramenta moderna para desenho de processos organizacionais internos.
- (D) um processo de licitação para contratação de serviços junto ao setor privado.
- (E) a instauração de um plano de cargos e salários em uma organização da Administração Pública.

**A:** incorreta, pois, por meio de um contrato de gestão, não é possível fazer concessões de serviço público; estas só podem ser transmitidas por contrato de concessão comum, concessão patrocinada (PPP) e contrato de programa (no âmbito de convênio de cooperação ou consórcio público); **B:** correta, pois o contrato de gestão, previsto no art. 37, § 8º, da CF tem justamente essa finalidade; o Direito Administrativo também trabalha com a nomenclatura contrato de gestão para designar a parceria entre a Administração Pública e as organizações sociais; **C** a **E:** incorretas, pois o contrato de gestão tem “por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade” (art. 37, § 8º, da CF).

„B.“ Gabarito

(FGV – 2008) A gestão associada de serviços públicos estabelecida entre Municípios configura um:

- (A) protocolo.
- (B) convênio.
- (C) acordo de programa.
- (D) consórcio.
- (E) contrato de programa.

Art. 241 da CF e Lei 11.107/2005.

„D.“ Gabarito

(FGV – 2008) O negócio jurídico pactuado entre os entes federados, visando à realização de objetivos de interesse comum desses e promovendo a gestão associada de serviços públicos denomina-se:

- (A) concessão de serviço público precedida por obra pública.
- (B) concessão especial de serviço público na modalidade patrocinada.
- (C) concessão especial de serviço público na modalidade administrativa.
- (D) consórcio público.
- (E) consórcio especial de serviço público na modalidade administrativa.

Vide arts. 1º e 4º, XI, da Lei 11.107/2005.

„D.“ Gabarito

(FGV – 2008) Não é ente da Administração Indireta:

- (A) sociedade de economia mista.
- (B) empresa pública.
- (C) agência reguladora.
- (D) secretaria de Estado.

(E) fundação pública.

A secretaria de Estado é um mero órgão público, e não um ente, uma pessoa jurídica.

„D.“ Gabarito

(FGV – 2008) O consórcio público perceberá dos entes consorciados recursos mediante contrato de:

- (A) participação.
- (B) rateio.
- (C) distribuição.
- (D) administração.
- (E) gestão.

Denomina-se “contrato de rateio” o acordo em que os entes consorciados se comprometem a fornecer recursos para o consórcio público (art. 8º da Lei 11.107/2005).

„B.“ Gabarito

(FGV – 2008) Não é uma característica comum às entidades da Administração Indireta:

- (A) criação e extinção por lei.
- (B) controle interno pelo Poder Executivo.
- (C) desempenho de atividade de natureza econômica.
- (D) contratação de obras e serviços mediante licitação pública.
- (E) exigência de prévio concurso público para ingresso de pessoal efetivo.

De fato, nem todas as entidades da Administração Indireta desempenham atividades de natureza econômica. As pessoas jurídicas de direito público da administração indireta (autarquias, fundações públicas, agências reguladoras e consórcios públicos de direito público ou associações públicas) não desempenham esse tipo de atividade. Já as pessoas jurídicas de direito privado estatais, com exceção do consórcio público de direito privado e da fundação privada criada pelo Estado, podem explorar atividade econômica.

„C.“ Gabarito

(FGV – 2008) Considerando a estrutura básica da Administração Pública, assinale a alternativa que apresente corretamente um exemplo da chamada *Administração Direta*.

- (A) Empresa Pública.
- (B) Secretaria de Estado de Administração.
- (C) Sociedade de Economia Mista.
- (D) Autarquia.
- (E) Fundação Pública

A Administração Direta consiste no conjunto de *órgãos* que compõem os entes políticos. Administração Indireta, por sua vez, consiste no conjunto de *pessoas jurídicas* criadas pelos entes políticos. No caso, somente a Secretaria de Estado é um *órgão*. As demais alternativas trazem exemplos de *pessoas jurídicas* (integrantes da Administração Indireta, portanto).

„B.“ Gabarito

(FGV – 2008) Em relação aos órgãos públicos, é correto afirmar que:

- (A) são repartições internas das pessoas de direito público, às quais a ordem jurídica atribui personalidade jurídica.
- (B) não têm capacidade de ser parte em processos judiciais em virtude da ausência de personalidade jurídica.

- (C) de natureza colegiada só produzem externamente a sua vontade com os votos da totalidade de seus membros.
- (D) só podem conter, em seus respectivos quadros, servidores estatutários, dotados ou não de estabilidade.
- (E) são compartimentos internos das pessoas de direito público destituídos de personalidade jurídica, mas dotados de competência específica.

**A:** incorreta, pois órgãos não têm personalidade jurídica; **B:** incorreta, pois, para defender suas prerrogativas institucionais, a lei defere, excepcionalmente, personalidade judiciária a certos órgãos; **C:** incorreta, pois tal matéria pode ser disposta de outra maneira no regimento do órgão, assegurando, por exemplo, que a maioria de votos possa ser suficiente; **D:** incorreta, pois nos órgãos pode haver também servidores celetistas; **E:** correta. Trata-se da definição correta de órgãos.

Gabário "E"

(FGV – 2008) Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Empresas públicas são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado.
- (B) As agências reguladoras foram criadas sob a forma de autarquias de regime especial.
- (C) Os Ministérios são órgãos públicos e, portanto, destituídos de personalidade jurídica.
- (D) Municípios não podem instituir sociedades de economia mista.
- (E) Os processos que envolvam sociedades de economia mista federais são processados e julgados, em regra, na Justiça Estadual.

**A:** correta, pois são pessoas de direito privado estatais; **B:** correta, pois realmente são autarquias especiais; **C:** correta, pois os Ministérios, por serem órgãos públicos, não têm personalidade jurídica; **D:** incorreta (devendo ser assinalada), pois todos os entes políticos podem criar pessoas para a sua administração indireta; **E:** correta, pois o art. 109, I, da CF estabelece que **somente** as *empresas públicas*, e não as *sociedades de economia mista*, ambas federais, tem seu foro na Justiça Federal.

Gabário "D"

(FGV – 2008) Assinale a alternativa correta.

- (A) Empresas públicas podem ter personalidade jurídica de direito público quando prestam serviços públicos.
- (B) Sociedades de economia mista podem ter a sua instituição autorizada por decreto do Chefe do Executivo.
- (C) Fundações governamentais não podem assumir a forma de entidade autárquica.
- (D) Agências reguladoras são autarquias de regime especial e têm personalidade jurídica de direito público.
- (E) Os serviços sociais autônomos integram a administração indireta como entidades especiais.

**A:** incorreta, pois as empresas públicas têm, sempre, personalidade de direito privado; **B:** incorreta, pois só podem ser criadas após autorização de lei específica (art. 37, XIX, da CF/88); **C:** incorreta, pois as fundações de direito público tem natureza jurídica de autarquia; **D:** correta, pois as agências reguladoras, por fazerem atividade típica de Estado (regulação, fiscalização, fomento público), tem personalidade jurídica de direito público, apesar de ter um regime especial, com algumas diferenças em relação às autarquias tradicionais, como a existência de mandato fixo para os seus dirigentes; **E:** incorreta, pois tais não fazem parte da Administração Direta ou Indireta, tratando-se de entidades paraestatais.

Gabário "D"

(FGV – 2006) Analise as afirmativas a seguir:

A entidade da Administração Indireta deverá estar habilitada a:

- I. prestar contas da sua gestão, pela forma e nos prazos estipulados em cada caso;
- II. prestar a qualquer momento, por intermédio do Ministro de Estado, as informações solicitadas pelo Congresso Nacional;
- III. evidenciar os resultados positivos ou negativos de seus trabalhos, ratificando suas causas e justificando as medidas postas em prática.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

As três afirmativas estão corretas, nos termos do art. 28 do Dec.-lei 200/1967.

Gabário "E"

(FGV – 2006) Não fazem parte da Administração Pública Indireta:

- (A) sociedades de economia mista.
- (B) estatais.
- (C) empresas públicas.
- (D) serviços sociais autônomos.

Os serviços sociais autônomos (ex: SENAC, SESI, SENAI, dentre outros) não fazem parte da Administração Direta, nem da Administração Indireta. Essas entidades não pertencem ao Estado. São pessoas de direito privado não estatais, sem fins lucrativos, que colaboram com Estado em atividades não exclusivas destes. São chamados de *entes de cooperação* ou de *entidades paraestatais*.

Gabário "D"

## 4.2. Administração indireta – pessoas jurídicas de direito público

(FGV – 2008) Assinale a alternativa correta.

- (A) As Autarquias podem ser organizadas sob a forma de sociedade civil ou comercial, mas sua natureza deve ser determinada na lei.
- (B) Não cabe Mandado de Segurança contra ato praticado em licitação promovida por Sociedade de Economia Mista ou Empresa Pública, devido à sua natureza.
- (C) A Administração Indireta é o próprio Estado executando algumas de suas funções de forma descentralizada; por isso, as entidades que a compõem não possuem personalidade jurídica própria.
- (D) As Empresas Públicas e as Fundações Públicas poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado.
- (E) Somente por lei específica pode ser criada Autarquia e autorizada a instituição de Empresa Pública, de Sociedade de Economia Mista e de Fundação.

**A:** incorreta, pois as autarquias não se enquadram no conceito de sociedade, vez que as sociedades são criadas para uma atividade econômica e as autarquias, para uma atividade típica da administração; **B:** incorreta

(Súmula 333 do STJ); **C:** incorreta, pois a Administração Direta da União, dos Estados, do DF e dos Municípios compreende uma série de órgãos públicos; já a Administração Indireta, é composta de pessoas jurídicas (autarquias, fundações, agências, consórcios públicos e empresas estatais); **D:** incorreta, pois as empresas públicas não podem gozar de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado (art. 173, § 1º, II, da CF); há uma exceção apenas, que é o caso dos Correios, que, por terem monopólio da atividade que pratica, tem imunidade reconhecida pelo STF (AI 690.242, DJ 17.04.09); **E:** correta (art. 37, XIX, da CF).

„C.“ Gabarito

(FGV – 2006) Segundo o Decreto-lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, considera-se autarquia:

- (A) o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica e receita próprias, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira centralizada.
- (B) a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União ou de suas entidades de Administração Indireta, criada por lei para desempenhar atividades de natureza empresarial que o Governo seja levado a exercer, por motivos de conveniência ou contingência administrativa, podendo tal entidade revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.
- (C) o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.
- (D) a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio e capital exclusivos da União ou de suas entidades de Administração Indireta, criada por lei para desempenhar atividades de natureza pública que o Governo seja levado a exercer, por motivos de conveniência ou contingência administrativa, podendo tal entidade revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.
- (E) a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para o exercício de atividades de natureza mercantil, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, à União ou à entidade da Administração Indireta.

A alternativa “c” traz a exata definição de autarquia prevista no art. 5º, I, do Dec.-lei 200/1967.

„C.“ Gabarito

## 5. SERVIDORES PÚBLICOS

### 5.1. Espécies de agentes públicos

(FGV – 2009) As pessoas físicas que prestam serviços ao Estado e às entidades da Administração Indireta, com vínculo empregatício e mediante remuneração paga pelos cofres públicos são consideradas:

- (A) militares.
- (B) agentes políticos.
- (C) servidores públicos.
- (D) concessionários públicos.
- (E) permissionários públicos.

**A:** incorreta, pois o vínculo dos militares é estatutário; **B:** incorreta, pois o vínculo dos agentes públicos é transitório, não profissional e retribuído por subsídio, e não por remuneração; **C:** correta, pois a expressão servidor público, em sentido amplo, abrange os que têm vínculo empregatício com a Administração; **D** e **E:** concessionários e permissionários não tem vínculo empregatício com a Administração, nem recebem remuneração dos cofres públicos, mas pagamento de retribuição pelos usuários do serviço público.

„C.“ Gabarito

(FGV – 2009) Assinale a alternativa que indique o binômio que representa servidores públicos.

- (A) Servidores temporários / Servidores estatutários.
- (B) Servidores estatutários / Militares.
- (C) Agentes políticos / Particulares em colaboração com o Poder Público.
- (D) Militares / Agentes políticos.
- (E) Particulares em colaboração com o Poder Público / Empregados públicos.

Conforme já visto na primeira questão deste item, dentro da expressão servidores públicos, não estão contidos os agentes políticos e os particulares em colaboração com o Poder Público. Assim, as alternativas “c”, “d” e “e” estão excluídas. No mais, como o enunciado pediu a indicação de um binômio, expressão que indica situações diferentes, a alternativa “a” é adequada, pois o regime jurídico dos servidores temporários é diferente do regime jurídico dos servidores estatutários. Já quanto aos militares, apesar de terem estatuto próprio, são servidores estatutários também. De qualquer maneira, a alternativa “b” também pode ser excluída porque, para alguns autores, como Maria Sylvia Zanella Di Pietro, os militares devem ser considerados numa espécie à parte dos servidores públicos. Assim, para essa doutrina, há quatro grandes grupos de agentes públicos: a) agentes políticos; b) servidores públicos; c) militares; d) particulares em colaboração com a Administração.

„A.“ Gabarito

(FGV – 2008) O jurado, no Tribunal do Júri, exerce:

- (A) cargo efetivo.
- (B) função paradministrativa.
- (C) cargo comissionado.
- (D) cargo gratificado.
- (E) função pública.

O jurado é considerado particular em colaboração com o Poder Público. Ele não detém cargo ou emprego público, mas função pública.

„E.“ Gabarito

### 5.2. Espécies de vínculos (cargo, emprego em função)

(FGV – 2008) Os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se às atribuições de:

- (A) direção, apenas.
- (B) natureza política e de interesse público.
- (C) natureza técnica, chefia e direção, apenas.
- (D) direção, chefia e assessoramento, apenas.
- (E) qualquer natureza administrativa.

Os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de *direção, chefia e assessoramento* (art. 37, V, da CF).

„D.“ Gabarito

(FGV – 2008) A respeito do regime constitucional de acesso a cargos, empregos e funções públicas, assinale a alternativa correta.

- (A) O acesso aos cargos, empregos e funções públicas é privativo de brasileiros natos e naturalizados.
- (B) Lei complementar estabelecerá quais são os cargos públicos cujo acesso dependerá de aprovação prévia em concurso de provas ou de provas e títulos.
- (C) O aprovado em concurso público será convocado para assumir o cargo com prioridade sobre novos concursados, durante o prazo de validade do concurso previsto no edital de convocação.
- (D) Fica assegurada a reserva de 25% de cargos e empregos públicos para portadores de deficiência.
- (E) A Administração poderá fazer concursos internos de progressão funcional de seus servidores, desde que para provimento de cargos que integrem a estrutura do próprio órgão.

**A:** incorreta, pois estrangeiros, na forma da lei, também podem ter acesso aos cargos, empregos e funções (art. 37, I, da CF); **B:** incorreta, pois é justamente o contrário, ou seja, a regra é no sentido de que o acesso ao cargo depende de prévia aprovação em concurso, salvo os casos em que a lei dispuser que se trata de cargo em comissão, que independe de concurso público (art. 37, II, da CF); **C:** correta (art. 37, IV, da CF); **D:** incorreta, pois o art. 5º, § 2º, da Lei 8.112/1990 estabelece que serão reservadas às pessoas portadoras de deficiência até 20% das vagas oferecidas no concurso; repare que o número é “20%” e que há a palavra “até”; **E:** incorreta, pois isso só seria possível para provimento de cargos que “integrem a carreira na qual o servidor foi inicialmente investido” (Súmula 685 do STF: “é inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido”); assim, se o concurso é na própria carreira de delegado, procurador ou auditor fiscal, por exemplo, tudo bem; já se o concurso interno é destinado servidores que pretendem sair de um cargo de uma carreira, para passar para cargo de outra carreira (por exemplo, da carreira de investigador para a carreira de delegado), a providência é inconstitucional.

“C.” Gabarito

(FGV – 2006) Depende de concurso público de provas ou de provas e títulos, a investidura em:

- (A) cargo público de provimento em comissão.
- (B) função pública ou emprego público.
- (C) cargo público ou emprego público.
- (D) cargo público ou função pública.
- (E) função comissionada e cargo público.

A investidura em cargo público (ressalvada as nomeações para cargo em comissão) ou emprego público depende de aprovação em concurso público (art. 37, II, da CF).

“C.” Gabarito

(FGV – 2006) Nos termos da Constituição, o regime jurídico estatutário não é extensivo:

- (A) às fundações de direito público.
- (B) às autarquias.
- (C) às empresas públicas.
- (D) aos Estados e Municípios.
- (E) ao Distrito Federal.

As empresas públicas, por serem pessoas jurídicas de direito privado, devem utilizar o regime celetista para seu pessoal.

“C.” Gabarito

### 5.3. Provimento

(FGV – 2006) Não é requisito básico para investidura em cargo público federal:

- (A) nacionalidade brasileira.
- (B) quitação com as obrigações militares e eleitorais.
- (C) idade mínima de dezoito anos.
- (D) gozo dos direitos políticos.
- (E) ausência de antecedentes penais.

A ausência de antecedentes criminais não está prevista no art. 5º da Lei 8.112/1990, como requisito básico para investidura em cargo público federal.

“E.” Gabarito

(FGV – 2005) O ato por meio do qual se preenche um cargo público, com a designação de seu titular, denomina-se:

- (A) lotação.
- (B) preenchimento.
- (C) transferência.
- (D) provimento.
- (E) promoção.

Trata-se de provimento, previsto no 8º da Lei 8.112/1990.

“D.” Gabarito

### 5.4. Acessibilidade e concurso público

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Assinale a opção correta com relação aos agentes públicos.

- (A) A regra do concurso público é exigida para toda forma de provimento originário em cargos públicos.
- (B) O limite de idade para inscrição em concurso público legitima-se quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo.
- (C) A acumulação ilegal de cargos não ocorre na hipótese de um servidor público federal ocupar dois cargos efetivos de professor com 40 horas semanais de trabalho cada um.
- (D) Os servidores públicos federais detentores exclusivamente de cargo em comissão integram o regime próprio de previdência social.

**A:** incorreta. A regra não existe para provimento de cargo em comissão (art. 37, II, da CF); **B:** correta (Súmula 683 do STF: “O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do art. 7º, XXX, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido”); **C:** incorreta. Não se considera haver compatibilidade de horários quando os dois cargos são de 40 horas semanais cada um; **D:** incorreta (art. 40, § 13, da CF).

“B.” Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) O prazo de validade estabelecido na Constituição Federal para os concursos públicos é de até

- (A) Três anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- (B) Dois anos, improrrogável.



- (C) Três anos, improrrogável.  
(D) Dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

A validade de concursos públicos, conforme previsão constitucional, é de até dois anos, prazo prorrogável por igual período (art. 37, III, da CF).

(FGV – 2005) Assinale a alternativa correta.

- (A) O prazo de validade do concurso público será de até 2 (dois) anos, prorrogável uma vez por igual período.  
(B) O provimento dos cargos em comissão depende de concurso público de prova e títulos.  
(C) O prazo de validade do concurso público será de 2 (dois) anos, prorrogável uma vez pelo período de um ano.  
(D) O provimento dos cargos efetivos e dos comissionados depende de concurso público de provas e títulos, na forma da lei.  
(E) O prazo de validade do concurso público será sempre o que estiver estipulado no edital, prorrogável uma vez por igual período.

A: correta (art. 37, III, da CF); B: incorreta (art. 37, II, da CF); C: incorreta (art. 37, III, da CF); D: incorreta, pois somente para o cargo efetivo exige-se concurso público (art. 37, II, da CF); E: incorreta (art. 37, III, da CF).

### 5.5. Estágio probatório e estabilidade

(FGV – 2008) Relativamente à estabilidade do servidor público, prevista no art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa incorreta.

- (A) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.  
(B) O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa, ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.  
(C) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.  
(D) É facultativa a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade como condição para a aquisição da estabilidade.  
(E) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

A: correta (art. 41, *caput*, da CF); B: correta (art. 41, § 1º, da CF); C: correta (art. 41, § 2º, da CF); D: incorreta, devendo ser assinalada; a avaliação especial de desempenho é obrigatória, e não facultativa; de qualquer forma, é bom ressaltar que, caso a avaliação acabe não sendo realizada por culpa da Administração, e o servidor já tenha mais de três anos de efetivo exercício, a estabilidade estará constituída, sem

prejuízo de se apurar eventual falta funcional dos responsáveis pela não realização da avaliação de desempenho; E: correta (art. 41, § 3º, da CF).

(FGV – 2008) Assinale a assertiva correta.

- (A) O servidor público estável só perderá o cargo: a) em virtude de sentença judicial transitada em julgado; b) mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; c) mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei complementar, assegurada a ampla defesa.  
(B) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor público estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até o seu adequado aproveitamento em outro cargo, num prazo máximo de 5 (cinco) anos.  
(C) A aprovação e a classificação em concurso público conferem ao candidato, em regra, apenas a expectativa de direito à nomeação. No entanto, se o candidato aprovado for nomeado, tem direito subjetivo à posse e à complementação do processo de investidura; se a participação e aprovação do candidato em alguma etapa do concurso público decorreram de concessão de medida liminar em ação judicial, não há para o interessado direito subjetivo à nomeação.  
(D) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, nos casos especificados pela Constituição Federal. Tal proibição estende-se a empregos e funções e abrange autarquias e fundações públicas, excluindo-se dessa vedação as empresas públicas e as sociedades de economia mista.  
(E) Para a aquisição da estabilidade, o servidor público nomeado para cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público, deve cumprir o requisito temporal, 3 (três) anos, e ter seu desempenho aprovado por comissão de avaliação. Cumprido o lapso temporal, a ausência da avaliação pela Administração Pública, no entanto, afasta a presunção de estabilidade no cargo.

A: incorreta, pois, além desses casos, previstos no art. 41, § 1º, da CF, é possível que o servidor estável também perca o cargo para atender a limites de despesa com pessoal (art. 169, § 4º, da CF); B: incorreta, pois não existe essa limitação temporal de 5 (cinco) anos (art. 41, § 3º, da CF); C: correta, pois, ao tempo da questão, ainda não tinha sido consagrado o entendimento de que o aprovado em concurso público, no limite das vagas previstas no edital, tem direito à nomeação; assim, se o edital prevê 30 vagas e 50 pessoas são aprovadas, os 30 primeiros colocados têm direito de ser nomeados, e não mera expectativa de direito; as demais afirmativas da alternativa continuam corretas, ou seja, o nomeado (o já nomeado!) tem direito à posse, e quem consegue liminar para prestar concurso não tem direito à nomeação definitiva só por esse motivo, mas mero direito de participar do concurso enquanto a matéria está sendo discutida no Judiciário; D: incorreta, nos termos do art. 37, XVI e XVII, da CF; E: incorreta. Segundo o STJ, a ausência de avaliação confirma (e não afasta) a estabilidade no cargo, pois o servidor não pode ficar à mercê da Administração que não promove a avaliação de desempenho, portanto, passados os 3 (três) anos de efetivo exercício, o servidor, mesmo não tendo se submetido à avaliação especial de desempenho prevista no art. 41, § 4º, da CF, terá adquirido a estabilidade (RMS 24.602/MG, DJ 01.12.2008).

(FGV – 2008) O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo terá que cumprir estágio probatório de:

- (A) 1 (um) ano.
- (B) 4 (quatro) anos.
- (C) 3 (três) anos.
- (D) 2 (dois) anos.
- (E) 5 (cinco) anos.

O STF e o STJ entendem, atualmente, que, com a EC 19/1998, que aumentou para 3 (três) anos o tempo de exercício para a aquisição da estabilidade, o estágio probatório também passa a ser de 3 (três) anos, ainda que o estatuto local tenha redação dispondo que o prazo é de 2 (dois) anos ou 24 meses. Nesse sentido, confira o RMS 23.689/RS, DJ 07/06/2010, do STF.

Gabário "C"

## 5.6. Responsabilidades e deveres do servidor

(FGV – 2009) O servidor público sempre que estiver diante de duas opções, terá o dever, de acordo com o Código de Ética, de escolher a melhor e a mais vantajosa para:

- (A) a ordem legal.
- (B) o patrimônio público.
- (C) o cidadão em atendimento.
- (D) a repartição pública.
- (E) o bem comum.

De fato, havendo discricionariedade, o servidor deverá escolher a opção que melhor atenda ao bem comum.

Gabário "E"

(FGV – 2009) Caso a autoridade ou servidor que atue no processo administrativo, tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau, poderá ser arguido:

- (A) o seu impedimento.
- (B) a sua suspeição.
- (C) a corrupção.
- (D) a sua improbidade administrativa.
- (E) a nulidade absoluta do processo.

O caso é de suspeição, nos termos do art. 20 da Lei 9.784/1999.

Gabário "B"

(FGV – 2009) O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal dispõe sobre regras que visam à realização de um valor moral e ético relativo à profissão de servidor público, por isso está relacionado a um(a):

- (A) filologia.
- (B) filosofia.
- (C) deontologia.
- (D) idealismo.
- (E) gnosiologia.

Deontologia é a ciência que estuda direitos e deveres dos profissionais, bem como os fundamentos éticos e legais de sua atuação. Assim, a alternativa "c" está adequada ao enunciado da questão.

Gabário "C"

(FGV – 2006) Segundo o Código de Ética Profissional do Servidor Público do Poder Executivo Federal, analise as alternativas a seguir:

- I. É vedado ao servidor o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem.
- II. É dever fundamental do servidor zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva.
- III. A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de censura, e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

I: correta (art. XV, a, do Código de Conduta do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal); II: correta (art. XIV, j, do Código de Conduta do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal); III: correta (art. XXII do Código de Conduta do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal).

Gabário "E"

## 5.7. Direitos, vantagens e sistema remuneratório

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) A Constituição Federal assegura a toda servidora pública o direito à licença gestante, sem prejuízo do cargo e da remuneração, com duração de

- (A) 90 dias.
- (B) 120 dias.
- (C) 150 dias.
- (D) 180 dias.

Entre os direitos trabalhistas atribuídos aos servidores ocupantes de cargo público, encontra-se a licença à gestante, com duração de 120 dias (art. 39, § 3º, c/c art. 7º, XVIII, ambos da CF).

Gabário "B"

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) A Constituição Federal garante ao servidor público remuneração por serviço extraordinário superior a do serviço normal, estabelecendo, como acréscimo entre o valor da hora normal e o da extraordinária, um percentual mínimo de

- (A) 25%.
- (B) 30%.
- (C) 50%.
- (D) 100%.

Entre os direitos trabalhistas atribuídos aos servidores ocupantes de cargo público, encontra-se o direito ao adicional de hora extra, cuja remuneração será superior em, no mínimo, 50% à paga pelo serviço na jornada normal (Art. 39, § 3º, c/c art. 7º, XVI, ambos da CF).

Gabário "C"

(FGV – 2008) A Constituição Federal assegura aos servidores públicos os seguintes direitos, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) direito à livre associação sindical.

- (B) direito de greve, que será exercido nos termos e limites definidos em lei específica.
- (C) a acumulação remunerada de quaisquer cargos públicos, desde que haja compatibilidade de horários.
- (D) revisão geral anual da remuneração.
- (E) irredutibilidade de subsídio e de vencimentos.

**A:** correta (art. 37, VI, da CF); **B:** correta (art. 37, VII, da CF); **C:** incorreta, devendo ser assinalada (art. 37, XVI, da CF); **D:** correta (art. 37, X, da CF); **E:** correta (art. 37, XV, da CF).

„C„ oGabarito

(FGV – 2006) O servidor público federal poderá se ausentar do serviço pelos períodos relacionados nas alternativas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) por um dia, para doação de sangue.
- (B) por dois dias, para se alistar como eleitor.
- (C) por oito dias consecutivos, em razão de casamento.
- (D) por oito dias consecutivos, em razão de falecimento de cônjuge ou companheiro.
- (E) por cinco dias consecutivos, em razão de falecimento de avós.

**A:** correta (art. 97, I, da Lei 8.112/1990); **B:** correta (art. 97, II, da Lei 8.112/1990); **C:** correta (art. 97, III, a, da Lei 8.112/1990); **D:** correta (art. 97, III, b, da Lei 8.112/1990); **E:** incorreta, devendo ser assinalada; pois não há previsão de licença em caso de falecimento de avós (art. 97 da Lei 8.112/1990).

„E„ oGabarito

(FGV – 2008) A redução de subsídios instituídos pelo Poder Público tem sua eficácia temporal:

- (A) mediata.
- (B) diferida.
- (C) antecipada.
- (D) ampliada.
- (E) imediata.

O princípio da irredutibilidade da remuneração em geral está consagrado na Constituição. Ele se aplica ao salário (art. 7º, VI), aos benefícios previdenciários (art. 194, parágrafo único, IV), aos subsídios dos magistrados (art. 95, III) aos subsídios dos membros do Ministério Público (art. 128, § 5º, I, c) e aos vencimentos e subsídios em geral dos servidores públicos (art. 37, XV, da CF). No entanto, há um caso em que os vencimentos e os subsídios são reduzidos, que é o caso em que estes superam o teto remuneratório do serviço público, estabelecido no art. 37, XI, da CF. A EC 19/1998, ao modificar a redação do art. 37, XV, preserva a irredutibilidade, mas faz a ressalva apontada. Nesses casos, em que se admite a redução de subsídios, tal medida tem eficácia temporal imediata, o que faz com que o subsídio seja imediatamente reduzido.

„E„ oGabarito

(FGV – 2008) Para efeito de teto remuneratório dos servidores públicos, o Estado-membro pode fixar como limite único o subsídio mensal dos desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado ao subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no percentual de:

- (A) 90,25%.
- (B) 91,25%.
- (C) 90,75%.
- (D) 91,00%.

- (E) 90,50%.

Vide o art. 37, § 12, da CF, acrescido pela EC 47/2005.

„A„ oGabarito

(FGV – 2008) Constituem indenizações as parcelas relativas a:

- (A) diárias, ajuda de custo e transporte.
- (B) transporte, ajuda de custo e atividade insalubre.
- (C) serviço extraordinário, diárias e função de direção.
- (D) ajuda de custo, diárias e adicional noturno.
- (E) transporte, periculosidade e insalubridade.

Existem três tipos de **vantagens** aos servidores: *indenizações*, *gratificações* e *adicionais* (art. 49 da Lei 8.112/1990). As indenizações, por sua própria natureza, não se incorporam aos vencimentos ou proventos para qualquer efeito e são as seguintes (art. 51 da Lei 8.112/1990): ajuda de custo, diárias, transporte e auxílio-moradia. Assim, somente a alternativa “a” está correta.

„A„ oGabarito

(FGV – 2008) Em relação ao servidor estatutário federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Incorpora ao vencimento, após 5 (cinco) anos, as parcelas relativas às indenizações.
- (B) Não se considera punido quando lhe é aplicada a medida de destituição de cargo em comissão.
- (C) Não tem direito à interrupção da licença para tratar de interesses particulares.
- (D) Tem direito à recondução quando é invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
- (E) É sujeito a demissão se pratica ato de improbidade administrativa.

**A:** incorreta, pois as indenizações, por sua própria natureza, não se incorporam aos vencimentos ou proventos para qualquer efeito (art. 49, § 1º, da Lei 8.112/1990); **B:** incorreta, pois tal medida é uma das penalidades disciplinares previstas na Lei 8.112/1990 (art. 127, V); **C:** incorreta, pois tal licença é uma das licenças previstas no art. 81 da Lei 8.112/1990, estando regulamentada no art. 91 da Lei 8.112/1990; **D:** incorreta, pois a situação narrada diz respeito à reintegração (art. 28 da Lei 8.112/1990); a recondução está prevista no art. 29 da Lei 8.112/1990; **E:** correta (art. 132, IV, da Lei 8.112/1990).

„E„ oGabarito

(FGV – 2006) Com base na Lei 8.112/1990, não é correto afirmar que:

- (A) a gratificação natalina será considerada para cálculo de vantagem pecuniária.
- (B) as gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicados em lei.
- (C) constituem indenizações ao servidor ajuda de custo, diárias e transporte.
- (D) as indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.

**A:** incorreta, devendo ser assinalada (art. 66 da Lei 8.112/1990); **B:** correta (art. 49, § 2º, da Lei 8.112/1990); **C:** correta (art. 51 da Lei 8.112/1990); **D:** correta (art. 49, § 1º, da Lei 8.112/1990).

„A„ oGabarito

(FGV – 2006) Com base no regime jurídico dos servidores civis da União, a respeito das vantagens e indenizações, analise as afirmativas a seguir:

- I. Além do vencimento, poderá ser paga ao servidor a vantagem das gratificações.
- II. As indenizações podem ser incorporadas ao vencimento ou provento.
- III. Ajuda de custo, diárias e transporte constituem indenizações ao servidor.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

I: correta, pois, além do vencimento, poderá ser pago ao servidor as vantagens das indenizações, das *gratificações* e dos adicionais (art. 49 da Lei 8.112/1990); II: incorreta (art. 49, § 1º, da Lei 8.112/1990); III: correta (art. 51 da Lei 8.112/1990).

Gabarito "C."

(FGV – 2006) Ao servidor público federal, não se concederá licença:

- (A) por motivo de afastamento do cônjuge, ou companheiro, ou dos pais.
- (B) por motivo de doença em pessoa da família.
- (C) para atividade política.
- (D) para tratar de interesses particulares.
- (E) para o serviço militar.

A hipótese descrita na alternativa "a" é única que não está no rol de licenças do art. 81 da Lei 8.112/1990. A licença que mais se aproxima da estabelecida na alternativa incorreta é a licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro (art. 81, II), mas não há previsão de licença por afastamento dos pais.

Gabarito "A."

(FGV – 2006) Nos termos da Lei 8.112/1990, a remoção de servidor no interesse da Administração:

- (A) depende da anuência do servidor.
- (B) independe da anuência do servidor, uma vez que ele não tem direito à inamovibilidade.
- (C) também tem natureza de sanção, podendo ser aplicada ao servidor após o devido processo disciplinar.
- (D) não se sujeita ao controle judicial, por se tratar de ato administrativo discricionário.
- (E) não gera direito ao recebimento de ajuda de custo.

A: incorreta, pois há, também, caso de remoção de ofício, no interesse da Administração (art. 36, parágrafo único, I, da Lei 8.112/1990); B: correta, nos termos do comentário à alternativa "a"; C: incorreta, pois não se trata de pena disciplinar prevista no art. 127 da Lei 8.112/1990; D: incorreta, pois todos os atos administrativos estão sujeitos ao controle jurisdicional, quanto aos seus aspectos de legalidade; E: incorreta (art. 36 c/c art. 53 da Lei 8.112/1990).

Gabarito "B."

## 5.8. Sistema Previdenciário

(FGV – 2008) No que se refere ao regime previdenciário dos servidores públicos, é correto afirmar que:

- (A) nos casos de invalidez permanente de servidor titular de cargo efetivo, seus proventos serão proporcionais

ao tempo de contribuição, exceto se decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.

- (B) a lei aplicável à concessão de pensão é aquela vigente na data da designação do dependente pelo segurado servidor.
- (C) excepcionalmente, a lei poderá estabelecer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.
- (D) a mulher que renunciou aos alimentos na separação judicial não tem direito à pensão previdenciária por morte do ex-marido, mesmo que comprovada a necessidade econômica superveniente.
- (E) em regra, os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo ou em comissão em que se deu a aposentadoria ou que serviu de base para a concessão de pensão.

A: correta (art. 40, § 1º, I, da CF); vale lembrar que, com a EC 70/2012, o servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação dessa emenda (30.03.2012) tem direito à aposentadoria por invalidez com base na remuneração do cargo efetivo, aplicando-se a aposentadoria proporcional apenas ao servidor que tiver ingressado no serviço público após essa data; B: incorreta, pois aplica-se a lei vigente ao tempo do fato que enseja a concessão da pensão, observadas as regras transitórias existentes, em caso de modificação na legislação; C: incorreta, pois a contagem de tempo fictício é vedada (art. 40, § 10, da CF); D: incorreta, pois a necessidade superveniente e a natureza diversa dos benefícios previdenciários justificam a concessão da pensão; E: incorreta (art. 40, § 2º, da CF).

Gabarito "A."

## 5.9. Infração disciplinar e processo administrativo

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) O diretor geral de determinado órgão público federal exarou despacho concessivo de aposentadoria a um servidor em cuja contagem do tempo de serviço fora utilizada certidão de tempo de contribuição do INSS, falsificada pelo próprio beneficiário. Descoberta a fraude alguns meses mais tarde, a referida autoridade tornou sem efeito o ato de aposentadoria. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção incorreta.

- (A) O diretor geral tem o dever de instaurar imediatamente um processo administrativo disciplinar contra o servidor, conforme previsto na Lei n.º 8.112/1990.
- (B) Nesse caso, não cabe sindicância preliminar ou investigatória, pois já estão delimitadas a autoria e a materialidade do fato.
- (C) Caso o diretor deixe de aplicar pena disciplinar ao seu subordinado, ele estará apenas cometendo uma irregularidade administrativa; já o servidor deverá ser processado criminalmente pela prática, entre outros, do crime de falsificação de documento público.
- (D) Os proventos de aposentadoria pagos irregularmente ao servidor denunciado que não possam ser reavidos administrativamente pelo órgão público poderão ser objeto de repetição perante a Justiça Federal.

Pelo princípio da obrigatoriedade, a autoridade é obrigada a promover a apuração e a responsabilização, no caso (art. 143 da Lei 8.112/1990).

Gabarito "C."

(FGV – 2009) De acordo com a Lei Federal nº 8.112/1990, nas penalidades disciplinares incluem-se:

- I. Demissão;
- II. Advertência;
- III. Cassação de disponibilidade;
- IV. Suspensão.

Assinale:

- (A) se somente I e II estiverem corretas.
- (B) se somente I e III estiverem corretas.
- (C) se somente I, II e III estiverem corretas.
- (D) se somente II, III e IV estiverem corretas.
- (E) se todas estiverem corretas.

Todas estão corretas, nos termos do art. 127 da Lei 8.112/1990, que também inclui como pena disciplinar a cassação de aposentadoria e a destituição de cargo em comissão e função comissionada.

„E.“ Gabarito

(FGV – 2009) Considere os direitos dos administrados apresentados a seguir, assegurados pela Lei Federal n.º 9.784/1999.

- I. Ter ciência da tramitação de qualquer processo administrativo, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas;
- II. Formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente;
- III. Fazer-se representar por advogado, inclusive sendo-lhe assegurada assistência jurídica gratuita, no caso de necessidade.

Assinale se:

- (A) se somente o direito I estiver correto.
- (B) se somente o direito II estiver correto.
- (C) se somente os direitos I e II estiverem corretos.
- (D) se somente os direitos II e III estiverem corretos.
- (E) se todas os direitos estiverem corretos.

I: incorreta, pois somente os administrados que forem “interessados” têm direito de ter vista do processo e de obter cópias de documentos (arts. 3º, II, e 46 da Lei 9.784/1999); II: correta (art. 3º, III, da Lei 9.784/1999); III: incorreta, pois não há previsão genérica de assistência jurídica gratuita.

„B.“ Gabarito

(FGV – 2008) No que tange ao processo administrativo disciplinar, analise as assertivas a seguir:

- I. O processo administrativo disciplinar é composto de fases. Sindicância é a fase do processo administrativo preliminar que determina se o funcionário público sofrerá sanção ou não pelo cometimento de falta funcional.
- II. A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.
- III. No processo administrativo disciplinar, as provas são produzidas durante a fase denominada de *inquérito administrativo*; tal fase compreende instrução, defesa e relatório.

Assinale:

- (A) se todas as assertivas estiverem corretas.
- (B) se somente as assertivas I e II estiverem corretas.

- (C) se somente as assertivas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as assertivas II e III estiverem corretas.
- (E) se nenhuma assertiva estiver correta.

I: incorreta, pois a sindicância consiste numa apuração preliminar com vistas a verificar se o processo administrativo disciplinar deve ser instaurado ou não, ou se é o caso de arquivar a investigação; somente sanções de advertência ou suspensão por 30 dias podem ser aplicadas a partir de uma sindicância (art. 145 da Lei 8.112/1990); II: correta, nos termos da Súmula Vinculante nº 5 do STF (“A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição”); III: correta, pois o processo disciplinar se divide nas seguintes fases – instauração (com a publicação do ato que constituir a comissão), inquérito administrativo (que compreende instrução, defesa e relatório) e julgamento, conforme o art. 151 da Lei 8.112/1990.

„D.“ Gabarito

(FGV – 2008) Assinale a opção que apresenta com exatidão as penalidades disciplinares previstas na lei 8.112/1990 a que está sujeito o servidor:

- (A) advertência; suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada; prisão domiciliar.
- (B) advertência; suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada.
- (C) advertência; suspensão; demissão; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada.
- (D) advertência; admoestação verbal pública perante os funcionários da repartição; suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada.
- (E) advertência; suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada; diminuição dos vencimentos básicos.

Art. 127 da Lei 8.112/1990.

„B.“ Gabarito

(FGV – 2008) Não será aplicada a pena de demissão do servidor público, de acordo com as previsões da lei 8.112/1990, na seguinte hipótese:

- (A) crime contra a administração pública.
- (B) abandono de cargo.
- (C) inassiduidade habitual.
- (D) insubordinação grave em serviço.
- (E) não atingimento das metas estabelecidas pelo superior hierárquico.

A única hipótese, das apresentadas nas alternativas, que não se encontra no rol dos fatos que ensejam demissão, é a apresentada na alternativa “e”, nos termos do disposto no art. 132 da Lei 8.112/1990.

„E.“ Gabarito

(FGV – 2007) No caso de servidor público, que, irritado com as dificuldades de entendimento de um cidadão que se considera usuário do serviço, o expulsa da repartição, conduzindo-o, contra a vontade, pelo braço, em direção à rua, é correto afirmar-se que:

- (A) atua na prática do cometimento de crime de violência arbitrária, com reflexos civis.  
 (B) atua em circunstâncias previstas e admitidas.  
 (C) pode pedir indenização ao recalcitrante.  
 (D) é isento de pena.

Além de crime, o fato caracteriza, certamente, infração disciplinar (art. 132, VII, da Lei 8.112/1990), sujeita a sanções de ordem disciplinar.

„A.“ Gabarito

(FGV – 2007) O servidor que se apropria de qualquer utilidade recebida por erro de outrem comete:

- (A) faltas civil e administrativa, além de crime de peculato.  
 (B) infração administrativa.  
 (C) contravenção.  
 (D) ilícito civil.

Trata-se de crime de peculato (sujeito a pena criminal), falta civil (sujeito a pedido de ressarcimento na esfera judicial) e falta administrativa (sujeito a punição disciplinar junto à Administração). A questão não entra nesse detalhe, mas o caso também importa em improbidade administrativa, nos termos do art. 9º da Lei 8.429/1992, com as sanções previstas no art. 12 da referida lei.

„A.“ Gabarito

(FGV – 2006) De acordo com a Lei 8.112/1990, é incorreto afirmar que:

- (A) a posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.  
 (B) a posse poderá se dar mediante procuração específica.  
 (C) o servidor estável não aprovado no estágio probatório não poderá ser reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.  
 (D) a exoneração de cargo efetivo se dará a pedido do servidor, ou de ofício.

A: correta (art. 14 da Lei 8.112/1990); B: correta (art. 13, § 3º, da Lei 8.112/1990); C: incorreta, devendo ser assinalada, pois poderá, sim, ser reconduzido (art. 29, I, da Lei 8.112/1990); D: correta (art. 34 da Lei 8.112/1990).

„C.“ Gabarito

## 6. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) Acerca da improbidade administrativa, assinale a opção correta.

- (A) O Ministério Público deve provar, logo na inicial, o ato qualificado como de improbidade administrativa, não bastando que se afirme que o fará ao longo da instrução processual.  
 (B) Prevalece o entendimento de que a ação judicial cabível para apurar e punir os atos de improbidade de natureza civil deve ser titularizada, com exclusividade, pelo Ministério Público.  
 (C) A competência judicial para apurar ato de improbidade de governador de estado é do STJ.  
 (D) Considere que um ex-servidor público tenha praticado ato de improbidade administrativa, mas somente 3 (três) anos depois desse ato tenha sido afastado do exclusivo cargo em comissão que ocupava. Nessa situação, o prazo prescricional de 5 (cinco) anos para que seja proposta a pertinente ação de improbidade

tem início com o término do exercício do referido cargo e não, da prática do ato.

A: incorreta. A ação por improbidade admite dilação probatória, já que corre pelo rito ordinário (art. 17 da Lei 8.429/1992); B: incorreta. A pessoa jurídica interessada também é legitimada ativa (art. 17 da Lei 8.429/1992); C: incorreta. Não há competência por prerrogativa de função em ação de improbidade (o STF considerou inconstitucional a extensão dessa vantagem para as ações por improbidade); D: correta (art. 23, I, da Lei 8.429/1992).

„D.“ Gabarito

(FGV – 2009) Com relação ao tema da *improbidade administrativa*, analise as afirmativas a seguir.

- I. De acordo com a atual jurisprudência do STF, a lei de improbidade administrativa não se aplica aos agentes políticos, os quais estão submetidos a um regime especial de responsabilidade com prerrogativa de foro.
- II. Para garantir o ressarcimento do erário público, o réu da ação de improbidade administrativa pode ter decretada judicialmente a indisponibilidade de seus bens.
- III. O Ministério Público ou pessoa jurídica interessada pode celebrar transação judicial com o réu da ação de improbidade administrativa desde que o ato ímprobo não cause prejuízo ao erário.
- IV. Conforme o atual posicionamento jurisprudencial do STJ, além de incidir em um dos tipos previstos na Lei nº 8.429/1992, é necessária a presença do elemento má-fé para caracterização do ato de improbidade administrativa.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.  
 (B) se somente as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.  
 (C) se somente as afirmativas I, II e III estiverem corretas.  
 (D) se somente as afirmativas I e IV estiverem corretas.  
 (E) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

I: correta, pois, de fato, o STF entende que os agentes políticos que já respondem por crime de responsabilidade não podem responder por improbidade administrativa, sob pena de haver *bis in idem* (por ex., vide o seguinte precedente – “Desembargador. Agente político. Ação de improbidade administrativa. O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento nos termos do qual a Constituição do Brasil não admite concorrência entre dois regimes de responsabilidade político-administrativa para os agentes políticos. Precedentes.” (RE 579.799 AgR, DJ 18.12.2008); é importante dizer que o STF não vem aplicando esse entendimento aos prefeitos, apesar destes responderem por crime de responsabilidade; II: correta (art. 7º da Lei 8.429/1992); III: incorreta (art. 17, § 1º, da Lei 8.429/1992); IV: incorreta, pois a modalidade prevista no art. 10 da Lei 8.429/1992 pode ser configurada mediante conduta culposa ou dolosa; assim, segundo a jurisprudência do STJ, a modalidade do art. 9º (enriquecimento ilícito do agente) exige dolo, a do art. 10 (prejuízo ao erário) configura-se mediante culpa ou dolo e a modalidade do art. 11 (violação a princípios) exige dolo.

„E.“ Gabarito

(FGV – 2008) Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) É vedada ao servidor a utilização de bens da Administração Pública para fins particulares.  
 (B) Somente se caracteriza ato de improbidade administrativa quando ocorre dano patrimonial ao erário.

- (C) Constitui ato de improbidade administrativa facilitar a aquisição de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- (D) Permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento constitui exemplo de ato de improbidade administrativa.
- (E) A lei prevê ser improbidade administrativa o ato de facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.

**A:** correta (art. 9º, IV, da Lei 8.429/1992); **B:** incorreta (devendo ser assinalada), vez que além da modalidade prejuízo ao erário (art. 10), há mais duas modalidades de improbidade, a de enriquecimento ilícito do agente (art. 9º) e a de violação de princípios (art. 11); **C:** correta (art. 10, V, da Lei 8.429/1992); **D:** correta (art. 10, IX, da Lei 8.429/1992); **E:** correta (art. 10, XII, da Lei 8.429/1992).

„B„ oijbaB

(FGV – 2008) Analise as seguintes afirmativas:

- I. No caso de improbidade administrativa em que haja enriquecimento ilícito ou lesão ao patrimônio público, o sucessor do autor da conduta está sujeito às sanções previstas na Lei 8.429/1992 até o limite do valor da herança.
- II. Na ação de improbidade administrativa devem figurar como réus, em litisconsórcio passivo, o servidor responsável pelo ato, o terceiro que concorreu para o resultado e a pessoa jurídica a que pertence o servidor.
- III. A revelação a terceiros de fato sigiloso de que o servidor tenha ciência em virtude de suas atribuições somente pode enquadrar-se como ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública.

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**I:** correta (art. 8º da Lei 8.429/1992); **II:** incorreta, pois o servidor e o terceiro que tenham concorrido para o ato devem, de fato, figurar como litisconsortes passivos (arts. 1º a 3º da Lei 8.429/1992), mas a pessoa jurídica interessada, caso não seja a autora da ação, será citada para dizer qual será sua posição na ação, ou seja, se aderirá ao polo ativo, se aderirá ao polo passivo ou se abster-se-á de participar da demanda (art. 17, § 3º, da Lei 8.429/1992); **III:** incorreta, pois se o servidor tiver feito isso com prejuízo ao erário, configurar-se-á a modalidade do art. 10 da Lei 8.429/1992, e, se houver enriquecimento ilícito desse servidor, configurar-se-á a modalidade do art. 9º da Lei 8.429/1992.

„A„ oijbaB

(FGV – 2008) A sanção patrimonial, na hipótese de atos de improbidade administrativa praticados em detrimento de entidade cujo erário público haja concorrido para a criação do respectivo patrimônio, pressupõe uma participação anual de:

- (A) mais de cinquenta por cento.
- (B) menos de cinquenta por cento.
- (C) mais de quarenta por cento.
- (D) menos de quarenta por cento.

- (E) mais de vinte por cento.

Art. 1º, parágrafo único, parte final, da Lei 8.429/1992.

„B„ oijbaB

(FGV – 2008) Proposta ação de improbidade administrativa, após autuada, o Juiz ordenará a notificação do requerido, para oferecer manifestação por escrito, no prazo de:

- (A) 20 (vinte) dias.
- (B) 10 (dez) dias.
- (C) 15 (quinze) dias.
- (D) 5 (cinco) dias.
- (E) 30 (trinta) dias.

O requerido terá 15 dias para oferecer manifestação por escrito, podendo instruí-la com documentos e justificações (art. 17, § 7º, da Lei 8.429/1992).

„C„ oijbaB

(FGV – 2008) Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) É crime de responsabilidade contra o livre exercício dos direitos políticos, individuais e sociais utilizar o poder federal para impedir a livre execução da lei eleitoral.
- (B) Constitui ato de improbidade administrativa receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.
- (C) É crime de responsabilidade contra a probidade na administração infringir as normas legais no provimento dos cargos públicos.
- (D) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
- (E) Independentemente das sanções penais, civis e administrativas, previstas na legislação específica, o responsável pelo ato de improbidade está sujeito à pena de perda da função pública e impedimento de seu exercício para sempre.

**A:** correta (art. 7º, item 4, da Lei 1.079/1950); **B:** correta (art. 9º, X, da Lei 8.429/1992); **C:** correta (art. 9º, item 5, da Lei 1.079/1950); **D:** correta (art. 11, III, da Lei 8.429/1992); **E:** incorreta, devendo ser assinalada, pois o art. 12 da Lei 8.429/1992 traz outras sanções além da perda da função pública, mas não traz o impedimento de seu exercício para sempre.

„E„ oijbaB

(FGV – 2008) Assinale a alternativa correta.

- (A) As entidades da administração indireta não podem qualificar-se como sujeitos passivos dos atos de improbidade em razão de não serem pessoas políticas.
- (B) Para que se configure a improbidade administrativa, basta que o agente aceite emprego em pessoa jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente, durante a atividade.
- (C) O terceiro responde por improbidade administrativa quando manifesta apoio psicológico ao agente público para prática de improbidade, mesmo que não se locuplete materialmente do resultado da conduta.

- (D) O recebimento de vantagem econômica de qualquer natureza pelo agente público enquadra-se como ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito e prejuízo ao erário.
- (E) A sanção de suspensão dos direitos políticos é mais grave que a do art. 10 (prejuízo ao erário), o que pode ser verificado pela leitura das sanções previstas no art. 12, I e II, da Lei 8.429/1992.

**A:** incorreta (art. 1º da Lei 8.429/1992); **B:** correta (art. 9º, VIII, da Lei 8.429/1992); **C:** incorreta, pois não é suficiente o apoio psicológico, sendo necessário *indução* ou *concorrência* para o ato (art. 3º da Lei 8.429/1992); **D:** incorreta, pois há de ser vantagem econômica *indevida*; ademais, se só há vantagem econômica *indevida*, somente se configura a modalidade do art. 9º da Lei 8.429/1992, não se configurando a modalidade do art. 10 da referida lei, que requer prejuízo ao erário; **E:** incorreta, pois a modalidade do art. 9º (enriquecimento ilícito) é mais grave que a do art. 10 (prejuízo ao erário), o que pode ser verificado pela leitura das sanções previstas no art. 12, I e II, da Lei 8.429/1992.

Gabartio "B."

(FGV – 2008) Analise as afirmativas abaixo, relativas à Lei de improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992) e assinale a alternativa incorreta.

- (A) As disposições da Lei nº. 8.429/1992 são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.
- (B) Reputa-se agente público, para os efeitos da Lei nº. 8.429/1992, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo 1º. da referida lei.
- (C) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.
- (D) Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos, excetuada, no caso dos agentes públicos do primeiro escalão, a observância do princípio da legalidade.
- (E) Estão sujeitos às regularidades da Lei nº 8.429/1992 os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção de órgão público.

**A:** correta (art. 3º da Lei 8.429/1992); **B:** correta (art. 2º da Lei 8.429/1992); **C:** correta (art. 5º da Lei 8.429/1992); **D:** incorreta, devendo ser assinalada, (art. 4º da Lei 8.429/1992); **E:** correta (art. 1º, parágrafo único, da Lei 8.429/1992).

Gabartio "D."

(FGV – 2008) Analise as afirmativas abaixo, relativas à Lei de improbidade administrativa (Lei 8.429/1992) e assinale a alternativa incorreta.

- (A) A Lei nº. 8.429/1992 não prevê penas de prisão para atos de improbidade administrativa.
- (B) A aplicação das sanções previstas nessa lei depende da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público ou da rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.

(C) Constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.

(D) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, lealdade às instituições e notadamente revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.

(E) Constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes.

**A:** correta, pois a ação de improbidade tem caráter civil, já que as penas previstas no art. 12 da Lei 8.429/1992 têm essa natureza; **B:** incorreta, devendo ser assinalada, (art. 21 da Lei 8.429/1992); **C:** correta (art. 9º, VII, da Lei 8.429/1992); **D:** correta (art. 11, III, da Lei 8.429/1992); **E:** correta (art. 10, XI, da Lei 8.429/1992).

Gabartio "B."

(FGV – 2007) Analise as afirmativas a seguir:

- I. A conduta do administrador público em desrespeito ao princípio da moralidade administrativa enquadra-se nos denominados "atos de improbidade". Tal conduta poderá ser sancionada com a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação prevista em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- II. O princípio da democracia participativa é instrumento para a efetividade dos princípios da eficiência e da probidade administrativa.
- III. Além dos agentes públicos, terceiros podem ser sujeitos ativos de improbidade administrativa. O terceiro, quando beneficiário direto ou indireto do ato de improbidade, só pode ser responsabilizado por ação dolosa, ou seja, quando tiver ciência da origem ilícita da vantagem.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**I:** correta (art. 7º, 11 e 12, III, da Lei 8.429/1992); **II:** correta, pois o envolvimento popular contribui para desenvolvimento desses dois princípios; **III:** correta (art. 3º da Lei 8.429/1992).

Gabartio "E."

## 7. INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE E NO DOMÍNIO ECONÔMICO

### 7.1. Desapropriação

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) Acerca da desapropriação, assinale a opção correta.

- (A) Desapropriação indireta é o fato administrativo por meio do qual o Estado se apropria de bem particular,



sem a observância dos requisitos da declaração e da indenização prévia.

- (B) Na desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, serão indenizadas por título da dívida pública não apenas a terra nua, mas também as benfeitorias úteis e necessárias, sendo que as voluptuosas não serão indenizadas.
- (C) Os bens públicos não podem ser desapropriados.
- (D) Na desapropriação por zona, devem ser incluídos os imóveis contíguos ao imóvel desapropriado, necessários ao desenvolvimento da obra a que se destina.

**A:** correta. Trata-se do chamado apossamento administrativo (art. 15-A, § 3º, do Dec.-lei 3.365/1941); **B:** incorreta. As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro (art. 184, § 1º, da CF); **C:** incorreta (art. 2º, § 2º, do Dec.-lei 3.365/1941); **D:** incorreta. A desapropriação por zona pode ter duas finalidades: reservar área para o futuro ou abranger área que terá extraordinária valorização com a obra, para revenda futura (art. 4º do Dec.-lei 3.365/1941).

Gabrielto "A"

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Desapropriação ou expropriação é a transferência obrigatória da propriedade particular para o Poder Público, devidamente motivada. Assinale a opção que não apresenta motivação constitucional para desapropriação.

- (A) Clamor social.
- (B) Necessidade pública.
- (C) Utilidade pública.
- (D) Interesse social.

Art. 5º, XXIV, da CF.

Gabrielto "A"

(FGV – 2009) Em relação à Intervenção do Estado na Propriedade Privada, é correto afirmar que:

- (A) a indenização, na desapropriação para reforma agrária, incluídas as benfeitorias úteis e necessárias, é realizada em títulos da dívida agrária.
- (B) o objeto da requisição administrativa pode abranger bens móveis e imóveis, fazendo jus o proprietário à prévia indenização.
- (C) a desapropriação por descumprimento da função social da propriedade rural é da competência exclusiva da União e não pode incidir sobre a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra, conforme previsto na Constituição Federal/88.
- (D) a ocupação provisória tem caráter de transitoriedade, sendo assegurado ao proprietário indenização somente na hipótese da ocupação do imóvel ocorrer em situações de perigo.
- (E) o proprietário de um bem tombado não pode aliená-lo a terceiro e somente pode pintar ou restaurar o bem com autorização especial do Poder Público.

**A:** incorreta, pois as benfeitorias úteis e necessárias, no caso, são indenizadas em dinheiro, ao passo que a terra nua, por títulos da dívida agrária (art. 184, *caput* e § 1º, da CF); **B:** incorreta, pois a indenização é posterior ao uso temporário do bem ou serviço; **C:** correta, pois de fato compete à União desapropriar quando o fundamento é o descumprimento da função social da propriedade (art. 184, *caput*, da CF), e as propriedades citadas na alternativa, de fato, não podem ser desapropriadas para fins de reforma agrária (art. 185, I, da CF); **D:** incorreta, pois a ocupação provisória é instituto que permite a Administração, quando estiver fazendo uma obra, ocupar temporariamente terreno particular não edificado (não tendo relação alguma com situações de perigo), mediante indenização, por ação própria (art. 36 do Dec.-lei 3.365/1941); **E:** incorreta, pois o proprietário de um bem tombado pode, sim, aliená-lo, sendo que a única restrição ao poder de alienar é a que determina que o bem seja oferecido antes para o Poder Público, que tem direito de preferência na sua aquisição (art. 22 do Dec.-lei 25/1937).

„C„ oimbebe

(FGV – 2008) Na desapropriação-sanção, realizada pelo Município, de área localizada no plano diretor, presentes os requisitos específicos, deverá esse Ente Federativo realizar o adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de:

- (A) 1 (um) ano.
- (B) 4 (quatro) anos.
- (C) 3 (três) anos.
- (D) 2 (dois) anos.
- (E) 5 (cinco) anos.

Art. 8º, § 4º, do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001).

Gabrielto "E"

(FGV – 2008) Por meio do Decreto 00000, de 25 de março de 2008, a Prefeitura do Rio de Janeiro cria a área de proteção do ambiente cultural (APAC) do Bairro Y. Nesse diploma alguns imóveis estão gravados sob a denominação *preservação*; outros, *tombamento*. O proprietário de um bem "tombado" pelo decreto municipal soube do gravame por meio de um fiscal, que embargou as obras de mudança na fachada que estava realizando no imóvel. Indignado, o proprietário do bem tombado pretende propor ação em face do Poder Público Municipal, requerendo a declaração de nulidade do dito decreto em relação ao seu imóvel. No entanto, deverá ficar atento ao prazo prescricional de tal ação, que é de:

- (A) 1 (um) ano.
- (B) 20 (vinte) anos.
- (C) 5 (cinco) anos.
- (D) 15 (quinze) anos.
- (E) 2 (dois) anos

O caso em tela envolve verdadeira perda da propriedade, dada a extensão do gravame imposto pelo Poder Público. Nesse tipo de situação, cabe ao particular ingressar com ação indenizatória por desapropriação indireta, sendo que o prazo prescricional, por envolver direito real (perda da propriedade) é o prazo da usucapião extraordinária de bem imóvel, ou seja, é de 15 (quinze) anos, nos termos do art. 1.238 do Código Civil.

Gabrielto "D"

(FGV – 2008) Assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo jurisprudência dos Tribunais Superiores, a imissão provisória do Poder Público no bem, em procedimento expropriatório, na desapropriação por utilidade pública, é inconstitucional à luz da Constituição Federal de 1988.
- (B) As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização. No entanto, caso o imóvel não esteja cumprindo sua função social, poderá o Poder Público Municipal, após a aplicação de outras medidas previstas na Constituição Federal,

desapropriar o imóvel com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão prévia, aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até 10 anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

- (C) O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para os fins de reforma agrária, autoriza desde já ao Município propor a ação de desapropriação.
- (D) Segundo comando constitucional, nos casos de “desapropriação confisco”, as terras desapropriadas devem integrar, de forma permanente, o patrimônio do ente federativo expropriante, que deverá utilizá-las para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos.
- (E) A declaração expropriatória, nas desapropriações por utilidade pública, é o marco para a indenização das benfeitorias necessárias. Essas serão indenizadas se realizadas até a data da publicação da declaração.

**A:** incorreta, pois, como há previsão de depósito prévio para a imissão provisória, os tribunais entendem constitucional o instituto; **B:** correta (art. 182, § 4º, III, da CF); **C:** incorreta (art. 2º, § 1º, da Lei 8.629/1993 e art. 184, *caput*, da CF); **D:** incorreta (art. 243 da CF); **E:** incorreta (art. 26, § 1º, do Dec.-lei 3.365/1941).

Gabartio “B”.

(FGV – 2008) No que se refere à intervenção do Poder Público na propriedade privada, é correto afirmar que:

- (A) após a Constituição Federal de 1988, a “Constituição cidadã”, e a dimensão dada por ela ao princípio da função social da propriedade, não há necessidade de o Poder Público notificar o proprietário do bem objeto de estudos para sua preservação por motivos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, pois tal ato é discricionário do Poder Público, e o interesse público prevalece sobre o particular.
- (B) baseado em sua competência constitucional, um Município pode desapropriar, para fins de reforma agrária, área rural situada em seus limites territoriais que não esteja cumprindo sua função social.
- (C) com base no princípio federativo e no princípio da preponderância dos interesses, é possível o Município desapropriar e limitar administrativamente bem do Estado, se provado o interesse local.
- (D) é vedado ao Poder Público Municipal realizar desapropriação de imóvel urbano que não esteja cumprindo sua função social, com pagamento mediante títulos da dívida pública, sob pena de violação do inciso XXIV do artigo 5º da Constituição Federal.
- (E) a lei estabelece o procedimento para a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, prevendo a justa e prévia indenização em dinheiro ao proprietário do bem desapropriado.

**A:** incorreta, pois os princípios do contraditório e da ampla defesa reclamam essa notificação; não bastasse, a própria Lei de Tombamento (Dec.-lei 25/1937) impõe essa notificação (art. 9º, item 1); **B:** incorreta, pois a desapropriação sancionatória em área rural compete à União (art. 184 da CF); **C:** incorreta, pois os Municípios só podem desapropriar bens particulares (art. 2º, § 2º, do Dec.-lei 3.365/1941); **D:** incorreta (art. 182, § 4º, III, da CF); **E:** correta, pois essa previsão está no art. 5º, XXIV, da CF, e as leis existem (Dec.-lei 3.365/1941 e Lei 4.132/1962).

Gabartio “E”.

(FGV – 2007) Sobre intervenção do Poder Público na Propriedade, é correto afirmar que:

- (A) tombamento é a forma de intervenção na propriedade pela qual o Poder Público procura proteger o patrimônio cultural, com a finalidade de proteger a memória nacional. Pela grande relevância desse instituto, e com base no princípio da supremacia do interesse público, não há a necessidade de informar ao proprietário do bem, por meio de notificação, sobre a existência do procedimento de tombamento, principalmente porque o bem continuará na propriedade do particular.
- (B) é possível a desapropriação de bens públicos na direção vertical das entidades federativas. No entanto, com base no princípio federativo e no princípio da preponderância dos interesses, é possível o Município desapropriar bem do Estado, se provado o interesse local.
- (C) Os institutos do tombamento e da limitação administrativa são instrumentos diversos de intervenção do Estado na propriedade. Quanto aos destinatários dos institutos, pode-se afirmar que o tombamento é ato de limitação individual, e isso porque depende da análise de cada bem a ser tombado, e as limitações urbanísticas administrativas são atos gerais e impessoais, e, por conseguinte, incidem sobre coletividades indeterminadas.
- (D) Conforme jurisprudência dos Tribunais Superiores, Estado e Município podem desapropriar bens de empresa pública federal, sem a necessidade de autorização do Presidente da República, pois se trata de entidade de Administração Indireta.
- (E) Desapropriação por zona é aquela em que se desapropria toda uma região; por exemplo, um bairro, para que seja a área destinada a assentamento de pessoas carentes.

**A:** incorreta (art. 9º, 1, do Dec.-lei 25/1937); **B:** incorreta (art. 2º, § 2º, do Dec.-lei 3.365/1941); **C:** A afirmativa está correta; um exemplo de tombamento é o ato que declara de valor histórico uma casa, para efeito de protegê-la; um exemplo de limitação administrativa é o código de obras de um Município, que estipula os limites que devem ser obedecidos por quem quiser construir; repare que, no primeiro caso, há limitação individual, atingindo apenas aquela casa e seu proprietário; já no segundo caso, tem-se um ato geral e impessoal, atingindo coletividades indeterminadas; **D:** incorreta (art. 2º, § 3º, do Dec.-lei 3.365/1941); **E:** incorreta (art. 4º do Dec.-lei 3.365/1941).

Gabartio “C”.

(FGV – 2005) Assinale a alternativa que defina corretamente desapropriação indireta.

- (A) É um ato legal da Administração.
- (B) É uma mera declaração de vontade da Administração.
- (C) É a desapropriação praticada pelo particular.
- (D) É a desapropriação precedida de indenização em valor incompatível com o do bem expropriado.
- (E) É um ato ilícito da Administração.

**A:** incorreta, pois o apossamento administrativo de bens privados fere a lei e a Constituição, que determinam um procedimento próprio para a aquisição compulsória de bens pelo Poder Público; o fato de o Poder Público ficar dono do imóvel mesmo assim, cabendo ao particular ingressar com ação indenizatória, não torna legal essa prática, pois tal fato apenas tem em mira preservar a continuidade dos serviços públicos

instalados no local invadido; **B**: incorreta, pois importa também em atitudes materiais na coisa, ou seja, em uso da coisa, em ocupação; **C**: incorreta, pois é o Poder Público que se apropria de imóvel particular; **D**: incorreta, pois, como se viu, é um apossamento feito pelo Poder Público, sem respeitar os procedimentos legais e sem pagar qualquer indenização ao particular, que deve ingressar com ação indenizatória por desapropriação indireta; **E**: correta, pois, de fato, é um ato ilícito, apesar de a Administração ter direito de ficar no imóvel, para preservar a continuidade dos serviços públicos instalados no local.

„C.“ Gabarito

(FGV – 2005) Assinale a alternativa que complete corretamente a proposição a seguir: A tredestinação ocorre quando a Administração \_\_\_\_.

- (A) dá um destino múltiplo ao bem desapropriado
- (B) altera o ato expropriatório
- (C) não dá ao bem a finalidade para que foi desapropriado
- (D) realiza desapropriação por zonas
- (E) não obtém autorização para imissão provisória na posse

De fato, a tredestinação ocorre quando a Administração desapropria um imóvel para um fim “X” e acaba usando o imóvel para um fim “Y”. Quando o imóvel vem a ser utilizado em outra finalidade, mas que seja de interesse público (ex.: era para construir um hospital, mas acaba sendo construída uma escola), ocorre a tredestinação lícita, nada podendo fazer o antigo proprietário da coisa. Já quando o imóvel vem a ser utilizado em outra finalidade, mas que não seja de interesse público (ex.: era para construir um hospital, mas o imóvel acaba sendo cedido para a instalação de um comércio), ocorre a tredestinação ilícita, podendo o antigo proprietário da coisa exercer o direito de retrocessão, ou seja, de ter a coisa de volta, devolvendo o valor da indenização recebida.

„C.“ Gabarito

(FGV – 2005) São requisitos constitucionais para a desapropriação, mediante justa e prévia indenização em dinheiro:

- (A) carência social e utilidade pública.
- (B) necessidade pública e interesse político.
- (C) utilidade pública e necessidade pública.
- (D) necessidade administrativa e interesse público.
- (E) necessidade administrativa e interesse social.

De acordo com a Constituição Federal, a desapropriação poderá ocorrer por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social (Art. 5º, XXIV, da CF).

„C.“ Gabarito

## 8. BENS PÚBLICOS

### 8.1. Conceito e Classificação dos bens públicos

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Quanto aos bens públicos, assinale a opção correta.

- (A) Um veículo oficial inservível, estacionado no pátio de uma repartição, continua afetado ao serviço público.
- (B) As terras devolutas são bens de uso especial, pois são indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares.
- (C) As ilhas costeiras podem ser da União, dos Estados, dos Municípios ou mesmo de particulares.
- (D) Todos os imóveis localizados na faixa de fronteira de 150 km de largura, conforme o texto constitucional, são bens da União.

**A**: incorreta. Esse veículo, no caso, será mero patrimônio da administração pública; portanto, será mero bem dominical (art. 99, III, do Código Civil); **B**: incorreta. As terras devolutas são bens dominicais; **C**: correta (arts. 20, IV, e 26, II, ambos da CF); **D**: incorreta. A faixa de fronteira (de 150 km de largura) não é necessariamente bem da União; é apenas “considerada fundamental para a defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei” (art. 20, § 2º, da CF).

„C.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Assinale a opção em que todos os bens sejam considerados de uso comum do povo.

- (A) Ruas, praças e veículo policial.
- (B) Mares, estradas e praças.
- (C) Rios, mares e prédios da sede da prefeitura.
- (D) Prédios da sede da prefeitura, ruas e veículo policial.

**A**: incorreta. Veículo policial é bem de uso especial, pois é destinado a serviço público (art. 99, II, do CC); **B**: correta. Todos são bem de uso comum do povo, segundo o art. 99, I, do CC; **C**: incorreta. Prédio da prefeitura é bem de uso especial, pois é destinado a estabelecimento público (art. 99, II, do CC); **D**: incorreta. Prédios da prefeitura e veículo policial são bens de uso especial.

„B.“ Gabarito

(FGV – 2009) Assinale a alternativa que indique, respectivamente, os bens públicos de uso comum do povo e de uso especial.

- (A) Rios navegáveis e veículos oficiais.
- (B) Aeroportos e praças.
- (C) Museus e bibliotecas.
- (D) Terras devolutas e veículos.
- (E) Mercados e praças.

**A**: correta, pois rios navegáveis são bens de uso comum do povo (art. 99, I, do Código Civil) e veículos oficiais, como são destinados a serviços públicos, são bens de uso especial (art. 99, II, do CC); **B**: incorreta, pois aeroportos são bens de uso especial e praças são bens de uso comum do povo, de maneira que ordem está invertida; **C**: incorreta, pois museus e bibliotecas são bens de uso especial; **D**: incorreta, pois terras devolutas são bens dominicais, pois não têm destinação alguma e são mero patrimônio estatal (art. 99, III, do CC), e os veículos (desde que oficiais) são bens de uso especial; **E**: incorreta, pois mercados são bens de uso especial e praças são bens de uso comum do povo, de maneira que aqui também a ordem está invertida.

„A.“ Gabarito

(FGV – 2009) A respeito do tema *Bens Públicos*, analise as assertivas a seguir:

- I. Os bens de uso especial, para serem alienados pelos métodos de direito privado, têm de ser previamente desafetados.
- II. Nos requisitos para alienação dos bens imóveis, de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/1993, incluem-se a prévia avaliação, demonstração de interesse público
- III. Os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais, poderão ser alienados por ato da autoridade competente, com adoção, obrigatoriamente, da modalidade de licitação denominada concorrência.

Assinale:

- (A) se somente a assertiva I estiver correta.
- (B) se somente a assertiva II estiver correta.
- (C) se somente a assertiva III estiver correta.

- (D) se somente as assertivas I e II estiverem corretas.  
(E) se todas as assertivas estiverem corretas.

**I:** correta, pois, enquanto afetados, os bens de uso especial são inalienáveis (art. 100 do Código Civil); **II:** correta (art. 17, *caput*, da Lei 8.666/1993); **III:** incorreta, pois a lei admite a utilização de leilão nesse caso (art. 19, III, da Lei 8.666/1993).

Gabário "D."

(FGV – 2007) Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Os institutos de autorização de uso de bem público e o de permissão de uso de bem público são muito semelhantes. A diferença entre eles é que, no primeiro, predomina o interesse privado, enquanto, no segundo, prepondera o interesse público.  
(B) Domínio eminente é o poder político que permite ao Estado submeter à sua vontade todos os bens situados em seu território.  
(C) Segundo jurisprudência dos tribunais superiores, os bens de sociedade de economia mista são considerados bens públicos.  
(D) Considerando-se a destinação, os bens públicos classificam-se em bens de uso comum do povo, bens de uso especial e bens dominiais.  
(E) A concessão de bem público é contrato administrativo, ao passo que a autorização de uso de bem público e a permissão de uso de bem público são atos administrativos federais.

A alternativa "c" está incorreta, pois os bens da sociedade de economia mista são privados, já que esta é uma pessoa jurídica de direito privado (art. 98 do Código Civil).

Gabário "C."

(FGV – 2006) A respeito dos bens públicos, analise os itens que complementam a afirmação a seguir:

Os bens públicos se especificam em:

- I.** de uso comum do povo, como os mares, rios, estradas, ruas e praças;  
**II.** de uso especial, como os edifícios ou terrenos aplicados a serviço ou estabelecimento federal, estadual ou municipal;  
**III.** dominicais, ou seja, os que constituem o patrimônio da União, dos Estados-membros, ou dos Municípios, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Assinale:

- (A) se nenhum item estiver correto.  
(B) se somente os itens I e II estiverem corretos.  
(C) se somente os itens I e III estiverem corretos.  
(D) se somente os itens II e III estiverem corretos.  
(E) se todos os itens estiverem corretos.

**I:** correto (art. 99, I, do CC); **II:** correto (art. 99, II, do CC); **III:** correto (art. 99, III, do CC).

Gabário "E."

(FGV – 2005) Assinale a alternativa correta.

- (A) O tombamento é ato do Poder Público de intervenção na propriedade de caráter transitório.  
(B) Os bens públicos móveis e imóveis não podem ser desapropriados.

(C) A validade da declaração expropriatória é de 10 (dez) anos para os casos de necessidade ou utilidade pública.

(D) É admitida a mudança de categoria de um bem público de uso comum do povo para a de dominical por lei, por simples ato administrativo ou fato jurídico.

(E) Os bens públicos são prestigiados pela cláusula de alienabilidade, mas não podem ser penhorados.

**A:** incorreta, pois o tombamento é de caráter duradouro; **B:** incorreta, pois os bens públicos pertencentes aos municípios podem ser desapropriados pela União e pelos Estados, e os bens públicos pertencentes aos Estados podem ser desapropriados pela União (art. 2º, § 2º, do Dec.-lei 3.365/1941); **C:** incorreta, pois a validade da declaração, nesses dois casos, é de 5 (cinco) anos (art. 10 do Dec.-lei 3.365/1941), e nos casos de interesse social, é de 2 (dois) anos (art. 3º da Lei 4.132/1962); **D:** correta, pois o art. 100 do Código Civil admite que a lei determine a qualificação dos bens públicos, sendo certo que a doutrina admite também a mudança de categoria dos bens públicos por ato administrativo ou fato jurídico, desde que a afetação do bem não tenha se dado por lei; **E:** incorreta, pois a inalienabilidade (art. 100 do Código Civil) abrange a impenhorabilidade.

Gabário "D."

## 8.2. Regime jurídicos dos bens públicos (características dos bens públicos)

(FGV – 2008) Analise as seguintes afirmativas:

- I.** Se o bem público está sendo utilizado por entidade privada para a execução de serviço público, por delegação, não pode qualificar-se como bem de uso especial.  
**II.** É inconstitucional a lei orgânica que permita a doação de bens dominicais do Município, ainda que fixadas condições para tal fim.  
**III.** Os bens móveis, pertencentes a pessoas jurídicas de direito público, também estão alcançados pela prerrogativa da imprescritibilidade.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.  
(B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.  
(C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.  
(D) se apenas a afirmativa I estiver correta.  
(E) se apenas a afirmativa III estiver correta.

**I:** incorreta, pois, segundo o art. 99, II, do CC, bens destinados a serviço público, seja ele delegado ou não, são bens de uso especial; **II:** incorreta, pois os bens dominicais, segundo o Código Civil, são alienáveis, desde que observadas as condições legais (art. 101 do CC); **III:** correta, pois o art. 102 do Código Civil não faz distinção entre bens móveis e imóveis, ao se referir à imprescritibilidade, ou seja, à não sujeição ao instituto da usucapião.

Gabário "E."

(FGV – 2008) Os bens inaproveitáveis isoladamente remanescentes de obras públicas podem ser especificamente alienados ao particular mediante:

- (A) dação em pagamento.  
(B) permuta.  
(C) investidura.  
(D) concessão de domínio.  
(E) legitimação de posse.

Art. 17, § 3º, I, da Lei 8.666/1993.

Gabário "C."

(FGV – 2008) Assinale a alternativa correta.

- (A) Os bens públicos que não cumprem sua função social não são atingidos pela imprescritibilidade.
- (B) Os bens públicos não podem ser penhorados; no entanto, não há vedação no que tange a serem onerados como garantia real.
- (C) O contrato de compra e venda de imóvel, realizado entre o Estado, exercendo o *ius gestionis*, e um particular, obedece ao regime jurídico público, sob pena de violação do princípio da moralidade administrativa.
- (D) O direito à concessão de uso especial de bem público para fins de moradia só será reconhecido uma vez ao mesmo possuidor.
- (E) A autorização de uso de bem público por um determinado particular, atendendo primordialmente o interesse deste, fere o princípio da impessoalidade.

**A:** incorreta, pois a imprescritibilidade tem raiz constitucional e não tem exceções (arts. 183, § 3º, e 191, parágrafo único, da CF); **B:** incorreta, pois, como são inalienáveis (art. 100 do Código Civil), não podem ser objeto de oneração (hipoteca, p. ex.), pois esta não teria utilidade; **C:** incorreta, pois o regime jurídico aplicado no caso é o de direito privado; **D:** correta (art. 1º, § 2º, da Medida Provisória 2.220/2001); **E:** incorreta, pois a doutrina aponta que a autorização de uso de bem público é feita em proveito primordial do particular, como, por ex., a autorização para uso de uma rua para a realização de uma festa junina de uma escola local; tal situação, desde que temporária e razoável, não fere o princípio da impessoalidade.

Gabarito "D"

### 8.3. Bens públicos em espécie

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) Acerca dos bens públicos, assinale a opção correta.

- (A) Nos casos de programas e projetos habitacionais de interesse social, desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública com atuação específica nessa área, a concessão de direito real de uso de imóveis públicos poderá ser contratada coletivamente.
- (B) Os bens das empresas públicas e das sociedades de economia mista que prestam serviço público submetem-se ao regime próprio das empresas privadas.
- (C) Todas as terras devolutas são bens da União.
- (D) As cavidades naturais subterrâneas, como as grutas, são bens dos Municípios nas quais se encontram, cabendo a esses explorá-los economicamente sem prejuízo da ação fiscalizadora da União, dos Estados e do DF.

**A:** correta. Art. 17, I, f, da Lei 8.666/1993 (com as alterações da Lei 11.481/2007); **B:** incorreta. São bens públicos tanto os pertencentes às pessoas de direito público (art. 98 do Código Civil), como os afetados a um serviço público (doutrina), de modo que estes se submetem a um regime jurídico de direito público, e não ao regime das empresas privadas; **C:** incorreta. As terras devolutas também podem ser dos Estados-membros (art. 26, IV, da CF); **D:** incorreta. As cavidades naturais subterrâneas são bens da União (art. 20, X, da CF).

Gabarito "A"

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Terras devolutas são as

- (A) ocupadas pelos índios.
- (B) banhadas pelas águas do mar ou dos rios navegáveis.
- (C) pertencentes ao domínio público de qualquer das entidades estatais, que não se acham utilizadas pelo Poder Público nem destinadas a fins administrativos

específicos.

- (D) faixas de terras particulares, marginais dos rios, lagos e canais públicos, na largura de quinze metros, oneradas com a servidão de trânsito.

De fato, a letra "C" traz a definição de terras devolutas.

Gabarito "C"

(OAB/Exame Unificado – 2004.ES) Acerca dos bens públicos, assinale a opção correta.

- (A) Afirmar que um bem público foi desafetado significa asseverar que ele deixou de ser um bem de uso especial e passou a integrar o conjunto dos bens de uso comum do povo.
- (B) Os potenciais de energia eólica são bens da União, pois são considerados bens públicos federais todos aqueles que a Constituição da República não atribui expressamente aos Estados federados.
- (C) Constituem parte do patrimônio público estadual os rios, as terras devolutas e os terrenos de marinha.
- (D) É vedado ao Estado do Espírito Santo desapropriar bens dominicais da União.

**A:** incorreta. A desafetação faz com que o bem passe a ser dominical; **B:** incorreta. Não há previsão constitucional nesse sentido; **C:** incorreta. Os terrenos de marinha pertencem à União (art. 20, VII, da CF); **D:** correta. Estados não podem desapropriar bens da União (art. 2º, § 2º, do Dec.-lei 3.365/1941).

Gabarito "D"

### 9. RESPONSABILIDADE DO ESTADO

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Assinale a opção correta no que se refere à responsabilidade civil do Estado.

- (A) Quando o juiz pratica ato jurisdicional com o intuito deliberado de causar prejuízo à parte ou a terceiro, o prejudicado tem como alternativa propor a ação indenizatória contra o próprio juiz responsável e, não, contra o Estado.
- (B) A teoria da responsabilidade objetiva aplica-se, de forma genérica, aos danos que o Estado causa, tanto por ação quanto por omissão, a particulares.
- (C) Assim como as pessoas jurídicas de direito público, as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos e as que se dedicam à exploração de atividade econômica estão sujeitas à responsabilidade civil objetiva.
- (D) Não se pode responsabilizar o Estado por danos sofridos pelos indivíduos quando aqueles decorrem de fato de terceiro ou de ação da própria vítima.

**A:** incorreta. O STF entende que não se pode acionar diretamente o agente público (RE 327.904, rel. Min. Carlos Brito, j. em 15.08.2006 – Informativo 436); **B:** incorreta. A responsabilidade do Estado por omissão é subjetiva, segundo o STF e o STJ. Vale ressaltar que o STF tem decisão no sentido de que a responsabilidade estatal por atos omissivos **específicos** é objetiva; um exemplo de caso de omissão específica do Estado é a agressão física a aluno por colega, em escola estadual, hipótese em que a responsabilidade estatal será objetiva, com base na Teoria do Risco Administrativo (STF, ARE 697.326 AgR/RS, DJ 26/04/13); não se pode confundir uma *conduta omissiva genérica* (ex: o Estado não conseguir evitar todos os furtos de carros), com uma *conduta omissiva específica* (ex: o Estado ter o dever de vigilância sobre alguém e não evitar o dano); no primeiro caso, o Estado responde *subjetivamente*, só cabendo indenização se

ficar provado que o serviço foi defeituoso (ex: um policial presencia um furto e nada faz); no segundo caso, o Estado responde *objetivamente*, não sendo necessário perquirir sobre se o serviço estatal foi ou não defeituoso; **C**: incorreta. A responsabilidade objetiva prevista no art. 37, § 6º, da CF só é aplicável às pessoas jurídicas de direito privado quando estas forem concessionárias de serviço público; **D**: correta. De fato, a responsabilidade do Estado é calcada na teoria do risco administrativo, que admite excludentes de responsabilidade, e não na teoria do risco integral, que não admite excludentes.

Gabarrão "D"

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) Quanto à responsabilidade extracontratual do Estado, assinale a opção correta.

- (A) Prevalece o entendimento de que, nos casos de omissão, a responsabilidade extracontratual do Estado é subjetiva, sendo necessário, por isso, perquirir acerca da culpa e do dolo.
- (B) A vítima de dano causado por ato comissivo deve ingressar com ação de indenização por responsabilidade objetiva contra o servidor público que praticou o ato.
- (C) Não há responsabilidade civil do Estado por dano causado pelo rompimento de uma adutora ou de um cabo elétrico, mantidos pelo Estado em péssimas condições, já que essa situação se insere no conceito de caso fortuito.
- (D) Proposta a ação de indenização por danos materiais e morais contra o Estado, sob o fundamento de sua responsabilidade objetiva, é imperioso que este, conforme entendimento prevalecente, denuncie à lide o respectivo servidor alegadamente causador do dano.

**A**: correta. De fato, prevalece esse entendimento no STF e no STJ. Vale ressaltar que o STF tem decisão no sentido de que a responsabilidade estatal por atos omissivos **específicos** é objetiva; um exemplo de caso de omissão específica do Estado é a agressão física a aluno por colega, em escola estadual, hipótese em que a responsabilidade estatal será objetiva, com base na Teoria do Risco Administrativo (STF, ARE 697.326 AgR/RS, DJ 26/04/13); não se pode confundir uma *conduta omissiva genérica* (ex: o Estado não conseguir evitar todos os furtos de carros), com uma *conduta omissiva específica* (ex: o Estado ter o dever de vigilância sobre alguém e não evitar o dano); no primeiro caso, o Estado responde *subjetivamente*, só cabendo indenização se ficar provado que o serviço foi defeituoso (ex: um policial presencia um furto e nada faz); no segundo caso, o Estado responde *objetivamente*, não sendo necessário perquirir sobre se o serviço estatal foi ou não defeituoso; **B**: incorreta. O STF não admite que se acione diretamente o agente público que praticou o ato (RE 327.904, rel. Min. Carlos Brito, j. em 15.08.2006 – Informativo 436); a vítima deve acionar apenas o Estado e este, se for o caso, ingressará com ação regressiva contra o agente público; **C**: incorreta. O caso é de uma omissão culposa do Estado, situação que admite sua responsabilização; **D**: incorreta. A denunciação da lide não é obrigatória para o Estado exercer ação regressiva contra o servidor, por se tratar de um direito constitucional do Estado (art. 37, § 6º, da CF).

Gabarrão "A"

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Considerando a responsabilidade civil do Estado e o controle judicial, assinale a opção correta.

- (A) Conforme entendimento do STF, a responsabilidade do Estado por atos omissivos e comissivos de seus agentes será sempre objetiva.
- (B) A responsabilidade objetiva das concessionárias do serviço público, segundo o STF, alcança os não usuários do serviço público.

(C) A ação de responsabilidade objetiva, com fundamento na Constituição da República, não pode ser proposta contra o servidor causador do dano, conforme entendimento do STF.

(D) Na ação de responsabilidade objetiva do Estado, conforme entendimento predominante no STJ, será obrigatória a denunciação à lide do servidor causador do dano.

**A**: incorreta. O STF e o STJ entendem que a responsabilidade do Estado é objetiva por atos comissivos e subjetiva por condutas omissivas. Vale ressaltar que o STF tem decisão no sentido de que a responsabilidade estatal por atos omissivos **específicos** é objetiva; um exemplo de caso de omissão específica do Estado é a agressão física a aluno por colega, em escola estadual, hipótese em que a responsabilidade estatal será objetiva, com base na Teoria do Risco Administrativo (STF, ARE 697.326 AgR/RS, DJ 26/04/13); não se pode confundir uma *conduta omissiva genérica* (ex: o Estado não conseguir evitar todos os furtos de carros), com uma *conduta omissiva específica* (ex: o Estado ter o dever de vigilância sobre alguém e não evitar o dano); no primeiro caso, o Estado responde *subjetivamente*, só cabendo indenização se ficar provado que o serviço foi defeituoso (ex: um policial presencia um furto e nada faz); no segundo caso, o Estado responde *objetivamente*, não sendo necessário perquirir sobre se o serviço estatal foi ou não defeituoso; **B**: incorreta. Na época da elaboração da questão, a responsabilidade objetiva das concessionárias prevista no art. 37, § 6º, da CF só alcançava os usuários do serviço concedido, segundo o STF; **essa questão está prejudicada, pois, atualmente, o STF entende que a garantia da responsabilidade objetiva das concessionárias de serviços públicos existe tanto em favor do usuário do serviço, como em favor do não usuário do serviço**; **C**: correta. De fato, ação de responsabilidade objetiva não pode ser proposta contra o servidor; primeiro porque ele só responde subjetivamente (art. 37, § 6º, da CF); segundo porque a ação de responsabilidade não pode ser promovida diretamente contra ele (RE 327.904, rel. Min. Carlos Brito, j. em 15.08.2006 – Informativo 436); **D**: incorreta. A denunciação da lide não é obrigatória.

Gabarrão "C"

(OAB/Exame Unificado – 2004.ES) Suponha que Humberto ingresse com ação de reparação de danos contra o município de Vitória – ES, postulando indenização relativa a danos causados por ato que um agente desse Município praticou no exercício regular de suas funções. Nessa ação judicial, em virtude de ser objetiva a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público por danos que seus agentes, nessa qualidade, causem a terceiros,

- (A) para que o pedido de Humberto seja julgado procedente, é desnecessária a comprovação de que o referido agente municipal atuou com dolo ou culpa.
- (B) a avaliação da culpa do agente causador do dano tem de basear-se apenas em fatos objetivamente comprovados.
- (C) Humberto pode postular somente a reparação de danos materiais, pois os parâmetros de fixação de danos morais dependem demasiadamente da subjetividade do juiz.
- (D) a condenação do Município a reparar o dano não lhe confere direito de regresso contra o agente causador do prejuízo, exceto se restar demonstrado que este agiu dolosamente.

A responsabilidade do Estado é objetiva; portanto, não se discute culpa ou dolo. Se o agente público tiver agido culposamente ou dolosamente, o Estado poderá ingressar com ação regressiva contra ele.

Gabarrão "A"

(FGV – 2008) Assinale a afirmativa correta.

- (A) O Estado responde objetivamente por dano causado a particular relativamente a ato ilícito praticado por Fiscal de Renda.
- (B) O Fiscal de Renda responde objetivamente pela atuação indevida de particular.
- (C) Em caso de dano causado a particular por erro de autuação, o Fiscal de Renda será sumariamente demitido, independentemente de processo administrativo.
- (D) Em caso de negligência no exercício das funções, o Fiscal de Renda está sujeito à pena de demissão.

**A:** correta, nos termos do art. 37, § 6º, da CF; **B:** incorreta, pois, nos termos do art. 37, § 6º, da CF, o agente público só responde em caso de culpa ou dolo da sua parte, de modo que sua responsabilidade é subjetiva; **C:** incorreta, pois a demissão administrativa de um agente público depende de processo administrativo disciplinar com respeito à ampla defesa (art. 41, § 1º, II, da CF); **D:** incorreta, pois, na esfera federal, a simples negligência costuma configurar uma das hipóteses previstas nos primeiros incisos do art. 117 da Lei 8.112/1990, gerando advertência por escrito (art. 129 da Lei 8.112/1990).

“A.” Gabarito

(FGV – 2008) Analise as assertivas a seguir:

- I. O Poder Público Municipal foi condenado em ação de responsabilidade civil pelos danos causados por seu servidor a terceiros. Caberá ação regressiva em face do servidor, ação esta cujo prazo prescricional é de 3 (três) anos e em que se verificará se a conduta do servidor foi culposa *lato sensu*.
- II. A Prefeitura do Rio de Janeiro tem o dever de realizar, rotineiramente, as podas das árvores existentes nas ruas da cidade. Após um temporal de verão, inúmeros galhos caíram sobre veículos estacionados na rua X, localizada no município. No caso, o Poder Público Municipal é responsável pelos danos causados.
- III. Professores servidores públicos municipais, reivindicando maiores salários, entraram em greve pelo tempo de 15 (quinze) dias. Tal conduta gerou uma série de danos aos estudantes da rede municipal de ensino e seus familiares. É direito líquido e certo dos municípios receberem indenização pelos danos gerados pela paralisação dos servidores municipais.

Assinale:

- (A) se todas as assertivas estiverem corretas.
- (B) se somente as assertivas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as assertivas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as assertivas II e III estiverem corretas.
- (E) se nenhuma assertiva estiver correta.

**I:** correta, pois o servidor responde regressiva e subjetivamente (art. 37, § 6º, da CF), e o prazo prescricional é o de 3 (três) anos, previsto no Código Civil (art. 206, § 3º, V); **II:** correta, pois, apesar de a responsabilidade por atos omissivos ser subjetiva, devendo-se averiguar a existência ou não de culpa administrativa ou falta do serviço (serviço não funcionou, funcionou mal ou funcionou tarde), o caso revela grave omissão do Poder Público, ensejando a responsabilidade municipal; **III:** incorreta, pois o caso revela omissão do Estado e esta, para ensejar responsabilidade, depende de prova de culpa administrativa, o que não parece ocorrer numa greve como a narrada, que é direito do servidor e acabou em tempo relativamente curto.

“B.” Gabarito

(FGV – 2008) O Poder Público é condenado em ação de responsabilidade civil pelos danos causados por seu servidor a terceiro. É correto afirmar que:

- (A) cabe ação regressiva do Estado em face do servidor, cujo prazo prescricional é de 3 (três) anos, e nesta se verificará se a conduta do servidor foi culposa (*lato sensu*).
- (B) cabe ação de regresso do Estado em face do servidor, e seu prazo prescricional é de 20 (vinte) anos.
- (C) cabe ação regressiva do Estado em face do servidor, e nela não se perquirirá sobre culpa do servidor, uma vez que se aplica a teoria da Responsabilidade Objetiva quando a ação envolve o Poder Público.
- (D) basta o procedimento administrativo disciplinar com a aplicação da ampla defesa e do contraditório, não cabendo o ajuizamento de ação regressiva.
- (E) o Estado teria que ter denunciado à lide o servidor, não podendo posteriormente acioná-lo.

**A:** correta, nos termos do art. 37, § 6º, da CF e do art. 206, § 3º, V, do Código Civil; **B:** incorreta (art. 206, § 3º, V, do Código Civil); **C:** incorreta (art. 37, § 6º, da CF); **D:** incorreta (art. 37, § 6º, da CF); **E:** incorreta, pois a denúncia da lide não é obrigatória para o Estado exercer ação regressiva contra o servidor, por se tratar de um direito constitucional do Estado (art. 37, § 6º, da CF). Confira o posicionamento do STJ sobre a questão: “A jurisprudência deste Tribunal Superior se encontra assentada no entendimento de que ‘nas ações de indenização fundadas na responsabilidade civil objetiva do Estado (CF/88, art. 37, § 6º), não é obrigatória a denúncia da lide do agente público supostamente responsável pelo ato lesivo’” (REsp 521434/TO, Rel. Min. Denise Arruda, DJ de 08.06.2006).

“A.” Gabarito

(FGV – 2008) A responsabilidade objetiva do Estado por dano causado a terceiros está fundamentada na:

- (A) teoria do risco administrativo.
- (B) teoria civilista da culpa administrativa.
- (C) responsabilidade subjetiva do Estado.
- (D) ideia de soberania do Estado.
- (E) distinção entre atos de império e atos de gestão.

**A:** correta, pois essa foi a teoria adotada no Direito Brasileiro (art. 37, § 6º, da CF); de acordo com a teoria, o Estado responde *objetivamente* pelos danos causados, mas há hipóteses de *excludentes* de responsabilidade estatal; **B:** incorreta, pois essa teoria não é mais adotada no Brasil e propugna que a responsabilidade do Estado somente se configura quando danos são causados por agentes públicos que agiram culposos ou dolosamente, ou seja, essa responsabilidade envolve aspectos *subjetivos*; **C:** incorreta, pois a responsabilidade do Estado é *objetiva* (como o próprio enunciado da questão lembra), e não *subjetiva*; **D:** incorreta, pois a ideia de soberania do Estado costumava ser utilizada no passado não para garantir a responsabilidade deste, mas para excluir a sua responsabilidade; **E:** incorreta, pois tal distinção também era utilizada no passado para justificar a não responsabilidade do Estado; dizia-se que, quando o Estado age com o uso de prerrogativas públicas (uso que é normal no dia a dia, e que diz respeito aos *atos de império*), não há responsabilidade de sua parte.

“A.” Gabarito

(FGV – 2008) Em relação ao Estado, é correto afirmar que:

- (A) o Estado só é civilmente responsável se a conduta decorrer de culpa ou dolo de seu agente.
- (B) para que o Estado tenha o dever de indenizar o lesado, é preciso que o agente causador do dano seja servidor estatutário.

- (C) o direito à indenização do Estado é assegurado ao lesado ainda que este tenha contribuído inteiramente para o resultado danoso.
- (D) a regra geral adotada no direito brasileiro é a da responsabilidade subjetiva dos entes estatais.
- (E) o Estado pode exercer seu direito de regresso somente quando seu agente se tiver conduzido com culpa ou dolo.

**A:** incorreta, pois a responsabilidade do Estado é objetiva (art. 37, § 6º, da CF); **B:** incorreta, pois o Estado responde pelos danos causados por qualquer agente seu, não havendo distinção de agentes no art. 37, § 6º, da CF; **C:** incorreta, pois a culpa exclusiva da vítima é excludente de responsabilidade do Estado, já que adotamos a Teoria do Risco Administrativo, e não a Teoria do Risco Integral (em que não há excludentes de responsabilidade); **D:** incorreta, pois a regra geral é que a responsabilidade do Estado é *objetiva*; apenas em casos de danos propiciados por *omissão* estatal é que a responsabilidade é *subjetiva*, devendo a vítima demonstrar a chamada *falta do serviço* ou *culpa administrativa*; vale ressaltar que o STF tem decisão no sentido de que a responsabilidade estatal por atos *omissivos específicos* é objetiva; um exemplo de caso de omissão específica do Estado é a agressão física a aluno por colega, em escola estadual, hipótese em que a responsabilidade estatal será objetiva, com base na Teoria do Risco Administrativo (STF, ARE 697.326 AgR/RS, DJ 26/04/13); não se pode confundir uma *conduta omissiva genérica* (ex: o Estado não conseguir evitar todos os furtos de carros), com uma *conduta omissiva específica* (ex: o Estado ter o dever de vigilância sobre alguém e não evitar o dano); no primeiro caso, o Estado responde *subjetivamente*, só cabendo indenização se ficar provado que o serviço foi defeituoso (ex: um policial presença um furto e nada faz); no segundo caso, o Estado responde *objetivamente*, não sendo necessário perquirir sobre se o serviço estatal foi ou não defeituoso; **E:** correta, nos termos do art. 37, § 6º, da CF.

Gabário "E."

(FGV – 2007) É correto afirmar-se que a responsabilidade civil da pessoa jurídica de direito público:

- (A) exonera-a do dever indenizatório do dano se ficar provada a culpa de seu agente
- (B) impõe-lhe o dever de reparar o dano somente se houver prova da culpa de seu agente
- (C) não a obriga a reparar o dano sem prova do nexo de causalidade, nas circunstâncias do caso concreto
- (D) acarreta-lhe o dever de reparar o dano em consequência dos riscos a que estão expostos todos os cidadãos

**A:** incorreta, pois o Estado responde pelos atos de seus agentes; em seguida o Estado poderá denunciar a lide ou ingressar com ação de regresso em face do seu agente; **B:** incorreta, pois a responsabilidade do Estado é objetiva (art. 37, § 6º, da CF); **C:** correta, pois a responsabilidade do Estado depende de três elementos, quais sejam, conduta estatal, dano e nexo de causalidade, e, não havendo esta, a responsabilidade fica excluída; há de se anotar que, no Brasil, adotamos a Teoria do Risco Administrativo, que admite excludentes de responsabilidade estatal, diferentemente da Teoria do Risco Integral, que não admite excludentes de responsabilidade estatal; **D:** incorreta, pois a responsabilidade objetiva do Estado tem como fundamento o risco administrativo, o risco das condutas administrativas, e não todos os riscos a que o particular está submetido.

Gabário "C."

(FGV – 2007) Analise as afirmativas a seguir:

- I. Apesar de a Constituição Federal ditar que “o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença”, a regra é a irresponsabilização do Estado por atos de jurisdição.

- II. A Constituição Federal de 1988 adotou a Teoria da Responsabilidade Objetiva do Estado, teoria que se fundamenta no risco administrativo e que isenta o lesado de provar a culpa do agente estatal, bastando que este aponte o nexo causal entre o fato administrativo e o dano.
- III. A Teoria da Responsabilidade Objetiva do Estado não prevê excludentes, por isso só se aplica às condutas ilícitas do Estado.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**I:** correta; só haverá responsabilidade por ato jurisdicional se houver dolo ou fraude do juiz (art. 143, I, do Novo CPC), erro judiciário e prisão além do tempo fixado na sentença (art. 5º, LXXV, da CF); **II:** correta, nos termos do art. 37, § 6º, da CF; **III:** incorreta, pois a responsabilidade do Estado é calcada na Teoria do Risco Administrativo, que admite excludentes de responsabilidade, e não na Teoria do Risco Integral, que não admite excludentes.

Gabário "B."

(FGV – 2005) Assinale a alternativa correta a respeito das pessoas jurídicas de direito público.

- (A) São civilmente responsáveis por atos dos seus representantes que, nessa qualidade, causarem danos a terceiros, procedendo de modo contrário ao direito ou faltando a dever prescrito por lei.
- (B) São civilmente responsáveis por atos dos seus representantes que, nessa qualidade, causarem danos a terceiros, faltando a dever prescrito por lei.
- (C) Responderão exclusivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, procedendo de modo contrário ao direito, causarem a terceiros.
- (D) Assim como as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, faltando a dever prescrito por lei, causarem a terceiros.
- (E) Assim como as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

**A a D:** A responsabilidade do Estado é objetiva, bastando que seus representantes causem danos a terceiros, pouco importando se isso foi contrário ao direito ou com falta a dever prescrito em lei etc.; **E:** correta, nos termos do art. 37, § 6º, da CF.

Gabário "E."

## 10. LICITAÇÕES E CONTRATOS

### 10.1. Licitação

#### 10.1.1. Princípios, objetivos e sujeitos à licitação

(FGV – 2008) Das afirmativas a seguir, uma está errada. Assinale-a.

- (A) Pode ser dispensada a licitação para a contratação de serviços que se destinem a atender aos contingentes militares das Forças Singulares brasileiras voltadas a operações de paz no exterior.



- (B) O novo convite que tenha objeto idêntico ao do convite anterior só exige a participação de outro interessado, havendo mais de 3 (três) interessados na praça, no caso de existirem cadastrados não convidados nas últimas licitações.
- (C) Todas as hipóteses de inexigibilidade de licitação, sem exceção, devem ser devidamente justificadas e comunicadas à autoridade superior competente dentro de 3 (três) dias, para ratificação e publicação na imprensa oficial no prazo de 5 (cinco) dias.
- (D) Uma vez habilitados os participantes numa tomada de preços, poderá ocorrer a desclassificação de um ou alguns deles quando as propostas estejam dissidentes do ato convocatório da licitação, ou quando nelas constarem preços com valor global acima do limite estabelecido ou com valores manifestamente inexequíveis.
- (E) Por força do princípio da unicidade do julgamento, a Comissão de Licitação, na respectiva sessão, deve conceder aos candidatos inabilitados, logo após a abertura das propostas dos habilitados, a oportunidade de recorrer contra a inabilitação e apresentar suas razões de recurso.

**A:** correta (art. 24, XXIX, da Lei 8.666/1993); **B:** correta (art. 22, § 6º, da Lei 8.666/1993); **C:** correta (art. 26 da Lei 8.666/1993); **D:** correta (art. 48 da Lei 8.666/1993); **E:** incorreta, devendo ser assinalada, pois a previsão de recurso na Sessão é típica do pregão, e não das modalidades previstas na Lei 8.666/1993.

Gabarito "E"

(FGV – 2008) Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A alienação de bens imóveis da Administração deve ser precedida de avaliação prévia e licitação, sendo esta, contudo, dispensada, entre outros, nos casos de permuta e doação.
- (B) As alterações unilaterais qualitativas do contrato administrativo, impostas pela Administração, devem prevalecer sobre as alterações quantitativas.
- (C) Se o Estado pretende alugar imóvel para instalar órgão público, deve realizar licitação, ressalvadas apenas situações específicas, como, por exemplo, a relativa a sua localização.
- (D) Não há vedação para que o administrador público realize concorrência em lugar de tomada de preços, ainda que o valor previsto para o contrato se situe na faixa relativa a esta última modalidade.
- (E) É direito do cidadão a possibilidade de impugnar edital de licitação em razão de alguma contrariedade com a lei, mas o recurso deve ser interposto antes da data da abertura dos envelopes de habilitação.

**A:** correta (art. 17 da Lei 8.666/1993); **B:** incorreta, devendo ser assinalada, pois tais alterações são prejudiciais à própria contratação, envolvendo situações imprevistas e que impõe, para a preservação do interesse público, modificação no projeto, nos termos do art. 65, I, a, da Lei 8.666/1993; **C:** correta, pois existe a exceção mencionada (art. 24, X, da Lei 8.666/1993); **D:** correta, pois a modalidade concorrência é a mais ampla e pode ser utilizada nos casos de modalidades específicas de licitações de menor vulto; **E:** correta (art. 41, § 1º, da Lei 8.666/1993).

Gabarito "B"

(FGV – 2008) Assinale a alternativa correta.

- (A) A Lei 8.666/1993 prevê casos de dispensa de licitação. Os Estados-membros podem ampliar o rol traçado na lei, pois possuem a capacidade de autoadministração.
- (B) O princípio da oralidade é o princípio diferencial do pregão em relação às modalidades clássicas de licitação.
- (C) Na inexigibilidade de licitação, esta é materialmente possível, mas, em regra, inconveniente.
- (D) Tomada de preço é a modalidade de licitação adequada a contratações de grande vulto; apresenta maior rigor formal em seu procedimento, se comparada às outras modalidades licitatórias.
- (E) Os bens imóveis da Administração Pública cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento poderão ser alienados por licitação, sob as modalidades de convite ou leilão.

**A:** incorreta. Compete à União expedir normas gerais em matéria de licitação (art. 22, XXVII, da CF); **B:** correta.  *Vide, por ex., o art. 4º, VIII e XVIII, da Lei 10.520/2002;* **C:** incorreta. Ao contrário, a licitação é inviável (materialmente impossível), nesse caso (art. 25, *caput*, da Lei 8.666/1993); **D:** incorreta. Essa é definição da modalidade "concorrência"; **E:** incorreta. Devem ser utilizadas as modalidades concorrência ou leilão (art. 19 da Lei 8.666/1993).

Gabarito "B"

(FGV – 2008) De acordo com a Lei 8.666/1993, as compras, sempre que possível, deverão observar as disposições enunciadas nas alternativas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho
- (B) Ser processadas por sistema de registro de tomada de preços
- (C) Submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado
- (D) Ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando à economicidade
- (E) Balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública

**A:** correta (art. 15, I, da Lei 8.666/1993); **B:** incorreta, devendo ser assinalada, pois o nome do sistema é *registro de preços*, e não *tomada de preços*, que é uma modalidade de licitação (art. 15, II, da Lei 8.666/1993); **C:** correta (art. 15, III, da Lei 8.666/1993); **D:** correta (art. 15, IV, da Lei 8.666/1993); **E:** correta (art. 15, V, da Lei 8.666/1993).

Gabarito "B"

### 10.1.2. Contratação direta

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) Quanto às licitações, assinale a opção correta.

- (A) De acordo com o princípio da adjudicação compulsória, o licitante contratado deve obedecer não apenas aos termos do contrato, mas também às determinações da administração.
- (B) Nos termos da Constituição Federal, as empresas estatais (sociedades de economia mista e empresas públicas), quando prestadoras de serviço público,

podem elaborar ato normativo sobre licitação, observados os princípios da administração pública.

- (C) A contratação de empresa de publicidade pode ser feita sem licitação, diante da natureza singular do serviço.
- (D) É dispensável a licitação na hipótese de celebração de contrato de programa entre entes da Federação ou com entidades da administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação.

**A:** incorreta. O princípio confere ao adjudicatário (ganhador do certame) o direito de não ser preterido na contratação; **B:** incorreta. A CF, em seu art. 173, § 1º, III, prescreve que a lei estabelecerá o estatuto das empresas estatais *exploradoras de atividade econômica*, inclusive quanto a licitações e contratos; **C:** incorreta. O art. 25, II, da Lei 8.666/1993 veda expressamente a contratação direta nesse caso; **D:** correta (art. 24, XXVI, da Lei 8.666/1993).

Gabário "D"

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) No que se refere às licitações, assinale a opção correta.

- (A) Na modalidade pregão, os autores das cinco melhores propostas têm a possibilidade imediata de fazerem novos lances verbais e sucessivos, de forma a possibilitar a obtenção da proposta mais vantajosa.
- (B) Adjudicação é o ato pelo qual a administração, por intermédio da autoridade competente, atribui ao vencedor do certame a atividade (obra, serviço ou compra) que constitui o objeto da futura contratação.
- (C) A inexigibilidade de licitação ocorre nas hipóteses expressamente previstas em lei.
- (D) Ocorre dispensa de licitação na hipótese de contratação de serviços telefônicos prestados pelas concessionárias de serviço público.

**A:** incorreta (art. 4º, VIII e IX, da Lei 10.520/2002); **B:** correta, pois traz a exata definição de adjudicação; **C:** incorreta. A inexigibilidade ocorre quando a licitação for inviável, não sendo taxativo o rol previsto no art. 25 da Lei 8.666/1993; **D:** incorreta. O art. 24 da Lei 8.666/1993 não estabelece essa hipótese de dispensa.

Gabário "B"

Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos, estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Estão subordinados ao regime dessa Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Na hipótese de um órgão da administração pública resolver contratar um artista popular de grande sucesso para as festas de final de ano, essa contratação deve ser precedida de

- (A) licitação, em qualquer uma de suas modalidades.

(B) ato de inexigibilidade de licitação, por inviabilidade de competição.

(C) ato de dispensa de licitação, por inviabilidade de competição.

(D) pregão eletrônico.

A contratação de artista consagrado pela opinião pública (como na hipótese apresentada pelo enunciado) constitui hipótese de inexigibilidade de licitação (art. 25, III, da Lei 8.666/1993).

Gabário "B"

(FGV – 2008) No que tange à licitação, assinale a alternativa correta.

(A) O Município do Rio de Janeiro é competente para legislar sobre normas específicas de licitação, podendo, de acordo com a sua discricionariedade, dispensar o procedimento licitatório, em casos específicos, desde que eles estejam expressamente previstos, taxativamente, na norma municipal.

(B) Na inexigibilidade de licitação, sequer é viável a realização do certame. Na dispensa da licitação, ela poderia ser realizada, mas a critério do administrador, pois não é exigida.

(C) Os limites e valor de cada modalidade de licitação, previstos no Estatuto dos Contratos e Licitações, podem ser adequados aos interesses do Município, que, com base em sua competência constitucional, pode normatizar em sentido diverso do estabelecido na lei nacional.

(D) A licitação é dispensada quando há a realização de contrato de programa entre consórcio público e entidade de administração direta ou indireta, visando à prestação de serviço público de forma associada, na forma prevista no instrumento do consórcio público ou em convênio de cooperação.

(E) Na modalidade *concurso*, os princípios da impessoalidade e do julgamento objetivo ficam mitigados, pois prevalece a análise subjetiva dos trabalhos intelectuais apresentados. Por tal motivo, essa modalidade de licitação foi declarada inconstitucional pela Corte Maior.

**A:** incorreta, pois compete à União legislar sobre normas gerais de licitação (art. 22, XXVII, da CF), como é o caso das normas que tratam de dispensa de licitação; **B:** correta, pois essa é a diferença entre a dispensa (art. 24 da Lei 8.666/1993), que tem rol taxativo, e a inexigibilidade (art. 25 da Lei 8.666/1993), que tem rol exemplificativo; **C:** incorreta, pois esse assunto é típico de norma geral, de competência da União; **D:** incorreta, pois, apesar do texto da alternativa ser praticamente idêntico ao da hipótese prevista na lei (art. 24, XXVI, da Lei 8.666/1993), não existe entidade da administração direta e indireta, mas sim entidades da administração indireta somente; dentro da administração direta existem órgãos, e não entidades; **E:** incorreta, pois o STF não entendeu inconstitucional a modalidade prevista no art. 22, § 4º, da Lei 8.666/1993.

Gabário "B"

(FGV – 2008) Considerando as afirmativas abaixo, assinale a opção correta:

- I. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial para contratação de profissional de qualquer setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

- II. A determinação das modalidades de licitação para obras e serviços de engenharia deve respeitar os seguintes parâmetros gerais: convite – até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais); tomada de preços – até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais); concorrência: acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).
- III. É dispensável a licitação nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem, entre outros casos.
- (A) Nenhuma alternativa está correta  
(B) Todas as alternativas estão corretas  
(C) Estão corretas apenas as alternativas I e II  
(D) Estão corretas apenas as alternativas II e III  
(E) Estão corretas apenas as alternativas I e III

I: correta (art. 25, *caput*, inciso III, da Lei 8.666/1993); II: correta (art. 23, I, da Lei 8.666/1993); III: correta (art. 24, III, da Lei 8.666/1993).

„B. 01jueqabG

(FGV – 2007) A contratação direta de uma compra pela Administração é possível quando em presença de:

- (A) situação incomum que configure prioridade da gestão  
(B) oferta comprovadamente vantajosa para os cofres públicos  
(C) hipótese definida por ato normativo da autoridade administrativa competente  
(D) hipótese expressamente prevista em lei como de dispensa ou de inexigibilidade de licitação

O art. 37, XXI, da CF exige lei para a contratação direta.

„D. 01jueqabG

(FGV – 2007) Analise as afirmativas a seguir:

- I. Licitação é procedimento administrativo seletivo regido pelos princípios básicos da Administração Pública e pelos princípios da vinculação ao instrumento licitatório e do julgamento objetivo-subjetivo.
- II. O princípio da obrigatoriedade da licitação deve ser observado pela Administração Pública direta e indireta, incluindo as fundações públicas e as sociedades de economia mista, de todos os entes federativos.
- III. Há dispensa do procedimento licitatório quando, apesar da possibilidade de sua realização, for inconveniente para a Administração Pública realizá-lo. Há inexigibilidade de licitação quando houver inviabilidade de competição.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.  
(B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.  
(C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.  
(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.  
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

I: incorreta (art. 3º, *caput*, da Lei 8.666/1993); II: correta (art. 1º, parágrafo único, da Lei 8.666/1993); III: correta (arts. 24 e 25 da Lei 8.666/1993).

„D. 01jueqabG

(FGV – 2006) Assinale a alternativa em que se verifica uma exceção ao dever de licitar:

- (A) pregão.  
(B) adjudicação do contrato.

(C) dispensa de licitação.

(D) certame.

(E) preço global.

A: incorreta, pois o pregão é, inclusive, uma modalidade de licitação (Lei 10.520/02); B: incorreta, pois a adjudicação do contrato (o nome correto é adjudicação do objeto licitado) é fase da própria licitação (art. 43, VI, da Lei 8.666/93); C: correta, pois nesse caso não há o dever de licitar (art. 24 da Lei 8.666/93); D: incorreta, pois “certame” é sinônimo de “licitação”; E: incorreta, pois o “preço global” é aquele em que se contrata uma obra ou serviço por preço certo e total (art. 6º, VIII, “a”, da Lei 8.666/93), não autorizando contratação sem licitação.

„C. 01jueqabG

### 10.1.3. Modalidades de licitação

Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos, estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Estão subordinados ao regime dessa Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Assinale a opção que não corresponde a modalidade de licitação definida pela Lei n.º 8.666/93.

- (A) Concorrência  
(B) Leilão  
(C) Pesquisa de preço  
(D) Convite

A Lei 8.666/1993 prevê as seguintes modalidades de licitação: concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão (art. 22 da Lei 8.666/93).

„C. 01jueqabG

(FGV – 2009) Com o objetivo de executar uma obra, no valor estimado de R\$ 2.500.000,00, um gestor público da Administração Direta deve licitar mediante:

- (A) carta convite.  
(B) tomada de preços.  
(C) apuração.  
(D) pregão.  
(E) concorrência.

Qualquer obra com valor acima de R\$ 1.500.000,00 deve ser licitada pela modalidade concorrência (arts. 22, I, e 23, I, c, da Lei 8.666/1993).

„E. 01jueqabG

(FGV – 2009) Com relação ao pregão, fundamentado na Lei nº 10.520/2002, assinale a alternativa correta.

- (A) É modalidade de licitação pública cujas principais características procedimentais são a existência de fase recursal única e a realização de habilitação ao final.  
(B) Somente pode ser usado nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de

entrega até 30 (trinta) dias da data prevista para apresentação da proposta.

- (C) Não permite que a Administração Pública desclassifique propostas sob o argumento da inexequibilidade.  
(D) Admite que o edital exija garantia de proposta.  
(E) Revogou o sistema de registro de preços.

**A:** correta, pois o pregão, modalidade de licitação destinada à aquisição de bens e serviços comuns, seja de que valor forem, tem por características marcantes a concentração dos atos na sessão de pregão, a possibilidade de se fazer lances verbais após a classificação provisória, a fase recursal única (com possibilidade de recurso apenas na sessão de pregão), a inversão de fases (com realização de habilitação ao final, após a fase de julgamento das propostas comerciais), entre outras características, de modo que a afirmativa está correta (faz-se necessário ler o texto da Lei 10.520/2002, pois o pregão vem aparecendo bastante em exames, pois é a modalidade mais usada hoje na Administração); **B:** incorreta, pois pode-se usar o pregão para qualquer aquisição de bens ou serviços comuns, pouco importando o prazo de entrega (art. 1º da Lei 10.520/2002); **C:** incorreta, pois a proposta comercial deve passar por uma fase de aceitabilidade (art. 4º, XI, da Lei 10.520/2002), o que envolve também análise sobre sua exequibilidade, valendo salientar que a Lei 8.666/1993, que trata do assunto, aplica-se subsidiariamente à modalidade pregão, nos termos do art. 9º da Lei 10.520/2002; **D:** incorreta, pois a Lei de Pregão não admite que se exija, para mera participação do interessado na licitação, garantia da proposta (art. 5º, I, da Lei 10.520/2002); no entanto, no momento em que há um licitante vencedor e está para ser celebrado o contrato, dependendo do tipo de contrato, pode-se exigir garantia do contrato; **E:** incorreta, pois a Lei 10.520/2002 pode, inclusive, ser utilizada para formar um sistema de registro de preços (art. 11 da Lei 10.520/2002).

Gabário "A."

**(FGV – 2009)** Se um órgão do Estado deseja celebrar contrato, mediante licitação, objetivando a execução de um serviço de engenharia, poderá adotar a modalidade tomada de preços até o valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), de acordo com o art. 23, I, "b", da Lei Federal 8.666/1993. Um consórcio público com três entes poderá adotar a mesma modalidade de licitação para contratar serviço de engenharia até o limite de:

- (A) R\$ 750.000,00.  
(B) R\$ 1.000.000,00.  
(C) R\$ 1.500.000,00.  
(D) R\$ 3.000.000,00.  
(E) R\$ 4.500.000,00.

Art. 23, § 8º, da Lei 8.666/1993.

Gabário "D."

**(FGV – 2009)** Após a devida publicação do aviso de uma Concorrência Pública, do tipo melhor técnica, contendo o resumo do edital, o certame licitatório poderá ser realizado pela Administração Pública, de acordo com a Lei Federal 8.666/1993, em:

- (A) 10 (dez) dias.  
(B) 10 (dez) dias úteis.  
(C) 15 (quinze) dias úteis.  
(D) 30 (trinta) dias.  
(E) 60 (sessenta) dias.

O prazo, na espécie, é de, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) dias, de modo que apenas a alternativa "e" está correta (art. 21, § 2º, I, "b", da Lei 8.666/1993).

Gabário "E."

**(FGV – 2008)** Após a devida publicação de um aviso de licitação na modalidade concurso, contendo o resumo do edital, a Administração Pública poderá, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/1993, realizar o certame em:

- (A) 5 (cinco) dias úteis.  
(B) 15 (quinze) dias.  
(C) 15 (quinze) dias úteis.  
(D) 30 (trinta) dias.  
(E) 50 (cinquenta) dias úteis.

O prazo, na espécie, é de, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) dias, de modo que apenas a alternativa "e" está correta (art. 21, § 2º, I, a, da Lei 8.666/1993).

Gabário "C."

**(FGV – 2008)** Relativamente às modalidades de licitação previstas na Lei 8.666/93, assinale a alternativa incorreta.

- (A) São modalidades de licitação previstas no art. 22, da Lei de Licitações (Lei 8.666/1993) a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso e o leilão.  
(B) Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.  
(C) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.  
(D) Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.  
(E) É permitida a criação de outras modalidades de licitação ou a combinação das modalidades referidas no art. 22 da Lei de Licitações (Lei 8.666/1993).

Art. 22, incisos I, II, III, IV e V, e §§ 1º, 2º, 5º e 8º, da Lei 8.666/1993.

Gabário "C."

**(FGV – 2006)** Assinale a modalidade de licitação cabível para se adjudicar uma concessão de direito de uso de bens públicos.

- (A) Convite.  
(B) Tomada de preços.  
(C) Concurso.  
(D) Leilão.  
(E) Concorrência.

Art. 23, § 3º, da Lei 8.666/1993. O enunciado deveria dizer "direito real de uso".

Gabário "E."

#### 10.1.4. Fases da licitação

**(FGV – 2005)** De acordo com a Lei 8.666/1993 (Licitação e Contratos), o registro ou inscrição do interessado em participar de processo licitatório, na entidade profissional competente, está relacionado a:

- (A) habilitação jurídica.

- (B) qualificação técnica.
- (C) qualificação econômica.
- (D) qualificação financeira.
- (E) regularidade fiscal.

Art. 30, I, da Lei 8.666/1993.

„B„ 0111110

### 10.1.5. Sanções administrativas

(FGV – 2008) Havendo atraso ou inexecução total, ou parcial, do contrato administrativo, a Administração pode impor suspensão temporária de participar em licitação com ela por prazo não superior a:

- (A) 30 meses.
- (B) 12 meses.
- (C) 18 meses.
- (D) 24 meses.
- (E) 6 meses.

Art. 87, III, da Lei 8.666/1993.

„D„ 0111110

(FGV – 2008) A declaração de idoneidade para licitar pode perdurar até ser promovida a respectiva reabilitação, após decorrido o prazo da sanção aplicada, sendo requerível após:

- (A) 1 (um) ano.
- (B) 2 (dois) anos.
- (C) 4 (quatro) anos.
- (D) 5 (cinco) anos.
- (E) 3 (três) anos.

Art. 87, IV e § 3º, da Lei 8.666/1993.

„B„ 0111110

## 10.2. Contrato administrativo

### 10.2.1. Cláusulas Exorbitantes e Temas Gerais

(FGV – 2006) A respeito dos contratos, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os contratos, comuns ou administrativos, devem ser interpretados de acordo com suas cláusulas.
- II. Os contratos públicos, entre os quais se destacam os celebrados com a Administração Pública, dadas as prerrogativas desta, que impõe as condições e cláusulas, unilateralmente, caracterizam-se como verdadeiros contratos de adesão.
- III. Os contratos com a Administração Pública devem ter em vista o interesse público, sem menosprezo, entretanto, dos direitos da contratada, sob pena de ferir os princípios constitucionais a que a Administração está vinculada, especialmente os da legalidade, moralidade, eficiência, impessoalidade e da isonomia.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

I: correta (art. 54, *caput*, da Lei 8.666/1993); II: correta, pois a Administração fixa unilateralmente as cláusulas dos contratos administrativos; III: correta, pois, apesar da supremacia do interesse público sobre o privado, os direitos do contratado devem ser respeitados, principalmente no que tange à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

„C„ 0111110

(FGV – 2005) A respeito dos contratos administrativos, é correto afirmar que:

- (A) são em tudo equiparados aos contratos de direito privado.
- (B) não são utilizados no direito positivo brasileiro vigente.
- (C) são contratos de direito público, submetidos a regime jurídico de direito público, exorbitante e derogatório do direito comum.
- (D) são usados apenas nos contratos de aquisição de bens imóveis.
- (E) são usados apenas nas locações entre os órgãos autônomos e os particulares.

A: incorreta, pois os contratos administrativos têm cláusulas exorbitantes (art. 58 da Lei 8.666/1993); B: incorreta, pois tais contratos são, inclusive, regulamentados na Lei 8.666/1993; C: correta, pois são contratos com regime jurídico de direito público, o que pode se exemplificar pelas cláusulas exorbitantes (art. 58 da Lei 8.666/1993); D: incorreta, pois tais contratos se destinam a obras, serviços, móveis, imóveis, locações, entre outros (art. 1º da Lei 8.666/1993); E: incorreta, pois nas locações em que o Poder Público é locatário, os contratos são regidos pelo Direito Privado, e não pela Lei 8.666/1993.

„C„ 0111110

### 10.2.2. Formalização e Cláusulas Necessárias

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) Acerca de contratos administrativos, assinale a opção que apresenta somente cláusulas necessárias ao contrato administrativo, na forma da Lei n.º 8.666/1993 — Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

- (A) Objeto, preço, condições de pagamento e confidencialidade
- (B) Preço, condições de pagamento, confidencialidade e penalidades
- (C) Objeto, preço, condições de pagamento e penalidades
- (D) Preço, penalidades, condições de pagamento, confidencialidade e objeto

Art. 55, I, III e VII, da Lei 8.666/1993.

„C„ 0111110

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Acerca das cláusulas necessárias do contrato administrativo, julgue os itens que se seguem.

- I. O contrato deve ter objeto definido.
  - II. O preço e as condições de pagamento podem ser omitidos no contrato.
  - III. Os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas são cláusulas necessárias do contrato.
  - IV. O contrato não precisa prever casos de rescisão.
- Estão certos apenas os itens

- (A) I e III.  
(B) I e IV.  
(C) II e III.  
(D) II e IV.

Art. 55, I, III, VII e VIII (respectivamente), da Lei 8.666/1993.

„A.“ Gabarito

(FGV – 2006) Os depósitos para garantia, quando exigida, das obrigações decorrentes de participação em licitação e de execução de contrato celebrado com órgãos da Administração Federal Centralizada e autarquias serão:

- (A) preferencialmente efetuados no Banco do Brasil.  
(B) obrigatoriamente efetuados no Banco do Brasil.  
(C) preferencialmente efetuados na Caixa Econômica Federal.  
(D) obrigatoriamente efetuados na Caixa Econômica Federal.  
(E) obrigatoriamente efetuados em agências do Distrito Federal.

De acordo com o art. 82 do Decreto 93.872/1996, “os depósitos para garantia, quando exigida, das obrigações decorrentes de participação em licitação e de execução de contrato celebrado com órgãos da Administração Federal centralizada e autarquias, serão obrigatoriamente efetuados na Caixa Econômica Federal, à ordem da autoridade administrativa competente”.

„D.“ Gabarito

### 10.2.3. Alterações Contratuais

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) A Lei 8.666/1993 assevera que o contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos e supressões que se fizerem necessários nas obras, serviços ou compras, bem como na reforma de edifício ou de equipamento. Acerca desse assunto, assinale a opção que apresenta, respectivamente, o percentual de acréscimo ou supressão que o contratado é obrigado a aceitar nos contratos de obras, serviços e compras, e o percentual para reforma de edifício ou de equipamentos.

- (A) 25% e 50%  
(B) 25% e 75%  
(C) 50% e 25%  
(D) 50% e 75%

Art. 65, § 1º, da Lei 8.666/1993.

„A.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Na execução dos contratos administrativos, a teoria da imprevisão ocupa-se de eventos extraordinários, imprevistos e imprevisíveis, onerosos, retardadores ou impeditivos à conclusão do objeto pactuado. Quando isso ocorre, a parte atingida fica liberada dos encargos originários e o contrato há de ser revisto ou rescindido. No caso dos contratos administrativos, quando há determinação estatal, positiva ou negativa, geral, imprevista e imprevisível, que onera substancialmente a execução do contrato administrativo, é correto afirmar que houve

- (A) força maior.  
(B) caso fortuito.

- (C) fato da administração.  
(D) fato do príncipe.

O fato do príncipe é um fato *geral* que onera o contrato, ao contrário do fato da administração, que é um fato que se dirige *especificamente* ao contrato, onerando-o.

„D.“ Gabarito

(FGV – 2008) Quando o Poder Público não providencia as desapropriações necessárias para a execução de serviço público contratado com o particular, dando ensejo a este do desprovimento do contrato, resta configurado:

- (A) fato da administração.  
(B) fato do príncipe.  
(C) caso fortuito.  
(D) força maior.  
(E) lesão grave.

Trata-se de fato que se dirige especificamente sobre o contrato administrativo, retardando ou impedindo sua execução, configurando fato da administração. Já o *fato do príncipe* se dá com os fatos gerais do Poder Público que acabam afetando contratos administrativos.

„A.“ Gabarito

(FGV – 2008) Os contratos regidos pela Lei de Licitações poderão ser alterados, com as devidas justificativas, ficando o contratado obrigado a aceitar os acréscimos que se fizerem na reforma de edifício até o limite de:

- (A) 10%.  
(B) 40%.  
(C) 30%.  
(D) 20%.  
(E) 50%.

No caso de reforma, o limite de acréscimo é, realmente, de 50% (art. 65, § 1º, da Lei 8.666/1993).

„E.“ Gabarito

(FGV – 2008) Em relação aos contratos administrativos é correto afirmar que:

- (A) podem sofrer alteração unilateral de natureza quantitativa ou qualitativa.  
(B) não podem ser celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista.  
(C) só podem ser rescindidos se houver inadimplemento de obrigações por parte do contratado.  
(D) são formalizados por instrumento escrito, salvo quando se tratar de compra de bens móveis.  
(E) nulos não conferem ao particular o direito à indenização pelo que já tiver executado anteriormente à declaração de nulidade.

**A:** correta (art. 65, I, “a” e “b”, da Lei 8.666/93); **B:** incorreta, pois tais entidades estão sujeitas ao regime da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (art. 1º, parágrafo único, da Lei 8.666/93); **C:** incorreta, pois há outros muitos motivos para a rescisão (art. 78 da Lei 8.666/93); **D:** incorreta, pois a exceção ao instrumento escrito se dá apenas para compra de pronto pagamento e de pequeno valor (5% do limite para o convite), nos termos do art. 60, parágrafo único, da Lei 8.666/93, não bastando, assim, que se trate de aquisição de bens móveis; **E:** incorreta, pois de acordo com o art. 59, parágrafo único, da Lei 8.666/93, “A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por

outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa".

Gabarrão "A."

#### 10.2.4. Extinção do contrato

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Rescisão é o desfazimento do contrato durante sua execução por inadimplência de uma das partes, pela superveniência de eventos que impeçam ou tornem inconveniente o prosseguimento do ajuste ou pela ocorrência de fatos que acarretem seu rompimento de pleno direito. A Lei n.º 8.666/1993 define as formas de rescisão dos contratos. Assinale a opção que não representa forma de rescisão de contrato administrativo.

- (A) Ato unilateral da administração.
- (B) Término do prazo do contrato.
- (C) Amigável, por acordo entre as partes.
- (D) Decisão judicial.

O término do prazo é causa de extinção, e não de rescisão do contrato administrativo. *Ver* os casos de rescisão no art. 79 da Lei 8.666/1993.

Gabarrão "B."

### 11. SERVIÇO PÚBLICO, CONCESSÃO E PPP

#### 11.1. Serviço público

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Acerca dos contratos administrativos e dos serviços públicos, assinale a opção correta.

- (A) Os contratos administrativos não se diferenciam dos chamados contratos privados que são firmados pela administração.
- (B) Os contratos administrativos de concessão de serviços públicos podem ser objeto de solução de controvérsias por meio do instituto da arbitragem.
- (C) A concessão administrativa, no âmbito das parcerias público-privadas, não exige a formação de sociedade de propósito específico, antes da celebração do contrato.
- (D) Conforme entendimento prevalecente no âmbito do STJ, os serviços de energia elétrica são considerados essenciais e, portanto, insuscetíveis de suspensão do seu fornecimento por motivo de inadimplência no pagamento da respectiva conta.

**A:** incorreta. Os contratos administrativos se diferenciam dos contratos privados pela existência de cláusulas exorbitantes (art. 58 da Lei 8.666/1993); **B:** correta. De fato, o art. 23-A da Lei 8.987/1995 traz essa possibilidade; **C:** incorreta (art. 11 da Lei 9.079/2004); **D:** incorreta. O STJ admite, sim, o corte no fornecimento pelo não pagamento da tarifa, salvo quanto a serviços essenciais (creches, por ex.) e a débitos antigos.

Gabarrão "B."

(FGV – 2008) Os serviços municipais de calçamento se traduzem como:

- (A) individuais.
- (B) gerais.
- (C) administrativos.
- (D) industriais.
- (E) próprios.

São serviços gerais, pois não é possível individualizá-los, separando o que beneficia cada pessoa, como é o caso do serviço de coleta domiciliar de lixo.

Gabarrão "B."

(FGV – 2005) Assinale a alternativa verdadeira.

- (A) Serviços indelegáveis são aqueles que podem ser prestados pelo Estado e, eventualmente, por particulares colaboradores.
- (B) Serviços coletivos (*uti universi*) são aqueles prestados a destinatários individualizados, sendo mensurável a utilização por cada um dos indivíduos.
- (C) A prévia aprovação em concurso público é, como regra, condição de ingresso no serviço público.
- (D) A Administração pode, excepcionalmente, convocar candidato para o provimento de cargo sem a estrita observância da precedência na ordem de classificação.
- (E) A exoneração é a dispensa do servidor e possui caráter punitivo.

**A:** falsa, pois, se são indelegáveis, é porque só o Estado pode prestar; **B:** falsa, pois a definição dada é de serviços individuais ou *uti singuli*; **C:** verdadeira (art. 37, II, da CF); **D:** falsa (art. 37, III, da CF); **E:** falsa, pois a exoneração é a dispensa sem caráter punitivo, ao passo que a demissão é a dispensa com caráter punitivo.

Gabarrão "C."

#### 11.2. Concessão de serviço público

(FGV – 2008) A respeito da natureza jurídica dos institutos, é correto afirmar que a concessão de serviço público, a concessão de serviço precedido da execução de obra pública e a permissão de serviço público são:

- (A) contrato administrativo, procedimento administrativo complexo e ato administrativo, respectivamente.
- (B) procedimento administrativo, contrato administrativo e ato administrativo, respectivamente.
- (C) todas contratos administrativos.
- (D) todos atos administrativos discricionários.
- (E) todas atos administrativos vinculados.

Tais institutos têm natureza de contrato administrativo, o que faz com que devam ser respeitados, cabendo indenização ao contratado, caso o contrato seja extinto antes do seu fim. De qualquer forma, para boa parte da doutrina, a permissão de serviço público, quando é dada sem prazo, é precária e, portanto, não tem natureza contratual.

Gabarrão "C."

(FGV – 2008) Em relação a concessões é correto afirmar que:

- (A) no caso de inexecução total ou parcial do contrato de concessão de serviço público pelo concedente, poderá o concessionário obter judicialmente a decretação da caducidade da concessão.
- (B) as parcerias público-privadas configuram-se como contratos de concessão e, além da impossibilidade de serem celebradas por período inferior a 5 (cinco) anos, é também ilegítimo que a execução de obra pública seja seu objeto único.
- (C) as diferenças básicas entre a concessão de serviços públicos e a permissão de serviços públicos situam-se na natureza jurídica do ajuste e na prerrogativa de rescisão unilateral do contrato.
- (D) a parceria público-privada sob a modalidade de concessão administrativa enseja o pagamento de tarifas por terceiros, ainda que a usuária direta ou indireta da execução da obra seja a Administração Pública.

- (E) o serviço de abastecimento de água tratada à população, quando executado sob regime de concessão, é, em regra, insuscetível de suspensão no caso de falta de pagamento da tarifa pelo usuário, tendo em vista sua natureza de serviço essencial.

**A:** incorreta, pois a caducidade se dá quando há inexecução do contrato por parte do concessionário (art. 38 da Lei 8.987/1995); o caso em tela tem o nome de rescisão judicial, pois somente o concessionário precisa ir a Juízo para buscar a rescisão de uma concessão (art. 39 da Lei 8.987/1995); **B:** correta (art. 2º, §§ 1º e 2º, c/c art. 2º, § 4º, II, c/c art. 2º, § 4º, III, todos da Lei 11.079/2004); **C:** incorreta, pois a FGV costuma entender que tanto a concessão, como a permissão de serviço público têm natureza contratual, de modo que a permissão não é precária, mesmo em face do disposto no art. 2º, IV, da Lei 8.987/1995; **D:** incorreta, pois na concessão administrativa não há pagamento de tarifas por usuários (art. 2º, § 2º, da Lei 11.079/2004), diferentemente da concessão patrocinada, em que há, necessariamente, tarifa paga pelo usuário, mais patrocínio público (art. 2º, § 1º, da Lei 11.079/2004); **E:** incorreta (art. 6º, § 3º, II, da Lei 8.987/1995).

„Gabarito „B.“

(FGV – 2008) A rescisão unilateral de concessão de serviço público por razão de inadimplemento contratual é denominada:

- (A) reversão.  
(B) avocação.  
(C) empacação.  
(D) intervenção.  
(E) caducidade.

Art. 38 da Lei 8.987/1995.

„Gabarito „E.“

(FGV – 2005) Analise as proposições a seguir:

- I. Tanto a concessão quanto a permissão almejam a prestação de um serviço público.  
II. A Lei 8.987/95 atribuiu à permissão de serviço público a natureza de contrato de adesão.  
III. Uma diferença entre concessão e permissão é que a primeira depende de licitação prévia enquanto a segunda dispensa esse procedimento.  
IV. A anulação do contrato de permissão só pode ser decretada pela via judicial.

Assinale:

- (A) se somente as proposições I e II forem verdadeiras.  
(B) se somente as proposições I e III forem verdadeiras.  
(C) se somente as proposições II e III forem verdadeiras.  
(D) se somente as proposições III e IV forem verdadeiras.  
(E) se somente as proposições I, II e III forem verdadeiras.

**I:** correta (art. 2º, II e IV, da Lei 8.987/1995); **II:** correta, mas é importante dizer que o tema é ainda polêmico, vez que, na definição de permissão, diz-se que ela é precária (art. 2º, IV, da Lei 8.987/1995), o que não combina com a ideia de contrato, mas o nome do instrumento que confere à permissão é contrato de adesão (art. 40 da Lei 8.987/1995); **III:** incorreta, pois as duas dependem de licitação, sendo que a concessão depende de concorrência e a permissão de qualquer modalidade (art. 2º, II e IV, da Lei 8.987/1995); outras diferenças são que a concessão é contratual e a permissão é precária; e a concessão só pode ser conferida a pessoa jurídica, ao passo que a permissão pode ser conferida a pessoa jurídica ou a pessoa física; **IV:** incorreta, pois, pelo princípio da autotutela, a Administração pode anular suas concessões, independentemente de apreciação judicial.

„Gabarito „A.“

### 11.3. Parceria público-privada (PPP)

(FGV – 2009) A respeito da *parceria público-privada*, analise as afirmativas a seguir.

- I. O contrato de parceria público-privada, na modalidade patrocinada ou administrativa, pode ser celebrado por qualquer valor, desde que não seja superior a 35 (trinta e cinco) anos.  
II. A contraprestação da Administração Pública nos instrumentos de parceria público-privada poderá, entre outros meios, ser feita mediante a cessão de créditos não tributários e pela outorga de direitos sobre bens públicos dominicais.  
III. Na Lei federal de parceria público-privada (Lei nº 11.079/2004) houve a previsão de um fundo garantidor das parcerias público-privadas, o qual tem natureza privada.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.  
(B) se somente a afirmativa II estiver correta.  
(C) se somente a afirmativa III estiver correta.  
(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.  
(E) se todas as alternativas estiverem corretas.

**I:** incorreta, pois não há limite máximo para a celebração de parceria público-privada; há apenas limite mínimo, que é de R\$ 10 milhões (art. 2º, § 4º, da Lei 11.079/2004); **II:** correta (art. 6º, II e IV, da Lei 11.079/2004); **III:** correta (art. 16, § 1º, da Lei 11.079/2004).

„Gabarito „D.“

(FGV – 2009) No que tange à licitação de parcerias público-privadas, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Obrigatoriedade de submissão da minuta de edital e de contrato à consulta pública, independentemente do valor estimado da parceria.  
(B) O julgamento das propostas deverá adotar um dos critérios previstos na Lei Geral de Concessões de Serviços Públicos.  
(C) O edital poderá prever a apresentação de propostas escritas, seguidas de lances em viva voz, viabilizando maior competição entre aqueles que já estejam participando da disputa.  
(D) O edital poderá prever a possibilidade de saneamento de falhas, de complementação de insuficiências ou correções de caráter formal no curso do procedimento.  
(E) Adoção da modalidade de concorrência, com possibilidade, se prevista no edital, de inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento.

**A:** correta (art. 10, VI, da Lei 11.079/2004); **B:** incorreta (devendo ser assinalada), pois, além dos critérios da Lei Geral de Concessões, podem ser utilizados os critérios previstos nas alíneas “a” e “b” do inciso II do art. 12 da Lei 11.079/2004; **C:** correta (art. 12, III, b, da Lei 11.079/2004); **D:** correta (art. 12, IV, da Lei 11.079/2004); **E:** correta (art. 10, *caput*, c/c art. 13, ambos da Lei 11.079/2004).

„Gabarito „B.“

(FGV – 2008) A respeito dos contratos de parceria público-privada, considere as seguintes afirmativas:

- I. No que tange à contraprestação devida pelo parceiro público ao parceiro privado, os novos valores, decorrentes da aplicação de cláusula contratual de



atualização monetária baseada em índices e fórmulas matemáticas, dependerão de prévia homologação pela Administração Pública, como condição de eficácia dos novos valores.

- II. Na vistoria dos bens reversíveis, o parceiro público não poderá alegar a existência de irregularidades como razão para reter pagamentos devidos ao parceiro privado.
- III. Concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

I: incorreta (art. 5º, § 1º, da Lei 11.079/2004); II: incorreta (art. 5º, X, da Lei 11.079/2004); III: incorreta, pois confundiu-se a concessão administrativa (art. 2º, § 2º, da Lei 11.079/2004), com a concessão patrocinada (art. 2º, § 1º, da Lei 11.079/2004).

(FGV – 2008) Assinale a alternativa que não reproduz diretrizes norteadoras da parceria público-privada, prevista na lei 11.079/2004.

- (A) Eficiência no cumprimento das missões de Estado e no emprego dos recursos da sociedade.
- (B) Respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos entes privados incumbidos da sua execução.
- (C) Delegabilidade das funções de regulação jurisdicional e do exercício do poder de polícia.
- (D) Responsabilidade fiscal na celebração e execução das parcerias e transparência dos procedimentos e das decisões.
- (E) Repartição objetiva de riscos entre as partes, sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos de parceria.

A: correta (art. 4º, I, da Lei 11.079/2004); B: correta (art. 4º, II, da Lei 11.079/2004); C: incorreta, pois no caso há indelegabilidade dessas atividades, que são exclusivas do Estado (art. 4º, III, da Lei 11.079/2004); D: correta (art. 4º, IV e V, da Lei 11.079/2004); E: correta (art. 4º, VI e VII, da Lei 11.079/2004).

## 12. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO

(FGV – 2009) Com relação ao tema *Controle da Administração Pública*, a representação e as apurações de irregularidades pelas Comissões Parlamentares de Inquérito estão relacionadas, respectivamente, aos controles:

- (A) hierárquico e judicial.
- (B) judicial e legislativo.
- (C) administrativo e judicial.
- (D) legislativo e administrativo.
- (E) administrativo e legislativo.

A representação (denúncia de irregularidade junto à Administração) dá início a controle administrativo interno da Administração, ao passo que a CPI importa em controle legislativo externo da Administração.

(FGV – 2009) É competência privativa do Senado Federal aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição pública a escolha:

- (A) de Ministro de Estado.
- (B) do Presidente do Banco Central.
- (C) do Advogado-Geral da União.
- (D) de Presidente do Tribunal Regional Federal.
- (E) do Procurador-Geral da Fazenda Nacional.

Compete privativamente ao Senado aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de presidente e diretores do Banco Central.

(FGV – 2008) Inaccolhida a pretensão autoral, em uma ação civil pública, o autor será condenado nas custas judiciais, salvo comprovada:

- (A) não sucumbência.
- (B) boa-fé.
- (C) má-fé.
- (D) idoneidade.
- (E) transparência.

Art. 18 da Lei 7.347/1985.

(FGV – 2008) A respeito do tema controle da Administração Pública, analise as afirmativas a seguir.

- I. O controle legislativo abrange os atos do Poder Executivo e alguns do Poder Judiciário.
- II. O controle político relaciona-se com os aspectos da legalidade, não apreciando as decisões administrativas sob o aspecto da discricionariedade.
- III. O controle financeiro compreende, entre outros, o controle de resultados de cumprimento dos programas de trabalho e de metas.
- IV. A fiscalização inclui o sistema de controle externo exercido por cada um dos Poderes em relação aos outros.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente a afirmativa I, II e IV estiverem corretas.
- (D) se somente a afirmativa I, III e IV estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

I: correta, pois o controle externo abrange os atos administrativos de todas as administrações públicas, inclusive a administração pública do Poder Judiciário (v., p. ex., a extensão do disposto nos incisos II, III e IV do art. 71 da CF); II: incorreta, pois o controle político é justamente aquele que não se cinge aos aspectos de pura legalidade, incidindo sobre questões de mérito, ou seja, questões discricionárias; III: correta, pois, atualmente, o controle não se limita somente a aspectos burocráticos, como é o controle contábil, mas também a aspectos de eficiência, ligada aos resultados, no contexto da Administração Pública Gerencial; IV: incorreta, pois o Poder Executivo, por exemplo, não faz controle externo do Poder Legislativo.

(FGV – 2008) No que tange ao controle dos atos administrativos, analise as assertivas a seguir:

- I. A apreciação das contas e dos contratos municipais pelo Tribunal de Contas do Município, que as aprovou, não inibe a atuação do Poder Judiciário para o exame de sua legalidade e constitucionalidade, uma vez que as Cortes de Contas não exercem jurisdição.
- II. O controle da Administração Pública, considerado um princípio fundamental desta, é indispensável à execução das atividades administrativas do Estado e deve ser exercido em todos os níveis e em todos os órgãos.
- III. Nos processos perante o Tribunal de Contas asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

Assinale:

- (A) se somente as assertivas I e II estiverem corretas.
- (B) se todas as assertivas estiverem corretas.
- (C) se somente as assertivas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as assertivas II e III estiverem corretas.
- (E) se nenhuma assertiva estiver correta.

I: correta, pois nenhuma lesão ou ameaça de lesão a direito pode ser subtraída da apreciação do Poder Judiciário (art. 5º, XXXV, da CF); II: correta, pois os controles externos e interno são comandos constitucionais (arts. 71 e 74 da CF); III: correta (Súmula Vinculante nº 3 do STF, que tem exatamente a redação da afirmativa analisada).

Gabário "B."

(FGV – 2007) A respeito do controle dos atos administrativos pelas Cortes de Contas, é correto afirmar-se que:

- (A) alcança a legalidade, a legitimidade e a economicidade do ato.
- (B) limita-se à verificação da conformação à lei dos elementos estruturais do ato.
- (C) abrange, além da legalidade, o exame das causas que impulsionaram o administrador a agir.
- (D) revê, apenas, os aspectos relacionados com a competência, a forma, o objeto, o motivo e a finalidade do ato.

Art. 70 da CF.

Gabário "A."

(FGV – 2007) Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A apreciação das contas e dos contratos administrativos estaduais pelo Tribunal de Contas do Estado, que as aprovou, não inibe a atuação do Poder Judiciário para exame de sua legalidade e constitucionalidade, pois as cortes de contas estaduais não exercem jurisdição.
- (B) O controle da Administração Pública, considerado um princípio fundamental da Administração Pública, é indispensável à execução das atividades administrativas do Estado e deve ser exercido em todos os níveis e em todos os órgãos.

(C) O controle de legalidade dos atos da Administração Pública pode ser interno, processado pelos órgãos da mesma Administração, ou externo, exercido por órgãos de poder diverso.

(D) O controle do mérito administrativo é privativo da Administração Pública. Ao Poder Judiciário somente é possível o controle de legalidade.

(E) Os recursos administrativos são meios formais de controle administrativo. A limitação do depósito prévio (de trinta por cento do valor da dívida) para levar o processo administrativo para o Conselho de Contribuintes não se apresenta como uma obstrução ao direito de defesa, uma vez que está previsto em lei, e, dessa forma, calcado no princípio do devido processo legal, que se aplica aos processos administrativos.

A: correta, pois nenhuma lesão ou ameaça de lesão a direito pode ser subtraída da apreciação do Poder Judiciário (art. 5º, XXXV, da CF); B: correta, pois o controle interno é comando constitucional (art. 74 da CF); C: correta (arts. 71 e 74 da CF); D: correta, pois o Judiciário só pode controlar os aspectos de legalidade do ato, incluindo a moralidade e a razoabilidade, não podendo controlar o mérito do ato administrativo, que consiste na margem de liberdade que remanesce ao agente público; E: incorreta, devendo ser assinalada, pois não está de acordo com a Súmula Vinculante 21 do STF.

Gabário "E."

(FGV – 2005) Ato lesivo ao erário público poderá ser impugnado por qualquer cidadão mediante:

- (A) mandado de segurança.
- (B) ação popular.
- (C) mandado de injunção.
- (D) mandado de segurança coletivo.
- (E) ação civil pública.

Art. 5º, LXXIII, da CF.

Gabário "B."

### 13. PROCESSO ADMINISTRATIVO

(FGV – 2009) A respeito da aplicação de sanções administrativas pela Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O processo administrativo sancionador é sigiloso.
- (B) Não são admissíveis no processo administrativo sancionador as provas ilícitas e as provas colhidas em processo penal.
- (C) O contrato administrativo deve necessariamente estabelecer as penalidades cabíveis pelo descumprimento de obrigação contratual.
- (D) A instauração de processo administrativo sancionador depende de prévia denúncia.
- (E) De acordo com o atributo da autoexecutoriedade, a Administração Pública pode executar as multas por ela aplicadas.

A: incorreta, em virtude do princípio da publicidade; B: incorreta, pois as provas colhidas no processo penal, respeitado o contraditório e a

ampla defesa, são admissíveis no processo disciplinar; **C:** correta, pois se trata cláusula essencial do contrato administrativo; **D:** incorreta, pois o fato pode ter sido conhecido pela própria Administração; **E:** incorreta, pois a Administração não tem autoexecutoriedade quanto à execução de multas, devendo ingressar com execução fiscal em junto ao Poder Judiciário.

„C„ oimreB

(FGV – 2008) Analise as afirmativas abaixo:

- I. No processo administrativo disciplinar, a autoridade competente para proferir a decisão está vinculada aos elementos de fato contidos no relatório oferecido pela Comissão de Inquérito.
- II. O controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial exercido pelo Poder Legislativo sobre a Administração não se cinge aos aspectos de legalidade, mas, ao contrário, estende-se aos critérios de legitimidade e economicidade.
- III. Os recursos administrativos, como regra, possuem efeito suspensivo, de modo que sua interposição paralisa os efeitos dos atos administrativos impugnados.

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**I:** incorreta, pois o parecer da Comissão de Inquérito não é vinculante; **II:** correta (art. 70 da CF); **III:** incorreta (art. 61 da Lei 9.784/1999).

„B„ oimreB

(FGV – 2008) Em relação ao processo administrativo genérico, regulado pela Lei 9.784/1999, é certo afirmar que:

- (A) a Administração não pode cobrar por despesas processuais, sendo, inclusive, inconstitucional a lei que acaso permitisse tal cobrança.
- (B) as normas dos processos administrativos específicos, no que toca à densidade de incidência normativa, aplicam-se subsidiariamente no processo genérico, quando forem de ordem pública.
- (C) o órgão competente para decidir o recurso administrativo pode agravar a situação do recorrente, mas, antes da decisão, deve cientificá-lo do fato e permitir que ofereça as alegações de seu interesse.
- (D) a decadência do direito da Administração de anular seus próprios atos administrativos ocorre irrestritamente em 5 (cinco) anos quando deles se originam efeitos patrimoniais contínuos.
- (E) o administrador público deve motivar minuciosamente seus atos, indicando os fatos e fundamentos jurídicos, quando, dentre outros casos, se tratar de decisão de recursos administrativos e de intimação por meio de publicação oficial.

**A:** incorreta (art. 2º, parágrafo único, XI, parte final, da Lei 9.784/1999); **B:** incorreta, pois é justamente o contrário que acontece, ou seja, as normas de processo geral se aplicam subsidiariamente aos processos específicos (art. 69 da Lei 9.784/1999); **C:** correta (art. 64, parágrafo

único, da Lei 9.784/1999); **D:** incorreta (art. 54 da Lei 9.784/99); **E:** incorreta, pois a decisão de intimação por meio de publicação oficial não é discrímen válido para verificar os casos de motivação expressos na lei (art. 50 da Lei 9.784/1999).

„C„ oimreB

(FGV – 2008) As afirmativas a seguir apresentam os direitos que o administrado tem perante a Administração, segundo a Lei 9.784/99, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações.
- (B) Ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas.
- (C) Formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.
- (D) Fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.
- (E) Expor fatos segundo seus interesses, sem compromisso com a verdade.

**A:** correta (art. 3º, I, da Lei 9.784/1999); **B:** correta (art. 3º, II, da Lei 9.784/1999); **C:** correta (art. 3º, III, da Lei 9.784/1999); **D:** correta (art. 3º, IV, da Lei 9.784/1999); **E:** incorreta, devendo ser assinalada, pois é *dever* do administrado expor os fatos conforme a verdade (art. 4º, I, da Lei 9.784/1999).

„E„ oimreB

(FGV – 2008) Relativamente aos impedimentos e suspeições do funcionário público, tais como previstos na Lei 9.784/99, assinale a afirmativa incorreta:

- (A) É possível arguir a suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados, mas o não acolhimento da arguição de suspeição é irrecorrível.
- (B) É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado.
- (C) A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar.
- (D) É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha interesse direto ou indireto na matéria.
- (E) A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.

**A:** incorreta, devendo ser assinalada, pois cabe recurso (arts. 20 e 21 da Lei 9.784/1999); **B:** correta (art. 18, III, da Lei 9.784/1999); **C:** correta (art. 19, *caput*, da Lei 9.784/1999); **D:** correta (art. 18, I, da Lei 9.784/1999); **E:** correta (art. 19, parágrafo único, da Lei 9.784/1999).

„A„ oimreB

(FGV – 2007) Analise as afirmativas a seguir:

- I. É obrigatória a presença de advogado em todas as fases do processo administrativo disciplinar.

- II. As agências reguladoras, autarquias sob regime especial, possuem poder normativo técnico e maior autonomia de seus dirigentes em relação ao Poder Executivo, quando comparadas às autarquias clássicas.
- III. Nos processos perante o Tribunal de Contas, asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

Assinale:

(A) se nenhuma afirmativa estiver correta.

- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

I: A questão era correta à época da prova; porém, com a edição da Súmula Vinculante 5, a afirmativa passa a ser falsa (teor da súmula: “A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição”); II: correta, pois o poder normativo dessas agências é incontestado e a maior autonomia decorre de os dirigentes terem mandato fixo; III: correta (Súmula Vinculante 3 do STF, que tem exatamente a redação da afirmativa analisada).

„E.“ Gabarito

# 9. DIREITO TRIBUTÁRIO

Robinson Barreirinhas

## 1. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Do conceito de competência residual deduz-se que

- (A) os Estados não podem criar taxas que tenham base de cálculo idêntica a dos impostos.
- (B) os Estados só podem criar impostos que não tenham fato gerador ou base de cálculo idênticos aos dos impostos previstos na Constituição.
- (C) a União não pode criar empréstimos compulsórios que tenham base de cálculo idêntica a dos impostos previstos na Constituição.
- (D) a União não pode criar impostos cumulativos.

**A e C:** incorretas, pois, além de ser apenas da União, a competência residual refere-se a impostos, não a taxas ou a empréstimos compulsórios – art. 154, I, da CF; **B:** incorreta, pois a competência residual é exclusiva da União; **D:** correta, pois a competência residual admite a instituição de impostos não cumulativos, apenas, nos termos do inc. I do art. 154, da CF.

„D.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) A União instituiu certo tributo federal e atribuiu a uma autarquia a função de arrecadar e fiscalizar o mencionado tributo. Tendo como referência inicial a situação acima apresentada, assinale a opção correta acerca da competência tributária.

- (A) Em havendo discussão judicial acerca do tributo instituído, a autarquia não será beneficiada pelas garantias e privilégios processuais atribuídos à União.
- (B) A atribuição das funções de arrecadar e fiscalizar o tributo instituído pela União poderia ter sido conferida à pessoa jurídica de direito privado.
- (C) É lícito que a União revogue, a qualquer tempo e por ato unilateral, as atribuições conferidas à autarquia.
- (D) A situação apresentada constitui hipótese de delegação da competência tributária da União.

**A:** incorreta, pois a atribuição legal da sujeição ativa a outro ente compreende as garantias e os privilégios processuais atinentes ao ente competente – art. 7º, § 1º, do CTN; **B:** incorreta, à luz do disposto no art. 7º, *caput*, *in fine*, do CTN, que prevê a delegação da sujeição ativa apenas a entes de direito público. Importante salientar, entretanto, que parcela importante da doutrina admite a ocupação do polo ativo da obrigação tributária por pessoa de direito privado (exemplos: tabelião, SENAI etc.); **C:** correta, pois a delegação legal da sujeição ativa pode ser revogada a qualquer tempo, por meio de outra lei – art. 7º, § 2º, do CTN; **D:** incorreta, pois a competência tributária (para legislar acerca do tributo) é indelegável. O que se delega é a sujeição ativa (ocupação do polo ativo da obrigação tributária) – art. 7º, *caput*, do CTN.

„C.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Segundo a Constituição Federal, o DF não tem competência para

- (A) tributar o transporte intermunicipal de pessoas.
- (B) tributar os serviços de qualquer natureza.
- (C) criar contribuições previdenciárias a serem cobradas dos empregados do setor privado.
- (D) criar contribuição destinada à iluminação pública.

**A, B e D:** corretas. O Distrito Federal detém as competências fixadas pela Constituição em favor dos Estados e dos Municípios, o que inclui a tributação sobre transportes interestaduais e intermunicipais (ICMS), sobre serviços de qualquer natureza (ISS) e relativa ao custeio do serviço de iluminação pública – arts. 147, *in fine*, 155, *caput* e II, 156, III, e 149-A da CF, respectivamente; **C:** incorreta, devendo ser assinalada. O art. 149, § 1º, da CF só permite a cobrança de contribuições previdenciárias dos *servidores* do Distrito Federal, de modo que essa assertiva deve ser indicada pelo candidato, pois não se trata de competência do Distrito Federal. Os empregados do setor privado são segurados pelo regime geral da previdência social, mantido pela União.

„C.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) A Constituição Federal atribuiu a certa entidade política a competência para instituir o imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA). Acerca da competência tributária, assinale a opção correta.

- (A) Os Municípios são as entidades políticas competentes para instituir IPVA.
- (B) O ente político detentor da competência tributária poderá delegá-la a outra pessoa jurídica de direito público, ou seja, poderá transferir as funções de arrecadar ou fiscalizar o IPVA.
- (C) A Constituição Federal apenas outorga aos entes tributantes o mister de instituir tributos, mas o exercício da competência tributária é uma faculdade.
- (D) Competência tributária comum é o poder atribuído aos entes federativos para instituir os impostos enumerados na Constituição Federal.

**A:** incorreta, pois o IPVA é da competência exclusiva dos Estados e do Distrito Federal – art. 155, III, da CF; **B:** incorreta, pois o ente político só pode delegar a capacidade tributária ativa (sujeição ativa, que é a ocupação do polo ativo da obrigação tributária), e não a competência tributária (que é a competência para legislar acerca do tributo); **C:** correta, pois, de fato, a Constituição Federal confere poder (faculdade), e não dever; por outro lado, há casos em que existe verdadeiro dever de instituir o tributo (ex.: art. 149-A da CF); além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que os tributos sejam instituídos e arrecadados (art. 11, *caput*, da LC 101/2000); **D:** incorreta, pois, para a doutrina clássica, a competência *comum* refere-se às taxas e às contribuições de melhoria (que podem ser instituídas e cobradas por todos os entes políticos). A competência em relação aos impostos é *privativa*.

„C.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Assinale a opção correta acerca de matéria atinente à competência tributária.

- (A) Na iminência ou no caso de guerra externa, a União é competente para, mediante lei complementar, instituir impostos extraordinários.
- (B) A competência tributária privativa é o poder que têm a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para instituírem taxas e contribuições de melhoria, no âmbito de suas respectivas atribuições.
- (C) A Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101/2000, estabelece como requisito da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, a previsão e a efetiva arrecadação de todos os tributos da competência do ente político.
- (D) A União poderá instituir novas fontes de arrecadação destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social e, de acordo com entendimento jurisprudencial já sedimentado, novas contribuições sociais não poderão ter fato gerador ou base de cálculo próprio dos impostos já discriminados na Constituição da República.

**A:** incorreta, pois o art. 154, II, da CF não exige lei complementar para instituição do imposto extraordinário (basta lei ordinária ou medida provisória); se a opção for pela instituição de empréstimo compulsório, o tributo deve ser criado por lei complementar (art. 148, I, da CF); **B:** incorreta. Trata-se de competência *comum* em relação às taxas e às contribuições de melhoria (que podem ser instituídas e cobradas por todos os entes políticos), ou *concorrente*, pois cada um pode instituir esses tributos no âmbito de suas atribuições. A competência *privativa* é, para a doutrina clássica, aquela relativa aos impostos; **C:** correta, conforme o art. 11, *caput*, da LC 101/2000; **D:** incorreta, no que se refere ao entendimento jurisprudencial. Pelo contrário, admite-se que as contribuições sociais repitam base de cálculo e fato gerador de impostos federais já existentes (por exemplo, a CSLL, muito semelhante ao IR) – art. 195, § 4º, da CF.

Gabarrão “C”

(FGV – 2009) A Constituição Federal de 1988 atribui competência tributária aos entes da Federação. Com relação à União, é correto afirmar que:

- (A) encontra-se autorizada a tributar a renda de obrigações da dívida pública dos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- (B) tem competência para instituir isenções de tributos cuja competência foi constitucionalmente assegurada aos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- (C) pode estabelecer tributo não uniforme no território nacional.
- (D) pode estabelecer, por meio de lei complementar, outros tributos além dos expressamente mencionados na Constituição Federal, desde que não sejam cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados constitucionalmente.
- (E) não tem competência, em Território Federal, sobre impostos estaduais.

**A:** correta, pois a União pode tributar essas rendas, lembrando que isso deve ser feito isonomicamente, ou seja, da mesma forma que tributa as rendas decorrentes de suas próprias obrigações, conforme o art. 151, II, da CF; **B:** incorreta, pois as isenções heterônomas são vedadas, nos termos do art. 151, III, da CF; **C:** incorreta. Tal situação não é possível,

pois violaria o princípio da uniformidade territorial, de acordo com o art. 151, I, da CF; **D:** incorreta, já que a competência residual da União refere-se apenas a outros **impostos**, e não a qualquer espécie de tributo – art. 154, I, da CF; **E:** incorreta, pois a competência relativa a impostos estaduais, em caso de criação de Território Federal, é da União. Caso o Território não seja dividido em Municípios, os tributos municipais também ficarão na competência da União, nos termos do que dispõe o art. 147, primeira parte, da CF.

Gabarrão “A”

(FGV – 2009) Em relação à *competência tributária*, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Corresponde à aptidão de que são dotados os entes políticos para editarem leis instituidoras de tributos.
- (B) É indelegável, salvo a atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos.
- (C) De acordo com os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
- (D) Seu não exercício no tempo, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da promulgação da Constituição, implica sua transferência para outro ente federativo, nos termos de Resolução a ser editada pelo Senado Federal.
- (E) A outorga de competências tributárias aos entes federativos afigura-se como pedra angular da forma federativa de Estado, caracterizada por entes políticos dotados de autonomia financeira.

**A:** correta, pois a competência tributária abrange a aptidão para instituir determinados tributos por meio de lei (e também para majorá-los, reduzi-los, extingui-los, perdoar débitos relacionados a eles etc.) – art. 6º do CTN; **B:** correta, nos termos do art. 7º, *caput*, do CTN; **C:** correta, conforme o *caput* do art. 11 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/2000; **D:** incorreta, devendo esta alternativa ser assinalada, já que a competência tributária é imprescritível, de modo que seu não exercício não implica extinção, transferência ou alteração; **E:** correta, já que a autonomia financeira dos entes federados depende da prerrogativa de legislar sobre tributos próprios (competência tributária) e arrecadá-los, sem o que a forma federativa do Estado ficaria ameaçada.

Gabarrão “D”

(FGV – 2007) Dentro do contexto da competência tributária, é correto afirmar-se que:

- (A) a pessoa jurídica dotada de competência legislativa tem competência tributária
- (B) a competência tributária é um poder que se origina da capacidade tributária
- (C) a fonte da competência e capacidade tributária é a lei complementar
- (D) a capacidade tributária é uma extensão da competência tributária

**A:** correta, pois a competência tributária compreende a competência legislativa plena para regular o tributo – art. 6º, do CTN; **B e C:** incorretas, já que a competência tributária é fixada pela Constituição Federal; **D:** incorreta, pois a expressão “capacidade tributária” é utilizada pelo CTN para se referir ao sujeito passivo, ou seja, quem deve recolher o tributo – art. 126 do CTN.

Gabarrão “A”

## 2. PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Entre as seguintes vedações, não tem exceção expressa no texto constitucional

- (A) a instituição de tributo sem lei que o estabeleça.
- (B) a majoração de tributo sem lei que o estabeleça.
- (C) a cobrança de tributo novo no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que o criou.
- (D) a cobrança de tributo novo em menos de 90 (noventa) dias a partir da publicação da lei que o criou.

**A:** correta, pois não há exceção à exigência de lei para instituição (criação) de tributo. O que existem são exceções em relação à modificação de determinadas alíquotas de tributos federais (II, IE, IPI, IOF e CIDE sobre combustíveis); **B:** incorreta, pois existem exceções, conforme comentário à alternativa anterior; **C e D:** incorretas, pois há exceções à anterioridade anual e à anterioridade nonagesimal (veja a tabela apresentada antes).

Gabartito "A."

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Constitui exceção ao princípio da anterioridade

- (A) a instituição de contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.
- (B) a instituição de empréstimos compulsórios no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
- (C) a instituição de contribuição de intervenção no domínio econômico.
- (D) a instituição ou majoração do imposto sobre a exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados.

**A:** incorreta, pois não há exceção em relação à contribuição para custeio do serviço de iluminação pública; **B:** incorreta, pois somente o empréstimo compulsório instituído no caso de despesa extraordinária é exceção ao princípio da anterioridade; **C:** incorreta, pois as CIDEs (contribuições de intervenção no domínio econômico) não são exceções ao princípio da anterioridade; **D:** correta, pois os impostos aduaneiros (II – imposto de importação, e IE – imposto de exportação) são exceções ao princípio da anterioridade anual e da anterioridade nonagesimal. Veja a tabela anteriormente apresentada, para memorização.

Gabartito "D."

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Os princípios constitucionais que informam a cobrança do IPI são

- (A) a não cumulatividade e a seletividade.
- (B) a não cumulatividade e a progressividade.
- (C) a seletividade e a generalidade.
- (D) a progressividade e a generalidade.

**A:** correta, pois o IPI é não cumulativo e deve ter alíquotas seletivas conforme a essencialidade do produto – art. 153, IV e § 3º, I e II, da CF; **B:** incorreta, pois a Constituição Federal não prevê expressamente a progressividade em relação ao IPI; **C e D:** incorretas, pois a Constituição Federal prevê a generalidade em relação ao IR, não ao IPI.

Gabartito "A."

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Considera-se constitucional projeto de lei que

- (A) tribute a renda dos servidores dos Estados em níveis superiores aos que fixa para os servidores federais.
- (B) institui isenção de ICMS nas regiões mais pobres do Brasil.

- (C) institua alíquotas de IPI inferiores para produtores instalados nas regiões mais pobres do Brasil.
- (D) tribute a renda das obrigações da dívida pública dos Estados em níveis superiores aos que fixa para as obrigações da União.

**A:** incorreta, pois isso violaria o princípio da isonomia tributária, que veda qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função exercida pelos contribuintes, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos – art. 150, II, da CF; **B:** incorreta, pois a lei federal não pode estabelecer isenção de tributo estadual (vedação de isenções heterônomas – art. 151, III, da CF); **C:** correta, pois é possível a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País, sem que isso ofenda a isonomia ou a uniformidade territorial – art. 151, I, da CF; **D:** incorreta, pois esse tratamento não isonômico é vedado expressamente pelo art. 151, II, da CF.

Gabartito "C."

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) O poder de tributar não é absoluto, pois a Constituição Federal impõe às entidades detentoras de capacidade tributária algumas limitações. Acerca das limitações à competência tributária, assinale a opção correta.

- (A) A norma constitucional impõe que os impostos sejam criados por lei complementar.
- (B) É lícito ao presidente da República reduzir a alíquota do imposto sobre produtos industrializados por decreto presidencial.
- (C) As anuidades devidas aos conselhos de fiscalização profissional são fixadas e majoradas por resoluções dos respectivos conselhos.
- (D) Pelo princípio da anualidade tributária, é vedado à União, aos Estados, ao DF e aos Municípios cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que a lei que os instituiu ou majorou tenha sido publicada.

**A:** incorreta, pois a lei complementar estabelece, apenas, as normas gerais relativas aos tributos (art. 146 da CF); estes, como regra, podem ser criados por lei ordinária; **B:** correta, pois a alteração de alíquotas do IPI (art. 153, IV, da CF), nas condições e nos limites legais, é exceção ao princípio da legalidade estrita – art. 153, § 1º, da CF; **C:** incorreta. Esses valores cobrados pelos conselhos profissionais são contribuições de interesse de categorias profissionais (espécie de tributo – art. 149, *caput*, da CF), e, portanto, submetem-se ao princípio da legalidade (devem ser instituídas e modificadas por lei federal). A jurisprudência admite que a contribuição para a OAB não tem, excepcionalmente, natureza tributária, dadas as determinadas peculiaridades dessa instituição; **D:** incorreta, pois a assertiva "D" refere-se ao princípio da anterioridade.

Gabartito "B."

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Um dos princípios de maior abrangência e relevância para o direito tributário é o da legalidade, cujas disposições vão além da mera obrigação de estabelecer tributo por meio de lei. Todavia, nem tudo no direito tributário está submetido a tal princípio. Nesse contexto, é correto afirmar que independe de lei

- (A) o estabelecimento de norma interpretativa da lei.
- (B) a fixação de alíquota do tributo e da sua base de cálculo, ressalvadas determinadas hipóteses.
- (C) a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas.

- (D) as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários, ou de dispensa ou redução de penalidades.

Não se exige lei para estabelecer a interpretação de lei (alternativa "A"), seja a interpretação no caso concreto, seja a interpretação com caráter normativo (por exemplo: veiculada por instrução normativa ou por parecer normativo). Nos demais casos, exige-se lei, nos termos do art. 97 do CTN.

Gabário "A."

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Acerca das limitações ao poder de tributar, assinale a opção incorreta.

- (A) As matérias atinentes às obrigações tributárias acessórias, como a emissão de notas fiscais, não estão sujeitas à reserva legal, podendo ser tratadas por atos infralegais.  
(B) O imposto sobre produtos industrializados somente poderá ser cobrado após o transcurso de 90 (noventa) dias da data da publicação da lei que houver majorado sua alíquota.  
(C) Em decorrência do princípio da capacidade contributiva, a lei não poderá estabelecer alíquotas progressivas para o imposto de transmissão *inter vivos* de bens imóveis (ITBI) com base no valor venal do imóvel.  
(D) Empresas públicas prestadoras de serviços públicos de prestação obrigatória pelo Estado não gozam de imunidade tributária recíproca, devendo pagar impostos sobre seus patrimônios, rendas e serviços, mesmo que estes estejam vinculados às suas finalidades essenciais.

**A:** correta, à luz do CTN, que não se refere à lei, mas sim à legislação (o que inclui normas infralegais), ao tratar das obrigações acessórias, embora haja grande debate doutrinário – arts. 113, § 2º, e 115 do CTN; **B:** correta, pois o IPI (art. 153, IV, da CF) não é exceção à anterioridade nonagesimal (apenas à anterioridade anual), de acordo com o art. 150, § 1º, da CF; **C:** correta, pois essa previsão só existe em relação ao IPTU (art. 156, § 1º, II, da CF), não existindo quanto ao ITBI (art. 156, § 2º, da CF) – Súmula 656/STF ("É inconstitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o imposto de transmissão *inter vivos* de bens imóveis – ITBI com base no valor venal do imóvel"). ATENÇÃO: o STF vinha entendendo que outros impostos reais (além do IPTU pós EC 29/2000) não poderiam ter alíquotas progressivas em relação ao valor da base de cálculo, considerando inexistir expressa previsão constitucional (ver a citada Súmula 656/STF). Ocorre que recentemente a Suprema Corte reviu a questão, especificamente em relação ao ITCMD, reconhecendo que o imposto pode ser progressivo, atendendo assim o princípio da capacidade contributiva (RE 562.045/RS – Repercussão Geral). Esse entendimento pode ser posteriormente aplicado ao ITBI municipal, de modo que o estudante deve atentar para a evolução jurisprudencial.; **D:** incorreta, devendo ser assinalada. Embora a Constituição Federal se refira expressamente apenas a autarquias e fundações públicas, o STF entende que a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) são imunes em relação a atividades públicas em sentido estrito, executadas sem intuito lucrativo, que não indiquem capacidade contributiva - RE 601.392/PR.

Gabário "D."

(OAB/Exame Unificado – 2006.ES) A respeito da legalidade tributária, assinale a opção correta.

- (A) Medida provisória não pode regular matéria tributária.  
(B) Somente lei complementar pode tratar de instituição ou majoração de tributos.

- (C) As alíquotas dos impostos de importação, de exportação e sobre produtos industrializados podem ser fixadas por ato normativo do Poder Executivo Federal.  
(D) As bases de cálculo do imposto municipal sobre a propriedade urbana e do imposto estadual sobre a propriedade de veículos automotores podem ser fixadas por decreto.

**A:** incorreta, pois a medida provisória pode substituir lei ordinária também em matéria tributária – art. 62, § 2º, da CF; **B:** incorreta. A função da lei complementar é fixar normas gerais em matéria tributária, e não criar ou majorar tributos (art. 146 da CF), matéria veiculada, em regra, por simples lei ordinária do ente tributante; **C:** correta, conforme o art. 153, § 1º, da CF; **D:** incorreta, pois não há exceção à legalidade estrita em relação a tributos estaduais e municipais. Ademais, a base de cálculo dos impostos previstos na Constituição Federal é sempre determinada por lei complementar federal (art. 146, III, a, da CF). Note que a fixação das bases de cálculo do IPVA e do IPTU é exceção à anterioridade nonagesimal, e não à legalidade estrita.

Gabário "C."

(OAB/Exame Unificado – 2006.ES) Considere que o governo tenha publicado medida provisória em 11/11/2003, que trata da majoração da tabela de alíquotas do imposto de renda. Acerca dos efeitos dessa medida, assinale a opção correta.

- (A) A nova tabela produziu efeitos 90 (noventa) dias após sua publicação, alcançando os rendimentos auferidos após essa data limite.  
(B) A nova tabela produziu efeitos a partir de 11/11/2003.  
(C) A nova tabela alcançou os rendimentos auferidos a partir de 11/11/2003.  
(D) A nova tabela produziu efeitos a partir de 1/1/2004, após a conversão da medida provisória em lei, com a publicação da lei no Diário Oficial até o dia 31/12/2003.

**A:** incorreta, pois o IR (art. 153, III, da CF) é exceção à anterioridade nonagesimal; **B:** incorreta, pois o IR não é exceção ao princípio da anterioridade anual; **C:** incorreta. Há entendimento de que, observado o disposto no art. 62, § 2º, da CF, a majoração do IR aplica-se a todos os rendimentos auferidos no ano-base (2003). Por outro entendimento, a majoração aplica-se apenas a partir do início do exercício seguinte (01/01/2004). Por qualquer das linhas interpretativas, a assertiva é incorreta; **D:** essa é a melhor alternativa, nos termos do art. 62, § 2º, da CF, segundo o qual a medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V, e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte, se houver sido convertida em lei até o último dia daquele exercício financeiro em que foi editada.

Gabário "D."

(OAB/Exame Unificado – 2006.ES) Acerca da limitação ao poder de tributar introduzida pela Emenda Constitucional n.º 42/2003 – denominada anterioridade nonagesimal ou princípio da não surpresa –, assinale a opção incorreta.

- (A) Como regra geral, tributos, tais como impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições de intervenção no domínio econômico e contribuições sociais, poderão provocar efeitos financeiros no mesmo exercício em que for publicada sua lei de instituição ou majoração, se decorrido o prazo de noventa dias.  
(B) Os empréstimos compulsórios, quando instituídos para atender às despesas decorrentes de investimento público de caráter urgente e relevante, devem observar o prazo de 90 (noventa) dias, em atenção ao princípio da não surpresa.



- (C) A alteração de base de cálculo dos impostos sobre a propriedade urbana e sobre a propriedade de veículos automotores não está sujeita à observação do prazo de 90 (noventa) dias.
- (D) Não se submetem à regra de anterioridade nonagesimal os impostos de importação, de exportação e de renda.

**A:** incorreta, devendo ser assinalada, pois o princípio da anterioridade nonagesimal não exclui o princípio da anterioridade anual, segundo o qual a instituição ou majoração dos tributos só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte ao da publicação da respectiva lei (art. 150, III, *b*, da CF); **B:** correta, conforme o art. 150, III, *c*, e seu § 1º, da CF (repare que o empréstimo compulsório para atender a despesas extraordinárias – art. 148, I, da CF – não se submete à anterioridade); **C:** correta, pois a fixação das bases de cálculo do IPVA e do IPTU é exceção à anterioridade nonagesimal; **D:** correta, pois são exceções à anterioridade nonagesimal – arts. 150, § 1º, e 153, I, II e III, da CF.

Gabarito "A"

(OAB/Exame Unificado – 2006.ES) Considere que o Poder Executivo Municipal tenha editado decreto que majore a alíquota do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) incidente sobre a prestação de serviços de profissionais liberais de nível superior. Nesse caso, a decisão violou o princípio da

- (A) anualidade.
- (B) anterioridade.
- (C) irretroatividade.
- (D) legalidade.

A majoração de alíquota exige lei, de modo que houve, no caso, ofensa ao princípio da *legalidade*. Lembre-se que as únicas exceções referem-se à alteração de alíquotas de tributos federais (II, IE, IPI, IOF e CIDE sobre combustíveis) – art. 150, I, da CF e art. 97 do CTN.

Gabarito "D"

(FGV – 2009) Com relação ao tema *Limitações ao Poder de Tributar*, analise as seguintes sentenças:

- I. Como modo de combater a guerra fiscal, a Constituição Federal outorgou ao legislador complementar competência para regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados. Em atendimento a esse objetivo, a LC 24/75 determina que a concessão de benefícios, ou a sua revogação total ou parcial, dependerá sempre de decisão unânime dos Estados federados.
- II. É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, sendo inadmitida, portanto, a concessão de incentivos fiscais ainda que destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do país.
- III. Em caso de outorga de isenção tributária a uma classe de contribuintes, a fim de promover o desenvolvimento socioeconômico de uma dada região, é possível àqueles excluídos pela lei socorrerem-se do Poder Judiciário para, com base no princípio da isonomia, obterem idêntico tratamento fiscal.

Assinale:

- (A) se todas as sentenças estiverem corretas.
- (B) se somente as sentenças I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as sentenças I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as sentenças II e III estiverem corretas.
- (E) se nenhuma sentença estiver correta.

**I:** incorreta, pois, embora a concessão de benefícios dependa de decisão unânime dos Estados representados, a revogação total ou parcial depende da aprovação de, pelo menos, 4/5 (quatro quintos) dos representantes presentes – art. 2º, § 2º, da LC 24/1975; **II e III:** incorretas, já que o princípio da uniformidade territorial, citado na assertiva II, comporta a exceção relativa à concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País – art. 151, I, da CF. Por essa razão, as pessoas que se sentirem excluídas pela lei que atenda a esse requisito (assertiva III) não terão sucesso em eventual pleito ao Poder Judiciário.

Gabarito "E"

(FGV – 2009) São princípios constitucionais tributários, que estão literalmente expressos na Constituição:

- (A) o da personalização do imposto e o da tipicidade.
- (B) o da capacidade contributiva e o do imposto proibitivo.
- (C) o da vedação das isenções heterônomas e da transparência fiscal.
- (D) o da solidariedade fiscal e o da legalidade tributária.
- (E) o da uniformidade tributária e o da justiça tributária.

**A:** correta, já que a personalização está prevista no art. 145, § 1º, da CF e a tipicidade (legalidade, a rigor), no art. 150, I, da CF; **B:** incorreta. A capacidade contributiva, especificamente para os impostos, está no art. 145, § 1º, da CF, mas não a vedação a imposto proibitivo (há a vedação ao tributo confiscatório, entretanto, no art. 150, IV, da CF); **C:** incorreta. Há expressamente a previsão da isenção que não pode ser concedida por outro ente que não aquele competente em relação ao tributo (= vedação das isenções heterônomas), nos termos do art. 151, III, da CF, mas não há referência expressa à transparência fiscal (embora haja previsão de que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços – art. 150, § 5º, da CF); **D:** incorreta. A legalidade tributária é prevista expressamente pelo art. 150, I, da CF, mas não há referência expressa à solidariedade fiscal (apenas ao respeito à capacidade contributiva, no art. 145, § 1º, da CF); **E:** incorreta. A uniformidade tributária é prevista expressamente no art. 151, I, da CF, mas não há expressão referência à justiça tributária, embora seja essencial ao sistema tributário.

Gabarito "A"

(FGV – 2009) O Estado Moderno é caracterizado pelas *finanças funcionais*, ou seja, pela atividade financeira do Estado orientada no sentido de influir sobre a conjuntura econômica. Prova desse fato é:

- (A) o *mix* tributário diversificado dos Estados.
- (B) a criação de multas elevadas no âmbito fiscal.
- (C) a extrafiscalidade marcante de alguns tributos.
- (D) o tabelamento de preços, em situações de crise.
- (E) a despersonalização dos impostos.

No âmbito tributário, a utilização dos tributos em sua função *extrafiscal* é a forma típica de intervenção na conjuntura econômica.

Gabarito "C"

(FGV – 2008) Assinale a afirmativa correta.

- (A) As garantias do crédito tributário não estão sujeitas ao princípio da reserva legal.
- (B) O princípio da anterioridade é uma regra de vigência, que impede que a lei seja aplicada antes do próximo exercício fiscal.
- (C) Matéria tributária não está sujeita à iniciativa legislativa privativa.
- (D) O princípio do não confisco deve considerar a incidência específica de cada tributo.
- (E) A vedação às isenções heterônomas impede a concessão de isenções em tratados internacionais.

**A:** incorreta, pois as garantias do crédito tributário são fixadas por lei (reserva legal), nos termos do art. 183 do CTN; **B:** incorreta, pois se entende que o princípio da anterioridade refere-se à eficácia de determinadas normas tributárias (que instituem ou aumentem tributo – não à sua vigência), o que impede sua cobrança no mesmo exercício financeiro em que publicada a respectiva lei – art. 150, III, *b*, da CF; **C:** correta, pois o Poder Executivo também pode apresentar projetos de lei tributária. Não se trata de matéria da exclusiva competência do Poder Legislativo; **D:** incorreta, pois o princípio do não confisco é amplo, afastando a possibilidade de redução excessiva do patrimônio privado por meio da tributação – art. 150, IV, da CF; **E:** incorreta. Afastando ou ao menos reduzindo muito o debate doutrinário e jurisprudencial a respeito do assunto, o STF decidiu que “a cláusula de vedação inscrita no art. 151, III, da CF/1988 – que proíbe a concessão de isenções tributárias heterônomas – é inoponível ao Estado Federal brasileiro (vale dizer, à República Federativa do Brasil), incidindo, unicamente, no plano das relações institucionais domésticas que se estabelecem entre as pessoas políticas de direito público interno. (...) Nada impede, portanto, que o Estado Federal brasileiro celebre tratados internacionais que veiculem cláusulas de exoneração tributária em matéria de tributos locais (como o ISS, p. ex.)” (RE 543.943 AgR/PR).

„C.“ Gabarito

(FGV – 2008) Caso o Estado, em 30 de junho de 2008, publique lei majorando a alíquota do ICMS na prestação de serviços de comunicação, de 25% para 30%, o referido aumento passará a produzir efeitos em:

- (A) 1º de janeiro de 2009.
- (B) 1º de setembro de 2008.
- (C) 1º de abril de 2009.
- (D) 1º de outubro de 2008.
- (E) 1º de julho de 2008.

A majoração do ICMS submete-se ao princípio da anterioridade comum (1º dia do exercício financeiro seguinte) e da anterioridade nonagesimal (90 dias), cumulativamente – art. 150, III, *b* e *c*, da CF. No caso, 1º de janeiro de 2009 é posterior à data correspondente a 90 (noventa) dias após a publicação da lei, de modo que somente nesse momento (01.01.2009) a majoração produzirá efeito.

„A.“ Gabarito

(FGV – 2008) É vedada a cobrança no mesmo exercício financeiro, e antes de noventa dias da data da publicação da lei que os institui ou aumenta, dos seguintes tributos:

- (A) ITD e ISS.
- (B) Imposto de Renda e ICMS.
- (C) IPI e ICMS.
- (D) Imposto de Renda e ISS.
- (E) IPI e Contribuição para o Custeio de Iluminação Pública.

As exceções aos princípios da anterioridade anual e da anterioridade nonagesimal estão previstas no art. 150, § 1º, da CF, além do art. 155, § 4º, IV, *c*, da CF e do art. 177, § 4º, I, *b*, da CF. Veja a tabela que apresentamos anteriormente, relativa às exceções a esses princípios, para seu estudo e memorização, pois a matéria é reiteradamente exigida no exame da OAB e em concursos públicos.

„A.“ Gabarito

(FGV – 2008) Caso a União, em 1º de julho de 2008, publique lei aumentando a alíquota da Cofins, de 3% para 3,5%, de pessoas jurídicas não sujeitas ao regime da não cumulatividade, a primeira data em que o referido aumento poderá produzir efeitos, considerando as alternativas a seguir, será:

- (A) 1º de janeiro de 2009.
- (B) 1º de abril de 2009.
- (C) 1º de novembro de 2008.
- (D) 2 de julho de 2008.
- (E) 29 de setembro de 2008.

As contribuições sociais (Cofins, PIS, CSLL, contribuição patronal ao INSS etc.) submetem-se apenas à anterioridade nonagesimal (90 dias), e não à anterioridade comum (1º dia do exercício financeiro seguinte) – art. 195, § 6º, da CF. Mais uma vez, veja a tabela anteriormente apresentada.

„B.“ Gabarito

(FGV – 2007) Não constitui limitação ao poder de tributar o princípio da:

- (A) liberdade de tráfego
- (B) irretroatividade
- (C) anterioridade
- (D) anualidade

**A:** correta – art. 150, V, da CF; **B:** correta – art. 150, III, *a*, da CF; **C:** correta – art. 150, III, *b* e *c*, da CF; **D:** incorreta, devendo ser assinalada. Princípio que não subsiste no sistema constitucional atual (exigia-se previsão orçamentária para a cobrança do tributo).

„D.“ Gabarito

(FGV – 2007) Dentro do contexto da legalidade tributária, é incorreta a afirmação de que só a lei, em sentido material e formal, pode:

- (A) estabelecer hipóteses de suspensão do crédito tributário constituído, ou redução de penalidades
- (B) autorizar a modificação do valor nominal da base de cálculo pela atualização monetária
- (C) estabelecer a cominação de penalidades por infrações das regras tributárias
- (D) prever hipóteses de suspensão e extinção do crédito tributário

Das alternativas, somente a alternativa “B” indica matéria que não exige lei, em sentido material e formal (pode ser veiculada por norma infra-legal) – art. 97, § 2º, do CTN. Veja a tabela anteriormente apresentada, com as matérias que dependem e que não dependem de lei, para seu estudo e memorização.

„B.“ Gabarito

(FGV – 2007) De acordo com a Constituição de 1988 e suas atualizações, analise as afirmativas abaixo e assinale a incorreta.

- (A) O Poder Executivo pode, atendidas as condições e limites estabelecidos em lei, alterar por decreto as

alíquotas do imposto de importação, de exportação, imposto sobre produtos industrializados (IPI) e imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF).

- (B) A União poderá, como instrumento de atuação nas respectivas áreas, instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.
- (C) Os impostos de importação e de exportação são exceções ao princípio constitucional da anterioridade tributária em razão de sua finalidade extrafiscal e podem ter suas alíquotas majoradas e cobradas de imediato.
- (D) O IPTU e o IPVA podem ter sua alíquota e base de cálculo majoradas e cobradas de imediato, por força da Emenda Constitucional 42/03, que os excepcionou do princípio da anterioridade tributária, sendo irrelevante o exercício financeiro e a noventa.
- (E) A atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo não constitui majoração, conforme o disposto no CTN.

**A:** correta, nos termos do art. 153, § 1º, da CF; **B:** correta, conforme dispõe o art. 149 da CF; **C:** correta, nos termos do art. 150, § 1º, da CF; **D:** incorreta, devendo ser assinalada, pois a EC 42/2003 excluiu a fixação **apenas** das bases de cálculo do IPTU e do IPVA (e não de suas alíquotas) somente no que se refere à anterioridade nonagesimal (noventa), mas não à anterioridade comum – art. 150, § 1º, da CF; **E:** correta, conforme o art. 97, § 2º, do CTN.

Gabarito "D"

### 3. IMUNIDADES

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) De acordo com o CTN, para que uma instituição de educação sem fins lucrativos goze da imunidade tributária relativa ao pagamento de impostos sobre seu patrimônio, renda ou serviços, ela deve

- (A) abster-se de distribuir mais do que 5% de seu patrimônio ou de suas rendas.
- (B) nomear apenas diretores brasileiros.
- (C) aplicar ao menos 50% de seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais.
- (D) manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades que assegurem a exatidão das informações.

Nos termos do art. 14 do CTN, para gozar da imunidade, as entidades referidas na alínea *c* do inc. IV do art. 9º do CTN, quais sejam, os partidos políticos, inclusive suas fundações, as entidades sindicais dos trabalhadores, as instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos: (inc. I) não podem distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; (inc. II) devem aplicar integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; e (inc. III) devem manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. Nesse sentido, somente a alternativa "D" indica requisito válido.

Gabarito "D"

(FGV – 2008) Em determinado município houve a cobrança de IPTU sobre área que a Sociedade da Igreja de São Jorge utiliza como cemitério. Essa cobrança:

- (A) é legal, pois a norma imunizante inscrita no artigo 150, VI, "b" refere-se tão somente aos templos de qualquer natureza.

(B) é constitucional, pois a imunidade do artigo 150, VI, "b" só compreende os templos e a casa do celebrantes.

(C) é inconstitucional, por ferir o disposto no artigo 150, VI, "b", que protege a liberdade de expressão religiosa.

(D) é válida, se ficar provado que há recursos arrecadados com a exploração do cemitério.

(E) é ineficaz, em face da isenção de que os templos gozam, bem como todas as atividades relacionadas à liberdade religiosa.

A cobrança é inconstitucional (alternativa "C"), pois todos os imóveis vinculados, direta ou indiretamente, às atividades essenciais das igrejas estão abrangidos pela imunidade do art. 150, VI, *b*, da CF, de modo a garantir o direito constitucional à liberdade de culto.

Gabarito "C"

(FGV – 2008) Assinale a assertiva correta.

(A) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a imunidade do papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos é restrita ao papel, não sendo por isso extensiva aos filmes e papéis fotográficos necessários à publicação de jornais e periódicos.

(B) Segundo entendimento do STF, os imóveis alugados das instituições religiosas, por exteriorizarem capacidade econômica, perdem a imunidade, ainda que a renda seja revertida para a atividade-fim.

(C) A União pode instituir, desde que por lei complementar, isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, desde que com a finalidade de estimular as relações internacionais e a integração dos países do Mercosul.

(D) A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para concessão.

(E) Segundo o CTN, a isenção, ainda que concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo, já que se trata de um benefício fiscal.

**A:** incorreta, pois o STF entende que a imunidade do art. 150, VI, *d*, da CF abrange esses materiais listados na assertiva – Súmula 657/STF ("A imunidade prevista no art. 150, VI, *d*, da Constituição Federal abrange os filmes e papéis fotográficos necessários à publicação de jornais e periódicos"); **B:** incorreta, pois o STF entende que qualquer imóvel da entidade imune alugado a terceiros está abrangido pelo benefício, desde que a renda auferida (aluguéis recebidos) seja revertida para suas atividades essenciais – Súmula 724/STF ("Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, *c*, da Constituição, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades essenciais de tais entidades"). A súmula refere-se à alínea *c*, mas o entendimento aplica-se às demais entidades imunes; **C:** incorreta, pois não subsiste, no sistema tributário atual, as chamadas isenções heterônomas – art. 151, III, da CF; **D:** correta, pois reflete o disposto no art. 179 do CTN; **E:** incorreta, pois a isenção não pode, nessa específica hipótese de concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, ser revogada ou limitada em relação àqueles que atendiam aos requisitos para o benefício – art. 178 do CTN.

**DICA:** Tese de repercussão geral 593/STF: “A imunidade tributária constante do art. 150, VI, d, da CF/88 aplica-se ao livro eletrônico (e-book), inclusive aos suportes exclusivamente utilizados para fixá-lo”.

„D.“ Gabarito

(FGV – 2008) De acordo com o art. 150 da CRFB/88, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir:

- (A) tributos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; templos de qualquer culto; patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.
- (B) impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; templos de qualquer culto; patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.
- (C) impostos ou contribuições sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; templos de qualquer culto; patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.
- (D) tributos e impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; templos de qualquer culto; patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.
- (E) contribuições e tributos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; templos de qualquer culto; patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

As imunidades previstas no art. 150, VI, da CF abrangem apenas os impostos, e não outros tributos, como taxas e contribuições. Perceba que somente a alternativa “B” indica, apenas, impostos, de modo que é esta a correta.

„B.“ Gabarito

(FGV – 2007) A imunidade tributária, como norma de não incidência, implica a proibição de instituir:

- (A) contribuição de melhoria
- (B) contribuição social
- (C) imposto
- (D) taxa

É forte o entendimento no sentido de que as imunidades, em geral, referem-se aos impostos (é o caso daquelas previstas no art. 150, VI, da CF), embora seja inquestionável a existência de imunidades específicas relacionadas a outras espécies tributárias (v.g., art. 195, II e § 7º, da CF, relativas a contribuições sociais).

„C.“ Gabarito

(FGV – 2007) Com base na Constituição da República Federativa de 1988 e suas atualizações e na jurisprudência do STF, julgue as afirmativas a seguir:

- I. As imunidades recíprocas vedam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios de instituírem impostos sobre patrimônio, renda e serviços uns dos outros, e são extensivas aos Correios e à Infraero.
- II. Os partidos políticos, entidade sindicais dos trabalhadores, instituições de ensino e entidades assistenciais sem fins lucrativos são imunes ao pagamento de IPTU de imóveis de sua titularidade, ainda que locados a terceiros, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas respectivas atividades essenciais.
- III. A imunidade dos livros, jornais, periódicos e do papel destinado a sua impressão abrange os filmes e papéis fotográficos necessários à publicação de jornais e periódicos.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

I: correta, pois o STF entende que a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) são imunes em relação a atividades públicas em sentido estrito, executadas sem intuito lucrativo, que não indiquem capacidade contributiva - RE 601.392/PR; II: correta, conforme a Súmula 724/STF (“Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, c, da Constituição, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades essenciais de tais entidades”); III: correta, conforme a Súmula 657/STF (“A imunidade prevista no art. 150, VI, d, da Constituição Federal abrange os filmes e papéis fotográficos necessários à publicação de jornais e periódicos”).

**DICA:** Tese de repercussão geral 385/STF: “A imunidade recíproca, prevista no art. 150, VI, a, da Constituição não se estende a empresa privada arrendatária de imóvel público, quando seja ela exploradora de atividade econômica com fins lucrativos. Nessa hipótese é constitucional a cobrança do IPTU pelo Município”. Veja, também, tese de repercussão geral 437/STF: “Incide o IPTU, considerado imóvel de pessoa jurídica de direito público cedido a pessoa jurídica de direito privado, devedora do tributo”

„E.“ Gabarito

#### 4. DEFINIÇÃO DE TRIBUTO E ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) As contribuições de intervenção no domínio econômico podem ser cobradas sobre bases de cálculo

- (A) fixadas em regulamento, provenientes de valores obtidos no mercado interno, inclusive sobre a importação e exportação de produtos ou serviços estrangeiros.

- (B) fixadas em lei, provenientes de valores obtidos no mercado interno, inclusive sobre a importação e exportação de produtos ou serviços estrangeiros.
- (C) fixadas em lei, provenientes de valores obtidos no mercado interno, inclusive sobre a importação de produtos ou serviços estrangeiros, não incidindo sobre as receitas de exportação.
- (D) fixadas em regulamento, provenientes de valores obtidos no mercado interno, inclusive sobre a importação e exportação de produtos ou serviços estrangeiros, e com alíquotas estabelecidas por ato do Poder Executivo.

As CIDEs, assim como as contribuições sociais, poderão ter como base de cálculo: (i) o faturamento, a receita bruta ou o valor da operação e, no caso de importação, o valor aduaneiro (no caso de alíquota *ad valorem* – art. 149, § 2º, III, *a*, da CF) ou a unidade de medida adotada (no caso de alíquota específica – art. 149, § 2º, III, *b*, da CF). Essas contribuições não incidem sobre receitas de exportação, mas incidem sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços – art. 149, § 2º, I e II, da CF. **A e D:** incorretas, pois as bases de cálculo das contribuições devem ser fixadas por lei, não por simples regulamento. Ademais, não incidem sobre receitas de exportação; **B:** incorreta, pois as contribuições sociais e as CIDEs não incidem sobre receitas de exportação; **C:** correta, conforme comentário inicial.

„C“, 017bvb0

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) As contribuições sociais cobradas do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada, na forma do artigo 195, I, da Constituição Federal, que trata da folha de salários, receita ou faturamento e lucro,

- (A) devem ter alíquotas ou bases de cálculo idênticas, independentemente da atividade econômica ou utilização intensiva de mão de obra.
- (B) podem ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas em razão da atividade econômica ou utilização intensiva de mão de obra.
- (C) devem ter, apenas, alíquotas idênticas em função do princípio da igualdade.
- (D) podem ter alíquotas diferenciadas em função da diversidade da base de financiamento.

Nos termos do art. 195, § 9º, da CF, as contribuições sociais do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada poderão ter alíquotas ou bases de cálculo *diferenciadas*, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho. **A:** incorreta, pois as bases podem ser diferenciadas; **B:** correta, conforme comentário inicial; **C:** incorreta, pois as alíquotas também podem ser diferenciadas; **D:** incorreta, pois a diversidade da base de financiamento não é critério para diferenciação das alíquotas, mas sim a atividade econômica, a utilização intensiva de mão de obra, o porte da empresa ou a condição estrutural do mercado de trabalho.

„B“, 017bvb0

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Gilson reside em uma localidade paranaense que é servida com iluminação pública cobrada dos contribuintes. Nessa situação, a espécie tributária que Gilson paga pela iluminação pública é

- (A) Taxa paga ao Estado.
- (B) Contribuição especial paga ao Município.
- (C) Contribuição especial paga ao Estado.
- (D) Taxa paga ao município.

O serviço de iluminação pública pode ser custeado pela contribuição prevista no art. 149-A da CF, de competência dos Municípios e do Distrito Federal. **A e D:** incorretas, pois se trata de contribuição, e não taxa; **B:** correta, conforme comentário inicial; **C:** incorreta, pois a contribuição para custeio do serviço de iluminação pública é instituído e cobrado pelos Municípios e pelo Distrito Federal.

„B“, 017bvb0

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Constitui hipótese juridicamente correta de instituição de um tributo com o mesmo fato gerador da CPMF a criação de um(a)

- (A) imposto, desde que 20% do produto de sua arrecadação sejam distribuídos aos Estados da Federação.
- (B) taxa, desde que aprovado por meio de lei complementar.
- (C) imposto, desde que aprovado por meio de lei complementar.
- (D) contribuição especial, desde que uma lei complementar a torne não cumulativa.

**A e C:** incorretas, pois o imposto da competência residual da União não poderia ser cumulativo (a CPMF é claramente cumulativa) – art. 154, I, da CF; **B:** incorreta. Não é possível a cobrança de taxa sobre movimentações financeiras, já que essa espécie tributária somente pode ser cobrada em caso de prestação de serviço público específico e divisível ou de exercício do poder de polícia – art. 145, II, da CF; **D:** essa é a melhor alternativa, por exclusão das demais, caso seja possível tornar a cobrança não cumulativa – art. 195, § 4º, da CF.

„D“, 017bvb0

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Além dos impostos, a Constituição Federal permite à União cobrar as chamadas contribuições sociais. Entretanto, não é permitido à União cobrar contribuição

- (A) sobre o lucro das empresas.
- (B) destinada à iluminação pública.
- (C) sobre o faturamento das empresas.
- (D) sobre a receita de concursos de prognósticos.

**A:** incorreta, pois a contribuição social incide sobre o lucro – art. 195, I, *c*, da CF; **B:** correta, pois a contribuição para custeio do serviço de iluminação pública é da competência dos Municípios e do Distrito Federal, não da União, conforme dispõe o art. 149-A da CF. Ademais, não é contribuição social (ou seja, não custeia a seguridade social), como determina o art. 195 da CF; **C:** incorreta, pois a contribuição social incide sobre a receita ou o faturamento – art. 195, I, *b*, da CF; **D:** incorreta, pois incide contribuição social sobre a receita de concursos de prognósticos (loterias) – art. 195, III, da CF.

„B“, 017bvb0

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Na história da legislação tributária brasileira, frequentemente ocorreu de entes da Federação criarem verdadeiros impostos, dando-lhes, entretanto, o nome de taxa. Isso ocorria para se evitar que fosse declarada inconstitucional a lei instituidora, por falta de competência tributária. Considerando essa afirmação, assinale a opção correta, relativamente à natureza jurídica do tributo.

- (A) Não procede a preocupação do ente federado, pois um tributo será considerado taxa desde que seja criado com esta denominação.
- (B) Para a definição da natureza jurídica, é relevante levar-se em consideração a destinação do produto da arrecadação.

- (C) Todas as características formais do tributo estabelecidas na lei de criação devem ser consideradas na definição da espécie tributária.
- (D) O fato gerador é critério de exame da natureza jurídica específica do tributo.

**A:** incorreta, pois a denominação dada ao tributo é irrelevante. A natureza jurídica específica é dada pelo fato gerador e pela base de cálculo da exação, de acordo com o art. 4º, *caput* e I, do CTN; **B:** incorreta, pois a destinação do produto da arrecadação tampouco é relevante para a definição da natureza jurídica do tributo – art. 4º, II, do CTN; **C:** incorreta, pois as características formais não são relevantes – art. 4º, I, *in fine*, do CTN; **D:** correta, conforme comentário à alternativa “A”.

Gabário “D”.

(OAB/Exame Unificado – 2006.ES) Os recursos provenientes de impostos não podem ser vinculados a órgão, fundo ou despesa, como determina o princípio constitucional da não afetação ou não vinculação. Entretanto, são exceções e podem receber garantia legal de vinculação em orçamento de parte da arrecadação de impostos as despesas

- (A) de pagamento de servidores públicos.
- (B) com ensino.
- (C) com saúde e segurança.
- (D) de pagamento de prestações de empréstimos e financiamentos.

Conforme o princípio da não afetação ou da não vinculação (art. 167, IV, da CF), é vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159 da CF, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, da CF, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, da CF, bem como o disposto no § 4º do art. 167 da CF. **A:** incorreta, pois não há exceção que possibilite a vinculação da receita de impostos ao pagamento de servidores; **B:** correta, pois há exceção a não afetação em relação a despesas com ensino, conforme comentários iniciais; **C:** incorreta, pois há previsão de vinculação para a saúde, mas não para a segurança; **D:** incorreta, pois se permite a vinculação, apenas, para fins de garantia a determinadas operações de crédito (antecipação de receitas) e em relação a obrigações dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a União.

Gabário “B”.

(FGV – 2009) A taxa e o preço público se caracterizam por:

- (A) o preço público ser receita derivada do Estado e a taxa ser receita originária.
- (B) a cobrança da taxa obedecer ao princípio da proporcionalidade do uso e a do preço público não.
- (C) o preço público poder ser cobrado pela utilização potencial do serviço, enquanto a taxa não pode.
- (D) a taxa ter como sujeito ativo pessoa jurídica de direito público e o preço público poder ser exigido por pessoa jurídica de direito privado.
- (E) o regime jurídico da taxa ser *sui generis*, já o dos preços públicos ser, sobretudo, contratual.

**A:** incorreta. Receita derivada é aquela decorrente do poder estatal, exigida compulsoriamente dos cidadãos, por meio de lei (tributos, penalidades pecuniárias). Receita originária é aquela auferida pela exploração do patrimônio estatal (aluguéis, vendas de ativos, prestação de

serviços em regime privado etc.). Assim, a taxa (= espécie de tributo) é receita derivada, enquanto o preço público (remuneração pela prestação do serviço em regime privado) é receita originária; **B:** incorreta. Tanto a taxa como o preço público remuneram determinada atividade, de modo que deve haver proporcionalidade entre essa atividade e aquilo que é cobrado por ela; **C:** incorreta. Somente a taxa tem o aspecto da compulsoriedade (típico dos tributos), podendo ser exigida mesmo quando o cidadão não utiliza efetivamente o serviço; **D:** correta, pois, de fato, o art. 119 do CTN prevê que o sujeito ativo do tributo (não se esqueça que a taxa é espécie de tributo) será sempre pessoa jurídica de direito público (há controvérsia doutrinária), restrição que não se aplica ao preço público (que não tem natureza tributária); **E:** incorreta. O regime jurídico da taxa é de direito público, relativo a todos os tributos, de modo que não pode ser considerado *sui generis*.

Gabário “D”.

(FGV – 2008) É tributo contraprestacional:

- (A) a CSLL.
- (B) o IRPJ.
- (C) a COFINS.
- (D) a contribuição para o CREA.
- (E) a taxa judiciária.

A CSLL e o IRPJ incidem sobre o lucro das empresas. A COFINS incide sobre o faturamento. A contribuição ao CREA é recolhida pelos profissionais sujeitos à fiscalização do órgão de classe. Perceba que não se trata de contraprestação por qualquer serviço ou atividade estatal voltada direta e especificamente ao contribuinte. A taxa judiciária, por outro lado, tem por fato gerador os serviços jurisdicionais prestados pelo Estado ao contribuinte, ou seja, é contraprestação em relação a esses serviços.

Gabário “E”.

(FGV – 2008) O art. 5º do Código Tributário Nacional determina que os tributos se dividem em:

- (A) impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- (B) impostos, taxas, contribuições sociais e contribuições de melhoria.
- (C) impostos, taxas, contribuições sociais, contribuições de melhoria e empréstimos compulsórios.
- (D) impostos, taxas, contribuições sociais e empréstimos compulsórios.
- (E) impostos, contribuições sociais, contribuições de melhoria e empréstimos compulsórios.

O dispositivo legal mencionado na questão, a exemplo do art. 145 da CF, consagra a teoria tripartida: as espécies tributárias são: impostos, taxas e contribuições de melhoria.

Gabário “A”.

(FGV – 2007) Tributo de valor fixo prescinde:

- (A) da exata identificação do fato gerador
- (B) da base de cálculo e da alíquota
- (C) da definição de contribuinte
- (D) de lei instituidora

O tributo de valor fixo (taxa anual de R\$ 50,00, por exemplo) não demanda cálculo, logo não há base ou alíquota. Não prescinde, entretanto, da lei instituidora (princípio da legalidade), da identificação do fato gerador e da definição (pela lei) do contribuinte.

Gabário “B”.

(FGV – 2007) A compulsoriedade, como elemento conceitual do tributo, decorre da:

- (A) natureza legal da obrigação tributária
- (B) obrigatoriedade do pagamento do tributo
- (C) vontade do sujeito passivo da obrigação tributária
- (D) contratualidade que caracteriza a relação tributária

A compulsoriedade caracteriza aquilo que independe da vontade. As pessoas somente são obrigadas a fazer algo contra a vontade por força de lei.

„A.“ Gabarito

(FGV – 2007) Dos tributos abaixo alinhados, considera-se vinculado:

- (A) imposto sobre serviços de qualquer natureza
- (B) imposto sobre operações financeiras
- (C) taxa de coleta de lixo domiciliar
- (D) imposto sobre a renda

**A, B e D:** Incorretas, nos termos do art. 16 do CTN – os impostos são tributos não vinculados a qualquer atividade estatal específica voltada ao contribuinte. **C:** Correta, pois a taxa é tributo vinculado a determinado serviço ou ao exercício de poder de polícia voltado ao contribuinte.

„C.“ Gabarito

## 5. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA – FONTES

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) De acordo com o CTN, constituem normas complementares a que estão sujeitos os contribuintes

- (A) as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas.
- (B) os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e suas autarquias.
- (C) os atos normativos expedidos pelas autoridades legislativas.
- (D) as decisões dos órgãos singulares do Poder Judiciário a que a lei atribua eficácia normativa.

Nos termos do art. 96 do CTN, as *normas complementares* compõem a *legislação tributária*. Conforme o art. 100 do CTN, são normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos: os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas (inc. I); as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa (inc. II); as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas (inc. III); e os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios (inc. IV). **A:** correta, conforme comentário inicial; **B:** incorreta, pois o CTN não faz referência a convênios firmados por autarquias; **C:** incorreta, pois, embora os atos normativos do Poder Legislativo (leis, decretos, resoluções) possam compor a *legislação tributária*, não se trata de normas complementares; **D:** incorreta, pois as decisões do Poder Judiciário não se qualificam como normas complementares (somente as decisões administrativas, a que a lei atribua eficácia normativa).

„A.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) Assinale a opção correta acerca da legislação tributária.

- (A) Os empréstimos compulsórios somente serão instituídos mediante lei complementar.
- (B) A discriminação dos serviços a serem tributados pelo imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) será veiculada por lei ordinária.

(C) Apenas emendas constitucionais estabelecerão as alíquotas do ICMS aplicáveis às operações de exportação.

(D) É lícito que a matéria atinente à fixação das alíquotas mínimas para o IPVA seja disciplinada por decreto.

**A:** correta, conforme o art. 148 da CF; **B:** incorreta, pois a lei complementar federal indicará os serviços sujeitos ao ISS municipal – art. 156, III, da CF e LC 116/2003; **C:** incorreta, pois as exportações são imunes ao ICMS. Ademais, antes da EC 42/2003, que fixou a imunidade ampla, cabia ao Senado Federal fixar as alíquotas do ICMS (art. 155, II, da CF) sobre exportações, por resolução – art. 155, § 2º, IV, e X, a, da CF; **D:** incorreta, pois as alíquotas mínimas do IPVA (art. 155, III, da CF) devem ser fixadas pelo Senado Federal – art. 155, § 6º, I, da CF.

„A.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Conforme a Constituição Federal, alguns tributos podem ter suas alíquotas modificadas por ato do Poder Executivo. Esses tributos incluem o

- (A) Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA).
- (B) Imposto sobre a prestação de serviços de qualquer natureza (ISSQN).
- (C) Imposto sobre importações.
- (D) Imposto sobre serviços de transporte intermunicipal.

**A, B e D:** incorretas, pois nenhum tributo estadual ou municipal pode ter as alíquotas alteradas por norma infralegal; **C:** correta, pois o II (art. 153, I, da CF), o IE (art. 153, II, da CF), o IPI (art. 153, IV, da CF) e o IOF (art. 153, V, da CF), além da Cide sobre combustíveis (art. 149 da CF), podem ter suas alíquotas alteradas por norma infralegal, atendidos os limites e as condições fixadas em lei – art. 153, § 1º, da CF.

„C.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) A base normativa do direito tributário compreende não apenas as leis, mas também, entre outras, as normas complementares. Não se classificam como normas complementares

- (A) os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas.
- (B) os decretos.
- (C) as decisões dos órgãos singulares de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa.
- (D) os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o DF e os Municípios.

Conforme o art. 100 do CTN, são normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos: os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas (inc. I); as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa (inc. II); as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas (inc. III); e os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios (inc. IV). **A, C e D:** incorretas, pois as indicadas nas alternativas são normas complementares, conforme comentário inicial; **B:** correta. Essa é a alternativa a ser indicada pelo candidato, pois os decretos compõem a *legislação tributária*, mas não são *normas complementares*.

„B.“ Gabarito

(FGV – 2009) A respeito dos denominados *acordos de bitributação* (Tratados Internacionais Bilaterais em Matéria de Imposto sobre a Renda) firmados pelo Brasil, assinale a afirmativa correta.

- (A) Submetem-se à lei interna brasileira sempre que com

ela (lei interna) conflitarem.

- (B) Sobrepoem-se à lei interna, limitando a sua eficácia nas hipóteses previstas em seus dispositivos (dos acordos de bitributação).
- (C) Podem limitar as alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) nos casos de pagamentos de *royalties* ao exterior.
- (D) Ampliam a soberania tributária do Brasil sobre fatos econômicos que, na sua ausência, não seriam tributados.
- (E) Sobrepoem-se ao direito interno, inclusive em relação aos dispositivos constitucionais, pois contêm normas supranacionais.

**A, B e E:** o art. 98 do CTN dispõe que os tratados internacionais em matéria tributária revogam ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha. Isso indica preponderância do tratado sobre as leis internas, mas jamais sobre a Constituição Federal, que é o regramento maior do país. Por essas razões, as assertivas A e E são incorretas e a B correta; **C:** incorreta, pois a CIDE sobre remessas ao exterior é contribuição que não se confunde com o Imposto de Renda; **D:** é incorreta, pois os tratados internacionais não criam novas hipóteses de incidência tributária, o que poderia ser entendido como “ampliação da soberania do Brasil sobre fatos econômicos...”. Apenas estabelecem normas que afastam a cobrança do IR em determinadas situações, em que houve pagamento de tributo análogo a Fisco estrangeiro.

„B.“ Gabarito

(FGV – 2008) Conforme definição do Código Tributário Nacional, são denominadas normas complementares:

- I. as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa;
- II. as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;
- III. decretos editados pelos entes federados.

Análise os itens acima e assinale:

- (A) se nenhum item estiver correto.
- (B) se somente os itens I e III estiverem corretos.
- (C) se somente os itens II e III estiverem corretos.
- (D) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- (E) se todos os itens estiverem corretos.

**I:** correto, conforme o art. 100, II, do CTN; **II:** correto, conforme o art. 100, III, do CTN; **III:** art. 96 do CTN – o decreto não é considerado norma complementar pelo Código, mas compreende a expressão “legislação tributária”, o que torna o item incorreto.

„D.“ Gabarito

## 6. VIGÊNCIA, APLICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Osvaldo, que foi notificado pelo Fisco para o pagamento de um imposto de R\$ 10.000,00 e multa de 20%, impugnou o lançamento e, no curso do processo, declarou-se devedor dos R\$ 10.000,00 e requereu a exclusão da multa, por denúncia espontânea. Ainda no curso do processo, advieram duas leis: uma que alterou a alíquota da multa para o correspondente a 10%, e outra, posterior, que alterou a alíquota para 15%. Nessa situação, o percentual de multa

que Osvaldo terá de pagar é igual a

- (A) 0%.
- (B) 10%.
- (C) 15%.
- (D) 20%.

Não há denúncia espontânea, pois os atos do contribuinte ocorreram após o início da fiscalização – art. 138, parágrafo único, do CTN. Isso significa que Osvaldo não ficou dispensado da multa. No que se refere à alíquota da penalidade, há retroatividade da norma mais benéfica, que a fixou em 10% antes do julgamento definitivo (*lex mitior*). Perceba que a norma posterior, que aumentou a multa para 15% não retroage, pois não é benéfica ao acusado – art. 106, II, c, do CTN.

„B.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Como forma de resolver lacunas no direito tributário, a autoridade aplicadora da lei deve fazer uso de quatro instrumentos jurídicos, em uma ordem especificada em lei. Em relação a essa ordem, assinale a opção correta.

- (A) A equidade deve vir antes da analogia.
- (B) Os princípios gerais de direito tributário devem vir antes da analogia.
- (C) A analogia deve vir antes dos princípios gerais de direito público.
- (D) A equidade deve vir antes dos princípios gerais de direito tributário.

Nos termos do art. 108 do CTN, a ordem indicada é: (1) analogia (inc. I); (2) princípios gerais de direito tributário (inc. II); (3) princípios gerais de direito público (inc. III); e, (4) equidade (inc. IV).

„C.“ Gabarito

Veja a seguinte tabela, para memorização das regras de integração e sua ordem de aplicação, conforme previsto no art. 108 do CTN:

Regras de integração – casos de ausência de disposição expressa
1º – analogia (não pode implicar exigência de tributo ao arrepio da lei)
2º – princípios gerais de direito tributário
3º – princípios gerais de direito público
4º – equidade (não pode implicar dispensa de pagamento do tributo devido)

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) Interpretar a norma jurídica consiste em identificar o seu sentido e alcance. Chama-se hermenêutica a ciência da interpretação. A interpretação (ou exegese) é necessária para que se possa aplicar a lei às situações concretas que nela se subsumam (Luciano Amaro. Direito tributário brasileiro. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 205). A partir do texto acima, é correto afirmar que se interpreta literalmente a legislação que disponha sobre

- (A) dispensa do cumprimento de obrigações tributárias principais.
- (B) exclusão do crédito tributário.
- (C) extinção do crédito tributário.
- (D) prescrição e decadência.



Nos termos do art. 111 do CTN, interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre: suspensão ou exclusão do crédito tributário (inc. I); outorga de isenção (inc. II); e dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias (inc. III). Por essa razão, a alternativa “B” é a correta.

Gabarito “B”

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) A Lei n.º X, publicada no dia 30 de setembro de 2005, majorou o imposto sobre produtos industrializados (IPI), sendo omissa quanto à sua entrada em vigor. Com relação à situação hipotética apresentada e a vigência das leis tributárias, assinale a opção correta.

- (A) A referida majoração somente poderá ser cobrada em face dos fatos geradores ocorridos a partir de 1.º/1/2006, devido ao princípio da anualidade.
- (B) De acordo com o princípio da anterioridade nonagesimal, a referida majoração somente poderá ser cobrada em face dos fatos geradores ocorridos após 90 (noventa) dias da sua publicação.
- (C) Poderá ser cobrada a referida majoração somente em face dos fatos geradores ocorridos após 45 (quarenta e cinco) dias da publicação da Lei n.º X, devido a regra contida na Lei de Introdução ao Código Civil, já que aquela lei foi omissa quanto a sua entrada em vigor.
- (D) Os valores provenientes dessa majoração podem ser cobrados em face dos fatos geradores ocorridos a partir de sua publicação, já que o IPI não se submete ao princípio da anterioridade.

**A:** incorreta, por duas razões. Em primeiro lugar, não subsiste o princípio da *anualidade* (exigência de previsão orçamentária para a exigência de tributo), mas apenas o princípio da *anterioridade anual* (a cobrança pode ser feita apenas a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao da publicação). Em segundo lugar, o IPI é exceção ao princípio da anterioridade anual, submetendo-se apenas à anterioridade nonagesimal (a majoração pode ser cobrada após 90 (noventa) dias da publicação); **B:** correta, lembrando que o IPI submete-se à anterioridade nonagesimal – art. 150, III, c, da CF; **C:** incorreta, pois a majoração somente será exigível após 90 (noventa) dias da publicação, conforme a anterioridade nonagesimal – art. 150, III, c, da CF; **D:** incorreta, conforme comentários anteriores.

Gabarito “B”

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Acerca da legislação tributária, assinale a opção correta.

- (A) As decisões provenientes dos Conselhos de Contribuintes do Ministério da Fazenda a que a lei atribuir eficácia normativa entrarão em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.
- (B) Deverá obediência ao princípio da anterioridade tributária a revogação de isenção não onerosa concedida para promover o desenvolvimento de precária região brasileira.
- (C) Estão sob reserva de lei complementar as matérias atinentes à concessão de isenções, à disposição sobre parcelamento do crédito tributário e à autorização de dáções em pagamento.
- (D) A disciplina da integração da legislação tributária determina que o emprego do princípio da equidade não pode resultar na dispensa do pagamento de penalidade pecuniária.

**A:** correta, conforme o art. 103, II, do CTN; **B:** existe grande contro-

vérria a respeito. Há entendimento jurisprudencial no sentido de que a revogação de isenções não equivale à majoração ou à instituição de tributo, de modo que não se sujeita à anterioridade (ver Súmula 615/STF). Isso (afastamento da anterioridade) não se aplicaria aos tributos incidentes sobre patrimônio e renda, nos termos do art. 104, III, do CTN; **C:** incorreta, pois essas matérias podem ser veiculadas por simples lei ordinária de cada ente tributante. Não se trata de normas gerais de direito tributário, que exigiriam lei complementar federal – art. 146 da CF; **D:** incorreta, pois o dispositivo legal em questão (art. 108, § 2º, do CTN) afirma que a equidade não pode implicar dispensa do pagamento de tributo devido.

Gabarito “A”

(OAB/Exame Unificado – 2006.ES) Assinale a opção incorreta.

- (A) A lei tributária que outorga benefício tributário de isenção pode ser interpretada extensivamente.
- (B) O emprego da analogia não pode resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
- (C) A lei tributária expressamente interpretativa pode retroagir para instituir cobrança sobre fato gerador passado.
- (D) O emprego da analogia não pode resultar na criação de hipótese de incidência.

**A:** incorreta, pois a lei que outorga isenção deve ser interpretada literalmente (estritamente, e não extensivamente) – art. 111, *caput* e II, do CTN; **B:** correta, conforme o art. 108, § 1º, do CTN; **C:** incorreta também, pois a retroatividade da lei expressamente interpretativa não pode implicar *instituição* de tributo novo. A norma efetivamente interpretativa, por definição, não inova na tributação, apenas esclarece o alcance de normas pré-existentes. Se a suposta norma interpretativa institui a cobrança de tributo sobre fato passado, ela não é interpretativa – art. 106, I, do CTN; **D:** correta, conforme o art. 108, § 1º, do CTN. **Observação:** parece-nos que há duas assertivas incorretas nesta questão (“A” e “C”).

Gabarito “A”

(FGV – 2009) De acordo com o Código Tributário Nacional a lei aplica-se a ato ou fato pretérito. A esse respeito analise as afirmativas que apresentam as situações em que a lei se aplica.

- I. Em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.
- II. Quando reduza a alíquota de tributo cujo fato gerador já foi praticado, desde que a defesa ofertada pelo contribuinte, administrativa ou judicial, ainda não tenha sido definitivamente julgada.
- III. Tratando-se de ato não definitivamente julgado, quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado falta de pagamento de tributo.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**I:** correta, pois é isso que dispõe o art. 106, I, do CTN; **II:** incorreta, pois a legislação relativa ao tributo é aquela vigente à época do fato gerador – art. 144, *caput*, do CTN. É importante lembrar que somente

retroage a norma que reduz ou afasta a penalidade (*lex mitior*), e não o tributo – art. 106, II, do CTN; **III**: correta, já que esse é o conteúdo do art. 106, II, b, do CTN.

„C“ Gabarito

Veja a tabela “Aplicação da lei tributária a ato ou a fato pretérito” (pgs. anteriores) para memorizar os casos em que a lei tributária é aplicada a ato ou fato pretérito.

(FGV – 2008) Havendo antinomia entre norma de tratado internacional e norma de lei interna, mais recente, a questão se resolve:

- (A) pela prevalência da lei interna, com indenização aos prejudicados.
- (B) pela revogação da lei interna, sem indenização aos prejudicados.
- (C) pela revogação do tratado, com indenização aos eventuais prejudicados.
- (D) pelo critério da especificidade da matéria, adotando-se a norma mais completa para solução do caso.
- (E) pela prevalência do tratado, com indenização eventual aos prejudicados.

O STF tem o entendimento de que o tratado internacional em regra ingressa no sistema jurídico brasileiro com força de lei ordinária federal (há precedentes importantes em matéria trabalhista, mas é certo que há exceção em matéria de direitos humanos). Nesse sentido, a lei interna posterior prevalece sobre o tratado. Não é correto falar em revogação, pois o acordo continua a produzir efeitos na esfera do direito internacional. É razoável afirmar que se o legislador causa dano a alguém, é possível pleitear indenização, nos termos da legislação civil. Perceba que o examinador não afirma que o tratado se refere à matéria tributária, em relação a qual há forte debate doutrinário sobre o alcance do art. 98 do CTN. Afastando ou ao menos reduzindo muito o debate doutrinário e jurisprudencial a respeito do assunto, o STF decidiu que “a cláusula de vedação inscrita no art. 151, III, da CF/1988 – que proíbe a concessão de isenções tributárias heterônomas – é inoponível ao Estado Federal brasileiro (vale dizer, à República Federativa do Brasil), incidindo, unicamente, no plano das relações institucionais domésticas que se estabelecem entre as pessoas políticas de direito público interno. (...) Nada impede, portanto, que o Estado Federal brasileiro celebre tratados internacionais que veiculem cláusulas de exoneração tributária em matéria de tributos locais (como o ISS, p. ex.)” (RE 543.943 AgR/PR). Por essas razões, a assertiva “E” é a correta.

„E“ Gabarito

(FGV – 2008) Assinale a afirmativa correta.

- (A) A lei tributária que define infrações ou lhe comina penalidades interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto à capitulação legal do fato, bem como quanto à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos.
- (B) Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada: a analogia; os princípios gerais de direito tributário; os princípios gerais de direito e a equidade.
- (C) A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal

ou dos Municípios ou pelas leis complementares, para definir ou limitar competências tributárias.

- (D) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre: suspensão, extinção ou exclusão do crédito tributário; outorga de isenção e dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
- (E) A definição legal do fato gerador é interpretada considerando-se a validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos.

**A**: correta, pois corresponde ao art. 112 do CTN; **B**: depois dos princípios gerais de direito tributário, utilizam-se os princípios gerais de direito público. A assertiva não faz referência ao “público”, razão pela qual é considerada errada à luz do art. 108, III, do CTN; **C**: ao dispor sobre a matéria, o art. 110 do CTN faz referência, apenas, à Constituição Federal, às Constituições Estaduais e às Leis Orgânicas municipais e distrital, mas não à lei complementar, o que torna a assertiva incorreta; **D**: o art. 111 do CTN não faz referência à **extinção** do crédito tributário, ao determinar a interpretação literal da legislação tributária, razão pela qual a assertiva é considerada incorreta; **E**: a interpretação relativa ao fato gerador é feita **abstraindo-se** (i) da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos, e (ii) dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos – art. 118 do CTN. A assertiva diz que se deve considerar isso, o que é incorreto.

„A“ Gabarito

(FGV – 2008) Em 1º de agosto de 2003, determinado contribuinte recolheu o ICMS aplicando alíquota menor que a correta. À época do fato gerador, a alíquota do ICMS correta era de 25%, e a multa prevista para esse tipo de infração era de 80% do valor do imposto não recolhido. Em 31 de dezembro de 2003, o Estado editou uma lei reduzindo a referida alíquota para 20% e majorando a multa para 90%. Em 31 de dezembro de 2004, o Estado editou nova lei reduzindo o valor da multa para 70% e fixando a alíquota em 27%, sendo esta a lei vigente no dia da autuação. A alíquota e a multa que o fiscal aplicaria para constituir o crédito tributário em razão da infração cometida por esse contribuinte seriam, respectivamente, de:

- (A) 20% e 90%.
- (B) 20% e 80%.
- (C) 25% e 80%.
- (D) 25% e 70%.
- (E) 27% e 70%.

A alíquota do imposto será sempre aquela vigente à época do fato gerador – art. 144, do CTN. A alíquota atual da multa retroage para beneficiar o infrator (*lex mitior*) – art. 106, II, c, do CTN.

„D“ Gabarito

(FGV – 2008) Segundo o Código Tributário Nacional, impõe-se interpretação literal de norma tributária que disponha sobre:

- (A) moratória.
- (B) compensação.
- (C) transação.
- (D) prescrição.
- (E) remissão.

Art. 111, I c/c art. 151, I, ambos do CTN – das alternativas, somente a moratória é modalidade de suspensão do crédito tributário (as demais são causas extintivas do crédito tributário), ou seja, somente a ela se aplica a regra da interpretação literal. Isso porque o art. 111, I, do CTN não faz referência expressa à extinção do crédito tributário, ao se referir à interpretação literal, mas apenas à suspensão e à exclusão.

Gabarito "A".

(FGV – 2007) Com base no CTN, em relação à legislação tributária, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
- (B) O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa de pagamento de tributo devido.
- (C) A lei tributária se aplica a ato ou fato pretérito, quando o ato não definitivamente julgado cominar penalidade menos severa que a prevista na lei ao tempo da sua prática ou reduzir o valor do tributo devido.
- (D) Dentre as normas complementares das leis, dos tratados e convenções internacionais e dos decretos, encontram-se as práticas reiteradas observadas pelas autoridades administrativas.
- (E) A lei tributária que define infrações ou lhe comina penalidades, em caso de dúvida quanto à natureza da penalidade aplicável ou a sua graduação, deve ser interpretada de maneira mais favorável ao acusado.

**A:** correta, nos termos do art. 108, § 1º, do CTN; **B:** correta, conforme o art. 108, § 2º, do CTN; **C:** incorreta, devendo ser assinalada, conforme os arts. 106, II, c, e 144, ambos do CTN – somente a norma relativa à penalidade pode ser aplicada retroativamente, e nunca aquela relativa ao tributo; **D:** correta, conforme o art. 100, III, do CTN; **E:** correta, nos termos do art. 112, IV, do CTN.

Gabarito "C".

## 7. FATO GERADOR E OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Considere-se que a empresa Paraná Petróleo tenha sido considerada, em conformidade com o que dispõe a lei, sujeito passivo de obrigações tributárias acessórias. Nesse caso, a empresa

- (A) deve, pela legislação tributária, pagar uma multa.
- (B) é, pela legislação tributária, obrigada a prestações acessórias.
- (C) deve ter deixado de pagar um imposto e deve pagá-lo com juros.
- (D) deve pagar certo tributo com atualização monetária.

É importante ter claro que, nos termos do art. 113 do CTN: (i) entregar dinheiro ao Fisco, seja tributo ou multa, é objeto de obrigação tributária *principal*; e (ii) fazer ou deixar de fazer qualquer coisa (que não seja entregar dinheiro) em favor da fiscalização tributária é objeto de obrigação tributária *acessória*. Dito de outra forma, toda prestação *pecuniária* em favor do Fisco é objeto da obrigação *principal*, enquanto as prestações *não pecuniárias* em favor do Fisco são objeto da obrigação *acessória*. **A:** incorreta, pois multa é objeto de obrigação tributária *principal*; **B:** correta, pois quem é sujeito passivo de obrigação *acessória* deve cumprir, evidentemente, a prestação *acessória* (prestação = objeto da relação obrigacional) – art. 122 do CTN; **C:** incorreta, pois a penalidade pecuniária decorrente do inadimplemento (= não pagamento) é objeto de obrigação tributária *principal*; **D:** incorreta, pois o tributo, assim como a penalidade pecuniária e os acréscimos (correção monetária e

juros), são objeto da obrigação tributária *principal*.

Gabarito "B".

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) A Nuporanga Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. atua no ramo de venda de produtos alimentícios e, pela natureza de sua atividade, deve cumprir várias obrigações tributárias, tais como prestar declarações ao Fisco, emitir nota fiscal, recolher o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias (ICMS) e, eventualmente, pagar penalidades pecuniárias. Considerando a situação hipotética acima e as normas atinentes à obrigação tributária, assinale a opção correta.

- (A) A obrigação de empresas, como a Nuporanga, de pagar eventuais penalidades pecuniárias constitui obrigação tributária *principal*.
- (B) A obrigação tributária *acessória* é dependente da obrigação tributária *principal*.
- (C) Segundo o CTN, as obrigações tributárias, *principal* e *acessória*, decorrem da lei em sentido estrito.
- (D) A obrigação da Nuporanga de recolher o ICMS constitui obrigação tributária *acessória*.

**A:** correta, pois a multa (= penalidade pecuniária) é objeto da obrigação *principal*; **B:** incorreta, pois, apesar do nome, a obrigação *acessória* nem sempre acompanha a *principal*. Mesmo entidades imunes ou isentas, por exemplo, que não têm dever de pagar tributo (= obrigação *principal*), devem cumprir obrigações *acessórias* (manter escrituração fiscal, prestar informações ao Fisco etc.); **C:** incorreta, pois o CTN, ao tratar das obrigações *acessórias*, refere-se à legislação tributária (= leis, decretos, normas complementares), e não, especificamente, à lei – arts. 113, § 2º, e 115 do CTN; **D:** incorreta, pois a entrega de dinheiro ao Fisco (tributo ou multa) é sempre objeto da obrigação tributária *principal*.

Gabarito "A".

(FGV – 2008) Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Fato gerador da obrigação *principal* é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- (B) Fato gerador da obrigação *acessória* é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação *principal*.
- (C) Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos, tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios.
- (D) Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos, tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.
- (E) A definição legal do fato gerador é interpretada considerando-se a validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos.

**A:** correta, nos termos do art. 114 do CTN; **B:** correta, conforme o art. 115 do CTN; **C:** correta, conforme o art. 116, I, do CTN; **D:** correta, conforme o art. 116, II, do CTN; **E:** incorreta, devendo ser assinalada,

pois a definição legal do fato gerador é interpretada *abstraindo-se* (não se considerando) a validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como a natureza do seu objeto ou dos seus efeitos – art. 118, I, do CTN.

Gabário "E"

(FGV – 2007) É correto afirmar-se que a obrigação tributária acessória:

- (A) só acarreta consequências de índole restritiva fiscal
- (B) pode resultar em obrigação tributária principal
- (C) consubstancia crédito tributário secundário
- (D) não se sujeita ao lançamento

A obrigação acessória tem por objeto dever relacionado à tributação, mas que não é entregar dinheiro ao Fisco (não é pagamento de tributo ou multa). No entanto, o descumprimento dessa obrigação acessória gera penalidade pecuniária (que é objeto de obrigação principal) – art. 113, § 3º, do CTN.

Gabário "B"

(FGV – 2007) A obrigação tributária principal revela:

- (A) descumprimento do dever de pagar imposto devido
- (B) relação jurídica entre o contribuinte e o Estado
- (C) causa para imposição de penalidade fiscal
- (D) inadimplemento absoluto

A obrigação tributária é uma relação entre o sujeito passivo (contribuinte ou responsável) e o sujeito ativo (Estado), cujo objeto (prestação) corresponde ao dever de recolher tributo, penalidade e cumprir deveres acessórios.

Gabário "B"

## 8. LANÇAMENTO E CRÉDITO TRIBUTÁRIO

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Wilson foi ao DETRAN, no dia 17/12/2007, para proceder à transferência da propriedade de seu veículo a Airton. Lá, foi informado de que a transferência dependia da quitação do IPVA daquele ano, e que ele deveria ir à Secretaria da Fazenda para providenciar o pagamento. Na Secretaria da Fazenda, relatou o fato e, após assinar o requerimento da segunda via do documento de arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), recebeu a notificação para pagamento do respectivo imposto. A situação hipotética acima configura caso de lançamento tributário

- (A) por declaração.
- (B) por homologação.
- (C) de ofício.
- (D) por requerimento.

Trata-se de lançamento de ofício, pois, apesar da iniciativa do contribuinte, o Fisco apurou o valor do tributo (base de cálculo e alíquota), identificou o sujeito passivo e notificou-o para que pagasse o tributo. Ou seja, todo o procedimento de formalização ou constituição do crédito tributário foi realizado exclusivamente pela administração tributária (não houve declarações ou antecipação do recolhimento pelo contribuinte) – arts. 142 e 149 do CTN.

Gabário "C"

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Assinale a opção em que está correta a correlação entre um tributo e sua espécie de lançamento principal.

- (A) ITR — lançamento por homologação

- (B) IPVA — lançamento por declaração
- (C) ICMS — lançamento por homologação
- (D) COFINS — lançamento de ofício

Praticamente todos os tributos empresariais (devidos pelos empresários e pelas sociedades empresárias relativos às suas atividades empresariais) são lançados por homologação (o contribuinte calcula o valor e recolhe o tributo, antes de qualquer atuação do Fisco). É o caso do IR, IPI, do ICMS, do ISS, da contribuição ao PIS, da Cofins, da CSLL etc. Normalmente, os tributos sobre a propriedade (IPTU e IPVA) são lançados de ofício. O ITR é caso peculiar em que há debate, pois o Regulamento do ITR prevê o lançamento por homologação (art. 8º do Decreto 4.382/2002), mas muitos autores defendem tratar-se de lançamento por declaração (porque há diversas declarações previamente feitas pelo contribuinte). O examinador, como se vê, entendeu que o ITR é lançado por declaração (ou então a alternativa "A" também seria considerada correta – o gabarito é discutível). De qualquer forma, considerando a discussão em torno do ITR, a alternativa "C" é a melhor, pois é indiscutível que o ICMS é lançado por homologação. É bom lembrar, finalmente, que todos os tributos podem ser lançados de ofício, quando o lançamento por declaração ou por homologação não é realizado por erro, dolo, falta funcional etc. – art. 149 do CTN.

Gabário "C"

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) Segundo o que dispõe o CTN, compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento. A partir dessa informação, assinale a opção correta no que se refere a lançamento e suas modalidades.

- (A) A legislação aplicável ao lançamento será a vigente na data em que o mesmo for efetivado.
- (B) No lançamento por declaração, o sujeito passivo deve verificar a ocorrência do fato gerador, calcular o montante do tributo devido e efetuar o pagamento, cabendo ao sujeito ativo apenas conferir a apuração e o pagamento já realizados.
- (C) O imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) e a taxa de limpeza pública são tributos normalmente submetidos ao lançamento de ofício.
- (D) A contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) constitui tributo sujeito ao lançamento por declaração.

A: incorreta, pois se aplica a legislação vigente à época do fato gerador – art. 144, *caput*, do CTN; B: incorreta, pois a assertiva descreve o lançamento por homologação – art. 150 do CTN; C: correta, pois normalmente os Municípios calculam esses tributos, identificam o sujeito passivo e notificam para que pague (= lançamento de ofício). Interessante lembrar que a taxa de limpeza pública é inconstitucional, quando se refere à limpeza de calçadas, ruas, praças etc., pois o serviço não é específico e divisível (limpeza urbana é serviço *uti universi*, diferente da coleta de lixo, que é *uti singuli* e permite a cobrança de taxa); D: incorreta. A Cofins, assim como a generalidade dos tributos empresariais, está sujeita ao lançamento por homologação (LC 70/1991).

Gabário "C"

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) No que concerne ao lançamento do crédito tributário, assinale a opção correta.

- (A) A data da ocorrência do fato gerador vai definir a legislação tributária que regerá a constituição do crédito tributário. Todavia, aplica-se ao lançamento a legislação posterior a esta data que tenha outorgado ao crédito maiores privilégios, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

- (B) Não existindo disposição legal em contrário, nos casos em que o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, deverá ser feita a sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia em que se proceder ao lançamento tributário.
- (C) Qualquer modificação nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento, introduzida em consequência de decisão judicial, somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.
- (D) É de 5 (cinco) anos o prazo prescricional para cobrança de crédito tributário, contados da data do fato gerador da obrigação tributária.

**A:** incorreta, pois se houver atribuição de responsabilidade tributária a terceiros, a nova lei não retroage – art. 144, § 1º, *in fine*, do CTN; **B:** incorreta, pois a conversão se dá pelo câmbio da data em que ocorreu o fato gerador da obrigação, e não a data do lançamento – art. 143 do CTN; **C:** correta, pois o chamado *erro de direito* não permite a revisão do lançamento – art. 146 do CTN. Ver também o art. 23 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB; **D:** incorreta, pois o prazo prescricional quinquenal é contado a partir da data da *constituição definitiva* do crédito tributário (art. 174 do CTN).

„C“ „Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Na composição do lançamento tributário, são observados alguns fatores necessários ao cálculo do valor dos tributos. Esses fatores não incluem o(a)

- (A) vencimento.
- (B) base de cálculo.
- (C) alíquota.
- (D) identificação do contribuinte.

O art. 142 do CTN, ao definir o lançamento tributário, refere-se à verificação da ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinação da matéria tributável, cálculo do montante do tributo devido, identificação do sujeito passivo e, sendo caso, aplicação da penalidade cabível. Perceba que o vencimento não é elemento essencial, nesse contexto, razão pela qual a alternativa “A” deve ser indicada. De fato, não haverá nulidade se o vencimento não for apontado pela autoridade lançadora, pois bastará o devedor consultar a legislação aplicável (isso demonstra que o vencimento não é elemento essencial do lançamento). Em caso de omissão da legislação, o vencimento ocorrerá 30 (trinta) dias após a notificação do lançamento do crédito tributário – art. 160 do CTN.

„C“ „Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Assinale a opção incorreta, acerca de crédito e lançamento tributários.

- (A) O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza é tributo sujeito ao lançamento por homologação, procedimento em que o contribuinte antecipa o pagamento do tributo, e a autoridade tributária, posteriormente, o homologa.
- (B) No caso de tributo definitivamente constituído em janeiro de 2006, a pretensão da Fazenda Pública à execução do respectivo crédito tributário prescreverá em janeiro de 2011.
- (C) Considere que, em fevereiro, determinado contribuinte prestou serviços sujeitos à incidência do imposto sobre serviços (ISS), à alíquota de 1%. Em

março, foi publicada lei que majorou a alíquota do imposto para 2%. Nesse caso, sendo o lançamento efetivado em abril, a alíquota utilizada para cálculo do tributo deverá ser de 1%.

- (D) Sendo o sujeito passivo da obrigação tributária regularmente notificado quanto ao lançamento, este somente poderá ser alterado por força de decisão judicial, assegurando-se ao contribuinte o contraditório e a ampla defesa.

**A:** correta. Apesar da famosa declaração do imposto de renda, o tributo é lançado por homologação, não por declaração; **B:** correta, pois o prazo prescricional quinquenal para a cobrança se inicia a partir da constituição definitiva do crédito – art. 174 do CTN; **C:** correta, pois a alíquota do tributo aplicável será sempre aquela vigente à época do fato gerador – art. 144 do CTN; **D:** incorreta, devendo ser assinalada, pois o lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo pode ser alterado em virtude de, nos termos do art. 145 do CTN: impugnação do sujeito passivo (inc. I), recurso de ofício (inc. II) e iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no artigo 149 do CTN (inc. III).

„D“ „Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.ES) Assinale a opção incorreta a respeito de lançamento tributário.

- (A) Denomina-se lançamento o procedimento administrativo que verifica a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determina a matéria tributável, calcula o montante do tributo devido, identifica o sujeito passivo e, se for o caso, propõe aplicação da sanção cabível.
- (B) O lançamento de um tributo é atividade administrativa vinculada.
- (C) O lançamento por declaração caracteriza-se pela maior participação do contribuinte, que efetua a determinação da obrigação tributária e o pagamento antecipado do tributo, sem prévio exame da autoridade tributante.
- (D) Ocorre lançamento por declaração mesmo quando as informações acerca da matéria de fato tiverem de ser prestadas por terceiro legalmente obrigado.

**A:** correta, pois reflete a definição de *lançamento*, conforme o art. 142, *caput*, do CTN; **B:** correta, conforme o art. 142, parágrafo único, do CTN; **C:** incorreta, devendo ser assinalada, pois ela descreve o lançamento por homologação, e não o lançamento por declaração – arts. 147 e 150 do CTN; **D:** correta, nos termos do art. 147 do CTN.

„C“ „Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.ES) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo pode ser alterado em condições previstas no Código Tributário Nacional, as quais não incluem o(a)

- (A) impugnação do sujeito passivo.
- (B) ato de ofício da autoridade administrativa, embasado em comprovação de dolo, fraude ou simulação do contribuinte ou de terceiro em seu favor.
- (C) ato de ofício da autoridade administrativa, embasado em comprovação de fraude ou falta funcional da autoridade que efetuou o lançamento.
- (D) retificação da declaração por iniciativa do próprio contribuinte, com vistas a reduzir ou excluir tributo.

O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo somente pode ser alterado em virtude de, nos termos do que determina o art. 145 do CTN: impugnação do sujeito passivo (inc. I), recurso de ofício (inc. II) e iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no artigo 149 do CTN (inc. III). **A, B e C:** essas são hipóteses que permitem a revisão do lançamento, conforme comentário inicial; **D:** essa é a alternativa a ser indicada, pois, após a notificação, não é possível a retificação de declaração por iniciativa do próprio declarante, quando implique redução ou exclusão do tributo – art. 147, § 1º, do CTN.

Gabário "D."

(FGV – 2008) Nos termos do Código Tributário Nacional, o lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:

- I. quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;
- II. quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;
- III. quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação.

Análise os itens acima e assinale:

- (A) se nenhum item estiver correto.
- (B) se somente os itens I e III estiverem corretos.
- (C) se somente os itens II e III estiverem corretos.
- (D) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- (E) se todos os itens estiverem corretos.

I: correta, conforme o art. 149, III, do CTN; II: correta, de acordo com o que dispõe o art. 149, IV, do CTN; III: correta, nos termos do art. 149, VII, do CTN.

Gabário "E."

(FGV – 2008) Assinale a afirmação incorreta.

- (A) Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento.
- (B) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- (C) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de impugnação ou recurso administrativo.
- (D) A modificação introduzida nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.
- (E) A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

**A:** correta, pois essa é disposição do art. 142, primeira parte, do CTN; **B:** correta, conforme o art. 144, *caput*, do CTN; **C:** incorreta, devendo ser assinalada, pois também é possível a modificação de ofício, nos termos do art. 145, III c/c art. 149, ambos do CTN; **D:** correta, nos termos do art. 146 do CTN. Ver também o art. 23 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB; **E:** correta, conforme o art. 142, parágrafo único, do CTN.

Gabário "C."

(FGV – 2007) O lançamento pode ocorrer por:

- (A) homologação e por sujeição impositiva
- (B) indicação, de ofício e por homologação
- (C) declaração, por homologação e de ofício
- (D) iniciativa da autoridade, por atuação do sujeito passivo e por sujeição

Arts. 147 (declaração ou misto), 149 (ofício ou direto) e 150 (homologação ou autolancamento), todos do CTN. Essas são as três modalidades de lançamento tributário.

Gabário "C."

## 9. SUJEIÇÃO PASSIVA, RESPONSABILIDADE, CAPACIDADE E DOMICÍLIO

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Da análise das disposições do Código Tributário Nacional, que trata da responsabilidade tributária pessoal de terceiros, constata-se que a responsabilidade tributária de terceiros emerge

- (A) de sua capacidade contributiva.
- (B) da prática comprovada de atos ilícitos.
- (C) do fato de serem dirigentes de pessoas jurídicas.
- (D) de acréscimo de riqueza decorrente do ato ilícito cometido, necessariamente.

A responsabilidade pessoal de terceiros é prevista pelo art. 135, *caput*, do CTN, e decorre de ilícitos cometidos pelo sujeito. Essa responsabilidade surge como uma sanção por esses ilícitos (por exemplo, administrador da empresa que frauda documentos para realizar operações tributáveis responde pessoalmente pelo crédito tributário). **A:** incorreta, pois a responsabilidade de terceiros independe de sua capacidade contributiva; **B:** correta, conforme comentário inicial; **C:** incorreta, pois o simples fato de ser dirigente não implica responsabilidade. É preciso que haja infração da lei, dos contratos ou dos estatutos sociais; **D:** incorreta, pois a responsabilidade do art. 135 do CTN independe de vantagem econômica em favor do sujeito.

Gabário "B."

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) De acordo com o que dispõe o Código Tributário Nacional, a responsabilidade dos sucessores deve ser

- (A) excluída na alienação de ativos, na recuperação judicial e na falência.
- (B) aplicada somente na recuperação judicial.
- (C) aplicada na recuperação judicial e na falência.
- (D) excluída, na alienação de ativos, somente no que se refere à recuperação judicial.

**A:** correta, pois quem adquire fundo de comércio no bojo de processo de recuperação judicial ou de falência não responde pelos débitos tributários deixados pelo alienante, nos termos e com as exceções previstas no art. 133, §§ 1º e 2º, do CTN; **B, C e D:** incorretas, pois a responsabilidade do adquirente é afastada nos casos de recuperação judicial e falência.

Gabário "A."

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Walter, prestador de serviços, deixou de declarar receita e de pagar ISSQN por vários meses. Quando recebeu como pagamento uma boa quantia em dinheiro, resolveu informar ao Fisco sobre sua receita como prestador de serviços, com vistas à apuração e quitação de sua dívida. Nessa situação, a lei denomina o procedimento de Walter

- (A) denúncia espontânea.
- (B) confissão prévia.
- (C) pagamento prévio.
- (D) pagamento espontâneo.

Considerando que Walter informou e efetivamente pagou o tributo devido, corrigido monetariamente e acrescido de juros, antes do início de qualquer atividade fiscalizatória relacionada à exação, houve *denúncia espontânea*, afastando-se a cobrança de multas – art. 138, *caput* e parágrafo único, do CTN.

Gabarito "A".

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) Carlos, administrador do supermercado Boas Compras, deixou de recolher vários tributos da referida pessoa jurídica, que passa por severas privações financeiras. Tendo como referência inicial a situação hipotética acima, assinale a opção correta acerca da obrigação tributária.

- (A) A capacidade tributária passiva do referido supermercado Boas Compras não depende de sua regular constituição.
- (B) Carlos e o supermercado Boas Compras são solidariamente responsáveis pelo pagamento dos tributos devidos.
- (C) O dever de recolher os tributos devidos pelo supermercado Boas Compras constitui uma obrigação tributária acessória.
- (D) Carlos, na condição de administrador do supermercado Boas Compras, é pessoalmente responsável pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias decorrentes de quaisquer de seus atos.

**A:** correta, nos termos do art. 126, III, do CTN; **B e D:** incorretas, pois o simples inadimplemento não implica responsabilidade do administrador. Para que Carlos fosse incluído no polo passivo da obrigação tributária (como responsável tributário) seria preciso que ele tivesse agido com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos – art. 135 do CTN e Súmula 430/STJ ("O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente"); **C:** incorreta, pois o dever de recolher dinheiro ao Fisco (seja tributo ou multa) é sempre objeto de obrigação tributária *principal* – art. 113, § 1º, do CTN.

Gabarito "A".

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) Com o fito de atuar no ramo de fabricação de móveis residenciais, dois amigos constituíram a sociedade JC Móveis Ltda., contrataram seis empregados, adquiriram um imóvel e alguns equipamentos para fomentar a atividade empresarial. A respeito dessa situação e à luz das normas relativas às obrigações tributárias, assinale a opção correta.

- (A) O domicílio tributário de JC Móveis Ltda. será determinado pela autoridade tributária com aptidão para fiscalizar e cobrar os tributos de sua respectiva competência.
- (B) A pessoa jurídica JC Móveis Ltda. é responsável pelo recolhimento na fonte do imposto de renda devido por seus empregados e, nesse caso, sujeito passivo direto da obrigação tributária.
- (C) O descumprimento de obrigações tributárias, como a abstenção de escrituração dos livros fiscais de JC Móveis Ltda., converte-se em obrigação principal relativamente a eventual penalidade pecuniária.

- (D) Caso a autoridade tributária constate que a JC Móveis Ltda. não foi regularmente constituída, deverá ser decretada a perda de sua capacidade tributária passiva, sem prejuízo de aplicação de multa.

**A:** incorreta, pois o domicílio tributário é, em regra, escolhido pelos contribuintes. O CTN traz apenas regras subsidiárias, para o caso de não haver eleição, ou se o domicílio escolhido dificultar ou impossibilitar a fiscalização ou cobrança – art. 127 do CTN; **B:** incorreta, pois o empregador que retém o IR na fonte é responsável tributário (= sujeito passivo indireto). Os empregados é que seriam contribuintes (= sujeitos passivos diretos) – art. 45, parágrafo único, do CTN; **C:** correta. Quando o sujeito passivo deixa de cumprir obrigação acessória, incide penalidade pecuniária (= multa em dinheiro), que é objeto da obrigação principal – art. 113, § 3º, do CTN; **D:** incorreta, pois a regularidade da sociedade é irrelevante para a capacidade tributária – art. 126, III, do CTN.

Gabarito "C".

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) João, José e Jonas são sócios da Marmoraria do Sul Ltda. José, que esteve à frente da administração da sociedade por 5 anos, entre janeiro de 2000 e maio de 2005, praticou atos em desconformidade com o contrato social. Em junho de 2005, Jonas foi nomeado administrador. Como a Marmoraria do Sul Ltda. se encontrava em débito para com a Fazenda Pública Estadual, quanto a tributos relativos ao exercício de 2004, foi promovida execução fiscal contra a pessoa jurídica e seus sócios. Considerando essa situação hipotética como referência inicial e acerca das normas que regem a responsabilidade tributária da sociedade e de seus sócios, assinale a opção incorreta.

- (A) A responsabilidade de sócio pelas dívidas tributárias da sociedade é hipótese de substituição tributária.
- (B) Na execução fiscal, a eventual penhora dos bens de sócio não poderá atingir a meação de sua respectiva mulher.
- (C) João e Jonas não poderão permanecer no polo passivo da execução fiscal.
- (D) O inadimplemento das obrigações tributárias da pessoa jurídica devedora é bastante para caracterizar a responsabilidade pessoal e solidária do sócio-gerente.

**A:** assertiva discutível. A responsabilidade pode ser classificada como sendo (i) por *transferência*, quando a obrigação surge em face do contribuinte, mas, posteriormente, é *transferida* para o responsável, por conta de algum ato ou fato superveniente, ou (ii) por *substituição*, quando a obrigação surge imediatamente em face do responsável. Afirmar que a responsabilidade do sócio, prevista no art. 135 do CTN, é por *substituição* significa aceitar que a obrigação surgiu, com o fato gerador, imediatamente em relação ao responsável, inexistindo relação jurídica originária que inclua a sociedade (= contribuinte), o que é questionável. Ademais, modernamente, o termo *substituição* tem sido utilizado primordialmente para se referir à responsabilidade dentro da cadeia de produção e consumo, em relação a tributos plurifásicos (IPI, ICMS etc.), em que alguém recolhe o tributo devido pelos fornecedores (substituição tributária *para trás*) ou pelos adquirentes (substituição tributária *para frente*). Por essa aproximação, o sócio jamais poderia ser considerado responsável por substituição. De qualquer forma, a alternativa "D" é a melhor, pois claramente incorreta; **B:** correta, pois a esposa não é, em princípio, responsável tributária; **C:** correta, pois João e Jonas não eram administradores da empresa à época do fato gerador e da inadimplência original (2004), não sendo, portanto, responsáveis tributários – art. 135 do CTN; **D:** incorreta, devendo ser assinalada, pois o simples inadimplemento não implica responsabilidade

do sócio-gerente, conforme a Súmula 430/STJ ("O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente").

Gabário "D."

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Assinale a opção incorreta, no que diz respeito à obrigação tributária.

- (A) Suponha que João e Bento sejam coproprietários de determinada propriedade rural, sendo o primeiro dono de 10% do valor do imóvel e o segundo, proprietário do restante. Assim, a União não poderá cobrar de João mais do que a décima parte do valor devido em decorrência da incidência do ITR.
- (B) Havendo solidariedade tributária, a concessão de isenção objetiva exonera todos os devedores.
- (C) Hipótese de incidência tributária não se confunde com fato gerador da obrigação tributária. A primeira corresponde à previsão legal e abstrata da situação que implica a incidência da norma tributária, já o segundo é a concretização da hipótese de incidência no mundo dos fatos e dá origem à obrigação tributária.
- (D) Considere que André e Leonor são sócios de determinada sociedade em conta de participação. Nesse caso, os tributos devidos em razão do regular exercício da sociedade deverão ser cobrados de André e Leonor, pessoalmente, uma vez que a sociedade em conta de participação não possui capacidade tributária passiva.

**A:** incorreta, devendo ser assinalada, pois, na solidariedade tributária, cada um dos devedores responde pela integralidade do débito (o Fisco pode cobrar tudo de qualquer um deles, independentemente da respectiva participação no patrimônio) – arts. 124 e 125 do CTN; **B:** correta, pois somente o benefício fiscal concedido em caráter *peçoal* é que não aproveita aos outros devedores – art. 125, II, do CTN; **C:** correta, pois distingue adequadamente a hipótese de incidência (fato gerador *em abstrato*) do fato gerador da obrigação tributária (fato gerador *em concreto*); **D:** discutível, pois a regularidade ou a existência de personalidade jurídica são irrelevantes para a capacidade tributária, bastando que se identifique uma unidade econômica ou profissional. Na prática, entretanto, o Fisco tende a cobrar o débito do sócio ostensivo, que é quem age em nome da sociedade e é conhecido pela administração tributária – art. 126, III, do CTN.

Gabário "A."

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Acerca da responsabilidade tributária, assinale a opção correta.

- (A) Ocorre a substituição tributária regressiva na hipótese de recolhimento do imposto antes da ocorrência do fato gerador, como no caso em que as indústrias automobilísticas recolhem o ICMS no momento da saída dos automóveis de seus estabelecimentos.
- (B) A pessoa que tenha adquirido bem imóvel em hasta pública, tendo sido a aquisição levada a efeito no curso de processo de execução fiscal, não será responsável pelo pagamento de eventuais ônus tributários incidentes sobre o bem arrematado, mesmo que o preço pago seja insuficiente para cobrir o débito tributário.
- (C) O contribuinte que deixar de emitir nota fiscal somente poderá ser responsabilizado pela infração tributária mediante a demonstração de dolo ou culpa.
- (D) A dissolução de sociedade limitada em débito com o Fisco acarreta a responsabilização pessoal do sócio-

-gerente, mesmo quando observados os procedimentos legais e contratuais aplicáveis à hipótese.

**A:** incorreta, pois o caso é de substituição tributária *progressiva ou para frente*, vez que ainda não houve a ocorrência do fato gerador a que se refere a substituição – art. 150, § 7º, da CF; **B:** correta, pois a arrematação de bem imóvel em hasta pública é espécie de aquisição originária, em que não há vínculo do arrematante (novo proprietário) com as dívidas tributárias anteriores relativas ao bem. Nos termos do art. 130, parágrafo único, do CTN, a *sub-rogação* ocorre sobre o respectivo preço. A venda do bem ocorre, justamente, para pagamento dos tributos devidos, não podendo o comprador (arrematante) ser responsabilizado por eles; **C:** incorreta, pois, salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato – art. 136 do CTN; **D:** incorreta, pois somente a dissolução *irregular* da sociedade implica ilegalidade e, portanto, na responsabilidade dos sócios-gerentes – art. 135, *caput*, do CTN e Súmula 435/STJ ("Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente").

Gabário "B."

(FGV – 2009) Com relação à *substituição tributária*, analise as afirmativas a seguir:

- I. Na substituição tributária para frente, resta obedecido o princípio da não cumulatividade.
- II. A base de cálculo do ICMS devido por substituição tributária é, caso exista, o preço final ao consumidor sugerido pelo fabricante ou importador.
- III. O regime de substituição tributária não se aplica à transferência para outro estabelecimento, inclusive varejista, do sujeito passivo por substituição.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**I:** correta, pois, no caso de substituição tributária para frente, o princípio da não cumulatividade é, de certa forma, respeitado, na medida em que o valor antecipadamente recolhido pelo substituto leva em consideração o valor a ser agregado na operação subsequente, nos termos do art. 8º, II, c, da LC 87/1996; **II:** correta, já que o preço final sugerido pelo fabricante ou importador pode ser adotado pela lei como base de cálculo do ICMS na substituição tributária – art. 8º, § 3º, da LC 87/1996; **III:** incorreta, pois, para fins de ICMS, inclusive no caso da substituição tributária, cada estabelecimento é considerado autonomamente, ainda que pertencente ao mesmo contribuinte – art. 11, § 3º, II, da LC 87/1996.

Gabário "B."

(FGV – 2009) Com relação ao *instituto da substituição tributária*, aplicado ao ICMS, analise as seguintes afirmativas:

- I. Trata-se de um mecanismo legal pelo qual a responsabilidade pelo pagamento do imposto pode ser atribuída a sujeito passivo outro que não o contribuinte, destinatário constitucional do tributo.
- II. A chamada "substituição tributária para frente" tem relação direta com o instituto da responsabilidade por sucessão prevista no artigo 129 do Código Tributário Nacional.
- III. Trata-se de uma decorrência lógica do perfil plurifá-



sico do ICMS.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

**I:** correta, pois essa é uma definição adequada da substituição tributária, nos termos do art. 150, § 7º, da CF e do art. 6º da LC 87/1996; **II:** incorreta, já que, na substituição tributária “para frente”, a obrigação de o responsável (substituto) recolher o tributo surge imediatamente, no momento em que promove a saída da mercadoria ou do serviço (= responsabilidade por substituição). No caso do art. 129 do CTN, surge primeiro a obrigação tributária em relação ao contribuinte e, posteriormente, ela é transferida para o responsável tributário (= responsabilidade por transferência). Perceba-se, portanto, que não há relação direta entre essas modalidades de responsabilidade, razão pela qual a assertiva é errada; **III:** incorreta, pois a substituição tributária é uma sistemática que visa a tornar mais eficiente a arrecadação tributária, mas não é decorrência lógica do perfil plurifásico do ICMS.

Gabarito "A"

(FGV – 2009) A respeito da aquisição, a qualquer título, de fundo de comércio, estabelecimento comercial, industrial ou profissional, para fins de responsabilidade tributária, é correto afirmar que:

- (A) implicará sempre, para o adquirente, responsabilidade integral.
- (B) não haverá responsabilidade do adquirente na hipótese de se tratar de alienação judicial de filial ou unidade produtiva isolada em processo de recuperação judicial.
- (C) a extensão da responsabilidade do adquirente não se altera em função do fato de o alienante (do estabelecimento) cessar a exploração de comércio, indústria ou atividade.
- (D) nos casos de aquisição de mero estabelecimento, não há que se falar em responsabilidade por sucessão, o que apenas ocorre nos casos de aquisição da própria pessoa jurídica titular do estabelecimento.
- (E) o contrato firmado com o alienante, pelo qual este assume a responsabilidade pelos débitos gerados durante sua gestão, poderá ser oposto, pelo adquirente, ao Fisco.

**A:** incorreta, pois não é verdade, pois pode inexistir responsabilidade (caso em que o adquirente não continua a exploração empresarial anterior daquele estabelecimento) ou ela pode ser simplesmente subsidiária (caso o alienante continue a atividade empresarial, ou a retome em 6 meses) – art. 133, *caput*, I e II, do CTN; **B:** verdadeira, pois reflete o disposto no art. 133, § 1º, II, do CTN; **C:** como já dito, a depender das ações do alienante (continuar ou não na atividade empresarial) a responsabilidade do adquirente poderá ser integral ou subsidiária, nos termos do art. 133, I e II do CTN, de modo que esta assertiva é incorreta; **D:** incorreta, pois o art. 133 do CTN trata exatamente da aquisição do estabelecimento, e não das cotas sociais ou ações; **E:** incorreta, pois a sujeição passiva (condição de contribuinte ou responsável tributário) é fixada exclusivamente pela lei, sendo inócua perante o Fisco qualquer disposição contratual nesse sentido – art. 123 do CTN.

Gabarito "B"

(FGV – 2009) Com relação ao tema *Obrigação Tributária*, considerando a existência da obrigação principal e das

obrigações ditas acessórias, analise as afirmativas a seguir:

- I.** As obrigações acessórias extinguem-se inexoravelmente por força do pagamento do tributo, não havendo que se falar, assim, em penalidade por seu descumprimento.
- II.** As obrigações acessórias convertem-se em obrigação principal no caso de sua inobservância no que diz respeito à penalidade pecuniária.
- III.** As obrigações acessórias correspondem às obrigações de fazer e **não fazer**.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

**I:** incorreta, pois a obrigação acessória não é extinta com o cumprimento da obrigação principal (pagamento do tributo ou da penalidade pecuniária). Ademais, o descumprimento da obrigação acessória faz surgir penalidade pecuniária, que é objeto de obrigação tributária principal – art. 113, § 3º, do CTN; **II:** correta, pois reflete o disposto no art. 113, § 3º, do CTN; **III:** correta, pois o objeto da obrigação acessória é prestação **não pecuniária** positiva ou negativa (a prestação pecuniária é objeto da obrigação principal) – art. 113, § 2º, do CTN.

Gabarito "C"

(FGV – 2009) A responsabilidade solidária em matéria tributária entre empresas pertencentes ao mesmo conglomerado se caracteriza, precipuamente:

- (A) pelo comando empresarial exercido pela mesma diretoria.
- (B) pela realização conjunta da situação que caracterize o fato gerador.
- (C) pela existência de operações de caráter econômico que vinculem as empresas.
- (D) pela efetiva participação nos lucros obtidos pelo conglomerado, por ambas as empresas.
- (E) pela existência entre elas de contrato de rateio de despesas.

No direito tributário há duas espécies de solidariedade: a natural e a legal. A solidariedade natural ocorre em relação às pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal – art. 124, I, do CTN. A solidariedade legal refere-se às pessoas expressamente designadas pela lei – art. 124, II, do CTN. No caso de empresas pertencentes ao mesmo conglomerado, inexistindo responsabilidade legal, prevista na normatização específica de cada tributo, pode haver a solidariedade natural decorrente do fato gerador em comum, razão pela qual a “B” é a melhor alternativa.

Gabarito "B"

(FGV – 2008) De acordo com o Código Tributário Nacional, a pessoa jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responderá pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato, de forma:

- (A) integral se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade.

- (B) integral, se este prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de 6 (seis) meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.
- (C) subsidiária com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar, após 6 (seis) meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.
- (D) subsidiária com o alienante, independentemente se este prosseguir ou na exploração ou iniciar, dentro de 6 (seis) meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.
- (E) exclusiva do alienante, não havendo responsabilidade do adquirente, já que as dívidas tributárias são daquele.

A responsabilidade do adquirente é integral, exceto se o alienante prosseguir (ou reiniciar) a exploração de qualquer atividade profissional, industrial ou comercial nos 6 (seis) meses seguintes à alienação – art. 133, I e II, do CTN. Ademais, não há responsabilidade em casos de falência e recuperação judicial, nos termos do § 1º e com as exclusões do § 2º, ambos do mesmo dispositivo (art. 133 do CTN).

Gabartio "A."

(FGV – 2008) De acordo com o art. 150, § 7º, da CRFB/88, a atribuição a sujeito passivo de obrigação tributária da condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente depende de:

- (A) convênio entre os Estados e o Distrito Federal.
- (B) decreto do Chefe do Poder Executivo, desde que autorizado em lei específica.
- (C) convênio entre os Estados e o Distrito Federal e lei específica.
- (D) decreto do Chefe do Poder Executivo.
- (E) lei.

A substituição tributária "para frente" deve ser instituída por lei, assim como toda norma relativa à sujeição passiva – art. 97, III, *in fine*, do CTN.

Gabartio "E."

(FGV – 2007) Sobre a denúncia espontânea de infração à legislação tributária, é correto afirmar-se que:

- (A) é causa de remissão do crédito tributário
- (B) afasta a penalidade pecuniária, desde que pago o tributo devido e o juro da mora
- (C) exclui a responsabilidade pessoal do agente, mesmo que não haja o pagamento do tributo devido
- (D) autoriza o parcelamento excepcional do crédito tributário constituído, sem a inclusão do juro da mora

Art. 138 do CTN – o pagamento do tributo (corrigido monetariamente) acrescido dos juros de mora afasta a cobrança das penalidades (multas).

Gabartio "B."

(FGV – 2007) Em sede de responsabilidade de terceiros, pode-se identificar como pressupostos o não cumprimento da obrigação pelo contribuinte e ter o terceiro:

- (A) participado do ato que resultou no fato gerador do tributo ou que em relação ao fato tenha se omitido
- (B) concorrido, juntamente com o contribuinte, para a

ocorrência da fraude fiscal

- (C) intervindo no ato propiciador da obrigação tributária, com dolo evidenciado
- (D) deixado de intervir no ato, causa do fato gerador da obrigação tributária

A responsabilidade de terceiros, prevista no art. 134 do CTN, pressupõe atos ou omissões imputáveis ao responsabilizado. Não há referência ao dolo, como elemento essencial para a responsabilidade, ou à atuação do contribuinte.

Gabartio "A."

(FGV – 2007) A respeito da responsabilidade por infrações à legislação tributária, pode-se dizer que:

- (A) exige a evidência de dolo
- (B) depende da prova da culpa
- (C) caracteriza-se pela culpa consciente
- (D) é objetiva, salvo disposição de lei em contrário

O art. 136 do CTN dispõe que, salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato. Para muitos autores, trata-se de responsabilidade objetiva (outros falam em presunção de culpa ou inexigibilidade de dolo).

Gabartio "D."

(FGV – 2007) Em matéria de domicílio tributário, a regra é a da eleição. Quanto à possibilidade de exceção, pode-se dizer que:

- (A) há em qualquer caso, por representar a recusa do domicílio eleito ato discricionário da autoridade fazendária, de acordo com a legislação aplicável
- (B) sim, há, na hipótese de o domicílio eleito tornar dificultosa ou inviabilizar a arrecadação ou fiscalização tributária
- (C) não há, porque a liberdade de escolha encontra-se inserida no contexto da garantia constitucional à livre locomoção
- (D) sim, há, só em se tratando de eleição feita por pessoa jurídica

A recusa do domicílio eleito é expressamente prevista no art. 127, § 2º, do CTN e indicada adequadamente na assertiva "B".

Gabartio "B."

(FGV – 2007) Dar-se-á a sujeição tributária do sujeito passivo indireto pela:

- (A) vinculação da pessoa cuja capacidade contributiva, o fato tributável é indicador
- (B) relação pessoal com a situação que constitua o fato gerador da obrigação
- (C) transferência da sujeição
- (D) solidariedade

Sujeito passivo indireto corresponde ao responsável tributário (art. 121, parágrafo único, II, do CTN) – a doutrina indica que essa sujeição se dá por transferência (a obrigação surge em face do contribuinte e é posteriormente transferida ao responsável; por exemplo: aquisição de imóvel – art. 130 do CTN) ou por substituição (a obrigação surge imediatamente em face do responsável; por exemplo: retenção do imposto de renda na fonte). Sujeito passivo direto é o contribuinte (art. 121, parágrafo único, I, do CTN).

Gabarito

(FGV – 2007) Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) No Direito Tributário são solidariamente obrigadas as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal e as pessoas expressamente designadas por lei, e não comporta o benefício de ordem.
- (B) A responsabilidade tributária por substituição “para frente”, também denominada pela doutrina de substituição “progressiva”, tem amparo no Código Tributário Nacional e permite que a lei impute responsabilidade tributária a terceiros vinculados ao fato gerador da respectiva obrigação.
- (C) Salvo disposição legal em contrário, a responsabilidade por infração da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável, da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.
- (D) A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como a natureza do seu objeto ou seus efeitos. É o chamado princípio do *non olet*, consagrado pelo CTN.
- (E) A competência tributária residual é aquela concedida pela Constituição Federal à União e permite a instituição, mediante lei complementar, do chamado “imposto residual da União”, desde que não cumulativo e não tenha fato gerador ou base de cálculo próprios dos impostos discriminados na própria Constituição.

**A:** correta – solidariedade natural e legal, conforme art. 124 do CTN; **B:** incorreta, devendo ser assinalada, pois a substituição tributária “para frente” é prevista no art. 150, § 7º, da CF e na legislação específica de determinados tributos (v.g. LC 87/1996, do ICMS), mas não no CTN; **C:** correta, conforme o art. 136 do CTN; **D:** correta, nos termos do art. 118, I, do CTN; **E:** correta, conforme o art. 154, I, da CF.

Gabarito

## 10. SUSPENSÃO, EXTINÇÃO E EXCLUSÃO DO CRÉDITO

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) O taxista João recebeu do Fisco Estadual uma correspondência na qual lhe foi informado que, mesmo tendo ocorrido o fato gerador do IPVA, ele não precisaria pagar o tributo, uma vez que fora aprovada uma lei, pela respectiva assembleia legislativa, que excluía o crédito tributário dos taxistas, relativamente ao IPVA. Nessa situação hipotética, pode-se dizer que a citada lei estabeleceu uma

- (A) remissão.  
(B) transação.  
(C) isenção.  
(D) anistia.

A questão é discutível. O relato dá a entender que o fato gerador já ocorreu. Nesse caso, poderia haver lei concessiva de *remissão*, ou seja, perdão do crédito tributário (se já foi constituído pelo lançamento). Entretanto, o examinador toma o cuidado de afirmar que o crédito foi *excluído*. A modalidade de exclusão do crédito tributário que afasta sua cobrança é a *isenção*. **A:** essa não é a melhor alternativa, pois a

remissão não é modalidade de exclusão do crédito tributário – art. 156, IV, do CTN; **B:** incorreta, pois a transação extingue o crédito mediante concessões mútuas do Fisco e do sujeito passivo – art. 156, III, do CTN; **C:** essa é a melhor alternativa, pois, com a isenção, ocorre o fato gerador e surge a obrigação tributária, mas o crédito é excluído, ou seja, há dispensa de pagamento (conforme a linha doutrinária adotada pelo CTN) – art. 175, I, do CTN; **D:** incorreta, pois anistia implica perdão apenas da penalidade pecuniária, e não do tributo – art. 175, II, do CTN.

Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Suponha-se que determinada sociedade limitada, estando em débito com a Fazenda Pública Estadual em razão do não recolhimento do imposto sobre operações referentes à circulação de mercadorias relativo aos 2 (dois) últimos anos, promova o parcelamento do valor devido. Nessa situação, o parcelamento

- (A) extingue o crédito tributário.  
(B) suspende a exigibilidade do crédito tributário.  
(C) concede remissão ao crédito tributário.  
(D) exclui o crédito tributário.

O parcelamento é modalidade de *suspensão* da exigibilidade do crédito tributário – art. 151, VI, do CTN.

Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Considere-se que a União conceda anistia tributária abrangendo infrações cometidas por pessoas jurídicas domiciliadas em certa região brasileira, em razão de condições que lhes são peculiares. Nessa situação hipotética e de acordo com as normas atinentes ao crédito tributário, assinale a opção correta.

- (A) A anistia abrange as infrações administrativas e as contravenções penais cometidas pelas pessoas jurídicas beneficiadas.  
(B) Não se aplica a anistia às infrações cometidas anteriormente à vigência da lei.  
(C) Não se aplica a anistia a atos praticados com simulação pelas pessoas jurídicas beneficiadas.  
(D) A lei concessiva da anistia abrange, também, as infrações cometidas com dolo ou culpa pelas pessoas jurídicas beneficiadas.

**A:** incorreta, pois a anistia não se aplica aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções – art. 180, I, do CTN; **B:** incorreta, pois a anistia refere-se, exclusivamente, a infrações anteriores à sua concessão – art. 180, *caput*, do CTN; **C:** correta, pois a anistia não se aplica aos atos praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele – art. 180, I, *in fine*, do CTN; **D:** incorreta, conforme comentário à alternativa anterior – art. 180, I, *in fine*, do CTN.

Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) A União, por intermédio de lei federal, concedeu moratória em caráter geral, relativamente a um tributo, circunscrevendo seus efeitos a determinada região do território nacional, estabelecendo ainda critérios e condições para que o referido favor seja estendido individualmente, por despacho da autoridade administrativa, aos que não possuam domicílio na aludida região. Com base na legislação tributária aplicável e tendo a situação hipotética acima como referência, assinale a opção correta.

- (A) Não havendo disposição legal em contrário, presume-se que a concessão da moratória abrange todos os créditos tributários, constituídos ou não, à data da edição da referida lei federal.
- (B) A concessão de moratória em caráter individual não gera direito adquirido.
- (C) A concessão da moratória não interrompe o prazo prescricional do direito à cobrança do crédito tributário, mesmo que, posteriormente, o despacho concessivo do favor seja anulado em virtude de ter sido constatada a existência de dolo ou simulação do benefício.
- (D) A moratória não pode ser concedida em favor de determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.

**A:** incorreta, pois, salvo disposição de lei em contrário, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo – art. 154 do CTN; **B:** correta, pois a moratória concedida em caráter individual (a exemplo da remissão, da isenção e da anistia) não gera direito adquirido e será revogada de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor – art. 155, *caput*, do CTN; **C:** incorreta, pois nos casos em que a concessão da moratória é revogada por dolo ou simulação, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito – art. 155, I e parágrafo único, do CTN; **D:** incorreta, pois isso é admitido – art. 152, parágrafo único, *in fine*, do CTN.

„B.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) O sujeito passivo de determinada relação jurídica tributária formulou consulta, dentro do prazo legal para pagamento do crédito, a respeito da possibilidade de compensação do aludido crédito com créditos líquidos e certos vincendos de sua titularidade contra a Fazenda Pública. O mesmo sujeito passivo também possui créditos tributários vencidos relativos ao imposto de renda dos exercícios de 2004 e 2005, nos valores, respectivamente, de R\$ 2.000,00 e R\$ 4.000,00. Para estes créditos, o sujeito passivo emitiu cheque no valor de R\$ 3.000,00, pagando-o diretamente na repartição fiscal. Considerando essa situação e com base na legislação tributária vigente, assinale a opção correta.

- (A) Na pendência da consulta formulada, não haverá a incidência de juros moratórios, mesmo que o crédito não seja pago até a data do vencimento.
- (B) Mesmo sendo líquidos e certos, não são compensáveis créditos vincendos contra a Fazenda Pública.
- (C) O pagamento de tributos não pode ser efetuado por meio de cheques.
- (D) A autoridade administrativa que receber o pagamento relativo a créditos tributários vencidos deverá imputar os R\$ 3.000,00 para pagamento do imposto de renda do exercício de 2005.

**A:** correta, considerando que a consulta foi formulada antes do vencimento – art. 161, § 2º, do CTN; **B:** incorreta, pois se admite a compensação do crédito tributário com crédito *vincendo* (a vencer) do sujeito passivo contra a Fazenda Pública – art. 170 do CTN; **C:** incorreta, pois se admite o pagamento com cheque, que se considera realizado com o resgate do título pelo banco sacado – art. 162, I, e § 2º, do CTN;

**D:** incorreta, pois a imputação se dá, primeiramente, em relação ao crédito mais antigo (ordem crescente dos prazos de prescrição) – art. 163, III, do CTN.

„A.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) As formas de extinção do crédito tributário, conforme o Código Tributário Nacional (CTN), não incluem a

- (A) compensação.
- (B) remissão.
- (C) prescrição.
- (D) isenção.

Estude a tabela anteriormente apresentada, para memorização das modalidades de suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Dentre as alternativas, apenas a isenção não é modalidade de *extinção*, mas de *exclusão* (lembre-se, há somente duas modalidades de *exclusão* do crédito tributário: isenção e anistia) – arts. 156 e 175, I, do CTN.

„D.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) De acordo com o CTN, o crédito tributário não pode ser suspenso por

- (A) Conversão de depósito em renda.
- (B) Moratória.
- (C) Reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
- (D) Concessão de medida liminar em mandado de segurança.

Estude a tabela anteriormente apresentada, para memorização das modalidades de suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Dentre as alternativas, apenas a conversão do depósito em renda não é modalidade de *suspensão* (é modalidade de *extinção* do crédito) – arts. 151 e 156, VI, do CTN.

„A.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) Por motivo de ordem pública, decorrente de enchente que assolou certa região sulista, o ente municipal competente concedeu moratória à empresa Alves Indústria de Estofados Ltda., consideradas as condições pessoais e peculiares do sujeito passivo. Em face dessa situação hipotética, assinale a opção incorreta com relação às normas que disciplinam a moratória.

- (A) Concedida individualmente, a moratória produz efeitos de forma automática.
- (B) A Alves Indústria de Estofados Ltda. não poderá invocar direito adquirido, podendo o benefício fiscal ser revogado de ofício.
- (C) A moratória concedida pelo ente municipal somente abrangerá tributos definitivamente constituídos à data do despacho que a outorgar.
- (D) A lei municipal concessiva da moratória deverá ser interpretada literalmente.

**A:** incorreta, devendo ser assinalada, pois a moratória individual depende de despacho da autoridade administrativa, para ser efetivada caso a caso – art. 152, II, do CTN; **B:** correta, conforme o art. 155, *caput*, do CTN; **C:** correta, nos termos do art. 154, *caput*, do CTN; **D:** correta, em conformidade com o arts. 111, I, e 151, I, do CTN.

„A.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) Segundo a legislação tributária, a União pode conceder isenção tributária a empreendimentos industriais ou agrícolas que se instalem em unida-

des da federação consideradas subdesenvolvidas, visando ao crescimento setorial e ao combate ao desemprego. Com relação a essa situação, assinale a opção incorreta acerca das normas relativas à legislação tributária.

- (A) A isenção outorgada pela União não poderá abranger tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- (B) As pessoas jurídicas beneficiadas com a isenção devem cumprir as obrigações tributárias acessórias e se submeter à fiscalização da entidade tributante.
- (C) Salvo disposição em sentido contrário, a lei tributária começará a vigorar no território nacional no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após a sua publicação.
- (D) A isenção somente poderá ser concedida por lei complementar.

**A:** correta, pois não se admitem as chamadas isenções *heterônomas* – art. 151, III, da CF; **B:** correta, pois os benefícios fiscais relativos aos tributos não afastam, em regra, as obrigações acessórias – art. 175, parágrafo único, do CTN; **C:** correta, conforme o art. 1º da LINDB, observando-se o art. 104 do CTN e o art. 150, III, *b e c*, da CF; **D:** incorreta, devendo ser assinalada, pois a isenção, a exemplo da generalidade dos benefícios fiscais, é concedida por lei ordinária específica de cada ente tributante – arts. 146 e 150, § 6º, da CF.

„D.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) Uma autoridade fazendária de certa unidade da federação dirigiu-se ao estabelecimento empresarial da pessoa jurídica Solar Higienização Ltda. para efetuar fiscalização do recolhimento de IPTU relativo ao exercício de 2000. Como os dirigentes da referida pessoa jurídica não procederam ao pagamento do tributo devido, foi lavrado auto de infração em fevereiro de 2006. Com base nessa situação hipotética e acerca da disciplina normativa do lançamento e do crédito tributário, assinale a opção correta.

- (A) O lançamento tributário opera efeitos *ex nunc*, possuindo natureza constitutiva e declaratória.
- (B) O auto de infração foi lavrado após o advento da decadência.
- (C) O IPTU é imposto objeto de lançamento por homologação.
- (D) O ato de constituição do crédito tributário é ato discricionário.

**A:** discutível, pois há, de certa forma, contradição em se afirmar a natureza constitutiva e, ao mesmo tempo, declaratória do lançamento (embora seja razoável afirmar que o lançamento declara a ocorrência do fato e constitui o crédito). De qualquer forma, a disciplina normativa do lançamento define que há *constituição* do crédito, e não *declaração*; **B:** correta, pois, de acordo com o art. 173, I, do CTN, o prazo para o lançamento do IPTU se extinguiu em janeiro de 2006, tendo operado a decadência. Isso porque o IPTU de 2000 deveria ser lançado em 2000 e o prazo de 5 (cinco) anos começa a contar do primeiro dia do exercício financeiro seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado (ou seja, 1º de janeiro de 2001); **C:** incorreta, pois o IPTU é normalmente lançado de ofício pelas Prefeituras; **D:** incorreta, pois o lançamento é ato (ou procedimento administrativo) vinculado, sob pena de responsabilidade funcional – art. 142, parágrafo único, do CTN.

„B.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) A respeito de suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário, assinale a opção correta.

- (A) Será extinto o crédito tributário de contribuinte que promover o depósito integral do montante exigido pela Fazenda Pública, tanto administrativa quanto judicialmente.
- (B) A isenção e a anistia, causas suspensivas do crédito tributário, pressupõem a existência de lançamento do respectivo tributo.
- (C) Se determinado contribuinte, pretendendo compensar créditos tributários, impetrar mandado de segurança, com pedido de provimento jurisdicional liminar, o juízo competente poderá declarar o direito à compensação tributária, mas, ao deferir a medida liminar, estará impedido de conceder a efetiva compensação dos créditos.
- (D) Constituem hipóteses de extinção do crédito tributário as decisões administrativas irreformáveis, favoráveis ou contrárias ao contribuinte, proferidas em sede de processo administrativo fiscal.

**A:** incorreta, pois o depósito do montante integral é modalidade de *suspensão* do crédito, e não de *extinção* – art. 151, II, do CTN; **B:** incorreta, pois a isenção e a anistia são as duas modalidades de *exclusão* do crédito tributário, não de *suspensão* – art. 175 do CTN; **C:** correta, pois a compensação não pode ser deferida em decisão liminar (Súmula 212/STJ: “A compensação de créditos tributários não pode ser deferida em ação cautelar ou por medida liminar cautelar ou antecipatória”); **D:** incorreta, pois somente as decisões favoráveis ao contribuinte podem extinguir o crédito tributário. Se a decisão for favorável ao Fisco, o valor será cobrado, evidentemente – art. 156, IX, do CTN.

„C.“ Gabarito

(FGV – 2009) Com relação às formas de extinção do crédito tributário, analise as seguintes afirmativas:

- I. A dação em pagamento, consoante o artigo 156 do Código Tributário Nacional, pode ocorrer tanto em relação aos bens móveis como aos bens imóveis.
- II. A impossibilidade do pagamento, no sistema brasileiro, é forma legalmente (Código Tributário Nacional) prevista de extinção do crédito tributário.
- III. O crédito tributário será extinto por decisão administrativa favorável ao contribuinte contra a qual não possa mais ser oposto recurso ou ação anulatória.

Assinale

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

**I:** incorreta, pois o CTN admite apenas a dação em pagamento de bens **imóveis** (e não móveis, como consta da assertiva), nos termos da lei – art. 156, XI, do CTN; **II:** incorreta, pois não existe essa modalidade de extinção do crédito, prevista no art. 156 do CTN; **III:** correta, nos termos do art. 156, IX, do CTN.

„B.“ Gabarito

(FGV – 2009) De acordo com a redação do Código Tributário Nacional (artigo 156), analise as afirmativas a seguir:

- I. Novação: extingue a obrigação tributária mediante a criação de uma outra que substituirá a primeira.
- II. Confusão: desde que, na mesma pessoa, se confundam as qualidades de credor e devedor.
- III. Anistia: dispensa o pagamento das multas provenientes

tes da desobediência à legislação tributária.

**Não podem ser mencionada(s)**, expressamente, como modalidade(s) de extinção do crédito tributário:

- (A) as afirmativas I, II e III.
- (B) somente as afirmativas II e III.
- (C) somente as afirmativas I e III.
- (D) somente as afirmativas I e II.
- (E) somente a afirmativa II.

**I e II:** corretas, pois a novação e a confusão não são relacionadas como modalidades de extinção do crédito tributário, nos termos do art. 156 do CTN; **III:** correta, pois a anistia é modalidade de exclusão do crédito tributário, e não de extinção – art. 175, II, do CTN.

Gabário "A"

**(FGV – 2008)** Nos termos do Código Tributário Nacional, é modalidade de suspensão de exigibilidade do crédito tributário a:

- (A) transação.
- (B) prescrição.
- (C) moratória.
- (D) anistia.
- (E) remissão.

Dentre as alternativas, somente a moratória é modalidade de suspensão do crédito (art. 151, I, do CTN). Transação, prescrição e remissão são causas extintivas – art. 156, III, V e IV, do CTN, respectivamente. Anistia refere-se à exclusão do crédito tributário – art. 175, II, do CTN.

Gabário "C"

**(FGV – 2008)** Nos casos de tributos que não estão sujeitos a lançamento por homologação, o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após:

- (A) 5 (cinco) anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- (B) 10 (dez) anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- (C) 5 (cinco) anos, contados da data de ocorrência do fato gerador.
- (D) 10 (dez) anos, contados da data de ocorrência do fato gerador.
- (E) 1 (um) ano, contado da data de ocorrência do fato gerador.

A alternativa "A" reflete corretamente a regra geral do art. 173, I, do CTN.

Gabário "A"

**(FGV – 2008)** Nos termos do Código Tributário Nacional, é causa de exclusão do crédito tributário:

- (A) o pagamento.
- (B) o parcelamento.
- (C) a isenção.
- (D) a não incidência.
- (E) a moratória.

O art. 175 do CTN prevê, apenas, a isenção (inc. I) e a anistia (inc. II) como modalidades de exclusão do crédito tributário.

Gabário "C"

**(FGV – 2008)** Tendo como base o Código Tributário Nacional, analise as afirmativas a seguir:

- I. Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
- II. A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para concessão.
- III. A anistia é uma forma de exclusão do crédito tributário e não se aplica, salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa for verdadeira.
- (B) se somente as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (C) se somente as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (D) se somente as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (E) se todas as afirmativas forem verdadeiras.

**I:** correta, conforme o art. 177, II, do CTN; **II:** correta, conforme o art. 179, *caput*, do CTN; **III:** correta, nos termos do art. 180, II, do CTN.

Gabário "E"

**(FGV – 2007)** O prazo para cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos e tem início:

- (A) da constituição definitiva do crédito
- (B) do fato gerador da obrigação tributária
- (C) da inscrição do crédito como dívida ativa
- (D) do começo do procedimento administrativo do lançamento

O prazo prescricional para a cobrança tem início após a constituição definitiva do crédito tributário (a rigor, inicia-se com o vencimento do prazo para o pagamento do tributo lançado – princípio da *actio nata*), nos termos do art. 174, *caput*, do CTN. Lembre-se que constituição do crédito se dá com o lançamento tributário, nos termos do art. 142 do CTN.

Gabário "A"

**(FGV – 2007)** Não constitui fundamento para a remissão:

- (A) consideração de equidade
- (B) crédito tributário de pequeno valor
- (C) hipossuficiência do sujeito passivo
- (D) elevado nível de arrecadação no semestre anterior à sua concessão

Art. 172 do CTN. Das alternativas, apenas o elevado nível de arrecadação constante na alternativa "D" não é previsto como fundamento para a remissão. As demais alternativas estão elencadas no art. 172, IV, III e I, do CTN, respectivamente.

Gabário "D"

**(FGV – 2007)** Em sede de Direito Tributário e no que pertine à imputação em pagamento, é correto afirmar-se que:

- (A) é possível a escolha pelo devedor, desde que ofereça garantia bastante para a satisfação dos débitos remanescentes
- (B) pode-se imputar em pagamento, tratando-se de bens imóveis por natureza
- (C) é um direito do devedor, quando existir mais de um

débito exigível

- (D) não é faculdade do devedor escolher qual dos débitos quer pagar

A imputação ao pagamento é determinada pelo Fisco, observando o disposto no art. 163 do CTN.

„D.“ Gabarito

(FGV – 2007) A suspensão da exigibilidade do crédito tributário com o depósito integral acarreta:

- (A) a continuidade do procedimento, até a notificação de cobrança amigável, mas impede a judicial, se realizado no transcurso do lançamento  
(B) o impedimento à inscrição como dívida ativa, se realizado posteriormente à constituição definitiva do crédito  
(C) o final do lançamento, mas impede a constituição do crédito tributário, se antecipadamente ultimado  
(D) a paralisação do procedimento administrativo do lançamento, se previamente realizado

A suspensão da exigibilidade, se ocorrida antes do lançamento, não impede a constituição do crédito pelo Fisco, embora haja jurisprudência pela sua desnecessidade (o depósito integral em juízo, relativo a tributo lançado por homologação, já constitui o crédito). No entanto, fica vedada a cobrança (mesmo administrativa) e a inscrição em dívida ativa, que pressupõe liquidez e certeza.

„B.“ Gabarito

(FGV – 2007) Sobre o parcelamento do crédito tributário, é correto afirmar-se que:

- (A) é ato obstativo da constituição definitiva do crédito tributário  
(B) determina a extinção diferida do crédito exigível  
(C) suspende a exigibilidade do crédito tributário  
(D) é causa de desconsideração do lançamento

**A:** incorreta, pois o parcelamento pressupõe a constituição do crédito tributário; **B e C:** o parcelamento é causa suspensiva (e não extintiva) da exigibilidade, razão pela qual a assertiva “B” é incorreta e a “C” é correta – art. 151, VI, do CTN; **D:** incorreta, pois o lançamento não é desconsiderado.

„C.“ Gabarito

(FGV – 2007) Dentro do contexto da isenção, como instituto de Direito Tributário, é incorreto afirmar-se que:

- (A) decorre de previsão de norma constitucional  
(B) não é extensiva às taxas, salvo disposição expressa em lei  
(C) a lei isencional pode estabelecer os limites e condições à sua concessão  
(D) constitui reserva legal do ente estatal com competência para instituir o tributo

**A:** incorreta, devendo ser assinalada, pois a isenção decorre de lei específica do ente competente – art. 150, § 6º, da CF; **B:** correta, conforme o art. 177, I, do CTN; **C:** correta, conforme o art. 176 do CTN; **D:** correta, pois somente o ente que detém competência para instituir o tributo pode conceder a isenção correspondente.

„A.“ Gabarito

(FGV – 2007) A alternativa correta a respeito da isenção autônômica é:

- (A) não pode ser concedida, porque vedada pela Constituição Federal  
(B) só pode ser concedida em razão de aspectos pessoais do sujeito  
(C) pode ser concedida por lei do titular da competência tributária  
(D) sofre as mesmas restrições da isenção heterônoma

Isenção **autônômica** é aquela admitida pelo sistema tributário nacional, ou seja, concedida pelo ente competente em relação ao respectivo tributo (por essa razão, a alternativa “A” é incorreta). Por exemplo, o Município pode conceder, por lei própria, isenção em relação ao IPTU incidente sobre imóveis localizados em seu território – seria isenção autônômica, admitida no sistema tributário. A isenção é opção do ente tributante (pode ser concedida). Mas, quando o legislador decide conceder a isenção, deve fazê-lo por lei própria (razão pela qual a assertiva “C” é correta), observado o disposto no art. 150, § 6º, da CF. A alternativa “B” é incorreta, porque a isenção pode ser concedida em razão de aspectos pessoais do sujeito (por exemplo, isenção de IR para portadores de doença crônica), mas também em razão de aspectos objetivos (relacionados aos bens – por exemplo, isenção de IPI para máquinas de lavar roupa). Isenção **heterônoma** seria concedida por ente diverso, o que é vedado. Por exemplo, a União não pode conceder isenção de IPTU, que é tributo municipal – seria isenção heterônoma, inviável nos termos do art. 151, III, da CF. Perceba, portanto, que a assertiva “D” é incorreta.

„C.“ Gabarito

## 11. REPARTIÇÃO DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS E FINANÇAS

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Os Municípios recebem parte do produto de alguns dos tributos arrecadados pela União e pelo Estado da Federação ao qual pertencem, entre os quais se inclui o(a)

- (A) imposto sobre a propriedade de veículos automotores.  
(B) contribuição social sobre o lucro.  
(C) imposto sobre a importação.  
(D) imposto sobre a transmissão *causa mortis* ou doações de quaisquer bens e direitos.

**A:** correta, pois 50% da receita do IPVA é transferida para o Município em que o veículo está licenciado – art. 158, III, da CF; **B, C e D:** incorretas, pois não há repartição das receitas desses tributos.

„A.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) Para custear serviços públicos de sua competência, o município de Vila Bela dispõe de 2 milhões de reais, provenientes da distribuição de receitas tributárias do imposto de renda (IR), do imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR), do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) e do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS). Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta acerca da matéria atinente à distribuição das receitas tributárias.

- (A) Pertencem ao município de Vila Bela 50% do IR incidente na fonte sobre rendimentos pagos a qualquer título por essa entidade administrativa.  
(B) Caberão ao município de Vila Bela 50% do ITR quanto aos imóveis situados em seu território.

- (C) Ao município de Vila Bela são cabíveis 30% do IPVA relativo aos veículos licenciados em seu território.
- (D) São devidos ao município de Vila Bela 20% do ICMS arrecadado pelo respectivo Estado.

**A:** incorreta, pois os Estados, o Distrito Federal e os Municípios ficam com a integralidade do IR que retém na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem – arts. 157, I, e 158, I, da CF; **B:** correta, lembrando que o Município pode ficar com a integralidade do ITR (não apenas 50%) caso opte por fiscalizar e cobrar o tributo – art. 158, II, da CF; **C:** incorreta, pois o Município fica com 50% do IPVA relativo aos veículos licenciados em seu território – art. 158, III, da CF; **D:** incorreta, pois 25% da receita do ICMS é distribuída para os Municípios – art. 158, IV, da CF.

Gabário "B".

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Com relação às normas de repartição das receitas tributárias, assinale a opção incorreta.

- (A) No sistema tributário brasileiro, a repartição das receitas tributárias abrange os impostos e a contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível (CIDE combustíveis).
- (B) Ao Distrito Federal pertence a metade do produto do imposto de renda incidente na fonte sobre os rendimentos pagos, a qualquer título, por ele, por suas fundações públicas e autarquias.
- (C) Se determinado Município optar por fiscalizar e cobrar o imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR), de competência da União, este não poderá implicar redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal, e a integralidade do produto de sua arrecadação caberá ao Município.
- (D) A Constituição Federal determina que metade dos recursos do fundo para os programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste que forem destinados à região Nordeste será assegurada ao semiárido nordestino.

**A:** correta, pois, além de impostos federais e estaduais, a CIDE sobre combustíveis também tem parcela de sua receita transferida – art. 159, III, da CF; **B:** incorreta, devendo ser assinalada, pois os Estados, o Distrito Federal e os Municípios ficam com a integralidade do IR que retém na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem – arts. 157, I, e 158, I, da CF; **C:** correta, conforme os arts. 153, § 4º, III, e 158, II, da CF; **D:** correta, conforme determinação do art. 159, I, c, *in fine*, da CF.

Gabário "B".

(FGV – 2008) Com base na Constituição Federal, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O princípio da exclusividade orçamentária determina que a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo nessa proibição a autorização para a abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita nos termos da lei.
- (B) O princípio da clareza ou transparência orçamentária prevê que o projeto de lei orçamentária será acom-

panhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

- (C) A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- (D) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- (E) É vedada a abertura de crédito especial ou extraordinário sem prévia autorização legislativa e sem a indicação dos recursos correspondentes.

**A:** correta, conforme os exatos termos do art. 165, § 8º, da CF; **B:** correta, nos termos do art. 165, § 6º, da CF; **C:** correta, conforme disposto no art. 165, § 1º, da CF; **D:** correta, nos termos do art. 165, § 2º, da CF; **E:** incorreta, devendo ser assinalada, pois o crédito extraordinário (aberto em caso de despesas imprevistas e urgentes) prescinde (e não é necessária) de autorização legislativa (art. 62, § 1º, I, d, *in fine*, c/c art. 167, § 3º, ambos da CF e art. 44 da Lei 4.320/1964).

Gabário "E".

(FGV – 2007) Com base na Atividade Financeira do Estado, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedada, como regra, a vinculação da receita proveniente de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo hipóteses autorizadas pela Constituição Federal de 1988, como, por exemplo, para realização de atividades da administração tributária.
- (B) A LC 101/2000, chamada de "Lei de Responsabilidade Fiscal", permite a concessão ou ampliação de incentivos fiscais de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita. A lei exige, contudo, a observância de alguns requisitos; dentre eles, a apresentação de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência, e, no exercício seguinte, em observância ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e princípio da anterioridade tributária.
- (C) O princípio da anualidade orçamentária, com a vigência da Constituição de 1988, foi substituído pelo princípio da anterioridade tributária e sofreu alteração pela Emenda Constitucional 42 de 2003.
- (D) Os créditos extraordinários, especiais e suplementares são considerados créditos adicionais. O crédito especial é admitido para atender despesas imprevistas e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública e pode ser aberto por medida provisória, segundo a Constituição Federal.
- (E) O Orçamento da União é pautado, especialmente, no plano plurianual, na lei de diretrizes orçamentárias e na lei orçamentária anual. Pela relevância da matéria, sua iniciativa é de competência reservada ao Poder Executivo e ao Congresso Nacional.



**A:** a assertiva é correta, nos termos do art. 167, IV, da CF; **B:** incorreta, pois a renúncia de receita decorrente de benefício fiscal deve estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes (não apenas no seguinte, como consta da alternativa) – ademais, não tem relação com o princípio da anterioridade tributária (que se refere à instituição ou à majoração de tributos); **C:** incorreta, já que o princípio da anterioridade já existia nos sistemas constitucionais anteriores (não substituiu o princípio da anualidade, até porque este não foi previsto na Constituição atual); **D:** incorreta, pois o crédito adicional extraordinário (e não o especial) refere-se a despesas urgentes e imprevisíveis e pode ser aberto por Medida Provisória – art. 62, § 1º, I, *d, in fine*, c/c art. 167, § 3º, ambos da CF; **E:** incorreta, pois a iniciativa dessas leis é privativa do Poder Executivo – art. 165, *caput*, da CF.

Gabbario "A"

## 12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES EM ESPÉCIE

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Assinale a opção correta na que se refere aos impostos de competência dos Municípios.

- (A) Um Município que institui lei estabelecendo alíquotas progressivas para o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) em razão do valor do imóvel e, também, alíquotas diversas de acordo com o uso do imóvel, contraria dispositivo constitucional que, tendo como parâmetro o uso do bem imóvel, veda o estabelecimento de alíquotas diversas para o IPTU.
- (B) Considere-se um ato de compra e venda de bem imóvel localizado no DF, sendo o comprador domiciliado em Goiânia – GO e o vendedor, em Imperatriz – MA. Nesse caso, será devido ao DF o imposto sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bem imóvel.
- (C) Compete à lei ordinária fixar as alíquotas mínimas do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS), e à lei complementar, fixar as alíquotas máximas.
- (D) Considere-se que certo Município edite lei excluindo o ISS sobre exportações de serviços para países da América Latina. Nesse caso, a lei municipal contraria o texto constitucional, pois apenas a Constituição Federal pode dispor acerca da exclusão da incidência do ISS sobre a exportação de serviços.

**A:** incorreta, pois a CF admite alíquotas progressivas do IPTU, conforme o valor do imóvel, e diferenciadas segundo o uso e localização – art. 156, § 1º, da CF; **B:** correta, pois o ITBI é sempre devido ao local onde o imóvel está localizado – art. 156, § 2º, II, da CF; **C:** incorreta, pois as alíquotas mínimas e máximas do ISS devem ser fixadas por lei complementar – art. 156, § 3º, I, da CF; **D:** discutível. A rigor, essa norma municipal seria inócua, pois a lei complementar federal já afasta a cobrança do ISS sobre exportação de serviço – o art. 156, § 3º, II, da CF e art. 2º, I, da Lei Complementar 87/1996.

Gabbario "B"

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) O ICMS, tributo pertencente aos Estados e Distrito Federal, não incide sobre

- (A) a alienação de mercadorias entre contribuintes de Estados diferentes.
- (B) importação de bens por particulares ou sociedades desvinculadas ao comércio.
- (C) prestações de serviço de comunicação nas modali-

dades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.

- (D) a prestação de serviços de transporte entre contribuintes e não contribuintes de Estados diferentes.

**A e D:** incorretas, pois o ICMS incide sobre operações interestaduais, inclusive quando a mercadoria ou o serviço é destinado a outro contribuinte do imposto estadual – art. 155, § 2º, IV, da CF; **B:** incorreta, pois o ICMS incide sobre importações, ainda quando realizadas por quem não é contribuinte habitual do imposto – art. 155, § 2º, IX, *a*, da CF; **C:** correta, pois esses serviços são imunes, nos termos do art. 155, § 2º, X, *d*, da CF.

Gabbario "C"

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Considere-se que Mauro deseje montar uma editora e, em seu projeto de negócio, esteja inserido o planejamento tributário da empresa. Nessa situação, Mauro terá de pagar

- (A) IPI sobre os livros publicados.
- (B) Imposto de renda sobre o lucro da empresa.
- (C) ICMS sobre o papel destinado à publicação de periódicos.
- (D) IPI sobre os jornais a serem produzidos.

**A, C e D:** há imunidade em relação aos impostos que incidem diretamente sobre a produção e circulação dos livros e periódicos, além do papel utilizado na impressão – art. 150, VI, *d*, da CF. Isso afasta a incidência do IPI e do ICMS sobre as publicações; **B:** correta, pois a imunidade dos livros, jornais e periódicos não abrange os impostos que incidem sobre a renda e o patrimônio do contribuinte, de modo que Mauro deverá pagar IR sobre o lucro da empresa, além de IPTU sobre o imóvel próprio eventualmente utilizado e de contribuições incidentes sobre receitas e salários, por exemplo.

Gabbario "B"

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) Para que determinada área seja considerada urbana, para fins de instituição e cobrança do IPTU, o Código Tributário Nacional (CTN) determina que o poder público promova e mantenha ali certos melhoramentos, entre os quais figura o

- (A) transporte público coletivo.
- (B) abastecimento de água.
- (C) serviço de coleta de lixo.
- (D) serviço de correios e telégrafos.

Considera-se área urbana, para fins de incidência do IPTU, aquela definida na lei municipal, desde que haja pelo menos 2 melhoramentos indicados no art. 32, § 1º do CTN, quais sejam:

- meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- abastecimento de água;
- sistema de esgotos sanitários;
- rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
- escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 quilômetros do imóvel considerado.

Por essa razão, a alternativa "B" é a correta.

Lembre-se que a lei municipal pode também considerar área urbana as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas urbanas definidas pelo critério dos melhoramentos – art. 32, § 2º, do CTN. Finalmente, há uma exceção ao critério espacial, pela qual o imóvel é considerado rural, mesmo quando localizado na área urbana do Município, desde que destinado à exploração extrativista vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial – Decreto-Lei 57/1966.

Gabarito "B"

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) Suponha que a Bite Serviços de Informática Ltda. preste serviços no Brasil e no exterior e, como tal, seja contribuinte do ISS. A propósito dessa situação hipotética e considerando a disciplina normativa do ISS, assinale a opção correta.

- (A) A Bite Serviços de Informática Ltda. está desobrigada de recolher o ISS quanto aos serviços iniciados no exterior do país.
- (B) São contribuintes do ISS a Bite Serviços de Informática Ltda. bem como seus diretores e sócios-gerentes.
- (C) O ISS não incide sobre a exportação dos serviços da Bite Serviços de Informática Ltda. para países estrangeiros.
- (D) Os empregados da Bite Serviços de Informática Ltda. devem recolher o ISS.

**A:** incorreta, pois o ISS incide, também, sobre o serviço proveniente do exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior – art. 1º, § 1º, da LC 116/2003; **B:** incorreta, pois contribuinte é sempre o prestador do serviço (art. 5º da LC 116/2003), no caso, a sociedade, que não se confunde com as pessoas dos sócios. É interessante lembrar que os sócios-gerentes podem ser responsáveis tributários (não contribuintes), nos casos previstos nos arts. 134 e 135 do CTN; **C:** correta, pois o ISS não incide sobre exportação de serviços – art. 156, § 3º, II, da CF e art. 2º, I, da LC 116/2003; **D:** incorreta, pois os empregados não respondem pelo débito tributário da empresa, exceto se tivessem agido com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos, conforme previsto no art. 135, II, do CTN.

Gabarito "C"

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) João auferiu renda superior a R\$ 100.000,00 no ano-calendário de 2005, mas não apresentou declaração ao Fisco federal em virtude de essa renda ter sido proveniente da prática de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes. Em regular atividade fiscal, João foi compelido a pagar multa pecuniária pelo atraso na entrega de sua declaração de renda. Considerando a situação hipotética apresentada acima e as normas do sistema tributário nacional, assinale a opção correta.

- (A) Constitui tributo a multa imposta a João pelo atraso na entrega de sua declaração de renda.
- (B) João não está obrigado a pagar o imposto de renda em razão de os valores por ele auferidos terem sido provenientes de atividade ilícita.
- (C) O imposto de renda poderá ser instituído por lei complementar, lei ordinária, medida provisória ou decreto.
- (D) O imposto de renda deve ser informado pelos critérios da universalidade, da progressividade e da generalidade.

**A:** incorreta, pois a multa não é tributo, pois tributo não constitui sanção por ato ilícito – art. 3º do CTN; **B:** incorreta, pois a ilicitude das atividades é irrelevante para a incidência tributária. O que interessa à tributação é que o contribuinte auferiu renda, o que, em si, é ato lícito (princípio do *non olet*) – art. 43, § 1º, do CTN; **C:** incorreta, pois nenhum tributo pode ser instituído por decreto (é preciso lei). No caso, basta lei ordinária federal para instituir o IR, que pode ser substituída por medida provisória. É possível, em tese, a instituição por lei complementar (embora seja desnecessária), que será materialmente ordinária (poderá ser alterada por lei ordinária posterior); **D:** correta, conforme o art. 153, § 2º, I, da CF.

Gabarito "D"

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) Um navio cargueiro, em trânsito para a Argentina, atracou em porto brasileiro com três lotes de automóveis com as características a seguir.

lote 1 – automóveis fabricados nos Estados Unidos da América para serem vendidos no Brasil;

lote 2 – automóveis fabricados no Brasil, reimportados para a realização de reparos em razão de defeitos técnicos;

lote 3 – automóveis em trânsito, para serem vendidos na Argentina.

Com relação ao imposto de importação, assinale a opção correta, tendo como referência inicial a situação hipotética acima apresentada.

- (A) Incide imposto de importação apenas sobre os automóveis dos lotes 1 e 2.
- (B) Incide imposto de importação apenas sobre os automóveis do lote 3.
- (C) O imposto de importação é de caráter marcadamente fiscal.
- (D) A alteração das alíquotas do imposto de importação não se sujeita aos princípios constitucionais tributários da legalidade e da anterioridade.

**A:** incorreta, pois não incide II sobre a devolução por motivo de defeito técnico, para reparo ou para substituição de mercadoria nacional ou nacionalizada anteriormente exportada – art. 70, II, do Regulamento Aduaneiro – RA (Decreto 6.759/2009); **B:** incorreta, pois não incide II sobre mercadoria em trânsito aduaneiro de passagem – art. 71, VII, do RA; **C:** incorreta, pois o II não tem função predominantemente arrecadatória (*fiscal*). Os impostos aduaneiros (II e IE) são importantes instrumentos da política cambial e do comércio exterior, tendo predominante função *extrafiscal* (de intervenção no mercado) – art. 21 do CTN. Por essas razões (para que haja agilidade na intervenção no mercado), as alíquotas do II podem ser alteradas por norma infralegal (pelo Poder Executivo, sem lei), assim, como as alíquotas do IE, do IPI, do IOF e da CIDE sobre combustíveis – arts. 153, § 1º, e 177, § 4º, I, b, da CF. Também por essa razão, eventuais majorações do II não se submetem aos princípios da anterioridade anual ou da anterioridade nonagesimal; **D:** correta, conforme o art. 153, I e § 1º, da CF.

Gabarito "D"

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) Considere que um grande empresário tenha recebido em seu domicílio tributário cobrança quanto ao IPVA de sua aeronave e de seu automóvel, este último comprado de um amigo que se encontrava em crise financeira por R\$ 50.000,00, mas cujo valor de mercado é de R\$ 70.000,00. Nesse caso, acerca do IPVA, assinale a opção incorreta.

- (A) Quando da repartição da receita tributária decorrente do IPVA, 20% pertencerá ao município onde estiver licenciado o respectivo veículo automotor.
- (B) O fato gerador do IPVA é a propriedade, não o uso de veículo automotor.
- (C) A base de cálculo do IPVA quanto ao automóvel do empresário será o valor venal deste, ou seja, R\$ 70.000,00.
- (D) A jurisprudência do STF é no sentido de que não deverá incidir IPVA sobre a propriedade ou posse de aeronaves.

**A:** incorreta, devendo ser assinalada, pois o Município fica com 50% do IPVA relativo aos veículos licenciados em seu território – art. 158, III, da CF; **B:** correta, nos termos do art. 155, III, da CF; **C:** correta, pois a base de cálculo do IPVA, na forma das legislações estaduais (não há, ainda, norma nacional) é o valor venal do bem (valor de mercado), e não, necessariamente, o preço de aquisição do veículo; **D:** correta, pois o STF entende que o IPVA incide apenas sobre veículos terrestres, não sobre aeronaves e embarcações.

Gabarrão "A."

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Assinale a opção correta sobre o ICMS e o imposto de renda.

- (A) Os profissionais liberais sem vínculo empregatício, que percebam rendimentos de outras pessoas físicas e não se enquadrem nas hipóteses de isenção do imposto de renda, devem efetuar o recolhimento desse referido imposto apenas anualmente.
- (B) Caracteriza hipótese de incidência do imposto de renda a percepção de indenização por danos morais.
- (C) Nos restaurantes, o fornecimento simultâneo de mercadorias e serviços exclui o ICMS, incidindo apenas o ISS.
- (D) O ICMS não incidirá sobre o deslocamento de mercadorias, feito por pessoa jurídica, de sua matriz para sua filial.

**A:** incorreta, pois o recolhimento deve ser mensal (carnê-leão); a declaração é que é anual (arts. 4º e 7º da Lei 9.250/1995, respectivamente – art. 2º da Lei 7.713/1988); **B:** há discussão jurisprudencial, ainda. Existe entendimento no sentido de que a indenização por dano moral importa em acréscimo no patrimônio do indenizado, o que implica incidência do IR. Entretanto, a jurisprudência vem se pacificando pela não incidência do imposto, nessa hipótese, o que torna a assertiva incorreta; **C:** incorreta, pois incide exclusivamente o ICMS, na hipótese – art. 2º, I, da LC 87/1996; **D:** correta, nos termos da Súmula 166/STJ, pois “não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte”.

Gabarrão "D."

(FGV – 2011) Quanto ao aspecto da não cumulatividade, característico do IPI e do ICMS, de acordo com a Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) permite a compensação do imposto devido a cada operação efetiva na cadeia de produção, com o montante cobrado nas operações anteriores na mesma cadeia.
- (B) favorece a incidência “em cascata” sobre todas as operações tributadas em cada etapa da circulação de bens produzidos e destinados à indústria nacional.
- (C) permite que a carga tributária incidente seja maior ou menor de acordo com a essencialidade dos produtos.
- (D) se confunde com a vedação da tributação com efeitos confiscatórios.
- (E) se revela uma exceção ao princípio da imunidade recíproca, já que atinge os produtos comercializados por empresas públicas imunes.

**A:** correta, pois descreve a característica essencial da não cumulatividade – arts. 153, § 3º, II, e 155, § 2º, I, ambos da CF; **B:** incorreta, pois “incidência em cascata” indica cumulatividade, o que não ocorre, no caso; **C:** incorreta, pois, embora a seletividade conforme a essencialidade do produto seja princípio que orienta o IPI e o ICMS (o IPI deve ser seletivo e o ICMS pode ser seletivo), não se confunde com a não cumulatividade – arts. 153, § 3º, I, e 155, § 2º, III, ambos da

CF; **D:** incorreta, pois a não cumulatividade não tem relação direta com a vedação de confisco; **E:** incorreta, pois o STF tem afastado a incidência no caso de operações realizadas por entidades imunes – ver RE 186.175 ED-EDV/SP.

Gabarrão "A."

(FGV – 2009) A sociedade empresarial ‘X’ remeteu mercadorias para a sociedade empresarial ‘Y’ a título de consignação mercantil, rezando o respectivo contrato que a venda deveria efetivar-se no prazo ZZZ por R\$ WWW. A esse respeito e à luz da legislação tributária vigente, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não há incidência do ICMS em tal remessa, pois a consignação mercantil não constitui operação relativa à circulação de mercadoria.
- (B) A consignante ‘X’ obriga-se a fazer incidir o ICMS, destacando o respectivo valor na nota fiscal que emite quando da saída das mercadorias com destino ao estabelecimento da consignatária ‘Y’.
- (C) Sejam as mercadorias remetidas veículos usados, ou sejam produtos sujeitos ao regime de substituição tributária, a consignante ‘X’ deverá observar as disposições próprias a esse regime de tributação.
- (D) No caso de a consignatária ‘Y’ vender as mercadorias por preço maior do que o estabelecido no contrato de consignação mercantil, deverá emitir nota fiscal apenas para registrar o efetivo valor do negócio realizado, sem débito de ICMS, impondo-se à consignante ‘X’ emitir nota fiscal complementar, face ao reajustamento do preço contratado por ocasião da remessa, sem destaque do ICMS.
- (E) Mesmo em se tratando de consignação mercantil e tendo em vista que o transporte das mercadorias foi realizado por empresa transportadora contratada pela consignatária ‘Y’, sediando-se ‘Y’ no mesmo município da consignante ‘X’, houve prestação de serviço de transporte sujeita ao ICMS.

Perceba que o ICMS não incide simplesmente sobre a *venda* de mercadorias. A Constituição e a legislação federais adotaram o conceito econômico de *circulação* de mercadoria, exatamente para que a roupagem jurídica dada à operação (venda, consignação etc.) fosse pouco relevante para a incidência tributária. Assim, se houve saída da mercadoria de “X” para “Y” dentro da cadeia comercial (seja por venda, consignação ou outra operação empresarial que implique circulação econômica do bem), incide o ICMS – art. 2º, I, da LC 87/1996. **A:** errada, pois há incidência do ICMS; **B:** como visto, essa é a alternativa correta; **C:** incorreta, pois a referência a veículos usados, relacionando-os ao regime de substituição tributária, é incompreensível; **D:** errada, pois “Y” é a contribuinte em relação ao ICMS incidente sobre suas vendas, respondendo pelo recolhimento total do tributo (desde que não haja substituição tributária ou outro regime específico); **E:** incorreta, pois o transporte realizado dentro do município (transporte intramunicipal) por terceiro (transportadora contratada pela consignatária) sujeita-se apenas ao ISS municipal, não ao ICMS estadual.

Gabarrão "B."

(FGV – 2009) Segundo a Lei Complementar nº 87/1996, não se inclui no campo de incidência do ICMS:

- (A) a entrada, no território do Estado destinatário, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou à industrialização, decorrentes de operações interestaduais.

- (B) a utilização, por contribuinte, de serviço cuja prestação se tenha iniciado em outro Estado e não esteja vinculada à operação ou prestação subsequente.
- (C) a entrada, no estabelecimento do contribuinte, de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação, destinada a consumo ou a ativo fixo.
- (D) a saída de mercadoria, de estabelecimento de contribuinte, com destino a outro estabelecimento do mesmo titular.
- (E) o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios.

**A:** incorreta, pois **incide** o ICMS quando esses produtos **não** são destinados à comercialização ou à industrialização, situação descrita na assertiva – art. 2º, § 1º, III, da LC 87/1996; **B:** incorreta, pois os serviços de transporte intermunicipal ou interestadual, de comunicação e aqueles excluídos da competência municipal, desde que prestados

com fornecimento de mercadoria, submetem-se ao ICMS, inclusive na situação descrita na assertiva – art. 12, XIII, da LC 87/1996; **C:** correta. De fato, nessa situação não incide ICMS especificamente no momento da *entrada* no estabelecimento do adquirente, mas sim na *saída* do estabelecimento daquele que promoveu a circulação da mercadoria (vendedor localizado em outro Estado, por exemplo) – art. 12, I, da LC 87/1996; **D:** incorreta, já que o art. 12, I, da LC 87/1996 prevê expressamente a incidência do ICMS nas saídas destinadas a estabelecimento do mesmo contribuinte, embora a questão seja amplamente discutida na doutrina e na jurisprudência (perceba que o examinador deixou claro que a pergunta era em relação à LC 87/1996 – ver Súmula 166/STJ: “Não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte”); **E:** incorreta, pois, como já dito, submete-se exclusivamente ao ICMS a prestação de serviços excluídos da competência municipal (ou seja, aqueles não listados na LC 116/2003), desde que prestados com fornecimento de mercadoria – art. 2º, IV, da LC 87/1996.

„C., qñbñtñ

Veja a seguinte tabela, para estudo e memorização dos casos de fornecimento de mercadoria com prestação de serviços e as incidências do ICMS e do ISS:

Fornecimento de mercadoria com prestação de serviço Art. 1º, § 2º, da LC 116/2003 e art. 2º, IV e V, da LC 87/1996		
Situação	Incidência	Exemplos
Serviço constante da lista da LC 116/2003, sem ressalva em relação à mercadoria	ISS sobre o preço total	Súmula 156/STJ. “A prestação do serviço de composição gráfica, personalizada e sob encomenda, ainda que envolva fornecimento de mercadorias, está sujeita, apenas, ao ISS”. Súmula 274/STJ. “O ISS incide sobre o valor dos serviços de assistência médica, incluindo-se neles as refeições, os medicamentos e as diárias hospitalares”.
Serviço constante da lista da LC 116/2003, com ressalva em relação à mercadoria	ISS sobre o preço do serviço e ICMS sobre o valor da mercadoria	Item 14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
Serviço não constante da lista da LC 116/2003	ICMS sobre o valor total da operação	Súmula 163/STJ. “O fornecimento de mercadorias com a simultânea prestação de serviços em bares, restaurantes e estabelecimentos similares constitui fato gerador do ICMS a incidir sobre o valor total da operação”.

(FGV – 2009) Não integram a *base de cálculo do ICMS* os valores correspondentes:

- (A) ao montante do próprio imposto (ICMS) e também do IPI relativo a produto destinado à industrialização ou à comercialização, em operação que configure fato gerador de ambos os impostos.
- (B) a seguro, juro e qualquer importância paga, recebida ou debitada.
- (C) aos descontos concedidos sob condição.
- (D) ao frete, quando o transporte for efetuado pelo próprio remetente, ou por sua conta e ordem, e seja cobrado em separado.
- (E) aos encargos financeiros acrescidos ao preço a vista, na venda a crédito e na realizada por sistema de cartão de crédito próprio, efetuadas por estabelecimentos varejistas a consumidor final, sem interveniência de instituição financeira.

**A:** incorreta, pois o montante correspondente ao ICMS, peculiarmente, inclui-se em sua própria base de cálculo (cálculo “por dentro” do imposto) – art. 13, § 1º, I, da LC 87/1996; **B, C e D:** incorretas, pois esses valores incluem-se na base de cálculo do ICMS, conforme o art. 13, § 1º, II, a e b, da LC 87/1996; **E:** correta, pois, de fato, quando o financiamento é promovido diretamente pelo próprio vendedor da

mercadoria, o ICMS incide inclusive sobre os encargos financeiros, conforme a jurisprudência pacífica do STJ.

„E., qñbñtñ

(FGV – 2009) A *Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)*, nos termos concebidos pela Lei nº 10.168/2000, deveria incidir sobre os contratos que implicassem transferência de tecnologia, por ocasião de pagamento, crédito, entrega, remessa ou emprego de valores ao residente no exterior. Posteriormente, a Lei nº 10.332/2001 ampliou a hipótese de incidência da CIDE para abranger também os casos envolvendo o pagamento, crédito, entrega, remessa ou emprego de *royalties* a qualquer título (mesmo sem transferência de tecnologia) a residente no exterior. A esse respeito, é correto afirmar que:

- (A) o valor recolhido no Brasil a título de CIDE poderá ser utilizado como crédito pelo beneficiário dos *royalties* (residente no exterior) para fins de compensação com o Imposto de Renda devido sobre o valor recebido.
- (B) o contribuinte da CIDE coincide com o contribuinte do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre pagamento, remessa, crédito, entrega ou emprego de *royalties*.

- (C) a incidência da CIDE sobre valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos ao exterior a título de *royalties* gera direito a crédito para o contribuinte desse tributo no Brasil no caso de contratos de exploração de patentes e uso de marcas.
- (D) no caso de pagamento, crédito, entrega, remessa ou emprego de *royalties* a residente no exterior, deverá ser pago o Imposto de Renda Retido na Fonte à alíquota de 25%, bem como a CIDE à alíquota de 10%, independentemente do país de residência do beneficiário.
- (E) o valor integral das receitas arrecadadas por meio da CIDE poderá ser destinado como melhor aprouver ao Chefe do Executivo Federal.

**A:** os valores da CIDE recolhida não podem ser abatidos do montante devido a título de IR, razão pela qual a assertiva é incorreta, muito embora haja redução da alíquota do IR retido na fonte – art. 2º-A da Lei 10.168/2000; **B:** contribuinte do IR, no caso, é a pessoa que está no exterior (o beneficiário dos *royalties*) – art. 682, I, do RIR (Decreto 3.000/1999), muito embora haja retenção pelo responsável tributário (quem está no Brasil). Já no caso da CIDE, contribuinte é o próprio residente no Brasil, que paga os *royalties* – art. 2º da Lei 10.168/2000. Ou seja, os contribuintes são distintos, de modo que a assertiva é incorreta; **C:** correta, nos termos do art. 4º, § 1º, II, da Medida Provisória 2.159-70/2001; **D:** a alíquota do imposto de renda retido na fonte é de 15% (art. 2º-A da Lei 10.168/2000), de modo que a assertiva é incorreta, embora, a alíquota da CIDE seja, de fato, 10% (art. 2º, § 4º, da mesma Lei); **E:** incorreta, pois o art. 4º da Lei 10.168/2000 determina expressamente que os recursos da contribuição serão destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.

“C.” Gabarito

(FGV – 2009) O Imposto de Renda, conforme previsão constitucional (artigo 153, § 2º), deverá ser norteado pelos critérios da generalidade, universalidade e progressividade. Com fundamento nos aludidos critérios, analise as seguintes afirmativas:

- I. A tributação, pelo Imposto de Renda, da pessoa física e jurídica residente no Brasil poderá recair sobre fatos econômicos concretizados no exterior.
- II. Os não residentes (pessoas físicas ou jurídicas) no Brasil são tributados pelo Imposto de Renda em bases universais (renda global).
- III. A tributação de fatos econômicos originados em outro país somente será juridicamente viável se houver acordo de bitributação (Tratado Internacional Bilateral em Matéria de Imposto de Renda), pois seria ilegal a incidência de um tributo brasileiro sobre fato ocorrido em território estrangeiro, sob pena de violação de soberania deste país.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.  
 (B) se somente a afirmativa II estiver correta.  
 (C) se somente a afirmativa III estiver correta.  
 (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.  
 (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

**I:** correta, pois essa tributação é possível, conforme o princípio da universalidade; **II:** incorreta, já que é difícil o Brasil tributar alguém residente no exterior em relação à renda decorrente de trabalho realizado em outro país, por exemplo. Perceba que é necessário algum vínculo com o Brasil, para que o Fisco local possa exercer sua pretensão, o que impede a cobrança em bases universais. Em regra, tributa-se o

residente no exterior, apenas, quando ele auferir renda proveniente de fonte localizada no Brasil (por exemplo, recebe aluguel por imóvel localizado aqui, ou *royalties* em relação a uma licença cedida a empresa brasileira); **III:** incorreta, pois a tributação brasileira não depende de tratado internacional, decorrendo da soberania de nosso país. O que há são tratados para evitar a bitributação com o intuito de atender à justiça fiscal em relação aos cidadãos brasileiros e promover a cooperação internacional. No caso, se houver vínculo jurídico com o Brasil (por exemplo, quem auferir renda é residente em nosso país), é possível cobrar IR sobre renda proveniente de fonte localizada no exterior, independentemente de qualquer acordo internacional.

“A.” Gabarito

(FGV – 2009) Em relação aos tributos de competência estadual, é correto afirmar que:

- (A) os Estados possuem competência para instituição do imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos, cujas alíquotas máximas serão fixadas por lei complementar.
- (B) em relação à tributação dos programas de computador, ou *software*, o Supremo Tribunal Federal já decidiu que, nas operações relativas ao “licenciamento ou cessão de direito de uso”, não cabe aos Estados a instituição do ICMS, posto não estar caracterizada uma circulação de mercadoria; por outro lado, em se tratando dos chamados “*software* de prateleira”, produzidos em série e comercializados no varejo, vigora entendimento positivo quanto à possibilidade de tributação por meio do aludido tributo uma vez materializado o *corpus mechanicum* da criação intelectual do programa, caracterizando, assim, o conceito de mercadoria.
- (C) o ICMS será não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal; em atendimento à não cumulatividade a isenção ou não incidência, implicarão direito a crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes, salvo determinação em contrário da legislação.
- (D) o imposto incidente sobre a propriedade de veículos automotores não poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e da utilização.
- (E) de acordo com o texto constitucional vigente, o ICMS incidirá sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, cabendo o imposto ao Estado onde ocorrer o desembaraço aduaneiro, independentemente da localização do destinatário do bem ou mercadoria.

**A:** incorreta, pois as alíquotas máximas do ITCMD são fixadas por resolução do Senado Federal, não por lei complementar – art. 155, § 1º, IV, da CF; **B:** correta. A assertiva reflete adequadamente a jurisprudência; **C:** errada, pois a isenção e a não incidência **não implicam** creditamento para as operações seguintes, além de acarretar anulação dos créditos relativos às operações anteriores, salvo disposição legal em contrário – art. 155, § 2º, II, da CF; **D:** incorreta, pois é possível essa diferenciação – art. 155, § 6º, II, da CF; **E:** incorreta, pois o ICMS sobre importações é devido ao Estado (ou ao Distrito Federal) onde localizado o destinatário do bem ou do serviço, independentemente do local do desembaraço – art. 155, § 2º, IX, a, da CF.

“B.” Gabarito

(FGV – 2008) Assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo a Constituição, o empréstimo compulsório tem os seguintes fatos geradores: guerra externa, ou sua iminência, calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis e a conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo.
- (B) Segundo a legislação em vigor sobre o imposto referente à transmissão *causa mortis*, a alíquota do referido tributo poderá ser progressiva.
- (C) Segundo a Lei Complementar 116/2003, o contribuinte do ISS é o tomador do serviço.
- (D) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a progressividade do IPTU em razão do descumprimento da função social da propriedade urbana é inconstitucional.
- (E) O ICMS e o IPI são tributos, segundo a Constituição de 88, obrigatoriamente seletivos, já que devem observar a essencialidade do bem.

**A:** incorreta. O empréstimo compulsório somente pode ser exigido somente em duas hipóteses: para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência (inc. I); e no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado o disposto no art. 150, III, b, da CF (inc. II) – art. 148 da CF. A hipótese de absorção temporária de poder aquisitivo, prevista no art. 15, III, do CTN, não foi recepcionada pela atual Constituição. Ademais, essas situações permitem a instituição do empréstimo compulsório, mas não são o fato gerador tributário, que será definido pela lei complementar (ou seja, é a lei complementar que definirá quais fatos farão surgir, para cada contribuinte individualizado, o dever de recolher o tributo); **B:** correta. O STF vinha entendendo que outros impostos reais (além do IPTU pós EC 29/2000) não poderiam ter alíquotas progressivas em relação ao valor da base de cálculo, considerando inexistir expressa previsão constitucional (ver Súmula 656/STF). Ocorre que recentemente a Suprema Corte reviu a questão, especificamente em relação ao ITCMD, reconhecendo que o imposto pode ser progressivo, atendendo assim o princípio da capacidade contributiva (RE 562.045/RS – Repercussão Geral). Esse entendimento pode ser posteriormente aplicado ao ITBI municipal, de modo que o estudante deve atentar para a evolução jurisprudencial; **C:** incorreta, pois o contribuinte do ISS é o prestador do serviço (art. 5º da LC 116/2003), embora o tomador possa ser designado responsável tributário para retenção do tributo na fonte; **D:** incorreta, até porque a constitucionalidade da progressividade do IPTU em razão do descumprimento da função social da propriedade urbana (art. 182, § 4º, II, da CF) jamais foi seriamente questionada. O que o STF entendeu inconstitucional foi a progressividade do IPTU em relação ao valor do imóvel, no período anterior à Emenda Constitucional 29/2000 – Súmula 668/STF (“É inconstitucional a lei municipal que tenha estabelecido, antes da Emenda Constitucional 29/2000, alíquotas progressivas para o IPTU, salvo se destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana”); **E:** incorreta. O IPI é obrigatoriamente seletivo, mas o ICMS **pode** ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços (obrigatório para o IPI, mas opcional para o ICMS), de modo que a assertiva é incorreta – arts. 153, § 3º, I, e 155, § 2º, III, ambos da CF.

“Gabarito B”

(FGV – 2008) Com base na Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O ITR será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas.

- (B) A União poderá instituir na iminência ou no caso de guerra externa impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.
- (C) Em relação ao ICMS é facultado ao Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros.
- (D) Não incide ITBI sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
- (E) O IPI poderá ser seletivo, em função da essencialidade do produto, e será não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores.

**A:** correta, conforme o art. 153, § 4º, I, da CF; **B:** correta, nos termos do art. 154, II, da CF; **C:** correta, de acordo com o disposto no art. 155, § 2º, V, a, da CF; **D:** correta, conforme o art. 156, § 2º, I, da CF; **E:** incorreta, devendo ser assinalada, pois o IPI **deve** ser seletivo (não é opção, como no caso do ICMS) – art. 153, § 3º, I, da CF.

“Gabarito E”

(FGV – 2008) De acordo com o art. 155, § 2º, inciso XII, c, da CRFB/88, é correto afirmar que o regime de compensação do ICMS deve ser disciplinado:

- (A) em lei dos Estados e pelo Distrito Federal, tendo em vista a autonomia desses entes federados.
- (B) pelo Confaz.
- (C) em lei complementar.
- (D) no Regulamento do ICMS dos Estados e do Distrito Federal.
- (E) em convênio e lei estadual ou distrital.

O dispositivo constitucional exige veiculação por lei complementar federal.

“Gabarito C”

(FGV – 2008) Especificamente em relação ao ICMS, uma das alternativas a seguir apresenta matéria(s) que não precisa(m) ser veiculada(s) por Lei Complementar. Assinale-a.

- (A) Definição de contribuintes
- (B) Determinação de alíquotas
- (C) Previsão de casos de manutenção de crédito, relativamente à remessa para outro Estado e exportação para o exterior, de serviços e de mercadorias
- (D) Regulação da forma pela qual, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados
- (E) Disciplina do regime de compensação do imposto

Art. 155, § 2º, XII, da CF – somente as alíquotas do ICMS, dentre as alternativas, prescindem de lei complementar.

“Gabarito B”

(FGV – 2008) De acordo com o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CRFB/1988, a alíquota mínima do ISS é de:

- (A) 5%.
- (B) 2%.
- (C) 3%.
- (D) 0,5%.
- (E) 1%.

A alíquota mínima do ISS é de 2% (art. 88, I, do ADCT) e a máxima, 5% (art. 8º, II, da LC 116/2003).

Gabarito "B."

(FGV – 2007) O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana incide:

- (A) sobre os imóveis por natureza e sobre os bens imóveis considerados por lei
- (B) sobre os imóveis por natureza e sobre os imóveis por acessão física
- (C) apenas sobre os imóveis por acessão física
- (D) apenas sobre o bem imóvel por natureza

Art. 32 do CTN – o IPTU incide sobre o terreno (imóvel por natureza) e as construções (acessão física).

Gabarito "B."

(FGV – 2007) Considera-se propriedade territorial urbana, para efeito do imposto de competência dos Municípios, o seguinte tipo de propriedade:

- (A) aquele definido pela Constituição Federal
- (B) de módulo inferior a dois alqueires, e que esteja situado nos limites do município, não edificado, que não sirva à atividade agropecuária
- (C) territorial situado na zona urbana, com abastecimento de água e sistema de esgoto sanitário mantido pelo Poder Público
- (D) independentemente de outros fatores

Os parágrafos do art. 32 do CTN preveem as regras para reconhecimento da zona urbana, para fins do IPTU – art. 32, § 1º, II e III, do CTN.

Gabarito "C."

### 13. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) A alienação do patrimônio por parte do devedor com débitos perante a Fazenda Pública não pode ser anulada. À luz do Código Tributário Nacional, a afirmativa acima

- (A) Não é verdadeira, pois a Fazenda Pública pode pleitear a anulação da alienação do patrimônio efetuada a partir da inscrição do débito em dívida ativa, desde que o devedor não tenha outros bens que possam satisfazer o pagamento total do débito.
- (B) Não é verdadeira, pois a Fazenda Pública pode pleitear a anulação da alienação do patrimônio efetuada desde a ocorrência do fato gerador que ensejou o débito.
- (C) É verdadeira, pois a Fazenda Pública não pode pleitear a anulação da alienação do patrimônio efetuada pelo devedor, em razão da ausência de previsão no Código Tributário Nacional.

(D) É verdadeira, pois a Fazenda Pública não pode pleitear a anulação da alienação do patrimônio efetuada pelo devedor, haja vista que a dívida ativa regularmente inscrita não traz a presunção de sua certeza e liquidez.

Art. 185 do CTN.

„A.“

(FGV – 2007) No concurso de preferência entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, é correto afirmar-se que:

- (A) adota-se o princípio da *par conditio creditorum*, em todos os níveis
- (B) os Municípios credores recebem *pro rata*, e em primeiro lugar
- (C) prevalece o rateio entre os entes da Federação
- (D) a União prefere aos demais

As regras a que se refere a questão estão no art. 187, parágrafo único, do CTN.

„D.“

(FGV – 2007) Em se tratando de imóvel gravado com cláusula de impenhorabilidade, decorrente de disposição testamentária, é certa a afirmação de que:

- (A) responde pela satisfação do crédito tributário, não sendo o gravame oponível à Fazenda na execução do seu crédito
- (B) pode ser penhorado, desde que o crédito tributário preexistia à morte do testador
- (C) não pode ser objeto de penhora em execução fiscal do crédito tributário
- (D) pode ser penhorado na falta de outros bens do devedor

A cláusula de impenhorabilidade não prejudica a pretensão fiscal – art. 184 do CTN.

„A.“

### 14. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, FISCALIZAÇÃO E PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) A concomitância da tramitação de defesa administrativa e medida judicial em nome do contribuinte interessado enseja

- (A) o indeferimento da medida judicial, em razão do processamento da defesa junto à instância administrativa.
- (B) o sobrestamento da medida judicial até resolução da questão perante a instância administrativa.
- (C) a extinção da defesa administrativa, sem apreciação de mérito, se a matéria discutida em ambas as instâncias for absolutamente idêntica.
- (D) A aplicação da multa por litigância de má-fé ao interessado, por utilizar-se de duas vias de defesa – administrativa e judicial – para discussão da mesma matéria.

A e B: incorretas, pois a ação judicial prejudica o procedimento administrativo, e não o contrário, segundo o princípio da inafastabilidade da jurisdição – art. 5º, XXXV, da CF e art. 38, parágrafo único, da Lei 6.830/1980; C: correta, pois a demanda judicial proposta pelo contribuinte implica renúncia à instância administrativa, em relação

à matéria discutida – art. 38, parágrafo único, da Lei 6.830/1980; **D**: incorreta, pois o ingresso no Poder Judiciário implica simples renúncia à esfera administrativa, sendo direito do contribuinte, conforme o princípio da inafastabilidade da jurisdição – art. 38, parágrafo único, da Lei 6.830/1980.

Gabário "C."

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Com relação à administração tributária, assinale a opção incorreta.

- (A) Somente mediante ordem judicial fundamentada, os tabeliães devem prestar todas as informações às autoridades tributárias de que disponham concernentes a bens, negócios ou atividades de terceiros.
- (B) Não constitui violação ao princípio do sigilo fiscal a divulgação de informações, pelos agentes fazendários, relativas às representações criminais para fins penais.
- (C) Recursos provenientes da cobrança de preço público constituem, entre outros, a dívida ativa não tributária.
- (D) A dívida ativa tributária regularmente inscrita goza de presunção relativa de certeza e liquidez.

**A**: incorreta, devendo ser assinalada, pois os tabeliães são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros, mediante intimação escrita – art. 197, I, do CTN; **B**: correta, conforme o art. 198, § 3º, I, do CTN; **C**: correta, pois a dívida ativa é composta não apenas por aquelas de natureza tributária, mas também pelas de natureza não tributária, como é o caso dos preços públicos – art. 2º da Lei 6.830/1980 e art. 39, § 2º, da Lei 4.320/1964; **D**: correta, nos termos do art. 204, *caput*, do CTN.

Gabário "A."

(FGV – 2009) A respeito da função de fiscalização exercida pelo fiscal de rendas, assinale a alternativa correta.

- (A) Na qualidade de autoridade administrativa, ao fiscal de rendas é facultado adentrar a casa de sujeito passivo de obrigação tributária para apreender livros fiscais e comerciais.
- (B) Aplica-se a Súmula Vinculante nº 14 do STF, que garante ao defensor amplo acesso aos elementos de prova documentados em procedimento investigatório realizado por órgão de competência de polícia judiciária, nas atividades de fiscalização do fiscal de rendas.
- (C) O ajuizamento de ação penal sobre determinado fato, objeto de fiscalização pelo fiscal de rendas, determina a imediata cessação da atividade fiscalizatória pela autoridade administrativa.
- (D) O fiscal de rendas pode realizar interceptação telefônica, desde que haja a devida motivação no processo fiscalizatório.
- (E) A omissão injustificada do fiscal de rendas em fiscalizar caracteriza abuso de poder.

**A**: incorreta, pois a casa das pessoas é inviolável – art. 5º, XI, da CF. O STF entende, inclusive, que se os livros fiscais estiverem guardados em parte do escritório ou estabelecimento empresarial inacessível ao público em geral, o agente da administração tributária não pode alcançá-los sem ordem judicial; **B**: incorreta, pois embora o contraditório deva ser observado no processo administrativo tributário, a garantia da Súmula Vinculante 14/STF ("É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa") não se aplica à atividade de fiscalização em sentido

estrito; **C**: incorreta. Na verdade, o STF entende que, caso a tipificação do crime dependa da configuração da evasão fiscal (crime tributário material), é a ação penal que fica inviabilizada, antes da conclusão do processo administrativo; **D**: incorreta, pois a interceptação telefônica só é admitida em investigação criminal ou instrução processual penal, com ordem judicial – art. 5º, XII, da CF; **E**: correta, pois, em tese, o descumprimento do dever inafastável de fiscalizar pode configurar abuso de poder (ou até crime).

Gabário "E."

(FGV – 2009) Em relação à fiscalização tributária, analise as afirmativas a seguir:

- I. Determina o Código Tributário Nacional que a autoridade administrativa que presidir quaisquer diligências de fiscalização deverá, preferencialmente, lavrar termo autônomo de início do respectivo procedimento, cuja cópia será entregue ao sujeito fiscalizado; caso haja recusa de recebimento do aludido termo pelo contribuinte, o início da ação fiscal há de ser certificado em um dos livros fiscais a serem exibidos na forma da legislação.
- II. Somente antes do início de qualquer procedimento de fiscalização é possível ao contribuinte se socorrer do benefício da denúncia espontânea, afastando-se a responsabilidade por infrações à legislação tributária, desde que haja o pagamento integral do tributo devido acrescido dos juros de mora.
- III. O artigo 195 do CTN reza que "para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los". Com base nesse dispositivo, o Supremo Tribunal Federal editou súmula de modo a consolidar o entendimento de que se sujeitam à fiscalização tributária ou previdenciária quaisquer livros comerciais, ilimitadamente, independentemente dos pontos objeto da investigação.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**I**: incorreta, pois a lavratura do termo de início da fiscalização é obrigatória (não há falar em "preferencialmente", como consta da assertiva) – art. 196 do CTN; **II**: correta, pois descreve adequadamente a denúncia espontânea – art. 138 do CTN; **III**: incorreta, pois, nos termos da Súmula do 439/STF, "estão sujeitos à fiscalização tributária ou previdenciária quaisquer livros comerciais, limitado o exame aos pontos objeto da investigação".

Gabário "B."

(FGV – 2009) A Lei Complementar nº 104/2001 inseriu o parágrafo único ao artigo 116 do Código Tributário Nacional, tendo por objetivo restringir a prática do planejamento tributário, ainda que este fosse conduzido mediante o uso de estruturas e procedimentos perfeitamente lícitos – a chamada elisão tributária. A redação do referido dispositivo gerou grande polêmica ao condicionar a descondição dos atos e negócios



jurídicos praticados pelo contribuinte à hipótese de “dissimulação”, pois, para parte expressiva da doutrina jurídica, dissimulação é forma de simulação relativa, figura que se relaciona com a chamada evasão tributária (ilícita) e não com a elisão. Na tentativa de regulamentar a aplicação da cláusula antielisiva (pretensamente contida no parágrafo único do artigo 116 do CTN), foi editada a Medida Provisória nº 66, que acabou, nesta parte, não sendo convertida em lei (Lei 10.637). A esse respeito, é correto afirmar que:

- (A) a autoridade administrativa jamais poderá desconsiderar atos praticados pelo contribuinte no contexto do chamado “planejamento tributário”, sejam eles lícitos ou ilícitos, justamente por não ter sido formalmente regulamentado o parágrafo único do artigo 116 do Código Tributário Nacional.
- (B) a autoridade administrativa está plenamente autorizada a aplicar o parágrafo único do artigo 116 do Código Tributário Nacional, ainda que tal dispositivo não tenha sido regulamentado por lei ordinária.
- (C) a Medida Provisória nº 66 previa procedimento especial para que a autoridade administrativa pudesse desconsiderar os atos praticados pelo contribuinte, como, por exemplo, dar a oportunidade ao contribuinte para se manifestar, antes de lavrado o auto de infração, sobre as razões do procedimento por ele adotado, situação que em nada mudou com a não conversão da Medida Provisória nº 66 em lei, já que o Decreto 70.235/1972 prevê tal situação expressamente.
- (D) em decorrência da não conversão da Medida Provisória nº 66 em lei e, consequentemente, da não regulamentação do parágrafo primeiro do artigo 116 do Código Tributário Nacional, a autoridade administrativa somente poderá desconsiderar atos e negócios jurídicos praticados pelo contribuinte, para então requalificá-los, quando houver algum tipo de desvio, como, por exemplo, simulação, abuso de direito e abuso de forma.
- (E) no Brasil, nunca houve a necessidade de uma cláusula geral antielisiva, pois sempre se entendeu, tanto no âmbito doutrinário como no jurisprudencial, que a substância econômica do negócio deveria prevalecer sobre a forma.

**A:** incorreta, pois se há ilicitude, é evidente que a prática deve ser coibida. Por exemplo, se efetivamente há dissimulação do fato gerador (= tenta-se ocultar sua ocorrência), o Fisco deverá realizar a atuação e cobrança do tributo correspondente; **B:** incorreta, pois o art. 116, parágrafo único, do CTN prevê expressamente a regulamentação por lei ordinária, o que torna questionável a aplicação imediata do dispositivo legal; **C:** incorreta, pois a lavratura do auto de infração não pressupõe oportunidade de explicação por parte do fiscalizado. O contraditório será observado no procedimento administrativo subsequente; **D:** correta, pois a desconsideração, nessas hipóteses, decorre dos princípios gerais do direito e das disposições do Código Civil relativos à existência e à validade dos atos jurídicos. Por exemplo, se o Fisco afere que o contribuinte dissimulou (procurou ocultar) a ocorrência do fato gerador, a incidência deverá ser reconhecida, pois, nos termos do art. 167 do Código Civil é nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma; **E:** incorreta, pois há forte entendimento doutrinário contrário à tributação baseada no substrato econômico dos fatos e negócios jurídicos (interpretação econômica).

Gabrielio “D”

(FGV – 2009) Quanto à Elisão Fiscal é correto afirmar que:

- (A) constitui procedimento lícito de economia de tributos, geralmente realizado antes da ocorrência do fato gerador.
- (B) constitui procedimento dúbio que pode ser desqualificado e requalificado pela autoridade administrativa.
- (C) constitui uma sucessão de atos ou negócios jurídicos realizados para dissimular a ocorrência do fato gerador.
- (D) constitui prática atentatória ao princípio da solidariedade social e, portanto, inconstitucional.
- (E) constitui mecanismo de economia fiscal, só possível quando a lei expressamente o permitir.

**A:** correta, pois a assertiva descreve exatamente a elisão fiscal (= planejamento fiscal), que não se confunde com evasão fiscal, que é ilícita; **B:** incorreta, pois se os atos e negócios são lícitamente praticados, sem vícios que os maculem, devem ter sua validade reconhecida pelo Fisco; **C:** incorreta, pois dissimulação indica ocultação, intenção de esconder a ocorrência do fato gerador, o que deve ser desconsiderado pelo Fisco – art. 167 do Código Civil; **D:** incorreta, pois, como dito, a elisão fiscal é válida; **E:** incorreta. O planejamento tributário é construído a partir da legislação tributária existente, buscando-se os caminhos empresariais lícitos que onerem menos o contribuinte, de modo que não há necessidade de expressa permissão legal.

Gabrielio “A”

(FGV – 2009) Agentes do Fisco Estadual apreenderam notas e livros fiscais, durante determinada atividade fiscalizadora na empresa Beta, sem estarem munidos de mandado judicial para tal fim. Esse procedimento é considerado:

- (A) ilegal, pois qualquer apreensão de bem de empresa só pode ser feita através de mandado judicial.
- (B) abusivo, por representar excesso do exercício do poder de fiscalização.
- (C) inconstitucional, pois desta forma estariam quebrando o sigilo de dados da empresa.
- (D) legal, sendo os documentos de exibição obrigatória pelo contribuinte.
- (E) legal, se houver circunstância que o faça necessário, mas deve ser seguido do pedido ao Juiz que o convalide.

O Fisco tem o poder de apreender a documentação fiscal relativa à fiscalização em curso, independentemente de autorização judicial (art. 195 do CTN), podendo, conforme o caso, solicitar auxílio policial – art. 200 do CTN. É importante ressaltar, entretanto, que o STF tem entendimento no sentido de que a inviolabilidade da casa (art. 5º, XI, da CF) abrange as áreas não abertas ao público nos escritórios e estabelecimentos empresariais, de modo que, caso os livros e documentos lá se encontrem, será necessária autorização judicial.

**DICA:** Tese de repercussão geral 225/STF: “O art. 6º da Lei Complementar 105/01 não ofende o direito ao sigilo bancário, pois realiza a igualdade em relação aos cidadãos, por meio do princípio da capacidade contributiva, bem como estabelece requisitos objetivos e o traslado do dever de sigilo da esfera bancária para a fiscal”.

Gabrielio “D”

(FGV – 2008) Não são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

- (A) os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício.
- (B) os bancos públicos.
- (C) as empresas de administração de bens.
- (D) entidades ou pessoas que a lei designe, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão, quando o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.
- (E) os bancos privados.

Com exceção da assertiva “D”, todas as demais indicam pessoas que devem fornecer informações ao Fisco, na forma do art. 197 do CTN.

„Gabarito “D”.

(FGV – 2007) Sobre o termo de início da fiscalização, é correto afirmar-se que:

- (A) sua lavratura depende da abrangência da fiscalização
- (B) a sua exigência depende da legislação do ente tributante
- (C) é um mero requisito formal, e sua falta não gera qualquer irregularidade
- (D) estabelece o início do prazo de decadência para a realização do lançamento

O início da fiscalização deve sempre ser documentado, nos termos do art. 196 do CTN. O art. 173, parágrafo único, do CTN dispõe que o início da fiscalização fixa termo inicial para o prazo decadencial – entende-se que essa norma aplica-se apenas para antecipar a contagem, em relação à regra geral do art. 173, I, do CTN.

„Gabarito “D”.

## 15. DÍVIDA ATIVA, INSCRIÇÃO, CERTIDÕES

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) Considere que, em razão de inadimplemento de obrigação tributária, relativa ao recolhimento do ICMS, tenham sido promovidas a inscrição em dívida ativa e o posterior aforamento de execução fiscal contra LM Livraria Ltda. A propósito dessas considerações e observadas as normas atinentes à administração tributária, assinale a opção correta.

- (A) A lei determina que seja promovida a notificação do sujeito passivo acerca da inscrição do crédito tributário em dívida ativa.
- (B) A certidão de dívida ativa regularmente lavrada contra LM Livraria Ltda. constitui título executivo extrajudicial e goza de presunção *iuris et de iure* de liquidez e certeza.
- (C) Não constitui vício da certidão de dívida ativa a ausência de menção expressa quanto ao valor dos juros de mora e demais encargos, desde que conste a maneira de calculá-los.
- (D) O pagamento de parte do débito tributário de LM Livraria Ltda. consubstancia em certidão de dívida ativa afeta a liquidez da referida certidão.

**A:** incorreta, pois não existe, dentre as normas gerais de direito tributário, determinação legal nesse sentido – arts. 201 a 204 do CTN; **B:** incorreta, pois a presunção de certeza e liquidez é relativa, podendo ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro

a que aproveite – art. 204, parágrafo único, do CTN; **C:** correta, nos termos do art. 202, II, do CTN; **D:** incorreta, pois o pagamento parcial não afasta a presunção de liquidez e certeza, que subsiste pelo saldo – art. 204, parágrafo único, do CTN.

„Gabarito “C”.

(FGV – 2009) A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade, e que indique o período a que se refere o pedido. O contribuinte pode, ainda, obter a chamada certidão positiva com efeito de negativa, nas seguintes situações, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Ajuizar ação anulatória acompanhada do depósito do montante integral do crédito tributário.
- (B) Ser considerado devedor de créditos ainda não vencidos.
- (C) Ser credor da Fazenda Pública.
- (D) Ter contra si ajuizada execução fiscal na qual tenha sido efetivada penhora.
- (E) Celebrar parcelamento da dívida.

Todas as assertivas indicam casos em que pode ser emitida certidão positiva com efeito de negativa, conforme o art. 206 do CTN, exceto a hipótese de ser credor da Fazenda Pública. De fato, isso não significa que a exigibilidade do crédito está suspensa ou que a pretensão do Fisco está garantida, lembrando que não existe compensação automática de crédito público (caso do crédito tributário) com o privado. A compensação no âmbito tributário depende de lei autorizativa específica.

„Gabarito “C”.

(FGV – 2007) Com relação à Administração Tributária e às Garantias e Privilégios do crédito tributário, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A certidão em que constar a existência de crédito não vencido, no curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade tenha sido suspensa, será considerada “positiva, com efeito, de negativa”.
- (B) A dívida regularmente inscrita goza de presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída. Assim, com base na alteração introduzida no CTN pela Lei Complementar 118/2005, presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.
- (C) A penhora *on-line*, no Direito Tributário, encontra amparo no CTN e permite a decretação judicial da indisponibilidade dos bens e direitos do devedor, com a comunicação da decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem os registros de transferência de bens, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.
- (D) Segundo o CTN, os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência são considerados extraconcursais.
- (E) A enumeração das garantias do crédito tributário pelo CTN é taxativa, pois não permite que outras garantias sejam previstas em lei.

**A:** correta, conforme o art. 206 do CTN; **B:** correta, nos termos dos arts. 204 e 185 do CTN; **C:** correta, conforme o art. 185-A do CTN; **D:** correta, pois esses créditos não entram no concurso de credores – art. 188 do CTN; **E:** incorreta, devendo ser assinalada, pois a enumeração do CTN não é taxativa, sendo que as leis podem fixar outras garantias – art. 183 do CTN.

“E.” Gabarito

(FGV – 2007) É certo afirmar-se que o crédito tributário como dívida ativa:

- (A) gera a presunção de certeza e liquidez do crédito tributário
- (B) estabelece termo para a fluência do juro de mora
- (C) constitui em definitivo o crédito tributário
- (D) torna imutável o lançamento

A assertiva “A” é a correta, pois reflete o disposto no art. 204, *caput*, do CTN.

“A.” Gabarito

## 16. AÇÕES TRIBUTÁRIAS

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Em relação à prescrição intercorrente ocorrida no curso da execução fiscal, assinale a opção correta.

- (A) Esse tipo de prescrição não pode ser decretado de ofício.
- (B) Tal prescrição não pode ser decretada de ofício, por serem indisponíveis os interesses patrimoniais da Fazenda Pública.
- (C) Essa prescrição pode ser decretada de ofício, desde que estejam caracterizados a omissão e o desinteresse da Fazenda Pública no processamento da execução fiscal.
- (D) É possível o reconhecimento, de ofício, da prescrição intercorrente, desde que a Fazenda Pública seja previamente ouvida sobre a matéria.

Caso o devedor não seja localizado ou não sejam encontrados bens para penhora, o juiz suspenderá o processo de execução por até um ano, período em que não corre a prescrição, sendo aberta vista à Fazenda Pública (art. 40, § 1º, da Lei 6.830/1980). Após o prazo de suspensão, o juiz ordenará o arquivamento dos autos (art. 40, § 2º, da Lei 6.830/1980), iniciando-se a contagem do prazo quinquenal da prescrição intercorrente, conforme a Súmula 314/STJ (“Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição quinquenal intercorrente”). Passados os 5 (cinco) anos, sem que sejam encontrados o devedor ou bens penhoráveis, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente, e decretá-la imediatamente, conforme o art. 40, § 4º, da Lei 6.830/1980. Interessante lembrar que a prescrição relativa ao período anterior à propositura da execução (art. 174 do CTN) pode ser decretada de ofício independentemente de oitiva da Fazenda Pública – art. 219, § 5º, do CPC [Corresponde ao art. 487, II, do CPC/2015] e Súmula 409/STJ (“Em execução fiscal, a prescrição ocorrida antes da propositura da ação pode ser decretada de ofício (art. 219, § 5º, do CPC) [Corresponde ao art. 487, II, do CPC/2015]”). **A e B:** incorretas, pois, embora a Fazenda Pública deva ser ouvida previamente, o juiz poderá decretar de ofício a prescrição intercorrente, observado o procedimento descrito no comentário inicial; **C:** incorreta, pois a decretação de ofício decorre da não localização do devedor ou de bens para a penhora, conforme comentário inicial; **D:** correta, conforme comentários anteriores.

“D.” Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) A Fazenda Pública Municipal ajuizou execução fiscal contra a MN Consultoria e Serviços Ltda., pelo não recolhimento, na forma e prazos devidos, do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS). A executada foi citada para pagar a dívida com juros e multa de mora e encargos indicados na certidão de dívida ativa ou para garantir a execução. Tendo como referência inicial a situação hipotética acima, assinale a opção correta acerca das normas atinentes à execução fiscal.

- (A) A MN Consultoria e Serviços Ltda. não poderá apresentar reconvenção nos autos da execução fiscal proposta em seu desfavor.
- (B) A lei veda que a petição inicial e a certidão de dívida ativa constituam um único documento.
- (C) A certidão de dívida ativa poderá ser emendada até decisão proferida em recurso especial.
- (D) O despacho do juiz que deferir a petição inicial determinará o arresto dos bens da MN Consultoria e Serviços Ltda., caso a dívida não seja paga, nem garantida a execução, por depósito ou fiança.

**A:** correta, pois na execução fiscal não se admite reconvenção, nem compensação, e as exceções, salvo as de suspeição, incompetência e impedimentos, devem ser arguidas como matéria preliminar e são processadas e julgadas com os embargos – art. 16, § 3º, da Lei 6.830/1980; **B:** incorreta, pois a petição inicial e a certidão de dívida ativa (CDA) poderão constituir um único documento, preparado, inclusive, por processo eletrônico – art. 6º, § 2º, da Lei 6.830/1980; **C:** incorreta, pois a emenda ou substituição da certidão de dívida ativa (CDA) pode ocorrer apenas até a decisão de primeira instância, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos – art. 2º, § 8º, Lei 6.830/1980; **D:** incorreta, pois o não pagamento da dívida ou a não apresentação de garantia implica simples penhora. O arresto ocorre apenas se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar – art. 7º, II e III, da Lei 6.830/1980.

“A.” Gabarito

(FGV – 2009) A Empresa Delta Ltda. sofreu penhora em parte de seus bens (maquinário) em função de execução fiscal. A dívida é de R\$ 1 milhão. Os bens penhorados, à época em que adquiridos (há 2 anos), custaram R\$ 1.250 mil. A Delta quer participar de uma licitação e necessita de certidão positiva com efeitos de negativa. A esse respeito é correto afirmar que:

- (A) será impossível emitir a certidão, já que, com a passagem do tempo, provavelmente o débito não está garantido.
- (B) a certidão deve ser emitida, visto que a eventual insuficiência da penhora não lhe retira os efeitos próprios, dentre os quais o de suspender a exigibilidade do débito.
- (C) é possível negar a emissão da certidão, pois a penhora não incorreu sobre depósito em dinheiro.
- (D) efetivada a penhora, está suspensa a exigibilidade do crédito, entretanto deve a constrição garantir a execução.
- (E) a certidão deve ser emitida, condicionada à penhora de bens suficientes, cabendo a prova da suficiência ao interessado.

Houve precedentes judiciais no sentido de que a penhora insuficiente daria ensejo à certidão positiva com efeito de negativa, cabendo ao Fisco exigir seu reforço no bojo da execução fiscal. Por essa razão, o

examinador indicou a alternativa “B” como correta. Entretanto, esse entendimento está *ultrapassado pela jurisprudência do STJ*. Hoje se reconhece que o art. 206 do CTN, além de atender as necessidades dos contribuintes em débito, busca proteger o interesse público, de modo que a garantia da execução deve ser efetiva e suficiente para que a certidão positiva com efeito de negativa possa ser emitida. Veja, por exemplo, o REsp 408.677/RS. Com base nessa jurisprudência atual do STJ, a alternativa “A” é a correta.

„B.“ Gabarito

(FGV – 2009) A proposição de Ação Anulatória, estando em curso Execução Fiscal, é:

- (A) impossível, uma vez que o contribuinte deverá opor Embargos.
- (B) inócua, pois o contribuinte não se furtará aos ônus da Execução.
- (C) possível, mas a suspensão da exigibilidade do débito só se fará mediante prova do depósito integral do seu valor.
- (D) possível, suspendendo inclusive a ação penal tributária em face do executado.
- (E) possível, mas depende do depósito integral e em dinheiro do valor executado.

A alternativa “C” reflete o entendimento atual do STJ. Cabe ação anulatória mesmo após o início da execução fiscal, por conta do princípio da inafastabilidade da tutela jurisdicional, havendo conexão entre elas. O depósito integral em juízo não é pressuposto para a ação anulatória (apesar do que dispõe o art. 38 da Lei 6.830/1980), razão pela qual a alternativa “E” é incorreta. De qualquer forma, a suspensão da exigibilidade do crédito depende da garantia do juízo (depósito integral do débito). A alternativa “D” é incorreta, pois a anulatória não suspende eventual ação penal.

„C.“ Gabarito

(FGV – 2007) Acerca da configuração da mora, em Direito Tributário, é certo dizer-se que:

- (A) independe, desde que seja obrigação tributária sujeita ao lançamento por homologação
- (B) depende do que for disciplinado na legislação tributária
- (C) independe de notificação e/ou interpelação
- (D) depende de notificação e/ou interpelação

O simples vencimento da obrigação configura a mora do sujeito passivo (*dies interpellat pro homine* – art. 161 do CTN), ou seja, independentemente de notificação ou interpelação formal.

„C.“ Gabarito

(FGV – 2009) Quanto à repetição do indébito tributário, no caso de tributos lançados por homologação, analise as afirmativas a seguir.

- I. O prazo de prescrição deve ser sempre contado a partir da data do pagamento.
- II. O prazo de prescrição deve ser contado a partir da data do pagamento, somente a partir da promulgação da LC 118/2005.
- III. O prazo de prescrição deve ser contado considerando 5 (cinco) anos para a homologação (tácita ou expressa) e 5 (cinco) anos para o exercício do direito de ação.
- IV. O prazo de prescrição deve ser contado a partir da data do pagamento, apenas quando este ocorreu após a vigência da LC 118/2005.

- V. O prazo de prescrição quando o pagamento ocorreu antes da vigência da LC 118/2005, deve observar a legislação anterior, mas observar o limite de 5 (cinco) anos a contar da lei nova.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas IV e V estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e V estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

A jurisprudência do STJ era pacífica no sentido de que o prazo prescricional para a restituição de tributos sujeitos ao lançamento por homologação era de 5 (cinco) anos contados da homologação que, se tácita, ocorria após 5 (cinco) anos a partir do fato gerador (tese dos “cinco mais cinco”). Atualmente, o STJ interpreta as disposições da LC 118/2005 no sentido de que o prazo para repetição é de apenas 5 (cinco) anos contados do pagamento indevido. Entretanto, essa nova regra vale apenas para os recolhimentos realizados após o início de vigência da LC 118/2005. Para os recolhimentos anteriores, continua aplicável a tese do “cinco mais cinco”, limitado o prazo de repetição a 5 (cinco) anos contados do início da vigência da LC 118/2005. I: incorreta, pois, para os recolhimentos anteriores à LC 118/2005, vale a tese do “cinco mais cinco”; II: incorreta, pois a nova contagem vale para os pagamentos realizados a partir do início de vigência da LC 118/2005 (e não de sua promulgação); III: incorreta, pois a contagem do “cinco mais cinco” aplica-se apenas aos pagamentos anteriores à LC 118/2005; IV e V: corretas, como anteriormente explicado.

„C.“ Gabarito

(FGV – 2007) Em relação ao processo tributário, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Segundo a doutrina majoritária, o contribuinte pode opor objeção de pré-executividade quando a execução fiscal violar preceitos de ordem pública, como, por exemplo, o pagamento do crédito realizado antes da execução.
- (B) A importância do crédito tributário pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo, como na hipótese de exigência por mais de uma pessoa jurídica de direito público, de tributo idêntico sobre o mesmo fato gerador.
- (C) Julgado procedente o pedido formulado na ação de consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda. Se improcedente a consignação no todo ou em parte, o crédito pode ser cobrado com o acréscimo de juros de mora, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- (D) Segundo a doutrina majoritária, o depósito preparatório do valor do débito, monetariamente corrigido e acrescido dos juros e multa de mora e demais encargos, não é pressuposto de admissibilidade da ação anulatória de débito fiscal; contudo, se efetuado o depósito do montante integral nesse caso, estará suspensa a exigibilidade do crédito por parte da Fazenda.
- (E) Prescreve em 5 (cinco) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição de tributos pagos indevidamente.

A: correta – cabe exceção de pré-executividade para matérias que podem ser conhecidas de ofício pelo juiz e que prescindem de dilação probatória; B: correta, conforme dispõe o art. 164, III, do CTN; C: correta, nos exatos termos do art. 164, § 2º, do CTN; D: correta,

apesar do disposto no art. 38 da Lei 6.830/1980 – Súmula 247/TFR; **E**: incorreta, devendo ser assinalada, pois o prazo é de apenas 2 (dois) anos – art. 169 do CTN.

„E.“ Gabarito

(FGV – 2007) O prazo para exercer o direito à restituição é de:

- (A) 2 (dois) anos, a contar do efetivo ingresso dos valores
- (B) 4 (quatro) anos, a contar da data do pagamento voluntário
- (C) 5 (cinco) anos, a contar da data da extinção do crédito tributário
- (D) 5 (cinco) anos, a contar da constituição definitiva do crédito tributário indevido

Art. 168 do CTN. Com a LC 118/2005 ficou ultrapassada a chamada tese do “cinco mais cinco” (exceto para pagamentos indevidos anteriormente realizados), segundo a qual, para restituição de tributos lançados por homologação, o prazo prescricional seria de 5 (cinco) anos contados da homologação que, se tácita, ocorre 5 (cinco) anos após o fato gerador.

„C.“ Gabarito

## 17. SIMPLES NACIONAL – MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

(FGV – 2007) Em relação à legislação que instituiu o Supersimples e a Super-Receita, assinale a alternativa correta.

- (A) A pessoa jurídica, independentemente de seu objeto, desde que enquadrada na condição de microempresa e de empresa de pequeno porte, na forma da lei, estará automaticamente submetida aos benefícios do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte – Simples Nacional.
- (B) O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, de vários tributos, entre eles o IPI e IOF.
- (C) A lei que instituiu o Supersimples, em atenção à relevância do ICMS e ISS no conjunto de impostos devidos pelas microempresas, e disposição do art. 179 da Constituição da República, determinou a inclusão desses impostos no âmbito do Simples após expressa autorização dos Estados e dos Municípios respectivamente.
- (D) Os créditos tributários oriundos da aplicação da Lei Complementar 123/2006, que instituiu o Simples Nacional, serão apurados, inscritos em Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que pode delegar aos Estados e Municípios, mediante convênio, a inscrição em dívida estadual e municipal e a cobrança judicial de tributos estaduais e municipais a que se refere essa lei.
- (E) A Lei 11.457/07 instituiu a Secretaria da Receita Federal do Brasil, conhecida como Super-Receita, e unificou a Secretaria da Receita Federal e a Secretaria da Receita Previdenciária, extinguindo o INSS e transferindo para a Advocacia-Geral da União a representação judicial e extrajudicial do novo órgão, inclusive no que tange à matéria tributária.

**A**: incorreta, pois a LC 123/2006 traz uma série de requisitos e restrições para o enquadramento; **B**: incorreta, já que o IOF não está

incluído na sistemática; **C**: incorreta, pois não há opção dos Estados e dos Municípios ou subordinação à sua vontade; **D**: correta, conforme o art. 41, §§ 2º e 3º, da LC 123/2006; **E**: incorreta, pois não houve extinção do INSS.

„D.“ Gabarito

(FGV – 2009) Analise as afirmativas a seguir:

- I. O valor do ICMS devido mensalmente pelas microempresas e empresas de pequeno porte, optantes pelo Simples Nacional, é calculado mediante a aplicação de alíquotas reduzidas definidas em lei estadual.
- II. Considera-se microempresa, para fins de enquadramento no Simples Nacional, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00.
- III. A microempresa e a empresa de pequeno porte, incluídas no Simples Nacional, ficam desobrigadas de pagar o ICMS incidente na entrada de mercadoria ou bem que importe do exterior.

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (C) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

**I**: incorreta, pois as alíquotas do Simples Nacional abrangem todos os impostos e as contribuições incluídas na sistemática e são fixadas pela LC 123/2006; **II**: correta à época do exame, mas note que o limite atual é de R\$ 360 mil, nos termos do art. 3º, I, da LC 123/2006; **III**: incorreta, pois o recolhimento unificado do Simples Nacional não abrange ICMS sobre importações, que deve ser recolhido pelo contribuinte na sistemática normal – art. 13, § 1º, XIII, d, da LC 123/2006.

„B.“ Gabarito

## 18. DIREITO FINANCEIRO

(FGV – 2008) De acordo com o Decreto 93.872/1986, a dívida fluante não compreende:

- (A) os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida.
- (B) os serviços da dívida a pagar.
- (C) os depósitos, inclusive operações de crédito.
- (D) operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.
- (E) o papel-moeda ou moeda fiduciária.

O art. 115, § 1º, do Decreto 93.872/1986 dispõe que a dívida fluante compreende os compromissos exigíveis, cujo pagamento independe de autorização orçamentária, assim entendidos: (a) os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida; (b) os serviços da dívida; (c) os depósitos, inclusive consignações em folha; (d) as operações de crédito por antecipação de receita; e (e) o papel-moeda ou moeda fiduciária. Por essas razões, a alternativa “C” deve ser indicada, já que faz referência ampla à “operações de crédito”. Interessante anotar que, nos termos do art. 92 da Lei 4.320/1964, a dívida fluante compreende: (i) os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida; (ii) os serviços da dívida a pagar; (iii) os depósitos; e (iv) os débitos de tesouraria.

„C.“ Gabarito



# 10. DIREITO DO TRABALHO

Hermes Cramacon

## 1. CONTRATO DE TRABALHO

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) A empresa Ouro Branco Ltda. pactuou um contrato de experiência com Alfredo, pelo prazo de 90 (noventa) dias. Após 50 (cinquenta) dias de trabalho, a empresa resolveu rescindir o contrato de experiência e demitir, imotivadamente, Alfredo. Nessa situação, a empresa Ouro Branco

- (A) poderia rescindir o contrato de experiência antes do prazo de 90 (noventa) dias, sem efetuar o pagamento do aviso-prévio.
- (B) pactuou com Alfredo contrato de experiência irregular, visto que o prazo máximo para este tipo de contrato é de 30 (trinta) dias.
- (C) Não poderia rescindir o contrato de experiência antes de findos os 90 (noventa) dias, salvo se existisse motivo de justa causa.
- (D) Poderia rescindir contrato de experiência antes do prazo de 90 (noventa) dias, desde que pagasse a Alfredo o aviso-prévio.

**A:** incorreta, pois nos termos do art. 479 da CLT, em caso de rescisão antecipada do contrato a termo, deverá a Empresa Ouro Branco pagar uma indenização correspondente à metade da remuneração que Alfredo teria direito até o final do contrato. **B:** incorreta, pois nos termos do art. 445, parágrafo único, da CLT o prazo máximo é de 90 (noventa) dias; **C:** incorreta, pois o contrato poderá ser extinto, desde que haja o pagamento de indenização, art. 479 da CLT; **D:** correta, pois nos contratos de experiência também há o direito ao aviso-prévio, nos termos da Súmula 163 do TST.

„D.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Com referência à Carteira de Trabalho e Previdência Social, assinale a opção correta.

- (A) Tal documento é desnecessário para os trabalhadores em domicílio, mesmo que a relação jurídica implique vínculo de emprego.
- (B) Tal documento é desnecessário para o trabalhador rural, mesmo que a relação jurídica implique vínculo de emprego.
- (C) Esse documento é desnecessário para os trabalhadores domésticos, mesmo que a relação jurídica implique vínculo de emprego.
- (D) Nas localidades onde tal documento não seja emitido, o empregado que não o possua poderá ser admitido até o limite de 30 (trinta) dias, ficando a empresa, em tal período, obrigada a permitir o comparecimento do trabalhador ao posto de emissão mais próximo.

**A:** incorreta, pois a CTPS é obrigatória para o exercício e qualquer emprego, inclusive, em seu domicílio, nos termos do art. 13 da CLT; **B:** incorreta, pois o art. 13 da CLT ensina que ainda na atividade rural a CTPS é obrigatória; **C:** incorreta, pois a CTPS é obrigatória para qualquer exercício de emprego. Ademais, o art. 9º da LC 150/2015, determina

que a apresentação da CTPS é obrigatória. **D:** correta, pois reflete o disposto no art. 13, § 3º, da CLT.

„D.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) O contrato de trabalho por prazo determinado, em nenhuma hipótese, poderá ser estipulado por prazo superior a

- (A) 120 (cento e vinte) dias.
- (B) 180 (cento e oitenta) dias.
- (C) 2 (dois) anos.
- (D) 3 (três) anos.

Conforme preceitua o art. 445 da CLT “o contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos...”

„C.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) O Banco Cifrão S.A. exige, como condição de contratação de seus empregados, que todas as pessoas que se candidatem a uma vaga de emprego na instituição apresentem certidão de antecedentes criminais. A justificativa da diretoria é a de que o trabalho em uma instituição cuja primordial função é a administração de recursos financeiros torna fundamental o conhecimento dos antecedentes criminais de seus empregados. Nessa situação, a exigência feita pela instituição financeira

- (A) é uma mera formalidade, que não prejudica o sistema de seleção de candidatos.
- (B) é um ato criminoso, já que fere o direito à livre concorrência dos candidatos.
- (C) fere o direito à dignidade da pessoa humana e serve de base a discriminação.
- (D) é um direito da empresa contratante na seleção dos melhores candidatos.

A Lei 9.029/1995 em seu art. 1º ensina ser proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso à relação de trabalho, ou de sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar, deficiência, reabilitação profissional, idade, entre outros, ressalvadas, nesse caso, as hipóteses de proteção à criança e ao adolescente previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. Assim, prevalece a ideia de que a solicitação de antecedentes criminais é indevida, pois o empregador estaria, nesse caso, vilipendiando a honra e a dignidade do trabalhador. *Vide* arts. 1º, III e 5º, X, da CF. Veja decisão na íntegra: PROCESSO N. TST – RR 0088400-17.2009.5.09.0513.

„C.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Antônio foi contratado para exercer, em órgão da prefeitura do Município X, cargo de confiança de livre nomeação e exoneração. Ao ser contratado, teve sua CTPS anotada. No momento de sua demissão, Antônio constatou que nenhum depósito havia sido efetuado no FGTS. Com relação à situação apresentada, assinale a opção correta.

- (A) O detentor de cargo de confiança não tem direito ao recebimento de qualquer outro tipo de verba, exceto o salário.
- (B) Apesar da anotação feita na CTPS de Antônio, o exercício de cargo de confiança no serviço público não está sujeito ao regime celetista e o detentor do cargo não faz jus ao FGTS.
- (C) Antônio jamais poderia ter sido contratado sob o regime da CLT, visto que exercia cargo de confiança em órgão municipal.
- (D) A contratação de Antônio foi regular e legal, e o município deveria ter efetuado os depósitos no FGTS, já que a CTPS de Antônio foi assinada.

O detentor de cargo em comissão é regido pelo estatuto dos funcionários públicos local, e não pela CLT.  *Vide, a título de exemplo, o art. 3º, parágrafo único, da Lei 8.112/1990 (Estatuto dos Servidores da União).*

Gabrielito "B."

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) A respeito de contrato de trabalho, assinale a opção correta.

- (A) A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa deverá, necessariamente, alterar os contratos de trabalho de seus empregados.
- (B) A justiça do trabalho não reconhece, em nenhuma hipótese, o contrato de trabalho verbal.
- (C) O contrato de experiência não poderá exceder o prazo de 90 (noventa) dias.
- (D) O contrato de trabalho por prazo determinado poderá ser estipulado por prazo superior a 2 (dois) anos, desde que exista interesse das partes.

**A:** incorreta, pois nos termos dos arts. 10 e 448 da CLT, qualquer mudança na propriedade ou estrutura da empresa não afetará os contratos de trabalho. Sobre a responsabilidade, ver art. 448-A da CLT; **B:** incorreta, pois nos termos do art. 443 da CLT admite-se o contrato de trabalho verbal; **C:** correta, pois reflete o disposto nos arts. 443, § 2º, "c", e 445, parágrafo único, da CLT; **D:** incorreta, pois nos termos do art. 445 da CLT o contrato com prazo determinado não poderá ultrapassar 2 (dois) anos.

Gabrielito "C."

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) João, médico residente, ingressou com ação na justiça do trabalho pleiteando o reconhecimento da relação de emprego com um hospital público municipal. Diante dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- (A) Assiste razão a João, uma vez que o período de residência médica deve ser considerado relação de emprego, já que presentes os elementos caracterizadores do vínculo, ou seja, pagamento de salário, subordinação e permanência.
- (B) A residência médica é uma modalidade de ensino de pós-graduação, regida sob os ditames do Decreto n. 80.281/1977, caracterizada por treinamento em serviço, em regime de dedicação exclusiva. Logo, não pode ser caracterizada como relação de emprego.
- (C) Caberá ao juiz, ao analisar a demanda, definir se houve ou não uma relação de emprego.
- (D) Durante o período de residência médica, não existe nenhum vínculo entre o médico e o hospital, já que apenas assiste aulas no hospital, mas não exerce atividade laborativa.

**A:** incorreta, pois a residência médica é regulada pela Lei 6.932/1981 e Decreto 80.281/1977 e não é considerada como relação de emprego, mas sim uma forma de aperfeiçoamento profissional em medicina, nos termos do art. 1º da referida lei; **B:** correta, pois em conformidade com o art. 1º da Lei 6.932/1981; **C:** incorreta, pois há lei específica aplicada ao caso concreto; **D:** incorreta, pois embora desenvolva função laborativa, não há relação de emprego.

Gabrielito "B."

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) Amarildo, policial militar, trabalhava para a empresa Boliche e Cia. como agente de segurança, nos horários em que não estava a serviço da corporação militar. Na referida empresa, Amarildo cumpria expressamente as ordens emanadas da direção, recebia um salário mensal, e trabalhava de forma contínua e ininterrupta, todas as vezes que não estava escalado na corporação. Considerando a situação apresentada, assinale a opção correta.

- (A) Existe vínculo empregatício entre a empresa Boliche e Cia. e Amarildo, porém esse vínculo jamais poderá ser reconhecido, em razão da situação de militar de Amarildo.
- (B) É legítimo o reconhecimento da relação de trabalho entre Amarildo e a empresa Boliche e Cia., independentemente do eventual cabimento de penalidade disciplinar prevista no estatuto do policial militar.
- (C) Não existe vínculo empregatício entre Amarildo e a empresa Boliche e Cia., já que o trabalho prestado por Amarildo para essa empresa constitui trabalho eventual autônomo.
- (D) A justiça do trabalho não pode reconhecer nenhuma espécie de vínculo empregatício entre Amarildo e a empresa Boliche e Cia., já que Amarildo é policial militar.

**A:** incorreta, pois em que pese a situação de militar de Amarildo, poderá haver o reconhecimento de vínculo empregatício; **B:** correta, pois reflete o entendimento disposto na Súmula 386 do TST; **C:** incorreta, pois como se vê no enunciado da questão, o trabalho exercido era contínuo e ininterrupto, o que caracteriza a relação de emprego (art. 3º CLT); **D:** incorreta, pois de acordo com a Súmula 386 do TST, deverá ser reconhecido o vínculo de emprego, independente da infração disciplinar de Amarildo.

Gabrielito "B."

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Não estão previstas na carteira de trabalho e previdência social anotações relacionadas a

- (A) interrupções e suspensões no contrato de trabalho.
- (B) acidentes do trabalho.
- (C) alterações no estado civil e referentes a dependentes.
- (D) atos desabonadores à conduta do empregado.

**A:** incorreta, pois devem ser feitas as anotações, nos termos do art. 29 da CLT. Veja, também, o art. 133, § 1º, da CLT; **B:** incorreta, pois nos termos do art. 30 da CLT os acidentes do trabalho devem ser anotados na CTPS do trabalhador; **C:** incorreta, pois alterações no estado civil e alterações referentes aos dependentes devem ser feitas na CTPS, nos termos do art. 32 da CLT. **D:** correta, pois reflete o disposto no art. 29, § 4º, da CLT.

Gabrielito "D."

(FGV – 2008) Em relação ao contrato de trabalho instituído pela *Lei de Estímulo aos Novos Empregos – Lei 9.601/1998*, considere as seguintes assertivas:

- I. As estabilidades da gestante, do dirigente sindical e do acidentado são garantidas durante o curso do contrato de trabalho.



- II. A prorrogação por mais de uma vez é permitida, desde que respeitado o prazo máximo de 2 (dois) anos previsto no *caput* do art. 445 da CLT.
- III. A empresa terá alguns incentivos, entre eles, uma redução na ordem de 2% (dois por cento) na contribuição para o FGTS ao mês, tendo em vista a intenção social da lei.
- IV. Ao término da duração do contrato será indevida a indenização sobre os depósitos do FGTS e aviso-prévio.
- V. O valor da indenização de rescisão antecipada devida pela parte que der causa imotivada a ela, será previsto na norma coletiva.

Assinale:

- (A) se apenas as assertivas I, II e V estiverem corretas.
- (B) se apenas as assertivas I, II e IV estiverem corretas.
- (C) se apenas as assertivas II, III e IV estiverem corretas.
- (D) se apenas as assertivas I, II, IV e V estiverem corretas.
- (E) se todas as assertivas estiverem corretas.

I: correta, pois reflete o disposto no art. 1º, § 4º, da Lei 9.601/1998;  
 II: correta, pois o contrato poderá ser prorrogado inúmeras vezes, desde que seja respeitado o prazo máximo de 2 (dois) anos previsto no art. 445 da CLT, nos termos do art. 1º, § 2º da Lei 9.601/1998;  
 III: incorreta, pois a redução é para 2% e não de 2% na alíquota da contribuição para o FGTS, nos termos do art. 2º, II, da Lei 9.601/1998;  
 IV e V: Opções corretas, pois correspondem ao disposto no art. 1º, § 1º, I, da Lei 9.601/1998.

Gabarito "D"

## 2. SUJEITOS DA RELAÇÃO DE TRABALHO – MODALIDADES ESPECIAIS DE TRABALHADORES

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Francisco, contratado pela empresa Alfa Ltda., na função de vendedor, trabalha, na referida empresa, no período matutino, das 8 às 12 horas. No período vespertino, das 14 às 18 horas, Francisco trabalha, também na função de vendedor, na empresa Beta Ltda., que pertence ao mesmo grupo econômico da empresa Alfa Ltda. Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- (A) Francisco deve denunciar sua situação à Delegacia Regional do Trabalho, visto que a situação caracteriza exploração indevida de seu trabalho.
- (B) A prestação de serviços a duas empresas do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada de trabalho, não configura a coexistência de mais de um contrato de trabalho.
- (C) A situação caracteriza dois vínculos empregatícios, visto que Francisco desenvolve suas funções em duas empresas distintas.
- (D) Francisco possui apenas um vínculo empregatício – com a empresa Alfa Ltda. –, mas a empresa Beta Ltda. deve pagar-lhe um adicional, já que se beneficia de seu trabalho.

A: incorreta, pois a situação narrada não caracteriza exploração indevida do trabalho, pois está trabalhando na mesma função e não está sendo submetido a nenhum tipo de tratamento desrespeitoso; B: correta, pois reflete o entendimento solidificado na Súmula 129 do TST, em que: "A prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo

econômico, durante a mesma jornada de trabalho, não caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho, salvo ajuste em contrário."; C: incorreta, pois as empresas pertencem ao mesmo grupo econômico e, portanto, o mesmo empregador; D: incorreta, pois embora realmente exista uma única relação empregatícia, não há pagamento de nenhum adicional.

Gabarito "B"

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Assinale a opção correta quanto à dispensa arbitrária ou sem justa causa de empregada doméstica gestante.

- (A) É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada doméstica gestante desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto.
- (B) É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada doméstica gestante desde a confirmação da gravidez até 90 (noventa) dias após o parto.
- (C) É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada doméstica gestante desde a confirmação da gravidez até 120 (cento e vinte) dias após o parto.
- (D) Inexiste, no ordenamento jurídico brasileiro, qualquer vedação para a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada doméstica gestante.

"A" opção correta, tendo em vista que nos termos do art. 25, parágrafo único, da LC 150/2015 a confirmação do estado de gravidez durante o curso do contrato de trabalho, ainda que durante o prazo do aviso-prévio trabalhado ou indenizado, garante à empregada gestante a estabilidade provisória prevista na alínea "b" do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Gabarito "A"

(OAB/Exame Unificado – 2004.E5) A respeito dos sujeitos da relação de emprego, assinale a opção correta.

- (A) O advogado contratado para a execução de pareceres jurídicos em caráter pessoal, oneroso e habitual, que labore 4 horas diárias, deve ser considerado empregado.
- (B) Deve ser considerado empregado o trabalhador associado à cooperativa de mão de obra que preste serviços pessoais e onerosos, na condição de médico, em caráter ocasional, a determinado hospital.
- (C) Qualifica-se como empregado o trabalhador contratado para executar a ampliação da residência de um servidor público, mediante preço certo e prazo previamente ajustados, sem ingerência do proprietário da obra na forma de sua execução.
- (D) O trabalhador voluntário que presta serviços com ânimo e causa benevolente deve ser considerado empregado, se perceber valores habituais da instituição privada acolhedora.

A: correta, pois, em conformidade com o enunciado, temos os requisitos caracterizadores da relação de emprego. Vide art. 3º da CLT e arts. 18 a 21 da Lei 8.906/1994; B: incorreta, pois o caráter ocasional descaracteriza a relação de trabalho; C: incorreta, pois a falta de subordinação descaracteriza a relação de trabalho. Nota-se que, justamente pela ausência de subordinação é que não se pode falar em contrato de obra certa, modalidade de contrato com prazo determinado regulado pela Lei 2.959/1956. E, ainda, no contrato de obra certa, exige-se que o empregador, construtor, exerça a atividade em caráter permanente; D: incorreta, pois na relação de trabalho voluntário não há o requisito onerosidade necessário à configuração da relação de emprego.

Gabarito "A"

(FGV – 2008) As alternativas a seguir apresentam alguns direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, previstos na Constituição de 1988, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Estabilidade.
- (B) Licença paternidade.
- (C) Irredutibilidade de salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- (D) Participação nos lucros.
- (E) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.

**A:** correta, pois a “estabilidade” que se refere ao enunciado é a “estabilidade definitiva” prevista no art. 41 da CF. Os trabalhadores urbanos e rurais são detentores de garantias de emprego, também chamadas de “estabilidades provisórias”; **B:** incorreta, pois a licença-paternidade vem esculpida no art. 7º, XIX, da CF; **C:** incorreta, pois a irredutibilidade salarial está prevista no art. 7º, VI, da CF; **D:** incorreta, pois a participação nos lucros está disposta no art. 7º, XI, da CF; **E:** incorreta, pois a assistência aos filhos está disposta no art. 7º, XXV, da CF.

Gabário “A”

### 3. REMUNERAÇÃO E SALÁRIO

(OAB/Exame Unificado – 2004.ES) No que se refere às regras que informam a remuneração e o salário, assinale a opção incorreta.

- (A) As gorjetas recebidas dos clientes pelo garçom de um restaurante integram a sua remuneração.
- (B) Os pagamentos devidos ao trabalhador devem ser feitos mensalmente, salvo disposição em contrário, prevista no contrato firmado com seu empregador.
- (C) As diárias para viagens que não excedam 50% do salário do empregado não possuem natureza salarial.
- (D) Em caso de dano causado dolosamente pelo empregado, será lícito o desconto salarial correspondente, independentemente de previsão no contrato.

**A:** correta, pois reflete a disposição do art. 457 da CLT e Súmula 354 do TST; **B:** incorreta, devendo ser assinalada, pois o art. 459 da CLT não excepciona a regra do tempo do pagamento do salário, que deve ser feito mensalmente. O citado dispositivo legal faz exceção somente com relação às comissões, percentagens e gratificações; **C:** correta, pois em conformidade com a nova redação dada ao § 2º do art. 457 da CLT as diárias para viagens que excedam 50% o salário do empregado, bem como as que excedam 50% não integram o salário do empregado.; **D:** correta, pois reflete a disposição contida no art. 462, § 1º, da CLT.

Gabário “B”

### 4. JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO DO TRABALHO

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) Hugo, bancário, moveu reclamação trabalhista contra o Banco Santo André S.A., formulando pedido de pagamento de jornada extraordinária que ele alega ter trabalhado e não recebido. Uma vez que as horas extras eram habituais, Hugo formulou pedido de integração das horas extras habituais ao salário. Também em decorrência da habitualidade das horas extras, Hugo pediu a integração das horas extras para efeito de cálculo dos repouso semanais remunerados, argumentando que, no caso de bancário, os repouso semanais incluem os sábados e os domingos. A propósito da situação hipotética acima apresentada, assinale a opção correta.

- (A) Uma vez que os bancos não funcionam nos dias de sábado e domingo, tais dias podem ser considerados como repouso semanal remunerado. Sendo assim, é devida a repercussão dos valores pagos a título de horas extras na remuneração dos sábados e domingos.
- (B) O pedido formulado por Hugo poderá ser procedente se existir, em convenção coletiva, previsão da integração das horas extras ao salário.
- (C) As horas extras trabalhadas devem ser pagas a Hugo, mas não há que se falar em integração ao salário, já que não existe previsão legal para tal pedido.
- (D) O sábado do bancário é considerado dia útil, e não como repouso semanal remunerado. Logo, não há que se falar em repercussão do pagamento de horas extras habituais em sua remuneração.

Conforme preceitua a Súmula 113 do TST: “O sábado do bancário é dia útil não trabalhado, não dia de repouso remunerado. Não cabe a repercussão do pagamento de horas extras habituais em sua remuneração”.

Gabário “D”

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Carlos exercia as funções de administrador na fazenda Esperança. Cabia a ele, entre outras atribuições, contratar e demitir empregados, estabelecer as tarefas e as metas que deveriam ser cumpridas, zelar pelas instalações da fazenda. Carlos executava suas tarefas em regime de dedicação exclusiva e, nos períodos de colheitas, cumpria regime de trabalho de até 10 (dez) horas por dia. No entanto, não havia nenhum superior que lhe fiscalizasse a jornada de trabalho. Considerando essa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

- I. É devido o pagamento de horas extras a Carlos, visto que ele chegava a trabalhar em jornada de até 10 (dez) horas.
- II. Carlos não se beneficiará da contagem de horas extras, visto que ele mantinha o poder de decisão e não havia superior que lhe fiscalizasse o horário de trabalho.
- III. Carlos, por ser empregado rural, não receberá horas extras, pois não há previsão legal de pagamento de horas extras a esse tipo de empregado.
- IV. Se Carlos não tivesse poder de mando, registrasse sua jornada de trabalho em cartão de ponto e se tal jornada fosse aferida pelo proprietário da fazenda, ele faria jus ao recebimento de horas extras.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.

**I:** incorreta, pois Carlos é considerado gerente e por esse motivo, não está sujeito ao controle de jornada de trabalho, nos termos do art. 62, II, da CLT; **II:** correta, pois em conformidade com o art. 62, II, da CLT; **III:** incorreta, pois a CF em seu art. 7º, que traz o rol de direitos assegurados aos trabalhadores, ensina no seu *caput*, que esses direitos são assegurados aos trabalhadores urbanos e rurais; **IV:** correta, pois nessa hipótese, inclusive por conta da subordinação, Carlos seria considerado um trabalhador rural comum e, consequentemente, seriam aplicadas as regras de duração do trabalho.

Gabário “C”

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) José trabalha como garçom em um restaurante, desde 20.07.1994, com jornada de 6 (seis) horas, recebendo salário fixo, acrescido das gorjetas. Sua jornada inicia-se às 18 (dezoito) horas, de terça-feira a domingo. O estabelecimento empresarial do empregador de José fecha às terças e quintas-feiras à meia-noite, e de sexta-feira a domingo, às 2 (duas) horas da manhã. Considerando que a hora do trabalho noturno corresponde a 52 minutos e 30 segundos, assinale a opção correta.

- (A) O adicional noturno, por ser parcela indenizatória, não integra o salário de José.
- (B) José presta, de terça-feira a domingo, serviço em horário extraordinário, fazendo jus, também, ao respectivo adicional.
- (C) Se José for transferido para o período diurno, continuará tendo direito ao adicional noturno.
- (D) As gorjetas recebidas por José deverão ser utilizadas como base de cálculo para as parcelas do adicional noturno.

**A:** incorreta, pois o adicional noturno, pago com habitualidade, integra o salário do empregado para todos os efeitos, nos termos da Súmula 60, I, do TST; **B:** correta, pois nos termos do art. 73, § 1º, da CLT, a hora do trabalho noturno é fictamente reduzida para 52 minutos e 30 segundos. Assim, José presta horas extras todos os dias de trabalho; **C:** incorreta, pois a transferência para o período diurno de trabalho implica a perda do direito ao adicional noturno; **D:** incorreta, pois as gorjetas recebidas por José não serão utilizadas como base de cálculo para as parcelas do adicional noturno, nos termos da Súmula 354 do TST.

Gabarito "B."

(OAB/Exame Unificado – 2004.ES) Considerando as regras legais relativas à jornada de trabalho, assinale a opção incorreta.

- (A) As horas prestadas a partir da oitava hora diária por bancário ocupante de cargo de chefia e que perceba gratificação igual ou superior a um terço do salário são extras.
- (B) Verificado o labor por 9 (nove) horas diárias em 4 (quatro) dias da semana e 8 (oito) horas no quinto dia subsequente, com duas folgas semanais, pelo empregado de uma padaria, não serão devidas horas extras, caso exista acordo escrito prevendo o sistema horário praticado.
- (C) Nas atividades insalubres, o trabalho extraordinário pode ser prestado sem restrições, observando-se apenas o limite de 2 (duas) horas diárias.
- (D) O empregado que exerce atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho, desde que tal condição esteja anotada na carteira profissional e no registro de empregados, não faz jus a horas extras.

**A:** correta, pois nos termos da Súmula 102, IV, do TST o bancário sujeito à regra do art. 224, § 2º, da CLT cumpre jornada de trabalho de 8 (oito) horas, sendo extraordinárias as trabalhadas além da oitava; **B:** correta, pois houve a pactuação de compensação por acordo individual, nos termos do art. 59, §§ 2º, 5º e 6º, da CLT e Súmula 85, I, do TST; **C:** incorreta, devendo ser assinalada, pois de acordo com o art. 60 da CLT e súmula 85, VI, TST, as prorrogações necessitam de licença prévia do Ministério do Trabalho; **D:** correta, em conformidade com o art. 62, I, da CLT.

Gabarito "C."

## 5. ALTERAÇÃO, SUSPENSÃO E INTERRUPÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO – FÉRIAS

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) Renato foi contratado pela empresa Casa Azul em outubro de 2005 para exercer suas funções no município A. O contrato de trabalho de Renato previa, expressamente, a possibilidade de transferência em decorrência da necessidade do serviço. No mês de janeiro de 2007, a empresa transferiu Renato para o município B, sob o argumento da necessidade do serviço, porém sem a comprovação da citada necessidade do serviço. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- (A) Apesar de existir previsão de transferência no contrato de trabalho de Renato, a empresa deve comprovar a necessidade do serviço, pois, se não o fizer, a transferência presume-se abusiva.
- (B) A transferência não pode ser concretizar, já que a legislação atual veda qualquer tipo de transferência de empregados, sendo garantida a inamovibilidade.
- (C) A transferência de Renato seguiu os parâmetros previstos na CLT, não existindo nenhuma irregularidade.
- (D) Renato sabia desde o início do pacto laboral que poderia ser transferido a qualquer tempo, já que o seu contrato previa tal possibilidade em caso de necessidade do serviço. Logo, a transferência ocorreu de forma correta.

**A:** correta, pois ainda que haja expressa possibilidade de transferência, nos termos do art. 469, § 1º, da CLT, ela será considerada abusiva, caso não decorra da real necessidade do serviço. Nessa linha, o TST solidificou entendimento presumindo abusiva a transferência de que trata o § 1º do art. 469 da CLT, sem comprovação da necessidade do serviço. (Súmula 43 do TST); **B:** incorreta, pois como visto nos comentários da alternativa A, poderá haver a transferência; **C:** incorreta, pois não existindo a real necessidade de serviços, é considerada abusiva; **D:** incorreta, pois a transferência ocorreu sem a comprovação da citada necessidade do serviço.

Gabarito "A."

(FGV – 2008) A respeito do tema Suspensão e Interrupção do Contrato de Trabalho, assinale a afirmativa correta.

- (A) A participação de empregado em movimento grevista implica suspensão do contrato de trabalho, ficando o empregador, portanto, autorizado a não efetuar o pagamento dos salários nos dias de paralisação, observada a Lei 7.783/1989.
- (B) Durante a suspensão do contrato o empregador não pode despedir os empregados que aderiram ao movimento grevista, podendo, no entanto, contratar, em qualquer caso, trabalhadores substitutos.
- (C) O afastamento da mulher vítima de violência por até 6 (seis) meses é caso de interrupção do contrato de trabalho, estando garantido o pagamento dos salários do período.
- (D) Quando dirigente sindical tiver que se ausentar por motivo de viagem internacional representando o sindicato, o tempo de ausência caracteriza-se como licença não remunerada, hipótese de suspensão do contrato.
- (E) A partir do 15º dia do acidente de trabalho, o contrato é suspenso, mas o empregador continua obrigado ao

depósito do FGTS e o tempo de serviço é computado para todos os efeitos.

**A:** correta, pois nos termos do art. 2º da Lei 7.783/1989, o período de greve é considerado suspensão do contrato de trabalho; **B:** incorreta, pois durante o movimento grevista é vedado ao empregador contratar trabalhadores substitutos, nos termos do art. 7º, parágrafo único, da Lei 7.783/1989; **C:** incorreta, pois o afastamento da mulher nessa situação é caso de suspensão do contrato de trabalho, eis que a norma não prevê o pagamento de salário durante o período de afastamento (art. 9º, § 2º, II, da Lei 11.340/2006); **D:** incorreta, trata-se de hipótese de interrupção do contrato de trabalho, pois há previsão de pagamento do salário, nos termos do art. 473, IX, da CLT; **E:** incorreta, pois somente a partir do 16º dia do acidente de trabalho o contrato é suspenso. Até o 15º dia trata-se de hipótese de interrupção do contrato de trabalho, eis que o empregador ainda é responsável pelo pagamento do salário do empregado afastado, em conformidade com o art. 4º, parágrafo único, da CLT. Veja, também, o art. 15, § 5º, da Lei 8.036/1990; Súmula 46 do TST; e arts. 59, *caput*, e 60, § 3º, da Lei 8.213/1991).

Gabartio "A"

(FGV – 2006) João Alberto Damázio, empregado de uma grande empresa, sendo vitimado por um acidente de trabalho, se aposentou provisoriamente, por invalidez, em 10 de setembro de 2005. Por esse fato, o empregador de João Alberto devia ter considerado, na ocasião, seu contrato de trabalho:

- (A) extinto, devido à aposentadoria.
- (B) interrompido.
- (C) rescindido.
- (D) suspenso.
- (E) anulado.

De acordo com o art. 475 da CLT, o empregado aposentado por invalidez tem seu contrato de trabalho suspenso eis que essa modalidade de aposentadoria não é considerada definitiva. Veja, também, o art. 42, *caput*, da Lei 8.213/1991.

Gabartio "D"

(FGV – 2006) Com base na legislação vigente, é admissível a alteração do contrato de trabalho somente na seguinte hipótese:

- (A) feita de comum acordo entre o empregado e o empregador.
- (B) feita de comum acordo entre as partes e que não seja prejudicial ao empregado.
- (C) com autorização do sindicato da categoria.
- (D) autorizada pela Justiça do Trabalho e mediante homologação do ajuste acordado.
- (E) primeiramente é feita a rescisão do contrato anterior e, após, elabora-se o novo contrato.

**A:** incorreta, pois nos termos do art. 468, *caput*, da CLT exige-se além do mútuo consentimento, a ausência de prejuízos ao empregado; **B:** correta, pois para que a alteração do contrato de trabalho seja válida, necessária a concomitância de dois requisitos, mútuo consentimento e ausência de prejuízo ao empregado, nos termos do art. 468, *caput*, da CLT, sob pena de nulidade da alteração; **C:** incorreta, pois não se exige a autorização do sindicato. *Vide* comentários das alternativas *a* e *b*; **D:** incorreta, pois contraria a disposição contida no art. 468, *caput*, da CLT; **E:** incorreta, pois não há necessidade de rescisão contratual.

Gabartio "B"

## 6. TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Joaquim foi aposentado por invalidez no dia 3 de agosto de 2001 e, no dia 30 de outubro de 2007, o INSS cancelou a aposentadoria por considerar que, tendo cessado o motivo da invalidez, Joaquim estaria, a partir daquela data, apto novamente a exercer normalmente suas funções. Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- (A) Joaquim teria o direito de retornar ao emprego.
- (B) O INSS não poderia ter cancelado a aposentadoria por invalidez após o transcurso de 5 (cinco) anos.
- (C) O cancelamento da aposentadoria por invalidez não garantiria o retorno de Joaquim ao emprego.
- (D) A aposentadoria por invalidez é definitiva, portanto não poderia ser cancelada em nenhuma situação.

**A:** correta, pois nos termos do art. 475, § 1º, da CLT cancelada a aposentadoria por invalidez, o trabalhador terá direito de retornar ao emprego. Nesse sentido veja a Súmula 160 do TST; **B:** incorreta, pois o cancelamento poderá ocorrer após 5 (cinco) anos, art. 47, II, da Lei 8.213/1991; **C:** incorreta, pois nos termos do art. 475, § 1º, da CLT cancelada a aposentadoria por invalidez, o trabalhador terá direito de retornar ao emprego, mesmo após cinco anos; **D:** incorreta, pois a aposentadoria por invalidez será cancelada assim que o trabalhador recuperar sua capacidade laborativa.

Gabartio "A"

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Jurandir, empregado da Empresa Alfa Ltda., em um domingo, quando gozava seu descanso semanal remunerado, discutiu com Pedro em um bar, agredindo-o fisicamente. No processo criminal movido por Pedro, por lesões corporais leves, Jurandir se beneficiou da suspensão condicional do processo, mediante o pagamento de cestas básicas a uma instituição de caridade, além da restrição de não poder se ausentar da cidade enquanto perdurasse o período de suspensão. Ao tomar conhecimento do processo criminal, André, proprietário da Empresa Alfa, demitiu Jurandir por justa causa. Com relação à situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- (A) A suspensão condicional do processo, por ser uma espécie de condenação criminal, é motivo suficiente para a demissão por justa causa aplicada a Jurandir.
- (B) O processo criminal não é motivo para demissão por justa causa, salvo nos casos de condenação imposta que torne impossível a continuidade do trabalho.
- (C) A conduta praticada por Jurandir é ofensiva à boa fama da empresa, o que ensejaria uma demanda por danos morais, mas não justificaria demissão por justa causa.
- (D) A demissão por justa causa foi bem aplicada, haja vista o mau procedimento de Jurandir.

**A:** incorreta, pois nos termos do art. 482, *d*, da CLT somente a condenação criminal do empregado transitada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena, ou seja, o *Sursis* que é um instituto do Direito Penal que permite que o condenado não se sujeite à execução de pena privativa de liberdade de pequena duração. Permite que, mesmo condenada, uma pessoa não fique presa; **B:** correta, pois reflete o entendimento do art. 482, *d*, da CLT. *Vide* comentários alternativa *a*; **C:** incorreta, pois o ato ocorreu durante seu descanso semanal e não em horário de trabalho; **D:** incorreta, pois a conduta não pode ser tipificada como "mau procedimento", na medida em que não existe relação do fato e o trabalho de Jurandir.

Gabartio "B"

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) A empresa Rio Corrente Ltda. funcionava em um único estabelecimento e empregava 15 funcionários. No mês de setembro, uma forte chuva de granizo destruiu por completo o estabelecimento onde funcionava a empresa, de forma que os prejuízos econômicos sofridos tornaram inviável a sua continuidade. Nos quadros da empresa, não havia nenhum empregado que gozasse de estabilidade. Nessa situação hipotética, a empresa deve rescindir os contratos de trabalho de seus empregados

- (A) Com fundamento no motivo de força maior, e pagar indenização equivalente à metade da que seria devida em caso de rescisão sem justa causa.
- (B) Com justa causa, mas pagar as verbas devidas como se a rescisão tivesse ocorrido sem justa causa.
- (C) Sem justa causa, e pagar todas as verbas devidas previstas nos casos de rescisão sem justa causa.
- (D) Com justa causa, com fundamento no motivo de força maior.

**A:** correta, pois reflete o disposto no art. 502, II, da CLT; **B:** incorreta, pois o empregado não praticou nenhuma conduta tipificada no art. 482 da CLT; **C:** incorreta, pois a extinção do contrato não ocorreu por vontade das partes; **D:** incorreta, pois força maior não é motivo de rescisão por justa causa.

Gabarito "A".

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) João, funcionário da empresa Alfa, foi aposentado por invalidez em setembro de 2005. Diante da aposentadoria de João, a empresa Alfa contratou Francisco para substituí-lo, deixando clara para Francisco a situação interina de seu emprego, já que, se João fosse declarado apto a retornar ao trabalho, seria reintegrado em sua função. João recuperou sua capacidade de trabalho em outubro de 2006, tendo sua aposentadoria cancelada. Nessa situação, em relação a Francisco, a empresa Alfa

- (A) deverá manter necessariamente o contrato de trabalho de Francisco, remanejando-o para outra função, já que João reassumirá sua função originária.
- (B) poderá rescindir o contrato de trabalho de Francisco, sem indenização, uma vez que o cientificou previamente da situação de interinidade do seu contrato de trabalho.
- (C) deve rescindir o contrato de trabalho, efetuando o pagamento da indenização devida pelo rompimento do contrato de trabalho.
- (D) poderá rescindir o contrato de trabalho com justa causa, uma vez que João assumirá novamente o cargo.

O art. 475, § 2º, da CLT determina que se o empregador houver admitido substituto para o aposentado por invalidez, poderá rescindir o contrato de trabalho sem indenização, desde que tenha havido ciência inequívoca da interinidade ao ser celebrado o contrato. Note que no caso apresentado, a empresa deixou bem clara a situação provisória.

Gabarito "B".

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) Tito, empregado da empresa Pégasus Ltda., fumava no interior do escritório da empresa, desrespeitando ordem geral emanada da direção que proibia os empregados de fumarem nesse espaço. Diante dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- (A) A empresa jamais poderia emitir norma de proibição de fumar no interior do escritório, pois estaria utili-

zando do seu poder econômico para tolher a liberdade individual dos seus empregados.

- (B) A atitude praticada por Tito constitui motivo para a despedida por justa causa, consistente na desídia, ou seja, a falta culposa, já que agia com negligência em relação à proibição emanada da direção da empresa.
- (C) A atitude praticada por Tito constitui motivo para a despedida por justa causa, consistente em ato de indisciplina, já que descumpria ordens gerais do empregador dirigidas impessoalmente ao quadro de empregados.
- (D) Apesar de descumprir a ordem da direção de não fumar no interior do escritório, não cabe a aplicação da justa causa a Tito, já que a atitude praticada por ele constitui um estado de necessidade inerente ao vício de fumar, e não um ato de indisciplina.

**A:** incorreta, pois está compreendido dentro do poder diretivo do empregador; **B:** incorreta, pois desídia consiste no comportamento do empregado que deixa de prestar o serviço com zelo, interesse, empenho, passando a laborar com negligência (art. 482, e, da CLT); **C:** correta, pois a indisciplina consiste no descumprimento de ordens gerais de serviço (art. 482, h, da CLT); **D:** incorreta, pois a conduta de não atender as regras impostas a todos os empregados, constitui falta grave por indisciplina.

Gabarito "C".

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) Joaquim, empregado da empresa Delta, aderiu a greve organizada pelo sindicato de sua categoria. A empresa demitiu Joaquim por justa causa, considerando que o fato de ter aderido à greve poderia ser considerado falta grave. Considerando a situação hipotética acima e a Súmula 316 do STF, assinale a opção correta.

- (A) A simples adesão à greve não pode ser considerada falta grave.
- (B) A adesão à greve justifica um motivo de suspensão do empregado, mas não motivo imediato para a aplicação da justa causa.
- (C) A atitude de aderir à greve e de não comparecer ao trabalho é incompatível com o abandono de emprego.
- (D) Joaquim praticou ato de insubordinação ao aderir à greve, mas a justificativa para demissão deveria ser a incontinência de conduta ou o mau procedimento.

**A:** correta, pois reflete o entendimento da Suprema Corte por meio da Súmula 316 do STF que assim dispõe: "A simples adesão a greve não constitui falta grave"; **B:** incorreta, pois não é motivo para suspensão do empregado; **C:** incorreta, pois não reflete a disposição da Súmula 316 STF; **D:** incorreta, pois a greve é um direito constitucional previsto no art. 9º da CF e art. 1º da Lei 7.783/1989.

Gabarito "A".

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) Manoel é empregado de uma empresa individual. Em decorrência da morte do empregador da mencionada empresa, Manoel ingressou com uma reclamação trabalhista objetivando a rescisão do seu contrato de trabalho por justa causa do empregado, fundamentando-se no art. 483 da CLT. Com referência à situação hipotética acima apresentada, assinale a opção correta.

- (A) A morte do empregador é motivo de rescisão indireta do contrato de trabalho por justa causa do empregado.

- (B) A morte do empregador empresa individual é um dos casos de demissão sem justa causa para fins de verbas rescisórias.
- (C) A morte do empregador empresa individual constitui hipótese de motivo justificado, mas não de justa causa.
- (D) Não existe necessidade de Manoel ingressar com ação judicial para a rescisão contratual, pois, ocorrendo a morte do empregador, o contrato de trabalho estará automaticamente rescindido.

**A:** incorreta, pois a morte do empregador não está tipificada no art. 483 da CLT que traz o rol das faltas graves do empregador; **B:** incorreta, pois a morte do empregador não constitui motivo para demissão sem justa causa; **C:** correta, pois, nos termos do art. 483, § 2º, da CLT poderá o empregado rescindir o contrato e trabalho. Veja também o art. 485 da CLT; **D:** incorreta, pois não há necessidade de ação judicial, bastando informar sua vontade.

Gabário "C"

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) No que diz respeito ao instituto do aviso-prévio, julgue os itens a seguir.

- I. O aviso-prévio trabalhado ou indenizado computa-se, para todos os efeitos, como integração ao tempo de serviço.
- II. O caráter indenizatório que se dá ao pagamento do aviso-prévio não trabalhado lhe retira o caráter alimentar.
- III. A cessação da atividade da empresa, com pagamento da indenização, exclui o direito do empregado ao aviso-prévio.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas o item I está certo.
- (B) Apenas o item II está certo.
- (C) Apenas os itens I e III estão certos.
- (D) Todos os itens estão certos.

**I:** correta, pois reflete o disposto no art. 487, § 1º, da CLT; **II:** incorreta, pois mesmo não tendo natureza salarial, mas sim indenizatória, o crédito decorrente do aviso-prévio mantém sua natureza alimentar; **III:** incorreta, pois nos termos da Súmula 44 do TST o pagamento da indenização não exclui o direito ao aviso-prévio.

Gabário "A"

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) A respeito das hipóteses de justa causa do empregado, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), julgue os itens seguintes.

- I. O pagamento, em audiência, dos salários atrasados elide a mora capaz de determinar a rescisão do contrato de trabalho.
- II. O fato de o empregador enfrentar dificuldades provenientes de política governamental não autoriza nem descaracteriza a mora salarial.
- III. Podem ser considerados como atos lesivos da honra e boa fama, capazes de justificar a justa causa do empregado, a calúnia, a difamação, a injúria e o dano moral.
- IV. Tanto a rescisão para atender obrigações legais quanto a morte do empregador que constitui empresa individual são consideradas hipóteses de justa causa do empregado para a rescisão do contrato de trabalho.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e II.

- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.

**I:** incorreta, pois nos termos da Súmula 13 do TST o pagamento, em audiência, dos salários atrasados não elide a mora capaz de determinar a rescisão do contrato de trabalho; **II:** correta, pois o empregador assume os riscos da atividade econômica – princípio da alteridade – art. 2º da CLT; **III:** correta, nos termos do art. 482, *j e k*, da CLT; **IV:** incorreta, a morte do empregador não constitui hipótese de justa causa, art. 483, § 2º, da CLT.

Gabário "C"

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Luiz, empregado de determinada pessoa jurídica, recebeu aviso-prévio indenizado, sob alegação de justa causa, em 10.04.2005. Não se conformando com a situação, Luiz ajuizou reclamação trabalhista em desfavor de sua antiga empregadora, alegando demissão sem justa causa, e pleiteando o recebimento das verbas rescisórias pertinentes. O empregador, ao apresentar sua contestação, alegou a existência de justa causa ou, alternativamente, culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho. O reajuste da categoria profissional a que pertence Luiz foi estabelecido em acordo coletivo para o dia 7 de maio de cada ano. Com base na situação hipotética acima, assinale a opção incorreta.

- (A) Se for declarada judicialmente a existência de culpa recíproca, Luiz terá direito a apenas 50% do valor do aviso-prévio indenizado.
- (B) Se, no curso do período do aviso-prévio, Luiz cometer ato que se consubstancie em falta grave, ele não terá direito ao recebimento de qualquer verba de natureza indenizatória.
- (C) Se o contrato de Luiz fosse por prazo determinado, na rescisão contratual sem justa causa, Luiz teria direito a receber, a título de indenização, valor correspondente à metade do que teria direito até o término do contrato.
- (D) No cálculo das verbas rescisórias, não será considerado o percentual do reajuste coletivo da categoria a que pertencia Luiz.

**A:** correta, pois havendo culpa recíproca, a indenização será reduzida pela metade, nos termos do art. 484 da CLT e Súmula 14 do TST; **B:** correta, pois reflete o disposto no art. 491 da CLT e Súmula 73 do TST; **C:** correta, pois de acordo com o art. 479 da CLT; **D:** incorreta, devendo ser assinalada, pois contraria o entendimento disposto na Súmula 314 do TST.

Gabário "D"

## 7. ESTABILIDADE

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) A contagem do prazo da estabilidade de empregada gestante tem como marco inicial a data

- (A) do parto.
- (B) da comunicação ao empregador da confirmação da gravidez.
- (C) da concepção do feto.
- (D) da confirmação da gravidez.

O direito decorre da gravidez, e não da comunicação da gravidez (art. 10, II, *b*, do ADCT).

Gabário "D"

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) José, que prestou concurso público para concorrer a uma vaga em uma empresa pública estadual, foi aprovado, tendo iniciado suas atividades em 20 de outubro de 2003. Em 20 de outubro de 2007, José foi demitido sem justa causa. Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- (A) A José não é garantida a estabilidade prevista na Constituição Federal, sendo possível a sua demissão sem justa causa.
- (B) Como se trata de empresa pública, José deveria ter sido contratado segundo as regras da Lei n. 8.112/1990, e não poderia ter sido demitido sem justa causa.
- (C) José não poderia ter sido demitido sem justa causa, visto que já adquirira a estabilidade prevista na Constituição Federal, por ter, à época da demissão, mais de 3 (três) anos de efetivo exercício.
- (D) A demissão, sem justa causa, de José somente seria possível em caso de extinção da empresa.

A alternativa **A** está correta, pois o art. 41 da CF (com a redação determinada pela EC 19/1998) só concede o direito à estabilidade aos titulares de *cargo efetivo*, e não aos titulares de *emprego público* (vínculo próprio das empresas estatais). Nessa linha, por serem os empregados públicos regidos pela CLT, são detentores apenas da garantia de emprego estabelecida pela CLT. O TST, por meio da Súmula 390, II entende que ao empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, ainda que admitido mediante aprovação em concurso público, não é detentor da estabilidade prevista no art. 41 da CF.

Gabarito "A".

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) Antônio, empregado de determinada pessoa jurídica, foi acometido de doença laboral, em 27 de agosto de 2005, o que provocou seu afastamento. Decorridos 15 (quinze) dias de afastamento, ele foi encaminhado à perícia médica do INSS, que o declarou inapto para o serviço. A partir dessa data, Antônio passou a receber auxílio-doença acidentário, pago pelo INSS. Em 27 de março de 2006, o instituto cessou o pagamento do auxílio, em virtude de ter sido constatada a recuperação da capacidade laborativa de Antônio, em exame médico realizado pela previdência social. Em 4 de maio de 2006, Antônio ainda não havia retornado ao emprego, nem apresentado qualquer justificativa para esse fato. Com base na situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- (A) O não retorno de Antônio ao serviço até 4 de maio não configura abandono de emprego.
- (B) Se Antônio tivesse sido pré-avisado e, durante esse período, fosse concedido a ele auxílio-doença, a caracterização de abandono de emprego, após a cessação do benefício, retiraria de Antônio o direito ao recebimento das verbas rescisórias de natureza indenizatória.
- (C) Antônio não teria direito à estabilidade provisória se, em virtude da doença laboral, ficasse afastado de seus serviços por menos de 15 (quinze) dias.
- (D) Se Antônio tivesse sido pré-avisado e, no curso do aviso-prévio, fosse concedido a ele auxílio-doença, a concretização dos efeitos da dispensa somente ocorreria após expirar-se a estabilidade provisória.

**A:** incorreta, pois presume-se o abandono de emprego após 30 (trinta) dias da cessação do benefício previdenciário o empregado não retornar

nem justificar o motivo de não o fazer, em conformidade com a Súmula 32 do TST; **B:** incorreta, pois não se configura abandono de emprego. *Vide* comentários da alternativa A; **C:** correta, pois são pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a 15 dias e a consequente percepção do auxílio-doença acidentário. Veja arts. 59 e 118 da Lei 8.213/1991. Nesse mesmo sentido a Súmula 378, II, do TST; **D:** incorreta, pois nos termos da Súmula 371, parte final, do TST no caso de concessão de auxílio-doença no curso do aviso-prévio, todavia, só se concretizam os efeitos da dispensa depois de expirado o benefício previdenciário e não da estabilidade provisória. Veja julgamento de Recurso de Revista no TST RR-71000-56.2008.5.04.0030 de acordo com a nova tese que vem sendo adotada pelo TST.

Gabarito "C".

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Antônio, que trabalha para a pessoa jurídica Ômega, empresa do ramo de hotelaria, exerce a função de chefe do departamento de recursos humanos. Antônio, filiado ao sindicato de sua categoria profissional, registrou sua candidatura, no dia 11.11.2005, para concorrer às eleições ao cargo de dirigente sindical, com mandato a ser exercido no biênio de 2006/2007. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção incorreta.

- (A) Para que se consubstancie o direito à estabilidade provisória, a entidade sindical deverá comunicar, por escrito, à pessoa jurídica Ômega, o dia e a hora do registro de candidatura de Antônio.
- (B) Se Antônio fosse graduado em jornalismo e, estando filiado ao sindicato dos jornalistas, registrasse sua candidatura ao cargo de dirigente sindical dessa entidade, ele não teria direito a estabilidade provisória, relativamente à categoria profissional dos jornalistas, por exercer atividade diferenciada em Ômega.
- (C) Se Ômega extinguir totalmente suas atividades, o direito de Antônio à estabilidade provisória também perecerá.
- (D) A estabilidade provisória estaria assegurada a Antônio, mesmo que ele estivesse cumprindo aviso-prévio na data do registro de sua candidatura.

**A:** correta, pois está em conformidade com o art. 543, § 5º, da CLT. Veja Súmula 369, I, do TST; **B:** correta, pois está em conformidade com o entendimento disposto na Súmula 369, III, TST; **C:** correta, pois representa o entendimento disposto na Súmula 369, IV, do TST; **D:** incorreta, devendo ser assinalada, pois representa entendimento contrário ao disposto na Súmula 369, V, do TST.

Gabarito "D".

(FGV – 2004) Se, durante o contrato de trabalho, a empregada engravidar, ela:

- (A) terá estabilidade por apenas 6 (seis) meses.
- (B) terá estabilidade por apenas 4 (quatro) meses.
- (C) não terá estabilidade.
- (D) só poderá ser dispensada por justa causa.
- (E) só poderá ser dispensada após o término da gravidez.

**A:** incorreta, pois nos termos do art. 10, II, b, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a garantia de emprego é pelo prazo de 5 meses após o parto; **B:** incorreta, pois, nos termos do art. 10, II, b, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a garantia de emprego é pelo prazo de 5 meses após o parto; **C:** incorreta, pois a empregada terá estabilidade. Veja comentários anteriores; **D:** correta, pois, por ser detentora de garantia de emprego, só poderá ser dispensada por justa causa, nos termos do art. 10, II, b, do Ato das Disposições Constitu-

cionais Transitórias; **E:** incorreta, pois somente poderá ser dispensada após o período de estabilidade que é de 5 meses após o parto.

„D.“ Gabarito

## 8. NORMAS DE PROTEÇÃO DO TRABALHO – TRABALHO DO MENOR – TRABALHO DA MULHER

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Para os trabalhadores maiores de 18 (dezoito) anos, considerando-se contrato de trabalho que perdurar por mais de 3 (três) anos, a prescrição do direito de reclamar a concessão das férias ou o pagamento da respectiva remuneração é

- (A) contada do término do prazo do período concessivo, ou, se for o caso, da cessação do contrato de trabalho.
- (B) contada do término do prazo do período aquisitivo.
- (C) contada a partir da data em que o trabalhador completar 19 (dezenove) anos.
- (D) inexistente, visto que tal direito é imprescritível.

Nos termos do art. 149 da CLT a prescrição do direito de reclamar a concessão das férias ou o pagamento da respectiva remuneração será contada do término do prazo do período concessivo ou, se for o caso, da cessação do contrato de trabalho.

„A.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Assinale a opção correta quanto à composição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).

- (A) O presidente da CIPA será, sempre, o empregado que obtiver maior número de votos, e o vice-presidente, o segundo candidato mais votado.
- (B) O empregador designará, anualmente, entre os seus representantes, o presidente da CIPA, e os empregados elegerão, entre eles, o vice-presidente da comissão.
- (C) O presidente da CIPA será, sempre, o empregado que obtiver maior número de votos, e o vice-presidente, eleito por votação indireta entre os membros da comissão.
- (D) Tanto o presidente quanto o vice-presidente serão livremente designados pelo empregador, sendo os demais cargos preenchidos por votação indireta entre os membros eleitos da CIPA.

A CIPA será composta de representantes da empresa e dos empregados, de acordo com os critérios que vierem a ser adotados em regulamentação do Ministério do Trabalho e Emprego (veja a NR 5 do MTE). Assim, determina o art. 164, § 5º, da CLT que o Presidente da CIPA será designado anualmente pelo empregador e o Vice-Presidente será eleito pelos empregados.

„B.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Assinale a opção correta, no que diz respeito à garantia de emprego dos membros eleitos da CIPA.

- (A) A garantia de emprego somente se aplica aos membros suplentes da CIPA se estes forem efetivados como titulares.
- (B) Não há que se falar em garantia de emprego a membros da CIPA.
- (C) Essa garantia somente é aplicada aos membros titulares da CIPA.
- (D) A garantia de emprego é aplicada a todos os membros da CIPA, incluindo-se os suplentes.

**A:** incorreta, pois de acordo com o entendimento consubstanciado na Súmula 339, I, do TST o suplente é detentor da estabilidade independente de sua efetivação; **B:** incorreta, pois o membro da CIPA possui garantia de emprego, nos termos do art. 10, II, a, do ADCT e art. 165 CLT; **C:** incorreta, pois de acordo com o entendimento consubstanciado na Súmula 339, I, do TST o suplente também é detentor da estabilidade assegurada ao membro titular da CIPA; **D:** correta, pois reflete o disposto no art. 10, II, a, do ADCT e art. 165 da CLT e, ainda, na Súmula 339, I, do TST.

„D.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) O contrato de aprendizagem deve ser celebrado com indivíduo

- (A) maior de 14 (quatorze) anos e menor de 24 (vinte e quatro) anos, exceto com relação aos portadores de deficiência, caso em que a idade máxima não se aplica.
- (B) maior de 12 (doze) anos e menor de 16 (dezesesseis) anos.
- (C) maior de 12 (doze) anos e menor de 18 (dezoito) anos.
- (D) maior de 15 (quinze) anos de idade, sem limite máximo de idade, desde que comprovado que o trabalhador esteja recebendo treinamento em ofício ou profissão.

**A:** correta, pois reflete o disposto no art. 428, *caput* e § 5º, da CLT; **B, C e D:** Opções incorretas, na medida em que o art. 402 da CLT considera menor para o trabalho as pessoas com idade entre 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos. Nessa linha, o art. 7º, XXXIII, da CF é explícito ao proibir o trabalho para menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos. Desta forma, é proibido qualquer trabalho para o menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

„A.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Com relação ao trabalho do menor, julgue os seguintes itens.

- I. É proibido qualquer trabalho a menor de 16 (dezesesseis) anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.
- II. Ao menor de 18 (dezoito) anos é vedado trabalho noturno.
- III. Ao menor não será permitido o trabalho insalubre ou em locais e serviços perigosos.
- IV. Não se considera prejudicial, em regra, à moralidade do menor o trabalho em empresas circenses, em funções de acrobata, saltimbanco, ginasta e outras semelhantes.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.

**I:** correta, pois reflete o disposto no art. 7º, XXXIII, da CF; **II:** correta, pois reflete o disposto no art. 7º, XXXIII, da CF e art. 404 da CLT; **III:** correta, pois reflete o disposto no art. 7º, XXXIII, da CF e art. 405, I, da CLT; **IV:** incorreta, pois é considerada prejudicial à moralidade do menor, conforme disposição contida no art. 405, II e § 3º, b, da CLT.

„C.“ Gabarito



## 9. DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) O sindicato dos trabalhadores da indústria automobilística ajuizou representação para instauração de instância, em dissídio coletivo, pleiteando a interpretação de norma jurídica que estabelece condições para o direito à promoção por antiguidade no âmbito do quadro de pessoal de cada empregadora. Na representação inicial, constam como motivo do dissídio o fato de diversas empregadoras estarem considerando apenas o tempo de serviço prestado na empresa e não o tempo trabalhado na indústria automobilística. O sindicato trabalhista reivindicou, como base para conciliação, a aceitação da interpretação de que seja considerado, para efeito de promoção por antiguidade, o tempo total de serviço prestado na indústria automobilística e não aquele especificamente prestado em cada empresa. Nenhuma das partes compareceu à primeira audiência. Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- (A) O dissídio coletivo instaurado é de natureza econômica.
- (B) As bases de conciliação da representação configuram o requisito essencial da petição inicial.
- (C) O processo deve ser arquivado, sem resolução do mérito, devido ao fato de as partes não terem comparecido à audiência inicial.
- (D) A sentença que decidir o conflito, declarando a interpretação da norma coletiva aduzida, entrará em vigor na data de sua publicação.

**A:** incorreta, pois o dissídio coletivo de natureza econômica é aquele em que se discute fixação de melhores condições de trabalho. No caso apresentado, o conflito coletivo é de natureza jurídica, ou seja, aquele que tem por finalidade tornar possível a aplicação de norma já existente por meio da interpretação; **B:** correta, pois reflete o disposto no art. 858, b, da CLT; **C:** incorreta, pois, nos termos do art. 864 da CLT, não comparecendo as partes, o presidente do Tribunal submeterá o processo a julgamento, depois de realizadas as diligências que entender necessárias e ouvido o Ministério Público; **D:** incorreta, pois também poderá entrar em vigor “a partir do dia imediato ao termo final de vigência do acordo, convenção ou sentença normativa” caso o dissídio seja ajuizado nos 60 dias anteriores ao termo final (*vide* art. 867, parágrafo único, e alíneas).

“B.” Gabarito

## 10. TEMAS COMBINADOS

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Manuel, contratado pela empresa Sol Ltda. no dia 2 de fevereiro de 2007, foi demitido dessa empresa, sem justa causa, no dia 30 de dezembro de 2007. Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta, no que diz respeito ao direito de Manuel receber férias.

- (A) A demissão de Manuel, sem justa causa, antes de haver completado 12 (doze) meses de efetivo exercício na empresa, gera o direito de recebimento de férias integrais, independentemente do tempo trabalhado na empresa.
- (B) Manuel deveria receber o valor referente às férias proporcionais ao período em que esteve empregado, mas sem o acréscimo de 1/3 garantido constitucionalmente, pois ainda não tinha completado 12 (doze) meses de efetivo exercício na empresa.

- (C) A extinção do contrato de trabalho sem justa causa assegura a Manuel o direito de receber as férias proporcionais, ainda que não tenha completado o período aquisitivo de 12 (doze) meses.
- (D) Manuel somente poderia receber qualquer verba a título de férias se tivesse completado o período aquisitivo de 12 (doze) meses.

**A:** incorreta, pois terá direito às férias proporcionais, tendo em vista não ter completado o período aquisitivo. Veja o art. 147 CLT. Nesse mesmo sentido, por meio da Súmula 171, o TST entende que a extinção do contrato de trabalho sujeita o empregador ao pagamento da remuneração das férias proporcionais, ainda que incompleto o período aquisitivo de 12 (doze) meses, salvo na hipótese de dispensa do empregado por justa causa; **B:** incorreta, pois o art. 7º, XVII, da CF garante o pagamento das férias, seja ela proporcional ou integral, acrescidas de 1/3; **C:** correta, pois reflete o disposto no art. 147 da CLT; **D:** incorreta, pois as férias proporcionais são devidas, salvo na hipótese de dispensa do empregado por justa causa, em conformidade com a Súmula 171 do TST.

“C.” Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Em um período de eleições municipais, a diretoria da empresa Boi no Pasto Ltda. determinou que todos os seus funcionários votassem em determinado candidato a prefeito, filho do presidente da empresa. Além da determinação de voto, os funcionários deveriam usar os brindes de campanha, como adesivos e camisetas. Nessa situação, o ato da diretoria

- (A) é considerado perfeito e regular, já que possui o caráter transitório, ou seja, dura apenas momentaneamente, enquanto perdurar a campanha eleitoral.
- (B) deve ser considerado ato criminoso, já que atenta contra a organização do trabalho.
- (C) faz parte do poder de mando do empregador, não caracterizando nenhuma irregularidade.
- (D) caracteriza dano moral aos empregados, que, além de terem recebido determinação que nada condiz com o andamento dos trabalhos, ainda teriam de utilizar o material de campanha do candidato.

A determinação imposta pela empresa, no caso apresentado, extrapola o poder diretivo que possui, poder esse que não é absoluto. Isto porque o empregado está protegido pelos direitos fundamentais, não apenas os de conteúdo laboral, como também os gerais que alcançam todo e qualquer cidadão, sendo garantido o direito à intimidade, à imagem, liberdade de crença e expressão, constituindo, portanto, os direitos fundamentais, o limite ao exercício do poder diretivo pelo empregador, que tem, portanto, obrigação de respeitar os direitos do trabalhador. Essa violação, de fato, configura dano moral.

“D.” Gabarito

(FGV – 2010) Analise as afirmativas a seguir:

- I. É permitido o trabalho em feriados nas atividades do comércio em geral, desde que autorizado em convenção coletiva de trabalho e observada à legislação municipal, nos termos do art. 30, inciso I, da Constituição.
- II. É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.
- III. É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente,

até o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

- IV. O afastamento superior a 15 (quinze) dias e a percepção do auxílio-doença acidentário são pressupostos para a concessão de estabilidade provisória prevista na Lei 8.213, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.  
(B) se apenas as afirmativas I, II e III estiverem corretas.  
(C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.  
(D) se todas as afirmativas estiverem corretas.  
(E) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.

I: correta, pois reflete o disposto no art. 6º-A da Lei 10.101/2000, acrescentado pela Lei 11.603/2007; II: correta, pois reflete o disposto no art. 10 da CF; III: incorreta, pois a vedação se estende até 1 (um) ano após o final do mandato, nos termos do art. 8º, VIII, da CF e art. 543, § 3º, da CLT; IV: correta, pois reflete o entendimento consubstanciado na Súmula 378, II, do TST.

Gabário "A"

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) Pedro era empregado da pessoa jurídica Delta desde fevereiro de 1995, quando esta editou o regulamento n. 1, que previa complementação de aposentadoria aos empregados que tivessem mais de 10 (dez) anos de serviços prestados à empresa e que se aposentassem na vigência do contrato de trabalho. O referido regulamento foi revogado pelo regulamento n. 2, em julho de 2004, que não manteve a aludida complementação. Pedro aposentou-se em abril de 2005. Com base no ordenamento jurídico vigente e acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- (A) Se o regulamento n. 2 tivesse mantido a complementação da aposentadoria, prevista no regulamento anterior, alterando apenas seus critérios de concessão e reduzindo o valor do benefício, essas alterações não seriam aplicáveis à situação jurídica de Pedro.  
(B) A revogação do regulamento somente será aplicável à situação jurídica de Pedro se ele expressamente consentir na adoção da nova norma regulamentar.  
(C) A revogação do regulamento n. 1 é plenamente válida e suprimiu o direito de Pedro à aposentadoria.  
(D) Se Pedro, ao aposentar-se, não receber a complementação de aposentadoria, poderá requerer a exigibilidade de seu alegado direito a qualquer tempo, observada a prescrição parcial, relativamente às parcelas anteriores ao quinquênio.

Nos termos da Súmula 288, I, do TST a complementação dos proventos de aposentadoria, instituída, regulamentada e paga diretamente pelo empregador, sem vínculo com as entidades de previdência privada fechada, é regida pelas normas em vigor na data de admissão do empregado, ressalvadas as alterações que forem mais benéficas (art. 468 da CLT).

Gabário "A"

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Pedro trabalhava nos Estados Unidos da América (EUA) para a instituição financeira X. Por determinação de seu empregador, ele foi transferido para trabalhar em uma agência da instituição X, localizada no Brasil. Pedro, no Brasil, prestava serviços

para duas pessoas jurídicas, Banco X S.A. e X Leasing e Arrendamento Mercantil S.A., durante a mesma jornada de trabalho, sendo ambas subordinadas à instituição financeira X. Entretanto, Pedro mantinha contrato de trabalho apenas com a instituição financeira X. Após alguns meses trabalhando no Brasil, Pedro teve suprimido adicional pecuniário, que incidia sobre seu salário, não recebendo qualquer outra vantagem para compensar essa perda. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- (A) De acordo com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), na situação hipotética acima, há a coexistência de três contratos de trabalho.  
(B) Em virtude de Pedro ter sido contratado originariamente nos EUA, seu contrato de trabalho é regido pelas leis daquele país.  
(C) Em uma demanda trabalhista proposta por Pedro, em desfavor de seu empregador, serão solidariamente responsáveis a instituição financeira X, o Banco X S.A. e X Leasing e Arrendamento Mercantil S.A.  
(D) Considerando-se que a alteração contratual suprimiu uma prestação periódica (adicional pecuniário sobre o salário), a prescrição é parcial, enquanto vigorar o contrato de trabalho, e atingirá apenas as parcelas anteriores a 5 (cinco) anos.

A: incorreta, pois a prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico, *durante a mesma jornada de trabalho*, não caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho, salvo ajuste em contrário.  *Vide, também, a Súmula 129 do TST*; B: incorreta, pois ao ser transferido para o Brasil, serão aplicados os dispositivos da lei brasileira; C: correta, pois reflete o entendimento contido no art. 2º, § 2º, da CLT. D: incorreta, pois por ser parcela não assegurada por preceito de lei, a prescrição é total. Veja a Súmula 294 TST e OJ 175 da SDI-1 do TST.

Gabário "C"

(OAB/Exame Unificado – 2004.ES) Acerca das regras de prescrição e decadência no direito do trabalho, assinale a opção incorreta.

- (A) Para os trabalhadores urbanos, o prazo para o ajuizamento da ação é de 2 (dois) anos a contar da extinção do contrato de trabalho, sob pena de prescrição da pretensão correlata.  
(B) Embora não esteja previsto em lei, o prazo fixado pelo empregador para que seus empregados adiram a plano de desligamento incentivado é de natureza decadencial.  
(C) Durante a vigência do contrato de trabalho, o trabalhador rural dispõe de 5 (cinco) anos para ajuizar reclamação trabalhista, sob pena de prescrição da pretensão correlata.  
(D) Para dispensar dirigente sindical que cometa falta grave, dispõe o empregador do prazo prescricional de 30 (trinta) dias, a contar da suspensão aplicada.

A: correta, art. 7º, XXIX, da CF e art. 11, da CLT; B: correta, por se tratar de pedido de natureza constitutiva (negativa), o prazo é decadencial; C: correta, art. 7º, XXIX, da CF, art. 11, da CLT e Súmula 308 do TST; D: incorreta, devendo ser assinalada, pois a exigência para dispensa do dirigente sindical é o inquérito judicial para apuração de falta grave (art. 853 e ss. da CLT), cujo prazo é DECADENCIAL de 30 (trinta) dias.

Gabário "D"

# 11. DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Hermes Cramacon

## 1. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Um conflito de competência existente entre um juiz do trabalho e um juiz federal deve ser julgado

- (A) pelo Tribunal Superior do Trabalho; (TST).
- (B) por um Tribunal Regional Federal;
- (C) pelo STJ;
- (D) pelo STF.

**A:** incorreta, pois serão resolvidos pelo TST os conflitos de competência entre TRTs, entre Varas do Trabalho e Juizes de Direito investidos na jurisdição trabalhista, sujeitos à jurisdição de TRTs diferentes; **B:** incorreta, pois o TRF julga os conflitos de competência entre varas federais, vinculados ao Tribunal, nos termos do art. 108, I, “e”, da CF; **C:** correta, o conflito entre um juiz do trabalho e um juiz federal, será resolvido pelo STJ, nos termos do art. 105, I, “d”, da CF; **D:** incorreta, pois serão resolvidos pelo STF os conflitos suscitados entre o TST e outros órgãos do ramo do judiciário, nos termos do art. 102, I, “o”, da CF.

„C. Gabbarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Suponha-se que um empregado tenha sido demitido sem justa causa da empresa para que trabalhava e que esta não lhe tenha fornecido as guias do seguro desemprego. Nessa situação, caso o empregado tenha interesse em mover algum tipo de ação contra a empresa para obter indenização pelo não fornecimento das guias do seguro-desemprego, ele deve ingressar com ação

- (A) em vara cível da justiça comum estadual;
- (B) na Justiça do Trabalho;
- (C) na justiça federal;
- (D) em juizado especial cível da justiça comum estadual.

**A:** incorreta, pois a justiça estadual não é competente para processar e julgar esse tipo de demanda; **B:** correta, pois o art. 114, VI, CF prevê a competência da Justiça do Trabalho para ações de reparação de danos patrimoniais ou morais, decorrentes da relação de trabalho. Ademais, a Súmula 389, item I, do TST, também prevê tal competência; **C:** incorreta, pois a regra de competência da justiça federal vem disposta no art. 109 da CF; **D:** incorreta, pois a competência do juizado especial cível da justiça comum vem esculpida no art. 3º da lei 9.099/1995.

„B. Gabbarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Assinale a opção correta, considerando que, em determinado processo, tenha sido sugerido haver conflito de competência funcional entre o TRT e uma vara do trabalho a ele vinculada.

- (A) Não se configura conflito de competência entre TRT e vara do trabalho a ele vinculada.
- (B) O TRT deverá julgar o conflito.
- (C) O TST deverá julgar o conflito.
- (D) O STF deverá julgar o conflito.

**A:** correta, pois nos termos da Súmula 420 do TST, não se configura conflito de competência entre Tribunal Regional do Trabalho e Vara do Trabalho a ele vinculada; **B:** incorreta, pois o TRT julgará os conflitos suscitados entre varas do trabalho da mesma região, ou entre varas do trabalho e juiz de direito investido na jurisdição trabalhista na mesma região, nos termos do art. 808 da CLT; **C:** incorreta, pois o TST julgará os conflitos suscitados entre TRTs, entre Varas do Trabalho e Juizes de Direito investidos na jurisdição trabalhista, sujeitos à jurisdição de TRTs diferentes; **D:** incorreta, pois o STF apreciará os conflitos suscitados entre o TST e órgãos de outro ramo do judiciário, nos termos do art. 102, I, “o”, da CF.

„A. Gabbarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Alfredo, empregado da Empresa Mala Direta S.A., ao perceber que a empresa não havia providenciado o seu cadastro no PIS, procurou a diretoria da empresa para sanar a omissão, obtendo como resposta que a empresa não tomaria qualquer providência a esse respeito. Nessa situação, caso Alfredo venha a demandar contra a empresa, objetivando o cadastramento no PIS, ele deve mover a ação perante

- (A) a justiça federal;
- (B) a justiça comum estadual;
- (C) o STJ;
- (D) a Justiça do Trabalho.

**A:** incorreta, pois a competência da justiça federal vem disciplinada no art. 109 da CF; **B:** incorreta, pois a justiça estadual não é competente para apreciar essa espécie de demanda; **C:** incorreta, pois a competência do STJ vem esculpida no art. 105 da CF; **D:** correta, pois nos termos da Súmula 300 do TST, as ações relativas ao cadastramento no Programa de Integração Social (PIS) são de competência da Justiça do Trabalho.

„D. Gabbarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) A empresa Ômega Ltda., empregadora de Márcio, não efetuou o cadastramento do referido empregado no Programa de Integração Social (PIS). Ao constatar o problema, Márcio formulou solicitação escrita para a diretoria da empresa, com o objetivo de solucionar a omissão. Porém, nenhuma providência foi tomada. Nessa situação hipotética, caso Márcio queira mover ação judicial para solucionar a pendência, deve propor a ação

- (A) na justiça comum estadual;
- (B) no juizado especial federal;
- (C) na justiça federal;
- (D) na Justiça do Trabalho.

**A:** incorreta, pois a justiça estadual não é competente para apreciar essa espécie de demanda; **B:** incorreta, pois a competência do juizado especial federal vem disposta no art. 3º da Lei 10.259/2001; **C:** incorreta, pois a competência da justiça federal vem disciplinada no art. 109 da CF; **D:** correta, pois nos termos da Súmula 300 do TST, as ações relativas ao cadastramento no Programa de Integração Social (PIS) são de competência da Justiça do Trabalho.

„D. Gabbarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) Antônio foi contratado, mediante concurso público e sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para trabalhar em uma empresa pública estadual. Nessa situação, considerando a existência de litígio a respeito de verbas rescisórias a serem pagas a Antônio, será competente para julgar a demanda a

- (A) Justiça comum.
- (B) Justiça federal.
- (C) Justiça do Trabalho.
- (D) Justiça eleitoral.

**A:** incorreta, pois a justiça comum estadual – Vara da Fazenda Pública – apenas apreciará a demanda proposta por servidor público submetido ao regime estatutário ou regime jurídico-administrativo, seja municipal ou estadual. Veja julgamento da ADI 3395-6; **B:** incorreta, pois a justiça comum federal apenas apreciará a demanda proposta por servidor público submetido ao regime estatutário ou regime jurídico-administrativo federal; **C:** correta, pois em conformidade com o art. 114, I, da CF, com a interpretação conforme dada pelo STF no julgamento da ADI 3395-6, a competência da Justiça do Trabalho ficará restrita aos servidores regidos pelo regime celetista, excluindo, portanto, da competência da Justiça do Trabalho as ações propostas por servidores submetidos ao regime de ordem estatutária ou jurídico-administrativo, que são de competência da justiça comum federal ou estadual, a depender do ente a que for vinculado; **D:** incorreta, sobre justiça eleitoral veja: arts. 118 a 121 da CF, Código Eleitoral – Lei 4.737/1965, Lei 9.096/1995, Lei 9.504/1997, Lei 12.034/2009.

„Gabarito “C”.

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) Nas localidades não abrangidas por jurisdição de vara do trabalho, as demandas trabalhistas serão julgadas pelo juiz de direito. Recurso interposto contra decisão de juiz de direito em matéria trabalhista deve ser julgado pelo

- (A) Tribunal de Justiça do Estado.
- (B) Tribunal Regional Federal da região a que estiver submetida a jurisdição do estado.
- (C) STJ.
- (D) respectivo tribunal regional do trabalho.

**A:** incorreta, pois o Tribunal de Justiça Estadual não é competente para apreciação do recurso. Veja art. 125, § 1º, da CF; **B:** incorreta, pois a competência dos Tribunais Regionais Federais está disposta no art. 108 da CF; **C:** incorreta, pois a competência do STJ vem disposta no art. 105 da CF; **D:** correta, pois nos termos do art. 112 da CF nas localidades onde não há vara do trabalho as ações devem ser propostas na justiça comum. Todavia, em caso de recurso deverá este ser julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho competente.

„Gabarito “D”.

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Julgue os itens seguintes, relativos à competência da Justiça do Trabalho.

- I. É competência da Justiça do Trabalho processar e julgar as ações de indenização por dano moral ou patrimonial decorrentes da relação de trabalho.
- II. É competência da Justiça do Trabalho processar e julgar as ações que envolvam exercício do direito de greve.
- III. Os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data serão processados e julgados na Justiça do Trabalho quando o ato questionado envolver matéria sujeita a sua jurisdição.

IV. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as execuções, de ofício, das contribuições sociais previstas na Constituição Federal decorrentes das sentenças que proferir.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 4.
- (B) 3.
- (C) 2.
- (D) 1.

**I:** correta, pois o art. 114, VI, da CF assim determina; **II:** correta, pois o art. 114, II, da CF assim determina; **III:** correta, pois o art. 114, IV, da CF assim determina; **IV:** correta, art. 114, VIII, da CF.

„Gabarito “A”.

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Nas comarcas não abrangidas pela jurisdição da Justiça do Trabalho, atribui-se ao juiz de direito a competência para julgar as demandas trabalhistas. Em caso de recurso de sentença proferida por um juiz de direito em matéria trabalhista, deverá julgar esse recurso o tribunal

- (A) de justiça do estado.
- (B) Regional do trabalho do estado.
- (C) Regional federal.
- (D) de justiça.

**A:** incorreta, pois o Tribunal de Justiça estadual não é competente para apreciação do recurso. Veja art. 125, § 1º, da CF e Art. 112 da CF; **B:** correta, pois nos termos do art. 112 da CF nas localidades onde não há vara do trabalho as ações devem ser propostas na justiça comum. Todavia, em caso de recurso deverá este ser julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho competente; **C:** incorreta, pois a competência dos Tribunais Regionais Federais está disposta no art. 108 da CF; **D:** incorreta, vide comentário alternativa A.

„Gabarito “B”.

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) João é empregado da empresa Carta Branca Ltda., reside na cidade Beta e trabalha na cidade Ômega. Essa empresa tem sede na cidade Alfa e outra filial na cidade Delta. Nessa situação, se for mover reclamação trabalhista contra a empresa Carta Branca, João deve protocolizar sua inicial apenas na cidade

- (A) Beta.
- (B) Ômega.
- (C) Alfa.
- (D) Delta.

**A:** incorreta, pois Beta é o foro do domicílio do autor, regra que apenas poderá ser utilizada na hipótese do art. 651, § 1º, parte final, da CLT; **B:** correta, pois nos termos do art. 651 da CLT a reclamação trabalhista deverá ser proposta no foro da última localidade da prestação de serviços; **C:** incorreta, pois Alfa seria o foro do domicílio do réu, regra que apenas poderá ser utilizada na hipótese do art. 651, § 1º, da CLT; **D:** incorreta, pois Delta, foro da filial, apenas será utilizada na hipótese do art. 651, § 1º, da CLT.

„Gabarito “B”.

## 2. ATOS, TERMOS E PRAZOS PROCESSUAIS

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Na forma da legislação processual trabalhista, os laudos periciais dos assistentes técnicos indicados pelas partes devem ser juntados aos autos

- (A) no prazo comum de 10 (dez) dias, após as partes serem intimadas da apresentação do laudo do perito do juízo;

- (B) no prazo comum de 30 (trinta) dias, após as partes serem intimadas da apresentação do laudo do perito do juízo;
- (C) no prazo comum de 20 (vinte) dias, após as partes serem intimadas da apresentação do laudo do perito do juízo;
- (D) no mesmo prazo assinalado para o perito do juízo, sob pena de serem desentranhados dos autos.

A alternativa **D** está correta, pois nos termos do art. 3º, parágrafo único, da Lei 5.584/1970 é permitido a cada parte a indicação de um assistente, cujo laudo terá que ser apresentado no mesmo prazo assinado para o perito, sob pena de ser desentranhado dos autos.

„D.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) Na Justiça do Trabalho, os beneficiários da justiça gratuita são isentos do pagamento de custas. Entre os isentos do pagamento de custas, incluem-se as

- (A) Sociedades de economia mista.
- (B) Empresas privadas.
- (C) Empresas públicas.
- (D) Fundações públicas estaduais que não explorem atividade econômica.

**A:** incorreta, pois o privilégio da isenção de custas não alcança as sociedades de economia mista, nos termos da Súmula 170 do TST; **B:** incorreta, pois as empresas privadas apenas estarão isentas do pagamento de custas caso sejam beneficiárias da justiça gratuita; **C:** incorreta, pois com fundamento no art. 173, §§ 1º e 2º, da CF, as empresas públicas não gozam do privilégio da isenção de custas; **D:** correta, pois o art. 790-A da CLT dispõe que as fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica, são isentas do pagamento de custas.

„D.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) Cláudio, embora tenha menos de 18 anos de idade, exerce atividade como empregado. Para isso, ele está autorizado a assinar os recibos de salários e é plenamente responsável pelas violações contratuais. Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta no que diz respeito a eventual depoimento pessoal de Cláudio em audiência no juízo trabalhista.

- (A) Uma vez que Cláudio é o próprio prestador dos serviços, está autorizado a assinar os recibos de salários e é plenamente responsável pelas violações contratuais, então pode ser considerado como se maior de idade fosse em depoimentos judiciais.
- (B) Quanto aos efeitos jurídicos de seu depoimento, Cláudio não pode ser equiparado ao maior de idade, exigindo-se a presença de um assistente.
- (C) Caberá ao juiz analisar a necessidade ou não da presença de um assistente no depoimento de Cláudio na Justiça do Trabalho.
- (D) A presença de assistente é cabível somente nos casos de contratos de aprendizes.

**A:** incorreta, pois Cláudio não pode ser considerado maior de idade. Seu depoimento é condicionado à existência de um assistente; **B:** correta, pois nos termos do art. 793 da CLT, o depoimento do menor, desde que tenha, no mínimo 16 anos de idade está condicionado a

assistência de seu pai, mãe, tutor, curador ou outro responsável legal e, na falta destes, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, pelo sindicato, pelo Ministério Público estadual ou curador nomeado em juízo; **C:** incorreta, pois o art. 793 da CLT determina a existência de um assistente; **D:** incorreta, pois a assistência é necessária para os menores de 18 e maiores de 16 anos.

„B.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) Quanto à citação ou notificação postal na Justiça do Trabalho, assinale a correta.

- (A) A citação ou notificação postal presume-se realizada quando tenha sido entregue, na empresa, a empregado da reclamada, a zelador de prédio comercial ou tenha sido depositada em caixa postal da empresa, incumbindo à parte provar o não recebimento.
- (B) A citação ou notificação postal apenas poderá ser considerada válida quando for recebida pessoalmente pelo proprietário da reclamada, preposto legalmente constituído, ou pela própria pessoa do reclamado, em caso de pessoa física.
- (C) A citação na Justiça do Trabalho apenas poderá ser realizada por oficial de justiça.
- (D) Não se admite, em nenhuma hipótese, citação ou notificação por via postal, já que agências de correios não são órgãos vinculados à Justiça do Trabalho.

**A:** correta, pois de acordo com a Súmula 16 do TST presume-se recebida a notificação 48 (quarenta e oito) horas depois de sua postagem. Trata-se de presunção relativa – *iuris tantum* – que admite prova em contrário. Assim, o não recebimento ou a entrega da notificação após o decurso desse prazo constitui ônus de prova do destinatário; **B:** incorreta, pois no processo do trabalho a notificação é feita por registro postal, não estando sujeita ao princípio da pessoalidade, nos termos do art. 841, § 1º, da CLT; **C:** incorreta, pois, em regra, a notificação é feita por registro postal – “correspondência”, nos termos do art. 841, § 1º, da CLT; **D:** incorreta, pois, em regra, a notificação é feita por registro postal, nos termos do art. 841, § 1º, da CLT.

„A.“ Gabarito

(FGV – 2004) O NÃO comparecimento do reclamante à audiência importa:

- (A) o arquivamento da Reclamação Trabalhista;
- (B) a revelia do reclamando;
- (C) a procedência do pedido;
- (D) a improcedência do pedido;
- (E) a extinção do processo com julgamento do mérito.

**A:** correta, pois o art. 844 da CLT determina que o não comparecimento do reclamante à audiência importa no arquivamento da reclamação; **B:** incorreta, pois a revelia é aplicada pela ausência do reclamado à audiência; **C:** incorreta, pois como vimos a ausência do reclamante à audiência implica no arquivamento da ação e nunca na procedência do pedido; **D:** incorreta, pois com a ausência do reclamante à audiência, o magistrado não apreciará o mérito do pedido, ou seja, não decidirá se o pedido procede ou não procede. Deverá determinar o arquivamento da reclamação com a extinção do processo sem resolução do mérito, art. 485 do CPC/2015. **E:** incorreta, pois como vimos o magistrado não apreciará o mérito do pedido, determinando o arquivamento da reclamação, extinguindo o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485 do CPC/2015.

„A.“ Gabarito

### 3. PARTES E PROCURADORES

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) A respeito das condições de validade do mandato e do substabelecimento, julgue os itens a seguir.

- I. O instrumento de mandato com prazo determinado que contém cláusula estabelecendo a prevalência dos poderes para atuar até o final da demanda não pode ser considerado válido.
- II. São válidos os atos praticados pelo substabelecido, ainda que não haja, no mandato, poderes expressos para substabelecer.
- III. Configura-se irregularidade de representação no caso de o substabelecimento ser anterior à outorga passada ao substabelecido.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 0.
- (B) 1.
- (C) 2.
- (D) 3.

I: incorreta, pois nos termos da Súmula 395, I, do TST o instrumento de mandato com prazo determinado que contenha cláusula estabelecendo a prevalência dos poderes para atuar até o final da demanda será considerado válido; II: correta, pois a Súmula 395, III, do TST considera válidos os atos praticados pelo substabelecido, ainda que não haja, no mandato, poderes expressos para substabelecer; III: correta, pois assim determina a Súmula 395, IV, do TST.

Gabário "C"

### 4. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA E RESPOSTAS DA RECLAMADA

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) No que diz respeito ao instituto da reconvenção, assinale a opção correta.

- (A) O instituto da reconvenção é de direito material e não processual.
- (B) A reconvenção, apesar de não estar prevista expressamente na CLT, também é cabível no processo trabalhista.
- (C) Caberá ao juiz trabalhista, ao analisar uma questão, decidir sobre o cabimento ou não da reconvenção.
- (D) Não existe na jurisprudência ou na doutrina nenhum posicionamento ou previsão a respeito do cabimento da reconvenção em ação declaratória.

A: incorreta, pois a reconvenção é instituto de direito processual, esculpido nos arts. 343 e seguintes do CPC/2015; B: correta, pois, a reconvenção é aplicada subsidiariamente ao processo do trabalho por força do art. 769 da CLT e art. 15 CPC/2015, na medida em que a CLT é omissa e o instituto se mostra compatível com os princípios informadores do direito processual do trabalho; C: incorreta, pois o cabimento ou não da reconvenção será analisado com os demais pedidos; D: incorreta, pois o STF editou a Súmula 258 que ensina ser admissível a reconvenção em ação declaratória.

Gabário "B"

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Tércio moveu reclamação trabalhista contra a empresa Aurora Ltda. Na audiência de instrução, Tércio apresentou, como sua testemunha, Iram, que, por sua vez, também litigava contra a empresa Aurora Ltda., na condição de ex-empregado. O advogado da empresa contraditou a testemunha, alegando que,

por também estar litigando em outro processo contra a mesma reclamada, Iram seria suspeito. Nessa situação hipotética, o juiz deve

- (A) indeferir a contradita e ouvir o depoimento de Iram como testemunha compromissada, pois o fato de este estar litigando contra o mesmo empregador não o torna suspeito;
- (B) deferir a contradita e dispensar a oitiva de Iram, devido a sua manifesta suspeição;
- (C) proceder à oitiva de Iram como informante, sem que este preste compromisso;
- (D) suspender a audiência, para que Tércio apresente nova testemunha no lugar de Iram.

A: correta, pois reflete o disposto na Súmula 357 do TST; B: incorreta, pois em conformidade com a Súmula 357 do TST a testemunha não pode ser considerada suspeita; C: incorreta, pois as hipóteses em que o juiz ouvirá a testemunha como mero informante vêm dispostas no art. 829 da CLT; D: incorreta, pois não há motivo para suspensão da audiência, tampouco, a apresentação de nova testemunha.

Gabário "A"

(OAB/Exame Unificado – 2004.ES) Considerando as regras que informam o procedimento ordinário observado nas ações individuais na Justiça do Trabalho, assinale a opção incorreta.

- (A) A audiência destinada à instalação da *litiscontestatio* em ação movida contra pessoa jurídica de direito privado deve ser realizada com prazo mínimo de 5 (cinco) dias, a partir da data da notificação citatória.
- (B) Necessariamente, a petição inicial tem de ser escrita e conter o valor da causa, o pedido e a causa de pedir, além da correta qualificação dos litigantes e da indicação do juízo para o qual ela é dirigida, sob pena de inépcia.
- (C) Quando ainda não estiver instalada a *litiscontestatio*, o comparecimento da parte reclamada à audiência é obrigatório, sob pena de configuração de revelia e confissão ficta.
- (D) A ausência do reclamante à audiência determina o arquivamento do feito, salvo se já produzida defesa nos autos pela parte reclamada.

A: correta, pois nos termos do art. 841 da CLT a notificação deve ser entregue ao destinatário com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data da audiência, sob pena de nulidade; B: incorreta, devendo ser assinalada, pois vigora no processo do trabalho o princípio da informalidade. Ademais, os requisitos da reclamação trabalhista estão esculpidos no art. 840, § 1º, da CLT. Importante ressaltar que o valor da causa na Justiça do Trabalho, se presta exclusivamente para fixação de rito; C: correta, pois até que apresente a contestação deverá o reclamado comparecer à audiência, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato, nos termos do art. 844, segunda parte da CLT; D: correta, pois antes da apresentação da defesa pelo reclamado, o reclamante também deverá comparecer à audiência sob pena de arquivamento, nos termos do art. 844, primeira parte, da CLT. Porém, em conformidade com a Súmula 9 do TST, a ausência do reclamante após contestada a ação não importará no arquivamento da ação.

Gabário "B"

(OAB/Exame Unificado – 2004.ES) A propósito das provas na Justiça do Trabalho, assinale a opção correta.

- (A) Nas ações que tenham por objeto falta grave supostamente praticada por empregado detentor de estabilidade provisória no emprego, o número máximo de testemunhas é seis por litigante.

- (B) A testemunha que demandar contra o ex-empregador, em situação semelhante a do autor que a convida a comparecer em juízo, não prestará compromisso, valendo seu depoimento como simples informação.
- (C) A critério dos magistrados que presidem as instruções, a prova pericial é sempre admissível na Justiça do Trabalho, salvo nos casos em que se discuta direito a adicional de insalubridade ou periculosidade, em que a sua produção será obrigatória, sob pena de nulidade.
- (D) A parte autora pode apresentar os documentos essenciais à propositura da ação a qualquer tempo, desde que antes da prolação do julgamento.

**A:** incorreta, pois nos termos do art. 821 da CLT o número máximo é de 6 testemunhas por parte e não por litigante como dispõe a assertiva. **B:** incorreta, pois em conformidade com a Súmula 357 do TST a testemunha não é considerada suspeita; **C:** correta, pois nos termos do art. 195 e parágrafos da CLT, sempre que houver pedido de periculosidade ou insalubridade a perícia é obrigatória; **D:** incorreta, pois os documentos capazes de provar o direito alegado pelo autor deverão ser juntados com a petição inicial, nos termos do art. 787 da CLT. Pela parte reclamada os documentos deverão ser juntados com a contestação. Fora esses momentos será impossível a juntada de documentos, salvo os documentos novos, que podem ser juntados a qualquer momento pelas partes, nos termos do art. 435 do CPC/2015. Sobre a juntada de documentos na fase recursal veja a Súmula 8 do TST.

..C" Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2004.ES) A respeito das regras que informam as nulidades no âmbito do processo do trabalho, assinale a opção correta.

- (A) Em nenhuma hipótese, a parte demandada está desobrigada de suscitar a nulidade processual resultante da incompetência territorial, sob pena de convalidação.
- (B) Não há preclusão quando a parte prejudicada com o indeferimento da produção de prova pericial, ocorrido em audiência, apenas questiona a nulidade processual por cerceio de defesa por ocasião do recurso ordinário ajuizado contra a sentença terminativa proferida.
- (C) A competência da Justiça do Trabalho para julgar indenização por dano moral resultante de acidente de trabalho será prorrogada caso a parte demandada deixe de suscitar tal questão por ocasião de sua resposta.
- (D) Proclamada a nulidade processual, todos os atos ulteriores serão nulos, ainda que não dependam daquele ato anterior viciado.

**A:** correta, pois em conformidade com o art. 795, *caput*, da CLT, a parte deverá arguir à primeira vez em que tiverem que falar na audiência, sob pena de convalidação. Vale lembrar que a incompetência territorial é espécie de nulidade relativa, que somente poderá ser declarado pelo juiz, mediante provocação da parte, sob pena de prorrogação da competência; **B:** incorreta, pois havendo indeferimento da prova pericial em audiência, deverá a parte interessada, mediante protesto, consignar tal indeferimento em ata, ou seja, deverá a parte à primeira vez em que tiver que falar em audiência, consignar o indeferimento, em conformidade com o art. 795 da CLT; **C:** incorreta, pois a competência para apreciar demanda acerca de danos morais é uma regra de competência material e, portanto, absoluta, que poderá ser declarada *ex officio* pelo magistrado, em conformidade com o art. 795, § 1º, da CLT. As regras de competência absoluta – material, funcional, e da pessoa – não se convalidam com o tempo; **D:** incorreta, pois nos termos do art. 795, § 1º, da CLT, declarada a nulidade por incompetência de

foro, leia-se, competência material, apenas os atos decisórios serão considerados nulos.

Gabarito "A"

## 5. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) A respeito do procedimento sumaríssimo na Justiça do Trabalho, julgue os itens seguintes.

- I. O pedido deverá ser certo ou determinado e indicará o valor correspondente.
- II. As demandas em que é parte a administração pública direta, autárquica ou fundacional também podem se submeter ao procedimento sumaríssimo, se o valor pleiteado não exceder a quarenta vezes o salário mínimo.
- III. Não se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e do endereço do reclamado.
- IV. As partes poderão arrolar até no máximo três testemunhas cada, que comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e II.  
(B) I e III.  
(C) II e IV.  
(D) III e IV.

**I:** correta, pois reflete o disposto no art. 852-B, I, da CLT; **II:** incorreta, pois nos termos do art. 852-A, parágrafo único, da CLT, estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a administração pública direta, autárquica ou fundacional. **III:** correta, pois reflete o disposto no art. 852-B, II, da CLT; **IV:** incorreta, pois nos termos do art. 852-H, § 2º, da CLT cada parte poderá indicar duas testemunhas.

Gabarito "B"

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) Ana ajuizou reclamação trabalhista contra a pessoa jurídica Eta, pleiteando sua reintegração ao emprego, com base na alegação de ter sido acometida de doença profissional. Ana deu à causa o valor de R\$ 7.430,00. Durante a audiência de instrução e julgamento, Maria, uma das testemunhas de Ana, que compareceria espontaneamente, faltou. Na mesma audiência, foi determinada a produção de prova pericial. Para a formulação dos quesitos à perícia, bem como para a nomeação de assistente técnico, os advogados foram intimados, por via postal, em seus respectivos escritórios profissionais. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção incorreta.

- (A) Caso Eta seja uma fundação pública, a reclamação de Ana deve tramitar pelo procedimento ordinário.
- (B) Se o advogado de Ana tiver mudado o endereço de seu escritório sem comunicar o juízo, e a intimação para apresentação dos quesitos tiver sido encaminhada para o endereço antigo, é lícito que Ana obtenha restituição do prazo para a realização desse ato processual.
- (C) Ana somente poderia ter requerido intimação judicial de Maria se demonstrasse que esta foi efetivamente convidada e deixou de comparecer à audiência de instrução e julgamento.
- (D) A prova pericial pode ser corretamente produzida no procedimento sumaríssimo.

**A:** correta, pois nos termos do art. 852-A, parágrafo único, da CLT, estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte fundação pública; **B:** incorreta, devendo ser assinalada, pois nos termos do art. 852-B, § 2º, da CLT as partes e advogados devem informar o juízo as mudanças de endereço no curso do processo. Caso não seja feita a comunicação de mudança de endereço, as intimações feitas no endereço antigo serão consideradas eficazes e, portanto, sem direito à devolução de prazo; **C:** correta, pois está em consonância com o art. 852-H, § 3º, da CLT; **D:** correta, pois reflete o disposto no art. 852-H, § 4º, da CLT.

„B.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2004.ES) Quanto ao procedimento sumaríssimo na Justiça do Trabalho, assinale a opção correta.

- (A) Aplicável às ações que tenham por objeto pretensões cujo valor não suplante sessenta salários mínimos, não há possibilidade de fracionamento da audiência, a qual deve ser realizada em uma única oportunidade, sob pena de nulidade.
- (B) Sobrevindo condenação em ação proposta sob o rito sumaríssimo em face de autarquia federal, será obrigatória a submissão da sentença ao duplo grau de jurisdição, sob pena de nulidade.
- (C) Inexistindo indicação do valor do pedido deduzido, deve o magistrado indeferir de plano a inicial, arquivando a reclamação.
- (D) Cada parte pode indicar até três testemunhas, que devem comparecer à audiência em qualquer hipótese, independentemente de intimação, sob pena de preclusão.

**A:** incorreta, pois de acordo com o art. 852-A da CLT serão submetidas ao procedimento sumaríssimo as causas cujo valor não exceda 40 salários mínimos; **B:** incorreta, pois nos termos do art. 852-A, parágrafo único, da CLT, estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte autarquia federal; **C:** correta, pois de acordo com o art. 852-B, inciso I, da CLT, deverá o autor fazer pedido certo ou determinado. O não atendimento a este requisito importará no arquivamento da reclamação; **D:** incorreta, pois nos termos do art. 852-H, § 2º, da CLT cada parte poderá indicar duas testemunhas.

„C.“ Gabarito

(FGV – 2010) Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, a demanda trabalhista contra uma empresa de economia mista, no valor de trinta vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação, ficará submetida ao procedimento:

- (A) sumário;
- (B) sumaríssimo;
- (C) ordinário;
- (D) especial;
- (E) comum.

**A:** incorreta, pois o procedimento sumário, também conhecido como procedimento de alçada, será observado nas demandas cujo valor não ultrapasse 2 salários mínimos; **B:** correta, pois, em conformidade com o art. 852-A, *caput*, da CLT, as causas cujo valor não ultrapassar 40 salários mínimos, serão submetidas ao procedimento sumaríssimo. Ademais, a sociedade de economia mista não está elencada no rol de pessoas proibidas de demandar pelo procedimento sumaríssimo, previsto no art. 852-A, parágrafo único, da CLT; **C:** incorreta, pois somente as causas cujo valor ultrapassar 40 salários mínimos serão submetidas ao procedimento ordinário; **D:** incorreta, pois não há rito especial para

a demanda objeto de questionamento. Podemos citar como exemplos de rito especial a ação rescisória, que possui um capítulo próprio no CPC (arts. 966 e seguintes do CPC/2015) e, também, o mandado de segurança, cujo rito vem disposto na Lei. 12.016/2009; **E:** incorreta, pois a expressão “comum” se refere, também, ao procedimento ordinário. O procedimento ordinário é reservado para as causas cujo valor exceda 40 salários mínimos.

„B.“ Gabarito

## 6. RECURSOS

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Considerando que uma empresa que se encontre em liquidação extrajudicial apresente recurso ordinário de uma sentença de 1º grau, mas não efetue o pagamento das custas, tampouco realize o depósito recursal, assinale a opção correta.

- (A) As empresas em liquidação extrajudicial equiparam-se a uma massa falida, por isso gozam do privilégio de não precisar efetuar o depósito recursal, nem recolher as custas processuais para recorrer.
- (B) O recurso da empresa deve ser considerado deserto, pois empresa em liquidação extrajudicial não goza do mesmo benefício concedido às massas falidas.
- (C) O juiz deve mandar intimar a empresa para fazer o recolhimento das custas e efetuar o depósito recursal, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de o recurso ser considerado deserto.
- (D) O juiz deve mandar processar o recurso da forma como se encontra, e o tribunal julgará a questão do pagamento das custas e do depósito recursal.

**A:** incorreta, pois a empresa em liquidação extrajudicial não pode ser equiparada à massa falida e, portanto, não goza do privilégio de isenção de depósito recursal, em conformidade com a Súmula 86 do TST. Vale dizer que, nos termos do art. 899, § 10 da CLT são isentos do depósito recursal os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial; **B:** correta, pois reflete o entendimento consubstanciado na Súmula 86 do TST; **C:** incorreta, pois o magistrado não pode intimar a parte para efetuar o depósito recursal; **D:** incorreta, pois o juiz de 1º grau realizará o exame de admissibilidade do recurso, analisando o preenchimento dos pressupostos recursais e na ausência de qualquer um dos pressupostos, deverá negar seguimento ao recurso.

„B.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Alfredo, advogado da empresa Casa Nova, apresentou recurso de revista contra acórdão do tribunal regional do trabalho (TRT) que teria sido desfavorável à empresa. Nos fundamentos do recurso, Alfredo argumentou que o depoimento da única testemunha apresentada pelo reclamante não havia comprovado o direito alegado na inicial e que, portanto, a sentença de 1º grau, confirmada no TRT, deveria ser reformada. Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- (A) O recurso de revista deve ser conhecido e provido pelo TST, já que a prova apresentada pelo reclamante no processo não foi suficiente para comprovar o seu direito.
- (B) O advogado da empresa deveria ter interposto, juntamente com o recurso de revista, o recurso extraordinário para o STF.



- (C) Não é cabível a interposição de recurso de revista para reexame de fatos e provas.
- (D) Como a sentença de 1º grau foi confirmada pelo TRT, não seria cabível a interposição de qualquer recurso para o TST.

**A:** incorreta, pois o recurso não pode ser conhecido, tampouco provido. O recurso de revista é um recurso de natureza extraordinária, na medida em que não se presta para o reexame de fatos e provas, a teor da Súmula 126 do TST; **B:** incorreta, pois ambos os recursos não se prestam para o reexame de fatos e provas. Ademais, não é possível a interposição desses dois recursos simultaneamente; **C:** correta, pois reflete o disposto na Súmula 126 do TST; **D:** incorreta, pois não é pelo fato da sentença ter sido confirmada que não cabe recurso, mas sim porque no caso apresentado a parte pretende o reexame de fatos e provas, o que não é permitido em sede de recurso de revista.

Gabarito C.

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Contra as decisões dos juízes do trabalho, nas execuções, cabe(m)

- (A) recurso ordinário;
- (B) apelação;
- (C) agravo de petição;
- (D) embargos do devedor.

**A:** incorreta, pois na fase de execução não há possibilidade de interposição de recurso ordinário, que tem previsão legal no art. 895 da CLT; **B:** incorreta, pois no processo do trabalho não existe o recurso de apelação; **C:** correta, em conformidade com o art. 897, a, da CLT; **D:** incorreta, pois os embargos do devedor possuem natureza jurídica de ação e está previsto no art. 884 da CLT.

Gabarito C.

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Assinale a opção correta no que diz respeito a recurso de revista na Justiça do Trabalho.

- (A) Das decisões proferidas pelos tribunais regionais ou por suas turmas, na fase executória, em nenhuma hipótese cabe recurso de revista.
- (B) Das decisões proferidas pelos tribunais regionais ou por suas turmas, na fase executória, não cabe recurso de revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.
- (C) Das decisões proferidas pelo juízo de primeiro grau na fase executória, não cabe recurso de revista, salvo na hipótese de dúvida de interpretação de lei federal.
- (D) Das decisões proferidas pelo juízo de primeiro grau na fase executória, não cabe recurso de revista, salvo na hipótese de violação de Súmula do próprio tribunal regional a cuja jurisdição esteja ele subordinado.

**A:** incorreta, pois na fase de execução permite-se a interposição de recurso de revista em caso de ofensa direta e literal da CF, nos termos do art. 896, § 2º, da CLT; **B:** correta, pois reflete o disposto no art. 896, § 2º, da CLT; **C:** incorreta, pois não se admite recurso de revista de dúvida de interpretação de lei federal; **D:** incorreta, pois não será possível a interposição de recurso de revista na fase de execução por violação de Súmula do TRT.

Gabarito B.

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) O recurso adesivo, embora não esteja disciplinado de forma expressa na CLT, é compatível com o processo do trabalho. O prazo para a interposição de um recurso adesivo ao recurso de revista é de

(A) 5 (cinco) dias.

- (B) 8 (oito) dias.
- (C) 10 (dez) dias.
- (D) 15 (quinze) dias.

Não há previsão legal do recurso adesivo na CLT, sendo o art. 997, §§ 1º e 2º, do CPC/2015 aplicado subsidiariamente ao processo do trabalho por força do art. 769 da CLT e art. 15 CPC/2015. Por meio da Súmula 283, o TST entendeu que o recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho e cabe, no prazo de 8 (oito) dias, nas hipóteses de interposição de recurso ordinário, de agravo de petição, de recurso de revista e de embargos no TST, sendo desnecessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária. Vale dizer, ainda, que o recurso adesivo está sujeito ao preparo, se for o caso.

Gabarito B.

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) Severino, advogado da empresa Solar Ltda., interpôs agravo de instrumento contra decisão do presidente de tribunal regional do trabalho (TRT), que negou seguimento a recurso de revista. O prazo para a interposição do agravo de instrumento é de 8 (oito) dias. A decisão que negou seguimento a referido recurso foi publicada no Diário da Justiça em uma sexta-feira, 13/7/2007. Como o dia 23/7/2007 foi feriado local, Severino protocolou o recurso no dia 24/7/2007, sem, contudo, juntar cópia aos autos da prova do feriado local, para atestar que o TRT não teve expediente no citado dia. A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- (A) A parte deve comprovar, quando da interposição do recurso, a existência de feriado local ou de dia útil em que não haja expediente forense para justificar a prorrogação do prazo recursal.
- (B) Caberia ao relator do processo no Tribunal Superior do Trabalho solicitar ao TRT a comprovação do feriado local.
- (C) Cabe ao TRT providenciar a juntada aos autos da respectiva certidão comprovando a existência de feriado local, com o não funcionamento do foro no respectivo dia.
- (D) Não existe necessidade de prova do feriado, nem de certidão emitida pelo TRT, já que o feriado local é constituído por lei estadual, publicada no respectivo Diário Oficial.

**A:** correta, pois reflete o disposto na Súmula 385, I, do TST; **B:** incorreta, pois comprovar a existência de feriado local é ônus da parte. Isso porque, o juiz tem o dever de conhecer a lei federal, mas não tem obrigação de conhecer de ofício sobre leis estaduais ou municipais que criam feriados ou em que não há expediente forense; **C:** incorreta, pois cabe à parte comprovar a existência de feriado local; **D:** incorreta, pois há necessidade de comprovar a existência de feriado local, pelo fato do juiz não ter obrigação de conhecer leis estaduais ou municipais que criam feriados, como tratado na Opção C.

Gabarito A.

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) O recurso de revista possui a característica de ser uma espécie de recurso extraordinário. Sendo assim, o prazo para a interposição do citado recurso é de

- (A) 5 (cinco) dias.
- (B) 8 (oito) dias.
- (C) 10 (dez) dias.

(D) 15 (quinze) dias.

O recurso de revista está disposto no art. 896 da CLT e o prazo para sua interposição, nos termos do art. 6º da Lei 5.584/1970, é de 8 (oito) dias.

Gabário "B"

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) Considerando que a Lei n. 10.035/2000 autorizou o INSS a recorrer dos acordos que contenham parcelas indenizatórias, assinale a opção correta.

- (A) Apesar da possibilidade de recurso do INSS, o acordo homologado pelo juiz torna-se definitivo e põe fim ao processo.
- (B) Caberá ao juiz, nessas situações, avaliar a pertinência ou não da intimação do INSS.
- (C) O INSS deverá ser intimado das decisões homologatórias de acordos que contenham parcela indenizatória, sendo-lhe facultado interpor recurso relativo às contribuições que lhe forem devidas.
- (D) Não existe necessidade de intimação do INSS, pois a Lei n. 10.035/2000 apenas previu possibilidade de recurso por parte do INSS, mas não a obrigatoriedade de recorrer.

**A:** incorreta, pois o processo será extinto após o cumprimento integral do acordo; **B:** incorreta, pois nos termos do art. 832, § 4º, da CLT a intimação do INSS é obrigatória; **C:** correta, pois reflete o disposto no art. 832, § 4º, da CLT; **D:** incorreta, pois o art. 832, § 4º, da CLT determina a necessidade de intimação do INSS ao se utilizar da expressão "A União será intimada..."

Gabário "C"

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) No que diz respeito ao recurso de revista, assinale a opção correta.

- (A) O prazo para a interposição do recurso, em razão de sua natureza extraordinária, é de 15 (quinze) dias.
- (B) Nas razões do recurso de revista, é vedada a discussão a respeito de afronta direta e literal à Constituição Federal, já que tal matéria cabe apenas a análise do STF.
- (C) Não cabe recurso de revista para discutir interpretação de cláusula de contrato de trabalho.
- (D) Em sede de recurso de revista, não é cabível nenhum tipo de depósito recursal.

**A:** incorreta, pois nos termos do art. 6º da Lei 5.584/1970, o prazo para interposição do recurso de revista é de 8 (oito) dias; **B:** incorreta, pois a alínea "c" do art. 896 da CLT permite a interposição do recurso de revista contra decisões proferidas com violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal; **C:** correta, pois dada sua natureza extraordinária, não se admite recurso de revista para reexame de fatos e provas, nos termos da Súmula 126 do TST; **D:** incorreta.

Gabário "C"

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Em processo movido contra determinada empresa, o juiz, na sentença de primeiro grau, julgou procedente o pedido formulado na inicial e estabeleceu como valor da condenação a quantia de R\$ 8.500,00. Ao interpor o recurso ordinário, o advogado da empresa efetuou um depósito recursal no valor de R\$ 5.000,00. Considerando-se, hipoteticamente, que a tabela de interposição de recursos estabeleça o recolhimento de R\$ 5.000,00 para interposição de recurso ordinário, R\$ 7.000,00 para interposição de recurso de revista e

R\$ 9.000,00 para interposição de recurso extraordinário e considerando-se, ainda, que a sentença não foi reformada, a quantia que o advogado deve depositar para interpor o recurso de revista é de

- (A) R\$ 7.000,00.
- (B) R\$ 8.500,00.
- (C) R\$ 3.500,00.
- (D) R\$ 5.000,00.

A empresa reclamada deve efetuar o depósito recursal até atingir o valor da condenação. Atingido o valor da condenação não há necessidade de depósito de valor superior, tendo em vista que o depósito recursal objetiva a garantia do débito trabalhista para a execução da dívida. Assim, nos termos da Súmula 128, I do TST, para a interposição do recurso de revista, deverá a reclamada efetuar o depósito recursal de R\$ 3.500,00. Vale dizer que a tabela de valores de depósito recursal é atualizada anualmente pelo TST. Sobre o tema veja Instruções Normativas 3, 15, 18 e 26 do TST.

Gabário "C"

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Assinale a opção correspondente ao recurso cabível das decisões proferidas pelo juiz do trabalho em sentença de execução.

- (A) Recurso ordinário.
- (B) Agravo de petição.
- (C) Embargos do devedor.
- (D) Agravo de instrumento.

**A:** incorreta, pois na fase de execução de sentença não é possível a interposição de recurso ordinário, nos termos do art. 895 da CLT; **B:** correta, nos termos do art. 897, "a", da CLT; **C:** incorreta, pois o embargo do devedor (art. 884 da CLT) não possui natureza jurídica de recurso, mas sim de ação; **D:** incorreta, pois o agravo de instrumento (art. 897, "b", da CLT) é o recurso utilizado para destrancar recurso que teve negado seu seguimento.

Gabário "B"

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) A pessoa jurídica Ômega, com sede em São Paulo, celebrou contrato de empreitada para a construção de um edifício na cidade de Fortaleza – CE. Para execução da avença, Ômega contratou diversos empregados moradores do município de Fortaleza. Durante as obras, Mário, que exercia a função de pedreiro, por não utilizar equipamentos de proteção individual, caiu do terceiro andar do edifício em construção, objeto do contrato de empreitada. Em virtude desse acidente, Mário perdeu a perna esquerda e a visão de um dos olhos. Inconformado, ajuizou ação de indenização por danos morais e estéticos contra sua empregadora. Ômega contestou a pretensão de Mário e apresentou exceção de incompetência, que foi julgada improcedente, em 10/5/2005. O juiz da causa, em 20/3/2006, proferiu sentença que julgou procedente o pedido de Mário e condenou Ômega ao pagamento de indenização no valor de R\$ 150.000,00. A partir da situação hipotética acima descrita, assinale a opção correta.

- (A) Considere que Ômega tenha recebido notificação postal, em sua sede, em São Paulo, que informava o teor da sentença condenatória. Nesse caso, o prazo para interposição do recurso ordinário se inicia no dia da juntada aos autos da notificação.
- (B) É permitido, tanto às partes quanto aos seus procuradores, obter certidões do referido processo, indepen-

dentemente de despacho do juiz, ainda que aquele tramite em segredo de justiça.

- (C) Para interposição de recurso ordinário, Ômega deve recolher R\$ 3.000,00 a título de custas processuais, acrescidos do valor correspondente ao depósito recursal.
- (D) Em sede de recurso ordinário, é desfeito a Ômega arguir a incompetência do juízo.

**A:** incorreta, pois nos termos do art. 851, 1º, da CLT, em regra, o prazo para interposição do recurso se inicia com a juntada da sentença aos autos, o que deve acontecer em até 48 horas contados da audiência de julgamento. Caso a sentença não seja juntada nesse período, o prazo para interposição do recurso será contado a partir da data em que a parte receber a intimação da sentença, nos termos da Súmula 30 do TST; **B:** incorreta, pois nos termos do art. 781, parágrafo único, da CLT as certidões dos processos que correrem em segredo de justiça dependerão de despacho do juiz ou presidente; **C:** correta, pois para a interposição do recurso deverá a parte observar o pressuposto do preparo, que consiste no recolhimento das custas e depósito recursal. Com relação às custas, a teor do art. 789, inciso I, da CLT, serão calculadas à base de 2% sobre o valor da condenação. Nessa linha, o § 1º, do mesmo dispositivo legal, ensina que em caso de recurso, as custas serão pagas e comprovado o recolhimento dentro do prazo recursal. Com relação ao depósito recursal, o art. 7º da Lei 5.584/1970 exige que este seja feito e comprovado no prazo do recurso. Nesse sentido, veja a Súmula 245 do TST. Com relação ao valor do depósito recursal veja a Súmula 128 do TST; **D:** incorreta, pois o fato de ter a empresa arguido a incompetência do juízo no momento oportuno em 1º grau de jurisdição, legitima a arguição em sede de recurso. Veja, também, o art. 799, § 2º, da CLT.

“Gabarito”

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) Fernando ajuizou reclamação trabalhista contra sua antiga empregadora, a pessoa jurídica Gama, alegando direito a estabilidade provisória, em virtude do registro de sua candidatura para o cargo de dirigente sindical, pedindo sua reintegração ao emprego e, alternativamente, o pagamento das verbas rescisórias devidas. Gama apresentou contestação sob a alegação de que não houvera, da parte do sindicado, comunicação oportuna, que tivesse informado a respeito da candidatura de Fernando e sob o argumento de que todas as verbas haviam sido pagas corretamente. A primeira instância julgou parcialmente procedente o pedido de Fernando, condenando Gama ao pagamento das verbas rescisórias devidas. Ambos recorreram. Na segunda instância, a sentença foi mantida. Dessa decisão, somente Fernando interpôs recurso de revista, que foi protocolado no nono dia, em virtude de feriado criado por lei estadual. Como fundamento do recurso de revista, Fernando alegou dissídio jurisprudencial não específico. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- (A) É incabível a interposição de recurso adesivo ao recurso de revista de Fernando.
- (B) O fato de o dissídio jurisprudencial não ter sido específico não inviabiliza a apreciação do recurso de revista, que deve ser conhecido.
- (C) Para comprovação da tempestividade do recurso de revista, Fernando deve comprovar a existência do feriado estadual.
- (D) Qualquer omissão existente no acórdão que julgar o recurso de revista interposto deve ser objeto de embargos à SDI-1, do Tribunal Superior do Trabalho, não

ocorrendo preclusão se não forem opostos embargos declaratórios.

**A:** incorreta, pois em conformidade com a Súmula 283 do TST, o recurso adesivo (art. 997, §§ 1º e 2º, do CPC/2015) é aplicado subsidiariamente ao processo do trabalho por força do art. 769 da CLT e art. 15 CPC/2015; **B:** incorreta, pois nos termos da Súmula 296, I, do TST, a divergência jurisprudencial ensejadora da admissibilidade, do prosseguimento e do conhecimento do recurso há de ser específica, revelando a existência de teses diversas na interpretação de um mesmo dispositivo legal, embora idênticos os fatos que as ensejaram; **C:** correta, pois reflete o disposto na Súmula 385, I, do TST; **D:** incorreta, pois as hipóteses de cabimento de embargos à SDI do TST estão dispostas no art. 894, II, da CLT. Ademais, nos termos da Súmula 297, II, do TST, incumbe à parte interessada, desde que a matéria haja sido invocada no recurso principal, opor embargos declaratórios objetivando o pronunciamento sobre o tema, sob pena de preclusão.

“C”, o gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) Justiniano ajuizou reclamação trabalhista contra seu antigo empregador, a pessoa jurídica Zeta, pleiteando o recebimento de complementação de aposentadoria, indevidamente suprimida, e verbas trabalhistas. O juízo de primeira instância, em 22/8/2003, ao analisar a questão, julgou parcialmente procedente o pedido de Justiniano, condenando Zeta ao pagamento das verbas, observando-se o prazo prescricional das parcelas anteriores a 5 (cinco) anos do ajuizamento da ação, e improcedente o pedido de complementação de aposentadoria. Justiniano e Zeta recorreram. O recurso de Justiniano não foi conhecido por sua manifesta intempestividade. O recurso de Zeta foi improvido. Zeta, então, interpôs recurso de revista, que foi julgado procedente, considerando-se indevida a condenação ao pagamento das verbas rescisórias. O acórdão transitou em julgado no dia 13.03.2004. Inconformado, Justiniano ajuizou ação rescisória pedindo a desconstituição do acórdão, para condenar Zeta ao pagamento das verbas trabalhistas e da complementação da aposentadoria. Com relação à situação hipotética descrita, assinale a opção incorreta.

- (A) Considere que o tribunal, ao analisar a ação rescisória ajuizada por Justiniano, profira decisão condenando Zeta. Nesse caso, para interposição do recurso ordinário desse acórdão, Zeta deve recolher o valor do depósito recursal.
- (B) A competência para julgar a referida ação rescisória, relativamente aos dois pedidos, é do tribunal regional do trabalho.
- (C) O prazo decadencial para a propositura de ação rescisória que vise desconstituir a decisão que julgou improcedente o pedido de condenação de Zeta ao pagamento de complementação de aposentadoria iniciou-se em 30/8/2003.
- (D) É juridicamente impossível o pedido de desconstituição do acórdão quanto à decisão que julgou improcedente o pedido de condenação de Zeta ao pagamento de complementação de aposentadoria.

**A:** correta, pois para a interposição de recurso deverá a parte comprovar o recolhimento das custas, nos termos do art. 789 e seguintes da CLT e depósito recursal, em conformidade com o art. 7º da Lei 5.584/1970. Veja, também, as Súmulas 128 e 245 do TST; **B:** incorreta, devendo ser assinalada, pois quanto ao pedido de verbas trabalhistas, a competência será do TRT, nos termos do art. 678, I, “c”, 2, da CLT, tendo em vista

que o acórdão do TST não apreciou o mérito do pedido de Justiniano no seu recurso de revista. Já com relação ao pedido de complementação de aposentadoria, como o TST se pronunciou quanto ao mérito daquele recurso, a competência será do TST, nos termos dos arts. 2º, I, c, e 3º, I, a, da Lei 7.701/1988 (Regimento Interno do TST); **C**: correta, pois o prazo decadência para propositura da ação rescisória se iniciará no dia 30/08/2003, nos termos da Súmula 100, I e II, do TST; **D**: correta, nos termos do art. 966, V, do CPC/2015.

„B. oitavo“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Renato ajuizou reclamação trabalhista contra sua antiga empregadora. A sentença de primeira instância julgou improcedente o pedido de Renato. Inconformado com a decisão, Renato interpôs recurso ordinário. O TRT, ao analisar o referido recurso, reformou a sentença e condenou a reclamada ao pagamento de R\$ 4.000,00 a título de verbas rescisórias. A reclamada protocolou recurso de revista, no quinto dia do prazo, e juntou o comprovante da realização do depósito recursal somente no oitavo dia do prazo recursal. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção incorreta.

- (A) Para a interposição de recurso de revista é necessária a realização de depósito recursal, no valor de R\$ 4.000,00.
- (B) Se for aumentado o valor inicialmente atribuído à condenação, será necessária a complementação do depósito recursal para a interposição do recurso extraordinário.
- (C) O recurso deve ser considerado deserto, em face de o depósito recursal ter sido efetivado apenas no oitavo dia do prazo e não juntamente com a interposição do recurso.
- (D) Na fase de execução, após garantido o juízo, não há necessidade de realização de depósito recursal, como pressuposto de admissibilidade dos recursos.

**A**: correta, pois nos termos do art. 7º da Lei 5.584/1970 é ônus da parte recorrente efetuar o depósito legal, integralmente, em relação a cada novo recurso interposto, sob pena de deserção; **B**: correta, pois a Súmula 128, I, do TST entende que atingido o valor da condenação, nenhum depósito mais é exigido para qualquer recurso; **C**: incorreta, devendo ser assinalada, pois nos termos da Súmula 245 do TST, o depósito recursal deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso. A interposição antecipada deste não prejudica a dilação legal; **D**: correta, pois reflete o disposto na Súmula 128, II, do TST.

„C.“ Gabarito

(FGV – 2010) Assinale a alternativa que apresente um pressuposto processual subjetivo dos recursos da Justiça do Trabalho.

- (A) Previsão legal.
- (B) Capacidade.
- (C) Adequação.
- (D) Tempestividade.
- (E) Preparo.

Pressupostos recursais subjetivos ou intrínsecos dizem respeito à pessoa do recorrente. São eles: legitimidade, capacidade e interesse. Pressupostos recursais objetivos ou extrínsecos dizem respeito ao recurso em si. São eles: recorribilidade do ato, representação, adequação, tempestividade e preparo, que se subdivide em: custas e depósito recursal.

„B.“ Gabarito

(FGV – 2004) Da sentença proferida por juiz trabalhista nos Embargos à Execução, cabe:

- (A) agravo de petição;
- (B) embargos infringentes;
- (C) recurso ordinário;
- (D) apelação;
- (E) recurso de revista.

**A**: correta, em conformidade com o art. 897, a, da CLT; **B**: incorreta, pois nos termos do art. 894, I, a, da CLT, os embargos infringentes, são cabíveis da decisão não unânime de julgamento que conciliar, julgar ou homologar conciliação em dissídios coletivos; **C**: incorreta, pois recurso ordinário é cabível contra as decisões definitivas ou terminativas, proferidas pela vara do trabalho ou dos TRTs em sua competência originária; **D**: incorreta, pois não existe o recurso de apelação nos domínios do processo do trabalho; **E**: incorreta, pois o recurso de revista é cabível contra as decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos TRTs.

„A.“ Gabarito

## 7. EXECUÇÃO

(FGV – 2004) No processo trabalhista, garantida a execução ou penhorados os bens, o executado terá, para apresentar embargos, o prazo de:

- (A) 15 (quinze) dias.
- (B) 10 (dez) dias.
- (C) 8 (oito) dias.
- (D) 5 (cinco) dias.
- (E) 48 (quarenta e oito) horas.

O prazo para apresentação de embargos à execução é de 5 (cinco) dias, conforme art. 884, *caput*, da CLT.

„D.“ Gabarito

## 8. AÇÕES ESPECIAIS

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) Pedro e a empresa Mar Grande pactuaram acordo para resolução de reclamação trabalhista. Formalizaram o acordo por escrito, e encaminharam petição ao juiz, com cópia do acordo em anexo, formulando pedido de homologação. O juiz, contudo, não homologou o acordo. Pedro, então, impetrou mandado de segurança contra o juiz, pleiteando a homologação do acordo via concessão de segurança. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- (A) A homologação do acordo constitui uma faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança.
- (B) Não é cabível mandado de segurança na Justiça do Trabalho.
- (C) O desembargador designado relator deve conceder a segurança, pois caberia ao juiz a homologação do acordo, uma vez que a vontade das partes deve prevalecer.
- (D) O desembargador designado relator não deve sequer conhecer as razões do mandado de segurança, já que o juiz de 1º grau não seria autoridade coatora, sendo, portanto, parte ilegítima.

**A**: correta, pois reflete o disposto na Súmula 418 do TST; **B**: incorreta, pois se admite mandado de segurança na Justiça do Trabalho, nos

termos do art. 114, IV, da CF.; **C**: incorreta, pois contraria o entendimento consubstanciado na Súmula 418 do TST; **D**: incorreta, pois não há ato ilegal ou abusivo.

Gabartito "A"

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) Sob a sistemática da Justiça do Trabalho, no inquérito judicial contra empregado estável, o número máximo de testemunhas que cada parte poderá arrolar é igual a

- (A) 2.
- (B) 3.
- (C) 5.
- (D) 6.

**A**: incorreta, pois 2 é o número máximo de testemunhas nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, conforme art. 852-H, § 2º, da CLT; **B**: incorreta, pois 3 é o número máximo de testemunhas nas causas sujeitas ao procedimento ordinário, conforme art. 821, primeira parte, da CLT; **C**: incorreta, não existe tal previsão legal; **D**: correta, pois nos termos do art. 821, parte final, da CLT, no inquérito judicial para apuração de falta grave (art. 853 e ss. da CLT), cada parte poderá indicar somente 6 testemunhas.

Gabartito "D"

## 9. TEMAS COMBINADOS

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Assinale a opção correta em relação ao direito processual.

- (A) Ainda que a competência em razão da matéria seja trabalhista, em se tratando de “relação de emprego” em que se discutam danos morais imputados ao empregador em prejuízo do empregado, as normas processuais que devem ser aplicadas são exclusivamente as do direito processual civil.
- (B) Em nenhuma hipótese deve-se aplicar norma do direito processual civil em ações trabalhistas.
- (C) Mesmo que a competência em razão da matéria seja trabalhista, em se tratando de mera “relação de trabalho” e não de “relação de emprego”, as normas processuais que devem ser aplicadas são as do direito processual civil.
- (D) Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas deste.

**A**: incorreta, pois a norma processual civil será aplicada nos casos de omissão da lei processual trabalhista e desde que não contrarie os princípios informadores do direito processual do trabalho, de acordo com o art. 769 da CLT; **B**: incorreta, pois contraria o disposto no art. 769 da CLT e art. 15 CPC/2015; **C**: incorreta, veja comentários da Opção “a”; **D**: correta, pois reflete o disposto no art. 769 da CLT.

Gabartito "D"

(FGV – 2010) Com relação aos Dissídios Coletivos, analise as alternativas a seguir:

- I. A competência no Tribunal Superior do Trabalho para julgamento dos dissídios coletivos é da Seção Especializada em Dissídios Coletivos.

II. Os dissídios coletivos de natureza jurídica são aqueles destinados a reavaliar normas e condições coletivas de trabalho preexistentes, que se hajam tornado injustas.

III. O dissídio coletivo é o processo que visa a dirimir controvérsias entre pessoas jurídicas e grupo de empregados determinados, em que se discute interesses concretos de acordo com as normas já existentes no mundo jurídico.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta;
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta;
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas;
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas;
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**I**: correta, pois nos termos do art. 70, I, a, do Regimento Interno do TST, compete à Seção Especializada em Dissídios Coletivos, originariamente, julgar os dissídios coletivos de natureza econômica e jurídica, de sua competência, ou rever suas próprias sentenças normativas, nos casos previstos em lei; **II**: incorreta, pois os dissídios coletivos de natureza jurídica visam à interpretação de norma preexistente. Objetivam interpretar disposição normativa específica da categoria; **III**: incorreta, pois o dissídio coletivo é o processo que visa dirimir conflito de toda uma categoria e com a presença do sindicato como parte na ação e não de empregados determinados.

Gabartito "A"

(FGV – 2010) Com relação às nulidades nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, analise as alternativas a seguir:

- I. Haverá nulidade quando do ato processual puder resultar prejuízo às partes litigantes, ou se houver prejuízo ao direito financeiro ou econômico, decorrente do conflito de direito material.
- II. A incompetência do juízo não poderá ser declarada ex officio pelo magistrado, mas somente arguida pela parte interessada, no primeiro momento em que puder falar nos autos.
- III. A nulidade do ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependam ou sejam consequência.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta;
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta;
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas;
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas;
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**I**: incorreta, pois nos termos do art. 794 da CLT, nos processos trabalhistas, só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes; **II**: incorreta, pois a incompetência do juízo, é critério de competência absoluta e, portanto, poderá ser conhecida de ofício pelo juiz; **III**: correta, pois reflete o disposto no art. 798 da CLT.

Gabartito "B"



# 12. DIREITO AMBIENTAL

Wander Garcia

## 1. INTRODUÇÃO E PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL

(FGV – 2008) Com base no artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, analise as afirmativas a seguir: I. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados. II. São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais. III. As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei estadual e federal, sem o que não poderão ser instaladas. Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

I: Correta, é o que dispõe o art. 225, § 3º, da CF; II: Correta, conforme estatui o art. 225, § 5º, da CF; III: Incorreta (art. 225, § 6º, da CF – só lei federal!).

„B.“ Gabarito

(FGV – 2007) A respeito dos princípios fundamentais do Direito Ambiental, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A orientação do princípio poluidor-pagador é pela internalização das externalidades ambientais negativas das atividades potencialmente poluidoras, buscando evitar a socialização dos ônus e a privatização dos bônus.
- (B) Pelo princípio da prevenção, sempre que houver perigo da ocorrência de um dano grave ou irreversível, a ausência de certeza científica absoluta não deverá ser invocada como razão para se adiar a adoção de medidas eficazes, a fim de evitar a degradação ambiental.
- (C) A defesa do meio ambiente é um dos princípios gerais da atividade econômica e deve ser observada inclusive mediante tratamento diferenciado para produtos e serviços em razão do impacto ambiental decorrente de sua produção ou execução.
- (D) O artigo 225 da Constituição da República consagra o princípio da intervenção estatal obrigatória na defesa do meio ambiente.
- (E) A Constituição da República consagra o princípio da solidariedade intergeracional, ao conferir ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

A: correta. Vide Princípio 16 da Declaração do Rio (produzida na ECO/92), cujo texto é o seguinte – “As autoridades nacionais devem procurar promover a internacionalização dos custos ambientais e o uso de instrumentos econômicos, tendo em vista a abordagem segundo a qual o poluidor deve, em princípio, arcar com o custo da poluição, com a devida atenção ao interesse público e sem provocar distorções no comércio e nos investimentos internacionais”; B: incorreta, devendo ser assinalada, pois contraria a previsão contida no Princípio 15 da Declaração do Rio (produzida na ECO/92), cujo texto é o seguinte – “Com o fim de proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deverá ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental”; C: correta, corresponde ao disposto no art. 170, VI, da CF; D: correta, o princípio está no *caput* do art. 225 da CF, encontrando especificações no § 1º do mesmo artigo; também decorre dos dispositivos da Lei 6.938/1981; E: correta, consoante dispõe o art. 225, *caput*, da CF e art. 6º da Lei 11.428/2006 (Lei de Proteção da Mata Atlântica).

„B.“ Gabarito

(Defensor Público/SP – 2012 – FCC) A inversão do ônus da prova em Ação Civil Pública em matéria ambiental, conforme entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, consolidado no julgamento do Recurso Especial nº 1.060.753/SP, de relatoria da Ministra Eliana Calmon, tem como fundamento normativo principal, além da relação interdisciplinar entre as normas de proteção ao consumidor e as de proteção ambiental e o caráter público e coletivo do bem jurídico tutelado, o princípio

- (A) da precaução.
- (B) da função ambiental da propriedade.
- (C) do usuário-pagador.
- (D) do desenvolvimento sustentável.
- (E) da cooperação.

De acordo com a decisão citada, “o princípio da **precaução** pressupõe a inversão do ônus probatório, competindo a quem supostamente promoveu o dano ambiental comprovar que não o causou ou que a substância lançada ao meio ambiente não lhe é potencialmente lesiva”. Assim, a alternativa “A” é a correta.

„A.“ Gabarito

(Magistratura/MG – 2012 – VUNESP) Em se considerando que o princípio da precaução e o princípio da prevenção já se encontram instrumentalizados no artigo 225, *caput*, da Constituição da República, é correto afirmar que

- (A) se adota o princípio da prevenção quando há dúvida científica sobre o potencial danoso de uma ação que interfira no ambiente.
- (B) se adota o princípio da precaução quando conhecidos os males que a ação causa ao ambiente.
- (C) o princípio da precaução pressupõe a inversão do ônus probatório.

- (D) o princípio da prevenção derroga o princípio da precaução se estiverem em rota de colisão quando da solução de um caso concreto.

**A:** incorreta, pois, em caso de dúvida científica, aplica-se o princípio da *precaução* e não da *prevenção*; **B:** incorreta, pois, não havendo dúvida científica (ou seja, conhecidos os males que a ação causa ao meio ambiente), aplica-se o princípio da *prevenção* e não da *precaução*; **C:** correta; o princípio da precaução leva à adoção do “in dubio, pro societate”, que implica na inversão do ônus da prova, para que o empreendedor tenha o ônus de demonstrar que não haverá dano ao meio ambiente; **D:** incorreta, pois cada princípio tem um âmbito de incidência (um em caso de certeza de dano e outro, em caso de dúvida); ademais, os dois princípios levam a tomada de medida comum, no caso, medidas com vistas a impedir o dano ambiental.

Gabário “C”

## 2. DIREITO AMBIENTAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(Promotor de Justiça/MS – 2013 – FADEMS) Em relação ao direito ambiental, é **correto** afirmar que:

- (A) A Constituição Federal, para assegurar a efetividade ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, determina que cabe ao Poder Público exigir, na forma da lei, para a instalação de todas as obras ou atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.
- (B) O Plano Diretor é um dos instrumentos básicos para o pleno desenvolvimento das funções ambientais da cidade e garantir o bem-estar dos seus habitantes, sendo obrigatório quando o município possui mais de vinte mil habitantes.
- (C) É obrigatória a realização de audiências públicas precedendo a implementação de qualquer um dos instrumentos da política ambiental, como modo de garantir a participação da sociedade na política de proteção ambiental.
- (D) A localização de usinas que operem com reator nuclear deve ser definida em lei federal e estadual, sem o que não podem ser instaladas.
- (E) Para a defesa do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conjuntamente com os demais interesses difusos e coletivos, a Constituição Federal prevê, entre outros: a ação direta de inconstitucionalidade, ação civil pública, ação popular, inquérito civil e compromisso de ajustamento de conduta.

**A:** incorreta, pois esse estudo é necessário apenas quando as obras ou as atividades são potencialmente causadoras de **significativo** impacto ambiental (art. 225, § 1º, IV, da CF); do contrário, bastará que se faça um licenciamento ambiental simples; **B:** correta (art. 182, § 1º, da CF); **C:** incorreta, pois não há essa determinação na Constituição Federal e também nos artigos correspondentes da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (arts. 9º e ss. da Lei 6.938/1981); **D:** incorreta, pois a localização em questão deve ser definida apenas em lei federal, e não em lei federal e estadual (art. 225, § 6º, da CF); **E:** incorreta, pois o compromisso de ajustamento de conduta não está previsto na CF, apesar de os demais mencionados estarem.

Gabário “B”

(Magistratura/BA – 2012 – CESPE) No que se refere à previsão constitucional da proteção ao meio ambiente, assinale a opção correta.

- (A) A fim de minimizar os impactos provocados ao meio ambiente pela mineração, a CF impõe àqueles que exploram recursos minerais a elaboração e observância de plano de controle ambiental.
- (B) Compete a todos os entes da Federação, concorrentemente, a execução das normas destinadas à tutela do patrimônio ambiental, ou seja, é concorrente a competência material.
- (C) As terras devolutas necessárias à proteção de ecossistemas naturais deixam de ser indisponíveis após sua arrecadação e incorporação, mediante ação discriminatória, ao patrimônio público.
- (D) Como a CF determina que a fiscalização da pesquisa e da manipulação de material genético deve ser realizada sob a perspectiva ambiental, aplica-se o princípio da precaução a esse tema.
- (E) A constitucionalização da proteção ambiental, de forma específica e global, ocorreu sob a égide da Constituição de 1967, tendo a CF ampliado o tratamento dado ao tema.

**A:** incorreta, pois a Constituição não entra nesse nível de detalhe em relação à proteção do meio ambiente em face da exploração mineral, limitando-se a tratar da parte econômica deste último assunto; **B:** incorreta, pois a competência administrativa não é concorrente, mas comum (art. 23, *caput* e incisos VI e VII, da CF); **C:** incorreta, pois tanto as terras devolutas como as terras arrecadadas pelo Estado por ações discriminatórias, desde que necessárias à proteção dos ecossistemas naturais, são indisponíveis (art. 225, § 5º, da CF); **D:** correta (art. 225, § 1º, II, da CF); **E:** incorreta, pois a Constituição de 1988 é que iniciou o tratamento de maneira específica e global do meio ambiente; em 1967 ainda vivíamos a fase de fragmentação das normas ambientais, sendo que tais normas estavam na legislação infraconstitucional e o seu tratamento foi bem pontual.

Gabário “D”

## 3. MEIO AMBIENTE CULTURAL

(Procurador do Município/Cubatão-SP – 2012 – VUNESP) O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, entre outras formas, por meio de

- (A) expropriação.
- (B) vinculação.
- (C) tombamento.
- (D) embargo.
- (E) notificação.

De fato, conforme dispõe o art. 216, § 1º, CF, são instrumentos para a proteção do patrimônio cultural brasileiro: i) inventários; ii) registros; iii) vigilância; iv) tombamento (daí a alternativa C estar correta); v) desapropriação (daí a alternativa A estar incorreta). As demais alternativas (B, D e E) não constituem instrumentos constitucionalmente previstos para a tutela do meio ambiente cultural.

Gabário “C”



#### 4. COMPETÊNCIA EM MATÉRIA AMBIENTAL

(FGV – 2007) A respeito da tutela jurídica do meio ambiente e da repartição de competências administrativas em matéria ambiental, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) No Ordenamento Jurídico brasileiro, meio ambiente é considerado bem jurídico autônomo, definido como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.
- (B) A Constituição da República conferiu tratamento especial ao meio ambiente, dedicando a esse um capítulo específico, incluído no Título “Da Ordem Social”.
- (C) A proteção do meio ambiente, o combate à poluição e a preservação das florestas, da fauna e da flora são de competência comum da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- (D) União, Estados, Municípios e Distrito Federal têm competência comum para proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos, bem como para preservar as florestas, a fauna e a flora.
- (E) As normas para a cooperação entre União, Estados, Municípios e o Distrito Federal no exercício de sua competência executiva comum para proteger o meio ambiente deverão ser fixadas por decreto federal.

**A:** correta (art. 3º, I, da Lei 6.938/1981); **B:** correta (Título VIII, Capítulo VI – art. 225 da CF); **C:** correta (art. 23, VI e VII, da CF); **D:** correta (art. 23, IV e VII, da CF); **E:** incorreta, devendo ser assinalada. As normas de cooperação deverão ser fixadas por leis complementares (art. 23, parágrafo único, da CF).

“E” Gabarito

(Promotor de Justiça/MS – 2013 – FADAMS) À luz da competência para legislar em matéria ambiental, é **correto** afirmar que:

- (A) Em matéria ambiental, não há competência legislativa privativa e suplementar do Município.
- (B) Os Estados, no âmbito da legislação concorrente, não podem legislar sobre matéria ainda não tratada pela União.
- (C) Compete privativamente à União legislar sobre floresta, caça e pesca, com fulcro no princípio da predominância do interesse.
- (D) As normas gerais no âmbito da competência concorrente são atribuídas à União.
- (E) Mesmo que exista atuação normativa por parte da União, o Estado-membro também pode tratar das normas gerais que não atendam somente suas peculiaridades.

**A:** incorreta, pois, em matéria de interesse local, a competência é privativa do Município (art. 30, I, da CF); ademais, o Município pode, sim, suplementar a legislação federal e estadual, no que couber (art. 30, II, da CF); **B:** incorreta, pois, nesse caso (de a União ainda não ter legislado sobre alguma matéria), os Estados podem legislar para atender às suas peculiaridades (art. 24, § 3º, da CF); naturalmente que, uma vez editada uma lei federal geral superveniente sobre o assunto, a legislação estadual correspondente terá sua eficácia suspensa no que for incompatível com a lei federal (art. 24, § 4º, da CF); **C:** incorreta, pois essa competência é concorrente da União, Estados e Distrito Federal

(art. 24, VI, da CF); **D:** correta (art. 24, § 1º, da CF); **E:** incorreta, pois, nesse caso (de a União ter produzido normas gerais), o Estado não pode produzir outras normas gerais a título de atender a suas peculiaridades, pois isso só pode acontecer na hipótese de inexistir normas federais (art. 24, § 3º, da CF); porém, nada impede que os Estados suplementem a legislação federal (art. 24, § 2º, da CF), ou seja, tratem de aspecto não abordado na lei federal ou criem normas com vistas à aplicação local da lei federal.

“D” Gabarito

#### 5. SISNAMA E PNMA

(FGV – 2008) Com base na PNMA, julgue as afirmativas a seguir.

- I. Entende-se por recursos ambientais a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.
- II. O órgão consultivo e deliberativo do SISNAMA é o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.
- III. Compete ao CONAMA decidir, como última instância administrativa em grau de recurso, mediante depósito prévio, sobre as multas e outras penalidades impostas pelo Ibama.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**I:** correta (art. 3º, V, da Lei 6.938/1981); **II:** correta (art. 6º, II, da Lei 6.938/1981); **III:** incorreta, pois tal disposição, que estava prevista no art. 8º, III, da Lei 6.938/1981, foi revogada pela Lei 11.941/2009.

“B” Gabarito

(Juiz de Direito/PE – 2013 – FCC) A Lei Federal nº 6.938/1981 impõe a obrigatoriedade de licenciamento ambiental para as atividades consideradas “efetiva e potencialmente poluidoras”, assim como as “capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental”. Nesse contexto, as competências do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA incluem, dentre outras,

- (A) o estabelecimento de normas e critérios para o licenciamento, especificando quais atividades estarão a ele desde logo sujeitas, bem como o efetivo exercício do licenciamento ambiental, sempre que este estiver sob a alçada da União.
- (B) a definição de quais entidades da Federação são competentes para o licenciamento ambiental, bem como o procedimento administrativo que deverá ser seguido em seus respectivos âmbitos.
- (C) relacionar atividades que estão aprioristicamente sujeitas ao estudo de impacto ambiental (EIA), bem

como disciplinar as espécies de licenças ambientais passíveis de expedição e suas respectivas hipóteses de cabimento.

- (D) a fixação de critérios e padrões de qualidade do meio ambiente e a supervisão da atividade de licenciamento exercida pelos órgãos estaduais e municipais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA.
- (E) homologar o licenciamento ambiental a cargo de órgãos estaduais e municipais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e estabelecer normas e critérios para o licenciamento das atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.

**A:** incorreta, pois o CONAMA, como órgão consultivo e deliberativo, tem competência para o estabelecimento de normas e padrões ambientais (arts. 6º, II, e 8º, I, da Lei 6.938/1981), mas não tem competência para promover o licenciamento ambiental, que é da alçada, na esfera federal, do IBAMA, órgão executor (art. 6º, IV, da Lei 6.938/81); **B:** incorreta, pois a Lei Complementar 140/2011 é que estabelece a competência de cada esfera federativa para o licenciamento ambiental (arts. 7º, XIV, 8º, XIV e XV, e 9º, XIV, da LC 140/2011); **C:** correta, desde que respeitado o disposto na LC 140/2011; **D:** incorreta, pois o CONAMA se limita a estabelecer as normas e critérios para o licenciamento (art. 8º, I, da Lei 6.938/1981); **E:** incorreta, pois o licenciamento ambiental em si não é da competência do CONAMA, e sim das entidades federativas (União, Estados e Municípios) mencionadas nos arts. 7º, XIV, 8º, XIV e XV, e 9º, XIV, da LC 140/2011.

Gabário "C"

## 6. INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DO MEIO AMBIENTE

(FGV – 2005) Tendo em vista o que dispõe o art. 8º da Lei 6.902/1981, sobre áreas reservadas a proteção ambiental, assinale a alternativa correta.

- (A) É ilimitada a implantação de indústrias com potencial de vir a poluir ou afetar a atmosfera.
- (B) É limitado o exercício de atividades capazes de provocar a aceleração de erosão da terra ou acentuado assoreamento das águas existentes.
- (C) É limitado o exercício de atividades que ameacem a extinção de área que tenha por objetivo proteger determinado ecossistema.
- (D) É ilimitado o exercício de atividades de indústria que ponham em risco o ecossistema e seus mananciais de água.
- (E) É ilimitada a implantação de indústrias ou atividades que não ponham em risco de alteração as condições ecológicas locais.

As áreas de proteção ambiental de que trata a Lei 6.902/1981 estarão sujeitas a normas do Poder Executivo limitando ou proibindo as seguintes condutas: "a) a implantação e o funcionamento de indústrias potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de água; b) a realização de obras de terraplenagem e a abertura de canais, quando essas iniciativas importarem em sensível alteração das condições ecológicas locais; c) o exercício de atividades capazes de provocar uma acelerada erosão das terras e/ou um acentuado assoreamento das coleções hídricas; d) o exercício de atividades que ameacem extinguir na área protegida as espécies raras da biota regional." (art. 9º da Lei 6.902/1981)

Gabário "B"

## 7. LICENCIAMENTO AMBIENTAL E EIA/RIMA

(FGV – 2007) Analise as afirmativas a seguir:

- I. Iniciar a construção, a instalação, a ampliação, a reforma ou o funcionamento de estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores sem a prévia obtenção de licença ambiental constitui infração administrativa ambiental.
- II. Compete aos órgãos ambientais estaduais competentes o licenciamento ambiental de atividades localizadas ou desenvolvidas em dois ou mais Estados.
- III. O Estudo Prévio de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) devem ser exigidos e apresentados antes da concessão da Licença Prévia, fase do licenciamento ambiental em que é analisada a localização e viabilidade ambiental do projeto.
- IV. As audiências públicas realizadas no âmbito dos procedimentos de licenciamento ambiental destinam-se a fornecer informações sobre o projeto e seus impactos ambientais, bem como a possibilitar a discussão e o debate sobre o Relatório de Impacto Ambiental. As críticas e sugestões manifestadas durante as audiências públicas vinculam a decisão do órgão ambiental competente a respeito da concessão da licença ambiental ou do seu indeferimento.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**I:** correta, pois, segundo o art. 70 da Lei 9.605/1998, qualquer violação a norma ambiental configura *infração administrativa ambiental*; **II:** incorreta, pois se trata de impacto regional, cujo licenciamento é de competência do IBAMA (art. 4º da Resolução do CONAMA n. 237/1997; art. 7º, XIV, "e", da LC 140/2011); **III:** correta, pois o licenciamento ambiental será orientado justamente pelos estudos e conclusões do EIA/RIMA, valendo salientar que o próprio nome do instituto (estudo *prévio* de impacto ambiental), deixa claro que se trata de estudo *prévio* à concessão de licenças ambientais; **IV:** incorreta, pois as críticas e sugestões feitas não vinculam a autoridade pública; o interessado pode apenas exigir esclarecimentos e complementações (art. 10, VI, da Resolução do CONAMA n. 237/1997), mas não pode impor sua opinião à Administração.

Gabário "B"

(Defensor Público/AM – 2013 – FCC) São ações administrativas da União promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades

- (A) localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pela União, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs).
- (B) localizados ou desenvolvidos em dois ou mais Municípios.
- (C) de alto impacto ambiental.
- (D) localizados ou desenvolvidos em rios federais.
- (E) localizados ou desenvolvidos em terras quilombolas.

**A:** correta (art. 7.º, XIV, “d”, da Lei Complementar 140/2011); **B:** incorreta, pois nesse caso a competência é do Estado (art. 8.º, XIV, da Lei Complementar 140/2011); **C:** incorreta, pois esse não é o critério para a distribuição da competência para o licenciamento ambiental, previsto nos arts. 7.º a 9.º da Lei Complementar 140/2011; **D:** incorreta, pois não há tal previsão no art. 7.º, XIV, da Lei Complementar 140/2011; de qualquer forma, caso se verifique impacto de âmbito regional, atingindo, por exemplo, dois Estados, aí sim a competência para o licenciamento será da União (art. 7.º, XIV, “e”, da Lei Complementar 140/2011); **E:** incorreta, pois não há essa previsão, apesar de haver quanto a empreendimentos localizados ou desenvolvidos em terras indígenas (art. 7.º, XIV, “c”, da Lei Complementar 140/2011).

Gabarrão “A”

## 8. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) Acerca do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, assinale a opção correta.

- (A) As UCs podem ser criadas por decreto do Poder Executivo, mas somente a lei em sentido formal pode autorizar a desafetação ou a redução de seus limites.
- (B) A reserva particular do patrimônio natural é uma UC que visa à conservação da diversidade biológica, cuja criação depende tão somente da manifestação de vontade do proprietário perante o órgão ambiental e da subsequente declaração de interesse social para fins de desapropriação da área.
- (C) Nas unidades de conservação (UCs) de proteção integral, a visitação pública é absolutamente proibida; entretanto, a administração pública pode autorizar a realização de pesquisa científica em tais unidades.
- (D) A reserva extrativista é uma espécie de UC de uso sustentável de domínio coletivo privado, cuja titularidade cabe a populações extrativistas tradicionais, assim reconhecidas pelo poder público.

**A:** correta. De fato, nos termos do art. 22 da Lei 9.985/2000, para criar uma unidade de conservação basta um ato do Poder Público (decreto ou lei); já para reduzir ou desafetar a unidade, apenas mediante lei específica (art. 22, § 7º); **B:** incorreta. A criação da unidade deve obedecer ao art. 22 referido acima; **C:** incorreta. A visitação pública é permitida, atendidos certos requisitos (arts. 8º a 13 da Lei 9.985/2000); **D:** incorreta. Art. 18 da Lei 9.985/2000.

Gabarrão “A”

(FGV – 2009) Observadas as categorias de unidades de conservação, assinale a alternativa que indique a Unidade de Proteção Integral.

- (A) Reserva biológica.
- (B) Reserva extrativista.
- (C) Reserva de fauna.
- (D) Área de proteção ambiental.
- (E) Área de interesse ecológico.

**Unidades de proteção integral** são aqueles espaços territorialmente protegidos, criados por lei ou decreto, que apenas admitem o uso indireto da coisa. Já as **unidades de uso sustentável** também são espaços territoriais especialmente protegidos, criados por lei ou decreto, que admitem o uso direto da coisa, segundo normas mais rigorosas de proteção do meio ambiente. A regulamentação dessas **unidades de conservação** está na Lei 9.985/2000. A Reserva Biológica, prevista no art. 8º, II, da Lei 9.985/2000, é a única do rol previsto nas alternativas da questão, que é considerada unidade de proteção **integral**. As demais

estão no grupo das unidades de **uso sustentável** (art. 14, IV, V, I, II, respectivamente, da Lei 9.985/2000). Por fim, vale mencionar que, apesar de uma unidade de conservação poder ser criada por Ato do Poder Público (normalmente por *decreto ou lei*), para **reduzir** ou **desafetar** (acabar) uma área dessas, é necessário *lei específica*.

Gabarrão

(FGV – 2009) Nos termos da Lei n. 9.985/2000, a unidade de conservação que compreende uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas, é denominada:

- (A) Área de Proteção Ambiental.
- (B) Estação Ecológica.
- (C) Parque Nacional.
- (D) Floresta Nacional.
- (E) Monumento Natural.

O texto acima descreveu a previsão contida no art. 17 da Lei 9.985/2000 que traz a definição de Monumento Natural.

Gabarrão

(Promotor de Justiça/MS – 2013 – FADEMS) O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC é composto pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais. Referido sistema estabelece dois grupos de unidades de conservação, as de Proteção Integral e as de Uso Sustentável. NÃO é Unidade de Proteção Integral:

- (A) Parque Nacional.
- (B) Refúgio de Vida Silvestre.
- (C) Estação Ecológica.
- (D) Área de Proteção Ambiental – APA.
- (E) Monumento Natural.

A APA (Área de Proteção Ambiental) NÃO é Unidade de Proteção Integral, mas Unidade de Uso Sustentável, nos termos do art. 14, I, da Lei 9.985/2000. Já o Parque Nacional, o Refúgio de Vida Silvestre, a Estação Ecológica e o Monumento Natural, esses sim são Unidades de Proteção integral, nos termos do art. 8º, III, V, I e IV, respectivamente, da Lei 9.985/2000.

Gabarrão

(Defensor Público/SP – 2012 – FCC) No Estado do Acre, onde, a partir da década de 1970, iniciou-se um processo acelerado de desmatamento da floresta para dar lugar a grandes pastagens de gado, Chico Mendes, junto ao movimento local dos seringueiros, desenvolveu práticas pacíficas de resistência para defender a floresta. A sua luta contra a devastação da Floresta Amazônica chamou a atenção do mundo, especialmente em razão da sua morte, ocorrida em 22 de dezembro de 1988. Em vista de tal cenário, com o propósito de proteger áreas de relevância ambiental e regulamentar o disposto no art. 225, § 1.º, I, II, III e VII, da Lei Fundamental de 1988, o legislador infraconstitucional editou a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei nº 9.985/2000). Integra a categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável:

- (A) Estação Ecológica.
- (B) Área de Relevante Interesse Ecológico.
- (C) Reserva Biológica.

- (D) Monumento Natural.  
(E) Refúgio da Vida Silvestre.

**A:** incorreta, pois a assertiva “A” refere-se à Unidade de Proteção Integral (art. 8.º, I, da Lei 9.985/2000); **B:** correta (art. 14, II, da Lei 9.985/2000); **C:** incorreta, pois a assertiva “C” refere-se à Unidade de Proteção Integral (art. 8.º, II, da Lei 9.985/2000); **D:** incorreta, pois a assertiva “D” refere-se à Unidade de Proteção Integral (art. 8.º, IV, da Lei 9.985/2000); **E:** incorreta, pois a assertiva “E” refere-se à Unidade de Proteção Integral (art. 8.º, V, da Lei 9.985/2000).

„Gabarito “B”

## 9. PROTEÇÃO DA FLORA. CÓDIGO FLORESTAL. MATA ATLÂNTICA

(Defensor Público/AM – 2013 – FCC) A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente

- (A) poderá ser autorizada, excepcionalmente, nas restingas estabilizadoras de mangues e nos manguezais, em locais onde a função ecológica do manguezal esteja comprometida, para execução de obras habitacionais e de urbanização, inseridas em projetos de regularização fundiária de interesse social, em áreas urbanas consolidadas ocupadas por população de baixa renda.  
(B) não será autorizada.  
(C) somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública e de interesse social.  
(D) protetora de nascentes, dunas e restingas somente poderá ser autorizada em caso de interesse social.  
(E) poderá ser autorizada desde que haja solicitação tecnicamente fundamentada do proprietário ou possuidor do imóvel.

**A:** correta (art. 8.º, § 2.º, da Lei 12.651/2012); **B:** incorreta, pois há autorização expressa no art. 8.º, § 2.º, da Lei 12.651/2012; **C:** incorreta, pois também é cabível na hipótese de baixo impacto ambiental, na forma da lei, tudo conforme o art. 8.º, *caput*, da Lei 12.651/2012; **D:** incorreta, pois, nesses casos, só é possível a autorização em caso de utilidade pública e não de interesse social (art. 8.º, § 1.º, da Lei 12.651/2012); **E:** incorreta, pois não basta esse tipo de solicitação, sendo necessário que se enquadre nas hipóteses taxativas previstas no art. 8.º da Lei 12.651/2012.

„Gabarito “A”

(Defensor Público/To – 2013 – CESPE) A respeito da proteção e uso das florestas e demais formas de vegetação nativa, assinale a opção correta.

- (A) São áreas de preservação permanente, além das elencadas no Código Florestal, as áreas cobertas com florestas e demais formas de vegetação nativa consideradas de interesse social, devendo a declaração de interesse social ocorrer, necessariamente, por lei em sentido formal.  
(B) Considera-se manejo sustentável a substituição de vegetação nativa e de formações sucessoras por outras coberturas do solo, como atividades agropecuárias, industriais, de geração e transmissão de energia, de mineração e de transporte, assentamentos urbanos ou outras formas de ocupação humana.  
(C) A área de preservação permanente é a que se localiza no interior de uma propriedade ou posse rural, devendo ser mantida a sua cobertura vegetal nativa,

por ser ela necessária ao abrigo e proteção da fauna e flora nativas, à conservação da biodiversidade e à reabilitação dos processos ecológicos.

- (D) As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação nativa, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do país, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral, e em especial o Código Florestal, estabelecem.  
(E) Dada a competência da União para legislar privativamente sobre florestas, áreas de preservação permanente e de reserva legal, a legislação federal pertinente – Código Florestal – contém normas de aplicação obrigatória por todos os entes da Federação.

**A:** incorreta, pois são Áreas de Preservação Permanente por força de lei as previstas no art. 4.º da Lei 12.651/2012 e, por força de ato do Chefe do Executivo (por exemplo, por Decreto) as mencionadas pelo art. 6.º da Lei 12.651/2012, que contemplam a hipótese prevista na alternativa ora comentada; assim, não é necessário lei em sentido formal para a declaração de que tais áreas (as previstas no art. 6.º) são de interesse social e constituem Área de Preservação Permanente; **B:** incorreta, pois a alternativa definiu o instituto do “uso alternativo do solo” e não do “manejo sustentável”, conforme art. 3.º, VI e VII, respectivamente, da Lei 12.651/2012; **C:** incorreta, pois a alternativa definiu o instituto da “reserva legal” e não da “área de preservação permanente” (art. 3.º, III e II, respectivamente, da Lei 12.651/2012); **D:** correta (art. 2.º, *caput*, da Lei 12.651/2012); **E:** incorreta, pois a competência não é privativa da União, mas concorrente dela, dos Estados e do Distrito Federal, cabendo à União editar normas gerais, sem prejuízo de Estados e Distrito Federal legislar inexistindo lei geral federal ou para suplementar a legislação federal (art. 24, VI e §§. 1.º a 4.º, da CF).

„D.”

## 10. RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL

(FGV – 2007) Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O patrimônio cultural brasileiro é constituído por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.  
(B) Até a promulgação da Constituição da República, a responsabilidade civil por danos ambientais no Brasil dependia da prova de que a conduta do agente causador do dano foi culposa.  
(C) É responsável pela reparação de danos ambientais, independentemente de culpa, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental.  
(D) A utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente são requisitos para que a propriedade rural cumpra a sua função social.  
(E) As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a

legislação em geral e especialmente o Código Florestal (Lei 4.771/1965) estabelecem.

**A:** correta (art. 216 da CF); **B:** incorreta, devendo ser assinalada, pois o art. 14, § 1º, da Lei 6.938/1981, já estabelecia responsabilidade objetiva do agente causador de dano ao meio ambiente; **C:** correta (art. 225, § 3º, da CF); **D:** correta (art. 186, II, da CF); **E:** correta Art. 2º, *caput*, da Lei 12.651/2012.

„B„ o]uqebG

(Magistratura/BA – 2012 – CESPE) No que se refere à tutela processual ao meio ambiente e à responsabilidade pelo dano ambiental, assinale a opção correta.

- (A) O inquérito civil, procedimento administrativo de caráter inquisitorial cujo objetivo é realizar atividades investigativas preparatórias, está sujeito ao princípio da ampla defesa, consistindo o desrespeito a esse princípio vício capaz de eivar de nulidade a ação civil pública ambiental nele embasada.
- (B) Sendo os interesses difusos e transindividuais marcados pela indisponibilidade, o MP não pode, de acordo com a moderna doutrina, celebrar acordos extrajudiciais em matéria ambiental.
- (C) Ocorrendo desistência ou abandono da ação civil pública pela associação que a tiver promovido, deverá o MP, obrigatoriamente, assumir a titularidade ativa da demanda, já que tal prerrogativa é vedada aos demais legitimados.
- (D) Independentemente de requerimento do autor, pode o juiz, em decisão relativa a ação civil pública, impor multa diária ao réu em substituição à execução específica da obrigação de fazer ou não fazer, se a multa for suficiente ou compatível.
- (E) A pretensão da administração pública à promoção da execução da multa por infração ambiental prescreve em cinco anos, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente, de sua cessação.

**A:** incorreta, pois o inquérito civil é procedimento de apuração de elementos para possível ajuizamento de ação civil pública, não havendo que se falar contraditório e ampla defesa; **B:** incorreta, pois tais acordos não significam que o direito está sendo objeto de disposição, mas que está-se a conformar condutas com os objetivos de cessar a lesão ao meio ambiente e de reparar o dano ambiental pretérito; **C:** incorreta, pois outros legitimados também podem assumir a titularidade ativa (art. 5º, § 3º, da Lei 7.347/1985); **D:** correta (art. 11 da Lei 7.347/1985); **E:** incorreta, pois aplicada a multa, a ação referente a esse crédito prescreve em 5 anos da dada da constituição definitiva do crédito tributário, após o término regular do processo administrativo (art. 1º-A da Lei 9.873/1999, com redação dada pela Lei 11.941/2009); o STJ ainda não tem uma jurisprudência consolidada em relação a essa nova redação da Lei 9.873/1999, de maneira que os acórdãos desse tribunal geralmente estão ainda no sentido de que esse prazo de 5 anos para a cobrança se inicia com o vencimento do crédito sem pagamento, que, na prática pode até coincidir com a ideia de que só depois que se encerra o processo administrativo é que o prazo corre; *vide*, a respeito, a seguinte decisão: STJ, REsp 1.260.915, DJ 01.12.2011.

„D„ o]uqebG

(Magistratura/MG – 2012 – VUNESP) Analise as afirmativas a seguir.

A manutenção da área destinada à reserva legal é obrigação *propter rem*

PORQUE

o adquirente possui legitimidade passiva ad causam em ação civil pública proposta em razão de dano ambiental, ainda que este não seja o autor do dano.

Assinale a alternativa correta.

- (A) A primeira afirmativa é falsa e a segunda é verdadeira.
- (B) A segunda afirmativa é falsa e a primeira é verdadeira.
- (C) As duas afirmativas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- (D) As duas afirmativas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

É verdadeira a primeira afirmativa. De fato, a jurisprudência já vinha reconhecendo a natureza *propter rem* dessa obrigação, o que foi confirmado com o disposto nos arts. 7º, §§ 1º e 2º, 18, §§ 2º e 3º, da Lei 12.651/2012). A segunda afirmativa também é verdadeira, em decorrência da primeira afirmativa. Portanto, a segunda afirmativa não é justificativa para primeira, e sim sua consequência.

„D„ o]uqebG

(Magistratura/PA – 2012 – CESPE) Carlos, empresário da construção civil, iniciou, de forma dolosa, a construção de prédios em unidade de conservação de proteção integral, precisamente a dois metros de nascentes existentes no local, sem a devida licença urbanística e ambiental, tendo o município se omitido em relação à fiscalização da obra.

Nessa situação hipotética, para a proteção do meio ambiente, é cabível

- (A) o ajuizamento de ação civil pública, mas não de ação penal.
- (B) o ajuizamento de ação civil pública e de ação penal.
- (C) o ajuizamento de mandado de segurança coletivo, mas não de ação penal.
- (D) a impetração de mandado de segurança contra a unidade de conservação, além do ajuizamento de ação civil pública.
- (E) a impetração de mandado de injunção ambiental.

O caso impõe o ajuizamento de ação civil pública, com o fito de reparar o dano causado ao meio ambiente, bem como de ação penal, por ser crime a conduta perpetrada (art. 40 da Lei 9.605/1998).

„B„ o]uqebG

## 11. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA AMBIENTAL

(Juiz de Direito/PE – 2013 – FCC) Com relação aos prazos prescricionais do poder de polícia sancionador de infrações administrativas ambientais, é correto afirmar que

- (A) caso a infração administrativa também seja capitulada como crime, o prazo prescricional é aquele da lei penal.
- (B) não são admitidas hipóteses de prescrição intercorrente.
- (C) o prazo prescricional é sempre de 5 (cinco) anos, contado da data da prática do ato ou da sua cessação, no caso de infração permanente ou continuada.
- (D) a prescrição varia conforme a gravidade da infração.
- (E) a extinção da pretensão punitiva pela prescrição estende-se à esfera cível.

**A:** correta (art. 21, § 3º, do Decreto 6.514/2008); **B:** incorreta, pois "incide a prescrição no procedimento de apuração do auto de infração paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação, se for o caso" (art. 21, § 2º, do Decreto 6.514/2008, com redação dada pelo Decreto 6.686/2008); **C:** incorreta, pois o prazo não será sempre de 5 anos, já que, no caso em que a infração também constituir crime, a prescrição rege-se-á pelo prazo previsto na lei penal (art. 21, § 3º, do Decreto 6.514/2008); **D:** incorreta, pois o prazo geral é de 5 anos, pouco importando a gravidade da infração, havendo como exceção apenas os casos em que a infração também constituir crime, hipótese em que se observa a lei penal (art. 21, caput e § 3º, do Decreto 6.514/2008); **E:** incorreta, pois as esferas civil e administrativa são independentes entre si (art. 146, §§ 3º e 4º, I e II, do Decreto 6.514/2008).

Gabário "A"

(Magistratura/BA – 2012 – CESPE) Acerca da responsabilidade ambiental, assinale a opção correta.

- (A) As ações penais por crimes ambientais previstos na Lei n. 9.605/1998 são públicas incondicionadas ou condicionadas à representação.
- (B) Em matéria ambiental, a responsabilidade por ilícitos é sempre objetiva, dispensando-se a comprovação de culpa em sentido amplo.
- (C) A omissão da autoridade ambiental competente, sendo ela obrigada a agir, poderá configurar infração administrativa ambiental.
- (D) Os valores arrecadados em decorrência do pagamento de multas por infração ambiental devem ser integralmente revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente.
- (E) Entre os efeitos da condenação por crime ambiental inclui-se a apreensão de produtos dele decorrentes e de instrumentos utilizados para cometê-lo, salvo os instrumentos lícitos.

**A:** incorreta, pois a ação penal na Lei 9.605/1998 é pública incondicionada (art. 26 da Lei 9.605/1998); **B:** incorreta, pois em matéria ambiental a responsabilidade depende do elemento objetivo dolo, como regra, e do elemento objetivo culpa em sentido estrito, nos crimes culposos; a responsabilidade administrativa também requer elemento subjetivo para aplicação de determinadas sanções (art. 72, § 3º, da Lei 9.605/1998); e na responsabilidade civil, como regra não se fala em elemento subjetivo, já que a responsabilidade é objetiva, salvo quando se busca a responsabilidade do Poder Público por ausência de fiscalização, ocasião em que a responsabilidade é subjetiva, ficando dependente da demonstração de falta do serviço; **C:** correta (art. 70, § 3º, da Lei 9.605/1998); **D:** incorreta, pois tais valores serão revertidos, além do Fundo Nacional do Meio Ambiente, para o Fundo Naval e para os fundos estaduais ou municipais do meio ambiente, ou correlatos, conforme dispuser o órgão arrecadador (art. 73 da Lei 9.605/1998); **E:** incorreta, pois serão apreendidos seus produtos ou instrumentos, pouco importando se lícitos ou ilícitos (art. 25 da Lei 9.605/1998).

Gabário "C"

## 12. RESPONSABILIDADE PENAL AMBIENTAL

(FGV – 2008) Relativamente aos crimes contra o meio ambiente, analise as afirmativas a seguir:

- I. Nos crimes previstos na Lei 9.605/1998, o baixo grau de instrução ou escolaridade do agente constitui circunstância que atenua a pena.

II. Nos crimes previstos na Lei 9.605/1998, a prática do crime no domingo é circunstância que agrava a pena, quando não constitui ou qualifica o crime.

III. Constitui crime reformar estabelecimentos potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes.

IV. Constitui crime impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se apenas a afirmativa II estiver correta.

I: correta (art. 14, I, da Lei 9.605/1998); II: correta (art. 15, II, "h", da Lei 9.605/1998); III: correta (art. 60 da Lei 9.605/1998); IV: correta (art. 48 da Lei 9.605/1998).

Gabário "D"

(FGV – 2008) Segundo a Lei 9605/1998, as penas restritivas de direito por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente estão relacionadas nas alternativas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Prestação de serviços à comunidade
- (B) Interdição temporária de direitos
- (C) Prestação pecuniária não inferior a um salário-mínimo nem superior a quatrocentos e vinte salários-mínimos
- (D) Suspensão parcial ou total de atividades
- (E) Recolhimento domiciliar

Os arts. 8º, IV e 12 da Lei 9.605/1998 assim determinam: Art. 8º. As penas restritivas de direito são: (...) IV – prestação pecuniária; (...) 12. A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima ou à entidade pública ou privada com fim social, de importância, fixada pelo juiz, não inferior a um salário-mínimo nem superior a trezentos e sessenta salários-mínimos. O valor pago será deduzido do montante de eventual reparação civil a que for condenado o infrator.

Gabário "C"

(FGV – 2008) Assinale a afirmativa incorreta a respeito dos crimes ambientais.

- (A) Comercializar motosserra ou utilizá-la em florestas e nas demais formas de vegetação, sem licença ou registro da autoridade competente: Pena – detenção, de um a três anos, e multa.
- (B) Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção: Pena – detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.
- (C) Exportar para o exterior peles e couros de anfíbios e répteis em bruto, sem a autorização da autoridade ambiental competente: Pena – reclusão, de um a três anos, e multa.
- (D) Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora: Pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa.
- (E) Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor

paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida: Pena – detenção, de seis meses a um ano, e multa.

**A:** incorreta, devendo ser assinalada. A pena é de detenção, de três meses a um ano, e multa (art. 51 da Lei 9.605/1998); **B:** correta (art. 38 da Lei 9.605/1998); **C:** correta (art. 30 da Lei 9.605/1998); **D:** correta (art. 54 da Lei 9.605/1998); **E:** correta (art. 64 da Lei 9.605/1998).

„A“ Gabarito

### 13. ESTATUTO DA CIDADE

(Magistratura/BA – 2012 – CESPE) Em relação à política urbana, assinale a opção correta.

- (A) O zoneamento ambiental, instrumento da PNMA para grandes espaços econômico-ecológicos, não se aplica ao âmbito urbano.
- (B) No âmbito municipal, o estudo ambiental cabível é o estudo de impacto de vizinhança, que substitui a elaboração e a aprovação de estudo de impacto ambiental.
- (C) O plano diretor é obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes e para aquelas que integrem áreas de especial interesse turístico, entre outras situações definidas em lei.
- (D) O Estatuto da Cidade é norma federal que fixa diretrizes gerais para a política de desenvolvimento urbano, cuja execução, conforme repartição constitucional de competências, cabe aos estados.
- (E) A lei que instituir o plano diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, só poderá ser revista depois de decorridos cinco anos da sua promulgação, a fim de evitar pressões de especulação imobiliária.

**A:** incorreta (art. 4º, III, “c”, da Lei 10.257/2001); **B:** incorreta, pois o estudo de impacto de vizinhança não substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA), requeridos nos termos da legislação ambiental (art. 38 da Lei 10.257/2001); **C:** correta (art. 41, I e IV, da Lei 10.257/2001); **D:** incorreta, pois a maior parte das competências trazidas pela Lei 10.257/2001 incumbe aos Municípios e não aos Estados a execução das diretrizes fixadas no Estatuto da Cidade; **E:** incorreta, pois a regra é outra, qual seja, “a lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos” (art. 40, § 3º, da Lei 10.257/2001).

„C“ Gabarito

(Procurador do Município/São José dos Campos-SP – 2012 – VUNESP) Com base nos instrumentos de política urbana, assinale a alternativa correta.

- (A) A Política de Desenvolvimento Urbano é executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes fixadas em lei, e tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.
- (B) O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, para as cidades com mais de quinze mil habitantes, é instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- (C) A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de orde-

nação da cidade estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases.

(D) Os imóveis públicos são passíveis de usucapião.

(E) A desapropriação de imóveis urbanos é feita com indenização em título da dívida pública.

**A:** correta (art. 182, *caput*, da CF); **B:** incorreta, pois o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana (art. 182, § 1º, da CF); **C:** incorreta, pois a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor (art. 182, § 2º, da CF); **D:** incorreta, pois os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião (art. 183, § 3º, da CF); **E:** incorreta, pois as desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro (art. 182, § 3º, da CF).

„A“ Gabarito

(Procurador do Município/São José dos Campos-SP – 2012 – VUNESP)

Nos termos do Estatuto da Cidade, adquirirá o domínio da propriedade, por meio da usucapião especial urbana, aquele que não seja proprietário de outro imóvel e que utilizar, para sua moradia ou de sua família, área ou edificação de até

- (A) 200 m², por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição.
- (B) 250 m², por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição.
- (C) 250 m², por dez anos, ininterruptamente e sem oposição.
- (D) 350 m², por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição.
- (E) 350 m², por dez anos, ininterruptamente e sem oposição.

Art. 9º do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01).

„B“ Gabarito

(Procurador do Município/São José dos Campos-SP – 2012 – VUNESP)

De acordo com termos da Lei Federal n.º 6.766, de 19.12.1979, é correto afirmar que

- (A) lote é o terreno desprovido de infraestrutura básica cujas dimensões atendem, no mínimo, os índices urbanísticos definidos pelo Plano Diretor ou lei municipal para a zona em que se situe.
- (B) desmembramento é a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente que implique na abertura de novas vias e logradouros públicos e prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.
- (C) loteamento é a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.
- (D) é requisito urbanístico para o loteamento que os lotes tenham área mínima de 105 m² (cento e cinco metros quadrados) e frente mínima de 5 (cinco) metros, salvo quando o loteamento se destinar a urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes.
- (E) não se permite o parcelamento do solo em terreno com declividade igual ou superior a 20% (vinte por

cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes.

**A:** incorreta, pois considera-se lote o terreno servido de infraestrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe (art. 2º, § 4º, da Lei 6.766/79); **B:** incorreta, pois considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes (art. 2º, § 2º, da Lei 6.766/79); **C:** correta, pois a afirmativa reflete o disposto no art. 2º, § 1º, da Lei 6.766/79; **D:** incorreta, pois a área mínima para o loteamento é de 125m² (art. 4º, II, da Lei 6.766/79); **E:** incorreta, pois não se permite o parcelamento do solo em terreno com declividade igual ou superior a 30% (art. 3º, par. único, III, da Lei 6.766/79).

„C“ Gabarito

(Procurador do Município/Sorocaba-SP – 2012 – VUNESP) O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, sendo obrigatório para cidades com mais de

- (A) dez mil habitantes.
- (B) vinte mil habitantes.
- (C) vinte mil eleitores.
- (D) trinta mil habitantes.
- (E) trinta mil eleitores.

Art. 41, I, do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001).

„B“ Gabarito

(Procurador do Município/Sorocaba-SP – 2012 – VUNESP) É possível a indenização da desapropriação por títulos da dívida pública

- (A) pelo Município, de bens urbanos inadequadamente utilizados.
- (B) pelo Município, de bens rurais, para fins de reforma agrária.
- (C) pelo Estado, no caso de declaração de necessidade pública.
- (D) pela União, quando houver interesse social.
- (E) pela União, de bens dominicais.

Art. 182, § 4º, III, da CF e art. 8º do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01).

„A“ Gabarito

## 14. AGRÁRIO

(FGV – 2005) Não será desapropriada para fins de reforma agrária:

- (A) a propriedade produtiva.

(B) a propriedade em que sejam realizadas pesquisas científicas.

(C) a propriedade que compreenda trabalho cooperativo.

(D) a propriedade que esteja quite com os tributos.

(E) a propriedade ocupada por mais de cinquenta pessoas.

A propriedade produtiva é insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária (art. 185, II, da CF).

„A“ Gabarito

(FGV – 2005) Tem direito a adquirir a propriedade rural por usucapião aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua, como sua, área de terra, em zona rural, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, desde que observado o prazo de ocupação e metragem da área correspondentes a:

(A) dez anos e cinquenta hectares.

(B) cinco anos e cem hectares.

(C) vinte anos e cinquenta hectares.

(D) cinco anos e, no máximo, cinquenta hectares.

(E) quinze anos e trinta hectares.

De acordo com o art. 191 da CF, o prazo são cinco anos e a metragem será até 50 hectares.

„D“ Gabarito

(FGV – 2005) A competência para a desapropriação por interesse social e o pagamento da indenização correspondente:

(A) pertence à União, ao Estado e ao Município, mediante pagamento em dinheiro.

(B) pertence ao Estado, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária.

(C) pertence ao Município, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, indenizando-se em dinheiro as benfeitorias úteis e necessárias.

(D) pertence ao Município e ao Estado, mediante prévia e justa indenização em dinheiro.

(E) pertence à União, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos a partir do segundo ano de sua emissão, indenizando-se em dinheiro as benfeitorias úteis e necessárias.

A alternativa “E” está correta, corresponde ao disposto no art. 184 da CF.

„E“ Gabarito



# 13. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Eduardo Dompieri

## 1. DIREITOS FUNDAMENTAIS. DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

(OAB/Exame Unificado – 2009.2) Considerando o ECA, assinale a opção correta.

- (A) Entre as medidas socioeducativas que podem ser aplicadas ao adolescente, estão a prestação de serviços à comunidade e a substituição de internação em estabelecimento educacional por multa.
- (B) A medida aplicada por força de remissão não pode ser revista judicialmente, sob pena de ofensa à coisa julgada.
- (C) Na interpretação do ECA, devem ser considerados os fins sociais a que o estatuto se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, bem como a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.
- (D) O adolescente civilmente identificado não pode ser submetido à identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, nem mesmo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada.

**A:** incorreta, pois as medidas socioeducativas estão previstas no art. 112 do ECA; não existe previsão de substituição de internação por multa, até porque a multa não constitui modalidade de medida socioeducativa; **B:** incorreta, visto que, segundo estabelece o art. 128 do ECA, a medida decorrente de remissão poderá, sim, ser revista judicialmente, a qualquer tempo, desde que diante de pedido expresso do adolescente ou de seu representante legal, ou ainda do Ministério Público; **C:** correta, pois corresponde à redação do art. 6º do ECA; **D:** incorreta, pois, regra geral, não poderá o adolescente civilmente identificado ser submetido a identificação compulsória, salvo para efeito de confrontação, desde que haja dúvida fundada. A identificação compulsória constitui, portanto, medida de caráter excepcional – art. 109 do ECA. *Vide* Lei 12.037/2009, que dispõe, entre outras coisas, sobre as hipóteses em que é permitida a identificação criminal do civilmente identificado (art. 3º).

„C.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2009.2) No que se refere ao direito à convivência familiar e comunitária, assinale a opção correta com base no ECA.

- (A) O pátrio poder não poderá ser exercido, simultaneamente, pelo pai e pela mãe. Em caso de discordância quanto a quem caberá titularizá-lo, a ambos será facultado o direito de recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência.
- (B) Na ausência dos pais, o pátrio poder poderá ser delegado, nessa ordem: ao irmão mais velho, desde que já tenha alcançado a maioridade, ao tio paterno ou ao avô paterno. Na ausência de qualquer um desses, o pátrio poder poderá, excepcionalmente, ser delegado à avó materna.

(C) Toda criança ou adolescente tem direito à educação no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a participação efetiva da mãe biológica no convívio diário com o educando, em ambiente livre da presença de pessoas discriminadas.

(D) Os filhos, havidos, ou não, da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

**A:** incorreta. A teor do que dispõe o art. 21 do ECA, o pátrio poder, atualmente denominado “poder familiar”, será exercido conjuntamente pelo pai e pela mãe; **B:** incorreta. Na ausência dos pais, a criança e o adolescente serão colocados em família substituta, por meio dos institutos da guarda, da tutela ou da adoção; no caso da adoção, os novos pais passarão a exercer o poder familiar (antigo “pátrio poder”), devendo-se dar primazia à manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa (art. 39, § 1º, do ECA, com a nova redação dada pela Lei 12.010/2009); portanto, não há que se falar em delegação do poder familiar e também na ordem de preferência apresentada na alternativa; **C:** incorreta (art. 19 do ECA); **D:** correta (art. 20 do ECA).

„D.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2009.1) Com relação às disposições do ECA acerca da colocação da criança e do adolescente em família substituta, assinale a opção correta.

- (A) A colocação da criança em família substituta, na modalidade de adoção, constitui medida excepcional, preferindo-se que ela seja criada e educada no seio saudável de sua família natural.
- (B) A guarda destina-se a regularizar a posse de fato e, uma vez deferida pelo juiz, não pode ser posteriormente revogada.
- (C) Somente a adoção constitui forma de colocação da criança em família substituta.
- (D) O guardião não pode incluir a criança que esteja sob sua guarda como beneficiária de seu sistema previdenciário visto que a guarda não confere à criança condição de dependente do guardião.

**A:** correta. De fato, as crianças devem permanecer no seio de sua família natural. Trata-se de direito tanto da família quanto da criança. Quando necessário, contudo, deverá ser colocada em família substituta. Essa é, pois, a tônica estabelecida pela Lei 12.010/2009, que prestigia a manutenção da criança e do adolescente junto à sua família natural (à sua falta, a extensa), dado que é este o ambiente considerado mais favorável ao seu bom desenvolvimento; **B:** incorreta. A guarda tem como característica o fato de poder ser revogada a qualquer momento, consoante dispõe o art. 35 da Lei 8.069/1990; **C:** incorreta. Em vista do disposto no art. 28, *caput*, da Lei 8.069/1990, constituem modalidades de família substituta, além da guarda, a tutela e a adoção; **D:** incorreta, visto que esta modalidade de colocação de criança em família substituta confere-lhe a condição de dependente para todos os fins, inclusive previdenciários, nos moldes do art. 33, § 3º, da Lei 8.069/1990.

„A.“ Gabarito

(FGV – 2011) Com relação à proteção reservada ao menor em nosso ordenamento jurídico, está de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente

- (A) o acesso à escola pública de toda criança que comprovadamente não tiver recursos para pagar uma escola privada.
- (B) o envolvimento de capacitação profissional, assegurado ao menor de 12 anos o trabalho como ajudante.
- (C) a criação da criança no seio de sua família, livre da presença de pessoas que sejam dependentes químicas.
- (D) o ingresso em locais de espetáculos públicos, sempre acompanhadas de um parente, que pode ser menor.
- (E) o acesso a oportunidades de lazer, que lhe serão garantidas prioritariamente pela escola pública de seu bairro.

**A:** incorreta, pois o acesso à escola pública é direito tanto da criança sem recursos como da criança que dispõe de recursos para pagar uma escola privada (art. 53, V, do ECA); **B:** incorreta, pois o direito à capacitação profissional é do adolescente (ou seja, o maior de 12 anos), conforme art. 69, II, do ECA; **C:** correta, ao tempo em que esta questão foi elaborada, visto que em conformidade com o que estabelecia o art. 19, *caput*, do ECA. Atualmente, dada a modificação a que foi submetido tal dispositivo legal (por força da Lei 13.257/2016), está incorreto o que se afirma nesta alternativa; **D:** incorreta (art. 75, parágrafo único, do ECA); **E:** incorreta, pois o lazer deve ser oferecido por outros meios, não havendo disposição no ECA de que deve ser oferecido prioritariamente por meio da escola pública do bairro.

Gabarito "C"

(FGV – 2010) Mévia e Tício contraem núpcias no dia 14 de abril de 2007. Em 21 de janeiro de 2008 nasce o filho do casal Nero da Silva. No dia 22 de janeiro do mesmo ano, Tício vem a falecer. Após três meses de luto, Mévia vem a conhecer Caio e, com ele, mantém relações sexuais. Em 23 de janeiro de 2009 nasce Kate. Caio veio a se casar com Antônia em maio de 2008, não tendo filhos dessa união. Procurado por Mévia decide reconhecer Kate, por escritura pública, devidamente averbada no registro civil. Mévia decide trilhar novos caminhos e viajar para a Índia, onde realizará o seu encontro espiritual e comunica o fato a Caio, dizendo-lhe que a guarda de Kate lhe será transferida, assim que seus preparativos de viagem forem ultimados. Caio, ansioso, comunica a situação à sua esposa Antônia que não concorda com a presença da menor Kate no lar conjugal.

Diante dos fatos narrados analise as afirmativas a seguir:

- I. o reconhecimento da filiação pode ser unilateral por um dos genitores e constante de escritura pública.
- II. o menor reconhecido por um dos cônjuges e sendo fruto de relação extraconjugal somente poderá residir no lar conjugal se o outro aquiescer.
- III. Antônia, esposa de Caio poderá impugnar o reconhecimento de paternidade da menor Kate, por via judicial.
- IV. o ato de reconhecimento da maternidade ou paternidade é irrevogável.
- V. os filhos nascidos de quaisquer relações não podem ser discriminados pela origem, se oriundos ou não do casamento ou mesmo adotados.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas IV e V forem verdadeiras.
- (B) se somente as afirmativas II e IV forem verdadeiras.
- (C) se somente as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (D) se somente as afirmativas I, II e V forem verdadeiras.
- (E) se somente as afirmativas I, II, IV e V forem verdadeiras.

**I:** correta, pois o Código Civil admite o reconhecimento do filho havido fora do casamento pelos pais, conjunta ou separadamente (art. 1.607), reconhecimento esse que pode ser feito pelas formas constantes no art. 1.609 do CC, entre as quais a escritura pública ou escrito particular, a ser arquivado em cartório; **II:** correta, pois, segundo o art. 1.611 do CC, "o filho havido fora do casamento, reconhecido por um dos cônjuges, não poderá residir no lar conjugal sem o consentimento do outro"; **III:** incorreta, pois o reconhecimento de paternidade é ato personalíssimo, não havendo legitimidade da esposa de Caio para a impugnação mencionada; **IV:** correta (art. 1.610 do CC); **V:** correta (art. 1.596 do CC).

Gabarito "E"

## 2. ATO INFRACIONAL – DIREITO MATERIAL

(OAB/Exame Unificado – 2009.3) Em relação às medidas socioeducativas previstas no ECA, assinale a opção correta.

- (A) A medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade pode ser aplicada pelo prazo de até um ano.
- (B) A advertência somente pode ser aplicada se houver provas suficientes da autoria e da materialidade da infração.
- (C) As medidas socioeducativas de semiliberdade e de internação por prazo indeterminado não podem ser incluídas na remissão, sendo admissível sua aplicação somente após a instrução processual em sede de sentença de mérito.
- (D) A obrigação de reparar o dano à vítima não constitui medida socioeducativa.

**A:** incorreta. A prestação de serviços à comunidade, prevista no art. 117 do ECA, não poderá exceder a seis meses; **B:** incorreta. Em face do disposto no art. 114, parágrafo único, do ECA, para a imposição da medida socioeducativa de *advertência*, a mais branda de todas, basta a prova da materialidade e *indícios suficientes da autoria*; já no que toca às outras medidas (obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação), é necessária a existência de *provas* suficientes da autoria e da materialidade da infração (art. 114, *caput*). Parte significativa da doutrina se insurge contra essa peculiaridade da medida socioeducativa de advertência; **C:** correta, nos termos do art. 127 do ECA; **D:** incorreta, nos termos do art. 116 do ECA.

Gabarito "C"

(OAB/Exame Unificado – 2009.3) Assinale a opção correta conforme as disposições do ECA.

- (A) As eleições para o Conselho Tutelar, órgão com poderes jurisdicionais, são organizadas em âmbito municipal.
- (B) Inclui-se, entre as medidas aplicáveis aos pais ou responsável do menor, o encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.
- (C) O prazo máximo previsto para a medida de internação é de três anos, devendo ser prefixado pelo magistrado na sentença.

- (D) Não havendo arquivamento dos autos ou concessão de remissão, o membro do MP procederá à apresentação de denúncia contra o adolescente.

**A:** incorreta. O Conselho Tutelar constitui órgão não jurisdicional, nos termos do art. 131 do ECA. Além disso, conforme estatui a nova redação do art. 132 do mesmo Diploma, “em cada Município e em cada região administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de cinco membros, escolhidos pela população local para mandato de quatro anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha”. Esse dispositivo foi alterado pela Lei 12.696/2012, que, além desta, promoveu, no âmbito do Conselho Tutelar, diversas alterações; **B:** correta (art. 129, III, do ECA); **C:** incorreta. De fato, a medida de internação terá como prazo máximo três anos, nos termos do art. 121, § 3º, do ECA; entretanto, tal medida, de caráter excepcional, não comporta prazo determinado, devendo, dessa forma, em conformidade com o preconizado no § 2º do art. 121 do ECA, ser reavaliada com a periodicidade de seis meses; **D:** incorreta. Denúncia é a peça inaugural que contém a acusação formulada pelo Ministério Público nas ações penais públicas. Não tem, pois, qualquer incidência no âmbito do ECA. Se o representante do Ministério Público deixar de promover o arquivamento ou a remissão, oferecerá *representação* à autoridade judiciária, nos termos do art. 182 do ECA.

„Gabarito „B“

(OAB/Exame Unificado – 2009.1) Acerca da medida socioeducativa de internação, prevista no ECA, assinale a opção correta.

- (A) Comprovada a autoria e materialidade de ato infracional considerado hediondo, tal como o tráfico de entorpecentes, ao adolescente infrator deve, necessariamente, ser aplicada medida socioeducativa de internação.  
(B) O adolescente que atinge os 18 anos de idade deve ser compulsoriamente liberado da medida socioeducativa de internação em razão do alcance da maioridade penal.  
(C) No processo para apuração de ato infracional de adolescente, não se exige defesa técnica por advogado.  
(D) A medida socioeducativa de internação não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada 6 meses.

**A:** incorreta (art. 122, ECA). Embora seja assemelhado a hediondo, a prática de ato infracional equiparado ao tráfico de drogas não justifica, por si só, a internação do adolescente infrator. Nesse sentido: STJ, HC 165.704-SP, Rel. Min. Maria Thereza e Assis Moura, j. 2.9.2010. Consagrando esse entendimento, o STJ editou a Súmula n. 492: “O ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por si só, não conduz obrigatoriamente à imposição de medida socioeducativa de internação”. Atenção: a Lei 12.594/2012 alterou a redação do parágrafo primeiro do art. 122 do ECA; **B:** incorreta, pois, a teor do art. 121, § 5º, da Lei 8.069/1990, a liberação será compulsória somente aos 21 anos; **C:** incorreta (art. 207 da Lei 8.069/1990); **D:** correta (art. 121, § 2º, da Lei 8.069/1990).

„Gabarito „D“

(OAB/Exame Unificado – 2008.2) Os irmãos Leo, com 18 anos de idade, Lúcio, com 17 anos de idade, e Lino, com 11 anos de idade, roubaram dinheiro do caixa de uma padaria. Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que

- (A) Lúcio e Lino praticaram ato infracional e responderão a procedimento junto à Vara da Infância e Juventude,

podendo ser aplicada, para ambos, medida socioeducativa de internação.

- (B) Leo não será processado criminalmente por sua conduta, visto que os demais autores do fato são menores de idade e, nesse caso, as condições de caráter pessoal se comunicam.  
(C) Leo, Lino e Lúcio serão processados criminalmente pelos seus atos, caso fique demonstrado que todos quiseram praticar o fato e possuíam plena capacidade de entender o caráter ilícito dele.  
(D) Lúcio poderá, excepcionalmente, ficar submetido a medida socioeducativa de internação até completar 21 anos, idade em que a liberação será compulsória.

**A:** incorreta, pois Lino é criança e não está sujeito a medida socioeducativa (art. 105 da Lei 8.069/1990 – ECA); **B:** incorreta, pois Léo é adulto e, portanto, responderá criminalmente; **C:** incorreta, pois Lino ficará sujeito às medidas do art. 101 do ECA (medidas de proteção); Léo, às medidas criminais; e Lúcio, às medidas socioeducativas (art. 112 do ECA); **D:** correta (arts. 122, I, e 121, § 5º, ambos do ECA).

„Gabarito „D“

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Acerca da medida socioeducativa de internação prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a opção correta.

- (A) Essa medida somente pode ser aplicada em caso de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa.  
(B) Não é permitida a realização de atividades externas pelo interno, salvo com expressa autorização judicial.  
(C) Quando não houver local apropriado, o adolescente poderá permanecer em estabelecimento prisional destinado a maiores, desde que haja critérios de separação por sexo e gravidade da infração.  
(D) A liberação será compulsória aos dezoito anos de idade.

Praticado um ato infracional, só caberá medida de internação se se tratar de ato cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa (art. 122, I, do ECA). É importante ressaltar que a lei também autoriza a aplicação dessa medida se houver reiteração no cometimento de outras infrações graves ou se houver descumprimento reiterado e injustificável de medida anteriormente imposta (art. 122, II e III, do ECA). Como já dissemos, a despeito de o ato infracional análogo ao tráfico de drogas não justificar, por si só, a aplicação de internação (Súmula n. 492, STJ), por se tratar de infração grave, a sua prática reiterada poderá conduzir à aplicação de internação, conforme prevê o art. 122, II, do ECA. Insisto: a prática de tão somente um ato infracional análogo ao tráfico não pode determinar a internação do adolescente infrator.

„Gabarito „A“

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) As medidas que podem ser aplicadas pela autoridade competente ao adolescente que pratique ato infracional não incluem a

- (A) inserção em regime de semiliberdade.  
(B) prestação de trabalhos forçados.  
(C) obrigação de reparar o dano.  
(D) liberdade assistida.

As medidas aplicáveis ao adolescente que praticar ato infracional são as seguintes: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade, internação, bem como as previstas no art. 101, I a VI,

do ECA. Não cabe, portanto, a aplicação de prestação de trabalhos forçados, vedada no ECA (art. 112, § 2º) e na própria Constituição Federal (art. 5º, XLVII, “c”).

Gabartio “B”

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Assinale a opção correta acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

- (A) A aplicação de medida socioeducativa cumulada com remissão enseja necessariamente o reconhecimento da autoria e da materialidade do ato infracional.
- (B) O prazo da internação, por descumprimento reiterado e injustificado de medida socioeducativa anteriormente imposta, pode exceder a três meses.
- (C) O ECA permite a aplicação da medida socioeducativa da internação por prazo indeterminado quando se tratar de ato infracional praticado com grave ameaça ou violência contra pessoa, contudo também ressalva que, em nenhuma hipótese, será ela aplicada se houver outra medida adequada.
- (D) A aplicação de medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade sem a devida instrução probatória, apenas com base na confissão do adolescente, não viola os princípios constitucionais relativos ao devido processo legal e à ampla defesa.

A medida de internação não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada 6 meses (art. 121, § 2º, do ECA). Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, se houver outra medida adequada (art. 122, § 2º, do ECA).

Gabartio “C”

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Julgue os itens seguintes, que estão relacionados ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei n.º 8.069/1990).

- I. A finalidade precípua da Lei n.º 8.069/1990 é conferir proteção integral à criança e ao adolescente, mesmo que autor de ato infracional, buscando, no tempo fixado pela própria norma especial, reeducar e corrigir rumos de comportamento, no interesse maior do adolescente, que, indiscutivelmente, é também o interesse da sociedade como um todo.
- II. O ECA prevê que as medidas de proteção impostas podem ser substituídas a qualquer tempo, desde que assim seja necessário.
- III. O delito de auxiliar na prática de ato ilícito com o escopo de enviar criança ou adolescente ao exterior sem a observância das formalidades legais (adoção) ou com o fito de obter lucro é crime material.
- IV. A medida socioeducativa de internação deve ser aplicada quando presente uma das circunstâncias do rol taxativo previsto no ECA.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.

I: assertiva correta. Enuncia o princípio da proteção integral que todas as crianças e adolescentes, como sujeitos de direito, são merecedores de ampla e integral proteção, estejam ou não em conflito com a lei;  
II: assertiva correta, pois em consonância com o art. 99 do ECA;  
III: assertiva incorreta. O crime nela descrito é formal, pois basta

a realização do núcleo do tipo (“auxiliar”) para a sua caracterização (art. 239 do ECA); IV: assertiva correta, pois reflete o disposto no art. 122 do ECA.

Gabartio “C”

### 3. ATO INFRACIONAL – DIREITO PROCESSUAL

(OAB/Exame Unificado – 2008.3) À luz do ECA, assinale a opção correta.

- (A) A internação constitui medida privativa de liberdade e, dada essa condição, não é permitida ao adolescente interno a realização de atividades externas, como trabalho e estudo.
- (B) A medida de internação poderá ser aplicada, ainda que haja outra medida adequada, se o MP assim requerer.
- (C) Poderá ser decretada a incomunicabilidade do adolescente, a critério da autoridade competente, quando ele praticar atos reiterados de indisciplina.
- (D) Em caso de internação, a autoridade judiciária poderá suspender temporariamente a visita, inclusive de pais ou responsável, se existirem motivos sérios e fundados de prejudicialidade aos interesses do adolescente.

A: incorreta, nos termos do art. 121, § 1º, do ECA (Lei 8.069/1990); B: incorreta. Ainda que o MP requeira, a medida socioeducativa de internação somente terá lugar se inexistir outra mais adequada – art. 122, § 2º, do ECA; C: incorreta. É vedada a incomunicabilidade do adolescente, salvo se, em determinada situação, o seu isolamento dos demais internos (colocação em ambiente separado) mostrar-se a medida mais adequada à segurança dele – art. 124, § 1º, do ECA; D: correta. Se a autoridade judiciária entender que existem motivos sérios e fundados que tornam a visita, inclusive dos pais ou responsável, prejudicial aos interesses do adolescente, poderá suspendê-la temporariamente – art. 124, § 2º, do ECA.

Gabartio “D”

(OAB/Exame Unificado – 2008.3) Acerca do ECA, assinale a opção correta.

- (A) Nos casos de ato infracional, a competência jurisdicional, em regra, será determinada pelo domicílio dos pais ou responsável pelo adolescente.
- (B) O adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional não poderá ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial, sob pena de responsabilidade.
- (C) A representação feita pelo MP em face de adolescente dependerá de prova pré-constituída da autoria e materialidade do ato infracional.
- (D) O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente, para oitiva e qualificação.

A: incorreta (art. 147, § 1º, do ECA); B: correta (art. 178 do ECA); C: incorreta (art. 182, § 2º, do ECA); D: incorreta (art. 171 do ECA).

Gabartio “B”

(OAB/Exame Unificado – 2008.3) Assinale a opção correta acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente.

- (A) Caso não haja sentença condenatória, a internação pode ser determinada pelo prazo máximo de sessenta dias.

- (B) Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime, não sendo consideradas atos infracionais as contravenções penais.
- (C) Para os efeitos dessa lei, deve ser considerada a idade do adolescente à data do resultado da conduta delitiva, ainda que outra seja a data da ação ou omissão.
- (D) O adolescente somente será privado de sua liberdade em caso de flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.

**A:** incorreta. Em vista do que dispõe o art. 108 da Lei 8.069/1990, a internação provisória não poderá durar mais de *quarenta e cinco dias*, prazo em que o processo deverá ser ultimado (art. 183, ECA). Fim do prazo, o adolescente deverá ser imediatamente liberado. Há decisões, contudo, que entendem que, a depender da particularidade do caso concreto, é possível estendê-lo, notadamente quando é a defesa que dá causa à dilação. O descumprimento injustificado deste prazo configura o crime do art. 235, ECA; **B:** incorreta. Ato infracional é a conduta descrita como crime ou contravenção penal (art. 103, ECA); **C:** incorreta. Para os efeitos do ECA, deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato (art. 104, parágrafo único, ECA). Assim, cometido o ato poucos dias antes de o adolescente completar 18 anos (o disparo de uma arma de fogo em alguém, por exemplo) e produzido o resultado já quando o agente completou 18 anos (morte da vítima), valerá a data do fato e não a do resultado, de forma que o agente ficará sujeito a uma medida socioeducativa, é dizer, não responderá criminalmente. Incorporou-se, portanto, a *teoria da atividade*, consagrada no art. 4º do CP; **D:** correta, nos termos do art. 106, *caput*, da Lei 8.069/1990.

“Gabarito” D.

(OAB/Exame Unificado – 2008.2) Acerca dos direitos individuais previstos no ECA, assinale a opção correta.

- (A) Nenhum adolescente será privado de sua liberdade, senão em flagrante de ato infracional, por determinação judicial, ou para averiguação, por ordem de autoridade policial.
- (B) A internação antes da sentença, ocorrida durante o procedimento de apuração do ato infracional, não tem prazo máximo pré-estabelecido, contudo o juiz deve justificar a demora excessiva, sob pena de constrangimento ilegal.
- (C) Excetuando-se as hipóteses de dúvida fundamentada, o adolescente civilmente identificado não será submetido a identificação compulsória pelos órgãos oficiais.
- (D) A internação antes da sentença, ao contrário do que ocorre com a prisão cautelar, prevista no processo penal, dispensa fundamentação em face das peculiaridades do procedimento de apuração do ato infracional e das condições especiais de desenvolvimento do adolescente.

**A:** incorreta. A detenção do adolescente para averiguação não está contemplada no art. 106 do ECA; **B:** incorreta. A internação provisória terá o prazo máximo de quarenta e cinco dias – art. 108 do ECA; **C:** correta. Regra geral, não poderá o adolescente civilmente identificado ser submetido a identificação compulsória, salvo para efeito de confrontação, desde que haja dúvida fundada. A identificação compulsória constitui, portanto, medida de caráter excepcional – art. 109 do ECA. *Vide* Lei 12.037/2009, que dispõe, entre outras coisas, sobre as hipóteses em que é permitida a identificação criminal do civilmente identificado (art. 3º); **D:** incorreta (art. 108, parágrafo único, do ECA).

“Gabarito” C.

(OAB/Exame Unificado – 2008.2) Com relação ao procedimento de apuração do ato infracional, assinale a opção correta de acordo com o que dispõe o ECA.

- (A) Cabe recurso em sentido estrito da decisão que aplica medida socioeducativa, sendo possível o juízo de retratação.
- (B) No recurso de apelação, antes de determinar a remessa dos autos à instância superior, o juiz poderá reformar a decisão proferida.
- (C) Na ausência de advogado constituído, para resguardar o sigilo quanto à conduta do infrator, não se admite a nomeação de defensor *ad hoc*.
- (D) A outorga de mandato é indispensável caso o defensor seja constituído ou nomeado, sendo a formalidade necessária em face das peculiaridades do procedimento.

**A:** incorreta (art. 198 do ECA); **B:** correta (art. 198, VII, do ECA); **C e D:** incorretas (art. 186 do ECA).

“Gabarito” B.

(OAB/Exame Unificado – 2008.1) Acerca do procedimento de apuração do ato infracional e de execução das medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a opção correta.

- (A) A remissão, como forma de extinção ou suspensão do processo, pode ser aplicada em qualquer fase do procedimento ou depois de proferida a sentença.
- (B) A representação do Ministério Público no que se refere à proposta de instauração de procedimento para aplicação de medida socioeducativa independe de prova pré-constituída de autoria e materialidade.
- (C) Será competente o juiz da infância e juventude do lugar da ação ou omissão, observadas as regras de conexão e continência, inclusive nos casos de concurso com a jurisdição comum.
- (D) A execução da medida de proteção poderá ser delegada à autoridade competente do lugar onde residem os pais da criança, desde que situado no mesmo estado da Federação do juízo processante.

**A:** incorreta, pois em desacordo com o art. 188 do ECA (antes da sentença); **B:** correta. Não depende de prova pré-constituída de autoria e materialidade (art. 182, § 2º, do ECA); **C:** incorreta, pois não reflete o disposto no art. 147, § 1º, do ECA; **D:** incorreta (art. 147, § 2º, do ECA).

“Gabarito” B.

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a opção correta.

- (A) O adolescente civilmente identificado não será submetido a identificação compulsória pelos órgãos policiais, salvo no caso de dúvida fundamentada.
- (B) É desnecessária a oitiva do adolescente antes de ser decretada a regressão da medida socioeducativa, visto que já foi citado para se defender no procedimento.
- (C) Ao contrário do que ocorre com o maior de idade, o adolescente somente poderá ser privado de sua liberdade se estiver em flagrante de ato infracional.
- (D) Ao ser preso, o adolescente deve ser informado de seus direitos, entre eles, o de permanecer em silêncio.

cio, e deve ser alertado de que o que disser pode ser interpretado em seu prejuízo.

A resposta à questão decorre do art. 109 da Lei 8.069/1990 (ECA). Outros direitos individuais e garantias estão previstos nos arts. 106 a 108 e 110 e 111 do ECA.

Gabarito "A"

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Sobre o instituto da remissão no ECA, assinale a opção correta.

- (A) A remissão implica necessariamente o reconhecimento da responsabilidade do adolescente infrator, mas o isenta do cumprimento das medidas socioeducativas.
- (B) A remissão prevalece para efeito de antecedentes e pode ser revista, a qualquer tempo, de ofício ou a requerimento, escrito ou verbal, pelo Ministério Público.
- (C) Iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, a concessão da remissão pelo juiz importará na suspensão ou extinção do processo.
- (D) Não pode ser concedida a remissão antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional.

**A e B:** incorretas. A remissão não implica necessariamente o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade, nem prevalece para efeito de antecedentes (art. 127, ECA). É dizer, o fato de o adolescente e seu representante aquiescerem na aplicação da medida não quer dizer que aquele esteja admitindo a culpa pelo ato infracional praticado; **C:** correta. No âmbito da remissão judicial, o juiz da infância e da juventude poderá suspender (paralisar) ou ainda extinguir (pôr fim) o processo. Suspenderá na hipótese de o adolescente ser submetido a uma medida socioeducativa em que se faça necessário o seu acompanhamento, como, por exemplo, a prestação de serviços à comunidade. Ao término desta, o processo será extinto. Por fim, será extinto sempre que não for necessária a imposição de medida socioeducativa cumulada com a remissão ou mesmo no caso de ser aplicada medida que prescindia de acompanhamento. Ex.: advertência; **D:** incorreta. A remissão ministerial somente terá lugar antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional (art. 126, *caput*, do ECA).

Gabarito "C"

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) Acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a opção correta.

- (A) O adolescente civilmente identificado não será submetido a identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, salvo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada.
- (B) Não é assegurado ao adolescente infrator o direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.
- (C) Os crimes definidos no ECA são de ação pública condicionada.
- (D) A internação, antes da sentença, pode ser determinada por prazo máximo de 65 dias.

A resposta à questão decorre do art. 109 da Lei 8.069/1990 (ECA). Outros direitos individuais e garantias estão previstos nos arts. 106 a 108 e 110 e 111 do ECA. A internação antes da sentença pode ser determinada pelo prazo máximo de 45 dias. Os crimes definidos no ECA são de ação pública incondicionada (art. 227).

Gabarito "A"

(FGV – 2008) Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Considera-se criança, para os efeitos da lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade, mas há casos em que as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) se aplicam às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.
- (B) A internação constitui medida privativa da liberdade que não comporta prazo determinado e só poderá ser aplicada quando se tratar de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, por reiteração no cometimento de outras infrações graves ou por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.
- (C) São direitos dos adolescentes, entre outros: ser tratado com respeito e dignidade, permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável, peticionar diretamente a qualquer autoridade e ter acesso aos meios de comunicação social.
- (D) O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade judicial competente.
- (E) Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional.

**A:** correta (art. 2º da Lei 8.069/1990 – ECA); **B:** correta (art. 121, § 2º, c/c art. 122 do ECA); **C:** correta (art. 124 do ECA); **D:** incorreta, devendo ser assinalada, pois o adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será encaminhado à autoridade *policial* competente (art. 172 do ECA), ao passo que o apreendido por força de ordem judicial será encaminhado à autoridade judiciária (art. 171 do ECA); **E:** correta (art. 126 do ECA).

Gabarito "D"

#### 4. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E CRIMES

(OAB/Exame Unificado – 2008.1) Com relação às infrações administrativas e aos crimes praticados contra crianças e adolescentes, assinale a opção correta de acordo com o ECA.

- (A) O agente que produz ou dirige representação televisiva ou cinematográfica utilizando-se de criança ou adolescente em cena pornográfica ou de sexo explícito pratica crime, que deve ser objeto de ação penal pública incondicionada.
- (B) O médico ou enfermeiro que deixa de identificar corretamente o neonato e a parturiente, por ocasião do parto, pratica crime, que só admite a modalidade dolosa e deve ser processado mediante ação penal pública condicionada à representação.
- (C) O agente que submete criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento comete infração administrativa.
- (D) O professor ou responsável por estabelecimento de ensino que deixa de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento e que

envolvam suspeita de maus-tratos contra criança ou adolescente pratica crime.

**A:** correta (arts. 227 e 240 do ECA); **B:** incorreta (arts. 227 e 229 do ECA); **C:** incorreta (art. 232 do ECA); **D:** incorreta (art. 245 do ECA).

„A“ Gabarito

(FGV – 2005) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:

- (A) somente é ato infracional a conduta descrita como crime.
- (B) são idênticas as medidas legais previstas para os atos infracionais praticados por crianças e adolescentes.
- (C) apenas fotografar, sem a publicação, cena de sexo explícito envolvendo adolescente não é crime.

(D) entregar gratuitamente a adolescente fogos de estampido é sempre crime.

(E) é crime o ato de deixar o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante, de identificar corretamente o neonato e a parturiente por ocasião do parto.

**A:** incorreta, pois também é ato infracional a conduta descrita como *contravenção penal* (art. 103 do ECA); **B:** incorreta, pois o ato infracional cometido por *criança* dá ensejo às medidas do art. 101 do ECA (“Medidas Específicas de Proteção”), ao passo que o ato infracional cometido por *adolescente* dá ensejo às medidas previstas no art. 112 do ECA (“Medidas Socioeducativas”); **C:** incorreta (art. 240 do ECA); **D:** incorreta (art. 244 do ECA); **E:** correta (art. 229 do ECA).

„E“ Gabarito





# 14. DIREITO PENAL

Eduardo Dompieri

## 1. CONCEITO, FONTES E PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL

(FGV – 2009) Relativamente aos princípios de direito penal, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os crimes praticados na vigência de leis temporárias, quando criadas por estas, não se sujeitam a *abolitio criminis* em razão do término de sua vigência.
- II. Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado. Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- III. A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado, sendo asseguradas às presidiárias condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

I: correto. Na dicção do art. 3º do CP, as *leis temporárias*, editadas para vigorar por tempo determinado, aplicam-se aos fatos ocorridos durante a sua vigência, ainda que findo o período de sua duração; II: correto. No que tange ao *lugar do crime*, adotamos a *teoria mista ou da ubiquidade*, consagrada no art. 6º do CP, sendo considerado lugar do crime tanto o da conduta quanto o do resultado. Cuidado: o Código de Processo Penal, diferentemente, adotou, como critério para fixação da competência, o foro do lugar da consumação do crime, conforme prescreve o art. 70 do CPP. No que diz respeito ao *tempo do crime*, reputa-se praticada a infração penal no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o do resultado. É a chamada *teoria da ação ou atividade*, presente no art. 4º do CP; III: correto (art. 5º, XLVIII e L, da CF). *Vide* também arts. 82 e seguintes da Lei 7.210/1984 (Lei de Execução Penal).

„E.“ Gabarito

(FGV – 2008) Relativamente aos princípios de direito penal, assinale afirmativa incorreta.

- (A) Não há crime sem lei anterior que o defina.
- (B) Não há pena sem prévia cominação legal.
- (C) Crimes hediondos não estão sujeitos ao princípio da anterioridade da lei penal.
- (D) Ninguém pode ser punido por fato que a lei posterior deixa de considerar crime.
- (E) A lei posterior que de qualquer modo favorece o agente aplica-se aos casos anteriores.

A: correto. Os arts. 5º, XXXIX, da CF e 1º do CP consagram o *princípio da legalidade*, que parte da doutrina subdivide em *reserva legal* e *anterioridade*, este último entendido como o postulado segundo o qual a lei penal, para ter incidência, deve ser anterior ao fato, isto é, o agente só será responsabilizado se, à época em que praticou a conduta, já vigia a lei que incriminava seu comportamento; B: correto (art. 1º do CP e art. 5º, XXXIX, da CF); C: incorreto (devendo ser assinalado). O *princípio da anterioridade penal* tem incidência, sim, nos crimes hediondos; D: correto. É o fenômeno denominado *abolitio criminis* (art. 2º, *caput*, do CP), em que a lei posterior deixa de considerar crime fato que antes era tipificado como tal; E: correto (art. 2º, parágrafo único, do CP).

„C.“ Gabarito

(FGV – 2008) Em matéria de princípios constitucionais de Direito Penal, é correto afirmar que:

- (A) a lei penal não retroagirá mesmo que seja para beneficiar o réu.
- (B) a prática de racismo não é considerada crime, salvo se a vítima for detentor de função pública.
- (C) os presos têm assegurado o respeito à sua integridade física, mas não à integridade moral.
- (D) a Constituição não autoriza a criação de penas de trabalhos forçados.
- (E) as penas privativas de liberdade poderão ser impostas aos sucessores do condenado.

A: incorreto. A teor do disposto nos arts. 5º, XL, da CF e 2º do CP, a lei penal não retroagirá, a não ser que seja para favorecer o réu; B: incorreto (art. 5º, XLII, da CF e Lei 7.716/1989); C: incorreto (art. 5º, XLIX, da CF); D: correto (art. 5º, XLVII, c, da CF); E: incorreto (art. 5º, XLV, da CF).

„D.“ Gabarito

## 2. APLICAÇÃO DA LEI NO TEMPO

(FGV – 2008) Assinale a alternativa correta.

- (A) Expirado o prazo de validade da lei temporária, não se poderá impor prisão em flagrante àqueles que pratiquem o crime após a expiração, mas ainda será possível a instauração de processo criminal.
- (B) Todos aqueles que praticaram o crime durante a vigência da lei temporária poderão ser processados, mesmo depois de expirado seu prazo de vigência.
- (C) Cessada a vigência da lei temporária, consideram-se prescritos os crimes praticados durante sua vigência.
- (D) O princípio da ultra-atividade da lei penal permite que todos aqueles que pratiquem o crime no intervalo de 3 (três) anos a partir do fim do prazo de vigência da lei temporária sejam processados criminalmente.
- (E) Terminado o prazo de vigência da lei temporária, ocorrerá a *abolitio criminis*, libertando-se os que estiverem presos em razão da prática do crime previsto nessa lei.

Temporárias são as leis destinadas a vigorar por período determinado, estabelecido na própria lei – art. 3º do CP. Os fatos ocorridos após esse período não podem ser atingidos pela lei de caráter temporário.

„B.“ Gabarito

(FGV – 2008) A respeito do tema da retroatividade da lei penal, assinale a afirmativa correta.

- (A) A lei penal posterior que de qualquer forma favorecer o agente não se aplica aos fatos praticados durante a vigência de uma lei temporária.
- (B) A lei penal posterior que de qualquer forma favorecer o agente aplica-se aos fatos anteriores, com exceção daqueles que já tiverem sido objeto de sentença condenatória transitada em julgado.
- (C) A lei penal mais gravosa pode retroagir, aplicando-se a fatos praticados anteriormente à sua vigência, desde que trate de crimes hediondos, tortura ou tráfico de drogas, como expressamente ressalvado na Constituição.
- (D) Quando um fato é praticado na vigência de uma determinada lei e ocorre uma mudança que gera uma situação mais gravosa para o agente, ocorrerá a ultratividade da lei penal mais favorável, salvo se houver a edição de uma outra lei ainda mais gravosa, situação em que prevalecerá a lei intermediária.
- (E) A lei penal posterior que de qualquer forma prejudicar o agente não se aplica aos fatos praticados anteriormente, salvo se houver previsão expressa na própria lei nova.

**A:** correto (art. 3º do CP); **B:** incorreto (art. 2º, parágrafo único, do CP); **C:** incorreto (art. 5º, XL, da CF); **D:** incorreto. A lei nova prejudicial ao agente não retroage, consoante determina o art. 5º, XL, da CF. Deverá, aqui, ser aplicada a lei em vigor quando da prática do fato, visto que é a mais benéfica ao agente nesta sucessão de leis; **E:** incorreto. Ainda que haja previsão expressa na própria lei nova, ela não poderá retroagir para agravar a situação do agente – art. 5º, XL, da CF.

Gabarrão "A"

(FGV – 2005) Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Quanto ao “tempo do crime”, o Código Penal adotou a teoria da atividade e não a teoria mista ou da ubiquidade.
- (B) Segundo o nosso ordenamento jurídico, é possível a aplicação, em matéria penal, dos princípios da ultratividade e da retroatividade da lei penal.
- (C) O Código Penal dispõe que a pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.
- (D) No concurso de pessoas, a instigação e o auxílio nunca são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.
- (E) Dentre os regimes de cumprimento das penas privativas de liberdade, está o regime aberto. Ele se baseia na autodisciplina e senso de responsabilidade do condenado.

**A:** correto. No que se refere ao *tempo do crime*, de fato o Código Penal, em seu art. 4º, adotou a *teoria da ação ou da atividade*, segundo a qual se reputa praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado; **B:** correto. *Ultra-atividade da lei penal anterior mais favorável*: embora já não esteja mais em vigor, em face da edição de lei nova mais prejudicial, continua aplicável aos fatos verificados ao seu tempo, isto é, a lei nova, que é mais severa, não retroage, em obediência ao disposto no art. 5º, XL, da CF; *retroatividade da lei penal nova mais favorável*: a

lei penal nova mais benéfica deve ser aplicada ao acusado e também ao condenado definitivo; **C:** correto (art. 8º do CP); **D:** incorreto, devendo ser assinalada. O art. 31 do CP faz uma ressalva: “... *salvo disposição expressa em contrário* (...)”; **E:** correto (arts. 33, *caput*, e 36, *caput*, do CP).

Gabarrão

### 3. APLICAÇÃO DA LEI NO ESPAÇO

(FGV – 2008) Um fato criminoso praticado no interior de uma embarcação privada brasileira que esteja em alto-mar, fora das águas territoriais de qualquer país, está sujeito à aplicação da seguinte lei penal:

- (A) brasileira.
- (B) do país de onde a embarcação tiver partido.
- (C) do país para onde a embarcação estiver se dirigindo.
- (D) do país mais próximo de onde estiver a embarcação.
- (E) do país em que primeiro aportar a embarcação.

Art. 5º, § 1º, do CP.

Gabarrão "A"

(FGV – 2008) A organização não governamental holandesa *Expanding Minds*, dirigida pelo psicólogo holandês Johan Cruiff, possui um barco de bandeira holandesa que navega ao redor do mundo recebendo pessoas que desejam consumir substâncias entorpecentes que alteram a percepção da realidade. O prefeito de um Município decide embarcar para fazer uso recreativo da substância *Cannabis sativa*, popularmente conhecida como maconha. Na ocasião em que ele fez uso dessa substância, o barco estava em alto-mar, além do limite territorial brasileiro ou de qualquer outro país. Sabendo que a lei brasileira pune criminalmente o consumo de substância entorpecente e que a maconha é considerada pela legislação brasileira uma substância entorpecente, ao passo que a Holanda admite esse consumo para fins recreativos, assinale a alternativa correta a respeito do crime praticado pelo prefeito.

- (A) nenhum crime
- (B) crime de consumo de substância entorpecente
- (C) crime de responsabilidade
- (D) improbidade administrativa
- (E) crime contra a fé pública

O consumo de substância entorpecente ocorreu em alto-mar, além do limite territorial brasileiro e fora, portanto, do âmbito de incidência da lei penal brasileira. O mar territorial brasileiro é fixado em doze milhas marítimas, contadas a partir da baixa-mar, conforme determina o art. 1º da Lei 8.617/1993 (faixa dentro da qual a lei penal tem aplicação).

Gabarrão "A"

(FGV – 2007) A, de nacionalidade espanhola, funcionário da Embaixada do Brasil na Espanha, desviou para a loja de um irmão diversas obras de arte do acervo da embaixada, ali sendo as mesmas vendidas. Descoberto o crime, instauraram-se processos criminais para apuração do fato, no Brasil e na Espanha, tendo sido A condenado pela justiça espanhola e pela brasileira a três anos de reclusão. O advogado de A apelou da sentença condenatória proferida no Brasil, alegando que, de acordo com os

artigos 5º e 6º do Código Penal Brasileiro, o fato ocorreu na Espanha e o réu é estrangeiro, portanto, não seria aplicável a lei brasileira, sustentando, ainda, que, mesmo se admitindo pudesse ser ele julgado no Brasil, a decisão não poderia ser condenatória, pois fora igualmente condenado na Espanha pelo mesmo fato. Em relação aos fundamentos do recurso de apelação manifestado por A, pode-se afirmar que:

- (A) são improcedentes, porque, em caso de tutela do patrimônio público, a aplicação extraterritorial da lei penal brasileira se opera de forma incondicionada.
- (B) são improcedentes, pois somente a absolvição pela justiça espanhola poderia impedir que ele fosse processado no Brasil pelo mesmo fato.
- (C) são procedentes, pois a aplicação extraterritorial da lei penal brasileira somente é possível aos brasileiros natos ou naturalizados.
- (D) são procedentes, pois a lei penal brasileira somente pode ser aplicada no âmbito do território nacional.

Diante do que estabelece o art. 7º, I, c e § 1º, do CP, o crime praticado contra a administração pública brasileira por quem está a seu serviço (brasileiro ou estrangeiro) ficará sujeito à lei brasileira, mesmo que condenado o agente segundo a legislação estrangeira. Neste caso, a pena cumprida no estrangeiro será abatida de eventual condenação impingida ao agente em território nacional (art. 8º do CP).

Gabarito "A"

(FGV – 2007) A organização não governamental holandesa “Women on the waves”, dirigida pelo médico holandês Marco Van Basten, possui um barco de bandeira holandesa que navega ao redor do mundo recebendo gestantes que desejam realizar aborto. Quando passou pelo Brasil, o navio holandês recebeu a bordo mulheres que praticaram a interrupção de sua gestação, dentre elas Maria da Silva, jovem de 25 anos. Na ocasião em que foi interrompida a gravidez, o barco estava em alto-mar, além do limite territorial brasileiro ou de qualquer outro país. Sabendo que a lei brasileira pune o aborto (salvo em casos específicos, não aplicáveis à situação de Maria) ao passo que a Holanda não pune o aborto, assinale quais foram os crimes praticados por Marco e Maria, respectivamente.

- (A) Nenhum dos dois praticou crime.
- (B) Provocar aborto sem o consentimento da gestante e provocar aborto em si mesma.
- (C) Provocar aborto com o consentimento da gestante e provocar aborto em si mesma.
- (D) Provocar aborto em si mesma e provocar aborto sem o consentimento da gestante.
- (E) Provocar aborto em si mesma e provocar aborto com o consentimento da gestante.

A interrupção da gravidez se deu em alto-mar, além do limite territorial brasileiro, fora, portanto, do âmbito de aplicação da lei penal brasileira (trata-se de embarcação de bandeira holandesa). O mar territorial é fixado em doze milhas marítimas, contadas a partir da baixa-mar, consoante reza o art. 1º da Lei 8.617/1993 (faixa dentro da qual a lei penal tem incidência).

Gabarito "A"

#### 4. CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES

(FGV – 2008) Relativamente ao tipo objetivo, pode-se afirmar que o crime de incêndio (“art. 250: Causar incêndio, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem”) é considerado:

- (A) de perigo abstrato.
- (B) de perigo concreto.
- (C) de perigo presumido.
- (D) de alto risco.
- (E) de baixo risco.

Nos crimes de perigo concreto, deve-se comprovar que o perigo ocorreu de forma efetiva, concreta; já nos crimes de perigo abstrato, este é presumido pela norma.

„B.“

(FGV – 2005) Crimes que têm por sujeito passivo entidades sem personalidade jurídica são chamados de crimes:

- (A) de perigo.
- (B) vagos.
- (C) de tendência.
- (D) inominados.
- (E) de referência.

Delitos vagos de fato são aqueles em que o sujeito passivo é uma entidade destituída de personalidade jurídica. Ex.: a sociedade.

„B.“

#### 5. FATO TÍPICO E TIPO PENAL

(FGV – 2008) José da Silva é guarda-vidas da piscina do clube Bonsucesso, muito frequentado por crianças. Todos os dias, a piscina do clube é aberta às 9 horas da manhã pelo servente João de Souza e José da Silva é sempre o primeiro a entrar na área da piscina e assumir seu posto no alto da cadeira de guarda-vidas. Contudo, no dia 1º de novembro de 2008, José da Silva não chegou no horário. Mesmo sabendo que a piscina é aberta às 9 horas, José chegou no clube somente às 10 horas e se deparou com uma cena macabra: duas crianças estavam mortas, afogadas na piscina. A partir do fragmento acima, assinale a alternativa correta.

- (A) José da Silva não praticou crime algum.
- (B) José da Silva praticou o crime de omissão de socorro (art. 135, do Código Penal).
- (C) José da Silva praticou o crime de homicídio culposo (art. 121, § 3º, do Código Penal).
- (D) José da Silva praticou o crime de homicídio doloso na modalidade comissiva (art. 121, caput, do Código Penal).
- (E) José da Silva praticou o crime de homicídio doloso na modalidade comissiva por omissão, pois ele exercia a função de garantidor (art. 121, caput c/c art. 13, § 2º, do Código Penal).

Da mesma forma que ocorre na questão anterior, o guarda-vidas não estava no seu local de trabalho no momento em que as crianças se afogaram, razão pela qual não poderá ser responsabilizado pelas mortes. Ainda que tenha se atrasado, não há que se falar em omissão por parte

de José da Silva a caracterizar o crime de homicídio na modalidade comissiva por omissão (art. 13, § 2º, do CP). Ele não tinha conhecimento da situação de risco a que as crianças estavam submetidas.

Gabário "A"

(FGV – 2008) Josefina Ribeiro é médica pediatra, trabalhando no hospital municipal em regime de plantão. De acordo com a escala de trabalho divulgada no início do mês, Josefina seria a única médica no plantão que se iniciava no dia 5 de janeiro, às 20h, e findava no dia 6 de janeiro, às 20h. Contudo, depois de passar toda a noite do dia 5 sem nada para fazer, Josefina resolve sair do hospital um pouco mais cedo para participar da comemoração do aniversário de uma prima sua. Quando se preparava para deixar o hospital às 18h do dia 6 de janeiro, Josefina é surpreendida pela chegada de José de Souza, criança de apenas 06 anos, ao hospital precisando de socorro médico imediato. Josefina percebe que José se encontra em estado grave, mas decide deixar o hospital mesmo assim, acreditando que Joaquim da Silva (o médico plantonista que a substituiria às 20h) chegaria a qualquer momento, já que ele tinha o hábito de se apresentar no plantão sempre com uma ou duas horas de antecedência. Contudo, naquele dia, Joaquim chega ao hospital com duas horas de atraso (às 22h) porque estava atendendo em seu consultório particular. José de Souza morre em decorrência de ter ficado sem atendimento por quatro horas. Que crime praticaram Josefina e Joaquim, respectivamente?

- (A) Homicídio culposo e homicídio culposo.
- (B) Homicídio doloso e homicídio doloso.
- (C) Omissão de socorro e omissão de socorro.
- (D) Homicídio doloso e nenhum crime.
- (E) Homicídio doloso e homicídio culposo.

Não há nenhuma relevância penal na conduta de Joaquim da Silva, que, sem ter ciência do que se passava, apenas se atrasou para o plantão. Quanto a Josefina, a situação é bem diferente. Ciente da chegada da criança e de seu grave estado de saúde, abandonou o plantão para ir a uma festa de aniversário, atitude no mínimo repugnante. Nos termos do art. 13, § 2º, do CP, a médica tinha o dever de agir para evitar o resultado. Como assim não o fez, responderá por homicídio doloso (crime omissivo impróprio).

Gabário "D"

(FGV – 2007) Caio dispara uma arma objetivando a morte de Tício, sendo certo que o tiro não atinge um órgão vital. Durante o socorro, a ambulância que levava Tício para o hospital é atingida violentamente pelo caminhão dirigido por Mévio, que ultrapassara o sinal vermelho. Em razão da colisão, Tício falece. Responda: quais os crimes imputáveis a Caio e Mévio, respectivamente?

- (A) Tentativa de homicídio e homicídio doloso consumado.
- (B) Lesão corporal seguida de morte e homicídio culposo.
- (C) Homicídio culposo e homicídio culposo.
- (D) Tentativa de homicídio e homicídio culposo.
- (E) Tentativa de homicídio e lesão corporal seguida de morte.

A colisão que vitimou Tício constitui *causa superveniente relativamente independente* que por si só gerou o resultado. O nexa causal, nos termos do art. 13, § 1º, do CP, é interrompido (há imprevisibilidade).

Caio, por isso, responderá por homicídio na forma tentada; Mévio, que ultrapassou o sinal vermelho (agiu com imprudência), responderá por homicídio culposo.

Gabário "D"

(FGV – 2007) Maria da Silva é médica pediatra, trabalhando no hospital municipal em regime de plantão. De acordo com a escala de trabalho divulgada no início do mês, Maria seria a única médica pediatra com obrigação de trabalhar no plantão que se iniciava no dia 5 de janeiro, às 20h e findava no dia 6 de janeiro, às 20h. Contudo, depois de passar toda a noite do dia 5 sem nada para fazer, Maria resolve sair do hospital para participar da comemoração do aniversário de uma prima sua, um churrasco que se realizaria em uma casa a poucas quadras do hospital. Maria deixa o hospital às 12h do dia 6 de janeiro sem, contudo, avisar onde estaria. Maria deixou o número de seu telefone celular, mas o papel que o continha se extraviou do quadro de avisos. Maria não retornou mais ao hospital até o final do plantão. Ocorre que, às 14h do dia 6 de janeiro, Manoel de Souza, criança de apenas 6 anos, é levado ao hospital por parentes precisando de socorro médico imediato. Embora houvesse outros médicos de plantão (um cardiologista e uma ortopedista), ambos se recusam a examinar Manoel, alegando que não eram especialistas e que a responsável pelo plantão da emergência era Maria da Silva. Manoel de Souza morre de meningite cerca de oito horas depois, na porta do hospital, sem ter sido atendido. Qual foi o crime praticado por Maria?

- (A) Homicídio culposo.
- (B) Nenhum crime.
- (C) Omissão de socorro.
- (D) Homicídio doloso, na modalidade de ação comissiva por omissão.
- (E) Homicídio doloso, na modalidade de ação omissiva.

Para que a médica pudesse ser imputado o crime de homicídio (omissivo impróprio), seu dever de agir devia estar previsto no art. 13, § 2º, do CP. A presença de outros médicos no plantão do hospital elide a configuração do crime de omissão de socorro.

Gabário "B"

## 6. CRIMES DOLOSOS, CULPOSOS E PRETERDOLOSOS

(FGV – 2008) João da Silva acabara de roubar um banco. Ao sair da agência bancária, furta um veículo que estava estacionado e sai em alta velocidade. Durante a fuga, começa a ser perseguido por dois carros de polícia. João da Silva é um excelente motorista e está em vias de despistar os policiais quando surge no meio da rua, logo à frente, um carro de polícia bloqueando a pista e um policial a pé determinando a parada do carro para uma fiscalização de rotina (*blitz*). Ao invés de reduzir, João aumenta a velocidade, pretendendo passar ao lado do policial sem atropelá-lo. Como é bom motorista, acredita que conseguirá passar, mas pensa consigo mesmo: "Se o policial for atropelado, azar o dele." Se João atropelar o policial, sua conduta deverá ser classificada como:

- (A) culpa inconsciente.
- (B) culpa consciente.

- (C) dolo eventual.
- (D) dolo direto.
- (E) estado de necessidade.

No *dolo eventual*, a postura do agente em relação ao resultado é de indiferença. Sua vontade não está dirigida à sua obtenção; ele, em verdade, deseja outra coisa (passar ao lado do policial sem atropelá-lo, o que, por certo, possibilitará sua fuga), mas, prevenindo a possibilidade de o resultado ocorrer, não se contém e, revelando-se indiferente, dá sequência à sua empreitada, assumindo o risco de causá-lo. Ele não o deseja, mas se acontecer, aconteceu: "Se o policial for atropelado, azar o dele". O dolo eventual não deve ser confundido com a culpa consciente. Nesta, embora o agente tenha a previsão do resultado ofensivo (como no dolo eventual), espera sinceramente que ele não ocorra. O agente repudia a possibilidade de o resultado por ele antevisto acontecer. Enfim, ele não o deseja (dolo direto) tampouco assume o risco de produzi-lo (dolo eventual).

„C.“ Gabarito

## 7. ERRO DE TIPO, DE PROIBIÇÃO E DEMAIS ERROS

(FGV – 2008) Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O erro de tipo incide sobre os elementos que integram o tipo penal, abrangendo qualificadoras, causas de aumento e agravantes.
- (B) O erro de tipo exclui o dolo, mas o comportamento pode ser punido a título culposos se o erro for escusável.
- (C) O erro de proibição incide sobre a ilicitude do fato, atuando como causa excludente de culpabilidade.
- (D) No crime putativo, o agente crê estar cometendo um delito e age com consciência do ilícito, mas não é crime; no erro de proibição o agente acredita que nada faz de ilícito, quando, na realidade, trata-se de um delito.
- (E) O erro quanto aos pressupostos fáticos de uma causa de exclusão de ilicitude, o erro quanto à existência de uma causa excludente de ilicitude e o erro quanto aos limites de uma excludente de antijuridicidade são considerados descriminantes putativos.

**A:** correto. O erro de tipo (art. 20 do CP) tem como objeto de incidência as *elementares* de um crime, as *qualificadoras*, as *causas de aumento de pena* e as *agravantes*; **B:** incorreto (devendo ser assinalado). O erro de tipo exclui o dolo, mas permite, se *inescusável*, a punição por crime culposos, desde que previsto em lei – art. 20, *caput*, do CP. Agora, se o erro de tipo for *escusável*, devem ser afastados o dolo e a culpa; **C:** correto (art. 21 do CP); **D:** correto. O crime putativo ou imaginário só existe na cabeça do agente – sua conduta, em verdade, é lícita –, ao passo que, no erro de proibição, o agente desconhece que sua conduta é proibida – ocorre, aqui, um erro quanto à ilicitude do fato; **E:** correto (art. 20, § 1º, do CP).

„B.“ Gabarito

(FGV – 2005) A mulher que ingere substância abortiva, com o intuito de provocar um aborto, supondo, erroneamente, estar grávida, realiza o que a doutrina penal denomina de:

- (A) delito putativo por obra do agente provocador.
- (B) delito putativo por erro de proibição.
- (C) erro de tipo.
- (D) delito putativo por erro de tipo.
- (E) erro de proibição.

Neste caso, o agente imagina estar presente uma elementar que, na verdade, inexistente. Não há crime. A doutrina aponta três modalidades de delito putativo ou imaginário, a saber: delito putativo por erro de tipo; delito putativo por erro de proibição; e delito putativo por obra de agente provocador.

„D.“ Gabarito

## 8. TENTATIVA, CONSUMAÇÃO, DESISTÊNCIA, ARREPENDIMENTO E CRIME IMPOSSÍVEL

(FGV – 2008) Um domingo, ao chegar em casa vindo do jogo de futebol a que fora assistir, Tício encontra sua esposa Calpúnia traindo-o com seu melhor amigo, Mévio. No mesmo instante, Tício saca sua arma e dispara um tiro na cabeça de Calpúnia e outro na cabeça de Mévio. Embora pudesse fazer outros disparos, Tício guarda a arma. Ato contínuo, apercebendo-se da besteira que fizera, coloca os amantes em seu carro e parte em disparada para um hospital. O trabalho dos médicos é extremamente bem-sucedido, retirando a bala da cabeça dos amantes sem que ambos tivessem qualquer espécie de seqüela. Aliás, não fosse a imediata atuação de Tício, Calpúnia e Mévio teriam morrido. Com efeito, quinze dias depois, ambos já retornaram às suas atividades profissionais habituais. A partir do texto, assinale a alternativa que indique o crime praticado por Tício.

- (A) lesão corporal leve.
- (B) lesão corporal grave.
- (C) tentativa de homicídio.
- (D) Tício não praticou crime.
- (E) exercício arbitrário das próprias razões.

Art. 15, segunda parte, do CP (arrependimento eficaz). Tício, após efetuar o primeiro disparo contra Calpúnia e Mévio, desiste de dar sequência à sua empreitada. Podia ir além, já que dispunha de meios para tanto, mas achou por bem interromper o *iter criminis*. Vendo a gravidade dos ferimentos e arrependido do que acabara de fazer, Tício pratica a conduta positiva necessária a salvar o bem jurídico, isto é, coloca os amantes no carro e os leva até o hospital para que ali recebam atendimento. Em razão disso, e também por conta da rápida e bem-sucedida intervenção dos médicos, Calpúnia e Mévio são salvos. Dessa forma, Tício não será responsabilizado por tentativa de homicídio, tendo em vista que o crime não se consumou em razão de sua pronta intervenção (circunstâncias relacionadas à sua vontade). Responderá tão somente pela lesão corporal de natureza grave, em virtude do perigo de vida a que foram submetidos os amantes – art. 129, § 1º, II, do CP.

„B.“ Gabarito

(FGV – 2008) Relativamente ao Direito Penal Brasileiro, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os crimes unissubsistentes, habituais próprios, comissivos e permanentes na forma omissiva não admitem tentativa.
- II. Considera-se desistência voluntária ou arrependimento posterior a conduta do agente que, depois de consumado o crime, repara o dano causado respondendo o agente somente pelos fatos praticados.
- III. Considera-se impossível o crime quando o meio utilizado pelo agente é relativamente incapaz de alcançar o resultado.
- IV. Nos crimes tentados, aplica-se a pena do crime consumado reduzindo-a de 1/3 a 2/3, ao passo que no arrependimento eficaz se aplica a pena do crime consumado reduzindo-a de 1/6 a 1/3.

Assinala:

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- (D) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

**I:** incorreto. Os crimes *unissubsistentes* não comportam a modalidade tentada porque constituídos de ato único. A conduta, por essa razão, não é passível de fracionamento. *Habitual*, que também não comporta tentativa, é o crime cuja prática pressupõe a reiteração de atos. Um ato, isoladamente considerado, não tem o condão de constituir lesão ao bem jurídico tutelado. É o caso do crime de curandeirismo (art. 284 do CP). O crime comissivo, que é o que exige por parte do agente uma ação, pode ser doloso ou culposo. Este último não admite o “conatus”, dado que o resultado, neste tipo de crime, não é perseguido pelo agente. Os crimes permanentes na forma omissiva não admitem a tentativa; **II:** incorreto. A *desistência voluntária* está prevista no art. 15, primeira parte, do CP (pressupõe ausência de consumação); já o *arrepentimento posterior*, que está no art. 16 do CP, só terá incidência nos crimes consumados, desde que preenchidos os demais requisitos contidos no dispositivo. Este constitui uma causa obrigatória de redução da pena; aquele, uma causa excludente de tipicidade, respondendo o agente tão somente pelos atos praticados; **III:** incorreto. O art. 17 do CP reza que a tentativa não será punida quando o meio utilizado pelo agente é *absolutamente* ineficaz para alcançar o resultado. Não basta, pois, à configuração do crime impossível, que o meio empregado seja *relativamente* ineficaz; **IV:** determina o art. 14, II, do CP que, salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a mesma pena do crime consumado, diminuída de um a dois terços. Até aqui a assertiva está correta. Já no que toca ao *arrepentimento eficaz*, disposto no art. 15, segunda parte, do CP, a afirmativa está incorreta, na medida em que o agente responderá tão somente pelos atos então praticados. O *arrepentimento eficaz* e a *desistência voluntária*, esta disciplinada na primeira parte do art. 15, têm como natureza jurídica causa excludente de tipicidade, ao passo que a tentativa constitui uma norma de extensão que tem como consequência a redução de pena dentro dos patamares estabelecidos no art. 14, II, do CP.

Gabartio “D”

(FGV – 2008) Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Sempre que o agente, por ato voluntário, reparar o dano ou restituir a coisa, antes do recebimento da denúncia ou da queixa, a pena será reduzida de um a dois terços.
- (B) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo, se previsto em lei.
- (C) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.
- (D) A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado, sendo o dever de agir descrito no Código Penal.
- (E) Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.

**A:** incorreto (devendo ser assinalado). O *arrepentimento posterior*, disciplinado no art. 16 do CP, só cabe nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça contra a pessoa; **B:** correto (art. 20, *caput*, do CP); **C:** correto (art. 17 do CP); **D:** correto (art. 13, § 2º, do CP); **E:** correto (art. 14, II, do CP).

Gabartio “A”

(FGV – 2008) Qual das seguintes condutas não constitui crime impossível?

- (A) O furto de dinheiro guardado, cujas cédulas haviam sido marcadas para descobrir quem ia tentar a subtração.
- (B) A tentativa de homicídio com revólver descarregado.
- (C) A apresentação ao banco de cheque para sacar determinado valor, se a vítima já determinara a sustação do pagamento do cheque furtado.
- (D) Quando o agente pretendia furtar um bem que estava protegido por aparelho de alarme que tornava absolutamente ineficaz o meio empregado para a subtração.
- (E) Quando o agente deu veneno à vítima, mas a quantidade não foi suficiente para matá-la.

**A:** correto. Trata-se, de fato, de crime impossível (TACrSP, RT 520/405); **B:** correto. A tentativa de homicídio com revólver desmuniado constitui crime impossível, já que o agente, com tal conduta, nunca poderia chegar ao resultado almejado (TJSP, RT 514/336); **C:** correto. Trata-se, da mesma forma, de crime impossível, segundo entende a jurisprudência (TACrSP, RT 611/380); **D:** correto. A hipótese também configura crime impossível (TACrSP, RT 545/373); **E:** incorreto (devendo ser assinalado). Cuida-se de meio *relativamente* ineficiente, ineficaz, razão pela qual não há que se falar em crime impossível, em que se exige, por imposição do art. 17 do CP, a ineficácia *absoluta* do meio empregado. O agente, portanto, responderá por tentativa de homicídio (TJSP, RT 613/303).

Gabartio “E”

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Alonso, com evidente intenção homicida, praticou conduta compatível com a vontade de matar Betina. A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- (A) Caso Alonso interrompesse voluntariamente os atos de execução, caracterizar-se-ia desistência voluntária, e ele só responderia pelos atos já praticados.
- (B) Caso Alonso utilizasse os meios que tinha ao seu alcance para atingir a vítima, mas não conseguisse fazê-lo, ele só responderia por expor a vida de terceiro a perigo.
- (C) Caso Alonso fosse interrompido, durante os atos de execução, por circunstâncias alheias à sua vontade, não chegando a fazer tudo que pretendia para consumir o crime, não se caracterizaria a tentativa de homicídio, mas lesão corporal.
- (D) Caso Alonso não fosse interrompido e, após praticar tudo o que estava ao seu alcance para consumir o crime, resolvesse impedir o resultado, obtendo êxito neste ato, caracterizar-se-ia o *arrepentimento posterior*, mas ficaria afastado o *arrepentimento eficaz*.

**A:** correto (art. 15, primeira parte, do CP); **B e C:** incorretas (art. 14, II, do CP – tentativa); **D:** incorreta (art. 15, segunda parte, do CP – *arrepentimento eficaz*).

Gabartio “A”

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) É cabível o *arrepentimento posterior* no crime de

- (A) Roubo.
- (B) Furto.
- (C) Lesão corporal dolosa.
- (D) Homicídio.

Art. 16 do CP. Conforme se depreende do dispositivo, o instituto só se aplica aos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa. É o caso do furto.

„B.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) Se, durante os atos de execução do crime, mas sem esgotar todo o processo executivo do delito, o agente desiste, voluntariamente, de nele prosseguir, ocorre

- (A) Arrependimento eficaz.
- (B) Desistência voluntária.
- (C) Arrependimento posterior.
- (D) Tentativa perfeita.

**A:** incorreto (art. 15, segunda parte, do CP); **B:** correto (art. 15, primeira parte, do CP); **C:** incorreto (art. 16 do CP); **D:** incorreto. *Tentativa perfeita* ou *crime falho*: mesmo tendo realizado todos os atos de execução, o agente, ainda assim, não consegue atingir a consumação do crime.

„B.“ Gabarito

(FGV – 2007) Maria da Silva, esposa do Promotor de Justiça Substituto José da Silva, mantém um caso extraconjugal com o serventuário do Tribunal de Justiça Manoel de Souza. Passado algum tempo, Maria decide separar-se de José da Silva, contando a ele o motivo da separação. Inconformado com a decisão de sua esposa, José da Silva decide matá-la, razão pela qual dispara três vezes contra sua cabeça. Todavia, logo depois dos disparos, José da Silva coloca Maria da Silva em seu carro e conduz o veículo até o hospital municipal. No trajeto, José da Silva imprime ao veículo velocidade bem acima da permitida e “fura” uma barreira policial, tudo para chegar rapidamente ao hospital. Graças ao pouco tempo decorrido entre os disparos e a chegada ao hospital, os médicos puderam salvar a vida de Maria da Silva. Maria sofreu perigo de vida, atestado por médicos e pelos peritos do Instituto Médico Legal, mas recuperou-se perfeitamente vinte e nove dias após os fatos. Qual crime praticou José da Silva?

- (A) Tentativa de homicídio.
- (B) Nenhum crime, pois agiu em legítima defesa.
- (C) Lesão corporal grave.
- (D) Lesão corporal leve.
- (E) Lesão corporal seguida de morte.

Art. 15, segunda parte, do CP (arrependimento eficaz). José da Silva, depois de esgotar os meios que reputou suficientes para atingir seus objetivos (levar sua esposa à morte), arrependeu-se do que fez, agiu conforme esse sentimento, atuando para impedir a ocorrência do resultado letal, e, dessa forma, conseguiu evitá-lo. Responderá tão somente pelos atos que praticou (lesão corporal de natureza grave), ficando afastada a tentativa de homicídio, uma vez que o crime inicialmente desejado por José da Silva não se consumou por circunstâncias ligadas à sua vontade.

„C.“ Gabarito

(FGV – 2005) Pedro Paulo municiou completamente o tambor de uma arma calibre 38 e desferiu, com vontade de matar, quatro tiros contra Aldo Tinoco, desistindo voluntariamente de prosseguir na execução do seu intento, razão por que não desferiu os dois últimos tiros. A vítima foi socorrida por Pedro Paulo e sofreu lesões corporais incapacitantes para o exercício das atividades habituais

por 30 (trinta) dias. Pedro Paulo deverá ser processado por crime de:

- (A) lesões leves.
- (B) lesões graves.
- (C) lesões gravíssimas.
- (D) tentativa de homicídio.
- (E) lesões graves, beneficiado pelo arrependimento posterior.

Art. 15, segunda parte, do CP (arrependimento eficaz). Pedro Paulo, depois de desferir contra Aldo quatro tiros, desistiu de prosseguir na execução do crime. Podia ir além, já que dispunha de meios para tanto, mas achou por bem interromper o *iter criminis*. Arrependido do que acabara de fazer, Pedro Paulo pratica a conduta positiva necessária para salvar o bem jurídico, ou seja, socorre a vítima até o hospital para que ali receba atendimento. Como consequência, Aldo Tinoco, a despeito dos ferimentos experimentados, é salvo, sofrendo lesões que o incapacitaram para o exercício das atividades habituais pelo período de *trinta dias*, interregno inferior ao necessário a caracterizar a lesão grave capitulada no art. 129, § 1º, I, do CP (que exige que a incapacidade dure mais de trinta dias). De outro lado, não é o caso de imputar a Pedro Paulo a prática do crime de tentativa de homicídio, tendo em vista que o delito não se consumou por circunstâncias relacionadas à sua vontade. Responderá, assim, tão somente por lesão corporal de natureza leve, crime esse previsto no art. 129, *caput*, do CP.

„A.“ Gabarito

## 9. ANTIJURIDICIDADE E CAUSAS EXCLUDENTES

(FGV – 2008) João da Silva é jogador de futebol profissional, disputando a final do campeonato estadual. Aos 40 minutos do segundo tempo, o juiz marca um pênalti a favor do time de João. Escalado para cobrar o pênalti, João desferiu um potente chute em direção ao gol, atingindo, porém, a cabeça do goleiro adversário, José de Arimatéia, vindo este a falecer em decorrência das lesões provenientes da referida ação contundente. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) João da Silva deve ser condenado pelo cometimento do delito de homicídio culposo.
- (B) João da Silva deve ser absolvido. Embora a conduta seja típica e antijurídica, não é culpável.
- (C) João da Silva deve ser condenado pelo cometimento do delito de homicídio doloso.
- (D) João da Silva deve ser absolvido, tendo em conta estar ele amparado pela excludente de ilicitude de exercício regular do direito.
- (E) João da Silva deve ser absolvido, tendo em conta estar ele amparado pela excludente de ilicitude de estrito cumprimento do dever legal.

Art. 23, III, do CP. Desde que o agente atue dentro dos limites impostos pelo ordenamento legal, respeitando-se as regras de cada modalidade esportiva, não há que se falar em crime nas chamadas “lesões esportivas”.

„D.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2008.1) Com relação às causas excludentes de ilicitude (ou antijuridicidade), assinale a opção correta.

- (A) Agem em estrito cumprimento do dever legal policiais que, ao terem de prender indiciado de má fama, atiram contra ele para dominá-lo.

- (B) O exercício regular do direito é compatível com o homicídio praticado pelo militar que, em guerra externa ou interna, mata o inimigo.
- (C) Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar-se de perigo atual ou iminente que não provocou por sua vontade ou era escusável.
- (D) Supondo o agente, equivocadamente, que está sendo agredido, e repelindo a suposta agressão, configura-se a legítima defesa putativa, considerada na lei como caso *sui generis* de erro de tipo, o denominado erro de tipo permissivo.

**A:** incorreto. Atirar contra um indiciado de má fama com o objetivo de dominá-lo não constitui ação praticada em cumprimento de um dever imposto por lei (art. 23, III, primeira parte, CP); **B:** incorreto. É hipótese de *estrito cumprimento de dever legal*; **C:** incorreto (art. 24 do CP); **D:** correto (art. 20, § 1º, do CP).

Gabário "D."

(FGV – 2008) Considera-se em legítima defesa quem:

- (A) pratica o fato sob coação irresistível.
- (B) pratica o fato para salvar-se de perigo que ele próprio provocou.
- (C) pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio cujo sacrifício não era razoável exigir-se.
- (D) pratica o fato por erro plenamente justificado pelas circunstâncias e que tenha sido causado por terceiro.
- (E) pratica o fato utilizando moderadamente dos meios necessários para repelir uma agressão injusta a direito próprio ou de outrem, desde que a agressão seja atual ou iminente.

**A:** incorreto. A *coação moral irresistível* constitui causa de exclusão da culpabilidade, nos termos do art. 22, primeira parte, do CP. A *legítima defesa* é causa de exclusão da ilicitude (art. 23, CP); **B e C:** incorretas. A legítima defesa – art. 25 do CP – pressupõe a existência de uma *agressão injusta*. Aquele que pratica o fato para salvar de perigo atual direito próprio ou alheio age sob o manto do *estado de necessidade*, desde que preenchidos os demais requisitos do art. 24 do CP; **D:** incorreto (art. 20, § 2º, do CP); **E:** correto. É o conceito de legítima defesa extraído do art. 25 do CP.

Gabário "E."

(FGV – 2008) São consideradas causas legais de exclusão da ilicitude:

- (A) estado de necessidade, legítima defesa e embriaguez voluntária.
- (B) estado de necessidade, legítima defesa, coação moral resistível e obediência hierárquica de ordem não manifestamente ilegal.
- (C) estado de necessidade, legítima defesa, coação moral irresistível e obediência hierárquica de ordem não manifestamente ilegal.
- (D) coação física irresistível, obediência hierárquica de ordem não manifestamente ilegal, estado de necessidade, legítima defesa, exercício regular do direito, estrito cumprimento do dever legal e embriaguez voluntária.
- (E) estado de necessidade, legítima defesa, exercício regular do direito e estrito cumprimento do dever legal.

O Código Penal elenca expressamente as seguintes causas excludentes de ilicitude: estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular do direito. Insta consignar que as causas excludentes de antijuridicidade não se submetem ao princípio da legalidade, o que enseja o reconhecimento de outras condições para afastar a ilicitude de um ato típico, como é o caso do consentimento do ofendido. Art. 23 do CP.

Gabário "E."

(FGV – 2005) No tocante ao estado de necessidade, é correto afirmar que o Código Penal Brasileiro:

- (A) menciona expressamente, como requisito, que o perigo deva ser atual ou iminente.
- (B) exige, de forma expressa, que a situação de perigo não tenha sido causada dolosamente pelo sujeito.
- (C) exige que a agressão seja injusta para que o agente possa agir amparado por tal excludente.
- (D) adotou a teoria unitária.
- (E) admite o "estado de necessidade exculpante".

**A:** incorreto. De acordo com o disposto no art. 24 do CP, o perigo, no estado de necessidade, deve ser *atual, presente*. O dispositivo não faz menção ao perigo *iminente*. Vale aqui o registro de que parte da doutrina considera que o perigo iminente é apto a configurar o estado de necessidade; **B:** incorreto. Na verdade, o dispositivo exige que a situação de perigo não tenha sido causada *voluntariamente* pelo sujeito, o que, para parte da doutrina (Damásio E. de Jesus), deve ser entendido como *intencionalmente*. Dessa forma, se o sujeito causar de forma culposa o perigo, ainda assim poderá invocar a excludente do estado de necessidade; **C:** incorreto. *Agressão injusta* é um dos componentes da legítima defesa (art. 25, CP). No estado de necessidade, o que existe é o sacrifício de um bem jurídico com o propósito de preservar outro (conflito entre bens jurídicos); **D:** correto. O Código Penal, no que se refere à natureza jurídica do estado de necessidade, adotou a *teoria unitária*, já que o considera como causa excludente da ilicitude; **E:** incorreto. A teoria diferenciadora aponta a existência de duas modalidades de estado de necessidade: *justificante*, em que o valor do bem jurídico preservado é *superior* ao do bem sacrificado. Consequência: exclusão da ilicitude da conduta; e *exculpante*, em relação ao qual o valor do bem jurídico preservado é *igual* ou *inferior* ao do sacrificado. É hipótese de exclusão da culpabilidade. Nosso Código – repita-se – adotou a *teoria unitária*, para a qual o estado de necessidade sempre será uma causa excludente da antijuridicidade.

Gabário "D."

## 10. CONCURSO DE PESSOAS

(FGV – 2009) João Carvalho, respeitado neurocirurgião, opera a cabeça de José Pinheiro. Terminada a operação, com o paciente já estabilizado e colocado na Unidade de Tratamento Intensivo para observação, João Carvalho deixa o hospital e vai para casa assistir ao último capítulo da novela. Ocorre que, pelas regras do hospital, João Carvalho deveria permanecer acompanhando José Pinheiro pelas doze horas seguintes à operação. Como é um fanático novelheiro, João desrespeita essa regra e pede à Margarida, médica da sua equipe, que acompanhe o pós-operatório. Margarida é uma médica muito preparada e tão respeitada e competente quanto João. Margarida, ao ver José Pinheiro, o reconhece como sendo o assassino de seu pai. Tomada por uma intensa revolta e um sentimento incontrolável de vingança, Margarida decide matar aquele assassino cruel que nunca fora punido pela Justiça, porque é afilhado de um influente político. Margarida



determina à enfermeira Hortência que troque o frasco de soro que alimenta José, tomando o cuidado de misturar, sem o conhecimento de Hortência, uma dose excessiva de anticoagulante no soro. José morre de hemorragia devido ao efeito do anticoagulante. Assinale a alternativa que indique o crime praticado por cada envolvido.

- (A) João Carvalho: homicídio culposo – Margarida: homicídio doloso – Hortência: homicídio culposo.  
 (B) João Carvalho: homicídio culposo – Margarida: homicídio doloso – Hortência: não praticou crime algum.  
 (C) João Carvalho: homicídio preterdoloso – Margarida: homicídio culposo – Hortência: homicídio culposo.  
 (D) João Carvalho: não praticou crime algum – Margarida: homicídio doloso – Hortência: não praticou crime algum.  
 (E) João Carvalho: homicídio culposo – Margarida: homicídio preterdoloso – Hortência: não praticou crime algum.

João Carvalho, ainda que tenha desrespeitado uma norma interna do hospital, não pode ser atribuída nenhuma responsabilidade, já que, ao ir para sua residência, deixou José Pinheiro aos cuidados da médica Margarida. No que toca a esta, a situação é bem outra. Está-se, aqui, diante da chamada *autoria mediata* ou *autoria por determinação*. Margarida, tomada por um sentimento de revolta e determinada a pôr fim à vida de José Pinheiro, faz uso de Hortência, que funciona como *instrumento* do cometimento do crime, isto é, o autor *mediato*, que é a médica, utiliza o executor (autor imediato), que é a enfermeira, como mero instrumento para a sua empreitada criminoso. Evidente que a responsabilidade recairá, ante a falta de ciência do autor imediato, somente sobre a médica, que responderá por homicídio doloso.

„Gabartio“

(OAB/Exame Unificado – 2008.3) Acerca do concurso de pessoas, assinale a opção correta em conformidade com o CP.

- (A) Se algum dos concorrentes tiver optado por participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste, a qual, entretanto, será aumentada, nos termos da lei, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.  
 (B) As circunstâncias e as condições de caráter pessoal não se comunicam, mesmo quando elementares do crime.  
 (C) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, são puníveis, mesmo se o crime não chegar a ser tentado.  
 (D) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, independentemente de sua culpabilidade.

**A:** correta (art. 29, § 2º, do CP – cooperação dolosamente distinta); **B:** incorreta (art. 30 do CP); **C:** incorreta (art. 31 do CP); **D:** incorreta (art. 29, *caput*, do CP).

„Gabartio“

(FGV – 2008) Com relação ao concurso de pessoas, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.  
 (B) Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.

(C) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste, salvo quando previsível o resultado mais grave, caso que será aplicada a pena do crime mais grave.

(D) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.

(E) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.

**A:** correta (art. 29, *caput*, do CP); **B:** correta (art. 29, § 1º, do CP – participação de menor importância); **C:** incorreta (devendo ser assinalada). Reza o art. 29, § 2º, do CP que, se algum dos agentes quis participar de crime menos grave, a ele será aplicada a pena deste; essa pena, no entanto, será aumentada até metade, no caso de o resultado mais grave ser previsível; **D:** correta (art. 30 do CP); **E:** correta (art. 31 do CP).

„Gabartio“

## 11. CULPABILIDADE E CAUSAS EXCLUDENTES

(FGV – 2010) Exclui, em qualquer caso, a imputabilidade penal:

- (A) a violenta emoção.  
 (B) a embriaguez culposa.  
 (C) a embriaguez preordenada.  
 (D) a menoridade, ainda que o indivíduo seja casado.  
 (E) a perturbação da saúde mental.

**A:** incorreto. A *emoção* e a *paixão*, nos exatos termos do art. 28, I, do CP, não excluem a imputabilidade penal. A emoção pode, no entanto, conforme preceitua o art. 65, III, c, do CP, funcionar como *atenuante genérica*; **B** e **C:** incorretas, pois, nos termos do art. 28, II, do CP, a *embriaguez culposa* e também a *preordenada* não têm o condão de excluir a imputabilidade penal; esta, aliás, funciona como agravante genérica, de acordo com o art. 61, II, I, do CP; **D:** correto (art. 27 do CP). Adotamos, quanto aos menores de 18 anos, o *critério biológico*, pelo qual presume-se, de forma absoluta, que a criança e o adolescente são inteiramente incapazes de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento; **E:** incorreto. Do art. 26 do CP, que acolheu o *critério biopsicológico*, consubstanciado na conjugação dos critérios *biológico* e *psicológico*, é possível extrair a ideia de que não é suficiente que haja tão somente uma perturbação da saúde mental. É mister que exista prova de que tal transtorno afetou de forma efetiva a capacidade de compreensão do ilícito ou de determinação segundo esse entendimento. Além disso, a perturbação, desde que acompanhada de uma privação *parcial* na capacidade de compreensão do sujeito (semi-imputabilidade), ensejará uma redução de pena da ordem de um a dois terços.

„Gabartio“

(FGV – 2010) Trata-se de hipótese de *exclusão de culpabilidade*:

- (A) estado de necessidade.  
 (B) estrito cumprimento de dever legal.  
 (C) erro inevitável sobre a ilicitude do fato.  
 (D) exercício regular de direito.  
 (E) legítima defesa.

O erro sobre a ilicitude do fato (erro de proibição), desde que inevitável (escusável), gera a exclusão da culpabilidade (art. 21, *caput*, primeira parte, do CP); se, no entanto, o erro de proibição for inescusável (evitável), constituirá causa de redução de pena (art. 21, *caput*, segunda

parte, do CP). As outras assertivas contemplam causas excludentes de ilicitude, listadas no art. 23 do CP.

„C.“ Gabarito

## 12. PENA E MEDIDA DE SEGURANÇA

(OAB/Exame Unificado – 2008.3) De acordo com o Código Penal, salvo exceção, quando, por acidente ou erro na execução do crime, sobrevém resultado diverso do pretendido, o agente responde por culpa caso o fato seja previsto como crime culposos. Entretanto, se ocorrer, também, o resultado pretendido, o agente

- (A) não responderá por ele, sob pena de responsabilidade penal objetiva.
- (B) responderá por ele, segundo a regra do concurso formal.
- (C) responderá por ele, segundo a regra do concurso material.
- (D) não responderá por ele, sob pena de *bis in idem*.

Art. 74 do CP (resultado diverso do pretendido).

„B.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2009.3) Assinale a opção correta quanto à fixação da pena.

- (A) Concorrendo circunstâncias atenuantes e agravantes, deve sempre prevalecer a circunstância atenuante, em respeito ao princípio *in dubio pro reo*.
- (B) Na segunda etapa da dosimetria da pena, o juiz não pode reduzir a pena em razão de circunstância relevante, anterior ou posterior ao crime, visto que tal possibilidade não está prevista expressamente em lei.
- (C) Será reincidente o réu que possuir condenação por crime anterior, ainda que esta não tenha transitado em julgado.
- (D) O CP adotou o sistema trifásico de fixação da pena, segundo o qual o juiz fixa a pena-base, considera, em seguida, as circunstâncias agravantes e atenuantes e, por último, as causas de aumento e de diminuição da pena.

A: incorreto (art. 67 do CP); B: incorreto (art. 66 do CP); C: incorreto (art. 63 do CP); D: correto (art. 68, *caput*, do CP).

„D.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2008.3) À luz do que dispõe o CP acerca da reabilitação, assinale a opção correta.

- (A) Caso o condenado seja reabilitado, terá assegurado o sigilo dos registros sobre o seu processo e a condenação.
- (B) Após o decurso de dois anos do dia em que for extinta, de qualquer modo, a pena ou terminar sua execução, o condenado poderá requerer a reabilitação, não se computando o período de prova da suspensão e o do livramento condicional.
- (C) Caso o reabilitado seja condenado, como reincidente, por decisão definitiva, à pena de multa, o Ministério Público pode requerer a revogação da reabilitação.
- (D) A reabilitação não pode ser revogada de ofício.

A: correto (art. 93, *caput*, do CP); B: incorreto (art. 94, *caput*, do CP); C: incorreto (art. 95 do CP); D: incorreto (art. 95 do CP).

„A.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2008.2) Entre as penas restritivas de direitos previstas no Código Penal, não está incluída

- (A) A prestação de serviço a entidades públicas.
- (B) A prestação pecuniária.
- (C) A perda de bens e valores.
- (D) A interdição permanente de direitos.

Art. 43, V, do CP. O dispositivo faz alusão tão somente à interdição de caráter *temporário*, e não à de caráter permanente.

„D.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Entre as circunstâncias que sempre atenuam a pena, não está incluído o fato de o agente

- (A) Desconhecer a lei.
- (B) Ter cometido o crime sob coação a que pudesse resistir.
- (C) Ter cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o tiver provocado.
- (D) Ter cometido o crime em ocasião de incêndio, inundação ou qualquer calamidade pública.

Art. 65 do CP.

„D.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2008.2) Segundo o Código Penal (CP) brasileiro, quando, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, o agente, em vez de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa, ele deve responder como se tivesse praticado o crime contra aquela. No caso de ser, também, atingida a pessoa que o agente pretendia ofender, aplica-se a regra do

- (A) Concurso material.
- (B) Concurso formal.
- (C) Crime continuado.
- (D) Crime habitual.

A: incorreto (art. 69 do CP); B: correto (art. 73, parte final, do CP – erro na execução); C: incorreto (art. 71 do CP); D: incorreto. Aqui, a pluralidade de atos constitui elemento do tipo, já que cada ato, por si só, é atípico.

„B.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2004.ES) Com relação ao concurso de crimes, assinale a opção incorreta.

- (A) Ocorre o concurso material de crimes quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro.
- (B) Ocorre o concurso formal quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não.
- (C) No concurso material, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que o agente haja incorrido.
- (D) De acordo com o entendimento do STJ, o benefício da suspensão do processo não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja

pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de um ano.

**A:** incorreto. A alternativa contempla a descrição do chamado crime continuado (art. 71, CP), e não do concurso material, cuja previsão está no art. 69 do CP; **B:** correto (art. 70 do CP); **C:** correto (art. 69 do CP); **D:** correto. Súmulas 243 do STJ e 723 do STF.

Gabário "A"

(FGV – 2009) Com relação à aplicação da pena, analise as afirmativas a seguir:

- I. São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime, dentre outras, as seguintes: a gravidade do crime praticado, ter o agente cometido o crime por motivo fútil ou torpe e ter o agente cometido o crime contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida.
- II. São circunstâncias que sempre atenuam a pena, dentre outras, as seguintes: ser o agente menor de 21 (vinte e um) anos na data do fato, ter o agente cometido o crime por motivo de relevante valor social ou moral e ter o agente cometido o crime em estado de embriaguez preordenada.
- III. A pena será ainda agravada em relação ao agente que promove ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes, ao passo que a pena será ainda atenuada em relação ao agente que induz outrem à execução material do crime.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**I:** incorreto. São circunstâncias que sempre agravam a pena: ter o agente cometido o crime por motivo fútil ou torpe (art. 61, II, a, CP); bem assim contra criança, maior de 60 anos, enfermo ou mulher grávida (art. 61, II, h, CP). A gravidade do crime praticado não constitui circunstância apta a agravar a pena; **II:** incorreto. O fato de o agente ser menor de 21 (vinte e um) anos na data do fato é circunstância que atenua a pena (art. 65, I); além disso, o fato de ter cometido o crime por motivo de relevante valor moral ou social também constitui, nos termos do art. 65, III, a, circunstância atenuante. Se o agente, no entanto, cometer o crime em estado de embriaguez preordenada, incorrerá na circunstância agravante capitulada no art. 61, II, I, do CP; **III:** incorreto. Determina o art. 62, I e II, do CP que a pena será agravada em relação ao agente que promove ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes, bem como daquele que coage ou induz outrem à execução material do crime.

Gabário "A"

(FGV – 2008) Com relação às penas, analise as afirmativas a seguir:

- I. São penas privativas de liberdade: detenção, reclusão e limitação de fim de semana.
- II. O Código Penal prevê somente as seguintes hipóteses de penas restritivas de direitos: prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas; interdição temporária de direitos e prestação pecuniária.
- III. A pena de interdição temporária de direitos compreende as seguintes situações: proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como

mandato eletivo; proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público; suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo; proibição de frequentar determinados lugares; e, obrigação de permanecer, aos sábados e domingos, por cinco horas diárias, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado, ocasião em que serão ministrados cursos e palestras ou atribuídas atividades educativas.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**I:** incorreto. São penas privativas de liberdade: reclusão, detenção e prisão simples; a limitação de fim de semana – arts. 43, VI, e 48, do CP – é pena restritiva de direitos; **II:** incorreto. As penas restritivas de direitos estão elencadas no art. 43 do CP. Além daquelas contidas na assertiva, há também a perda de bens e valores e a limitação de fim de semana; **III:** incorreto. A obrigação consistente em permanecer, aos sábados e domingos, por cinco horas diárias, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado constitui a pena de *limitação de fim de semana* (art. 48 do CP), e não a de *interdição temporária de direitos*. Aqui reside a incorreção da assertiva, que de resto está correta, porquanto compatível com o art. 47 do CP, que rege a interdição temporária de direitos.

Gabário "A"

### 13. CONCURSO DE CRIMES

(FGV – 2010) Relativamente ao *concurso de crimes*, assinale a afirmativa incorreta:

- (A) O concurso material ocorre quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não.
- (B) Na presença de um concurso formal, aplica-se ao agente a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade, salvo se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos (hipótese em que as penas aplicam-se cumulativamente).
- (C) Quando se tratar de crime continuado, aplica-se ao agente a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.
- (D) Quando se tratar de crime continuado em que os crimes sejam dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, o juiz poderá, observados os artigos 70, 71 e 74 do Código Penal, aumentar a pena mais grave até o triplo.
- (E) No concurso de crimes, as penas de multa são aplicadas de acordo com as regras aplicáveis às penas privativas de liberdade.

**A:** correto (art. 69 do CP); **B:** correto (art. 70 do CP); **C:** correto (art. 71, *caput*, do CP); **D:** correto (art. 71, p. único, do CP); **E:** incorreto, devendo ser assinalada (art. 72 do CP).

Gabário "E"

(FGV – 2010) Relativamente ao *concurso de crimes*, analise as afirmativas a seguir.

- I. A pena será ainda agravada em relação ao agente que promove, ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes.
- II. A pena será ainda agravada em relação ao agente que coage ou induz outrem à execução material do crime.
- III. A pena será ainda agravada em relação ao agente que instiga a cometer o crime alguém não punível em virtude de condição.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

I: correta (art. 62, I, do CP); II: correta (art. 62, II, do CP); III: correta (art. 62, III, do CP).

Gabarito "E"

#### 14. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE – PRESCRIÇÃO

(FGV – 2009) Assinale a causa que não interrompe o curso da prescrição.

- (A) Reincidência.
- (B) Oferecimento da denúncia ou da queixa.
- (C) Publicação da sentença condenatória recorrível.
- (D) Publicação do acórdão condenatório recorrível.
- (E) Decisão confirmatória da pronúncia.

A: incorreto (art. 117, VI, do CP); B: correto (art. 117, I, do CP); C e D: incorretos (art. 117, IV, do CP); E: incorreto (art. 117, III, do CP).

Gabarito "B"

(FGV – 2008) O prazo para o ajuizamento da queixa-crime é:

- (A) de seis meses, iniciando a fluência desse prazo no dia seguinte ao dia em que o ofendido vem a saber quem é o autor do crime.
- (B) de dois meses, iniciando a fluência desse prazo no dia seguinte ao dia em que o ofendido vem a saber quem é o autor do crime.
- (C) de seis meses, iniciando a fluência desse prazo no dia em que o ofendido vem a saber quem é o autor do crime.
- (D) de dois meses, iniciando a fluência desse prazo no dia em que o ofendido vem a saber quem é o autor do crime.
- (E) enquanto não estiver prescrito o crime praticado.

Arts. 103 do CP e 38 do CPP. O prazo a que se referem esses dispositivos é *decadencial* e começa a correr do dia em que o ofendido ou seu representante legal vem a saber quem é o autor da infração penal. Ademais, os prazos decadenciais e também os prescricionais são de natureza penal; devem, em razão disso, ser contados nos moldes do art. 10 do CP, incluindo-se, no seu cômputo, o dia do começo.

Gabarito "C"

(OAB/Exame Unificado – 2011.3.A) No dia 18.10.2005, Eratóstenes praticou um crime de corrupção ativa em transação

comercial internacional (Art. 337-B do CP), cuja pena é de 1 a 8 anos e multa. Devidamente investigado, Eratóstenes foi denunciado e, em 20.01.2006, a inicial acusatória foi recebida. O processo teve regular seguimento e, ao final, o magistrado sentenciou Eratóstenes, condenando-o à pena de 1 ano de reclusão e ao pagamento de dez dias-multa. A sentença foi publicada em 07.04.2007. O Ministério Público não interpôs recurso, tendo, tal sentença, transitado em julgado para a acusação. A defesa de Eratóstenes, por sua vez, que objetivava sua absolvição, interpôs sucessivos recursos. Até o dia 15.05.2011, o processo ainda não havia tido seu definitivo julgamento, ou seja, não houve trânsito em julgado final. Levando-se em conta as datas descritas e sabendo-se que, de acordo com o art. 109, incisos III e V, do Código Penal, a prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, verifica-se em 12 (doze) anos se o máximo da pena é superior a quatro e não excede a oito anos e em 4 (quatro) anos se o máximo da pena é igual a um ano ou, sendo superior, não exceda a dois, com base na situação apresentada, é correto afirmar que

- (A) não houve prescrição da pretensão punitiva nem prescrição da pretensão executória, pois desde a publicação da sentença não transcorreu lapso de tempo superior a doze anos.
- (B) ocorreu prescrição da pretensão punitiva retroativa, pois, após a data da publicação da sentença e a última data apresentada no enunciado, transcorreu lapso de tempo superior a 4 anos.
- (C) ocorreu prescrição da pretensão punitiva superveniente, que pressupõe o trânsito em julgado para a acusação e leva em conta a pena concretamente imposta na sentença.
- (D) não houve prescrição da pretensão punitiva, pois, como ainda não ocorreu o trânsito em julgado final, deve-se levar em conta a teoria da pior hipótese, de modo que a prescrição, se houvesse, somente ocorreria doze anos após a data do fato.

Art. 110, § 1º, do CP, com redação determinada pela Lei 12.234/2010 (prescrição intercorrente, subsequente ou superveniente).

Gabarito "D"

(OAB/Exame Unificado – 2008.1) A respeito da prescrição, assinale a opção correta.

- (A) A prescrição começa a correr a partir do dia em que transita em julgado, para a defesa, a sentença condenatória.
- (B) O curso da prescrição interrompe-se pelo oferecimento da denúncia e pela sentença condenatória ou absolutória recorrível.
- (C) Nas infrações permanentes, assim como na bigamia e na falsificação, a prescrição da pretensão punitiva começa a correr a partir do primeiro dia em que o crime ocorreu.
- (D) No caso de o condenado evadir-se, a prescrição da pretensão executória deve ser regulada pelo tempo que resta da pena.

A: incorreto (art. 112, I, do CP); B: incorreto (art. 117, I e IV, do CP); C: incorreto (art. 111, III e IV, do CP); D: correto (art. 113 do CP).

Gabarito "D"

(FGV – 2008) Assinale a afirmativa correta.

- (A) São causas de extinção da punibilidade a anistia, graça, indulto e perdão da vítima nos crimes de ação pública incondicionada.
- (B) A retroatividade da lei que não considera mais o fato como criminoso extingue a punibilidade do agente, salvo quando se tratar de crime hediondo.
- (C) A reparação do dano extingue a punibilidade do peculato culposo, se ocorre antes da sentença condenatória irrecorrível.
- (D) Nos crimes contra a fé pública, extingue-se a punibilidade do agente quando este espontaneamente confessa o crime no interrogatório judicial.
- (E) A morte do agente só extingue a punibilidade se houver expressa concordância do Ministério Público ou do querelante.

**A:** incorreto. Nos termos do art. 107, II, do CP, são causas de extinção da punibilidade a *anistia*, a *graça* e o *indulto*. Extinguirá também a punibilidade o *perdão* aceito, nos crimes de *ação privada* – art. 107, V, do CP; **B:** incorreto. A retroatividade da norma mais benéfica abrange os delitos hediondos. Não há qualquer ressalva; **C:** correto (art. 312, § 3º, do CP). Se a reparação é posterior à sentença irrecorrível, reduz de metade a pena imposta; **D:** incorreto. O Código Penal não contempla esta causa extintiva da punibilidade. Trata-se, sim, de uma circunstância atenuante – art. 65, III, *d*, do CP; **E:** incorreto. Tendo em vista o disposto no art. 62 do CPP, o juiz, na hipótese de morte do agente, diante de sua certidão de óbito, ouvido o Ministério Público, declarará extinta a punibilidade. Esta causa extintiva da punibilidade não está condicionada à concordância do Ministério Público tampouco do querelante.

Gabartito "C"

(FGV – 2005) Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O casamento do agente com a vítima, em determinados crimes contra os costumes, é causa de extinção da punibilidade.
- (B) A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr, no crime de bigamia, da data em que o fato se tornou conhecido.
- (C) No caso de evadir-se o condenado, a prescrição é regulada pelo tempo que resta da pena.
- (D) A prescrição da pena de multa ocorre no mesmo prazo estabelecido para a pena privativa de liberdade quando, com esta, for cumulativamente aplicada.
- (E) São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso for, na data da sentença, maior de 70 anos.

**A:** incorreta, pois, com a revogação do art. 107, VII, do CP, o que se deu com o advento da Lei 11.106/2005, o casamento da vítima com o agente, nos crimes contra os costumes (atualmente denominados crimes contra a dignidade sexual), não mais constitui causa extintiva da punibilidade; **B:** correto (art. 111, IV, do CP); **C:** correto (art. 113 do CP); **D:** correto (art. 114, II, do CP); **E:** correto (art. 115 do CP).

Gabartito "A"

(FGV – 2005) Segundo o Código Penal, o curso da prescrição se interrompe:

- (A) enquanto o agente cumpre pena no estrangeiro.
- (B) durante o tempo em que o condenado está preso por outro motivo.
- (C) pela continuação do cumprimento da pena.

(D) pela decisão confirmatória da sentença condenatória recorrível.

(E) enquanto não resolvida, em outro processo, questão de que dependa o reconhecimento da existência do crime.

Art. 117 do CP.

Gabartito "C"

## 15. CRIMES CONTRA A PESSOA

### 15.1. Crimes contra a vida

(FGV – 2009) Jorge é uma pessoa má e sem caráter, que sempre que pode prejudica outra pessoa. Percebendo que Ivete está muito triste e deprimida porque foi abandonada por Mateus, Jorge inventa uma série de supostas traições praticadas por Mateus que fazem Ivete sentir-se ainda mais desprezível, bem como deturpa várias histórias de modo que Ivete pense que nenhum de seus amigos realmente gosta dela. Por causa das conversas que mantém com Jorge, Ivete desenvolve o desejo de auto-destruição. Percebendo isso, Jorge continua estimulando seu comportamento autodestrutivo. Quando Ivete já está absolutamente desolada, Jorge se oferece para ajudá-la a suicidar-se, e ensina Ivete a fazer um nó de força com uma corda para se matar. No dia seguinte, Ivete prepara todo o cenário do suicídio, deixando inclusive uma carta para Mateus, acusando-o de causar sua morte. Vai até a casa de Mateus, amarra a corda na viga da varanda, sobe em um banco, coloca a corda no pescoço e pula para a morte. Por causa do seu peso, a viga de madeira onde estava a corda se quebra e Ivete apenas cai no chão. Como consequência da tentativa frustrada de suicídio, Ivete sofre apenas arranhões leves. Assinale a alternativa que indique a pena a que, por esse comportamento, Jorge está sujeito.

- (A) Tentativa de homicídio.
- (B) Lesão corporal leve.
- (C) Induzimento ou instigação ao suicídio.
- (D) Auxílio ao suicídio.
- (E) Esse comportamento não é punível.

O art. 122 do CP (participação em suicídio) prevê punição somente nos casos de morte e lesão grave. Não haverá este crime na hipótese de a vítima não chegar a investir contra a própria vida ou ainda se sofrer tão somente lesões leves. Este delito não comporta tentativa.

Gabartito "E"

(FGV – 2008) Assinale a alternativa que apresente circunstância que não qualifica o crime de homicídio doloso.

- (A) Quando o homicídio é praticado mediante promessa de recompensa.
- (B) Quando o homicídio é praticado mediante emprego de veneno.
- (C) Quando o homicídio é praticado contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge.
- (D) Quando o homicídio é praticado para assegurar a impunidade de outro crime.
- (E) Quando o homicídio é praticado mediante emprego de asfixia.

**A:** correto (art. 121, § 2º, I, do CP); **B:** correto (art. 121, § 2º, III, do CP); **C:** incorreto, pois esta circunstância não constitui qualificadora no homicídio. Trata-se, sim, de circunstância agravante contida no art. 61, II, e, do CP; **D:** correto (art. 121, § 2º, V, do CP); **E:** correto (art. 121, § 2º, III, do CP).

Gabário "C"

(FGV – 2008) Assinale a alternativa que apresente circunstância que não aumenta a pena do crime de homicídio culposo.

- (A) Se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão.
- (B) Se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima.
- (C) Se o agente foge para evitar prisão em flagrante.
- (D) Se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos.
- (E) Se o crime resulta de inobservância de regra técnica de ofício.

Art. 121, § 4º, do CP. A circunstância de o crime ser praticado contra pessoa menor de 14 ou maior de sessenta anos constitui causa de aumento a ser aplicada ao homicídio doloso.

Gabário "D"

(FGV – 2002) Antônio, inimigo de Gilmar, em plena via pública, sem provocação anterior, desfere-lhe um soco no rosto e uma rasteira. Com o impacto sofrido, Gilmar bateu a cabeça no meio-fio, vindo a falecer em decorrência do fato. O crime cometido foi de:

- (A) homicídio doloso.
- (B) homicídio culposo.
- (C) homicídio tentado.
- (D) homicídio em concurso formal com lesões corporais.
- (E) lesão corporal seguida de morte.

Art. 129, § 3º, do CP. Estamos diante do chamado crime *preterdoloso*, que é o resultado da combinação entre o *dolo*, no precedente, e a *culpa*, no consequente. Esta modalidade de crime é uma das espécies dos chamados *crimes qualificados pelo resultado*.

Gabário "E"

## 15.2. Crimes contra a honra

(FGV – 2007) Dentre os crimes contra a honra, admitem a retratação como forma de isenção de pena:

- (A) calúnia e injúria
- (B) desacato e calúnia
- (C) difamação e injúria
- (D) calúnia e difamação

Em vista do que prescreve o art. 143 do CP, a retratação somente é admitida, no universo dos crimes contra a honra, na calúnia e na difamação. Não é admissível, portanto, na injúria.

Gabário "D"

(FGV – 2005) No tocante ao crime de calúnia, praticado contra funcionário público, em razão de suas funções, podemos afirmar que:

- (A) a ação penal é pública condicionada.
- (B) não admite retratação, pois o sujeito passivo é um funcionário público, havendo interesse da administração na apuração do fato.

(C) a competência para processo e julgamento é do Juizado Especial Criminal.

(D) não admite a exceção da verdade.

(E) admite a exceção de verdade somente se a ofensa for relativa ao exercício de suas funções.

A despeito de o art. 145, parágrafo único, do CP estabelecer que a ação penal, nos crimes contra a honra praticados contra funcionário público no exercício de suas funções, é pública condicionada, é tranquila a orientação jurisprudencial, firmada na Súmula 714 do STF, de que, neste caso, será concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação.

Gabário "A"

## 16. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

(FGV – 2009) Há meses José Pereira vinha insistindo com seu pai para que lhe comprasse roupas novas de grifes da moda. Seu pai, Manoel Pereira, negava todos esses pedidos sob o argumento de que as roupas pretendidas por José eram muito mais caras do que outras equivalentes. Manoel dizia que, se José desejasse roupas caras, criasse vergonha na cara e conseguisse um emprego, pois já tinha quase trinta anos de idade e ainda dependia economicamente de seus pais. Indignado com a insensibilidade de seu pai, José arranca uma folha do talão de cheques de seu pai, falsifica a assinatura deste e saca todo o dinheiro que havia na conta – o salário do mês inteiro –, utilizando-o para adquirir as roupas desejadas. Assinale a alternativa que indique a pena a que, por esse ato, José está sujeito.

- (A) Detenção, de quinze dias a um mês, ou multa, pois praticou o crime de exercício arbitrário das próprias razões.
- (B) Reclusão, de um a cinco anos, e multa, pois praticou o crime de falsificação de documento particular.
- (C) Reclusão de um a três anos, e multa, pois praticou o crime de falsidade ideológica em documento particular.
- (D) Reclusão, de um a cinco anos, e multa, pois praticou o crime de estelionato.
- (E) Não está sujeito a pena alguma.

Se o crime narrado no enunciado for perpetrado contra ascendente ou descendente, ou por um cônjuge contra o outro, na constância da sociedade conjugal, terão lugar as imunidades penais absolutas (escusas absolutórias) previstas, respectivamente, nos incisos II e I, do art. 181 do CP. Agora, sendo este crime cometido por um irmão contra o outro, ou, ainda, se já tiver terminado a sociedade conjugal, a ação penal será pública condicionada à representação (art. 182, I e II, do CP).

Gabário "E"

(FGV – 2008) São considerados crimes contra o patrimônio:

- (A) homicídio (art. 121 do Código Penal), furto (art. 155 do Código Penal) e sequestro e cárcere privado (art. 148 do Código Penal).
- (B) roubo (art. 157 do Código Penal), furto (art. 155 do Código Penal) e sequestro e cárcere privado (art. 148 do Código Penal).
- (C) roubo (art. 157 do Código Penal), furto (art. 155 do Código Penal) e extorsão mediante sequestro (art. 159 do Código Penal).
- (D) estelionato (art. 171 do Código Penal), furto (art. 155 do Código Penal) e sequestro e cárcere privado (art. 148 do Código Penal).

- (E) dano (art. 163 do Código Penal), violação de domicílio (art. 151 do Código Penal) e furto (art. 155 do Código Penal).

**A e B:** incorretas. O *homicídio* e o *sequestro e cárcere privado* são crimes contra a pessoa (Título I); o furto e o roubo são crimes contra o patrimônio (Título II); **C:** correto. Os crimes mencionados nesta alternativa integram o título “Dos Crimes contra o Patrimônio”; **D:** incorreto. O crime de sequestro e cárcere privado, já mencionado, não é considerado crime contra o patrimônio; **E:** incorreto. O crime de violação de domicílio está capitulado no art. 150 do CP. É crime contra a pessoa.

Gabarito “C”.

(FGV – 2008) A respeito dos crimes contra o patrimônio, analise as afirmativas a seguir:

- I. Nos crimes contra o patrimônio, é isento de pena o autor que pratica o crime em prejuízo de ascendente ou descendente, salvo se houver emprego de grave ameaça ou violência à pessoa ou ainda se a vítima tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.
- II. Sempre que houver isenção de pena ao autor de crime contra o patrimônio, a isenção não se aplica ao estranho que participa do crime, mas é causa de diminuição da pena em grau que varia de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço).
- III. Nos crimes contra o patrimônio somente se procede mediante representação se o crime é cometido em prejuízo de tio ou sobrinho, com quem o agente coabita, salvo se houver emprego de grave ameaça ou violência à pessoa ou ainda se a vítima tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.  
 (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.  
 (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.  
 (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.  
 (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**I:** correto (arts. 181, II, e 183, I e III, do CP); **II:** incorreto (art. 183, II, do CP); **III:** correto (arts. 182, III, e 183, I e III, do CP).

Gabarito “C”.

(FGV – 2008) São crimes contra o patrimônio:

- (A) roubo, furto, estelionato e lesão corporal.  
 (B) roubo, furto, estelionato e usuração de águas.  
 (C) roubo, furto, estelionato e peculato.  
 (D) roubo, furto, estelionato e moeda falsa.  
 (E) roubo, furto, estelionato e injúria.

*Roubo, furto, estelionato e usuração de águas* constituem crimes contra o patrimônio (Título II do Código Penal). O crime de *lesão corporal* está inserido no Título I (Dos Crimes contra a Pessoa). O delito de *peculato* integra o Título XI (Dos Crimes contra a Administração Pública). O crime de *moeda falsa*, por sua vez, encontra previsão no art. 289 do CP, que faz parte do Título X (Dos Crimes contra a Fé Pública). Já o crime de *injúria*, capitulado no art. 140 do CP, está inserto no Título I (Dos Crimes contra a Pessoa).

Gabarito “B”.

(FGV – 2007) C, para saldar dívida de jogo, subtraiu algumas joias de sua mãe, com quem mora, e as vendeu a um negociante de ouro. Sobre a conduta de C, pode-se dizer que:

- (A) tipifica o crime de furto qualificado por abuso de confiança.  
 (B) não é punível, pois o agente é isento de pena, neste caso.  
 (C) tipifica o delito de furto de coisa comum.  
 (D) é típica de furto privilegiado.

Art. 181, II, do CP.

„E„, 0111111111

(FGV – 2007) Durante o almoço dominical da família Silva, José da Silva pede a seu tio, com quem não coabita, Manoel da Silva, que lhe empreste algum dinheiro para comprar roupas novas. Segundo José da Silva, as meninas andam dizendo que ele só veste as mesmas camisas e calças e isso tem prejudicado suas conquistas amorosas. Manoel da Silva repreende seu sobrinho José dizendo que ele precisa amadurecer, pois tem 20 (vinte) anos, mas comporta-se como um adolescente ainda. No mesmo dia, José subtrai R\$ 15,00 (quinze reais) e o talão de cheques de seu tio Manoel com intuito de adquirir roupas novas para si. Quando chega o sábado seguinte, José vai até o banco para sacar o dinheiro necessário à aquisição de uma camisa e uma bermuda, preenchendo o cheque corretamente e imitando com perfeição a assinatura de seu tio. Ocorre que Manoel percebeu o desaparecimento do talão de cheques e comunicou ao banco, razão pela qual o caixa se recusa a aceitar o cheque apresentado por José.

Qual(is) crime(s) praticou José da Silva?

- (A) Não praticou crime algum.  
 (B) Furto consumado e estelionato tentado.  
 (C) Furto e estelionato consumados.  
 (D) Apenas estelionato.  
 (E) Apenas furto.

José da Silva responderá tão somente pelo crime de furto, tendo em vista que a prévia comunicação feita por Manoel ao banco tornara inviável a consumação do crime de estelionato por parte do sobrinho (crime impossível), nos termos do art. 17 do CP.

„E„, 0111111111

(FGV – 2005) Em matéria de crimes patrimoniais, é correto afirmar que:

- (A) o emprego de chave falsa é causa de aumento no crime de roubo.  
 (B) não é punível a subtração de coisa móvel comum e fungível praticada por um sócio em relação ao outro, desde que o valor não exceda a quota a que tem direito na sociedade.  
 (C) no roubo próprio, a violência contra a pessoa ou grave ameaça são empregadas logo depois de subtraída a coisa.  
 (D) exigir, como garantia de dívida, abusando da situação de alguém, documento que pode dar causa a procedimento criminal contra terceiro é crime de extorsão direta.

**A:** incorreto. As *causas de aumento de pena* do crime de roubo estão listadas no art. 157, § 2º, do CP, entre as quais não está o *emprego de chave falsa*, que constitui uma das *qualificadoras* do crime de furto – art. 155, § 4º, III, do CP; **B:** correto (art. 156, § 2º, do CP); **C:** incorreto. O *roubo próprio* está no *caput* do art. 157 do CP; a modalidade de roubo

em que a violência contra a pessoa ou grave ameaça é empregada logo depois de subtraída a coisa é o *impróprio*, previsto no art. 157, § 1º, do CP; **D**: incorreto. Trata-se do crime de *extorsão indireta*, capitulado no art. 160 do CP.

Gabário "B."

## 17. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

(FGV – 2009) Com relação aos crimes contra a liberdade sexual, analise as afirmativas a seguir.

- I. São formas qualificadas dos crimes contra a liberdade sexual aqueles em que há violência e desta violência resulta lesão corporal de natureza grave ou morte.
- II. Nos crimes contra a liberdade sexual, somente se procede mediante queixa. Mas se o crime é praticado com violência ou ameaça, a ação penal é pública, condicionada à representação.
- III. Nos crimes contra a liberdade sexual, se o crime é cometido com abuso do pátrio poder, a ação penal é pública incondicionada.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

I: correto. O art. 223 do CP, que tratava da forma qualificada aplicada aos crimes contra a liberdade sexual envolvendo lesão corporal grave e morte, foi revogado pela Lei 12.015/2009. Vide atual redação dos §§ 1º e 2º do art. 213, acrescentados pela mesma lei; **II e III**: ao tempo em que esta questão foi elaborada, a assertiva II era incorreta, visto que não correspondia ao entendimento firmado na Súmula n. 608 do STF, que estabelecia que a ação penal, no crime de estupro praticado com violência real, era pública incondicionada. Somente era condicionada à representação, na forma estatuída no art. 225, § 1º, I, do CP, quando a vítima ou seus pais não podiam prover às despesas do processo sem se privar dos recursos indispensáveis para o sustento próprio ou da família. Já os crimes contra a liberdade sexual praticados por meio de ameaça obedeciam, quanto à ação penal, à regra geral (ação penal privada). A assertiva III, quando da aplicação deste certame, estava correta, dado que compatível com o que previa o art. 225, § 1º, II, do CP. Com o advento da Lei 12.015/2009, a ação penal, que até então era, em regra, de iniciativa privada, passou a ser pública condicionada a representação, isso por força do que dispõe a nova redação do art. 225, *caput*, do CP. Será, entretanto, pública incondicionada em se tratando de vítima menor de 18 anos ou de pessoa vulnerável, conforme dispõe o art. 225, parágrafo único, do CP. Mais recentemente, a Lei 13.718/2018, mudando, de novo, a natureza da ação penal, nos crimes sexuais, passou a estabelecer que a ação penal, para esses crimes, é pública incondicionada.

Gabário "C."

## 18. CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

(FGV – 2009) Relativamente aos crimes contra a fé pública, analise as afirmativas a seguir.

- I. A jurisprudência não autoriza que o criminoso seja processado criminalmente apenas pelo crime-meio quando o crime-fim já estiver prescrito, ainda que aquele tenha pena maior do que este, como, por exemplo, no caso da falsificação de documento público que é absorvida pelo crime de estelionato.

II. A conduta de possuir ou guardar objeto especialmente destinado à falsificação de selo destinado a controle tributário constitui crime contra a fé pública, não sendo necessário que se verifique nenhum tipo de utilização ou efetiva fabricação do selo de controle tributário.

III. O uso de documento falso que é perceptível à primeira vista porque se trata de uma falsificação grosseira constitui crime impossível.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

I: correto. Na hipótese de conflito aparente de normas, a prescrição da pretensão punitiva relativa ao crime-fim engloba o crime-meio; **II**: correto. A consumação do crime do art. 294 do CP se dá com a simples posse ou guarda do objeto, sendo desnecessária a sua utilização ou falsificação; **III**: correto. A falsidade grosseira, inapta para enganar e, dessa forma, causar prejuízos, caracteriza crime impossível por absoluta ineficácia do meio.

Gabário "E."

## 19. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

(OAB/Exame Unificado – 2008.1) Ernesto, funcionário público, após se aposentar, permitiu o fornecimento de sua senha de acesso aos bancos de dados da administração pública a Vinícius, que, por acaso, acabou perdendo a senha. Na situação narrada, a conduta de Ernesto é

- (A) Atípica, por se tratar de funcionário público aposentado.
- (B) Atípica, porque não houve prejuízo para a administração pública.
- (C) Típica e consiste em violação de sigilo funcional através de sistema informatizado.
- (D) Típica e consiste em inserção de dados falsos em sistema de informações.

Art. 325, § 1º, I, do CP.

Gabário "C."

(FGV – 2008) Maria da Silva, funcionária da Secretaria de Fazenda Estadual, falsificando a assinatura do Secretário de Fazenda, forjou um documento de liberação de R\$ 500.000,00 dos cofres do Estado. A seguir, ela transferiu tal quantia para uma conta corrente do Banco do Brasil, de titularidade de João de Souza, que a sacou e, posteriormente, remunerou Maria com R\$ 250.000,00. Ficou comprovado que Maria da Silva se valeu de sua função pública para desviar dinheiro dos cofres públicos estaduais. O crime praticado por Maria foi o de:

- (A) peculato-desvio (art. 312, *caput*, CP).
- (B) peculato culposo (art. 312, § 2º, CP).
- (C) peculato-furto (art. 312, § 1º, CP).
- (D) peculato mediante erro de outrem (art. 313, CP).
- (E) estelionato qualificado (171, § 3º, CP).



No *peculato-furto*, também chamado de *impróprio*, o agente, embora não tenha a posse do bem, vale-se de facilidade que o cargo lhe proporciona para efetuar a sua subtração. Tal facilidade, que constitui pressuposto desta modalidade de *peculato doloso*, consiste, por exemplo, no livre ingresso que o funcionário tem na repartição.

„C. Gabarito

(FGV – 2008) Maria da Silva e Joaquina de Souza, delegadas da Polícia Federal que conduzem uma investigação criminal em que é investigado Daniel Santos, intimam Manoel Santos, irmão de Daniel, para prestar depoimento. Antes de ouvi-lo, contudo, as policiais exigem de Manoel a importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), sob a ameaça de envolvê-lo no inquérito policial, caso a referida quantia não fosse paga, como coautor do crime de Daniel. É correto afirmar que as policiais cometeram o delito de:

- (A) extorsão (art. 158, CP).
- (B) ameaça (art. 147, CP).
- (C) corrupção passiva (art. 317, CP).
- (D) corrupção ativa (art. 333, CP).
- (E) concussão (art. 316, CP).

A conduta praticada pelas delegadas está capitulada no art. 316 do CP – *concussão*, visto que impuseram a Manoel a entrega de vantagem indevida, consistente na importância de trinta mil reais. Neste crime, o particular, sentindo-se intimidado e acuado, cede em vista do mal que poderá vir a sofrer.

„E. Gabarito

(FGV – 2008) Não pode ser considerado próprio de funcionário público o crime de:

- (A) corrupção passiva.
- (B) corrupção ativa.
- (C) prevaricação.
- (D) concussão.
- (E) advocacia administrativa.

O crime de *corrupção ativa*, que está no art. 333 do CP, faz parte do Capítulo II (crimes praticados por particular contra a Administração em geral). Cuida-se, assim, de delito *comum* (pode ser praticado por qualquer pessoa). Os demais delitos são *próprios*, já que exigem do sujeito ativo uma qualidade especial, qual seja, a de ser funcionário público.

„B. Gabarito

(FGV – 2008) João da Silva é funcionário público municipal concursado, lotado na Secretaria de Fazenda do Município do Rio de Janeiro. Sua função é controlar a execução de determinados contratos licitados pela prefeitura, especialmente a autorização para pagamento. Auxiliado por seu irmão, José da Silva, João decide apropriar-se de dinheiro pertencente à Prefeitura. João cadastra a conta corrente de José como sendo de uma empresa que efetivamente presta serviços à Prefeitura. Ao autorizar os pagamentos, João destina 90% dos recursos à conta verdadeira daquela empresa e 10% para a conta de seu irmão. Aremitas Martins, responsável pela conferência e liberação dos pagamentos autorizados por João, não observa os deveres de cuidado a que estava obrigado, e o desvio ocorre. Assinale a alternativa que apresente corretamente o crime praticado por João, José e Aremitas, respectivamente.

- (A) *peculato culposo*, *peculato doloso* e nenhum crime.

- (B) *peculato doloso*, *peculato doloso* e *peculato culposo*.
- (C) *peculato doloso*, *estelionato* e *peculato culposo*.
- (D) *peculato doloso*, *peculato doloso* e nenhum crime.
- (E) *estelionato*, *estelionato* e nenhum crime.

João e José deverão ser responsabilizados por *peculato doloso*. Embora José não seja funcionário público, esta condição, por ser elementar do crime, a ele se comunica, nos termos do art. 30 do CP. Já Aremitas, por ter concorrido culposamente para o crime dos irmãos, responderá por *peculato culposo*. Este crime pressupõe que o funcionário público ou aquele a ele equiparado para fins penais (art. 327 do CP), a quem incumbia o dever de bem zelar pelos bens da administração sob sua responsabilidade, viole, com a sua conduta, o *dever de cuidado objetivo*, elemento inerente aos delitos culposos. É imprescindível, neste crime do art. 313, § 2º, do CP, que o *terceiro* a que faz menção o tipo penal cometa um delito *doloso*, seja ele outro funcionário público ou até mesmo o particular. Além disso, é importante, aqui, que o autor do crime doloso se valha de facilidade proporcionada, de forma culposa, pelo agente que detinha a guarda do objeto material. Sempre é bom lembrar que o agente que incorrer no *peculato culposo* fará jus, se reparar o dano antes da sentença irrecorrível, à extinção de sua punibilidade; se a reparação for posterior ao trânsito em julgado da sentença, terá sua pena reduzida de metade, à luz do que estabelece o art. 312, § 3º, do CP.

„B. Gabarito

(FGV – 2008) Maria de Souza devia R\$ 500,00 (quinhentos reais) a José da Silva e vinha se recusando a fazer o pagamento havia meses. Cansado de cobrar a dívida de Maria pelos meios amistosos, José decide obter a quantia que lhe é devida de qualquer forma. Ao encontrar Maria fazendo compras no centro da cidade, José retira a bolsa das mãos de Maria puxando-a com força. A fivela da alça causa uma lesão leve no braço de Maria. José abre a bolsa de Maria, constatando que ela levava consigo R\$ 2.000,00 (dois mil reais), e pega R\$ 500,00 (quinhentos reais), deixando a bolsa com os pertences de Maria no chão. Qual será a punição para o crime praticado por José?

- (A) Incidirá na pena de roubo simples.
- (B) Incidirá na pena de furto simples.
- (C) Incidirá nas penas de exercício arbitrário das próprias razões.
- (D) Incidirá nas penas de exercício arbitrário das próprias razões, além da pena correspondente à violência.
- (E) Incidirá nas penas de exercício arbitrário das próprias razões, além da pena de furto simples.

Art. 345 do CP. Haverá concurso material entre este crime e o de lesão corporal. A ação penal, por conta da violência empregada, é pública incondicionada. Não fosse isso, seria privativa do ofendido, nos termos do art. 345, parágrafo único, do CP.

„D. Gabarito

(FGV – 2007) A, beneficiada pelo transporte que a Prefeitura lhe proporcionou, levando-a a tratamento médico na capital do Estado, supondo ser de sua obrigação, entregou a B, motorista da viatura oficial, o valor gasto com o combustível, que ele recebeu e embolsou em proveito próprio. A conduta de B configura:

- (A) *peculato mediante erro de outrem*
- (B) *peculato culposo*
- (C) *peculato-furto*
- (D) *peculato*

Art. 313 do CP. É a conduta do agente que se apropria (passa a agir como se dono fosse) de objeto que lhe foi entregue, equivocadamente, pela vítima, que pode ser tanto o particular como outro funcionário público. É importante que se diga que, neste crime, o erro em que incorreu a vítima não pode ter sido causado pelo funcionário.

Gabário "A"

(FGV – 2007) Assinale a alternativa que reúne exclusivamente os crimes próprios de funcionário público.

- (A) prevaricação, concussão, corrupção passiva e usuração de função pública.
- (B) peculato, excesso de exação, falsificação de documento público e corrupção ativa.
- (C) desacato, peculato culposos, corrupção ativa e prevaricação.
- (D) facilitação de contrabando ou descaminho, advocacia administrativa, peculato e tráfico de influência.
- (E) prevaricação, abandono de função, concussão e modificação não autorizada de sistema de informações.

**A:** incorreto. Usurpação de função pública – art. 328 do CP – é crime praticado por particular contra a Administração em geral (crime comum); os demais são crimes próprios, já que o tipo penal impõe uma qualidade especial ao sujeito ativo do delito; **B:** incorreto. Falsificação de documento público – art. 297 do CP – e corrupção ativa – art. 333 do CP – são crimes comuns. Podem, portanto, ser praticados por qualquer pessoa; os demais são próprios; **C:** incorreto. Desacato – art. 331 do CP – e corrupção ativa – art. 333 do CP – são crimes comuns; os demais são próprios; **D:** incorreto. Tráfico de influência – art. 332 do CP – é crime comum; os outros são próprios; **E:** correto. São todos próprios de funcionário público.

Gabário "E"

(FGV – 2005) É correto afirmar que:

- (A) sempre que houver o crime de corrupção ativa haverá o de corrupção passiva.
- (B) sempre que houver o crime de corrupção passiva haverá o de corrupção ativa.
- (C) o funcionário público que retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, contra disposição expressa de lei, sem qualquer interesse ou sentimento pessoal, pratica crime de prevaricação.
- (D) é possível a prática do crime de corrupção passiva pela pessoa que ainda não assumiu a função pública.
- (E) aquele que trabalha para empresa prestadora de serviço conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública não é equiparado a funcionário público para efeitos penais.

**A:** incorreto. Pode haver o crime de corrupção ativa sem que haja o de corrupção passiva, bastando, para tanto, que o particular tome a iniciativa e ofereça vantagem indevida, recusada pelo funcionário, por exemplo; **B:** incorreto. Da mesma forma, é possível que ocorra o delito de corrupção passiva sem que isso implique necessariamente a prática do crime de corrupção ativa. Se o funcionário solicita ao particular vantagem indevida, o crime de corrupção passiva está consumado. Não há aqui corrupção ativa por parte do particular; **C:** incorreto. É indispensável que a conduta, na prevaricação (art. 319 do CP), seja levada a efeito com o propósito de satisfazer interesse ou sentimento pessoal (elemento subjetivo especial); **D:** correto (art. 317, *caput*, do CP); **E:** incorreto (art. 327, § 1º, segunda parte, do CP).

Gabário "D"

(FGV – 2005) O funcionário público que deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido de outrem, pratica crime de:

- (A) prevaricação.
- (B) condescendência criminosa.
- (C) excesso de exação.
- (D) corrupção ativa.
- (E) corrupção passiva.

Art. 317, § 2º, do CP.

Gabário "E"

(FGV – 2002) Petrolino de Souza, durante uma investigação criminal, foi abordado por policiais civis que lhe exigiram de vantagem a importância de R\$ 300 000,00, sob a ameaça de envolvê-lo, como traficante, no inquérito policial, caso a referida quantia não fosse paga. Os policiais cometeram delito de:

- (A) extorsão.
- (B) ameaça.
- (C) concussão.
- (D) prevaricação.
- (E) corrupção passiva.

Art. 316 do CP.

Gabário "C"

## 20. CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS

(FGV – 2008) As condutas a seguir constituem hipótese de crime contra as finanças públicas, previstos no Capítulo V do Título XI da Parte Especial do Código Penal, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.
- (B) Ordenar despesa não autorizada por lei.
- (C) Executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal, nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato ou da legislatura.
- (D) Promover a oferta pública ou a colocação no mercado financeiro de títulos da dívida pública sem que tenham sido criados por lei.
- (E) Autorizar a inscrição em restos a pagar, de despesa que exceda limite estabelecido em lei.

**A:** incorreto (devendo ser assinalado). Corresponde ao preceito primário do crime do art. 315 do CP (emprego irregular de verbas ou rendas públicas), que integra o capítulo "Dos Crimes Praticados por Funcionário contra a Administração em Geral"; **B:** correto (art. 359-D do CP); **C:** correto (art. 359-G do CP); **D:** correto (art. 359-H do CP); **E:** correto (art. 359-B do CP).

Gabário "A"

## 21. CRIMES RELATIVOS A DROGAS

(FGV – 2008) Relativamente à lei que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre drogas (Lei 11.343/2006), analise as afirmativas a seguir:

- I. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com

determinação legal ou regulamentar só poderá ser submetido às seguintes penas: advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade ou medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

- II. As glebas cultivadas com plantações ilícitas serão expropriadas, conforme o disposto no art. 243 da Constituição Federal, de acordo com a legislação em vigor.
- III. O juiz, na fixação das penas dos crimes previstos na Lei 11.343/2006, considerará, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente.
- IV. É crime a associação de duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, *caput* e § 1º, e 34 da Lei 11.343/2006.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

I: correta (art. 28 da Lei 11.343/2006); II: correta (art. 32, § 4º, da Lei 11.343/2006); III: correta (art. 42 da Lei 11.343/2006); IV: correta (art. 35 da Lei 11.343/2006).

Gabartito

(FGV – 2007) A respeito da Lei 11.343/2006, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Prevê a redução de pena de um sexto a um terço para os crimes definidos no *caput* e no parágrafo primeiro do art. 33, quando o agente for primário, de bons antecedentes e não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.
- (B) Tipifica em separado, no art. 37, a conduta de quem colabora, como informante, com grupo criminoso destinado ao tráfico de drogas (art. 33).
- (C) Prevê o aumento de pena de um sexto a dois terços para o crime de tráfico (art. 33) quando o agente financiar a prática do crime.
- (D) Criminaliza a conduta de quem conduz aeronave após o consumo de drogas, expondo a dano potencial a incolumidade alheia no art. 39.

A: incorreta (devendo ser assinalada). A redução de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei de Drogas é da ordem de 1/6 a 2/3, e não de 1/6 a 1/3; B: correta. A conduta do chamado *informante colaborador* encontra-se agora em um tipo autônomo: art. 37 da Lei 11.343/2006; C: correta (art. 40, VII, da Lei 11.343/2006); D: correta. É a conduta daquele que, sob efeito de drogas, dirige embarcação ou aeronave. O parágrafo único do dispositivo prevê uma forma qualificada para a hipótese de o agente praticar o crime na condução de embarcação ou aeronave de transporte coletivo de passageiros.

Gabartito

## 22. LEI MARIA DA PENHA

(FGV – 2008) Relativamente à Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Considera-se violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras condutas, a conduta que

configure destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

- (B) A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) não considera violência doméstica contra a mulher a omissão baseada no gênero que lhe cause sofrimento apenas psicológico em uma relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida.
- (C) Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, medidas protetivas de urgência, dentre elas o afastamento do lar, proibição de aproximação da ofendida e a prestação de alimentos provisórios.
- (D) É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.
- (E) Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata essa lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

A: correta (art. 7º, IV, da Lei 11.340/2006); B: incorreto (art. 5º da Lei 11.340/2006); C: correta (art. 22 da Lei 11.340/2006); D: correta (art. 17 da Lei 11.340/2006); E: correta (art. 16 da Lei 11.340/2006). O STF, ao julgar a ADIN nº 4.424, de 09.02.2012, entendeu ser incondicionada a ação penal em caso de crime de lesão corporal praticado contra a mulher no ambiente doméstico. A atuação do MP, nesses casos, portanto, prescinde da anuência da vítima. Nos demais crimes em que a ação é pública condicionada praticados contra a mulher no ambiente doméstico, como a ameaça (art. 147, CP), o seu titular (MP) continua a depender, para o seu ajuizamento, da manifestação de vontade da vítima.

Gabartito

## 23. CRIMES DE TRÂNSITO

(FGV – 2008) Segundo o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/1997), não constitui crime o seguinte procedimento:

- (A) conduzir motocicleta, motoneta e ciclomotor sem usar capacete de segurança com viseira ou óculos de proteção e vestuário de acordo com as normas e especificações aprovadas pelo Contran.
- (B) afastar-se o condutor do veículo do local do acidente, para fugir à responsabilidade penal ou civil que lhe possa ser atribuída.
- (C) deixar o condutor do veículo, na ocasião do acidente, de prestar imediato socorro à vítima, ou, não podendo fazê-lo diretamente, por justa causa, deixar de solicitar auxílio da autoridade pública.
- (D) praticar lesão corporal culposa na direção de veículo automotor.
- (E) dirigir veículo automotor, em via pública, sem a devida Permissão para Dirigir ou Habilitação, gerando perigo de dano.

A: correta. A conduta constitui a infração administrativa prevista no art. 244, I, do Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/1997); B: incorreta

(art. 305 do CTB); **C**: incorreta (art. 304 do CTB); **D**: incorreta (art. 303 do CTB); **E**: incorreta (art. 309 do CTB).

„A.“ Gabarito

## 24. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA

(FGV – 2008) O Plenário do Supremo Tribunal Federal já se manifestou acerca da necessidade de se aguardar o término do procedimento administrativo-fiscal para que se possa iniciar o processo penal por delito contra ordem tributária previsto no art. 1º da Lei 8.137/1990. Assinale o argumento jurídico que não serviu de fundamento para essa decisão.

- (A) A representação fiscal para fins penais de que trata a Lei 9.430/1996 constitui uma condição de procedibilidade.
- (B) O lançamento definitivo na esfera administrativa é elemento do tipo penal de sonegação (art. 1º, Lei 8.137/1990).
- (C) Não há falar em alta probabilidade de prescrição dos crimes em razão da necessidade de se aguardar o término do procedimento administrativo devido ao óbice dos arts. 111 e 116 do Código Penal.
- (D) O lançamento definitivo na esfera administrativa constitui uma condição objetiva de punibilidade do tipo penal de sonegação (art. 1º, Lei 8.137/1990).
- (E) O lançamento definitivo na esfera administrativa é essencial porque os tipos penais do art. 1º da Lei 8.137/1990 são crimes de perigo e não de dano.

Súmula Vinculante 24 do STF: “Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei 8.137/1990, antes do lançamento definitivo do tributo”.

„A.“ Gabarito

(FGV – 2008) O Supremo Tribunal Federal decidiu que os crimes previstos no art. 1º da Lei 8.137/1990 são crimes materiais. Isso significa que:

- (A) é preciso aguardar o término do procedimento administrativo-fiscal em que seja constatada a efetiva redução ou supressão do tributo para ajuizar a ação penal por crime de sonegação fiscal.
- (B) é preciso que a denúncia venha acompanhada de laudo pericial subscrito por dois peritos oficiais atestando a falsificação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais.
- (C) o autor do crime terá a pena aumentada em 1/3 a 2/3.
- (D) não será instaurado inquérito para apuração da conduta do funcionário que patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público.
- (E) a lei foi revogada.

Súmula Vinculante 24 do STF: “Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei 8.137/1990, antes do lançamento definitivo do tributo”.

„A.“ Gabarito

(FGV – 2007) José da Silva e Manoel de Souza são empresários do ramo têxtil e detêm, respectivamente, 45% e 50% do mercado de produção de fantasias infantis no Estado do Pará. Tomando conhecimento de que a empresa cearense “Rapadura” de propriedade da executiva Maria de Jesus abriu uma filial na cidade de Belém e iniciou sua produção, José e Manoel decidem ajustar a fixação artificial do preço de seus produtos, além de fazerem uma aliança para controlar os fornecedores de matéria prima indispensável (tinta atóxica) em toda a Região Norte, tudo com vistas a impedir o funcionamento e desenvolvimento da empresa concorrente. Que crime praticaram José e Manoel?

- (A) Crime de estelionato (art. 171 do Código Penal).
- (B) Crime contra as relações de consumo (art. 7º da Lei 8.137/1990).
- (C) Crime contra a ordem econômica (art. 4º da Lei 8.137/1990).
- (D) Crime de fraude no comércio (art. 175 do Código Penal).
- (E) Não praticaram crime algum. A conduta é atípica.

A conduta praticada por José e Manuel está prefigurada no art. 4º, II, a, da Lei 8.137/1990.

„C.“ Gabarito

(FGV – 2005) O crime de patrocinar diretamente interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público:

- (A) é crime de patrocínio infiel, previsto no Código Penal.
- (B) é crime de favorecimento pessoal, previsto no Código Penal.
- (C) é crime de advocacia administrativa, previsto no Código Penal.
- (D) é crime contra a ordem tributária, previsto em lei especial.
- (E) é crime de exploração de prestígio, previsto no Código Penal.

Art. 3º, III, da Lei 8.137/1990.

„D.“ Gabarito

## 25. CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE

(FGV – 2008) A respeito do comportamento da autoridade pública, no exercício de suas funções não é correto afirmar que:

- (A) constitui abuso de autoridade prolongar a execução de prisão temporária, de pena ou de medida de segurança, deixando de expedir em tempo oportuno ou de cumprir imediatamente ordem de liberdade.
- (B) constitui abuso de autoridade não comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa.
- (C) constitui abuso de autoridade ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder.

- (D) constitui abuso de autoridade praticar, com desvio de poder, ato lesivo da honra ou do patrimônio de pessoa jurídica.
- (E) constitui abuso de autoridade deixar, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo.

**A:** correta (art. 4º, *i*, da Lei 4.898/1965); **B:** correta (art. 4º, *c*, da Lei 4.898/1965); **C:** correta (art. 4º, *a*, da Lei 4.898/1965); **D:** correta (art. 4º, *h*, da Lei 4.898/1965); **E:** incorreta, devendo ser assinalada (art. 320 do CP – condescendência criminosa).

„E.“ Gabarito

(FGV – 2008) Assinale a alternativa que indique o comportamento que não constitui crime de abuso de autoridade, tal como previsto na Lei 4.898/1965.

- (A) Prolongar a execução de prisão temporária, de pena ou de medida de segurança, deixando de expedir em tempo oportuno ou de cumprir imediatamente ordem de liberdade.
- (B) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- (C) Deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa.
- (D) Submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei.
- (E) Levar à prisão e nela deter quem quer que se proponha a prestar fiança, permitida em lei.

**A:** correta (art. 4º, *i*, da Lei 4.898/1965); **B:** incorreta, devendo ser assinalada (art. 319 do CP – prevaricação); **C:** correta (art. 4º, *c*, da Lei 4.898/1965); **D:** correta (art. 4º, *b*, da Lei 4.898/1965); **E:** correta (art. 4º, *e*, da Lei 4.898/1965).

„B.“ Gabarito

(FGV – 2008) Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Constitui abuso de autoridade o comportamento da autoridade pública que, no exercício de suas funções, deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa.
- (B) Constitui abuso de autoridade o comportamento da autoridade pública que, no exercício de suas funções, leva à prisão quem quer que se proponha a prestar fiança, permitida em lei.
- (C) Constitui abuso de autoridade o comportamento da autoridade pública que, no exercício de suas funções, submete alguém sob sua guarda com emprego de violência a intenso sofrimento mental, como forma de aplicar castigo pessoal.
- (D) Constitui abuso de autoridade o comportamento da autoridade pública que, no exercício de suas funções, pratica, com desvio de poder, ato lesivo da honra ou do patrimônio de pessoa jurídica.
- (E) Constitui abuso de autoridade deixar o juiz de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção ilegal que lhe seja comunicada.

**A:** correta (art. 4º, *c*, da Lei 4.898/1965); **B:** correta (art. 4º, *e*, da Lei 4.898/1965); **C:** incorreta, devendo ser assinalada (art. 1º, II, da Lei de Tortura – Lei 9.455/1997); **D:** correta (art. 4º, *h*, da Lei 4.898/1965); **E:** correta (art. 4º, *d*, da Lei 4.898/1965).

„C.“ Gabarito

## 26. CRIMES HEDIONDOS

(FGV – 2008) Com relação aos crimes hediondos, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Os crimes hediondos são insuscetíveis de anistia, graça e indulto.
- (B) A progressão de regime, no caso dos condenados por crimes hediondos, dar-se-á após o cumprimento de 2/5 (dois quintos) da pena, se o apenado for primário, e de 3/5 (três quintos), se reincidente.
- (C) São crimes hediondos, dentre outros, o latrocínio (art. 157, § 3º, *in fine*), a extorsão qualificada pela morte (art. 158, § 2º) e crime de genocídio previsto nos arts. 1º, 2º e 3º da Lei 2.889/1956.
- (D) A pena por crime hediondo será cumprida inicialmente em regime fechado.
- (E) Os crimes hediondos são insuscetíveis de fiança e liberdade provisória.

**A:** correta. A assertiva corresponde à redação do art. 2º, I, da Lei 8.072/1990; **B:** correta (art. 2º, § 2º, da Lei 8.072/1990); **C:** correta (art. 1º, II, III e parágrafo único, da Lei 8.072/1990); **D:** correta (art. 2º, § 1º, da Lei 8.072/1990); **E:** incorreta, devendo ser assinalada. Com a nova redação dada ao inciso II do art. 2º da Lei de Crimes Hediondos pela Lei 11.464/2007, suprimiu-se a vedação que antes existia ao deferimento de liberdade provisória sem fiança.

„E.“ Gabarito

(FGV – 2008) Assinale a alternativa que contém um crime que não é considerado hediondo.

- (A) homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, II, III, IV e V); latrocínio (art. 157, § 3º, *in fine*); extorsão qualificada pelo emprego de arma de fogo (art. 158, § 1º).
- (B) extorsão qualificada pela morte (art. 158, § 2º); falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 273, *caput* e § 1º, § 1º-A e § 1º-B); homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, II, III, IV e V).
- (C) epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º); latrocínio (art. 157, § 3º, *in fine*); homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, II, III, IV e V).
- (D) extorsão qualificada pela morte (art. 158, § 2º); atentado violento ao pudor (art. 214 e sua combinação com o art. 223, *caput* e parágrafo único); homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, II, III, IV e V).
- (E) latrocínio (art. 157, § 3º, *in fine*); atentado violento ao pudor (art. 214 e sua combinação com o art. 223, *caput* e parágrafo único); estupro (art. 213 e sua combinação com o art. 223, *caput* e parágrafo único).

À exceção do crime de extorsão qualificada pelo emprego de arma de fogo, presente na alternativa “A”, os demais são hediondos, já que integram a lista do art. 1º da Lei 8.072/1990. Registre-se que a conduta consistente em praticar, mediante violência ou grave ameaça, ato libidinoso diverso da conjunção carnal configura, hoje, o crime de estupro, e não mais o de atentado violento ao pudor, já que a conduta antes presente no art. 214 do CP foi incorporada ao art. 213. De qualquer modo, por força do disposto no art. 1º, V e VI, da Lei 8.072/1990, são hediondos o estupro (simples e qualificado) e o estupro de vulnerável (simples e qualificado).

„A.“ Gabarito

## 27. OUTROS CRIMES DA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

(FGV – 2005) Em matéria de contravenções penais, podemos afirmar que:

- (A) as penas principais previstas na Lei das Contravenções Penais são: prisão simples, multa e perda de função pública.
- (B) a lei brasileira é sempre aplicada à contravenção praticada fora do território nacional.
- (C) recusar o recebimento de cheque é contravenção penal prevista na Lei de Contravenções Penais.

(D) é contravenção penal anunciar substância destinada a provocar aborto.

(E) a exploração da credulidade pública é uma contravenção penal.

**A:** incorreta. As penas principais previstas na Lei das Contravenções Penais, em seu art. 5º, são: prisão simples e multa; **B:** incorreta. Reza o art. 2º da LCP que a lei brasileira só é aplicável à contravenção praticada no território nacional; **C:** incorreta. Não constitui contravenção penal; **D:** correta (art. 20 da LCP); **E:** incorreta. O art. 27 da LCP (exploração da credulidade pública) foi revogado pela Lei 9.521/1997.

„D“ Gabarito

# 15. DIREITO PROCESSUAL PENAL

Eduardo Dompieri

## 1. FONTES, PRINCÍPIOS GERAIS E INTERPRETAÇÃO

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Acerca das garantias constitucionais referentes aos direitos processual e penal, assinale a opção correta.

- (A) São imprescritíveis, entre outros, os crimes de racismo, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes, terrorismo e os definidos como hediondos.
- (B) Os princípios do contraditório, ampla defesa, devido processo legal, vedação das provas ilícitas e publicidade têm expressa previsão constitucional.
- (C) A violação do sigilo das comunicações telefônicas pode ocorrer por ordem judicial, para fins de investigação criminal, instrução processual penal ou civil.
- (D) A busca e apreensão em domicílio podem ocorrer durante o dia ou à noite, desde que mediante determinação judicial.

**A:** proposição incorreta, já que, no Brasil, somente são considerados imprescritíveis o racismo (art. 5º, XLII, da CF) e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático (art. 5º, XLIV, da CF); **B:** proposição correta. Art. 5º, LV, da CF (contraditório e ampla defesa); art. 5º, LIV, da CF (devido processo legal); art. 5º, LVI, da CF (vedação das provas ilícitas); e art. 5º, LX, da CF (publicidade); **C:** proposição incorreta. A violação do sigilo das comunicações telefônicas não pode ter como fim, ainda que por determinação judicial, a instrução de processo de natureza civil, a teor do art. 5º, XII, da CF; **D:** proposição incorreta. Ainda que por ordem judicial, o cumprimento de mandado de busca e apreensão em domicílio somente pode ser feito durante o dia, ressalvada a hipótese em que o morador autorizar o ingresso – art. 5º, XI, da CF.

„B“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Esse princípio refere-se aos fatos, já que implica ser ônus da acusação demonstrar a ocorrência do delito e demonstrar que o acusado é, efetivamente, autor do fato delituoso. Portanto, não é princípio absoluto. Também decorre desse princípio a excepcionalidade de qualquer modalidade de prisão processual. (...) Assim, a decretação da prisão sem a prova cabal da culpa somente será exigível quando estiverem presentes elementos que justifiquem a necessidade da prisão. Edilson Mougenot Bonfim. **Curso de processo penal**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 46 (com adaptações). O princípio específico de que trata o excerto acima é o do(a)

- (A) livre convencimento motivado.
- (B) inocência.
- (C) contraditório e ampla defesa.
- (D) devido processo legal.

O excerto corresponde ao princípio da inocência, previsto no art. 5º, LVII, da CF: “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”.

„B“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) Com relação ao processo penal, assinale a opção incorreta.

- (A) O acusado, embora preso, tem o direito de comparecer, de assistir e de presenciar, sob pena de nulidade absoluta, os atos processuais, notadamente aqueles que se produzem na fase de instrução do processo penal, que se realiza, sempre, sob a égide do contraditório.
- (B) O direito de audiência, de um lado, e o direito de presença do réu, de outro, traduzem prerrogativas jurídicas essenciais que derivam da garantia constitucional do *due process of law*.
- (C) São irrelevantes as alegações do poder público concernentes à dificuldade ou inconveniência de proceder à remoção de acusados presos a outros pontos do estado ou do país, pois razões de mera conveniência administrativa não têm precedência sobre as inafastáveis exigências de cumprimento e respeito ao que determina a Constituição.
- (D) O estatuto constitucional do direito de defesa é um complexo de princípios e de normas que amparam os acusados em sede de persecução criminal, exceto os réus processados por suposta prática de crimes hediondos ou de delitos a estes equiparados.

**A:** correta, pois em consonância com o que dispõe o art. 5º, LV, da CF; **B:** correta, nos termos do art. 5º, LIV, da CF; **C:** correta, pois em conformidade com o que estabelece o art. 5º, LV e LIV, da CF. Trata-se do *direito de audiência* e do *direito de presença do réu*; **D:** incorreta, pois não traduz o disposto no art. 5º, LV, da CF. As garantias insculpidas na Constituição Federal aplicam-se aos *acusados em geral*, inclusive aos autores de crimes hediondos e delitos a estes equiparados.

„D“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) Com referência às características do sistema processual acusatório, assinale a opção correta.

- (A) O sistema de provas adotado é o do livre convencimento.
- (B) As funções de acusar, defender e julgar concentram-se nas mãos de uma única pessoa.
- (C) O processo é regido pelo sigilo.
- (D) Não há contraditório nem ampla defesa.

É o sistema por nós adotado. Outras características: o processo é público; ampla defesa e contraditório assegurados; imparcialidade do órgão julgador; e funções de acusar, defender e julgar atribuídas a pessoas distintas.

„A“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Assinale a opção incorreta no que se refere aos princípios e garantias constitucionais do processo penal.

- (A) O preso em flagrante delito, ainda que identificado civilmente, deve ser submetido à identificação

criminal, inclusive pelo processo datiloscópico e fotográfico.

- (B) Em consonância com o princípio da igualdade das partes e do contraditório, sempre que for carreado aos autos documento novo, relevante para a decisão, deve ser concedida à parte contrária, em face da qual foi produzida a prova, oportunidade de manifestação a respeito.
- (C) Todo acusado tem direito à finalização do processo criminal dentro dos prazos previstos na lei processual ou em tempo razoável, não se tolerando demora injustificável e abusiva por inércia de órgãos do estado-administração.
- (D) O devido processo legal foi insculpido na Constituição da República como cláusula pétrea, para vedar que qualquer cidadão seja privado da sua liberdade ou de seus bens sem que se realize um julgamento justo, ou seja, informado pelo devido processo legal.

**A:** incorreta, devendo ser assinalada (art. 5º, LVIII, da CF). Essa regra, conforme dispõe o próprio texto constitucional, pode ser excepcionada ("salvo nas hipóteses previstas em lei"); **B:** correta (art. 5º, LV, da CF); **C:** correta. Art. 5º, LXXVIII, da CF (introduzido pela E.C. n. 45/2004); **D:** correta. Art. 5º, LIV, da CF – devido processo legal; e art. 60, § 4º, IV, da CF – cláusulas pétreas.

Gabário "A."

(FGV – 2008) Relativamente ao princípio de vedação de autoincriminação, analise as afirmativas a seguir:

- I. O direito ao silêncio aplica-se a qualquer pessoa (acusado, indiciado, testemunha etc.), diante de qualquer indagação por autoridade pública de cuja resposta possa advir imputação da prática de crime ao declarante.
- II. O indiciado em inquérito policial ou acusado em processo criminal pode ser instado pela autoridade a fornecer padrões vocais para realização de perícia sob pena de responder por crime de desobediência.
- III. O acusado em processo criminal tem o direito de permanecer em silêncio, sendo certo que o silêncio não importará em confissão, mas poderá ser valorado pelo juiz de forma desfavorável ao réu.
- IV. O Supremo Tribunal Federal já pacificou entendimento de que não é lícito ao juiz aumentar a pena do condenado utilizando como justificativa o fato do réu ter mentido em juízo.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.  
 (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.  
 (C) se apenas as afirmativas I e IV estiverem corretas.  
 (D) se apenas as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.  
 (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**I:** correta. Ninguém é obrigado a acusar a si próprio, produzir prova contra si mesmo ("nemo tenetur se detegere"). Embora as testemunhas não tenham direito ao silêncio (se omitirem ou mentirem, serão processadas por falso testemunho – art. 342 do CP), a elas não poderá ser imposta a obrigação de dizer a verdade quando, do teor de sua resposta, puder advir a prática, por esta, de infração penal; **II:** incorreta. Se o indiciado em inquérito policial ou acusado em processo criminal se opuser a fornecer padrões vocais para realização de perícia, nenhuma infração cometerá. Mais uma vez: ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo; **III:** incorreta. O silêncio do acusado não importará em confissão tampouco poderá ser interpretado em seu prejuízo (art.

186, parágrafo único, do CPP); **IV:** correta. O réu pode mentir ou omitir, pois não é obrigado a acusar a si próprio.

Gabário "C."

(FGV – 2008) Com relação ao sistema processual penal brasileiro, analise as afirmativas a seguir:

- I. O processo penal rege-se pelo Código de Processo Penal, em todo o território brasileiro, ressalvados, entre outros, os tratados, as convenções e regras de direito internacional.
- II. A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.
- III. A lei processual penal aplica-se imediatamente, sem prejuízo da validade dos atos já realizados sob a vigência da lei anterior.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.  
 (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.  
 (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.  
 (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.  
 (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**I:** correta (art. 1º do CPP); **II:** correta (art. 3º do CPP); **III:** correta, pois reflete do disposto no art. 2º do CPP. Adotou-se, quanto à eficácia da lei processual penal no tempo, o princípio da aplicação imediata ou efeito imediato, preservando-se os atos até então praticados. Vale, todavia, fazer uma ressalva. Quando se tratar de norma processual dotada de caráter material, a sua eficácia no tempo deverá seguir o regramento do art. 2º, parágrafo único, do Código Penal. Assim, se a lei processual dotada de carga penal for mais benéfica ao réu, deverá retroagir.

Gabário "E."

## 2. INQUÉRITO POLICIAL E OUTRAS FORMAS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Com relação ao inquérito policial, assinale a opção correta.

- (A) É indispensável a assistência de advogado ao indiciado, devendo ser observadas as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa.  
 (B) A instauração de inquérito policial é dispensável caso a acusação possua elementos suficientes para a propositura da ação penal.  
 (C) Trata-se de procedimento escrito, inquisitivo, sigiloso, informativo e disponível.  
 (D) A interceptação telefônica poderá ser determinada pela autoridade policial, no curso da investigação, de forma motivada e observados os requisitos legais.

**A:** incorreta. Art. 5º, LV e LXIII, da CF (o contraditório e a ampla defesa só se aplicam ao processo; o inquérito policial é inquisitivo). Além disso, a assistência de advogado constitui direito do preso/indiciado. Incumbe à autoridade policial dar-lhe ciência disso; **B:** correta, nos moldes dos arts. 12, 39, § 5º, e 46, § 1º, do CPP. O inquérito policial não é essencial ao oferecimento da denúncia ou queixa, desde que a inicial contenha elementos suficientes (prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria); **C:** incorreta; de fato, o inquérito policial é escrito, inquisitivo, sigiloso e informativo, mas, por força do que dispõe o art. 17 do CPP, é indisponível, na medida em que a autoridade policial não poderá determinar o seu arquivamento; **D:** incorreta. A interceptação telefônica é determinada por ordem judicial (art. 5º, XII, da CF; Lei n. 9.296/1996).

Gabário "B."



(OAB/Exame Unificado – 2007.1) Acerca do inquérito policial (IP), assinale a opção correta.

- (A) Do plexo de direitos dos quais é titular o indiciado – interessado primário no procedimento administrativo do IP –, é corolário e instrumento a prerrogativa do advogado de acesso aos autos respectivos, explicitamente outorgada pelo Estatuto da Advocacia, da qual, porém, excluíram-se os IPs que correm em sigilo.
- (B) Não é direito fundamental do indiciado, no curso do IP, fazer-se assistir por advogado.
- (C) No curso do inquérito policial, ao indiciado não é dado o direito de manter-se em silêncio.
- (D) Todo IP é modalidade de investigação que tem seu regime jurídico traçado a partir da Constituição Federal, mecanismo que é das atividades genuinamente estatais de segurança pública.

**A:** incorreta. Art. 133 da CF; art. 7º, XIV, da Lei n. 8.906/1994; **B:** incorreta, dado que constitui direito fundamental previsto no art. 5º, LXIII, da CF; **C:** incorreta; é direito fundamental previsto no art. 5º, LXIII, da CF; **D:** correta (art. 144, § 1º, IV, e § 4º, da CF).

„D.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Com relação ao inquérito policial, considerando a legislação pertinente, a doutrina e a jurisprudência do STJ, assinale a opção correta.

- (A) Quando se trata de ação penal privada, a autoridade policial pode tomar a iniciativa para instauração do inquérito policial se tiver presenciado o crime.
- (B) Projetam-se na ação penal eventuais irregularidades praticadas no respectivo inquérito policial.
- (C) O inquérito policial tem natureza de peça informativa, de cunho inquisitivo, e contém o resultado das investigações, para a formação da *opinio delicti*.
- (D) O princípio do contraditório se aplica ao inquérito policial.

**A:** incorreta. É irrelevante, para esse fim, o fato de a autoridade policial ter presenciado o crime. De uma forma ou de outra, não poderá o delegado de polícia determinar a instauração de inquérito para apurar crime de ação penal privada sem que o legitimado à propositura da ação penal assim requeira – art. 5º, § 5º, do CPP; **B:** incorreta, dado que os vícios porventura existentes no inquérito não têm o condão de acarretar nulidades processuais; **C:** correta. A natureza inquisitiva do inquérito policial está contida nos arts. 14 e 107 do CPP (não vigora o contraditório); ademais disso, trata-se de peça meramente informativa, segundo doutrina e jurisprudência pacíficas; **D:** incorreta, visto que o *princípio do contraditório* não se aplica ao inquérito policial, que tem caráter inquisitivo, o que fica evidenciado nos arts. 14 e 107 do CPP.

„C.“ Gabarito

(FGV – 2008) Relativamente ao inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- (A) O inquérito pode ser instaurado pelo inspetor de polícia.
- (B) Nos crimes de ação penal privada, o inquérito será instaurado mesmo sem a manifestação expressa de concordância por parte da vítima ou de quem puder representá-la.
- (C) Nos crimes de ação penal pública incondicionada, o inquérito somente será instaurado se houver manifestação expressa de concordância por parte da vítima ou de quem puder representá-la.

(D) O inquérito pode ser instaurado mediante requisição do Ministério Público.

(E) Não cabe recurso do despacho que indefere o requerimento de abertura de inquérito.

**A:** incorreta. A instauração e presidência do inquérito policial cabem à autoridade policial (delegado de polícia) – art. 4º do CPP e art. 1º, § 1º, da Lei 12.830/2013; **B:** incorreta; em consonância com o que dispõe o art. 5º, § 5º, do CPP, o delegado somente poderá proceder à instauração de inquérito, nos crimes de ação penal privada, a requerimento de quem tiver legitimidade para ajuizar a ação penal; **C:** incorreta, pois o Ministério Público, titular da ação penal pública incondicionada, não se sujeita a nenhuma manifestação de vontade da vítima ou de seu representante legal para promover a respectiva ação penal; **D:** correta, conforme disposição do art. 5º, II, do CPP: “Art. 5º. Nos crimes de ação pública o inquérito será iniciado: (...) II – mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo”; **E:** incorreta, pois cabe recurso ao chefe de polícia (art. 5º, § 2º, do CPP).

„D.“ Gabarito

(FGV – 2008) Um delegado poderá deixar de realizar, a seu juízo, a seguinte diligência:

- (A) colheita de todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias.
- (B) determinação, se for caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias.
- (C) oitiva do indiciado.
- (D) oitiva do ofendido.
- (E) diligência que for requerida pelo ofendido.

A providência a que se refere a alternativa “E” está contida no art. 14 do CPP, que estabelece que o indiciado poderá requerer à autoridade policial, no curso do inquérito, a realização de qualquer diligência que reputar útil à busca da verdade real. O delegado, por sua vez, poderá deferir ou não o pedido, sem necessidade de fundamentar sua resposta ao pleito; as providências às quais se referem as outras alternativas, todas listadas no art. 6º do CPP, *devem* ser adotadas pela autoridade policial.

„E.“ Gabarito

(FGV – 2008) A respeito do inquérito policial, analise as afirmativas a seguir:

- I. Nos crimes de ação pública, o inquérito policial será iniciado de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- II. Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito de ofício ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- III. O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**I:** correta, nos termos do art. 5º, I e II, do CPP; **II:** incorreta. Se se tratar de crime de ação privada, a autoridade não poderá proceder a

inquérito de ofício, somente a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo, conforme dispõe o art. 5º, § 5º, do CPP; **III**: correta, pois reflete a regra contida no art. 5º, § 4º, do CPP.

Gabário "C"

(FGV – 2008) Relativamente ao inquérito policial, é correto afirmar que:

- (A) a autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato, aplicando, porém, em todas as suas manifestações, os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- (B) a autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito por falta de base para a denúncia.
- (C) o inquérito deverá terminar no prazo de 30 dias, se o indiciado estiver preso, ou no prazo de 60 dias, quando estiver solto.
- (D) o inquérito policial não acompanhará a denúncia ou queixa quando servir de base a uma ou outra.
- (E) o indiciado poderá requerer à autoridade policial a realização de qualquer diligência.

**A**: incorreta. Em vista do que dispõe o art. 20 do CPP, deve a autoridade policial assegurar, no inquérito, o sigilo que reputar necessário à elucidação do fato. Por se tratar de procedimento inquisitivo, não há que se falar em contraditório e ampla defesa nesta fase pré-processual, visto que inexistente, até aqui, acusação; **B**: incorreta, dado que o inquérito policial só pode ser arquivado pelo magistrado, a requerimento do Ministério Público, conforme rezam os arts. 18 e 28 do CPP; **C**: incorreta. O art. 10, *caput*, do CPP estabelece o prazo geral de 30 (trinta) dias para a conclusão do inquérito, quando o indiciado não estiver preso; se se tratar de indiciado preso, o inquérito deve terminar em 10 (dez) dias; **D**: incorreta, pois, em vista da regra contida no art. 12 do CPP, o inquérito acompanhará a denúncia; **E**: correta, valendo lembrar que essa diligência poderá ou não, a critério da autoridade, ser realizada (art. 14 do CPP).

Gabário "E"

### 3. AÇÃO PENAL, SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO E AÇÃO CIVIL

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Assinale a opção correta acerca da ação penal.

- (A) Em se tratando de crime de ação penal pública condicionada, exige-se rigor formal na representação do ofendido ou de seu representante legal.
- (B) O perdão do ofendido, seja ele expresso ou tácito, pode ser causa de extinção da punibilidade nos crimes que se apuram por ação penal pública condicionada.
- (C) A representação será retratável depois de oferecida a denúncia.
- (D) Nos crimes contra os costumes, uma vez atestada a pobreza da vítima pela autoridade policial ou por outros meios de prova, a ação penal passa a ser pública condicionada à representação, tendo o Ministério Público legitimidade para oferecer a denúncia.

**A**: incorreta. A representação (art. 39, *caput* e §§ 1º e 2º, do CPP) não tem rigor formal. Os tribunais, inclusive o STF, já se manifestaram nesse sentido. É suficiente que a vítima demonstre de forma inequívoca a intenção de ver processado o suspeito; **B**: incorreta. O perdão do ofendido (art. 107, V, do CP) é instituto que só se aplica no âmbito da ação penal privada; **C**: incorreta. Depois de oferecida a denúncia, a representação se torna irretratável (art. 25 do CPP); **D**: correta. Outra relevante modificação produzida pela Lei 12.015/2009 diz respeito à

ação penal nos crimes sexuais. A ação penal, no âmbito dos crimes sexuais, passou a ser, em regra, pública condicionada à representação. Com o advento da Lei 13.718/2018, a ação penal, nos crimes sexuais, que era, até então, pública condicionada à representação, passou a ser pública incondicionada, conforme nova redação conferida ao art. 225 do CP.

Gabário "D"

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Assinale a opção correta quanto à suspensão condicional do processo.

- (A) Corre prescrição durante o prazo de suspensão do processo.
- (B) O juiz pode especificar condições não expressas em lei a que fica submetida a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação do acusado.
- (C) O não cumprimento da condição de reparação do dano, sendo possível ao réu fazê-lo, é causa de revogação facultativa.
- (D) A instauração de processo por suposta prática de outro crime no período de prova é causa de revogação facultativa.

**A**: incorreta, pois não correrá a prescrição durante o período de suspensão do processo (art. 89, § 6º, da Lei n. 9.099/1995); **B**: correta, nos termos do art. 89, § 2º, da Lei n. 9.099/1995; **C** e **D**: incorretas. A revogação, nesses casos, é obrigatória (art. 89, § 3º, da Lei n. 9.099/1995).  *Vide*, quanto ao *sursis* processual, a Súmula n. 415 do STJ.

Gabário "B"

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Com relação à ação penal, é correto afirmar que

- (A) A Constituição da República deferiu ao Ministério Público o monopólio da ação penal pública.
- (B) O inquérito policial é obrigatório e indispensável para o exercício da ação penal.
- (C) O princípio da indivisibilidade aplica-se à ação penal pública, já que o oferecimento da denúncia contra um dos acusados impossibilita posterior acusação de outro envolvido.
- (D) O prazo para a ação penal privada é de seis meses, estando sujeito a interrupções e suspensões.

**A**: correta, dado o que estabelecem os arts. 129, I, da CF; 100, § 1º, do CP; e 24 do CPP; **B**: incorreta, pois – ao contrário – é facultativo e dispensável (arts. 12 e 39, § 5º, do CPP); **C**: incorreta. O princípio da indivisibilidade da ação penal privada está consagrado no art. 48 do CPP. Embora não haja disposição expressa de lei, o postulado da indivisibilidade, em princípio, é também aplicável à ação penal pública. No que se refere a esta modalidade de ação, seria inconcebível imaginar que o MP pudesse escolher contra quem iria propor a ação penal. Mas o STF não compartilha dessa lógica. Para a nossa Corte Suprema, a indivisibilidade não se aplica à ação penal pública (somente à ação privada). Dito de outro modo, o art. 48 do CPP somente tem incidência na ação penal de iniciativa privada. Sustenta o STF que a divisibilidade da ação penal pública reside no fato de o MP ter a liberdade de não ofertar a denúncia contra alguns autores de crime contra os quais ainda não há elementos suficientes e, assim que esses elementos forem reunidos, aditar a denúncia. Assim, a ação deixa de ser indivisível pelo simples fato de a denúncia comportar aditamento posterior; **D**: incorreta, pois se trata de prazo decadencial (art. 38 do CPP). Assim sendo, não está sujeito a interrupção nem a suspensão.

Gabário "A"

(FGV – 2009) A respeito dos efeitos da sentença penal na esfera cível, analise as afirmativas a seguir.

- I. O ofendido deve aguardar a prolação de sentença penal condenatória, para promover sua execução em vara cível, sendo-lhe vedado ajuizar ação cível sobre os mesmos fatos enquanto a ação penal estiver em curso.
- II. A prolação de sentença penal absolutória fundada na atipicidade do fato não impede a apuração da responsabilidade civil do réu.
- III. O arquivamento de inquérito policial com fundamento em legítima defesa impede a apuração da responsabilidade civil do autor do fato.
- IV. Se o juiz criminal fixar o valor da reparação dos danos na sentença penal condenatória, o ofendido não poderá demandar o pagamento de valor superior ao fixado em vara cível.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa IV estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**I:** incorreta. Pelo sistema que adotamos (independência das esferas penal e cível), nada impede que aquele que sofreu o dano causado pela prática criminosa persiga a correspondente reparação, em ação de conhecimento instaurada no juízo cível, independente do destino da ação penal e antes do término desta. Bem por isso, as ações podem, sim, tramitar paralelamente. Nada obsta, de outro lado, que o ofendido, se assim preferir, opte por aguardar o desfecho da ação penal para, depois disso, buscar a reparação do dano no juízo cível. Nesta última hipótese, a sentença penal condenatória com trânsito em julgado no juízo penal faz coisa julgada no âmbito civil, encerrando, assim, qualquer discussão atinente à existência do fato e sua respectiva autoria. A discussão, a partir daí, envolverá tão somente o montante devido; **II:** correta, nos moldes do art. 67, III, do CPP; **III:** incorreta, pois o arquivamento do inquérito não impede a apuração da responsabilidade civil (art. 67, I, do CPP); **IV:** incorreta, pois contraria o dispositivo previsto no art. 63, parágrafo único, do CPP.

Gabarito "A"

(FGV – 2008) Em relação à ação penal, analise as afirmativas a seguir:

- I. A mulher casada não poderá exercer o direito de queixa sem consentimento do marido, salvo quando estiver dele separada ou quando a queixa for contra ele.
- II. O direito de ação penal privada subsidiária da pública está previsto na Constituição bem como no Código de Processo Penal.
- III. Se o ofendido for retardado mental e colidirem os interesses dele com os de seu representante legal, o direito de queixa poderá ser exercido por curador especial, nomeado pelo juiz competente para o processo penal.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**I:** incorreta. O art. 35 do CPP, que estabelecia que a mulher casada não podia exercer o direito de queixa sem o consentimento do marido, salvo se dele estivesse separada ou quando a queixa fosse contra ele, foi revogado pela Lei 9.520/1997; **II:** correta, dado que a ação penal privada subsidiária da pública ou substitutiva, que somente terá lugar na hipótese de inércia do membro do Ministério Público, encontra previsão nos arts. 5º, LIX, da CF, 100, § 3º, do CP e 29 do CPP; **III:** correta (art. 33 do CPP).

Gabarito

(FGV – 2008) A requisição do Ministro da Justiça, nos crimes de ação pública em que a lei assim o exige constitui condição:

- (A) objetiva de punibilidade.
- (B) subjetiva de punibilidade.
- (C) de procedibilidade.
- (D) de legitimidade passiva.
- (E) de plausibilidade.

Arts. 5º, II, e 24, *caput*, do CPP.

Gabarito

(FGV – 2007) Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Intentada a ação penal, o juiz da ação civil, visando ao ressarcimento do dano, poderá suspender o curso do processo civil.
- (B) Não faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estrito cumprimento de dever legal.
- (C) É cabível a indenização ao dono de animal que é morto em quintal da casa do seu proprietário por pessoa que invade o mencionado quintal para fugir de roubo.
- (D) A decisão que julga extinta a punibilidade do crime não impede a propositura da ação civil.
- (E) Não obstante a sentença absolutória no juízo criminal, a ação civil poderá ser proposta quando não tiver sido, categoricamente, reconhecida a inexistência material do fato.

**A:** correta (art. 64, parágrafo único, do CPP); **B:** incorreta, devendo ser assinalada, pois faz coisa julgada no cível (art. 65 do CPP); **C:** correta, dado o que estabelecem os arts. 65 do CPP e 188, II, 929 e 930 do Código Civil; **D:** correta, pois em conformidade com o teor do art. 67, II, do CPP; **E:** correta, nos termos do art. 66 do CPP.

Gabarito

(FGV – 2005) Em matéria de ação penal, é incorreto afirmar que:

- (A) na ação penal privada, na hipótese de morte do ofendido, o direito de prosseguir na ação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- (B) o órgão do Ministério Público dispensará o inquérito policial, se com a representação que lhe for dirigida forem oferecidos elementos que o habilitem a promover a ação penal, e, nesse caso, oferecerá a denúncia no prazo de 15 (quinze) dias.
- (C) a denúncia será rejeitada quando houver a prescrição.
- (D) a renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estende, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.

- (E) a renúncia tácita e o perdão tácito admitirão todos os meios de prova.

**A:** correta, pois reflete a regra prevista no art. 31 do CPP; **B:** correta, pois em consonância com o que estabelece o art. 39, § 5º, do CPP; **C:** correta, nos termos do art. 395, II, do CPP; **D:** incorreta, devendo ser assinalada. A renúncia (art. 49 do CPP), porque constitui ato unilateral do ofendido, prescinde de aceitação do ofensor; já o perdão (art. 51 do CPP), sendo ato bilateral, somente extingui a punibilidade se aceito por pelo querelado. A assertiva refere-se, portanto, à redação do art. 51, aplicável ao perdão, e não à renúncia; **E:** correta, nos moldes do art. 57 do CPP.

„D.“ Gabarito

#### 4. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA; CONEXÃO E CONTINÊNCIA

(OAB/Exame Unificado – 2008.2) Compete à justiça federal processar e julgar

- (A) Crime contra a organização do trabalho.  
(B) Crime de transporte de eleitores no dia da votação.  
(C) Furto de bem de sociedade de economia mista.  
(D) Crime de deserção praticado por bombeiro militar.

A alternativa correta é a “A”, conforme preceitua o art. 109, VI, da CF.

„A.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) A competência jurisdicional não é determinada em função

- (A) Do lugar da infração.  
(B) Do domicílio ou residência da vítima.  
(C) Da prevenção.  
(D) Da distribuição.

Art. 69, II, do CPP. A competência é determinada em função do domicílio ou residência do réu, e não da vítima.

„B.“ Gabarito

(FGV – 2008) Relativamente à competência no processo penal, analise as afirmativas a seguir:

- I. Na determinação da competência por conexão, em caso de concurso de jurisdições da mesma categoria, observa-se a regra da preponderância da jurisdição em que houver ocorrido o maior número de infrações, se as respectivas penas forem de igual gravidade.
- II. A competência prevista na Constituição Estadual de foro por prerrogativa de função para procurador do estado não prevalece sobre a competência prevista na Constituição Federal do julgamento pelo tribunal do júri para crimes dolosos contra a vida.
- III. É possível a separação de processos em razão do número excessivo de acusados.
- IV. A competência prevista na Constituição Federal de foro por prerrogativa de função para juiz de direito prevalece sobre a competência prevista na Constituição Federal do julgamento pelo tribunal do júri para crimes dolosos contra a vida.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.  
(B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.  
(C) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.  
(D) se todas as afirmativas estiverem corretas.  
(E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

**I:** correta, nos termos do art. 78, II, b, do CPP; **II:** correta, pois reflete o entendimento sedimentado na Súmula 721 do STF, cujo teor foi reproduzido na Súmula Vinculante 45; **III:** correta, nos termos do art. 80 do CPP; **IV:** correta, dado que os juízes de direito serão sempre julgados pelo tribunal ao qual estão vinculados.

„D.“ Gabarito

(FGV – 2008) Havendo conexão entre crime eleitoral e crime comum é competente:

- (A) a Justiça Eleitoral.  
(B) a Justiça Comum.  
(C) o juiz que recebeu a denúncia.  
(D) a Justiça Comum, para o crime dessa natureza, e a Justiça eleitoral, para o crime eleitoral.  
(E) a Justiça para a qual foi inicialmente distribuída a denúncia envolvendo os crimes conexos.

Por força do que dispõe o art. 78, IV, do CPP, em face de conflito estabelecido entre jurisdição comum e especial, no caso a Eleitoral, prevalece a força atrativa desta.

„A.“ Gabarito

(FGV – 2005) Segundo o Código de Processo Penal, qual opção a seguir não determina a competência jurisdicional?

- (A) a conexão ou continência  
(B) a prerrogativa de função  
(C) o domicílio ou residência do réu  
(D) a natureza da infração  
(E) a requisição judicial

De acordo com o rol previsto no art. 69, I a VII, do CPP, a única opção que não determina a competência jurisdicional é a requisição judicial.

„E.“ Gabarito

#### 5. QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) A propósito da restituição de bens apreendidos no processo penal, assinale a opção correta.

- (A) Tratando-se de coisas facilmente penhoráveis, não se admite a realização de leilão público, pois a aplicação da lei processual civil é subsidiária.  
(B) Não se admite a tutela de interesse de terceiros de boa-fé no bem apreendido.  
(C) Antes do trânsito em julgado de decisão inserta em sentença, os bens apreendidos só podem ser restituídos se não mais interessarem ao processo e aos efeitos penais de uma condenação.  
(D) Em caso de dúvida sobre quem seja o verdadeiro dono do bem apreendido, o juízo criminal encaminhará as partes ao juízo cível para solucioná-la.

**A:** incorreta. Se se tratar de coisas facilmente deterioráveis, a lei (art. 120, § 5º, do CPP) autoriza sejam avaliadas e levadas a leilão público, depositando-se o dinheiro apurado, ou entregues ao terceiro que as detinha; **B:** incorreta. O interesse de terceiro de boa-fé é tutelado em diversos dispositivos, a saber: arts. 119, 120, § 2º, e 122, parágrafo único, todos do CPP; **C:** correta, nos termos do art. 118 do CPP; **D:** incorreta. Se houver dúvida, o juízo criminal encaminhará as partes ao juízo cível (art. 120, § 4º, do CPP).

„C.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) Assinale a opção correta acerca do processo penal.

- (A) Caberá o sequestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, salvo se já tiverem sido transferidos a terceiro.
- (B) Pode-se opor suspeição às autoridades policiais nos atos do inquérito.
- (C) A arguição de suspeição precederá a qualquer outra, salvo quando fundada em motivo superveniente.
- (D) Antes de transitar em julgado a sentença final, as coisas apreendidas poderão ser restituídas, ainda que interessem ao processo.

**A:** incorreta. Mesmo que já tenham sido transferidos a terceiro, terá lugar o sequestro (art. 125 do CPP); **B:** incorreta. Não se poderá opor suspeição às autoridades policiais nos atos do inquérito (art. 107 do CPP); **C:** correta, nos moldes do art. 96 do CPP; **D:** incorreta. Enquanto interessarem ao processo, as coisas apreendidas não poderão ser restituídas (art. 118 do CPP).

„C.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) No que diz respeito às exceções no processo penal, de acordo com a legislação processual penal e a doutrina pátria, assinale a opção correta.

- (A) A litispendência visa impedir que, por um mesmo fato punível, o réu responda em mais de um processo. Para tanto, esse instituto reclama o reconhecimento inequívoco dos seguintes requisitos: identidade de pessoas, de pedido e de causa de pedir.
- (B) Se, sendo ilegítima a parte, for instaurada a ação penal, pode ser arguida exceção de suspeição.
- (C) A arguição das exceções constitui incidente processual próprio da defesa, não sendo possível que também o autor possa opô-la.
- (D) São peremptórias as exceções de suspeição, incompetência e ilegitimidade da parte.

**A:** correta, pois em conformidade com os arts. 95, III, 110 e 111, do CPP. Ninguém pode ser julgado duas vezes pelo mesmo fato. É esse o fundamento desta exceção, cujos elementos que a identificam são: pedido, causa de pedir e partes. À falta de um deles, não há se falar em exceção de litispendência; **B:** incorreta. Legitimidade de parte é uma das condições da ação. Estas devem ser analisadas pelo juiz quando do recebimento da peça acusatória; **C:** incorreta, pois contraria os arts. 98 e 105 do CPP; **D:** incorreta, dado que as exceções de suspeição, incompetência e ilegitimidade de parte são dilatórias.

„A.“ Gabarito

(FGV – 2007) Configura hipótese de questão prejudicial homogênea:

- (A) a questão sobre a declaração da nulidade de registro ou patente em processo penal por crime contra a propriedade imaterial.
- (B) a questão sobre a declaração da validade do casamento em processo penal por crime de bigamia.
- (C) a questão sobre a declaração da quota parte a que tem direito o condômino em processo penal por crime de furto de coisa comum fungível.
- (D) a questão sobre a declaração da existência do crime de que proveio a coisa em processo penal por delito de receptação.

- (E) a questão sobre a declaração da posse e propriedade de coisa móvel em processo penal por crime de apropriação indébita fundada em inversão da posse.

Questão prejudicial homogênea é a que integra o mesmo ramo do direito da questão principal ou prejudicada.

„D.“ Gabarito

(FGV – 2005) Assinale a hipótese que não é considerada exceção em matéria processual penal.

- (A) questão prejudicial
- (B) incompetência de juízo
- (C) ilegitimidade de parte
- (D) suspeição
- (E) coisa julgada

As exceções estão listadas no art. 95 do CPP. As questões prejudiciais, que não constituem exceção em matéria processual, estão previstas nos arts. 92 a 94 do CPP.

„A.“ Gabarito

(FGV – 2005) Segundo o Código de Processo Penal, assinale a alternativa falsa.

- (A) A suspeição, a incompetência de juízo, a litispendência, a ilegitimidade de parte e a coisa julgada são exceções previstas na lei processual penal.
- (B) As partes podem arguir a suspeição de peritos, intérpretes e serventuários ou funcionários da justiça, decidindo o juiz de plano e sem recurso, à vista da matéria alegada e prova imediata.
- (C) Não se poderá opor suspeição da autoridade policial nos atos do inquérito, mas deverá ela declarar-se suspeita, quando ocorrer motivo legal.
- (D) As exceções serão processadas em autos apartados e não suspenderão, em regra, o andamento da ação penal.
- (E) Se for arguida a suspeição do órgão do Ministério Público, o juiz, depois de ouvi-lo, decidirá, cabendo recurso em sentido estrito.

**A:** correta (art. 95 do CPP); **B:** correta (art. 105 do CPP); **C:** correta (art. 107 do CPP); **D:** correta (art. 111 do CPP); **E:** incorreta, pois o juiz decidirá sem recurso (art. 104 do CPP).

„E.“ Gabarito

## 6. PROVA

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Relativamente ao interrogatório, assinale a opção correta.

- (A) O interrogatório constitui meio de defesa e as declarações oportunamente prestadas pelo acusado podem servir de fonte de prova.
- (B) Trata-se, exclusivamente, de meio de prova.
- (C) A defesa técnica não pode se manifestar na realização do interrogatório.
- (D) Somente a autodefesa é exercida quando se presta declarações em interrogatório.

Arts. 185 a 196 do CPP. Cuida-se de matéria controversa. Juristas consagrados como Frederico Marques e Julio Fabbrini Mirabete entendem ser o interrogatório tanto meio de prova quanto meio de defesa. Guilherme de Souza Nucci, por seu turno, entende que o interrogatório constitui autêntico meio de defesa. Conferir: "(...) Note-se

que o interrogatório é, fundamentalmente, um meio de defesa, pois a Constituição assegura ao réu o direito ao silêncio. Logo, a primeira alternativa que se avizinha ao acusado é calar-se, daí não advindo consequência alguma. Defende-se apenas. Entretanto, caso opte por falar, abrindo mão do direito ao silêncio, seja lá o que disser, constitui meio de prova inequívoco, pois o magistrado poderá levar em consideração suas declarações para condená-lo ou absolvê-lo" (*Código de Processo Penal Comentado*, 12ª ed., p. 428). Na mesma esteira, o STF: "Em sede de persecução penal, o interrogatório judicial – notadamente após o advento da Lei 10.792/2003 – qualifica-se como ato de defesa do réu, que, além de não ser obrigado a responder a qualquer indagação feita pelo magistrado processante, também não pode sofrer qualquer restrição em sua esfera jurídica em virtude do exercício, sempre legítimo, dessa especial prerrogativa (...)" (HC 94.601-CE, 2ª T., rel. Min. Celso de Mello, 11.09.2009).

Gabário "A."

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Relativamente ao instituto da prova criminal, assinale a opção correta.

- (A) É permitida a juntada de documentos no plenário do tribunal do júri, desde que trate de prova relativa ao fato imputado e esclareça a verdade real.
- (B) A existência de prova da materialidade e de indícios de autoria são suficientes para o recebimento da denúncia, para a determinação de interceptação telefônica e para a inclusão do réu no rol dos culpados.
- (C) As provas periciais, ainda que produzidas durante o inquérito policial, têm valor probatório, visto que se submetem a contraditório diferido.
- (D) A confissão feita durante o interrogatório judicial pode suprir a ausência do laudo de exame cadavérico.

**A:** incorreta, pois o art. 479 do CPP assim determina: "Durante o julgamento não será permitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, dando-se ciência à outra parte"; **B:** incorreta. Embora a prova da existência do crime e a presença de indícios de autoria sejam suficientes a autorizar o recebimento da denúncia e a interceptação telefônica (art. 2º da Lei n. 9.296/1996), a inclusão do nome do réu no rol dos culpados pressupõe o trânsito em julgado da sentença penal condenatória (o art. 393 do CPP foi revogado pela Lei 12.403/2011); **C:** correta, dado que as provas periciais não são renovadas em juízo, como ocorre com o interrogatório (realizado tanto na fase inquisitorial quanto na processual), porque os vestígios deixados pela infração já desapareceram. Submetem-se, pois, ao contraditório diferido, postergado; **D:** incorreta, pois o exame de corpo de delito – direto ou indireto, nas infrações que deixam vestígios, é indispensável – art. 158 do CPP. Na hipótese de desaparecimento desses vestígios, nosso ordenamento jurídico admite que a prova testemunhal supra essa falta – art. 167, CPP; o que não se admite é que a confissão supra a falta do exame.

Gabário "C."

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) Acerca da prova testemunhal, assinale a opção correta.

- (A) Ao juiz é vedado ouvir outras testemunhas, além das indicadas pelas partes.
- (B) As testemunhas da acusação e da defesa serão inquiridas umas na presença das outras.
- (C) Se o juiz, ao pronunciar sentença final, reconhecer que alguma testemunha fez afirmação falsa, calou ou negou a verdade, remeterá cópia do depoimento à autoridade policial para a instauração de inquérito.
- (D) A testemunha deve prestar o depoimento oralmente ou trazê-lo por escrito.

**A:** incorreta, pois ao juiz é dado ouvir, sempre que reputar necessário, outras testemunhas além das indicadas (arts. 156, II, e 209 do CPP); **B:** incorreta, pois o art. 210 do CPP determina que "as testemunhas serão inquiridas cada uma de per si, de modo que umas não saibam nem ouçam os depoimentos das outras, devendo o juiz adverti-las das penas cominadas ao falso testemunho"; **C:** correta, pois reflete o que dispõe o art. 211 do CPP; **D:** incorreta, pois não é permitido à testemunha levar o depoimento por escrito (art. 204 do CPP).

Gabário "C."

(FGV – 2008) Assinale a alternativa correta.

- (A) São consideradas ilícitas as provas obtidas em violação a normas constitucionais ou legais, devendo ser desentranhadas do processo, mas a ilegalidade não se estende às provas derivadas daquelas, qualquer que seja a hipótese.
- (B) Os exames de corpo de delito e as outras perícias serão feitos por dois peritos oficiais.
- (C) Os cadáveres serão fotografados apenas depois de retirados do local do crime, em respeito à família dos mortos.
- (D) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- (E) Antes de transitar em julgado a sentença final, as coisas apreendidas que interessarem ao processo poderão ser restituídas, desde que aos seus proprietários.

**A:** incorreta, pois as provas derivadas das ilícitas também são inadmissíveis (art. 157, *caput* e § 1º, do CPP); **B:** incorreta. A redação anterior do art. 159 do CPP estabelecia que a perícia fosse realizada por dois profissionais. Atualmente, com a modificação a que foi submetido esse dispositivo (pela Lei 11.690/2008), a perícia será levada a efeito por um perito oficial portador de diploma de curso superior. À falta deste, determina o § 1º do art. 159 que o exame seja feito por duas pessoas idôneas, detentoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre aquelas que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame; **C:** incorreta, pois contraria a previsão contida no art. 164 do CPP, que assim dispõe: "Os cadáveres serão sempre fotografados na posição em que forem encontrados, bem como, na medida do possível, todas as lesões externas e vestígios deixados no local do crime"; **D:** correta, pois corresponde à redação do art. 155 do CPP; **E:** incorreta. Enquanto não transitar em julgado, as coisas apreendidas que interessam ao processo não poderão ser restituídas (art. 118 do CPP).

Gabário "D."

(FGV – 2008) Relativamente à prova, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O juiz que conhecer do conteúdo da prova declarada inadmissível não poderá proferir a sentença.
- (B) A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, facultado ao juiz de ofício determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.
- (C) São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.
- (D) São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas

puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.

- (E) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

**A:** incorreta, devendo ser assinalada. A assertiva corresponde à redação do art. 157, § 4º, do CPP, que foi vetado; **B:** correta. Antes do início da ação penal, o juiz somente poderá atuar, de ofício, se for para determinar a produção antecipada da prova considerada urgente e relevante, sempre levando em conta a necessidade, a adequação e a proporcionalidade da medida – art. 156, I, do CPP. Já no curso da ação penal, poderá o juiz, sempre de forma supletiva, determinar a realização de diligências com o objetivo de dirimir dúvida sobre ponto relevante – art. 156, II, do CPP; **C:** correta, nos termos do art. 157, *caput*, do CPP; **D:** correta, pois reflete o disposto no art. 157, § 1º, do CPP; **E:** correta, visto que corresponde ao que preleciona o art. 155, *caput*, do CPP.

Gabriel "A"

(FGV – 2007) Em tema de prova penal, é correto afirmar que:

- (A) em regra vigora o sistema da íntima convicção, pelo qual o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova, estando dispensado de motivá-la.  
(B) não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a confissão poderá suprir-lhe a falta.  
(C) em crime que deixa vestígios, o juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.  
(D) as provas requeridas pela Defesa deverão ser deferidas pelo juiz independentemente da pertinência que guardem com o objeto do processo.  
(E) são inadmissíveis no processo as provas produzidas por meios ilícitos, salvo quando servirem para esclarecer dúvida sobre ponto relevante.

**A:** incorreta. Adotamos, como regra, o sistema da persuasão racional ou livre convencimento motivado, em que o magistrado decidirá com base no seu livre convencimento. Deverá, todavia, fundamentar sua decisão (art. 93, IX, da CF). O sistema da íntima convicção é o que vige no Tribunal do Júri, onde o jurado não motiva seu voto. Existe ainda o sistema da prova legal: o juiz fica adstrito ao valor atribuído à prova pelo legislador; **B:** incorreta. À falta do exame de corpo de delito, a solução está no art. 167 do CPP, com a colheita de depoimentos de testemunhas. A confissão jamais poderá suprir tal falta; **C:** correta, pois de acordo do o art. 182 do CPP; **D:** incorreta. As provas consideradas impertinentes deverão ser indeferidas (arts. 400, § 1º, e 411, § 2º, do CPP); **E:** incorreta, pois, ainda que para esclarecer dúvida sobre ponto relevante, as provas ilícitas são inadmissíveis (art. 157, *caput* e § 1º, do CPP).

Gabriel "C"

## 7. PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES E LIBERDADE PROVISÓRIA

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Acerca dos crimes hediondos, assinale a opção correta.

- (A) O rol dos crimes enumerados na Lei n. 8.072/1990 não é taxativo.  
(B) É possível o relaxamento da prisão por excesso de prazo.  
(C) O prazo da prisão temporária em caso de homicídio qualificado é igual ao de um homicídio simples.

- (D) Em caso de sentença condenatória, o réu não poderá apelar em liberdade, independentemente de fundamentação do juiz.

**A:** incorreta. Adotou-se o *critério legal*, pelo qual devem ser considerados hediondos tão somente os crimes contidos no rol do art. 1º da Lei n. 8.072/1990. Trata-se, pois, de rol taxativo. Cuidado: nada obsta, entretanto, que o legislador infraconstitucional faça incluir ou excluir, por meio de lei ordinária, determinado crime deste rol, fato, a propósito, que já ocorreu diversas vezes; **B:** correta (art. 5º, LXV, da CF; Súmula n. 697 do STF); **C:** incorreta. O prazo de prisão temporária, em se tratando de homicídio qualificado (art. 1º, I, Lei n. 8.072/1990), é fixado pela Lei de Crimes Hediondos, em seu art. 2º, § 4º. O homicídio simples, salvo o praticado em atividade típica de grupo de extermínio, não é delito hediondo; **D:** incorreta. A decretação ou manutenção da prisão cautelar (provisória ou processual), assim entendida aquela que antecede a condenação definitiva, deve sempre estar condicionada à demonstração de sua imperiosa necessidade. Bem por isso, deve o magistrado apontar as razões, no seu entender, que a tornam indispensável (art. 312 do CPP). Colocado de outra forma, a prisão provisória ou cautelar somente se justifica dentro do ordenamento jurídico quando necessária ao processo. Deve ser vista, portanto, como um instrumento do processo a ser utilizado em situações excepcionais. É por essa razão que a prisão decorrente de sentença penal condenatória recorrível deixou de constituir modalidade de prisão cautelar. Era uma prisão automática, já que, com a prolação da sentença condenatória, o réu era recolhido ao cárcere (independente de a prisão ser necessária). Nesse contexto, o acusado era considerado presumidamente culpado. Com as modificações introduzidas pela Lei 11.719/2008 e também em razão da atuação dos tribunais, esta modalidade de prisão cautelar deixou de existir, consagrando, assim, o postulado da presunção de inocência. Em vista dessa nova realidade, se o acusado permanecer preso durante toda a instrução, a manutenção dessa prisão somente terá lugar se indispensável for ao processo, pouco importando se, uma vez condenado em definitivo, permanecerá ou não preso. A prisão desnecessária decretada ou mantida antes de a sentença passar em julgado constitui antecipação da pena que porventura seria aplicada em caso de condenação, o que representa patente violação ao princípio da presunção de inocência, postulado esse de índole constitucional – art. 5º, LVII. De se ver ainda que, tendo em conta as mudanças implementadas pela Lei 12.403/2011, que instituiu as medidas cautelares alternativas à prisão provisória, esta somente terá lugar diante da impossibilidade de se recorrer às medidas cautelares. Dessa forma, a prisão, como medida excepcional que é, deve também ser vista como instrumento subsidiário, supletivo. Pois bem. Essa tônica (de somente dar-se início ao cumprimento da pena depois do trânsito em julgado da sentença penal condenatória) sofreu um revés. Explico. O STF, em julgamento histórico realizado em 17 de fevereiro de 2016, mudou, à revelia de grande parte da comunidade jurídica, seu entendimento acerca da possibilidade de prisão antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória. A Corte, ao julgar o HC n. 126.292, passou a admitir a execução da pena após decisão condenatória proferida em segunda instância. Com isso, passou a ser desnecessário, para dar início ao cumprimento da pena, aguardar o trânsito em julgado da decisão condenatória. Flexibilizou-se, pois, o postulado da presunção de inocência. Naquela ocasião, votaram pela mudança de paradigma sete ministros, enquanto quatro mantiveram o entendimento até então prevalente. Cuidava-se, é bem verdade, de uma decisão tomada em processo subjetivo, sem eficácia vinculante, portanto. Tal decisão, conquanto tomada em processo subjetivo, passou a ser vista como uma mudança de entendimento acerca de tema que há vários anos havia se sedimentado. Mais recentemente, nossa Suprema Corte foi chamada a se manifestar, em ações declaratórias de constitucionalidade impetradas pelo Conselho Federal da OAB e pelo Partido Ecológico Nacional, sobre a constitucionalidade do art. 283 do CPP. Existia a expectativa de que algum ou alguns dos ministros mudassem o posicionamento adotado no julgamento realizado em fevereiro de 2016. Afinal, a decisão, agora, teria uma repercussão muito

maior, na medida em que tomada em ADC. Pois bem. Depois de muita especulação e grande expectativa, o STF, em julgamento realizado em 5 de outubro do mesmo ano, desta vez por maioria mais apertada (6 a 5), já que houve mudança de posicionamento do ministro Dias Toffoli, indeferiu as medidas cautelares pleiteadas nessas ADCs (43 e 44), mantendo, assim, o posicionamento que autoriza a prisão depois de decisão condenatória confirmada em segunda instância. Em breve, ao que tudo indica, o STF reapreciará a questão, podendo alterar este posicionamento.

Gabário "B."

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Acerca do instituto da prisão, assinale a opção incorreta.

- (A) A prisão temporária não pode ser decretada de ofício e somente tem cabimento durante o inquérito policial.
- (B) As hipóteses legais para a decretação da prisão preventiva, incluem a garantia da ordem pública, a conveniência da instrução criminal e o clamor público.
- (C) Nos crimes de menor potencial ofensivo, em regra, não são admitidas a lavratura do auto de prisão em flagrante nem a imposição de fiança quando o autor do fato for encaminhado ao juizado.
- (D) A prisão penal é a que ocorre após uma sentença penal condenatória transitada em julgado e admite, preenchidos os requisitos legais, o livramento condicional.

**A:** correta, nos termos dos arts. 1º, I, e 2º, *caput*, da Lei n. 7.960/1989; **B:** incorreta, devendo ser assinalada. A expressão "clamor público" não está contida no art. 312 do CPP; **C:** correta, nos moldes do art. 69, parágrafo único, da Lei n. 9.099/1995; **D:** correta. De fato, *prisão penal* ou *prisão-pena* é aquela que decorre de sentença condenatória com trânsito em julgado; *prisão processual* ou *provisória*, por sua vez, é aquela decretada antes do trânsito em julgado de sentença condenatória.

Gabário "C."

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) Não há vedação expressa à liberdade provisória no diploma legal conhecido como

- (A) Estatuto do Desarmamento.
- (B) Lei sobre o tráfico ilícito de drogas.
- (C) Lei Maria da Penha.
- (D) Lei das Organizações Criminosas.

**A:** incorreta. Art. 21 da Lei n. 10.826/2003 (o STF, no julgamento da ADIN 3.112-1, declarou a inconstitucionalidade deste dispositivo); **B:** incorreta. Art. 44 da Lei n. 11.343/2006 (o STF, no julgamento do HC 104.339-SP, declarou, incidentalmente, a inconstitucionalidade da expressão "e liberdade provisória", contida no *caput* do art. 44 da Lei de Drogas); **C:** correta, nos termos da Lei n. 11.340/2006; **D:** à época em que a questão foi formulada, havia a previsão de vedação à liberdade provisória no tocante à Lei de Organizações Criminosas, conforme disposição contida no art. 7º da Lei n. 9.034/1995, que foi revogada por força da Lei 12.850/2013, que não trouxe disposição expressa nesse sentido.

Gabário "C."

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) Assinale a opção incorreta de acordo com o STJ e o STF.

- (A) Os conceitos de flagrante preparado e esperado se confundem.
- (B) Tão somente os crimes militares, cuja definição é dada pelo Código Penal Militar, quando cometidos por agentes militares, poderão ser julgados pela justiça castrense.

(C) O estado de flagrante delito é uma das exceções constitucionais à inviolabilidade do domicílio, nos termos da Constituição Federal.

(D) A interposição de recurso, sem efeito suspensivo, contra decisão condenatória não obsta a expedição de mandado de prisão.

**A:** incorreta, devendo ser assinalada. Verificar-se-á o *flagrante preparado* sempre que o agente provocador levar alguém a praticar uma infração penal. Está-se aqui diante de uma modalidade de crime impossível (art. 17 do CP), consubstanciada na Súmula n. 145 do STF; difere, dessa forma, do chamado *flagrante esperado*, em que a polícia não controla a ação do agente, apenas aguarda, depois de comunicada, a ocorrência do crime. É hipótese viável de prisão em flagrante; **B:** correta, nos termos dos arts. 124, *caput*, e 125, § 4º, da CF; **C:** correta, nos moldes do art. 5º, XI, da CF; **D:** correta (Súmula n. 267 do STJ).

Gabário "A."

(FGV – 2009) Manoela de Jesus foi presa em flagrante, quando estava em sua casa assistindo à televisão, porque supostamente teria jogado um bebê recém-nascido no rio. Os responsáveis pela prisão foram dois policiais civis que realizavam diligências no local a partir de uma denúncia anônima. Ao realizar a prisão os policiais identificaram Manoela a partir da descrição fornecida pela denúncia anônima. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) Trata-se de flagrante próprio, previsto no art. 302, I, do Código de Processo Penal.
- (B) Trata-se de flagrante próprio, previsto no art. 302, II, do Código de Processo Penal.
- (C) A prisão é ilegal, pois não está presente nenhuma das situações autorizadoras da prisão em flagrante.
- (D) Trata-se de flagrante presumido, previsto no art. 302, IV, do Código de Processo Penal.
- (E) Trata-se de flagrante impróprio, previsto no art. 302, III, do Código de Processo Penal.

Manoela não foi presa no momento em que cometia ou quando acabava de cometer o crime a ela atribuído. Se assim fosse, estaríamos diante do chamado flagrante próprio, real ou perfeito, presente no art. 302, I e II, do CPP. Da mesma forma, incorreu o chamado flagrante impróprio, imperfeito ou quase flagrante, em que o sujeito é perseguido, logo após, em situação que faça presumir ser o autor da infração (art. 302, III). Manoela sequer foi perseguida. Também não há que se falar em flagrante ficto ou presumido (art. 302, IV), em que o agente é encontrado, depois do crime, na posse de instrumentos, armas, objetos ou papéis em circunstâncias que revelem ser ele o autor da infração penal. Manoela, ao ser presa em sua residência, não estava na posse de nenhum instrumento que a ligasse ao crime que a ela foi imputado. Assim, ausente qualquer das situações elencadas no art. 302 do CPP, a prisão em flagrante é ilegal.

Gabário "C."

(FGV – 2008) Relativamente à prisão temporária, assinale a afirmativa correta.

- (A) A prisão temporária poderá ser decretada em casos de grande repercussão pública para garantir a ordem pública, em crimes como roubo, estupro com resultado morte e homicídio qualificado.
- (B) São requisitos para a decretação da prisão temporária a garantia da ordem pública, da ordem econômica ou ainda a necessidade de aplicação da lei penal e a conveniência da instrução criminal.
- (C) A prisão temporária poderá ser requerida pelo delegado de polícia ou pelo promotor de justiça, devendo



o juiz decidir em até vinte e quatro horas, dispensada a fundamentação em caso de urgência.

- (D) São princípios que se aplicam ao regime da prisão temporária a taxatividade e inadmissibilidade de renovação automática.
- (E) A prisão temporária será decretada por dez dias, prorrogáveis por mais dez dias, salvo nos casos de crimes hediondos em que o prazo será de trinta dias, prorrogáveis por mais trinta dias.

**A:** incorreta. A prisão temporária constitui modalidade de prisão provisória destinada a viabilizar as investigações acerca dos crimes previstos no art. 1º, III, da Lei 7.960/1989. A garantia da ordem pública constitui hipótese de cabimento da prisão preventiva (art. 312 do CPP); **B:** incorreta. Trata-se de hipóteses em que pode ser decretada a prisão preventiva, todas presentes no art. 312 do CPP; **C:** incorreta. Não há dispensa de fundamentação (art. 2º, *caput* e § 2º, da Lei 7.960/1989); **D:** correta. Diz-se que a prisão temporária é regida pelo princípio da taxatividade na medida em que as hipóteses para aplicá-la são somente aquelas contempladas na Lei 7.960/1989. De outro lado, a custódia temporária somente será renovada se ficar comprovada sua necessidade. Não há que se falar, portanto, em renovação automática; **E:** incorreta. A prisão temporária será decretada pelo prazo de 5 (cinco) dias, podendo esse período ser prorrogado uma vez em caso de comprovada e extrema necessidade (art. 2º, *caput*, da Lei 7.960/1989). Se hediondo ou a ele equiparado for o crime investigado, o prazo máximo de prisão temporária será de 30 (trinta) dias, prorrogável por mais 30 (trinta), também em caso de comprovada e extrema necessidade. É o que determina o art. 2º, § 4º, da Lei 8.072/1990 (Crimes Hediondos).

„D.“ Gabarito

(FGV – 2008) As alternativas a seguir completam corretamente o fragmento a seguir, à exceção de uma. Assinale-a. *Considera-se em flagrante delito quem...*

- (A) está cometendo a infração penal.
- (B) acaba de cometer a infração penal.
- (C) é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.
- (D) é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.
- (E) é apontado por qualquer pessoa do povo como autor de crime infamante.

**A:** correta, nos termos do art. 302, I, do CPP (flagrante próprio, real ou perfeito); **B:** correta, nos termos do art. 302, II, do CPP (flagrante próprio, real ou perfeito); **C:** correta, nos termos do art. 302, III, do CPP (flagrante impróprio, imperfeito ou quase flagrante); **D:** correta, nos termos do art. 302, IV, do CPP (flagrante ficto ou presumido); **E:** incorreta, devendo ser assinalada, dado que não constitui situação elencada no art. 302 do CPP.

„E.“ Gabarito

(FGV – 2008) Analise as afirmativas a seguir:

- I. O preso especial não será transportado juntamente com o preso comum.
- II. Serão recolhidos a quartéis ou a prisão especial, à disposição da autoridade competente, quando sujeitos a prisão antes de condenação definitiva, dentre outros, os cidadãos que já tiverem exercido efetivamente a função de jurado, salvo quando excluídos da lista por motivo de incapacidade para o exercício daquela função.

III. Qualquer do povo deverá prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**I:** correta (art. 295, § 4º, do CPP); **II:** correta (art. 295, X, do CPP); **III:** incorreta, visto que qualquer do povo poderá prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito (flagrante facultativo); já a autoridade policial e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado nessa situação (flagrante obrigatório).

„B.“ Gabarito

(FGV – 2008) Quais os tipos de prisões cautelares que existem no ordenamento processual penal brasileiro?

- (A) Temporária, administrativa, preventiva e decorrente de pronúncia.
- (B) Flagrante, temporária, preventiva e decorrente de sentença (ou acórdão) condenatória recorrível e decorrente de pronúncia.
- (C) Preventiva, temporária, decorrente de pronúncia e decorrente de sentença (ou acórdão) condenatória recorrível.
- (D) Flagrante, temporária, administrativa, preventiva, decorrente de sentença (ou acórdão) condenatória recorrível, decorrente de pronúncia.
- (E) Temporária, preventiva, decorrente de sentença (ou acórdão) condenatória recorrível e decorrente de pronúncia.

A Lei 12.403/2011 produziu alterações significativas no campo da prisão processual. A *prisão em flagrante*, que podia perdurar durante todo o processo, deve, a partir de agora, ser convertida em prisão preventiva, desde que presentes os requisitos do art. 312 do CPP. Há doutrinadores que entendem que, por conta disso, a prisão em flagrante deixou de ser uma modalidade de custódia cautelar, passando a ser considerada uma prisão pré-cautelar. Para aqueles que não entendem assim, contamos hoje com três modalidades de prisão processual (cautelar): *prisão em flagrante*, *prisão preventiva* e *prisão temporária*. Só para lembrar: a *prisão decorrente de pronúncia* e a *prisão decorrente de sentença condenatória recorrível* deixaram de integrar o rol das prisões processuais com a entrada em vigor das Leis 11.689/2008 e 11.719/2008.

„B.“ Gabarito

(FGV – 2008) Qual dos elementos abaixo não está previsto no art. 312 do Código de Processo Penal como um dos requisitos para a decretação da prisão preventiva?

- (A) Quando necessária para assegurar a aplicação da lei penal.
- (B) Quando conveniente para a instrução criminal.
- (C) Quando imprescindível para apaziguar o clamor público.
- (D) Quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.
- (E) Quando necessária para garantir a ordem econômica.

O *clamor público*, por si só, além de não estar inserto no art. 312 do CPP, não é apto a justificar a prisão preventiva. Na jurisprudência do STJ: “O clamor público, inerente ao repúdio que a sociedade confere

à prática criminosa, não é bastante, por si só, para fazer presente o *periculum libertatis* e justificar a prisão preventiva" (HC 33.770-BA, 6ª T., rel. Min. Paulo Medina, 17.06.2004).

Gabário "C."

(FGV – 2005) Em matéria de liberdade provisória, é correto afirmar que:

- (A) a autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração punida com detenção, prisão simples e reclusão em que a pena máxima cominada não for superior a 2 (dois) anos.
- (B) em caso de prisão por mandado, também será competente para conceder a fiança a autoridade policial a quem tiver sido requisitada a prisão.
- (C) em caso de quebraimento da fiança, haverá a perda de 2/3 do seu valor e a obrigação de recolhimento à prisão.
- (D) não será concedida fiança nos crimes punidos com reclusão em que a pena mínima cominada for superior a 1 (um) ano.

**A:** incorreta. Também fruto de alteração promovida pela Lei 12.403/2011, a autoridade policial, agora, pode arbitrar fiança em qualquer infração penal cuja pena máxima cominada não seja superior a 4 (quatro) anos (reclusão ou detenção). Pela redação anterior do art. 322 do CPP, o delegado somente podia arbitrar fiança nas contravenções e nos crimes apenados com detenção; **B:** correta, nos termos do art. 332 do CPP; **C:** incorreta. Apesar de o art. 343 do CPP ter sido modificado pela Lei 12.403/2011, a assertiva permanece incorreta; **D:** incorreta. Com a modificação a que foi submetido o art. 323 do CPP, operada pela Lei 12.403/2011, somente são inafiançáveis os crimes ali listados e também aqueles contidos em leis especiais, como o art. 31 da Lei 7.492/1986 (Sistema Financeiro).

Gabário "B."

## 8. SUJEITOS PROCESSUAIS, CITAÇÃO, INTIMAÇÃO E PRAZOS

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Assinale a opção incorreta acerca da citação no processo penal.

- (A) Inexiste nulidade na citação feita por edital quando o réu, procurado reiteradas vezes nos endereços fornecidos, não é encontrado.
- (B) A circunstância de a citação ter ocorrido no próprio dia do interrogatório judicial constitui, por si só, ato capaz de infirmar a validade formal do processo penal de conhecimento.
- (C) Residindo o réu em comarca diversa daquela em que o juiz processante exerce sua jurisdição, a citação do acusado deve ser realizada por carta precatória.
- (D) A menção do juízo perante o qual o citando deve comparecer, com o respectivo endereço, o dia e a hora marcados para o interrogatório são dados considerados imprescindíveis para a validade da citação.

**A:** correta, nos moldes do art. 361 do CPP. Esgotados os meios disponíveis para localizar o réu nos endereços fornecidos e, ainda assim, não sendo este encontrado, procede-se à citação por edital; **B:** incorreta, devendo ser assinalada (Súmula n. 523 do STF). Para que tal ocorra (decreto de nulidade) é mister que reste demonstrado prejuízo para o réu; **C:** correta (art. 353 do CPP); **D:** correta (art. 352 do CPP).

Gabário "B."

(FGV – 2009) Antônio Pereira é denunciado por crime de roubo. Recebendo a denúncia, o juiz determina a citação do réu para oferecimento de resposta escrita preliminar, no endereço indicado pelo próprio réu em seu interrogatório policial. O mandado de citação é negativo, tendo o oficial de justiça certificado que Antônio não reside naquele local há um mês, sendo que o atual morador não soube informar seu novo endereço. Assinale a alternativa que indique como deve agir o juiz.

- (A) O juiz, como o réu mudou de endereço sem comunicar o juízo, deve decretar sua revelia e nomear-lhe um advogado dativo para apresentar a resposta escrita preliminar, prosseguindo-se nos demais termos do processo.
- (B) O juiz deve esgotar os meios disponíveis para localizar o réu. Frustrada sua localização, deve citá-lo por edital, com prazo de quinze dias. Se o réu não comparecer e não constituir advogado, o juiz deve decretar sua revelia e suspender o processo e o curso da prescrição pelo prazo máximo de 90 dias, devendo decretar sua prisão preventiva.
- (C) O juiz deve citar o réu por edital, com prazo de quinze dias. Se o réu não comparecer e não constituir advogado, o juiz deve decretar sua revelia e suspender o processo e o curso da prescrição, podendo decretar sua prisão preventiva.
- (D) O juiz deve esgotar os meios disponíveis para localizar o réu. Frustrada sua localização, deve citá-lo por edital, com prazo de quinze dias. Se o réu não comparecer e não constituir advogado, o juiz deve decretar sua revelia e nomear-lhe um defensor dativo para apresentar a resposta escrita preliminar, prosseguindo-se nos demais termos do processo.
- (E) O juiz deve esgotar os meios disponíveis para localizar o réu. Frustrada sua localização, deve citá-lo por edital, com prazo de quinze dias. Se o réu não comparecer e não constituir advogado, o juiz deve decretar sua revelia e suspender o processo e o curso da prescrição, podendo decretar sua prisão preventiva.

A citação por edital (art. 361 do CPP) constitui providência de natureza excepcional, dela só podendo lançar mão o magistrado depois de esgotados todos os meios para localizar o réu. Esta tem sido a posição consagrada na jurisprudência. Se, ainda assim, o réu não comparecer tampouco constituir advogado, deve o juiz, com fulcro no art. 366 do CPP, suspender o processo e o curso do prazo prescricional, podendo, no entanto, determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes, bem como, presentes os requisitos do art. 312 do CPP, decretar a prisão preventiva do acusado. *Vide* Súmulas ns. 415 e 455 do STJ.

Gabário "E."

(FGV – 2008) Relativamente ao regime legal das citações e intimações, analise as afirmativas a seguir:

- I. A citação inicial far-se-á por mandado, quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que a houver ordenado; por carta precatória quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante; e por carta rogatória se estiver no estrangeiro. Em nenhum caso a prescrição será suspensa.

- II. O réu poderá ser citado com hora certa, aplicando-se ao processo penal as regras estabelecidas no Código de Processo Civil, no caso em que o réu se oculta para não ser citado.
- III. Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, respeitado o disposto no art. 312.
- IV. O processo não seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo, suspendendo-se o processo e a prescrição até que o réu seja encontrado.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.

**I:** incorreta. Nos termos do art. 368 do CPP, estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado por carta rogatória, suspendendo-se, neste caso, o curso do prazo prescricional até o seu cumprimento; **II:** correta. Alteração implementada pela Lei 11.719/2008 no art. 362 do CPP, que passou a admitir a citação por hora certa no processo penal, antes exclusiva do processo civil; **III:** correta, nos moldes do art. 366 do CPP; **IV:** incorreta, pois o processo, neste caso, seguirá (art. 367 do CPP).

„B.“ Gabarito

(FGV – 2008) Analise as afirmativas a seguir:

- I. Nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor e a lei determina que a defesa técnica, quando realizada por defensor público ou dativo, será sempre exercida através de manifestação fundamentada.
- II. A intimação do defensor constituído, do defensor nomeado, do advogado do querelante e do assistente far-se-á por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca, incluindo, sob pena de nulidade, o nome do acusado
- III. A audiência poderá ser adiada se, por motivo justificado, o defensor não puder comparecer

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**I:** correta (art. 261 do CPP); **II:** incorreta, dado que a intimação do defensor nomeado e do Ministério Público será pessoal, conforme imposição do art. 370, § 4º, do CPP; a dos demais far-se-á por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca, incluindo, sob pena de nulidade, o nome do acusado, tudo em conformidade com o prescrito no art. 370, § 1º, do CPP; **III:** correta (art. 265, § 1º, do CPP).

„C.“ Gabarito

## 9. PROCESSO E PROCEDIMENTO; SENTENÇA, PRECLUSÃO E COISA JULGADA

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Configura hipótese de inépcia da denúncia

- (A) Não indicação de testemunhas por parte da acusação.
- (B) Utilização de alcunha do acusado no texto da exordial, mesmo constando o nome completo na qualificação.
- (C) Exposição obscura de fato criminoso desprovida de todas as suas circunstâncias.
- (D) A errônea classificação do crime imputado na inicial acusatória.

Arts. 41 e 395, I, do CPP. A indicação do rol de testemunhas é facultativa; o erro quanto à capitulação é irrelevante. A exposição do fato criminoso com todas as suas circunstâncias, no entanto, deverá ser precisa, caso contrário poderá resultar em prejuízo para a defesa.

„C.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) Assinale a opção correta acerca do direito penal e processual penal.

- (A) O advogado que, por força de convênio celebrado com o poder público, atua de forma remunerada em defesa dos agraciados com o benefício da justiça pública não se enquadra no conceito de funcionário público para fins penais.
- (B) Vige, na fase da pronúncia, o princípio *in dubio pro reo*.
- (C) Para a caracterização da legítima defesa real, exige-se a demonstração objetiva da existência de suposição de fato que, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, legitime a ação do agente.
- (D) A decisão de pronúncia é mero juízo de admissibilidade da acusação, bastando para tanto que o juiz se convença da existência do crime e dos indícios de autoria.

**A:** incorreta. Em conformidade com a redação conferida ao art. 327 do CP: “Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública”; **B:** incorreta. Vigora, na fase de pronúncia, o princípio “*in dubio pro societate*”. Cuidado: a dúvida, na pronúncia, deve recair tão somente sobre a existência ou não dos indícios suficientes de autoria; se houver dúvida quanto à existência do crime (materialidade), é de rigor a impronúncia (art. 414, *caput*, do CPP); **C:** incorreta. *Legítima defesa real* é aquela que é produto de uma agressão existente, efetiva (seus requisitos estão contidos no art. 25 do CP); *legítima defesa putativa*, por seu turno, é aquela em que o agente supõe haver agressão injusta, decorrente de erro, de engano; **D:** correta, nos moldes do art. 413, *caput* e § 1º, do CPP. Trata-se de decisão interlocutória mista.

„D.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Assinale a opção incorreta, de acordo com a legislação processual penal, considerando a jurisprudência do STJ.

- (A) O recurso de apelação de decisão do júri tem caráter restrito, razão pela qual o tribunal *ad quem* só pode conhecer das alegações suscitadas na irresignação, não sendo lícito o reconhecimento, em desfavor do réu, de nulidades processuais que não foram formalmente arguidas pelo Ministério Público.

- (B) As nulidades ocorridas durante o julgamento devem ser alegadas em plenário do tribunal do júri e constar da ata, sob pena de preclusão.
- (C) O ordenamento penal brasileiro permite a fundamentação das decisões dos juízes leigos do júri.
- (D) Em tema de nulidades processuais, o Código de Processo Penal brasileiro acolheu o princípio segundo o qual se deduz que somente há de se declarar a nulidade do feito quando, além de alegada *opportuno tempore*, for comprovado o efetivo prejuízo dela decorrente.

**A:** correta (Súmula n. 713 do STF); **B:** correta (art. 571, VIII, do CPP); **C:** incorreta, devendo ser assinalada (art. 5º, XXXVIII, *b*, da CF; e arts. 486 e 487, do CPP). Esses dispositivos asseguram e disciplinam o sigilo das votações, uma das características essenciais do júri. Por essa razão, não há que se falar em fundamentação das decisões dos juízes leigos; **D:** correta (arts. 563 e 571 do CPP).

Gabário "C."

## 10. PROCESSO DOS CRIMES DE COMPETÊNCIA DO JÚRI

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) No que se refere ao tribunal do júri, assinale a opção correta.

- (A) Os crimes que são submetidos ao tribunal do júri, incluem: aborto provocado pela gestante, instigação ao suicídio e homicídio simples na forma tentada.
- (B) O tribunal do júri compõe-se de um juiz de direito e quinze jurados, escolhidos dentre cidadãos maiores de 18 anos.
- (C) Caso sejam julgados quatro réus na sessão plenária do tribunal do júri, as partes terão quatro horas para os debates e duas horas para réplica e tréplica.
- (D) Os crimes de tortura, genocídio e latrocínio, por tutelarem o bem jurídico vida, são submetidos ao procedimento do tribunal do júri.

**A:** correta (art. 5º, XXXVIII, *d*, da CF). Os crimes mencionados são todos dolosos contra a vida, porquanto contidos no Capítulo I do Título I da Parte Especial do Código Penal; **B:** incorreta, pois contraria previsão contida no art. 447 do CPP, *in verbis*: "O Tribunal do Júri é composto por 1 (um) juiz togado, seu presidente e por 25 (vinte e cinco) jurados que serão sorteados dentre os alistados, 7 (sete) dos quais constituirão o Conselho de Sentença em cada sessão de julgamento"; **C:** incorreta. As partes terão duas horas e meia para os debates, duas horas para a réplica e duas horas para a tréplica (art. 477, §§ 1º e 2º do CPP); **D:** incorreta. Os crimes de tortura, genocídio e latrocínio não são dolosos contra a vida, já que não estão inseridos no Capítulo I do Título I da Parte Especial do CP. Somente estes (homicídio doloso, participação em suicídio etc.), exceção feita ao homicídio culposo (art. 121, § 3º, CP), são julgados pelo Tribunal Popular.

Gabário "A."

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) Assinale a opção incorreta acerca do desaforamento no processo penal, de acordo com entendimento do STF.

- (A) A mera suposição de parcialidade do júri, sem nada que a demonstre, fundada tão somente na circunstância de a irmã da vítima ser funcionária do juízo, é suficiente para a decretação do desaforamento.
- (B) No processo penal, a competência é determinada pelo lugar em que se consumou a infração, mas, nas hipóteses de julgamento pelo júri, é permitido que seja ele

realizado em outra comarca, se presente alguma das circunstâncias previstas no Código de Processo Penal.

- (C) O desaforamento reveste-se do caráter de medida absolutamente excepcional.
- (D) A maior divulgação do fato e dos seus incidentes e consequências, pelos meios de comunicação social, não basta, só por si, para justificar o desaforamento.

**A:** incorreta, devendo ser assinalada – art. 427 do CPP. A alegação de parcialidade dos jurados deve ser comprovada. Caso contrário, não terá o condão de determinar o desaforamento. Na jurisprudência: "RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. JÚRI. DESAFORAMENTO. EXCEPCIONALIDADE. INOCORRÊNCIA. O desaforamento é medida excepcional que somente se justifica "[s]e o interesse da ordem pública o reclamar, ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou sobre a segurança pessoal do réu" (CPP, art. 424). No caso concreto, a mera suposição de parcialidade do júri, sem nada que a demonstre, fundada tão-somente na circunstância de a irmã da vítima ser funcionária do Juízo, não é suficiente para a decretação do ato. Recurso ordinário em habeas corpus a que se nega provimento" (RHC 90001, Relator(a): Min. EROS GRAU, Segunda Turma, julgado em 14.11.2006, DJ 07.12.2006); **B:** correta, nos termos dos arts. 70 (competência pelo lugar da infração), 427 e 428 do CPP; **C:** correta. Trata-se de medida de caráter excepcional cujo propósito consiste em assegurar direitos constitucionais, tais como a incolumidade física do réu e a celeridade no julgamento. *Vide* ementa acima transcrita; **D:** correta. A maior divulgação do fato, pela imprensa local, não basta para justificar o desaforamento. Nesse sentido, conferir: "(...) A maior divulgação do fato e dos seus incidentes e consequências, pelos meios de comunicação social, não basta, só por si, para justificar o desaforamento, sempre excepcional, do julgamento pelo júri. A opinião da imprensa não reflete, necessariamente, o estado de ânimo da coletividade e, por extensão, dos membros integrantes do Conselho de Sentença" (HC 70228, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Primeira Turma, julgado em 04.05.1993, DJ 04.06.1993).

Gabário "A."

(FGV – 2008) Ao final da primeira fase do processo dos crimes de competência do júri, quais as diferentes decisões que o juiz presidente do Tribunal do Júri poderá tomar?

- (A) Pronúncia, impronúncia, despronúncia e desclassificação.
- (B) Pronúncia, impronúncia, despronúncia, desclassificação e absolvição sumária.
- (C) Pronúncia, despronúncia, desclassificação e arquivamento.
- (D) Pronúncia, impronúncia, desclassificação e absolvição sumária.
- (E) Pronúncia, impronúncia, desclassificação, absolvição sumária e condenação sumária.

Pronúncia (art. 413 do CPP); impronúncia (art. 414 do CPP); desclassificação (art. 419 do CPP); absolvição sumária (art. 415 do CPP).

Gabário "D."

(FGV – 2007) Agá é denunciado como autor de homicídio qualificado por motivo torpe. A primeira fase do procedimento do júri é encerrada sem que as testemunhas arroladas pelas partes tenham sido encontradas e ouvidas. Há, nos autos, laudo de exame de corpo de delito. Após as alegações finais das partes, caberá ao juiz:

- (A) proferir decisão de desclassificação e, após o trânsito em julgado, determinar a remessa dos autos ao juízo comum.
- (B) impronunciar o acusado.

- (C) absolver sumariamente o acusado.
- (D) pronunciar o acusado, pois bastam os indícios do inquérito policial para fundamentar essa decisão.
- (E) condenar o acusado como autor de homicídio simples.

Segundo estabelece o art. 414 do CPP, “Não se convencendo da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, o juiz, fundamentadamente, impronunciará o acusado”.

„B.“ Gabarito

## 11. NULIDADES

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Quanto às nulidades no processo penal, assinale a opção correta.

- (A) Há nulidade absoluta se houver violação a direito ou garantia processual penal fundamental, ainda que não prevista na legislação processual ordinária.
- (B) As hipóteses de nulidade são apenas as previstas em lei, em decorrência do princípio processual-penal da legalidade.
- (C) A regra do prejuízo é aplicável em qualquer hipótese de nulidade.
- (D) Toda nulidade, em tese, pode ser convalidada.

**A:** correta. Aqui a violação é dirigida aos princípios constitucionais do devido processo legal, como contraditório, ampla defesa, juiz natural etc.; **B:** incorreta. Trata-se de rol exemplificativo, já que outras nulidades, além daquelas contidas no art. 564, podem ser reconhecidas; **C:** incorreta, visto que o princípio do prejuízo (art. 563 do CPP) não se aplica às nulidades absolutas, em relação às quais o prejuízo é presumido; **D:** incorreta, dado que o princípio da convalidação é aplicado apenas às nulidades relativas (art. 572 do CPP).

„A.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) No processo penal, nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa, ou para que tenha concorrido. Tal enunciado refere-se especificamente ao princípio

- (A) Da convalidação.
- (B) Da causalidade.
- (C) Do prejuízo.
- (D) Do interesse.

Art. 565 do CPP, *in verbis*: “Nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa, ou para que tenha concorrido, ou referente à formalidade cuja observância só à parte contrária interesse”.

„D.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) Assinale a opção correta a respeito das nulidades.

- (A) As nulidades relativas podem ser decretadas de ofício.
- (B) Se houver sentença condenatória, as nulidades absolutas não serão acobertadas pela coisa julgada, pois o julgamento poderá ser objeto de revisão criminal ou de *habeas corpus*.
- (C) As nulidades relativas impedem que o ato seja convalidado.
- (D) As nulidades relativas podem ser invocadas em qualquer tempo e grau de jurisdição.

**A:** incorreta, na medida em que só as nulidades absolutas podem ser decretadas de ofício pelo juiz; **B:** correta, nos termos dos arts. 621 a 631 do CPP (revisão criminal); e 647 a 667 do CPP (*habeas corpus*). Por se tratar de ofensa ao texto da Constituição Federal, a nulidade absoluta prescinde de alegação por parte dos litigantes e não preclui. Pode, pois, ser reconhecida de ofício pelo juiz; **C:** incorreta, nos moldes do art. 572 do CPP. O princípio da convalidação aplica-se tão somente às nulidades relativas; **D:** incorreta. Devem obedecer ao disposto nos arts. 571 e 572 do CPP.

„B.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Quanto à atuação do advogado no processo penal, tendo em conta a jurisprudência pátria, assinale a opção correta.

- (A) É absoluta a nulidade decorrente de atos praticados por advogado cujo exercício profissional tenha sido suspenso pela OAB.
- (B) A constituição de advogado para funcionar na defesa criminal requer algumas formalidades. Não basta que o acusado, ao ser interrogado, declare o nome de seu defensor, independentemente do instrumento de mandato.
- (C) É direito líquido e certo do advogado o acesso irrestrito a autos de inquérito policial conduzido sob sigilo, ainda que o segredo das informações seja imprescindível para as investigações.
- (D) No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.

Art. 564, III, “c”, do CPP; Súmula n. 523 do STF, *in verbis*: “No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu”.

„D.“ Gabarito

## 12. RECURSOS

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Com relação a recursos, assinale a opção correta.

- (A) O recurso em sentido estrito será declarado deserto caso o réu fuja após haver recorrido.
- (B) No julgamento de apelação de decisão do tribunal do júri em que a sentença seja contrária à decisão dos jurados, o tribunal *ad quem* deve determinar que o réu seja submetido a novo júri, em respeito à soberania dos veredictos.
- (C) No julgamento de apelação de decisão do tribunal do júri em que a decisão dos jurados seja manifestamente contrária à prova dos autos, o tribunal *ad quem* deve determinar que o réu seja submetido a novo júri, em respeito à soberania dos veredictos.
- (D) Na apelação das decisões proferidas por juiz singular, admite-se o juízo de retratação.

**A:** incorreta. A fuga do réu não acarreta a deserção do recurso em sentido estrito, como ocorria na apelação (o art. 595 do CPP foi revogado pela Lei 12.403/2011); **B:** incorreta. O tribunal *ad quem* deverá retificá-la (art. 593, § 1º, do CPP); **C:** correta, nos termos do art. 593, § 3º, do CPP; **D:** incorreta. Não há juízo de retratação, como ocorre no recurso em sentido estrito.

„C.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) No processo penal, os instrumentos utilizáveis pela defesa e pela acusação incluem

- (A) A revisão criminal.
- (B) Os embargos infringentes.
- (C) O protesto por novo júri.
- (D) A carta testemunhável.

Art. 639, I, do CPP. “Recurso”, referido no dispositivo, pode ser: correção parcial; agravo em execução; e recurso em sentido estrito. Podem ser manejados tanto pela acusação quanto pela defesa. Os arts. 607 e 608 do CPP, que cuidavam do protesto por novo júri, foram revogados por força da Lei n. 11.689/2008.

„D.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) Em processo penal, os embargos infringentes

- (A) Não são cabíveis, não se admitindo a aplicação subsidiária da lei processual comum.
- (B) Têm cabimento se a decisão desfavorável ao réu de segunda instância não for unânime.
- (C) Não são cabíveis se a divergência constante do acórdão for parcial.
- (D) Têm efeito devolutivo pleno, portanto sua interposição redonda em renúncia a interposição de recursos extraordinários, em caso de rejeição.

Em conformidade com a disciplina estabelecida no parágrafo único do art. 609 do CPP, “Quando não for unânime a decisão de segunda instância, desfavorável ao réu, admitem-se embargos infringentes e de nulidade, que poderão ser opostos dentro de 10 (dez) dias, a contar da publicação de acórdão, na forma do art. 613. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto de divergência”.

„B.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) Assinale a opção correta acerca do processo penal.

- (A) No caso de concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus aproveitará aos outros, mesmo se fundado em motivos de caráter exclusivamente pessoal.
- (B) Dispondo a sentença condenatória – transitada em julgado para a acusação – que o réu pode recorrer em liberdade, condicionando a execução da pena ao trânsito em julgado, não pode o tribunal *a quo*, em apelação exclusiva da defesa, piorar a situação do condenado, para determinar a imediata execução da reprimenda, pois isso caracteriza *reformatio in pejus*.
- (C) O ato que determina a expedição de mandado de prisão – proveniente de tribunal (do relator de apelação, por exemplo) – dispensa fundamentação.
- (D) Há que se falar em piora na situação do condenado por acórdão que, ao reduzir o *quantum* da condenação, determina seu imediato cumprimento, em oposição à sentença que determinara que tal só ocorresse após o trânsito em julgado.

**A:** incorreta, visto que só se estenderá aos demais se não for fundada em caráter exclusivamente pessoal (art. 580 do CPP); **B:** correta, nos termos do art. 617 do CPP; **C:** incorreta. É de rigor a fundamentação (art. 93, IX, da CF); **D:** incorreta. A decisão proferida em sede de recurso é benéfica ao condenado, pois lhe impõe pena inferior àquela fixada no juízo “*a quo*”.

„B.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) O recurso cabível da decisão que revoga o livramento condicional é o(a)

- (A) Carta testemunhável.
- (B) Recurso em sentido estrito.
- (C) Apelação.
- (D) Agravo.

Art. 197 da Lei n. 7.210/1984 (Lei de Execuções Penais).

„D.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2004.ES) Não caberá recurso em sentido estrito em

- (A) Decisão que não receber a denúncia ou queixa.
- (B) Decisão do tribunal do júri, quando ocorrer nulidade posterior à pronúncia.
- (C) Decisão que concluir pela incompetência do juízo.
- (D) Decisão que julgar procedentes as exceções, salvo a de suspeição.

É caso de interposição de recurso de apelação, por força do disposto no art. 593, III, *a*, CPP.

„B.“ Gabarito

(FGV – 2008) A respeito do sistema de recursos em geral, previsto no Código de Processo Penal, analise as afirmativas a seguir:

- I. O Ministério Público não poderá desistir de recurso que haja interposto.
- II. No caso de concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.
- III. Os recursos serão sempre voluntários, não se admitindo recursos interpostos, de ofício, pelo juiz.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**I:** correta (art. 576 do CPP); **II:** correta (art. 580 do CPP); **III:** incorreta. O recurso de ofício será admitido nas hipóteses do art. 574, I e II, do CPP.

„B.“ Gabarito

(FGV – 2005) Assinale a hipótese em que o recurso é necessário, ou seja, *ex officio*.

- (A) Da decisão que arquivar inquérito referente a crime falimentar.
- (B) Da decisão do juiz togado que vier a absolver sumariamente o processado por crime de homicídio doloso, reconhecendo a inimizabilidade e aplicando medida de segurança.
- (C) Da decisão que negar a reabilitação.
- (D) Da decisão de impronúncia.
- (E) De toda decisão que incidentalmente julgar a inconstitucionalidade de lei em divergência com julgado do Supremo Tribunal Federal.

Assim dispõe o art. 574, II, do CPP: “Art. 574. Os recursos serão voluntários, excetuando-se os seguintes casos, em que deverão ser interpostos, de ofício, pelo juiz: (...) II – da que absolver desde logo o

rêu com fundamento na existência de circunstância que exclua o crime ou isente o réu de pena, nos termos do art. 411".

„B. Gabarito

(FGV – 2005) Em relação à decisão que julgar o incidente de falsidade, segundo o Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- (A) não é possível haver recurso imediato, devendo ser atacada quando do recurso da sentença condenatória ou absolutória.
- (B) caberá recurso em sentido estrito.
- (C) é possível a interposição de agravo.
- (D) caberá apelação.
- (E) caberá recurso inominado.

O incidente de falsidade é atacável por meio de recurso em sentido estrito (Art. 581, XVIII, do CPP).

„B. Gabarito

(FGV – 2005) Segundo as normas gerais do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- (A) não recebido o recurso em sentido estrito, caberá apelação.
- (B) não recebida a carta testemunhável, caberá recurso em sentido estrito.
- (C) não recebidos os embargos, caberá recurso em sentido estrito.
- (D) julgada deserta a apelação, caberá recurso em sentido estrito.
- (E) não recebida a revisão, caberá recurso em sentido estrito.

A alternativa “D” está em consonância com o disposto no art. 581, XV, do CPP.

„D. Gabarito

### 13. HABEAS CORPUS, MANDADO DE SEGURANÇA E REVISÃO CRIMINAL

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) Assinale a opção correta acerca do *habeas corpus*.

- (A) Cabe *habeas corpus* quando já extinta a pena privativa de liberdade.
- (B) É incabível pedido de *habeas corpus* em favor de beneficiado com a suspensão condicional do processo, já que inexistente ameaça à sua liberdade de locomoção.
- (C) Em princípio, ressalvada manifesta ilegalidade, descabe o uso de *habeas corpus* para cassar indeferimento de liminar.
- (D) É incabível *habeas corpus* para declarar-se a atipicidade da conduta, mesmo quando esta é verificável de plano, *primus ictus oculi*, sem a necessidade de exame valorativo do conjunto fático ou probatório.

**A:** incorreta. Não cabe *habeas corpus* se já extinta a pena privativa de liberdade (Súmula n. 695 do STF); **B:** incorreta. Em princípio é possível, sim, impetrar-se *habeas corpus* para questionar processo suspenso por força do art. 89 da Lei n. 9.099/1995; **C:** correta (art. 648 do CPP); **D:** incorreta. O Superior Tribunal de Justiça assim já se manifestou: “O trancamento de ação penal pela via estreita do *habeas corpus* é medida de exceção, só admissível quando emerge dos autos, de forma inequívoca e sem a necessidade de valoração probatória, a inexistência

de autoria por parte do indiciado ou a atipicidade da conduta” (HC 39.231-CE, 5ª Turma, rel. Laurita Vaz, 01.03.2005, DJ 28.03.2005).

„C. Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Assinale a opção correta acerca do *habeas corpus*, considerando a jurisprudência do STJ e do STF.

- (A) O *habeas corpus* constitui ação constitucional que comporta dilação probatória.
- (B) O trancamento de ação penal, pela via estreita do *habeas corpus*, não é possível, ainda que, pela mera exposição dos fatos narrados na denúncia, fique constatada a imputação, ao acusado, de fato penalmente atípico.
- (C) É inviável o exame da dosimetria da pena por meio de *habeas corpus*, devido a eventual desacerto na consideração de circunstância ou errônea aplicação do método trifásico, se daí resultar flagrante ilegalidade e prejuízo ao réu.
- (D) O *habeas corpus* é remédio processual simples e rápido destinado a restabelecer o direito à liberdade de ir, vir e permanecer, quando já violado, ou preservá-lo, quando sob ameaça concreta, atual ou iminente, contra ilegalidade ou abuso de poder.

**A:** incorreta. O *habeas corpus* é ação constitucional de natureza urgente. Dessa forma, não se destina a um exame minucioso e detalhado das provas contidas nos autos; **B:** incorreta. É possível, sim, trancar a ação penal por intermédio do *habeas corpus*, e a ausência de tipicidade é apta a gerar o trancamento. A jurisprudência transcrita na questão acima é emblemática; **C:** incorreta. Diversos julgados já reconheceram a possibilidade de se apreciar a dosimetria da pena em sede de *habeas corpus*; **D:** correta. Art. 5º, LXVIII, da CF; e arts. 647 e seguintes do CPP. O *habeas corpus*, ação de índole constitucional, presta-se a evitar (preventivo) ou fazer cessar (repressivo) violência ou coação ilegal na liberdade de ir e vir de alguém.

„D. Gabarito

(FGV – 2008) A ordem de *habeas corpus* deve ser concedida:

- (A) exclusivamente em caso de estar alguém sofrendo violência ou coação em sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder.
- (B) exclusivamente em caso de estar alguém ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder.
- (C) em caso de estar alguém sofrendo ou se achar na eminência de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder.
- (D) exclusivamente em caso de estar alguém ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção por ilegalidade, excluindo-se, entretanto, o abuso de poder.
- (E) em qualquer caso que alguém sofrer ou se achar na eminência de sofrer ameaça em liberdade individual e não couber a impetração de mandado de segurança ou *habeas data*.

**A, B e D:** incorretas. O *habeas corpus*, além de impetrado em caso de estar alguém sofrendo ou se achando ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder, também pode ser utilizado para o trancamento de ação penal; bem por isso, as alternativas A, B e D estão incorretas ao fazer uso do

termo “exclusivamente”; **C**: correta (art. 5º, LXVIII, da CF e art. 647 do CPP); **E**: incorreta, pois a privação ou ameaça de privação de liberdade de locomoção devem ser ilegais ou com abuso de poder; portanto, não será concedido em qualquer caso. E se o direito em questão for a liberdade individual de ir e vir, não serão cabíveis mandado de segurança e *habeas data*.

„C„ o19vabto

(FGV – 2005) No tocante à revisão criminal, podemos afirmar que:

- (A) o prazo para ser requerida é de 2 (dois) anos.
- (B) também será admitida quando a sentença condenatória for contrária à evidência dos autos.
- (C) poderá ser requerida até em caso de sentença absolutória por insuficiência de provas quando o requerente pretender provar não haver praticado o fato criminoso.
- (D) será sempre admissível a reiteração do pedido de revisão criminal.
- (E) a revisão somente poderá ser requerida pelo próprio réu, sendo personalíssima. Em caso de morte, não poderá ser requerida pelo cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

**A**: incorreta, pois pode ser requerida a qualquer tempo (art. 622 do CPP); **B**: correta (art. 621, I, do CPP); **C**: incorreta. Constitui pressuposto para a revisão criminal a existência de uma sentença condenatória com trânsito em julgado, nos termos do art. 621 do CPP, que estabelece um rol taxativo; **D**: incorreta, pois a reiteração do pedido somente será admissível na hipótese de provas novas, conforme preleciona o art. 622, parágrafo único, do CPP; **E**: incorreta, já que têm legitimidade para pedir a revisão as pessoas listadas no art. 623 do CPP.

„B„ Gabarito

## 14. EXECUÇÃO PENAL

(OAB/Exame Unificado – 2007.3) No que diz respeito ao indulto, assinale a opção correta.

- (A) O indulto somente pode ser concedido por lei elaborada pelo Congresso Nacional.
- (B) Trata-se de atribuição do presidente da República, exercida por meio de expedição de decreto.
- (C) Não se admite indulto parcial.
- (D) Se o sentenciado for beneficiado por indulto coletivo, este benefício não pode ser reconhecido, de ofício, pelo juízo das execuções penais competente.

Assim prescreve o art. 84, XII, da CF: “Art. 84: Compete privativamente ao Presidente da República: (...) XII – conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei”.

„B„ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) A perda dos dias remidos em virtude do cometimento de falta grave durante o cumprimento da pena

- (A) viola o princípio da individualização da pena.
- (B) viola o princípio da dignidade da pessoa humana.
- (C) ofende ao princípio da isonomia.
- (D) não significa ofensa ao direito adquirido.

O cometimento de falta grave implica a revogação de parte do tempo remido. Não há que se falar, aqui, em direito adquirido. Em vista das alterações implementadas na LEP pela Lei 12.433/2011, estabeleceu-se, no caso de cometimento de falta grave, uma proporção máxima em

relação à qual poderá se dar a perda dos dias remidos. Assim, diante da prática de falta grave, poderá o juiz, em vista da nova redação do art. 127 da LEP, revogar no máximo 1/3 do tempo remido, devendo a contagem recomeçar a partir da data da infração disciplinar. Antes disso, o condenado perdia os dias remidos na sua totalidade.  *Vide o teor da Súmula Vinculante 9, que, com a edição da Lei 12.433/2011, perdeu sua razão de ser.*

„D„ o19vabto

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) Acerca da execução penal, assinale a opção correta.

- (A) É permitido o emprego de cela escura.
- (B) São permitidas as sanções coletivas.
- (C) O condenado à pena privativa de liberdade é obrigado a realizar qualquer trabalho que lhe for conferido, independentemente de suas aptidões e de sua capacidade.
- (D) O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da administração direta ou indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.

**A**: incorreta (art. 45, § 2º, da Lei n. 7.210/1984); **B**: incorreta. As sanções coletivas são proibidas (art. 45, § 3º, da Lei n. 7.210/1984); **C**: incorreta. O trabalho deverá levar em conta as aptidões e capacidade do condenado (art. 31 da Lei n. 7.210/1984); **D**: correta, nos termos do art. 34, § 3º, do CP e arts. 36 e 37 da Lei n. 7.210/1984 (Lei de Execuções Penais).

„D„ o19vabto

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) Da decisão que negar o livramento condicional, caberá

- (A) Apelação.
- (B) Agravo.
- (C) Recurso em sentido estrito.
- (D) Recurso especial.

Conforme preceitua o art. 197 da Lei n. 7.210/1984, a decisão denegatória de livramento condicional é passível de agravo.

„B„ o19vabto

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) De acordo com jurisprudência do STJ e do STF, assinale a opção correta no que se refere à execução penal.

- (A) A Lei de Execuções Penais deixou de exigir a submissão do condenado a exame criminológico, anteriormente imprescindível para fins de progressão do regime prisional, sem, no entanto, retirar do juiz a faculdade de requerer sua realização quando, de forma fundamentada e excepcional, entender absolutamente necessária sua confecção para a formação de seu convencimento.
- (B) O agravo em execução possui efeito suspensivo.
- (C) Na execução penal, o condenado tem direito adquirido ao tempo remido, independentemente do cometimento de falta grave.
- (D) O exame criminológico pode ser considerado isoladamente como fator para a denegação de benefícios.

**A**: correta, nos termos do art. 112 da Lei n. 7.210/1984 (redação alterada pela Lei n. 10.792/2003). A despeito da modificação implementada pela Lei 10.792/2003 no art. 112 da LEP, o STJ e o STF têm entendido que o magistrado pode, sempre que entender necessário e conveniente,



determinar a realização do exame criminológico no condenado, como condição para aferir se preenche o requisito subjetivo para progressão de regime. Em outras palavras, não está o juiz impedido de determinar a realização de exame criminológico. *Vide* Súmula Vinculante 26 e Súmula n. 439 do STJ; **B**: incorreta, pois não possui efeito suspensivo (art. 197 da Lei de Execuções Penais); **C**: incorreta, visto que o cometimento de falta grave implica a revogação de parte do tempo remido. Não há que se falar, aqui, em direito adquirido. Em vista das alterações implementadas na LEP pela Lei 12.433/2011, estabeleceu-se, no caso de cometimento de falta grave, uma proporção máxima em relação à qual poderá se dar a perda dos dias remidos. Assim, diante da prática de falta grave, poderá o juiz, em vista da nova redação do art. 127 da LEP, revogar no máximo 1/3 do tempo remido, devendo a contagem recomeçar a partir da data da infração disciplinar. Antes disso, o condenado perdia os dias remidos na sua totalidade; **D**: incorreta. Não pode o exame criminológico ser considerado de forma isolada como fator para denegação de benefícios.

Gabrielto "A"

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Com relação à execução penal, assinale a opção correta.

- (A) A transferência de penitenciária pode ser decidida no interesse do condenado, de forma que não lhe seja cerceado o direito a visitas dos familiares. Contudo isso não constitui direito subjetivo do preso, cabendo a decisão ao juízo da execução, com base em interesses administrativos, notadamente a conveniência da segurança pública.
- (B) É compatível com o cumprimento das penas em regime fechado a autorização para saídas temporárias que consistam em visitas periódicas ao lar ou em trabalho extramuros.
- (C) A posse de aparelho celular ou de seus componentes, no interior do estabelecimento prisional, caracteriza falta grave.
- (D) Cabe à autoridade estadual dispor sobre as faltas disciplinares de natureza grave.

O condenado não tem o direito de cumprir a pena no local de seu domicílio. Em regra, deverá cumpri-la no lugar onde cometeu o crime. As transferências, atribuição dos órgãos envolvidos na execução penal, são feitas com base no interesse público.

Gabrielto "A"

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) Assinale a opção incorreta relativamente à execução penal.

- (A) Após a Lei n. 10.792/2003, a concessão de livramento condicional prescinde de manifestação prévia do conselho penitenciário, estando a critério do juízo de execuções.
- (B) Ofende o direito adquirido a decretação da perda dos dias remidos em decorrência de falta grave.
- (C) Caso um presidiário não possa receber a devida assistência médica nas dependências do estabelecimento prisional, é-lhe garantido, por lei, o direito à assistência de médico particular e a realização dos exames necessários.
- (D) O cometimento de falta grave, como a fuga, enseja o reinício da contagem de período necessário à concessão de nova progressão de regime.

**A**: incorreta, haja vista que o Conselho Penitenciário deverá ser ouvido (131 da LEP – Lei n. 7.210/1984); **B**: correta, dado que o cometimento de falta grave implica a revogação de parte do tempo remido. Não há que se

falar, aqui, em direito adquirido. Em vista das alterações implementadas na LEP pela Lei 12.433/2011, estabeleceu-se, no caso de cometimento de falta grave, uma proporção máxima em relação à qual poderá se dar a perda dos dias remidos. Assim, diante da prática de falta grave, poderá o juiz, em vista da nova redação do art. 127 da LEP, revogar no máximo 1/3 do tempo remido, devendo a contagem recomeçar a partir da data da infração disciplinar. Antes disso, o condenado perdia os dias remidos na sua totalidade; **C**: incorreta. Não existe essa garantia (art. 41, VII, da LEP); **D**: incorreta (art. 112 da LEP).

Gabrielto "B"

(FGV – 2007) O Ministério Público requer ao juiz a suspensão e posterior revogação de livramento condicional, isso porque o apenado foi preso durante o período de prova e terminou condenado pela prática de novo crime. Aludindo ao fato de que, embora a condenação pelo novo crime tenha sido proferida durante o período de prova do livramento, o trânsito em julgado somente ocorreu após o término do citado livramento, o juiz indeferiu o requerimento do Ministério Público. Dessa decisão:

- (A) não cabe recurso.
- (B) cabe apelação.
- (C) cabe recurso em sentido estrito.
- (D) cabe agravo.
- (E) cabe carta testemunhável.

Art. 197 da Lei de Execução Penal – LEP.

Gabrielto "D"

(FGV – 2005) Em se tratando de execução das penas, assinale a afirmativa verdadeira.

- (A) A permissão de saída do estabelecimento, mediante escolta, em caso de doença grave da companheira, não poderá ser concedida se o preso for provisório.
- (B) O condenado que cumpre pena em regime aberto poderá remir, pelo trabalho, parte do tempo de execução da pena.
- (C) O preso impossibilitado de prosseguir no trabalho, por acidente, continuará a beneficiar-se com a remição, mesmo sem estar trabalhando.
- (D) O juiz da execução penal poderá imediatamente revogar o livramento condicional em caso de prática pelo liberado de outra infração penal, bastando apenas ouvir o interessado, assegurando-lhe ampla defesa e o contraditório.

**A**: incorreta, pois a permissão de saída poderá, sim, ser concedida ao preso provisório (art. 120, I, da LEP); **B**: incorreta, pois o condenado que cumpre pena em regime aberto não poderá remir – art. 126, *caput*, da LEP (com redação alterada pela Lei 12.433/2011); **C**: correta, nos termos do art. 126, § 4º, da LEP (com redação alterada pela Lei 12.433/2011); **D**: incorreta, pois o art. 145 da LEP assim determina: "Praticada pelo liberado outra infração penal, o Juiz poderá ordenar a sua prisão, ouvidos o Conselho Penitenciário e o Ministério Público, suspendendo o curso do livramento condicional, cuja revogação, entretanto, ficará dependendo da decisão final".

Gabrielto "C"

(FGV – 2005) São incidentes de execução previstos na Lei de Execuções Penais:

- (A) o livramento condicional, a suspensão condicional da pena e a anistia.
- (B) a anistia, o indulto e o livramento condicional.

- (C) as conversões de penas, o excesso ou desvio de execução, a anistia e o indulto.
- (D) a anistia, o indulto, o livramento condicional e a medida de segurança.
- (E) o excesso ou desvio de execução, as conversões e o livramento condicional.

Conversões (arts. 180 e ss. da LEP); excesso ou desvio (arts. 185 e 186 da LEP); anistia e indulto (arts. 187 e ss. da LEP).

Gabário "C".

## 15. LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE E TEMAS COMBINADOS

(OAB/Exame Unificado – 2007.2) Acerca do processo penal, assinale a opção correta.

- (A) Havendo concurso de agentes, a decisão de recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.
- (B) A sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime impede a propositura da ação civil.
- (C) Em qualquer fase do processo, o juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverá declará-lo de ofício.
- (D) Nos termos da Lei Maria da Penha, as medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas inclusive de ofício pelo juiz, desde que haja audiência das partes.

**A:** incorreta, dado que só se estenderá a todos se não for fundado em motivo de caráter exclusivamente pessoal (art. 580 do CPP); **B:** incorreta, visto que não impede a propositura de ação civil (art. 67, III, do CPP); **C:** correta (art. 61 do CPP); **D:** incorreta, na medida em que independe de audiência das partes (art. 19, § 1º, da Lei n. 11.340/2006).

Gabário "C".

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) Assinale a opção correta acerca do processo penal.

- (A) A jurisprudência do STF consolidou o entendimento segundo o qual as interceptações telefônicas não podem ser prorrogadas.
- (B) As férias forenses interrompem a contagem dos prazos recursais.
- (C) É competente a justiça federal para o processo e o julgamento de crime praticado dentro de reserva indígena, ainda que, na ocasião, não tenha havido disputa sobre direitos indígenas.
- (D) É inepta a denúncia que, contendo narração incongruente dos fatos, impossibilita o exercício pleno do direito de defesa.

**A:** incorreta. Predomina o entendimento segundo o qual a interceptação deve perdurar pelo interregno necessário à elucidação do crime sob investigação; comporta, por isso, sucessivos pedidos de renovação. Conferir: "(...) Nesse contexto, considerando o entendimento jurisprudencial e doutrinário acerca da possibilidade de se prorrogar o prazo de autorização para a interceptação telefônica por períodos sucessivos quando a intensidade e a complexidade das condutas delitivas investigadas assim o demandarem, não há que se falar, na espécie, em nulidade da referida escuta e de suas prorrogações, uma vez que autorizada pelo Juízo de piso com a observância das exigências previstas na lei de regência (Lei 9.296/1996, art. 5º) (...) (STF, 1ª T., RHC 120.111,

rel. Min. Dias Toffoli, j. 11.03.2014); **B:** incorreta. A contagem dos prazos não se interrompe (art. 798 do CPP); **C:** incorreta. Há precedentes no STF e no STJ dando conta de que, não tendo havido disputa envolvendo direitos indígenas, é competente a Justiça Estadual para processar e julgar crime praticado no interior de reserva indígena; **D:** correta, conforme estabelecem os arts. 41 e 395, I, do CPP. A denúncia há de ser precisa e clara, com o objetivo de viabilizar o exercício do direito de defesa. Na jurisprudência: "AÇÃO PENAL. Denúncia. Inépcia caracterizada. Narração incongruente dos fatos. Impossibilidade do exercício pleno do direito de defesa. Anulação do processo *ab initio*. HC concedido para esse fim. Ordem estendida a outros corréus, em processo desmembrado. É inepta a denúncia que, contendo narração incongruente dos fatos, impossibilita o exercício pleno do direito de defesa" (HC 88359, Relator(a): Min. CEZAR PELUSO, Segunda Turma, julgado em 14.11.2006, DJ 09.03.2007).

Gabário "D".

(OAB/Exame Unificado – 2007.1) Assinale a opção correta acerca do processo penal.

- (A) A interposição de recurso sem efeito suspensivo contra decisão condenatória obsta a expedição de mandado de prisão.
- (B) Ao tribunal *ad quem* é vedado, em sede recursal, ordenar a prisão do condenado quando improvido o recurso por este interposto, conforme previsão expressa no Código de Processo Penal.
- (C) A falta ou a nulidade da citação são insanáveis.
- (D) A fundamentação das decisões do Poder Judiciário, tal como resulta da Constituição Federal, é condição absoluta de sua validade e, portanto, pressuposto da sua eficácia, substanciando-se na definição suficiente dos fatos e do direito que a sustentam, de modo a certificar a realização da hipótese de incidência da norma e os efeitos dela resultantes.

**A:** incorreta. Não obsta a expedição de mandado de prisão (Súmula n. 267 do STJ); **B:** incorreta. Poderá ordenar a prisão (art. 675, § 1º, do CPP); **C:** incorreta. As nulidades serão sanadas "desde que o interessado compareça, antes de o ato consumir-se, embora declare que o faz para o único fim de argui-la. O juiz ordenará, todavia, a suspensão ou o adiamento do ato, quando reconhecer que a irregularidade poderá prejudicar direito da parte" (art. 570 do CPP); **D:** correta, art. 93, IX, da CF; e art. 381 do CPP.

Gabário "D".

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Com relação à jurisprudência do STJ e do STF, assinale a opção incorreta.

- (A) É impossível o relaxamento da prisão em flagrante nos crimes hediondos.
- (B) A determinação de produção antecipada de prova testemunhal é faculdade legal do julgador.
- (C) A incompetência do juízo anula os atos decisórios.
- (D) Somente a dúvida séria acerca da integridade mental do acusado serve de motivação para a instauração do incidente de insanidade mental, sendo certo que o simples requerimento, por si só, não obriga o juiz.

**A:** incorreta, devendo ser assinalada. A prisão em flagrante será relaxada pelo juiz sempre que apresentar alguma ilegalidade (art. 5º, LXV, da CF). O dispositivo constitucional não fez nenhuma distinção em relação aos crimes hediondos; **B:** correta, nos termos dos arts. 156, I, e 225 do CPP; **C:** correta (art. 567 do CPP); **D:** correta (art. 149 e ss. do CPP).

Gabário "A".

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) De acordo com jurisprudência do STF e do STJ, assinale a opção correta.

- (A) É legal o decreto de prisão preventiva fundamentado na necessidade de identificação dos corréus e de prevenção de reincidência.
- (B) O promotor de justiça que participa na fase investigatória está impedido ou suspeito para o oferecimento da denúncia.
- (C) O *habeas corpus* é meio próprio para apreciar-se a denúncia formalizada pelo Ministério Público.
- (D) Arquivado o inquérito a requerimento do Ministério Público, nova ação penal não pode ser iniciada sem novas provas.

**A:** incorreta, dado que tais hipóteses não se encontram contempladas no rol do art. 312 do CPP, que é taxativo; **B:** incorreta, uma vez que o promotor de justiça não está impedido (Súmula n. 234 do STJ); **C:** incorreta, porquanto não é meio próprio. Nesse sentido: STF, 1ª T., HC 88.280-SP, rel. Min. Marco Aurélio, j. 14.08.06. Informativo 439; **D:** correta, nos termos do art. 18 do CPP e da Súmula n. 524 do STF.

„D.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.3) Assinale a opção correta, considerando jurisprudência do STF e do STJ.

- (A) Competem à justiça federal o processo e o julgamento de feito que vise à apuração de possível crime ambiental em área de preservação permanente perpetrada em terras particulares, mesmo quando não restar demonstrada a existência de eventual lesão a bens, serviços ou interesses da União.
- (B) As normas de direito processual penal são regidas pelo princípio do *tempus regit actum*.
- (C) A lei que instituiu os juizados especiais criminais no âmbito da justiça federal ampliou o rol dos delitos de menor potencial ofensivo, elevando para três anos o teto da pena abstratamente cominada ao delito.
- (D) É inadmissível, segundo a lei processual penal, que as omissões da acusatória inicial possam ser supridas a todo tempo antes da sentença final.

**A:** incorreta (art. 109 da CF); **B:** correta (art. 2º do CPP); **C:** incorreta, visto que o limite foi elevado para dois anos, não para três (art. 61 da Lei n. 9.099/1995); **D:** incorreta. A denúncia (art. 41 do CPP) poderá ser aditada, desde que o réu seja ouvido acerca do aditamento, sob pena de configurar violação ao princípio da ampla defesa.

„B.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.2) Assinale a opção correta de acordo com o STJ e o STF.

- (A) O oferecimento de denúncia ou queixa pressupõe a existência de elementos probatórios mínimos que justifiquem a abertura de ação penal.
- (B) Incompetência relativa, como a relacionada ao lugar da infração, pode ser reconhecida de ofício.
- (C) O *habeas corpus* constitui meio idôneo para discussão de matéria de fato no processo.
- (D) O defensor público e o dativo não têm a prerrogativa de intimação pessoal.

**A:** correta (arts. 41 e 395 do CPP); **B:** incorreta, visto que “A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício” (Súmula n. 33 do STJ); **C:** incorreta. Não constitui porque o *habeas corpus* é medida urgente, incompatível, portanto, com um exame mais detalhado das provas;

**D:** incorreta, dado que ambos possuem a prerrogativa da intimação pessoal (art. 5º, § 5º, da Lei n. 1.060/1950; e art. 370, § 4º, do CPP).

„A.“ Gabarito

(OAB/Exame Unificado – 2006.1) No que se refere ao processo penal brasileiro, é correto afirmar que

- (A) A Lei de Execução Penal não se aplica ao preso provisório.
- (B) O custodiado tem o direito de ficar em silêncio quando de seu interrogatório policial e deve ser informado pela própria polícia, antes de falar, que tem direito de comunicar-se com seu advogado ou com seus familiares.
- (C) A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada.
- (D) A Constituição da República determina que a prisão de qualquer pessoa e o local onde essa pessoa se encontra devem ser comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada. Assim, a omissão da autoridade no que se refere a esse direito do preso, por si só, exclui a legalidade da prisão.

**A:** incorreta, pois a LEP tem incidência, sim, sobre o preso provisório (art. 2º, parágrafo único, da Lei n. 7.210/1984); **B:** correta (art. 5º, LXIII, da CF); **C:** incorreta, pois não constitui motivação idônea (Súmula n. 718 do STF); **D:** incorreta, pois tal omissão, sozinha, não exclui a legalidade da prisão (art. 5º, LXII, da CF).

„B.“ Gabarito

(FGV – 2008) Relativamente ao regime legal das interceptações telefônicas, analise as afirmativas a seguir:

- I. Não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando a prova puder ser feita por outros meios disponíveis.
- II. A interceptação telefônica não poderá exceder o prazo de quinze dias, renovável por igual tempo se comprovada a indispensabilidade desse meio de prova.
- III. A interceptação das comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz, de ofício, ou a requerimento da autoridade policial durante a investigação criminal e na instrução processual penal.
- IV. A gravação que não interessar à prova será inutilizada por decisão judicial sem que as partes tomem conhecimento desse material.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se apenas a afirmativa I estiver correta.

**I:** correta, nos termos do art. 2º, II, da Lei 9.296/1996; **II:** correta, nos termos do art. 5º da Lei 9.296/1996; **III:** incorreta, uma vez que a autoridade policial só poderá requerer ao juiz a interceptação telefônica no curso da investigação criminal (art. 3º da Lei 9.296/1996); **IV:** incorreta. Conforme preceitua o art. 9º da Lei 9.296/1996, “A gravação que não interessar à prova será inutilizada por decisão judicial, durante o inquérito, a instrução processual ou após esta, em virtude de requerimento do Ministério Público ou da parte interessada”.

„A.“ Gabarito

(FGV – 2008) Relativamente aos juizados especiais criminais, analise as afirmativas a seguir:

- I. São princípios que orientam os juizados especiais a oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual, celeridade e a busca pela conciliação.
- II. Os conciliadores são auxiliares da Justiça, recrutados, na forma da lei local, preferentemente entre bacharéis em Direito que exerçam funções na administração da Justiça Criminal.
- III. Os atos processuais serão públicos, sendo vedada sua realização em horário noturno.
- IV. É possível a aplicação dos institutos da conciliação e da transação no tribunal do júri nas infrações de menor potencial ofensivo conexas com crimes dolosos contra a vida.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.

I: correta, nos termos do art. 62 da Lei 9.099/1995; II: incorreta, pois contraria o disposto no art. 73, parágrafo único, da Lei 9.099/1995; III: incorreta, pois podem ser realizados em horário noturno (art. 64 da Lei 9.099/1995); IV: correta (art. 60, parágrafo único, da Lei 9.099/1995).

„C.“ Gabarito

(FGV – 2008) Assinale a alternativa que indique o crime em que não é cabível a interceptação das comunicações telefônicas regulada pela Lei 9.296/1996.

- (A) homicídio doloso (art. 121, *caput*, e seu § 2º)
- (B) estupro (art. 213, *caput*, e sua combinação com o art. 223, *caput*, e parágrafo único)
- (C) extorsão mediante sequestro (art. 159, *caput*, e seus §§ 1º, 2º e 3º)
- (D) ameaça (art. 147)
- (E) roubo (art. 157, *caput*, e seus §§ 1º, 2º e 3º)

Em razão de a pena cominada ao crime de ameaça ser de detenção (art. 147 do CP), não será admitida, por força do disposto no art. 2º, III, da Lei 9.296/1996, a interceptação de comunicação telefônica que tenha por objeto a investigação deste crime. Vale registrar que o art. 223 do CP, a que faz referência a proposição “B”, foi revogado pela Lei 12.015/2009.

„D.“ Gabarito

(FGV – 2008) Relativamente à lei de interceptações telefônicas, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A interceptação das comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da autoridade policial, na investigação criminal.
- (B) Deferido o pedido de interceptação, o ofendido conduzirá os procedimentos de interceptação.
- (C) O pedido de interceptação de comunicação telefônica conterà a demonstração de que a sua realização é necessária à apuração de infração penal, com indicação dos meios a serem empregados.

(D) Só será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis.

(E) Constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, ou quebrar segredo da Justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei.

A: correta (art. 3º da Lei 9.296/1996); B: incorreta, devendo ser assinada. Reza o art. 6º da Lei 9.296/1996 que, uma vez deferido o pedido de interceptação, cabe à autoridade policial conduzir os procedimentos, dando ciência ao Ministério Público, que poderá acompanhar a sua realização; C: correta (art. 4º, *caput*, da Lei 9.296/1996); D: correta (art. 2º, II, da Lei 9.296/1996); E: correta (art. 10 da Lei 9.296/1996).

„B.“ Gabarito

(FGV – 2008) Relativamente aos Juizados Especiais Criminais, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Nas hipóteses de infração de menor potencial ofensivo, ao autor do fato que, após a lavratura do termo circunstanciado, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança.
- (B) Nos casos de infrações penais de menor potencial ofensivo em que a ação penal é de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o autor do fato e a vítima poderão realizar a composição dos danos, pondo fim ao litígio e acarretando a renúncia ao direito de queixa ou representação.
- (C) A composição dos danos civis será reduzida a escrito e homologada pelo Juiz mediante sentença irrecurável, por fim ao processo, devendo, no entanto, a vítima ajuizar ação de conhecimento perante o juízo civil competente.
- (D) O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

(E) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa. A: correta (art. 69, parágrafo único, da Lei 9.099/1995); B: correta (art. 74, parágrafo único, da Lei 9.099/1995); C: incorreta, devendo ser assinalada, uma vez que “terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente” (art. 74, *caput*, da Lei 9.099/1995); D: correta (art. 62 da Lei 9.099/1995). A Lei 13.603/2018 inseriu, no art. 62 da Lei 9.099/1995, o critério da *simplicidade*, que, assim como os demais, deve orientar o processo sumário; E: correta (art. 61 da Lei 9.099/1995).

„C.“ Gabarito

(FGV – 2008) A Lei do Crime Organizado (Lei 9.034/1995) prevê a seguinte medida investigativa:

- (A) prisão temporária.
- (B) infiltração de agentes.
- (C) interceptação de comunicações telefônicas.

- (D) arresto de bens.  
(E) prisão preventiva.

Atualmente, a infiltração de agentes está prevista nos arts. 10 e ss. da Lei 12.850/2013, que revogou, na íntegra, a Lei 9.034/1995, que contemplava esta medida investigativa no seu art. 2º, V.

„B.“ 

(FGV – 2008) Assinale a alternativa que indique medidas investigativas que somente podem ser executadas em investigações policiais que versem sobre ilícitos decorrentes de ações praticadas por quadrilha ou bando ou organizações ou associações criminosas de qualquer tipo.

- (A) Interceptação de dados e das comunicações telefônicas.

- (B) Sequestro de bens móveis, além dos bens imóveis.  
(C) Quebra dos sigilos bancário e fiscal dos investigados, mediante prévia autorização judicial.  
(D) Captação e a interceptação ambiental de sinais eletromagnéticos, óticos ou acústicos, mediante circunstanciada autorização judicial.  
(E) Prisão para averiguações, sem exigência de prévia autorização judicial.

A atual Lei de Organizações Criminosas – Lei 12.850/2013, que revogou a anterior lei de regência (Lei 9.034/1995), prevê, em seu art. 3º, II, a “captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos” como meio de prova”.

„D.“ 

